



revista da
anpoll

V. 53, N. 2, 2022

Por uma Análise
Foucaultiana dos
Discursos

ISSN

1982-7830

Editoras

Andréia Guerini, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Vera Lúcia Lopes Cristovão, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil

Editores/a responsáveis por este número

Atilio Butturi Junior, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Pedro Navarro, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Paraná, Brasil
Vanice Sargentini, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil

Editora Associada

Mailce Borges Mota, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Editor Assistente

Pedro Ricardo Bin, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Comissão Editorial

André Luiz Gomes, Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil
Dermeval da Hora, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, Brasil
Elizabeth Brait, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil
Fabio Akcelrud Durão, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil
Frederico Augusto Garcia Fernandes, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil
Germana Salles, Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil
Heronides Moura, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Sandra Goulart de Almeida, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Silvio Renato Jorge, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Consultivo

Carlos Reis, Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal
Diana Luz Pessoa de Barros, Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil
Eduardo Guimarães, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil
Eni Pulcinelli Orlandi, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil
Evandra Grigoletto, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil
Fabio Alves, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Freda Indursky, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
Ida Maria Santos Ferreira Alves, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
John Gledson, University of Liverpool. Liverpool, Inglaterra
José Sueli de Magalhães, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil
Kenneth David Jackson, Yale University. Yale, Estados Unidos
Laura Padilha, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
Leci Barbisan, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
Lucia Teixeira, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
Luiz Amaral, University of Massachusetts Amherst. Massachusetts, Estados Unidos
Mariangela Rios de Oliveira, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
Maria Antonieta Jordão de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Maria Célia M. Leonel, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, São Paulo, Brasil
Maria de Lurdes Nogueira Escalera, Instituto Politécnico de Macau. Macau, China
Margarida T. Petter, Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil
Mercedes Marcilese, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
Morgana Cambussi, Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, Santa Catarina, Brasil
Milton Azevedo, University of California. Berkeley, Estados Unidos
Philippe Willemar, Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil
Pierre Rivas, Université de Paris X. Paris, França
Regina Dalcastagnè, Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil
Roberto Vecchi, Università degli Studi di Bologna. Bologna, Itália
Rogério da Silva Lima, Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil
Rosângela Hammes Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Sonia Netto Salomão, Università degli Studi di Roma “La Sapienza”. Roma, Itália
Stélio Furlan, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Tânia Regina Oliveira Ramos, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Teresa Cristina Cerdeira da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil
Walcir Cardoso, Concordia University. Montreal, Canadá

Revisão Geral

Atilio Butturi Junior, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Pedro Navarro, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Paraná, Brasil
Vanice Sargentini, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil
Pedro Ricardo Bin, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Diagramação

Pedro Ricardo Bin, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Revisão de metadados

Pedro Ricardo Bin, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Imagem de capa

Acervo Edna Castro

M. Foucault na década de 1970, em Mosqueiro-PA, com Benedito Nunes, Edna Castro e Maria Sylvia Nunes.

revista da anpoll

V. 53, N. 2, 2022

Por uma Análise
Foucaultiana dos
Discursos

ISSN

1982-7830

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R349

Revista da ANPOLL / Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística. - 1(1994) - Brasília, DF: ANPOLL, 1994-.
272 p.

Quadrimestral ISSN 1982-7830

1. Literatura 2. Linguagem e Línguas I. Cristovão, Vera. II. Guerini, Andréia. III. Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (Brasil). IV. Título: Estudos Linguísticos.

12-3741.

CDD: 809
CDU: 82.09

036127

Sumário | Contents

Apresentação | Introduction

Apresentação Para uma Análise Foucaultiana dos Discursos.....	10
<i>Introduction For a Foucauldian Discourse Analysis</i>	
Atilio Butturi Junior, Pedro Navarro e Vanice Sargentini	

Entrevista | Interview

Por uma Arqueogenealogia dos Estudos Discursivos Foucaultianos no Brasil - Cartografias: Entrevista com Maria do Rosario Gregolin.....	20
<i>For an Archeogenealogy of Foucaultian Discursive Studies in Brazil - Cartographies: Interview with Maria do Rosario Gregolin</i>	
Pedro Navarro e Vanice Sargentini	

As paixões do Pedro: Entrevista com Pedro de Souza.....	41
<i>Pedro's passions: Interview with Pedro de Souza</i>	
Atilio Butturi Junior	

Artigos | Articles

Conceitos de M. Foucault em debate: contribuições e deslocamentos

Saussure e Foucault, língua e discurso.....	53
<i>Saussure and Foucault; language and discourse</i>	
Cleudemar Alves Fernandes e Vanice Sargentini	

Implicações do conceito foucaultiano de heterotopia nos estudos discursivos.....	68
<i>Implications du concept foucauldien d'hétérotopie dans les études discursives</i>	
Décio Rocha e Bruno Deusdará	

Elementos de linguagem e arqueogenealogia em Michel Foucault.....	85
<i>Éléments de langage et d'archéogénéalogie dans Michel Foucault</i>	
Michel de Vilhena Ferreira, Carlos Jorge Paixão e Damião Bezerra Oliveira	

A atualidade de Michel Foucault

Jogos de Verdade e o Dispositivo Do Cancelamento nas Redes Sociais.....	100
<i>Games of truth and the cancel dispositif on social media</i>	
Regina Baracuhy e Dayane Adriana Teixeira Oliveira	

A (re)invenção do rosto: um estudo das práticas de aprisionamento e objetivação contemporâneas.....117
The (re)invention of the face: a study of contemporary practices of imprisonment and objectivation

Jheny Iordany Felipe de Lima, Marcelo Vinicius Costa Amorim e Bruno Franceschini

O bárbaro tecnizado contemporâneo: rios submersos da antropofagia.....135
The contemporary technized barbarian: submerged rivers of anthropophagy

Pedro Henrique Varoni de Carvalho

Memória, história e discurso político

As comissões de verdade e a ‘política dos restos’: entre a produção de memórias e a formação do autoritarismo contemporâneo.....160
The truth commissions and the ‘debris policy’: between the production of memories and the formation of contemporary authoritarianism

Israel de Sá

Dizer a verdade sob todos os riscos: *parresía* de Carlos Marighella em pronunciamento na Rádio Nacional.....176
Telling the truth at all risks: parrhesia by Carlos Marighella in a speech on National Radio

Renan Mazzola

O acontecimento da *trollagem* na ordem do discurso político brasileiro: limites entre o humor e o discurso de ódio.....194
The event of trolling in the order of Brazilian political discourse: boundaries between humor and hate speech

Myllena Araujo do Nascimento e Amanda Braga

Michel Foucault e um pensamento do corpo

Sujeito-corpo-discurso violentado: uma análise de enunciados-sentença jornalísticos sobre o estupro feminino.....211
Violated subject-body-discourse: an analysis of journalistic utterance-sentences on female rape

Fernanda Bonomo Bertola e Pedro Navarro

O dispositivo crônico da aids e os discursos da soropositividade: uma análise dos enunciados de mulheres brasileiras e portuguesas.....229
The AIDS chronic apparatus and the discourses of seropositivity: an analysis of the enunciations of Brazilian and Portuguese women

Atilio Butturi Junior e Camila de Almeida Lara

Uma análise discursiva foucaultiana das visibilidades do macho em aplicativos de relacionamento.....250
A Foucauldian discursive analysis of male visibilities in dating apps

Elivelto Cardoso e Silva e Katia Menezes de Sousa

A palavra de ordem é emagreça! O autocontrole e a autorregulação dos corpos dos sujeitos na revista AnaMaria.....266
The watchword is to get slim! Self-control and self-regulation of subjects' bodies in the AnaMaria magazine

Suélem do Sacramento Costa de Moraes e Bárbara Hees Garré

O corpo e as manifestações feministas: as lutas antiautoritárias

Discurso, corpo utópico e escrita de/em si.....281
Discourse, utopian body and writing of/in itself

Denise Gabriel Witzel

Do enunciável ao visível e do visível ao enunciável: as cintilações e reverberações presentes em manifestações feministas.....298
From the enunciable to the visible and from the visible to the enunciable: the scintillations and reverberations in feminist movements/manifestations

Ana Christina de Pina Brandão e Antônio Fernandes Júnior

Vidas que incomodam: Marielle Franco e o dispositivo colonial.....315
Inconvenient lives: Marielle Franco and colonial dispositive

Ivânia dos Santos Neves

Governamentalidade, biopolítica e as resistências nas ações de ensino

A interação professor-aluno como prática de subjetivação docente.....331
Teacher-student interaction as a practice of teacher subjectivation

Adéli Bortolon Bazza

“Eu quero brincar em paz”: os efeitos dos discursos produzidos sobre a favela no cotidiano das crianças que habitam esses territórios.....349

“I want to play in peace”: the effects of the discourses produced about the favela in the daily lives of children who inhabit these territories

Gabriel Lima Simões e Michelly Ferreira da Silva

O discurso das estatísticas de alfabetização: biopolítica no gerenciamento do risco do analfabetismo infantil provocado pela pandemia de Covid-19.....366

The discourse of literacy statistics: biopolitics in managing the risk of child illiteracy caused by the Covid-19 pandemic

Dhietelly Morghana Almeida Santos, Renata Sperrhake e Camila Alves de Melo

Regimes de verdade e sexualidade: um olhar sobre a instituição escolar em enunciados do projeto “Escola sem partido”.....386

Truth regimes and sexuality: a look at the school institution in project statements “Escola sem Partido”

Laurianne Guimarães Mendes e Vinícius Durval Dorne

Heterotopias: espaços, experiências e distopias

A Contribuição dos Estudos Discursivos Foucaultianos para uma Análise do Espaço Heterotópico AzMina.....403

The Foucauldian Discourse Studies Contribution to Analysis on the Heterotopic Space ‘AzMina’

Bruna Cristina Almeida Faria e Andréa Zíngara Miranda

Experiências heterotópicas no cinema e na arte: Camila O’Gorman e lugares outros.....419

Heterotopic experiences in cinema and art: Camila O’Gorman and other places

Poliana Coeli Costa Arantes, Evânia Maria Ferreira do Nascimento e Luísa Perissé Nunes da Silva

Juventudes distópicas: a rebeldia como dispositivo de segurança em *Fahrenheit 451*.....437

Dystopian youth: rebelliousness as security device in Fahrenheit 451

Willy Nascimento Silva e Luciane Alves Santos

Apresentação **Por uma Análise Foucaultiana dos Discursos**

Introduction *For a Foucauldian Discourse Analysis*

Atilio Butturi Junior
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Pedro Navarro
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Vanice Sargentini
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

Michel Foucault sempre escreveu sobre as práticas discursivas. Não se tratava de pensar uma língua formal, nem um sujeito como pré-condição de todo conhecimento ou de sua garantia, nem mesmo de criar uma metodologia, como muitos gostariam. A prática, como reiteradamente mobilizou em seus estudos, delineava-se naquele fio de navalha que implica o acontecimento e a repetibilidade (muitas vezes exaurida), por um lado, e as diversas redes de relações forjadas naquilo que Foucault caracterizou como a dispersão.

Chamamos a prática para esta apresentação por dois motivos: o primeiro, que podemos pensar como da ordem mais dicionarizada, diz respeito a um *modo de fazer* linguística do discurso no Brasil que, ao menos desde o início do século XXI, tem se desenhado a partir de Foucault e hoje se compõe de um conjunto heterogêneo e profícuo de pesquisas que se espraiam – como gostava de pensar Foucault sobre os dispositivos e seus efeitos – e exigem uma certa institucionalização, como no caso da criação *do GT de Estudos Discursivos Foucaultianos da Anpoll*, em 2018, ou da série de publicações que têm congregado pesquisadoras e pesquisadores que praticam a análise do discurso “orientada foucaultianamente”.

À essa primeira entrada de prática cabe aproximar aquela arqueogenealógica, justamente porque esse novo campo do discurso se produz como resposta a certas urgências históricas e tem mostrado seu vigor ao colocar em discussão as problematizações que configuram nossa atualidade. Nesse caso, a prática, como



queremos pensar aqui, é acadêmica, mas no sentido de considerar a universidade e a pesquisa como campos estratégicos e políticos. É, sobretudo, uma prática de intervenção, que quer inventariar insurgências, resistências e deslocamentos – além de normalização, controle e exceção.

Ainda por ser uma prática, mobilizamos não somente os elementos que compõem o campo do saber e a ordem do poder nas análises, como também assumimos uma posição nessas duas instâncias, qual seja: a do intelectual específico, do qual se espera uma pesquisa que seja capaz de intervir em determinado diagrama biopolítico local, de tal sorte que possa tornar visível o mecanismo de poder que se exerce por meio de práticas sutis e dissimuladas.

Este número dedicado aos estudos discursivos foucaultianos, que organizamos e apresentamos, traz no bojo esses dois efeitos da prática discursiva. Nele, fazemos circular textos variadamente instigantes, porque apontam para a proficuidade de Michel Foucault e, sobretudo, porque dão a conhecer aquilo que fazemos, em rede, nos estudos linguísticos brasileiros, com base nesse autor e em sua *caixa de ferramentas*.

Em virtude desse acento dado à prática, o número é iniciado com duas entrevistas, de uma pesquisadora e um pesquisador que, de maneira distintas, ousaram incluir – de modo, diríamos, mais “incisivo” – o trabalho de Michel Foucault no interior do campo discursivo brasileiro. Nas duas entrevistas, podemos ler tanto uma história arqueológica da entrada de Foucault na análise do discurso brasileira, que marca o trabalho acadêmico de **Maria do Rosário Gregolin** - entrevistada por Pedro Navarro e Vanice Sargentini - e de **Pedro de Souza** - entrevistado por Atilio Butturi Junior -, mas também a história desses dois sujeitos, seus afetos e sua *coragem de verdade*.

A primeira parte, que intitulamos de **Conceitos de M. Foucault em debate: contribuições e deslocamentos**, é composta por três artigos. O primeiro deles, “Saussure e Foucault, língua e discurso” (“*Saussure and Foucault: language and discourse*”, também em versão em inglês, neste número) escrito por Cleudemar Fernandes e Vanice Sargentini, vai partir da relação entre Michel Foucault e o estruturalismo, notadamente saussureano, para apontar as cisões, aproximações e os deslocamentos que, na *Arqueologia do Saber* (1969) tem lugar na produção de uma problematização acerca do discurso e do enunciado, naquilo que oferecem de materialização linguística mas, sobretudo, naquilo que exigem de dispersão e descontinuidade.

O artigo “Implicações do conceito foucaultiano de heterotopia nos estudos discursivos”, escrito por Décio Rocha e Bruno Deusdará, também recorre a um escrito dos anos sessenta, mas cuja tônica diz respeito a uma experiência espaço-temporal. Os autores recorrem, inicialmente, a uma breve história da invenção do conceito de heterotopia (e de suas transformações), desde *As Palavras e As Coisas* (1966) para então apartar uma concepção linguística e uma foucaultiana – a segunda, relacionada a um rompimento dos limites. Por fim, ancorados em seu trabalho com a cartografia dos discursos, Rocha e Deusdará fazem uma breve análise de um texto jornalístico e concluem sugerindo a proficuidade político-metodológica do pensamento heterotópico.

Michel de Vilhena Ferreira, Carlos Jorge Paixão e Damião Bezerra Oliveira são os autores do artigo seguinte, “Elementos de linguagem e arqueogenealogia em Michel Foucault”. O texto tem por objetivo apresentar a arqueogenealogia foucaultiana como um paradigma que rompe com um paradigma filosófico da consciência. Para tanto, o texto apresenta uma discussão sobre o papel da linguagem em seu papel acional na produção da arqueogenealogia na modalidade do discurso e da prática discursiva, o que traz implicações diretas para e uma série de rompimentos com as metodologias da filosofia, da história tradicional e das ciências humanas.

A segunda parte desta edição, **A atualidade de Michel Foucault**, volta-se para problematizações que nos afetam na contemporaneidade mais imediata. O primeiro artigo dessa parte é de autoria de Regina Baracuhy e Dayane Oliveira. Intitulado “Jogos de Verdade e o Dispositivo do Cancelamento nas Redes Sociais”, o escrito aposta na leitura da chamada “cultura do cancelamento” como um dispositivo de controle que, em relação com outros dispositivos (midiático e jurídico) exerce uma política mortal do verdadeiro. As autoras tomam um exemplo – o “caso” de homofobia do jogador Mauricio de Souza – para descrever o funcionamento específico e os efeitos desse dispositivo e apontar em Foucault as possibilidades de descrição.

“*The (re)invention of the face: a study of contemporary practices of imprisonment and objectivation*”, artigo de Jheny Iordany Felipe de Lima, Marcelo Vinicius Costa Amorim e Bruno Franceschini, também se inscreve na senda das pesquisas sobre as redes sociais, num diálogo entre Foucault e Byung-Chul Han, para descrever o funcionamento da rostidade e de suas exigências corpóreo-discursivas na rede Instagram. À “lógica dos filtros”, conforme o artigo, os autores propõem que poderia se opor um debate mais

abrangente sobre como temos nos produzidos e produzido aos outros por critérios cada vez mais exigentes e redutores.

Pedro Henrique Varoni de Carvalho é o autor do artigo que fecha nossa segunda parte. Em “O bárbaro tecnizado contemporâneo: rios submersos da antropofagia” (“*The contemporary technized barbarian: submerged rivers of anthropophagy*”, também publicado em inglês neste número), o autor se volta para o *Manifesto Antropofágico* e para sua retomada tropicalista em seu poder de insurgência para, então, colocar em discussão o que chama de “insurreições contemporâneas”, quais sejam, aquelas relacionadas à cosmologia indígena conta o antropoceno e a lógica de destruição em curso – como atestam os textos de Viveiro de Castro e a exigência do perspectivismo na condição de resistência e invenção.

A terceira parte desta *Revista da Anpoll* intitulamos **Memória, história e discurso político**, composta novamente de três artigos. Em “As comissões de verdade e a ‘política dos restos’: entre a produção de memórias e a formação do autoritarismo contemporâneo”, Israel de Sá analisa os discursos e efeitos das Comissões da Verdade, notadamente a Nacional, a de Minas Gerais e a do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) e os efeitos do que chama de “política dos restos” relacionadas aos corpos e subjetividades mais vulneráveis e que aparecem reinscritos na atualidade. O autor toma os processos de demarcação de terras e a violência contra os indígenas, então, para dar a ver os processos de exclusão cuja memória e cujas estratégias remetem à ditadura e às modalidades de governo a ela relacionadas.

Por sua vez, o artigo “Dizer a verdade sob todos os riscos: *parresia* de Carlos Marighella em pronunciamento na Rádio Nacional” (“*Telling the truth at all risks: parrhesia by Carlos Marighella in a speech on National Radio*”, publicado nesta edição também em inglês), de Renan Mazzola, também se volta para a memória da ditadura no Brasil, tendo como ponto de partida o “franco falar” que Foucault investigou em algumas aulas – e que Mazzola retoma sobretudo de *A Coragem da Verdade*. Depois de fazer uma apresentação teórica do falar parresiástico, o autor se debruça sobre o discurso de Marighella transmitido em 1969, fazendo notar seu funcionamento parresiástico e no limite da morte no interior dos dispositivos de controle ditatorial.

Fecha a terceira parte “O acontecimento da *trollagem* na ordem do discurso político brasileiro: fronteiras entre humor e discurso de ódio” (“*The event of trolling in*

the order of Brazilian political discourse: boundaries between humor and hate speech”, aqui publicado também em inglês), assinado pelas autoras Myllena Araujo do Nascimento e Amanda Braga, a *trollagem* é abordada como um acontecimento que singulariza o discurso político brasileiro na atualidade, pelo fato de se situar entre o humor e o discurso de ódio. Nascimento e Braga observam que a ascensão da extrema direita e as práticas discursivas que surgiram nesse contexto constituem, por assim dizer, o solo epistemológico para a formação desse elemento da regra de formação do discurso político em um espaço notadamente minado. A descrição enunciativa realizada permitiu concluir que a materialidade desse acontecimento se dá tanto na fala pública quanto no gesto público. Ainda, por ser um acontecimento na ordem do discurso e estar constitutivamente atravessada pelo efeito humorístico e inofensivo, a *trollagem* dá ancoragem para a emergência de discursos autoritários e conservadores.

Michel Foucault e um pensamento do corpo é a quarta parte desta edição, composta de quatro artigos. Tem início com Fernanda Bonomo Bertola e Pedro Navarro e seu artigo “Sujeito-corpo-discurso violentado: uma análise de enunciados-sentença jornalísticos sobre o estupro feminino” (“*Violated subject-body-discourse: an analysis of journalistic utterance-sentences on female rape*”, na versão em inglês que ora publicamos), no qual analisam o processo que faz do corpo violentado da mulher um objeto de discurso em textos jornalísticos. Trata-se de um esforço dos autores para descrever os efeitos de poder e de verdade que possibilitam a emergência de sentenças em discursos da mídia jornalística brasileira, a fim de se realizar, minimamente que seja, uma crítica do presente, a partir do que é dado a conhecer sobre a sociedade em que vivemos. Bertola e Navarro defendem a tese de que a dinâmica existente entre poder, verdade e sujeito-corpo-discurso violentado é um importante instrumento, por meio do qual é possível observar o funcionamento do dispositivo da culpabilização que emerge dos enunciados-sentença sobre as vítimas de estupro.

Já no artigo “O dispositivo crônico da AIDS e os discursos da soropositividade: uma análise dos enunciados de mulheres brasileiras e portuguesas” (“*The AIDS chronic apparatus and the discourses of seropositivity: an analysis of the enunciations of Brazilian and Portuguese women*”, em versão em inglês também disponível nesta edição), Atilio Butturi Junior e Camila de Almeida Lara, amparados na noção de agonística, elaborada por Michel Foucault, analisam as modalidades de governo

biopolítico (em sua relação com o as discussões do realismo agencial) que emergem das entrevistas feitas com mulheres soropositivas brasileiras e portuguesas. A análise dá a conhecer que, como parte das vulnerabilidades que identificam esse grupo, “o gênero ganha espaço nas agendas internacionais e o conceito de grupo de risco passa a ser lido como ratificação de estigmas”. Os autores concluem que, nos enunciados das mulheres, essa vulnerabilidade gendrada exerce um funcionamento discursivo que produz um silenciamento da feminilização da epidemia, assim como a emergência de uma subjetividade perigosa. Em termos de efeitos de poder sobre as entrevistadas, observa-se um deslocamento em direção à invenção de si como soropositivas.

Elivelto Cardoso e Silva e Katia Menezes de Sousa, no texto “Uma análise discursiva foucaultiana das visibilidades do macho em aplicativos de relacionamento”, analisam o funcionamento da gramática binária “macho/fêmea”, que é reproduzida online. Com base nisso, observam as visibilidades sexuais que se moldam a essa gramática e, por corolário, valorizam aqueles homens considerados machos. Em termos de visibilidades desse objeto binário, tal como replicado nos aplicativos de relacionamento analisados, a série enunciativa, extraída do Grindr e do Scruff sobre as maneiras de se ver um “cara macho”, permitiram aos autores concluir que “a voz, as gírias usadas, a barba e demais pelos corporais, o suor, o tônus corporal e a ausência de “biquinhos” em fotografias constituem modos de ver e de ser “macho”, ressaltando os homens vistos como afeminados, os quais se enquadram na categoria de objeto/usuário que sofre exclusão nos aplicativos em que esse segmento circula.

Encerra a quarta parte o texto “A palavra de ordem é emagrecer! Autocontrole e autorregulação dos corpos dos sujeitos na revista *AnaMaria*” (“*The watchword is to get slim! Self-control and self-regulation of subjects' bodies in the AnaMaria magazine*” em versão em inglês também disponível nesta edição). Suas autoras, Suélem do Sacramento Costa de Moraes e Bárbara Hees Garré, partem da seguinte problematização: de que modo a mídia contemporânea opera na constituição dos corpos dos sujeitos? Na tentativa de encontrar respostas a essa questão, debruçam-se sobre práticas discursivas que tomam o corpo magro e saudável, tal como construído em reportagens da revista *AnaMaria*, a partir das quais descrevem e observam como esse objeto, assim constituído, entra como parte estratégica de um jogo de poder-saber que tem como alvo conduzir as condutas das leitoras, uma vez que essa relação se exerce por meio de uma enunciação que “ensina

modos de ser e de viver, sobre diversas abordagens”. Moraes e Garré concluem que esse tipo de discursividade faz parte de uma ordem discursiva vigente, que é constituída, reafirmada e reverberada nos tempos atuais.

O corpo e as manifestações feministas: as lutas antiautoritárias é a quinta parte desta edição foucaultiana da *Revista da Anpoll* e conta com três artigos. Denise Gabriel Witzel, em “Discurso, corpo utópico e escrita de/em si”, analisa os enunciados *Não é não* e *Meu corpo, Minhas regras* para dar um valor de acontecimento ao movimento de resistência de mulheres que desobedecem a preceitos tradicionais e morais, como os que emergem nas ruas e, também, nas mídias digitais. Witzel chama a atenção para o fato de que tais enunciados comportam-se como práticas discursivas e, pela função que ocupam, visibilizam práticas de liberdade “que surgem contemporaneamente como uma resposta, reação à formação de saberes - formação históricas constituídas por enunciados e visibilidades”. A análise da autora lança luz sobre um aspecto crucial na luta que se trava no espaço enunciativo em que as questões de gênero assumem um papel tático em termos de resistência: o corpo da mulher deve saber jogar o jogo de poder-saber das regras dessa batalha, e esse conhecimento (experiência) pode fazer dele um poderoso exercício de escrita de si e de prática de liberdade.

Em “Do enunciável ao visível e do visível ao enunciável: as cintilações e reverberações presentes em manifestações feministas” (“*From the enunciable to the visible and from the visible to the enunciable: the scintillations and reverberations in feminist movements/manifestations*”, na versão em inglês que também consta no número), Ana Christina de Pina Brandão e Antônio Fernandes Júnior realizam uma reflexão sobre o tema das práticas de liberdade, a partir de três imagens de manifestações femininas que consideram relevantes, porque iluminam algumas lutas contra estruturas sociais de poder, tais como o direito ao voto, o questionamento das práticas machistas em concursos de beleza e os debates sobre cultura do estupro. Brandão e Fernandes Júnior justificam a seleção do material de análise pelo fato de cada imagem agregar “visibilidades e dizibilidades singulares, nas quais os regimes de luz e de enunciados tencionam práticas de aprisionamento e liberdade”. Pautados na relação entre desejo e liberdade, consideram esses dois elementos um importante instrumento de resistência da mulher para se constituir como sujeito jurídico e como sujeito feminino, em face dos mecanismos de saber e das técnicas do poder patriarcal.

Ivânia dos Santos Neves fecha a quinta parte. Em “Vidas que incomodam: Marielle Franco e o dispositivo colonial”, apresenta Marielle Franco, assassinada em março de 2018, como uma posição de sujeita e um lugar de enunciação que fizeram circular uma rede enunciativa que colocou no centro no debate político aquilo que a autora chama de dispositivo colonial no Brasil, na medida em que trouxe à tona a luta pela igualdade de gêneros, bem como descortinou o funcionamento de um Estado racista, porque deixa à margem de qualquer direito as populações das favelas cariocas. Dado seu status de acontecimento na ordem do político, Franco era uma força que tentava implodir o referido dispositivo. Nessa direção, Neves argumenta que Marielle Franco produziu discursos que denunciavam duas práticas históricas: “a subalternização da mulher e a força do patriarcado, que representam um dos eixos centrais do dispositivo colonial” e são estruturantes na América Latina. A autora finaliza seu texto afirmando que é preciso resistir a esta ordem de poder-saber para desestabilizar o dispositivo, forçando-o a se dobrar.

No conjunto de artigos referentes ao tema **Governamentalidade, biopolítica e as resistências nas ações de ensino**, sexta parte do número que aqui publicamos, pode-se verificar que a atualidade de M. Foucault se estende até mesmo a atividades de ação dos professores nas escolas. Exemplo disso é o artigo “A interação professor-aluno como prática de subjetivação docente” (“*Teacher-student interaction as a practice of teacher subjectivation*”, aqui em versão em português e inglês), no qual Adéli Bortolon Bazza discute como as lutas de saberes e poderes, presentes nas questões educacionais, podem ser apreendidas num arquivo sobre a educação, ao se analisar uma série enunciativa composta de textos que circularam em sites jornalísticos e em redes sociais. Os resultados apontam para a existência de uma prática produzida em diferentes dispositivos, que produz discursivamente a subjetivação do professor ideal como um sujeito acolhedor em relação a seus alunos.

No artigo “‘Quero brincar em paz’: os efeitos dos discursos produzidos sobre a favela no cotidiano das crianças que habitam esses territórios” (“*I want to play in peace’: the effects of the discourses produced about the favela in the daily lives of children who inhabit these territories*”, na versão em inglês neste número), Gabriel Lima Simões e Michelly Ferreira da Silva analisam como a propagação dos discursos sobre as favelas do Rio de Janeiro moldaram a relação da sociedade com as favelas e seus moradores. O

artigo toma como objeto um projeto desenvolvido por moradores do Complexo da Favela de Manguinhos e revela que é possível as crianças ressignificarem as dores e os medos causados pela violência presente no local.

As autoras Dhietelly Morghana Almeida Santos, Renata Sperrhake e Camila Alves de Melo analisam como as estatísticas de alfabetização produzem discursivamente uma noção de risco relacionada à aprendizagem da população infantil. Intitulado “O discurso das estatísticas de alfabetização: biopolítica no gerenciamento do risco do analfabetismo infantil provocado pela pandemia de Covid-19” (“*The discourse of literacy statistics: biopolitics in managing the risk of child illiteracy caused by the Covid-19 pandemic*”, em versão em inglês neste número), o artigo discute a relação poder-saber posta em funcionamento pelas estatísticas para o governo da população – a biopolítica – e com isso mostra como as políticas públicas constroem e valem-se discursivamente das estatísticas para apontar os riscos que dizem ser necessário prevenir.

O artigo “Regimes de verdade e sexualidade: um olhar sobre a instituição escolar em enunciados do projeto ‘escola sem partido’”, de autoria de Laurianne Guimarães Mendes e Vinicius Durval Dorne, discute a constituição discursiva da instituição escolar pelos enunciados decorrentes de integrantes e simpatizantes do movimento político Escola sem Partido, com foco especial, sobre a noção de sexualidade. Os resultados de análise indicam que a estratégia discursiva do referido projeto aposta na sensibilização da família, ação empregada como um dos principais instrumentos da governamentalidade para o controle da população.

Os artigos reunidos sobre o tema **Heterotopias: espaços, experiências e distopias**, última parte deste número dedicado aos estudos foucaultianos, expõem a produtividade do conceito de Heterotopia conforme problematizado por M. Foucault. Bruna Cristina Almeida Faria e Andréa Zíngara Miranda, no artigo “A contribuição dos estudos discursivos foucaultianos para uma análise do espaço heterotópico *Azmina*” analisam, na revista eletrônica AzMina, edição de março de 2020, uma sequência discursiva de autoria do Sr. Jair Messias Bolsonaro. As análises indicam que o espaço heterotópico configurado nessa Revista gera novas significações e valores aos desnaturalizar as convenções, vindo a representar as mulheres em sua heterogeneidade.

Em “Experiências heterotópicas no cinema e na arte: Camila O’Gorman e lugares outros” (“*Heterotopic experiences in cinema and art: Camila O’Gorman and other*

places”, na versão em inglês que ora publicamos), as autoras Poliana Coeli Costa Arantes, Evânia Maria Ferreira do Nascimento e Luísa Perissé Nunes da Silva analisam experiências heterotópicas do cinema e da arte argentinos em torno da figura de Camila O’Gorman, uma jovem que torna-se um mito histórico argentino após ter sido assassinada em 1848. As obras que compõem o arquivo de análise são a obra cinematográfica *Camila* (1984) da cineasta argentina Maria Luisa Bemberg e a collage do escritor e artista argentino Enrique Molina que ilustra a capa de seu romance *Una sombra donde sueña Camila O’Gorman* (1994).

Fundamentando-se no conceito de distopia, Willy Nascimento Silva e Luciane Alves Santos, apresentam o artigo intitulado “Juventudes distópicas: a rebeldia como dispositivo de segurança em *Fahrenheit 451*”. Os autores problematizam, tendo como guia a ficção científica *Fahrenheit 451*, como os dispositivos de segurança com suas tecnologias de poder e a governamentalidade modelam a juventude e controlam sua rebeldia de forma a produzir uma juventude politicamente neutra.

Encerrada a apresentação, queremos agradecer a todas as pessoas que enviaram seus textos (recebemos mais de noventa submissões e nem todas, infelizmente, puderam constar no número), especialmente, aos autores e às autoras dos artigos que compõem a edição. Além disso, agradecemos à editoria da *Revista da Anpoll* pelo acolhimento da proposta – inicialmente, à professora Mailce Borges Mota, nossa interlocutora principal – e ao Pedro Bin, cuja dedicação ao trabalho de editoração é exemplar.

Creemos, por fim, que os trabalhos aqui reunidos possam funcionar como uma espécie de mapa geral do que se tem feito no Brasil nos estudos discursivos foucaultianos e é dessa perspectiva que convidamos todos à leitura.

Atilio Butturi Junior
E-mail: atilio.butturi@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9985-2259>

Pedro Navarro
E-mail: navarro.pl@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3267-4985>

Vanice Sargentini
E-mail: sargentini@uol.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7760-3075>

**Por uma Arqueogenealogia dos Estudos Discursivos
Foucaultianos no Brasil - Cartografias:
Entrevista com Maria do Rosario Gregolin**

*For an Archeogenealogy of Foucaultian
Discursive Studies in Brazil - Cartographies:
Interview with Maria do Rosario Gregolin*

Pedro Navarro
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Vanice Sargentini
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

MARIA DO ROSARIO GREGOLIN é Livre-docente em Análise do Discurso pela UNESP-Araraquara (2008); Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP, Ar, 1988), Mestre em Teoria e História Literária (UNICAMP, 1983). Docente aposentada, colaboradora do Departamento de Linguística, da UNESP-Araraquara. Foi coordenadora acadêmica do DINTER UNESP/UFMA (2005-2010) e Coordenadora do PROCAD UNESP/UFAC (2005-2014), ambos financiados pela CAPES. Orientadora de doutorado, mestrado e iniciação científica e supervisora de pós-doutorado na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística. Bolsista de PQ-CNPQ, com projeto na área de Análise do Discurso. Entre as publicações destacam-se os livros "Foucault e Pêcheux na análise do discurso - diálogos e duelos" e "Discurso e mídia - a cultura do espetáculo".



Gostaríamos de ter tido essa conversa no apartamento da Rosario, na Avenida XV de Novembro, em Araraquara, SP, onde toda essa aventura teve início. Lá nos reuníamos para discutir os textos de Michel Foucault, mas também para brindarmos o sabor/saber que nos movia. Para lá todos iam, orientandos oficiais ou não. A gente podia ir chegando, arrumando um cantinho, e, se fosse preciso ficar um tempo maior, sentíamos-nos acolhidos pela simpatia e pela gentileza de alguém que sempre compartilhou suas leituras, seus livros, enfim, um projeto de felicidade para além do tempo e do espaço acadêmicos e que está em pleno desenvolvimento até hoje.

Vanice Sargentini e Pedro Navarro (VS e PN): *Iniciaremos esta entrevista falando da palavra que mais te envolveu em seus 40 anos de professora e pesquisadora: discurso! Explique-nos como foi essa sua história que passa por leituras aprofundadas e pesquisas em diversas concepções de discurso. Em seu mestrado, você trabalhou com a literatura fantástica de Murilo Rubião, como isso ressoou em pesquisas seguintes? Tua tese de doutorado se faz no momento da emergência da noção de discurso no Brasil, e no teu caso já foi possível reconhecer diferentes concepções desta noção?*

Maria do Rosario Gregolin (MRG): Michel de Certeau, grande historiador, disse, certa vez, que a História é um lugar instável. Quando tentamos escrevê-la, nosso esforço vai no sentido de dar-lhe coerência, tranquilizando seus conflitos e contradições, mas ela, a História, é sempre feita mais de acasos do que de solos estáveis, de harmonias. Então, acatando essa ideia do historiador de Certeau, ao narrar minha história com o discurso (que não deixa de ser uma história da análise do discurso no Brasil) não quero obliterar essa natureza mais arbitrária do que objetiva da escrita da história. Com essa precaução, para narrar o momento do meu mestrado em Teoria Literária na Unicamp, preciso voltar ao início dos anos 1980 com tudo o que acontecia naquele momento, tanto no campo da política quanto no das ciências, que são - obviamente - inseparáveis. Vivíamos a abertura política, depois de décadas de regime autoritário e a palavra de ordem era *reconstrução*. Era preciso refazer: a política democrática e o campo das ciências humanas que vivera sob pesada censura durante a ditadura. Foi nesse clima que eu ingressei no mestrado. Minha orientadora, Suzi Frankl Sperber - grande conhecedora de teoria literária e leitora sensível de Guimarães Rosa - me encaminhou para leituras em

teoria da narrativa cujos autores tratavam de *discurso literário*: Roland Barthes, Umberto Eco, Claude Bremond, Julia Kristeva... lembro-me muito fortemente de dois trabalhos de Tzvetan Todorov que contribuíram muito para minhas reflexões sobre a literatura fantástica de Murilo Rubião: *Gêneros do Discurso* (publicado em 1980 pela Martins Fontes) e *O princípio dialógico* (publicado na França em 1981). Nesses dois trabalhos de Todorov há uma densa discussão sobre o discurso literário, pautada nas reflexões de Mikhail Bakhtin. O que eu quero dizer é: comecei a me interessar pelo conceito de discurso pela via dos estudos literários porque ali, nessa época, a problemática da linguagem estava no centro das atenções. A emergência do conceito de discurso já tinha uma história na França. Hoje podemos ler essa história no excelente texto de Puesch (2011), no qual ele mostra que desde os anos 1950, com e contra Saussure, já se discutia a centralidade do discurso para o campo das ciências humanas. Ao mesmo tempo, nessa mesma época dos anos 1980, eu cursei duas disciplinas fundamentais oferecidas pelo programa de pós-graduação em Linguística da Unicamp, sobre "análise do discurso": a primeira, oferecida pelo professor Haquira Osakabe e a segunda pela professora Eni Orlandi. O professor Osakabe acabara de publicar o livro resultado de sua tese, *Argumentação e Discurso Político* (editora Kairós), essencial para compreender a problemática da linguagem na produção de sentidos. É um trabalho muito inovador tanto do ponto de vista teórico e metodológico quanto do analítico. Nele, o pesquisador que estudara em Besançon (grande centro de estudos do discurso político) faz uma crítica muito pertinente ao *método automático* de análise do discurso proposto por Michel Pêcheux; essa crítica o leva a propor as bases de uma "nova retórica" para análise do discurso político e ele aplica essa metodologia na análise de discursos de Getúlio Vargas. Em sua disciplina, Osakabe discutiu esse seu trabalho e nos indicou muitas leituras sobre Análise do Discurso francesa e Retórica. A segunda disciplina, ministrada pela professora Eni Orlandi, plantava as bases da análise de discurso pecheutiana no Brasil, discutindo centralmente as balizas marxistas (ou, mais precisamente, marxistas-althusserianas) das propostas de Michel Pêcheux. Foi um momento de intensas leituras de textos de pesquisadores do entorno althusseriano, principalmente a primeira parte do livro de Pêcheux, *Analyse Automatique du discours* (Editora Dunod, 1969). Eu tinha já aí, diante dos meus olhos, algumas contradições. Não que eu as compreendesse intensamente mas percebia a tensão entre diferentes pontos de vista sobre o mesmo objeto discurso. A AD

pecheutiana equilibrava-se entre um método estrutural derivado das propostas de Harris (1952) e uma teoria semântica derivada da leitura althusseriana de Marx. Portanto, era uma análise do discurso suspensa no fio entre uma teoria da linguística formal e uma teoria marxista das ideologias e, no seu entremeio, a leitura lacaniana de Freud. Essa contradição não está materializada no resultado de minha dissertação de mestrado, defendida em 1983 (GREGOLIN, 1983), mas ressoou fortemente nas minhas pesquisas futuras. Isso me leva para o segundo momento de minha formação, o doutorado, e para um dos acasos felizes dessa história. Por motivos pessoais, eu havia me mudado de Campinas para São Carlos e essa mudança me levou ao campus da Unesp em Araraquara, cidade muito próxima. Eu já me decidira a continuar minhas pesquisas sobre a linguagem e o discurso e em Araraquara, no programa de pós-graduação em Linguística, eu encontrei o professor José Luiz Fiorin que se tornaria meu orientador. Na verdade, eu ingressei no doutorado em 1984 e só vim a conhecê-lo pessoalmente um ano depois porque ele estava no exterior - a orientação nesse período foi feita por meio de cartas enviadas e recebidas... Fui a primeira orientanda do professor Fiorin e o que eu aprendi com ele procurei levar para toda a minha vida acadêmica posterior, principalmente a atitude ética e o rigor científico. Ele me trouxe mais uma perspectiva por meio da qual se pode analisar discursos: o projeto semiótico greimasiano, entretanto, nunca me impôs a *verdade* dessa proposta teórica. Ao contrário, com ele aprendi que as teorias são pousos provisórios, são mirantes para que possamos enxergar - transitoriamente - nossos objetos. Além disso, as pesquisas de Fiorin, já nessa época, problematizavam o modelo *standard* da semiótica de Greimas na medida em que ele se concentrava no plano discursivo por meio de uma Sociossemiótica com bases marxistas. Não nos esqueçamos de que Fiorin (1989) escreveu, nesse período, o seu livro *Elementos de Análise do Discurso*, um manual clássico de sociossemiótica discursiva. Eu tinha aí, de novo, o embate entre um método formal (o percurso gerativo do sentido, de base estrutural) e uma teoria social (de base marxista). Buscando articular esses tensionamentos, minha tese de doutorado, defendida em 1988, traz discussões sobre essas dificuldades da análise do discurso, seja ela a chamada “AD francesa”, seja ela a “AD semótica greimasiana” (GREGOLIN, 1988)...

VS e PN: *Essa sua afirmação nos leva à nossa segunda pergunta: até final dos anos 1990, havia, no Brasil, pelo menos, duas formas de se analisar discursos com forte*

predomínio no cenário acadêmico de então, a Semiótica greimasiana e a Análise de Discurso francesa. Você, conjuntamente com um grupo de pós-graduandos, iniciou outra possibilidade de leitura da sociedade, tendo como norte a fase arqueológica dos estudos feitos por Michel Foucault. Gostaríamos de saber como se deu esse início e como você avalia essa descontinuidade histórica nos domínios da linguagem hoje.

MRG: Para pensar sobre a emergência de Michel Foucault nas minhas reflexões, preciso voltar, novamente, a leituras do entorno de Michel Pêcheux que eu fizera durante o mestrado na Unicamp, tanto na disciplina ministrada por Haquira Osakabe quanto na de Eni Orlandi. A leitura desses textos do chamado grupo althusseriano sempre deixava algo como uma falta, uma figura construída como adversário estimulante, um espectro. Era Michel Foucault. No mesmo ano de 1969, foram publicados dois livros sagitais para a análise do discurso francesa: *Analyse Automatique du Discours* (Michel Pêcheux) e *L'Archeologie du Savoir* (Michel Foucault). Entre eles, havia convergências e divergências (teóricas, metodológicas, políticas) que não eram visíveis para mim naquele início dos anos 1980, mas que já me inquietavam. Durante meu doutorado, frequentei muito a biblioteca da FCL-UNESP de Araraquara, maravilhosa, num tempo em que tínhamos acesso aos acervos (sem computador, sem internet) e era preciso fazer resumos manuscritos, copiar trechos que seriam inseridos em nossos trabalhos etc. Eram longos serões no meio de livros e revistas. Encontrei ali materiais raros, como a primeira edição do *Analyse Automatique ...* de Pêcheux e coleções de revistas francesas como *Langages*, *Esprit*, *Cahiers du Cinema* etc. Na coleção da *Langages* (eu li quase todas as edições dos anos 1980), encontrei um texto que foi determinante para que eu começasse a compreender o lugar de Michel Foucault nesse coro dissonante da AD francesa: a clássica tese de Jean-Jacques Courtine sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos, traduzido no Brasil só em 2009 (COURTINE, 2009). Nesse clássico número 62 da *Langages* (1981), o trabalho de Courtine é prefaciado por Michel Pêcheux, no também clássico texto *L'étrange miroir de l'analyse de discours*, uma contundente autocrítica aos trabalhos de analistas do discurso que, sendo comunistas analisam o discurso comunista numa espécie de estranhos espelhos. Como afirma Pêcheux nesse prefácio, Courtine está numa situação desconfortável, tanto teórica quanto politicamente, já que ele mostra as contradições dos enunciados divididos do discurso comunista. Para mim foi como se

algumas luzes se acendessem e algumas coisas passassem a ficar iluminadas. Primeira luz: pela primeira vez, eu lia um texto de Michel Pêcheux em que ele parecia não ter só certezas (talvez eu tenha me enganado nas minhas leituras anteriores, mas ele parecia sempre tão certo daquilo que afirmava...) em relação aos trabalhos da AD francesa; era um Pêcheux nos conclamando a "partir os espelhos"! Segunda e tão importante quanto a primeira luz: Courtine trazia as propostas de Michel Foucault para o centro da AD francesa. Era a partir dele e da *Arqueologia do Saber* que Courtine discutia o conceito de enunciado, de formação discursiva, de memória discursiva... e abria para mim a possibilidade de pensar em uma "análise do discurso" com Michel Foucault. Entretanto, era apenas um vislumbre, minhas leituras de Foucault e de Pêcheux eram ainda incipientes e foi assim que apareceram no texto da minha tese de doutorado, em 1988. Foi preciso caminhar muito, depois do doutorado, para que algo começasse realmente a fazer sentido. Foram inúmeras leituras, durante a década de 1990 até chegar o momento de desconstruí-las para reorganizá-las. Para *derrubar as leituras das prateleiras...* permitam-me citar um texto que eu escrevi para o grupo de pesquisa em 2000, espécie de balanço das leituras daquele ano: "é preciso derrubar as leituras das prateleiras, à moda dos estabelecimentos comerciais – como meu pai fazia quando eu era criança. Lembrome que a sua loja de calçados era, literalmente, desconstruída durante o feriado do final de ano: eu ficava olhando aquelas caixas coloridas, deslocadas das prateleiras onde jaziam em uma ordem rigorosa durante o ano todo, espalhadas pela loja... Derrubava-se a ordem implacável das prateleiras, suspendendo, momentaneamente, a lógica que as regia. Essa cena da desordem ficou fixada em minha memória, como um encrave. Já a ordem a que – logo depois do balanço - as caixas teriam que se sujeitar, dela não me ficou qualquer lembrança." (GREGOLIN, 2014). Foi assim, na tentativa de derrubar muitas leituras das prateleiras, que, no final dos anos 1990, iniciou-se a constituição do Grupo de Estudos em Análise do Discurso de Araraquara, o GEADA-UNESP, coordenado por mim e constituído por meus orientandos formais e informais. Posso afirmar, hoje, que começamos poeticamente, lendo o trabalho de Foucault (1968) sobre Magritte, mas logo impôs-se o desejo de "compreender Foucault" ou, mais modestamente, o de "compreender o lugar de Michel Foucault na AD francesa". O primeiro desejo logo mostrou-se impossível. Quanto ao segundo, penso que dedicamos vários anos a essa questão de Foucault e a análise do discurso francesa. Num primeiro momento, o GEADA

pensava ler toda a obra de Foucault, cronologicamente, passando da arqueologia à genealogia do poder e, em seguida, à genealogia da ética. Um projeto de vida, certamente, já que a obra de Foucault é imensa, é preciso muito tempo para ler integralmente e o tempo do doutorado e do mestrado é o cronológico, curto, fugaz... Assim, percebemos que precisávamos ficar – num primeiro momento – na fase arqueológica de Foucault, momento em que ele, mais fortemente, teorizou as questões sobre o discurso e a história. Essa certeza veio do fato de que para nós, "analistas do discurso", a leitura de Foucault se faz pela lente da linguagem. Perseguimos, em Foucault, as suas ideias sobre o discurso, o sentido, a História. Era preciso ler e reler *A Arqueologia do Saber*, mas para compreender esse livro metodológico era preciso ler os livros anteriores (*A História da Loucura*, *O nascimento da Clínica* e *As palavras e as Coisas*). Não se compreende a *Arqueologia* em uma primeira leitura; é preciso reler, articular com os trabalhos anteriores até que se compreenda, no mínimo, porque ele constrói uma maquinaria sofisticada para a análise de discursos (que ele chama de "método arqueológico"). No caso da nossa leitura dentro do Geada - já que o objetivo era compreender o lugar de Foucault na AD francesa - além de entender sua proposta de "análise do discurso" era preciso compreender também as relações com os trabalhos de Michel Pêcheux. Por isso, nos primeiros anos, nossas leituras são atravessadas por esse tensionamento entre Pêcheux e Foucault; foi necessário construir esse lugar de diálogo pois ele ainda não existia no Brasil. Isso exigiu (em paralelo à leitura dos textos de Foucault) que fizéssemos um constante retorno aos textos de Michel Pêcheux, aos seus embates com Foucault no campo da leitura marxista - pela lente de Althusser - às suas recusas à leitura de um "marxista paralelo" e, finalmente, sua aproximação das ideias foucaultianas na "terceira época da AD" (via Courtine). No caso de Pêcheux, o próprio estabelecimento de seus textos foi um processo difícil para nós pois a tradução e a circulação no Brasil não seguiram uma linha cronológica. Muitos de seus textos continuam inéditos até hoje, tanto na França quanto no Brasil, então foi preciso uma busca presencial em bibliotecas brasileiras e francesas. Nessa busca, o texto *(Re)ler Pêcheux hoje*, de Denise Maldidier (1990), esteve sempre latente, nos deu o percurso de Pêcheux e nos levou constantemente a pensar no diálogo entre Pêcheux e Foucault em torno do marxismo e do discurso. Assim, em certos momentos, Pêcheux tornou-se eixo para a nossa reflexão – eu, por exemplo, dediquei-me a buscar, nos seus textos, as referências a Foucault para tentar entender a história da indiferença, da recusa, da

aceitação. Acho que o GEADA caminhou nessa direção nos primeiros anos: na de tentar enxergar o lugar de Foucault na AD francesa, por meio da leitura cruzada entre esses dois grandes pensadores.

VS e PN: *O livro Pêcheux e Foucault: diálogos e duelos é um marco de proposição no Brasil dos Estudos discursivos foucaultianos. Quando de sua publicação, ele atraiu muitos leitores e algumas polêmicas. Hoje me parece incontornável considerar a centralidade de Foucault em análises do discurso. Concorda que Foucault oferece-nos os óculos de leitura?*

MRG: Para falar sobre esse meu livro, o momento em que veio à luz e a centralidade de Foucault na análise do discurso hoje, no Brasil, preciso, novamente, voltar a Michel de Certeau e à sua afirmação de que “escrever história é gerar um passado, circunscrevê-lo, organizar o material heterogêneo dos fatos para construir no presente uma razão”. Penso ser necessária a prudência constante de percebermos que sempre que falamos de um fato passado estamos executando operações que regulam a escrita da história. Por meio dessa regulação, pode parecer que a emergência de um trabalho, de um livro foi quase um gesto implacável da Razão. Não se trata disso, absolutamente. A pesquisa que aparece nesse meu livro, com seus brilhos e opacidades, foi gestada longamente, conforme já afirmei, desde o doutorado nos anos 1980 e sua concretização, em livro, apareceu só em 2004. O livro sistematiza as convergências (poucas) e divergências (muitas) entre as propostas de Pêcheux e Foucault para a análise de discursos. Ele coloca em diálogos (e duelos) as vozes de Althusser, Foucault e Pêcheux e me parece central, nesse livro, a visão dos "vértices assimétricos" desse triângulo. Ao mesmo tempo, convoca o trabalho de Jean-Jacques Courtine, por meio do qual Foucault foi incorporado em uma análise do discurso. No momento de sua publicação, o livro gerou polêmicas, principalmente porque ainda não era visível a forte relação de Foucault com o discurso. As polêmicas eram, especialmente, travadas com pesquisadores da AD pecheutiana que não aceitavam o fato de Michel Pêcheux ter transformado suas propostas ao longo do tempo e, afinal, ter-se aproximado das formulações de Michel Foucault. Eram pesquisadores que negavam a existência de "três épocas" nos trabalhos de Pêcheux, que o levaram a se afastar das formulações althusserianas e a aproximar-se da genealogia

foucaultiana. Essas questões, creio, foram superadas pela própria história do campo das teorias discursivas que, hoje tem várias partições, inclusive a dos *Estudos Discursivos Foucaultianos*. Eu enxergo, hoje, esse meu livro como uma síntese de leituras longamente gestadas e que, por isso, tem uma natureza fortemente didática. Acho, mesmo, que ele é um livro de pavimentação: ele aplainou o caminho para que muitos leitores se aproximassem de questões fincadas no coração da chamada "AD francesa" e que têm em Pêcheux e Foucault seus pilares. Eu gosto dessa ideia de um livro que pavimenta caminhos, que possibilita o percurso e encurta distâncias entre uma massa de saber e os leitores. Assim, se é correto afirmar que ele é um marco na proposição de uma análise de discurso foucaultiana, acho que é nesse sentido de ter colocado à disposição dos leitores um horizonte de possibilidades de ser fazer uma análise de discurso a partir da leitura de Foucault. E se hoje nos parece incontornável a centralidade de Foucault para os estudos discursivos, isso se deu em um segundo momento, numa nova construção que se estendeu por toda a primeira década dos anos 2000. E aí foi uma construção compartilhada entre os pesquisadores que participaram do GEADA e produziram seus trabalhos de tese em que a presença de Foucault se tornava cada vez mais proeminente. Com isso, foram explicitadas várias questões: a descrição arqueológica, as articulações do discurso com a História, as relações entre saberes e poderes na análise de objetos discursivos heterogêneos (o literário, o jurídico, o midiático etc.). E, além disso, após o doutorado, os pesquisadores do GEADA - que eram professores em universidades de vários lugares do Brasil - voltaram para suas instituições e criaram uma rede de outros grupos de pesquisa. Foram e são muitos esses grupos, instalados em praticamente todas as regiões brasileiras e que construíram com seus trabalhos o campo da análise de discurso com Michel Foucault. Pensando nessa rede de grupos de pesquisa é impossível, para mim, não me lembrar da metáfora da teia, no poema de João Cabral de Mello Neto, *Tecendo a manhã*: um galo sozinho não tece uma manhã, ela é tecida por muitos gritos de galos, até que a manhã, “desde uma teia tênue se vá tecendo, entre todos os galos.” Ademais, se hoje temos essa evidência de que Foucault nos oferece óculos de leitura é porque essa certeza é como a tessitura da manhã: ‘toldo de um tecido tão aéreo que, tecido, se eleva por si: luz balão’.

VS e PN: *Você acaba de nos falar sobre a constituição do Geada e a construção dos trabalhos de seus participantes. Os primeiros livros a trazerem artigos de integrantes do GEADA-UNESP - Filigranas do discurso (2000) e Discurso e mídia: a cultura do espetáculo (2003) - mostram o interesse do grupo por pesquisas que problematizam a mídia. O discurso da mídia em sua amplitude exigiu que você expandisse suas pesquisas sobre temas diversos, sempre considerando a emergência dos discursos em diferentes circunstâncias midiáticas. Discurso e mídia é um tema central que sempre se renova em teus trabalhos?*

MRG: O GEADA sempre foi constituído por pesquisadores voltados para a leitura de Foucault e suas problemáticas discursivas, mas cada um deles com formação e interesses heterogêneos. Em um primeiro momento, havia vários integrantes da área de estudos literários e, por isso, foram realizadas várias pesquisas sobre o discurso literário, mas o discurso político e a mídia sempre predominaram. Essa é uma singularidade em um grupo de pesquisas voltado para a leitura de Foucault, porque os principais trabalhos foucaultianos adotam a perspectiva histórica de *longa duração*, situando-se, num primeiro momento entre a Idade Média e a Modernidade e, nos trabalhos finais, na história da sexualidade, fazem um recuo até a Antiguidade greco-latina. Diferentemente, nossos trabalhos sempre focalizaram a história do presente, a curta duração histórica, talvez como sequela de nossa colonialidade... Afinal, o que há de mais atual do que a mídia ou o discurso político na mídia? Justamente, creio que a perspectiva do presente, da atualidade, da curta duração determinou que a mídia se tornasse um objeto privilegiado de nossas pesquisas. Observo que nessas duas primeiras coletâneas a que vocês se referem, a ideia de "cultura do espetáculo" se impõe e ela tem em sua raiz um texto de Jean-Jacques Courtine, traduzido no segundo livro, cujo título é *O deslizamento do espetáculo político*, essencial para entender as transformações do discurso político nas malhas das mídias contemporâneas. Além dos trabalhos publicados nesses dois livros, posso também me referir a algumas teses muito importantes sobre mídia e discurso político, como as que vocês dois desenvolveram: Vanice Sargentini analisando o discurso político em jornais anarquistas; Pedro Navarro investigando a construção da história do descobrimento do Brasil no discurso político da grande mídia nacional. Então, concordo que a mídia foi sempre um objeto privilegiado de investigações e que trouxe questões

abrangentes para nossas discussões: como se constrói a história na mídia? Como o discurso da mídia produz as *verdades* de um momento histórico? Como os discursos da mídia formatam as subjetividades em um momento histórico? Essas são questões seminais que acompanham nossos trabalhos sobre a mídia com a lente foucaultiana. Minhas pesquisas mais recentes se encaminharam para o funcionamento dos discursos nas mídias digitais, particularmente focalizando a WEB como uma imensa heterotopia que produz, constrói e desconstrói corpos em subjetividades e (in)visibilidades (GREGOLIN, 2015). Além desses temas, tem sido objeto de minha preocupação a problemática da batalha de discursos de verdade e sua consequência, as *fake news*, nos discursos políticos nas mídias digitais. Essa tem sido, para mim, uma forma de enfrentar o trágico momento político que vivemos desde a campanha presidencial de 2018, que elegeu um governo autoritário que tem um lastro profundo com a produção da violência verbal, da virulência discursiva e das *fake news*.

VS e PN: *Aproveitando essa discussão sobre o contexto político, social e cultural que se vem desenhando nos últimos três anos, a noção de crítica tem sido importante em seus trabalhos acadêmicos, tanto é que você se debruça sobre o sentido que Foucault atribui a essa noção, tendo como foco o impacto disso para a constituição da teoria e análise de discursos. Poderia nos dar alguns encaminhamentos no que tange à relação entre discurso, verdade e subjetividade?*

MRG: Michel Foucault nunca separou teoria e política, ao contrário, como leitor de Nietzsche, ele sempre repetiu que *o saber é feito para cortar*. Isso significa que ao adotarmos um ponto de vista teórico, estamos intervindo na história, intervindo na política. Por isso, eu falei, há pouco, que a leitura de Foucault e a reflexão sobre discurso, verdade e subjetividade são gestos de ética política e, portanto, maneira de confrontar o autoritarismo da política brasileira atual com atitude crítica. Como afirmou Foucault (2000), “a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade.” É nessa direção que tenho tentado caminhar, analisando as *políticas da verdade* do nosso momento histórico a fim de desconstruir esses discursos autoritários que negam a história e se esforçam para reescrevê-la a partir de seus próprios interesses. Tenho me concentrado na

análise dos mecanismos discursivos que são mobilizados na produção desses discursos negacionistas, desses discursos mentirosos. Trata-se, para mim, de analisar, neste momento político do Brasil, o que Foucault chama de “política geral de verdade”, isto é: a) quais tipos de discurso são aceitos e funcionam como verdadeiros?; b) quais são os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e os falsos e a maneira como se sancionam uns e outros? c) quais técnicas e procedimentos são valorizados para a obtenção da verdade? e d) qual é o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro? Quando se vive sob um governo que quer fazer a sociedade retroceder em termos culturais, educacionais, civilizatórios, a leitura de Foucault sobre a produção e a circulação dos *discursos de verdade* é essencial pois são eles que comandam a produção das subjetividades. A atitude crítica proposta por Foucault problematiza o que ele mesmo denomina como “economia política da verdade”, estabelecida no nosso tempo presente. Tendo, portanto, tomado como tarefa filosófica inquirir a constituição das verdades no seu tempo, questionando suas condições de produção e seus objetivos, o que interessa a Foucault é o que somos e fazemos hoje, pois próxima ou longínqua, uma formação histórica só é analisada pela sua diferença conosco. Assim, sendo um pensador das diferenças, os estudos de Foucault têm o objetivo de diagnosticar sua própria atualidade por meio de uma questão profícua: "quem somos nós hoje?" As possíveis respostas a essa questão não devem levar ao diagnóstico do presente em si mesmo; é necessário, como diz Foucault, nos perguntarmos sobre quem somos para abrir a possibilidade de sermos outros, de sermos diferentes do que aquilo que nos tornamos. Trata-se, portanto, de construir, por meio da reflexão crítica, a atitude de inservidão, de indocilidade refletida.

VS e PN: *Em palestras ministradas recentemente, você faz um retorno à Ordem do Discurso, de Foucault, para lá resgatar uma importante noção, a de vontade de verdade aliada com a ideia de controle discursivo. Poderia nos falar um pouco sobre a produtividade dessa articulação para uma crítica do nosso cenário atual?*

MRG: Tenho retornado ao texto *A ordem do Discurso* para pensar como é possível, nas frestas do controle social, exercitarmos a indocilidade, a insubordinação, a desobediência. Nessa aula maravilhosa, Michel Foucault expõe os vários mecanismos

sociais de controle dos discursos, que ele divide em duas naturezas, a externa (interdição, separação e vontade de verdade) e a interna (autor, comentário, ritual da palavra, apropriação social etc.). Todos esses procedimentos de controle (que, como sabemos, rarefazem os discursos e os sujeitos, restringindo sua produção e circulação) estão submetidos à *vontade de verdade* de um certo momento histórico. Por isso, um discurso só é aceito em uma época quando segue a racionalidade, o modo de legitimar a separação entre o verdadeiro e o falso dessa mesma época. Um discurso só é aceito se acata o valor legitimado pela separação do verdadeiro e do falso, isto é, se diante do verdadeiro e do falso se posiciona de acordo com a vontade de verdade vigente em sua época. Assim, a *aceitabilidade* de um enunciado ou de um discurso não provém da relação de adequação entre aquilo que é dito e a realidade (noção de verdade enquanto adequação), nem tampouco da coerência interna do discurso (noção de verdade enquanto coerência). Para que um enunciado seja *aceito* em uma época, para que possa ser legitimamente dito, para que esteja no *verdadeiro*, precisa seguir certas regras ditadas por um corpo social, histórico e anônimo. Por isso, segundo Foucault, não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. Ao mesmo tempo, ao examinar os mecanismos sociais que controlam a produção e a circulação dos discursos, Foucault nos mostra que a vontade de verdade se apoia em uma base institucional, sendo ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas etc. Por isso, aponta Foucault, o modo mais profundo do exercício da vontade de verdade é a maneira como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído. Inserida nessa perspectiva, tenho analisado, em artigos recentes, o dispositivo escolar como um potente regulador das vontades de verdade e dos mecanismos de controle (GREGOLIN, 2021). Focalizo, principalmente, o *dispositivo republicano*, acompanhando sua instalação no final do século XIX, suas práticas e políticas para a escrita e a leitura que repercutem o ideário da recém instalada República e promovem apagamentos das contradições históricas para produzir relatos hagiográficos de heróis e homens notáveis. Trata-se de discursos que negam a escravização de africanos e afro-brasileiros, apagam o extermínio de indígenas, criam o imaginário de um Brasil rural e harmonioso onde *mugem os bois à porfia...* Enfim, por meio da grandiloquência do discurso parnasiano, esses textos

escolares afastam de cena grande parcela da população brasileira. Mas isso não é apenas coisa do passado, é um projeto político que retorna sempre que um governo autoritário chega ao poder. Foi o que ocorreu na ditadura Vargas, na ditadura militar a partir de 1964 e está ocorrendo neste momento. Em plena pandemia, com a maioria das escolas públicas fechadas e as crianças fora da escola, o MEC lançou o programa de leitura chamado *Conta pra mim*, online, para a promoção do que chama "literacia familiar". Nas palavras dos proponentes, o público alvo é, principalmente, famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Chega a ser cínica uma afirmação dessas porque a maioria das famílias em situação de vulnerabilidade não tem computadores e muito menos acesso à internet! Outro cinismo é o fato de chamarem de "literacia" e não de "letramento"; com essa escolha lexical apagam toda uma tradição de trabalhos que, desde a abertura política dos anos 1980, vêm discutindo a natureza sócio-histórica da apropriação do sistema da escrita, isto é, o *letramento*. Além disso, os textos e atividades propostas para leitura são, claramente, um retrocesso a aquela escola do final do século XIX. Os materiais de leitura apagam as contradições históricas, criam uma representação de "família" que remonta à velha República. Apenas um exemplo desse retrocesso: entre os gêneros textuais propostos para leitura figuram as *biografias*. Quem são os biografados? São sujeitos considerados notáveis: engenheiros, médicos... portanto, devemos perguntar: nesse programa do governo bolsonarista, quem são considerados sujeitos da história? Nenhum sujeito negro ou indígena, nenhum abolicionista, nenhum brasileiro pobre e não escolarizado, nenhum insurgente, nenhum desobediente. O que é pior: o negacionismo extrapola os muros do dispositivo escolar, espraia-se pelo discurso político quando, por exemplo, em seu discurso à ONU, em 2020, o presidente brasileiro atribuiu as queimadas na floresta amazônica ao "caboclo e o índio que queimam seus roçados para sua sobrevivência". Essa representação do "caboclo e o índio" retoma toda uma iconografia que atravessa as leituras escolares e que os apresenta como ingênuos, ignorantes, selvagens, atrasados etc. O recurso discursivo a essa iconografia da ignorância e da simplicidade (materializada ao longo da nossa história na figura do Jeca Tatu de Monteiro Lobato e em muitas telas que apresentam os jesuítas catequizando os índios selvagens) apaga os agentes das queimadas - grandes produtores rurais, grandes mineradoras com suas máquinas e motosserras modernas e possantes. Esse é apenas um exemplo que mostra a produtividade dessa articulação entre *controle discursivo* e *vontade de verdade* para a análise crítica de "quem

somos nós hoje”, isto é, como os discursos (escolares, das mídias, jurídicos etc.) controlam o que pode e deve ser dito; regulam o que deve ser preservado na memória coletiva e o que deve ser apagado; determinam o que deve permanecer e ser repetido continuamente e aquilo que deve ser calado para sempre; estabelecem como e quem tem direito à fala e à apropriação social dos discursos etc. Podemos pensar, por exemplo, no discurso político atual da extrema direita brasileira que nega a existência do racismo entre nós; ou, nesse mesmo discurso, a negação da existência de uma ditadura militar que torturou e matou centenas de adversários políticos. A questão central é, portanto, que por meio da crítica aos mecanismos de controle e à instalação de uma certa vontade de verdade, possamos, como sujeitos políticos nos insurgir, desobedecer, rasgar essas entranhas e expor suas vísceras com o instrumento da análise dos discursos de inspiração foucaultiana.

VS e PN: *A publicação dos cursos de M. Foucault traz um promissor e consistente material para os estudiosos do discurso. Na sua opinião o que temos ainda a explorar com os Cursos do Collège de France?*

MRG: Michel Foucault produziu uma vasta obra que, aos poucos veio sendo traduzida e publicada no Brasil, desde meados dos anos 1970 até hoje. Eu sempre enfatizo a vastidão dessa obra e a amplitude de seus estudos, em meus cursos e palestras, para dar a dimensão da impossibilidade de - em curto espaço de tempo - ler todos os textos de Foucault. Eu repito isso porque é muito comum encontrarmos pesquisadores (alguns muito jovens e outros nem tanto) que se orgulham de dizer "eu li Foucault" ou "eu conheço Foucault". São tantas e tão densas suas discussões que considero "ler Foucault" um projeto de vida, até porque em cada um dos momentos em que didaticamente dividimos sua obra ele estava voltado para determinadas questões bastante específicas. Claro que há uma organicidade nessa obra, pilares que nunca são abandonados, como a discussão sobre o sujeito, o discurso, o poder, a verdade etc. Mas há desenvolvimentos que são singulares no momento *arqueológico*, assim como os há na *genealogia do poder* e na *genealogia da ética*. Sempre há algo novo que se desprende de seus trabalhos e, às vezes, nosso olhar atento consegue enxergar e se apropriar dessa nova problemática. Por isso, ler Foucault é um exercício sempre desafiante: todos os livros e textos podem ser

relidos muitas vezes e sempre encontraremos algo inusitado que havia escapado ao nosso olhar. Recentemente, vivi a experiência de reler *A História da Loucura* e fiquei atônita diante da quantidade de detalhes que sempre haviam me escapado. Tendo relido recentemente, prestei muita atenção no “não prefácio”¹ que acompanha a obra a partir da sua segunda edição: trata-se de um ensaio sobre a leitura, a interpretação e os discursos. Vem-me à memória um trecho desse não prefácio em que Foucault (2004) questiona a atividade de leitura de um livro, a partir de sua publicação. Ele afirma: “Um livro é produzido, evento minúsculo, pequeno objeto manejável. A partir daí, é aprisionado num jogo contínuo de repetições [...] os comentários desdobram-no, outros discursos no qual enfim ele mesmo deve aparecer, confessar o que se recusou a dizer, libertar-se daquilo que ruidosamente fingia ser” (p. vii). Nessa fala de Foucault podemos ver o conflituoso jogo entre autoria e comentário de um texto, uma luta em torno de seus significados: afinal, onde está o sentido, no autor, no leitor, no texto? Essa parece ser uma discussão muito frutuosa para pensar nos mecanismos de controle delineados por Foucault em *A Ordem do Discurso*. Outro aspecto que eu quero enfatizar sobre a obra de Foucault é a recepção de seus textos no Brasil. Aponto, primeiro, a Coleção *Ditos & Escritos* traduzida, entre nós, em dez volumes temáticos até hoje (outros poderão vir a serem publicados ainda, já que a coleção em francês traz outros textos, ainda não traduzidos). Certamente, essa divisão em temas é muito importante, muito didática. Além disso, a leitura dessas entrevistas, palestras, artigos etc. é elucidativa sobre questões que Foucault trata de forma densa em seus livros. Muitas vezes, há conceitos sobre os quais ele trata apenas nesses textos marginais, como é o caso de “dispositivo”; outras vezes podemos ler textos em que Foucault repensa sua obra anterior e aponta para o que ainda está em desenvolvimento, numa espécie de genealogia da obra e da leitura. Além dessa coleção imensa que é a *Ditos & Escritos*, vocês mencionam os cursos ministrados no Collège de France desde 1970 até 1984, que já estão à disposição do leitor brasileiro. As temáticas desses cursos acompanham os desenvolvimentos que Foucault imprimiu às suas pesquisas e abrangem dois grandes temas que sempre se entrecruzam em suas pesquisas: uma história crítica da subjetividade e uma análise das formas de governamentalidade.

¹ No texto que acompanha o livro *História da Loucura* a partir de sua segunda edição (1972), Foucault afirma que não gostaria de substituir o Prefácio anterior, que motivou uma longa polêmica entre ele e Jacques Derrida nos anos 1960. Entretanto, ao final do texto, Foucault conclui: “Mas você escreveu um Prefácio!” e responde: “Pelo menos é curto.”

Quanto à história da subjetividade, ela foi focalizada, nos primeiros trabalhos de Foucault, a partir de dois movimentos: a) por meio da determinação dos modos de objetivação do sujeito em saberes, como os que dizem respeito ao trabalho, à linguagem e à vida (por exemplo em *As Palavras e as Coisas*) e b) por meio do estudo das separações operadas na sociedade em nome da loucura, da doença, da delinquência e seus efeitos sobre a constituição de um sujeito normal e racional (como, por exemplos em *História da Loucura* e *Vigiar e Punir*). Em suma, na história da subjetividade, Foucault (2003) realiza a crítica radical do sujeito humano pela história; pensa em um sujeito que não é dado *a priori* mas que se constitui no interior mesmo da história, que é a cada instante fundado e refundado pela história. Ao mesmo tempo, a temática da subjetividade se entrelaça com o estudo das formas de governamentalidade. Os primeiros cursos ministrados, de 1971 a 1976, tematizam problemáticas ligadas à genealogia do poder e, portanto, fazem a crítica às conceitualizações clássicas de poder, nas quais ele é pensado como um sistema unitário, organizado em torno de um centro que é, ao mesmo tempo, a sua fonte e que é levado por sua dinâmica interna a se estender sempre. Ao contrário, os cursos desenvolvem uma analítica do poder que propõe entendê-lo como um domínio de relações estratégicas, de técnicas e de procedimentos diversos para conduzir condutas. Por isso, nesse período, os cursos tratam de temas como as instituições penais, a sociedade punitiva, o poder psiquiátrico, os anormais etc. A partir de 1978, iniciam-se as discussões sobre o biopoder e a biopolítica que levam à reflexão sobre as relações entre o poder e a ética. Esse momento - entre 1978 e 1980 - é uma espécie de entreato para a genealogia da ética e nos cursos são discutidos dois grandes aspectos dos dispositivos de poder: a) os dispositivos da sexualidade não são apenas de tipo disciplinar; eles também se realizam por um biopoder, cujo objetivo é gerir a vida da população e b) a questão do Estado torna-se central para a genealogia, a partir do estudo da biopolítica, cujo objeto é a população, a economia é seu saber mais importante e seu mecanismo básico são os dispositivos de segurança. Os temas desses cursos são: segurança, território, população; o nascimento da biopolítica e o governo dos vivos. Nos últimos cursos ministrados, entre 1980 e 1984, Foucault traz questões essenciais de uma genealogia da ética que se ligam indeclinavelmente à história da sexualidade. No primeiro desses cursos, cujo tema é *Subjetividade e Verdade* (1981), Foucault anuncia novas questões das quais pretende ocupar-se nos próximos anos e a principal delas é: como “se governar” exercendo ações

onde se é o objetivo dessas ações, por meio de técnicas de si? Por *técnicas de si* Foucault (1997) entende “procedimentos que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si.” (p. 109). Portanto, o conceito de “governamentalidade” vincula-se, a partir de então, ao “governo de si mesmo e dos outros” por meio da análise das *práticas de si* e essa articulação leva Foucault a construir uma genealogia da ética. No desenvolvimento dos quatro últimos cursos Foucault aprofunda elementos que estão sendo desenvolvidos na *História da Sexualidade* e seus temas envolvem as relações entre subjetividade e verdade, a hermenêutica do sujeito, o governo de si e dos outros e, finalmente, a coragem da verdade. Foucault (2016) pergunta: “que experiência o sujeito pode fazer de si mesmo, a partir do momento em que se vê na possibilidade ou na obrigação de reconhecer, a propósito de si mesmo, algo que passa por verdadeiro? Que relação o sujeito tem com si mesmo a partir do momento em que essa relação pode passar ou deve passar pela descoberta, prometida ou imposta, da verdade sobre si mesmo? A questão assim formulada é [...] uma questão fundamentalmente histórica.” (p. 11-12). Essas indagações são muito importantes para pensarmos as subjetividades contemporâneas e sua relação com as verdades deste momento histórico, por exemplo, na análise das políticas de gênero (a virilidade, por exemplo), das políticas do corpo etc. Poderíamos, a partir desses últimos cursos, fazer, talvez, uma história política das *verdicções*, isto é, do dizer *verdadeiro* sobre as subjetividades. Eu iniciei um trabalho sobre a "moda evangélica" para pensar algumas dessas questões (um corpo atravessado, ao mesmo tempo, por duas éticas paradoxais: o discurso religioso e o discurso profano da moda) - mas ainda é um projeto a ser mais bem formatado... Há muitas outras questões que derivam desses últimos cursos e que já vem sendo discutidas: o racismo de Estado, as práticas de liberdade, a parresia etc. Enfim, penso que a gente deve acatar o desejo que Foucault expressa no “não prefácio” de *História da Loucura* (2004), ao lermos seus livros: que eles não sejam lidos na condição de *textos* (produtos acabados de sentidos fechados) mas que sejam lidos como *discursos*, isto é, "simultaneamente batalha e arma, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível” (FOUCAULT, 2004, p. viii).

VS e PN: *Para finalizar, duas questões que se entrelaçam: a arqueogenealogia vem se tornando uma discussão central nos estudos discursivos foucaultianos. Ela é uma metodologia e/ ou um modo de compreender a existência e emergência dos discursos? E, finalmente, uma indagação que pode parecer colateral, mas que tem muito sentido para nós neste momento: é possível ler Michel Foucault sem se apaixonar?*

MRG: Quero começar e depois finalizar com sua última pergunta – “é possível ler Foucault sem se apaixonar?” - pois ela envolve leitura e paixão. Tendo a pensar que é quase impossível saber qual será a experiência do leitor diante de um texto ou de um autor. Alguns acharão Foucault insuportável, afinal ele fala de coisas que para muitos são inaceitáveis: o louco, o anormal, o infame... Ele questiona nossas vontades de verdade, nos diz que somos históricos e que sofreremos dessa finitude histórica. Quer tema mais chocante, para os fascistas, do que a história da loucura e a história da sexualidade? A mudança, a instabilidade, a movimentação, para os autoritários, são abomináveis. Então, Foucault é detestável para os fascistas porque ele enuncia a mobilidade, a transitoriedade, a instabilidade de nossas subjetividades e de nossas verdades. Outro ponto execrável para o leitor autoritário é o fato de Foucault nos apontar insistentemente os mecanismos dos poderes e, ao mesmo tempo, incitar-nos à insubmissão por meio da recalcitrância do querer e da intransigência da liberdade. Ele nos diz, com muita veemência, que entre poder e resistência há sempre uma instigação e uma luta recíprocas, uma provocação permanente. A instigação à luta e à desobediência ao autoritarismo são sustentados por um pensamento *arqueogenealógico* como um método sem a rigidez formal tradicional, mas com muita eficiência para os combates. Por isso, fazer análise *arqueogenealógica* significa que nosso olhar investigativo se debruça sobre os discursos a fim de enxergar a trama das relações entre saberes, poderes e processos de subjetivação pela lente crítica da história. A arqueogenealogia - que pode ser pensada como um modo de compreender a existência e a emergência dos discursos - volta-se para a história com olhar crítico, a fim de torná-la *capaz de oposição e de luta*. Por meio da *arqueologia* podemos articular os discursos com os acontecimentos históricos, compreender as tramas que os tecem, o que recobrem, o que os faz concretizar ações e pensamentos de um momento histórico. Ao mesmo tempo, por meio da *genealogia*, não devemos deduzir o que nos é impossível fazer ou conhecer, mas ela nos faz perceber – na contingência do que somos - a possibilidade

de não mais ser, fazer ou pensar daquela maneira. Por isso, a crítica do tempo presente é uma provocação ao momento em que vivemos, um exercício de liberdade por meio de um trabalho infinito que envolve a necessária indocilidade reflexiva. A insubordinação ao que somos e fazemos exige, portanto, um uso indócil da história, um retorno a ela para criticar o presente. Volto então, à última pergunta: "é possível ler Foucault sem se apaixonar?" Eu respondo que, para nós leitores inquietos que acreditamos no respeito aos seres humanos e às diferenças, é impossível não nos apaixonarmos por um pensador que tomou como objeto de estudos o recluso, o degredado, o excluído, o apartado, o lado sombrio das instituições e suas técnicas divisoras. Mas, ao mesmo tempo, Foucault nos fala do *matinal*, da *aurora*, das *luzes*, da *memória*. Por isso, para nós, a leitura de Foucault é provocadora de uma radical inquietude; experimentamos com ele "momentos de graça, infrequentíssimos" (Adélia Prado); vivemos com ele a consistência da raridade, um misto de susto e alegria - isto é: felicidade.

Agradecimentos

PN é bolsista de Produtividade em Pesquisa – Nível 2, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político**. O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

FIORIN, J. L. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 1989.

FOUCAULT, M. Ceci n'est pas une pipe. **Cahiers du chemin**, n. 2, 1968.

FOUCAULT, M. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

FOUCAULT, M. O que é a crítica? Crítica e Aufklärung. *In*: BIROLI, F.; ALVAREZ, M. C. (Orgs.). **Michel Foucault: histórias e destinos de um pensamento**. Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências, v. 9, n. 1. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2000.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GREGOLIN, M. R. **Mistério e esterilidade**: O fantástico Murilo Rubião. 1983. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, 1983. [cópia datilografada].

GREGOLIN, M. R. **As fadas tinham ideias**: estratégias discursivas e produção de sentidos. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1988. [cópia datilografada].

GREGOLIN, M. R. (Org.). **Filigranas do Discurso**: as vozes da História. São Paulo: Acadêmica, 2000.

GREGOLIN, M. R. (Org.). **Discurso e mídia**. A cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz Editora, 2003.

GREGOLIN, M. R. **Dos balanços e seus inumeráveis fios**: uma história do GEADA. 2014. Disponível em: <http://geadaararaquara.blogspot.com/2014/10/dos-balancos-e-seus-inumeraveis-fios.html>. Acesso em: 31 mar. 2022.

GREGOLIN, M. R. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na Web. In: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S. (OrgS.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. 1. ed. Campinas: Pontes, 2015, v. 1, p. 213-232.

GREGOLIN, M. R. Oh bendito o que semeia livros, livros a mão cheia. Letramento, pandemia, exclusões sociais no Brasil. **Heterotópica**, v. 3, p. 64-89, 2021.

HARRIS, Z. Discourse analysis. **Language**, v. 28, n. 1, p. 1-30, 1952.

MALDIDIER, D. (Re)lire Michel Pêcheux aujourd'hui. In: PÊCHEUX, M. **L'inquietude du discours**. Textes choisis par D. Maldidier. Paris: Cendres, 1990.

PUECH, Christian. A emergência do paradigma semiótico-estrutural na França. In: SARGENTINI, V. et al. (Orgs.). **Discurso, semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 19-66.

Recebido em: 15 de abril de 2022

Aceito em: 15 maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Pedro Navarro
E-mail: navarro.pl@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3267-4985>

Vanice Sargentini
E-mail: sargentini@uol.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7760-3075>

**As paixões do Pedro:
Entrevista com Pedro de Souza**

*Pedro's passions:
Interview with Pedro de Souza*

Atilio Butturi Junior

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

PEDRO DE SOUZA é Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, onde se dedicou à Análise do Discurso e à Teoria da Enunciação. Recém aposentado, continua a atuar de forma voluntárias nos Programas de Pós-Graduação de Linguística e de Literatura. Pedro é Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1D do CNPq, doutorou-se orientado pela professora Eni Orlandi e desde então tem se dedicado aos estudos foucaultianos – seja em sua pesquisa diária, seja em seus pós-doutoramentos.



Nossa conversa breve foi feita *on-line* – logo com Pedro, que gosta de encontros e de contato. O campo, como se verá, é o da academia, mas também do afeto. Ele não é só uma figura fundamental na formação de muitos de nós – na minha, foi professor, orientador informal, aconselhador, banca –, mas também é um entusiasta da análise do discurso e dos vários papéis que nela o trabalho de Michel Foucault pode representar.

Eis, pois, o Pedro – para quem ainda não o conhece e para quem ficará feliz em revê-lo.

Atilio Butturi Junior (ABJ): *Eu gostaria de começar pensando na sua trajetória acadêmica. Você defendeu seu mestrado em 1987 e lá você já discutia a ideologia e o político. Como foi o encontro com essas questões, logo no momento em que começava a se consolidar um campo de análise do discurso na UNICAMP. Como se deu o seu contato particular com as questões do discurso e da enunciação?*

Pedro de Souza (PS): Quando comecei o mestrado em Língua Portuguesa, na PUCSP, já tinha muito interesse pela linguagem em movimento. Não foi por acaso, que minha primeira orientadora foi Elza Miné, uma professora especializada em Sociolinguística e em Pragmática. A razão é que eu já vinha de uma experiência profissional no jornalismo, e eu queria olhar para a linguagem tal como ela acontecia no meu esforço para transformar os fatos que eu colhia na rua em textos de reportagem. Fui repórter, malgrado minhas grandes dificuldades. Tentei me enveredar pelo trabalho de reportagem. A coisa mais difícil era sair na rua, cobrir um fato na rua e voltar para a redação e transformar o fato que testemunhei em texto.

Depois fui levado a realizar determinados tipos de cobertura que era a cobertura da imprensa minoritária dos anos setenta. Comecei então a cobrir os movimentos populares que na época batalhavam contra a ditadura. Foi assim que meu momento mais prazeroso foi quando fui repórter *free-lancer* no Jornal *O São Paulo*, um semanário da Arquidiocese de São Paulo que teve seus dias de glória porque enquanto toda a grande imprensa era censurada e não podia fazer a cobertura das coisas como aconteciam, o jornal *O São Paulo*, dirigido pelo Arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, publicava aquelas matérias censuradas ou publicadas com buracos em outros jornais como *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*. Era a gente como repórter *free-lancer* que ia para a periferia

cobrir os movimentos populares. Destaco sobretudo o movimento do custo de vida e o movimento do loteamento clandestino. Foi assim que acabei exercendo um tipo de reportagem setorizada cobrindo principalmente as greves dos operários no ABC não só para o jornal *O São Paulo*, como para a imprensa nanica paulista – tabloides de esquerda, os jornais *Movimento*, *Opinião*.

Tudo isso explica meu interesse em escolher o campo de estudos da linguagem. Minha ideia foi desenvolver uma pesquisa de mestrado que fosse uma reflexão de como eu usava e de como eu escutava a língua portuguesa nos movimentos populares. Daí veio a ideia de eleger como objeto de análise os discursos do Lula, o então líder sindical dos metalúrgicos, Luiz Inácio da Silva. Desenvolvi então o projeto de mestrado que eu chamei de *A imbricação dos aspectos linguísticos e ideológicos na enunciação do discurso político*. Trabalhei especificamente com as falas de Lula, diante da assembleia de operários, que eu cobria no estádio Euclides da Cunha, em São Bernardo do Campo.

Como Elza Miné teve de viajar para trabalhar em Portugal passei a ser orientado pela Profa. Mara Zanotto Paschoal, muito dedicada aos estudos da metáfora. Mara Sofia não era iniciada em Análise de Discurso, mas tinha muito interesse em Pragmática e a Teoria dos atos de fala.

Nesse momento ainda me encontro tomado pela linguagem como objeto independentemente de quem a produz, embora já usasse Análise de discurso como ferramenta de análise. Então fui trabalhar com os discursos do Lula, mas não estava abordando Lula como sujeito. Não via na fala do Lula uma plataforma de subjetivação em suas enunciações. Eu via no Lula um lugar de produção de enunciado. O máximo a que eu chegava era a atos de enunciação que davam origem a textos. Por isso, a teoria argumentativa de Oswald Ducrot juntada com os aspectos ideológicos de natureza discursiva, conforme proposto por Michel Pêcheux, foram me fornecendo a metodologia e a construção das hipóteses de análise. O certo é que a problemática da subjetividade tal como me veio depois ainda não aparece na minha dissertação. Eu até já estudava Émile Benveniste, só que de um ponto de vista meramente estruturalista.

De modo que meu interesse pelo sujeito em enunciação só veio no momento em que iniciei o doutorado já sendo orientado por Eni Orlandi. Certo que o tema da subjetividade é central na escola francesa de Análise de discurso. Só que me via abordando o sujeito em discurso com uma certa objetividade perguntando: que sujeito é

esse, que ideologia é esta que faz sujeito? Isto equivalia a me colocar de fora dos processos subjetivos que pretendia analisar. Com o doutorado minha postura mudou. Passei a assumir como minhas as questões que investigava nos universos o mais variados de discurso, não só o da sexualidade.

ABJ: *E seu encontro com Eni Orlandi? Aliás, em que medida houve um deslocamento teórico-metodológico quando você entrou no doutorado?*

PS: Na minha formação, Eni Orlandi foi um ponto de virada. Com ela e a teoria de discurso que ela começava a desenvolver nos anos oitenta, aprendi bem a tocar a palavra – escrita ou falada – como linguagem e enunciação em movimento. Enquanto fui construindo meu projeto de doutorado fui me deixando tomar por uma ideia de subjetivação que comportava a relação do falante com o que diz, se constituindo como sujeito. Em verdade, nunca disse isso a Eni, mas ela me impulsionou a ser mais ousado no trabalho de investigação na área de linguagem. Passei a ser um linguista a se ocupar de coisas de que a academia linguística não se ocupava por entender que questões como sexualidade não era coisa de linguistas. E ainda mais: ousei a investigar a linguagem a partir de questões muito próximas de mim mesmo: a minha sexualidade. Refletir criticamente sobre a negritude me ocorreu logo depois do doutorado.

Então penso que entre o modo de Eni Orlandi trabalhar e o que fui desenvolvendo, sob a orientação dela, não houve deslocamento teórico-metodológico e sim radicalização. Ainda havia um certo receio em tomar como objeto de pesquisa casos que estivessem muito próximos da militância e da vida do pesquisador. Meus amigos antropólogos já faziam isto, e me inspirei neles. Nestor Perlongher, autor de *O negócio do michê*, foi um desses inspiradores, amigo muito próximo de mim.

Ao ler o meu projeto na versão em que encaminhei para solicitar uma bolsa de doutorado, a reação de Eni foi de prevenção. Ainda me lembro de suas palavras. quando comentou meu projeto diante de meus colegas: “muito militante”, resmungou ela. Mas, depois de aprovado na FAPESP, e com os primeiros desenvolvimentos, Eni começou a se entusiasmar, embora o viés fosse fortemente foucaultiano. Acontece que o aporte analítico sobre a base da perspectiva da heterogeneidade enunciativa de Jacqueline

Authier-Revuz deixou claro que se tratava sim de uma análise de discurso que não abdicava do linguístico como seu pressuposto.

ABJ: *Você foi contemporâneo de muitos dos pesquisadores e muitas das pesquisadoras que hoje temos como nomes consolidados do campo dos estudos discursivos. Como era a relação de vocês na época de formação e naquilo que era o trabalho de ler e discutir textos ainda inéditos no Brasil?*

PS: Muito bom que você me faça lembrar disso agora. Éramos um grupo muito coeso e com plena consciência de estarmos contribuindo com a construção de um campo ainda não consolidado, pelo menos até o início dos noventa. A Análise de discurso era uma espécie de partido de esquerda no domínio da linguística. Então agíamos com grande cooperação discutindo uns a escrita de outros e formando grupo de leituras e de pesquisa que resultaram na produção de coletâneas temáticas. Dali vieram livros como *A leitura e os leitores*, *Formação da identidade nacional* com os quais fazíamos reverberar as elaborações de textos inéditos que nós mesmos traduzíamos em parceria. E não era apenas os inéditos de Michel Pêcheux.

ABJ: *Ainda sobre sua formação. Seu doutorado, para mim, traz uma série de pontos extremamente relevantes e já apontam o caráter pioneiro da sua pesquisa. Primeiro, porque vem de uma atividade de militância, de um estar no mundo que, embora hoje vigore como uma verdade científica, poderia parecer estranho à época; depois, porque traz a sexualidade para o centro da problematização do discurso, o que também será feito – de forma organizada, digamos –, pelo menos dez anos depois; terceiro, porque há na sua tese um forte gosto foucaultiano, que parece ter sido um encontro naquele momento. Como você chegou a esses três deslocamentos?*

PS: O doutorado me levou a reverter meu modo de olhar para subjetividade em Análise de discurso. Mas para isso, foi preciso me voltar para a prática militante e fazer dela meu objeto de investigação. Neste momento, eu que já lia e tinha interesse por Michel Foucault, passei a ler Foucault, com mais aplicação, a partir do primeiro volume de *História da sexualidade*. Tudo isto me veio muito a calhar. Com meu envolvimento

ativista no Grupo Somos de Afirmação Homossexual, eu construí meu objeto de investigação envolvendo a minha própria experiência na relação com a linguagem. Envolvido num dos setores de ativismo no Grupo Somos, que era o de cuidar da correspondência enviada ao grupo, servi-me do arquivo dessas cartas, e fiz dele um projeto de investigação.

Lembro que meus companheiros de militância na época ficaram entusiasmados. Com a ideia de eu levar para a academia questões de cunho muito subjetivista e até intimista. Como a angústia de ser ou de se afirmar homossexual poderia ser objeto de interesse de uma área da Linguística? Afinal, o tema mal era abordado no domínio da psicologia. Só que na área da História e da Antropologia. O tema da homossexualidade. Já tinha alçado a objeto de interesse de estudo. Mas a maneira de eu propor a análise suscitou curiosidade. É que a palavra do gay seria colocada em cena e protagonizada. Não que o resultado, na parte das análises, tivesse sido acolhido e entendido pelos leitores em geral. Infelizmente, acabei prestando contas do saber a mim cobrado já que era um doutorado na Linguística. De qualquer modo, fico surpreso que até hoje esta tese ainda muito citada e muito referida quando se trata de falar de homossexualidade. Acredito que isso se deva ao fato de eu ter conseguido colocar a fala do homossexual no protagonismo da história dos movimentos homossexuais.

***ABJ:** Agora, aproveito o ensejo para trazer Foucault à baila. Nos Programas de Pós-Graduação em Linguística e de Literatura da UFSC você foi a pessoa central para desenvolver os estudos sobre Michel Foucault e, a partir dessa pesquisa, certamente foi um daqueles que promoveu, de forma menos tensionada, o encontro entre Pêcheux e Foucault. Isso foi deliberado ou apareceu como uma urgência metodológica?*

PS: Sim. Foi deliberado. Mas muito mais por pela urgência de minha paixão por Michel Foucault que passei a trazer para mais perto de meu modo de pensar, falar e escrever. Os cursos de Foucault no Collège de France tinham para mim uma força, a princípio constrangedora – tinha receio de mimetizar o filósofo francês apresentando suas aulas em classe. Só que quando entrei em contato com sua letra e sua voz nos cursos era como se me deixasse tomar mediunicamente por suas palavras, seu pensamento, seu ensino. A cada vez que levei um curso para a sala de aula tinha a feliz coincidência dos

fatos que aconteciam na atualidade política e histórica do país. Foi o que senti, em cada uma das aulas sobre o curso *Governo de si e dos outros*. O presidente Luiz Inácio da Silva. Estava enredado em seu governo. Por conta das denúncias do mensalão. Percebi que para compreender analiticamente o que se passava era só deixar Foucault falar. Daí tive de me distanciar de Michel Pêcheux e sua tese sobre a ideologia. Porque sob a perspectiva da escola francesa de análise de discurso, a tendência dos analistas era a de julgar, ainda que de maneira irrepreensivelmente metódica. O que se procurava era saber se Lula era culpado, levando em conta as condições ideológicas de sua implicação no caso. Até um de meus orientandos me desafiou, com êxito pela qualidade do trabalho que produziu, a me contrariar, colocando Lula na berlinda. Com Foucault, pude mostrar que era bem diferente trabalhar as condições de possibilidade de uma ou outra apreciação analítica. Se tratava de pensar não a responsabilidade pelo estado de coisas na crise governamental que se arrasta até agora, mas sim de diagnosticar o estado das coisas tal como acontecia, sem pretensão de impor uma verdade. Em resumo, não rejeitei Pêcheux, apenas troquei uma bússola por outra no intuito de escapar ao risco de cair na armadilha do que se pretende evitar, ou seja, a ideologia.

O curso *A coragem da verdade* foi o que mais me afetou. Senti-me totalmente a vontade ao expor cada uma das aulas enfatizando e tornando atuais os gestos de coragem que ele invocava como que falando de si mesmo. Não me incomodo e até admito ter me distanciado da obra livresca do filósofo porque me interessava não tanto o conteúdo do pensamento que Foucault desenvolvia em aula, mas sobretudo o seu modo de produzir em múltiplos atos de enunciação. Foi o que me fez parar e me dedicar a ouvir a voz de Michel Foucault em muitos de seus cursos até então inéditos e só acessíveis na época em arquivos fechados. O modesto resultado desta aventura está no livro *O trajeto da voz na ordem do discurso*, publicado pela Editora Pontes, 2009.

Hoje, mesmo os que desconfiavam desta paixão pela leitura dos cursos. Abdicando dos livros, por fim entendem que um conjunto já não pode mais ser lido sem o outro. A única vez em que ouvi Roberto Machado, lembro-me de ele dizer que tinha deixado de considerar os cursos de Michel Foucault editados em livro como obra secundária.

ABJ: *Ainda com Foucault – e daqui por diante sempre com ele: num texto recente, Qual o lugar do linguista na análise do discurso?, você pensa a língua “em funcionamento na boca do falante” para deslindar o nó entre o discursivo e o não-discursivo que funda a Arqueologia. Nós, nesta edição, nos colocamos no campo da linguística – de maneira institucional, eu diria – para pensar com Foucault. Você poderia falar um pouco do papel desse linguista e o seu papel de analista do “funcionamento” do discursivo?*

PS: Esta é, eu diria, uma descoberta recente minha. Mas não estou inventando a roda. Os trabalhos do jovem foucaultiano Daniele Lorenzini – a quem agradeço a gentileza de partilhar comigo suas ideias nas vezes em que participamos juntos de eventos *on-line* – e também os textos de Jocelyn Benoist me guiaram na busca de uma outra perspectiva de discurso no livro *A arqueologia do saber*. Há aí um ponto de vista de que não há discurso sem língua. Mas a língua que pressupõe Foucault não é para o discurso a das formas sistemáticas pensadas tanto pelos saussurianos, quanto pelos chomskianos e até mesmo pelos pragmatistas de índole logicista. A língua é a palavra colocada em funcionamento para produzir mundos, saberes, coisas. No levantamento dos arquivos de rascunhos de Foucault enquanto escrevia *Arqueologia de saber* ficou demonstrado que sua inspiração para elaborar o enunciado como discurso veio de Austin, de quem lhe encantou a ideia do linguístico não como forma mas como funcionamento. E no funcionamento o que se pega é o ato, isto é, não as palavras por elas mesmas enquanto estão. Não é preciso entender todas as palavras ditas, diria Foucault. Isto não é importante. O que importa é que o analista consiga captar o que está acontecendo. E o que está acontecendo só se pega pelo ato de fala. O que o sujeito faz com as palavras é o acontecimento coincidindo com o ato de falar. E este acontecimento é o discursivo. Então para Foucault além do fato de que alguém fala, é preciso estabelecer uma relação com o que se diz em certo instante e o que se diz ou está dito em outro lugar. É disto que se trata quando se considera o que o falante faz com as palavras ao empregá-las.

ABJ: *Você fez duas inflexões na leitura de Foucault que me parecem interessantes: a primeira, de uma leitura que leva em consideração a Teoria da Enunciação, no vértice Benveniste-Agamben; a segunda, na modalidade material da voz.*

Essas duas questões parecem acompanhar seu trabalho pelo menos há dez anos e me parecem relacionadas, como programa de pesquisa. Pensá-las como uma relação é lícito?

PS: Bem, é lícito pelo menos numa perspectiva que responde aos meus interesses. O Benveniste que eu amo hoje talvez seja diferente do Benveniste que Barthes amou. Digo isso porque com Agamben levo às últimas consequências o que há na teoria benvenistiana da enunciação como presença. Esta presença não é do sentido, mas do ato que antecede o sentido. Quer dizer se o sujeito se constitui pela linguagem isto não acontece obviamente pela ação de um sujeito na origem. Acontece apenas pela presentificação de um ato, o de falar apropriando-se da linguagem. Agamben chama atenção para o fato de que em Emile Benveniste a primeira condição para que haja enunciação é a realização vocal. Isto me faz atentar para a presença de um ato vocal convertendo a língua em discurso, com tudo o que isso significa: sujeito, sentido, etc. Daí retiro, meu interesse pela pesquisa da voz como ato de enunciação cuja materialidade vem do ato de colocar a voz em articulação com sons específicos, no caso os que conformam uma linguagem. O que tem me interessado é justamente o atrito entre o singular da voz e o que a faz soar materialmente submetida a certa sistematicidade linguística. Gosto dos textos de Giorgio Agamben, como *O autor como gesto*, quando retoma o lugar vazio do sujeito-autor preconizado por Foucault, e o preenche como gesto, ele mesmo vazio de subjetividade.

ABJ: *E o seu interesse na voz feminina? Aproveito: como você passa de um interesse da voz como objeto para se tornar uma voz que canta – e o faz publicamente? No limite, quais as implicações entre a paixão pela escuta (uma arqueologia que você fez num desses últimos eventos) e a emergência, na cena pública, daquele que canta?*

PS: Sua pergunta me ajuda a fazer uma revisão crítica do que tenho trabalhado sobre voz. Em verdade, no início, não quis me voltar especialmente para a escuta da voz feminina, mas para a escuta da voz em circunstâncias que a faz ser escutada como feminina. O caso é que trabalhei primeiramente com cantoras associando seu canto à expressão de sua condição de mulher em certo estrato histórico. Mas não questioneei a

relação entre essa condição histórica e a materialidade vocal de seu canto. Apenas atentei para o sujeito em que se convertiam as mulheres usando a voz como atitude de enunciação. Poderia, porém, falar da voz, como tentei em alguns trabalhos posteriores, independente do corpo em que se origina. Foi assim que, por exemplo, analisei as circunstâncias discursivas em que a voz de Maria Gadu foi escutada. Acontecia de, na cena de suas primeiras aparições cantando em público, seu corpo não condizer com a voz da menina entoando melodicamente as palavras. No filme *Transamérica*, 2004, roteiro e direção de Duncan Tucker, analisei a cena em que a personagem transexual masculina exercitava a passagem de sua tessitura vocal para a frequência feminina. Estava economizando a fim de se submeter à última cirurgia que a transformaria definitivamente numa mulher. A personagem estava para conhecer o filho de 17 anos e não desejava aparecer como homem, o pai que o filho queria conhecer. Diante do espelho, há um momento em que afirma, depois de longo treino vocal: “esta é a voz”. Vemos aí uma cena de auto escuta da voz, em que ao contrário do exemplo da cantora Maria Gadú, faz a voz coincidir com certa imagem de corpo feminino. Entendo então que não se trata da voz em si como objeto de análise em meus trabalhos, mas da maneira como é escutada não importa de que corpo venha. É claro, pensando que o corpo da origem vocal é o que se produz a partir do que dele se faz mediante o dizer sobre a voz escutada.

ABJ: Já que falamos de Agamben, eu aproveito para pensar a atualidade e a biopolítica, que aparecem de maneira efetiva em seus últimos escritos e falas sobre a Covid-19. Se desde sua tese aparece o problema do corpo e do gênero, do desejo e da exceção – que eram um modo de pensar o seu próprio tempo –, qual o papel do intelectual e do acadêmico nesses tempos de desdemocratização, como tem defendido Wendy Brown e tantos outros? Ainda: diante dos ataques à ciência e à universidade, estaríamos retomando uma vontade militante – como defendia Foucault em A coragem da Verdade?

PS: Considero delicado tocar nesse tema. Constrange-me aceitar a demanda do intelectual que venha dizer que sabe como as coisas devem ser. Penso que cabe ao intelectual agir apontando sim para intolerável – o fascismo na sua forma mais violenta. Difícil dizer que não cabe ao intelectual mostrar o certo e o errado, mas as condições em que valores de verdade ou falsidade aparecem historicamente. Este é o legado de

Nietzsche para Foucault. Acompanhei pouco a polêmica em torno das manifestações de Agamben, mas no pouco que li percebi que o problema estava não no que Agamben apontava sobre as crenças quase religiosas na ciência e na ingênua submissão à tirania do estado se aproveitando da pandemia para mais uma vez controlar a população. Pela palavra de seus críticos, senti que Agamben se equivocou na forma de tecer sua crítica. Não era necessário negar o aparecimento da pandemia, para alertar sobre os perigos de um poder tirânico se aproveitando de uma dura crise de saúde pública. Então, vejo o papel do intelectual como a voz esmiúça os contornos de certa movimentação social e política e faz ver como esses contornos desenham um estado de coisas e os perigos nele implicados. Por exemplo, não sei se importa tanto fazer pensar o conteúdo do pensamento bolsonarista que se viraliza, mas a maneira como ele opera desenhando uma sociedade antidemocrática. Em outros termos, é preciso fazer com que as pessoas pensem sobre esta ou aquela lógica, fazendo ver, na esteira da memória, os desastres que podem comportar certa maneira de ver e construir o mundo atual. Não preciso gostar do negro ou da cultura negra, sim entender que do lugar dado a qualquer minoria na estrutura social depende a garantia do lugar dos que se distanciam dos diferentes mediante valores racistas ou fascistas. Também não aludo ao ingênuo intelectual que acredita no lema “há lugar para todos”. Penso no intelectual radical no sentido que, em domínios específicos, vai à raiz dos confrontos, buscando não acabar com a tensão, mas abrir brechas de relações livres, ou de práticas de liberdade, como conceituou Michel Foucault. Isto é criticamente atuar ou militar, mais do que sobre os problemas, mas sobre a maneira com que as coisas fazem problemas. Lembro agora da celeuma sobre vacinar ou não as crianças contra a covid-19. Quando surgiu a vacina contra paralisia infantil, vacinou-se as crianças sem pestanejar. Por que agora vacinar crianças se torna um problema no Brasil? Muitos podem continuar suas posições contra ou a favor, mas a intervenção de um ativismo intelectual ajuda a compreender porque o fazem desta ou daquela maneira. A função do intelectual militante é fazer pensar de outro jeito, nunca contra ou a favor do que quer que seja. Para tanto é preciso fazer enxergar o que se passa para além de qualquer avaliação moral, seja para o bem, seja para o mal.

ABJ: *A questão da atualidade, ainda. Como você vê o campo dos estudos discursivos e qual o papel que os estudos de Foucault desempenham nele no Brasil?*

PS: Bem. Nos diferentes modos de desempenhar, penso que o campo dos estudos discursivos ganha um posto firme e definitivo. Até mesmo a expressão ‘campo discursivo’ para designar um domínio de especialidade acadêmica é muito feliz porque foca distintamente o objeto e o domínio. Digo isto porque, embora hegemonicamente atuado na área das Ciências da linguagem, notadamente a linguística, o discurso é objeto de interesse de outros domínios das ciências humanas como a história, a psicologia, a antropologia, a literatura. Até mesmo o domínio do que se chama ciências exatas se vale de aportes de análise de discurso para pensar suas questões. Em resumo, concebo o campo de estudos discursivos como um domínio em que se pode colocar em questão o saber e suas formas de se constituir em cada área. Daí que não é preciso considerar a língua ou a linguagem para analisar discurso. Isto é, claro, especialidade dos linguistas. Entretanto o historiador, como ensinou Paul Veyne, pode examinar o seu objeto sob a perspectiva do discurso sem entrar nas particularidades da língua em que se escreve a história. No meu caso, tenho buscado pensar a voz e a canção como discurso vinculando o campo da música popular ao da linguística e da literatura. Penso no que realizam magnificamente Luiz Tatit e José Miguel Wisnick.

Agradecimentos

ABJ é bolsista de Produtividade em Pesquisa – Nível 2, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Recebido em: 08 de abril de 2022

Aceito em: 15 maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Atilio Butturi Junior
E-mail: atilio.butturi@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9985-2259>

Saussure e Foucault, língua e discurso

Saussure and Foucault; language and discourse

Cleudemar Alves Fernandes
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Vanice Sargentini
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

Resumo: O artigo problematiza a noção de língua que perpassa os estudos de Foucault, mais especialmente nos textos publicados no final dos anos 1960, com ênfase para *A Arqueologia do Saber*. Objetiva explicitar e/ou discutir as implicações do conceito de língua para a edificação de aparatos teóricos e metodológicos que dão sustentação às suas proposições sobre o discurso. Tem-se como hipótese que o diálogo com o estruturalismo, que lhe apresenta a língua como sistema, atua como fundamento para os conceitos de discurso e práticas discursivas, que lhe serão caros ao longo de vários anos de pesquisa. No desenvolvimento do artigo, inicialmente apresenta-se a noção de língua em Ferdinand de Saussure, especificamente no *Curso de Linguística Geral*, e posteriormente, faz-se o cotejamento da noção de língua em Foucault e em Saussure, considerando o desencadeamento dos conceitos de enunciado e de discurso. Os resultados indicam as aproximações e distanciamentos entre os dois autores, considerando-se a noção de língua.

Palavras-chave: Saussure; Foucault; Língua; Discurso; Enunciado

Abstract: The article problematizes the notion of language that permeates Foucault's studies, especially in texts published in the late 1960s, with emphasis on *The Archeology of Knowledge*. It aims at explaining and/or discussing the implications of the concept of language for the construction of theoretical and methodological apparatuses that support its propositions about discourse. The hypothesis is that the dialogue with structuralism, which presents language as a system, acts as a foundation for the concepts of discourse and discursive practices, which will be important to him over several years of research. In the development of this article, initially the notion of language in Ferdinand de Saussure is presented, specifically in the *Course in General Linguistics*, and later, the notion of language in Foucault and in Saussure is compared, considering the development of the statement and discourse concepts. The results indicate the similarities and differences between the two authors, considering the notion of language.

Keywords: Saussure; Foucault; Language; Discourse; Statements



1 Introdução

Há, no Brasil, junto à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), um Grupo de Estudos (GT) denominado Estudos discursivos foucaultianos, que reúne pesquisadores de Letras e Linguística em torno do pensamento do filósofo francês Michel Foucault, atentando para questões concernentes à linguagem e sua relação com aspectos sociais, históricos, políticos e culturais, o que culmina na apreensão do discurso como objeto para análise. Grande parte dos membros desse GT tem em sua vida acadêmica a origem em cursos de letras e de linguística, nos quais a atenção aos termos língua e linguagem é frequente e central. Considerando que, em seus escritos, Michel Foucault não atribui centralidade ao conceito de língua, ainda que essa noção seja produtiva para que ele venha a definir enunciado, o objetivo deste artigo é problematizar a concepção de língua que perpassa os estudos de Foucault, mais especialmente nos textos publicados no final dos anos 1960, com ênfase para *A Arqueologia do Saber*, com vistas a explicitar e/ou discutir as implicações desse conceito para a edificação de aparatos teóricos e metodológicos que dão sustentação às suas proposições sobre o discurso. Temos como hipótese que o diálogo com o estruturalismo, que lhe apresenta a língua como sistema, atua como fundamento para os conceitos de discurso e práticas discursivas, que lhe serão caros ao longo de vários anos de pesquisa.

Para o cumprimento de nossa proposta, inicialmente retomaremos a noção de língua em Ferdinand de Saussure, especificamente no *Curso de Linguística Geral*, por ser esta a obra que constituiu referência central para as reflexões alcunhadas de estruturalismo em vários campos disciplinares. Posteriormente, cotejaremos a noção de língua em Foucault e em Saussure, considerando o desencadeamento dos conceitos de enunciado e de discurso. Interessa-nos especialmente o contexto francês dos anos de 1960, momento de uma efervescência intelectual caracterizada por embates epistemológicos e edificações de campos disciplinares; contexto inclusive de início dos estudos sobre o discurso, que culminaram na proposição da disciplina acadêmica Análise do Discurso. Nessa década, há também a emergência do pensamento de Michel Foucault e sua incidência nos estudos do discurso, em germinação.

2 Da língua em Saussure ao discurso em Foucault

O *Curso de Linguística Geral* (CLG), de Ferdinand de Saussure, é considerado como obra central para a edificação da Linguística como uma ciência, ao que se confere a fundação da Linguística Moderna. Para tal empreendimento, Saussure¹ defende a suficiência da língua para constituir objeto de uma ciência e propõe a exposição de conceitos e métodos que dão sustentação para o estudo científico desse objeto específico. De suas considerações para a definição desse objeto, Saussure (1974, p. 17) indaga: “Mas o que é a língua?”. Em seguida, responde: “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita” (SAUSSURE, 1974, p. 17)

Nessa proposição inicial, a concepção de língua – apresentada como ‘produto social’, ‘conjunto de convenções necessárias’ –, implica a linguagem, compreendida como uma faculdade humana, exercitada pelos sujeitos (indivíduos) da língua. Ao atribuir à linguagem o caráter multiforme e heteróclito, pressupõe-se que o corpo social que adota o mesmo conjunto de convenções – a língua – é heteróclito, podendo apresentar estilos e/ou usos da língua de formas diferentes.

Se por um lado, Saussure (1974) considera a “língua [como] um todo por si e um princípio de classificação” (p. 17); por outro, a linguagem “tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro [...] a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução” (Ibidem, p. 16). Sendo a língua o produto social, um ‘sistema estabelecido’, tem-se nesses apontamentos um sistema binário; ou seja, a presença de dois elementos indissociáveis, que se inter-relacionam. A presença de pares binários na definição e mesmo estruturação de um objeto, sempre dependentes entre si, é notada em todo o *Curso de Linguística Geral*, e caracteriza o método operacional de Saussure. Esse método será denominado por seus leitores de estruturalismo, e será tomado como parâmetro para estudiosos na edificação de vários outros campos disciplinares.

¹ Não nos ocuparemos neste artigo da querela em torno da autoria do *Curso de Linguística Geral*, questão discutida em Silveira, Sá & Fernandes (2019). Tomaremos o CLG como uma obra que porta um nome de autor, ao qual faremos as devidas referências.

Na assunção de que a língua é o objeto de uma ciência, da Linguística, Saussure faz as seguintes reiteraões dos caracteres desse objeto científico:

“Ela é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem [...] Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la” (p. 22).

“A língua constitui uma instituição social [...] A língua é um sistema de signos [...] Pode-se, então, conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social” (p. 24).

“O signo deve ser estudado socialmente” (p. 25).

Nessas afirmações, a presença do social é reiterada como condição para a existência da língua, e configura-se, a nosso ver, como uma das aberturas de Saussure; ou melhor, do CLG, para estudos outros. Tanto é que Saussure é referência constante entre pesquisadores e intelectuais na França, nos anos 1960. A propósito, consideramos que nessa década, no contexto francês, ainda vigorava a afirmação de Saussure de que “a Linguística tem relações bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestados como lhe fornecem dados” (SAUSSURE, 1974, p. 13).

Feitas essas considerações, veremos, a seguir, como se dá (se isto ocorre) o diálogo de Foucault com a concepção de língua elaborada por Saussure, para a fundamentação dos conceitos de discurso, enunciado e práticas discursivas, conforme anunciamos em nossa hipótese.

Para o desenvolvimento dessa questão, investigaremos como se dá o olhar de Michel Foucault para a língua, e, sabendo que a língua em si não constitui objeto de suas investigações, verificaremos em que medida, ou de que maneira, ela se faz presente na proposição teórica e metodológica para as análises do discurso e das práticas discursivas em Foucault, quando da elaboração do método arqueológico, conforme desenhado especialmente em suas reflexões apresentadas n’*A Arqueologia do saber*.

Para tal elaboração, Michel Foucault aproxima-se dos estudos linguísticos, sobretudo, na segunda metade dos anos 1960, ao discutir a noção de episteme em *As*

Palavras e as Coisas e dar atenção à linguagem. Na avaliação dessa obra, a crítica lhe atribuiu o rótulo, visto como desqualificador, de estruturalista, que custou ao filósofo vários textos de esclarecimentos, como em *Estruturalismo e Pós-estruturalismo*, entrevista concedida em 1983.

Enfatizarei inicialmente que, no fundo, no que se refere ao que foi o estruturalismo, não somente – o que é normal – nenhum dos atores desse movimento, mas também nenhum daqueles que, por vontade ou à força, receberam a etiqueta de estruturalista sabiam exatamente do que se tratava. Certamente, aqueles que aplicavam o método estrutural em domínios muito precisos, como a linguística, a mitologia comparada, sabiam o que era o estruturalismo, mas desde que se ultrapassava esses domínios muito precisos, ninguém sabia ao certo o que isso era. (FOUCAULT, 2000a, DE II, p. 307)... Nunca fui freudiano, nunca fui marxista e jamais fui estruturalista (Ibidem, p. 312).

Entretanto, se em uma revisão reflexiva sobre seus estudos, M. Foucault recusa o estruturalismo, não se pode negar que vivera neste ambiente de recepção de Saussure na França, despertado tardiamente após Segunda Guerra Mundial, e somado a mal-entendidos cristalizados na ‘(re)descoberta’ do *Curso de Linguística Geral* (PUECH, 2014). A presença dessa obra de Saussure se faz evidente quando, após a publicação de *As palavras e as coisas*, em 1966, Foucault propõe-se a uma produção acadêmica destinada à explicação da natureza e à definição de seu próprio trabalho. Inicialmente, no texto intitulado “Resposta a uma questão”, escrito em 1968, expõe o discurso como objeto de (ou objeto para) suas reflexões: “Estudei alternadamente conjunto de discursos; caracterizei-os; defini os jogos de regras, de transformações, de limiares, de remanências; eu os compus entre eles, descrevi os feixes de relações” (FOUCAULT, 2010, p. 5). Essa explicação ganha mais consistência e maior explanação na obra publicada no ano seguinte – *A Arqueologia do Saber* – na qual a língua é referida como um objeto tomado como condição para o estudo de outro objeto, não linguístico propriamente, o discurso, cuja existência necessita da língua. Eis então a instauração de um diálogo com conceitos encontrados no CLG.

Nessa empreitada, Foucault distingue o discurso da língua:

o material que temos a tratar [...] é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma *descrição dos acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. Essa descrição se distingue facilmente da análise da língua. Certamente só podemos estabelecer um sistema linguístico (se não o

construímos artificialmente) utilizando um corpo de enunciados ou uma coleção de fatos de discurso [...] uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis - um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos (FOUCAULT, 2008, p. 30).

Nesta distinção inicial, a proposta centra-se no projeto de uma descrição e análise dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que se formam, os enunciados, conforme Foucault explica em páginas posteriores. Essa análise coloca a língua em oposição a acontecimentos discursivos e distinta do enunciado, conceito a que serão dedicadas várias páginas d'*A Arqueologia do saber*. A língua, tal como postulado por Saussure, é um sistema linguístico; e, na visada foucaultiana, a descrição desse sistema explicita a utilização de um corpo de enunciados, um sistema de enunciados possíveis. O desenvolvimento desse projeto voltado para uma analítica dos discursos, em termos teóricos e metodológicos, se dará em batimento com problemáticas de ordem da língua, tal como concebida por Saussure. Continuemos com as palavras de Foucault.

Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? [...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro (Ibidem, p. 30-31).

A proposição foucaultiana toma a concepção de língua designada por Saussure como sistema de signos; um sistema socialmente elaborado. A língua requer regras combinatórias para que a produção de enunciados seja possível. Entretanto na análise discursiva arqueológica, o enunciado, ainda que seja dependente da língua para ter existência, obedece a regras não linguísticas; ou seja, não se define pelo sistema linguístico em si, sofre determinação de elementos de outra ordem, exteriores à língua. A análise de acontecimentos discursivos implica descrever a determinação dos enunciados, explicitar o que provocou sua emergência para, então, como propõe Foucault, “podemos apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações” (Ibidem, p. 32). Se as relações discursivas não são internas à língua, o olhar para a materialidade linguística visa

à observação de outro objeto, que não a língua propriamente. “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (Ibidem, p. 55).

A análise proposta por M. Foucault, ao considerar que as relações discursivas não são internas à língua, ao sistema de signos, requer focalizar o próprio discurso enquanto prática. Em suas palavras, “gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva” (Ibidem, p. 54-55). Os apontamentos sobre língua, observados em termos conceituais, conformam com o que lemos no *Curso de Linguística Geral*. A propósito da força desta obra no contexto acadêmico francês, nos anos 1960, podemos reiterar que “Saussure [...] é onipresente em todos os setores das ciências humanas e sociais e na filosofia”, conforme assevera Puech (2014, p. 23). Reiteramos também que a língua em si não é objeto de discussão foucaultiana, mas é tomada como condição para a produção do discurso, considerado um objeto não linguístico propriamente. Nessa expedição, Foucault apresenta o enunciado como unidade de análise, e ao conceituá-lo faz um batimento com caracteres conceituais da língua, dos quais o enunciado se distingue.

Para Foucault, os “enunciados [...], se possuem uma gramaticalidade muito rigorosa [...], não se trata dos mesmos critérios que permitem, em uma língua natural, definir uma frase aceitável ou interpretável.” (Ibidem p. 93). Para ele,

É evidente que os enunciados não existem no sentido em que uma língua existe e, com ela, um conjunto de signos definidos por seus traços oposicionais e suas regras de utilização; a língua, na verdade, jamais se apresenta em si mesma e em sua totalidade; só poderia sê-lo de uma forma secundária e pelo expediente de uma descrição que a tomaria por objeto; os signos que constituem seus elementos são formas que se impõem aos enunciados e que os regem do interior. Se não houvesse enunciados, a língua não existiria; mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua (e podemos sempre supor, em lugar de qualquer enunciado, um outro enunciado que, nem por isso, modificaria a língua). A língua só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis; mas, por outro lado, ela só existe a título de descrição (mais ou menos exaustiva) obtida a partir de um conjunto de enunciados reais. Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência; e não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há línguas. Mas basta, então, que os signos de uma língua constituam um enunciado, uma vez que foram produzidos (articulados, delineados, fabricados, traçados) de um modo ou de outro, uma vez que apareceram em um momento do tempo e em um ponto do espaço, uma vez que a voz que os pronunciou ou o gesto que os moldou lhes

deram as dimensões de uma existência material? Será que as letras do alfabeto por mim escritas ao acaso, em uma folha de papel, como exemplo do que não é um enunciado, será que os caracteres de chumbo utilizados para imprimir os livros - e não se pode negar sua materialidade que tem espaço e volume -, será que esses signos, expostos, visíveis, manipuláveis, podem ser razoavelmente considerados como enunciados? (Ibidem, p. 95-96)

A língua é condição de possibilidade material para os enunciados, sem, contudo, estarem no mesmo plano de existência. Se os enunciados, como considera Foucault, aparecem em um momento do tempo, eles têm uma historicidade própria/peculiar; se aparecem em um ponto do espaço, eles têm um lugar social específico; se são pronunciados por uma voz, ou moldados por um gesto, há um sujeito do enunciado, conforme podemos depreender das indagações na citação anterior. Essas especificidades que destacamos são seguidas de afirmações de que o enunciado não requer uma construção linguística regular, pois seu modo de existência não é o mesmo que o da língua; esta lhe fornece a base material, ou seja, uma materialidade inscrita no espaço e no tempo.

Ainda que essas considerações de Foucault pareçam coadunar com a afirmação saussuriana de que o signo deve ser estudado socialmente, o objeto em foco não é o signo, é o enunciado, que tem forma peculiar de existência. Se a língua, conforme assinala Foucault, “só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis”, é porque ela é um sistema de signos socialmente elaborado, como concebe Saussure. Entretanto, Foucault assevera que o enunciado “não é nem sintagma, nem regra de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação, mas sim o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem” (Ibidem, p. 99). O modo que faz com que os signos existam e se atualizem não é o mesmo que sua existência em si. Esse modo de fazer existir sofre determinação histórica e social e correlaciona-se com uma posição sujeito do enunciado, aspectos que configuram uma função enunciativa e caracterizam o enunciado. A definição de enunciado, por sua vez, se dá pela função enunciativa, pelo exercício dessa função.

Trazemos novamente as palavras de Michel Foucault para reiterar a caracterização do enunciado como um objeto distinto do signo e/ou da língua.

O enunciado não é, pois, uma estrutura [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se podem decidir [...] se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação [...] É essa função que é preciso descrever agora como tal, ou seja,

em seu exercício, em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realiza (Ibidem, p. 98).

Considerado como função enunciativa, a análise do enunciado visa a descrever o exercício dessa função, demonstrar suas condições de produção, suas regras de encadeamento, bem como explicitar o campo em que se realiza. Diferentemente das regras gramaticais e/ou linguísticas para a produção de frases completas, inclusive inúmeras frases com as mesmas regras, sendo que os signos e as regras combinatórias são suficientes para tais construções, o enunciado obedece a um princípio de regularidade sob determinações históricas. Ademais, “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (Ibidem, p. 112). Acrescentamos ainda que o enunciado não obedece a um jogo de significações prévias, é uma prática cujos acontecimentos se dão sob determinações históricas.

A despeito de todas as diferenciações entre enunciado e signo, discurso e língua, conforme já assinalamos, a existência do enunciado é completamente dependente da língua, que lhe fornece a materialidade: “Ela é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade.” (Ibidem, p.114). Quanto à existência material do enunciado, M. Foucault ainda expõe que em uma situação de uma produção discursiva com tradução simultânea, ou uma informação em três ou mais línguas diferentes, mudam-se as línguas, mas o enunciado permanece o mesmo; ou seja, “texto e tradução constituem o mesmo conjunto enunciativo” (Ibidem, p. 117).

A análise do enunciado, tomado como um objeto distinto do signo e/ou da língua, implica a descrição do nível enunciativo, o que requer “interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz” (Ibidem p. 126). Nas palavras de Foucault,

o fato de que se pode descrever essa superfície enunciativa prova que o dado da linguagem não é a simples laceração de um mutismo fundamental; que as palavras, as frases, as significações, as afirmações, os encadeamentos de proposições não se apoiam diretamente na noite primeira de um silêncio; mas que o súbito aparecimento de uma frase, o lampejo do sentido, o brusco índice da designação surgem sempre no domínio de exercício de uma função enunciativa [...] Nada há a objetar contra os métodos linguísticos ou as análises lógicas [...] A análise enunciativa não prescreve para as análises linguísticas ou lógicas o limite a partir do qual elas deveriam renunciar e reconhecer sua

impotência; ela não marca a linha que fecha seu domínio; mas se desenrola em outra direção que as cruza (Ibidem, p. 127-129).

Feitas as ressalvas e distinções entre a análise arqueológica dos discursos e a análise linguística propriamente, Foucault ainda expõe uma diferenciação entre enunciado e frase com vistas a apontar objetos mais amplos que ambos compõem: “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto [...]. Mas enquanto a regularidade de uma frase é definida pelas leis de uma língua [...] a dos enunciados é definida pela própria formação discursiva” (Ibidem, p. 132). E a análise de uma formação discursiva exige a descrição de certo número de enunciados que apresentem o mesmo princípio de regularidade. Nas palavras de Foucault,

o que se descreveu sob o nome formação discursiva constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de *performances* verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligados entre si, no nível das *proposições*, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados, no nível das *formulações*, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto); mas que estão ligados no nível dos *enunciados*” (Ibidem, p. 130-131).

O enunciado, na acepção foucaultiana, se diferencia de frase, proposição e ato de fala, caracterizando-se por ligar-se a outros enunciados e por ocorrer no exercício de uma função enunciativa. Assim é que os enunciados que compõem uma formação discursiva obedecem ao mesmo princípio de regularidade: determinação histórica, lugar social, campo associado, posição sujeito, enfim, constituem práticas discursivas no exercício da função enunciativa. Tanto é que o discurso, nesse campo de análise, “é uma prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão” (Ibidem, p. 190-191), e “ao lado dos métodos de estruturação linguística [...], podia-se estabelecer uma descrição específica dos enunciados, de sua formação e das regularidades próprias do discurso” (Ibidem, p. 224).

A importância da linguística em seu modelo estruturalista para a edificação de outros campos disciplinares, e outras reflexões acadêmicas, entre elas a proposta de análise de discursos, já havia sido atestada por Michel Foucault em uma conferência proferida na Universidade da Tunísia, em março de 1968. Intitulada “Linguística e ciências sociais”, e posteriormente publicada (FOUCAULT, 2000b), essa conferência

expõe o reconhecimento de que a linguística estrutural tinha atingido alto nível de cientificidade e servido de modelo para outras ciências sociais e humanas. Ela “acaba de dar às ciências sociais possibilidades epistemológicas diferentes das que ela lhes oferecia até então” (FOUCAULT, 2000b, p. 162). Concernente à análise do discurso, Foucault considera que a linguística “permitiu analisar não somente a linguagem, mas os discursos, isto é, ela permitiu estudar o que se pode fazer com a linguagem” (Ibidem, p. 166). Não se trata de a linguística estruturalista ter abordado o discurso como objeto, mas, por sua estrutura epistemológica própria, e constituindo a língua como o que serve de material, “fazer aparecer as condições de mudança graças às quais se podem analisar fenômenos históricos, enfim, realizar ao menos a análise do que se poderia chamar de produções discursivas” (Ibidem, p. 167), conforme Foucault demonstrou, no ano seguinte (1969), e perscrutamos, n’*A Arqueologia do saber*.

3 Os sistemas e as regularidades: a língua e o discurso

Os diálogos de M. Foucault com os pensadores que lhe antecederam levam-no mais a manter em suspenso as sínteses acabadas do que filiar-se a elas. Isso se dá também em relação ao pensamento saussuriano. Vimos que em *A Arqueologia do saber*, Foucault problematiza, sobre o domínio dos enunciados efetivos, a diferença entre a descrição da língua e a descrição dos acontecimentos discursivos. A análise linguística se estabelece em função de um quadro de diferenças (sistema), avaliando “segundo que regras um enunciado foi construído, e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos” (FOUCAULT, 2008, p. 31). Na análise do campo discursivo, por sua vez, considera-se “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados” (Ibidem, p. 31) com os quais se liga ou exclui. Propõe, portanto, não uma análise da língua, mas um projeto de descrição dos acontecimentos discursivos para buscar as unidades, objetivando responder como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar.

Com isso já podemos compreender que a natureza da noção de enunciado é distinta para uma teoria de descrição da língua que busca pautar-se no sistema e para uma

teoria de descrição dos acontecimentos discursivos que busca estabelecer as regularidades em um sistema de dispersão. Por isso, voltamos a este ponto: a emergência do enunciado “é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Ibidem, p. 32). O enunciado é singular, mas tem existência remanescente no campo de uma memória, na materialidade dos manuscritos; está aberto à repetição, à transformação, e está ligado a situações que provocam a sua emergência num quadro de enunciados que o precedem e o seguem.

Se para Saussure, o que se busca é descrever a estrutura interna do sistema, para Foucault, o objetivo é fazer aparecer os conflitos latentes, flagrar as formas de repartição, descrever a partir dos enunciados um sistema de dispersão.

Chamaremos de *regras de formação* as condições que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (Ibidem, p. 43-44).

Foucault assevera que os objetos que compõem as regras de formação não são redutíveis à língua ou ao ato de fala. São as práticas discursivas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Assim, esses objetos (ele exemplifica com o discurso da psicopatologia no século XIX) não preexistem ao discurso, eles são construídos pelos discursos. Nas práticas discursivas estão envolvidas, então, a modalidade enunciativa que compreende o emprego da língua e seu sistema, a formação dos objetos, a formação de conceitos que organizam um campo do discurso e a formação das escolhas temáticas e teóricas.

Para o filósofo, atrás da fachada visível do sistema, pode-se supor “a rica incerteza da desordem” (Ibidem, p. 84), onde “estão em jogo a língua e o pensamento, a experiência empírica e as categorias, o vivido e as necessidades ideais, a contingência dos acontecimentos e o jogo das coações formais” (Ibidem, p. 84). A língua para Foucault participa desse sistema maior que não se confunde com a existência dos signos.

4 Conclusão

Propusemos este artigo com a finalidade de averiguar se (e de que maneira) a concepção de língua perpassa os estudos de Michel Foucault, especificamente nos textos publicados no final dos anos 1960, com ênfase para *A Arqueologia do saber*. Nosso objetivo primordial foi o de explicar as implicações desse conceito no pensamento de Foucault na elaboração de aparatos teóricos e metodológicos que dão sustentação às suas proposições sobre o discurso. Em nossa exposição, certificamos nossa hipótese de que o diálogo com o estruturalismo – que apresenta a língua como sistema, conforme propôs Ferdinand de Saussure – atuou como fundamento para a concepção dos conceitos de discurso, práticas discursivas, enunciado, acontecimento discursivo, que constituem objetos da Arqueologia foucaultiana.

Das aproximações e afastamentos de Foucault com Saussure, ele elabora uma metodologia de análise de discurso, em batimento com um aparato conceitual, procurando estabelecer distanciamento do estruturalismo, do método estrutural. Para tal, não opera pelo binarismo, que coloca dois elementos em relação como condição para a construção/compreensão/definição/existência de um objeto. Em sua proposta, Foucault volta-se para um sistema de dispersão, joga com elementos por vezes interligados, por vezes interdependentes, marcados por descontinuidade; recusa e nega o estruturalismo e, conseqüentemente, o rótulo de estruturalista. A propósito, não há uma classificação precisa e única para o pensamento de M. Foucault. Por vezes, há uma aproximação maior com a filosofia, outras vezes com a história, etc. Da mesma forma, a tentativa de definir seu método de análise (o que, aliás, pode ser considerado plural: métodos) sempre incorre em imprecisões.

Das aproximações, ainda que Foucault não apresente uma conceituação específica e explícita de língua, ele a perscruta enquanto conceito e objeto, conforme proposta por Saussure, e elenca predicativos da língua que servem para a proposição de conceitos e objetos próprios ao campo da análise do discurso; campo atualmente denominado Estudos discursivos foucaultianos. Dessa feita, considera a língua como condição de possibilidade material para os enunciados, como um suporte de enunciados; ou seja, uma materialidade inscrita no espaço e no tempo; afinal, “o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2008, p.114).

Em Saussure, a língua é produto social e a linguagem é multiforme e heteróclita; em Foucault, a língua é condição material para a produção do discurso, e o discurso é produzido sob determinações históricas e sociais, marcado por dispersão e descontinuidade, é heterogêneo. Para Saussure, o signo deve ser estudado socialmente, pois tem um significado socialmente elaborado; em Foucault, o enunciado se define pelo exercício de uma função enunciativa sob determinações históricas e sociais, e somente a materialidade linguística é passível de repetição, o enunciado não se repete; até mesmo porque, o discurso é concebido como uma prática discursiva e não como um elemento encerrado em si. Em nosso percurso de leitura, concordamos que o rótulo de estruturalista não se aplica a Foucault propriamente, mas o estruturalismo serve-lhe para a construção de um pensamento acadêmico no qual vislumbramos outros métodos de análise.

Contribuição

Claudemar Alves Fernandes: Conceptualização, Investigação, Metodologia, Escrita – Rascunho original, Escrita – análise e edição; **Vanice Sargentini:** Conceptualização, Investigação, Metodologia, Escrita – Rascunho original, Escrita – análise e edição.

Referências

FOUCAULT, Michel. Estruturalismo e Pós-estruturalismo. *In:* MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Michel Foucault** Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Ditos & Escritos. v. II), 2000a. p. 307-334.

FOUCAULT, Michel. Linguística e ciências sociais. *In:* MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Michel Foucault** Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Ditos & Escritos. v. II), 2000b. p. 160-181.

FOUCAULT, Michel. **The Order of Things: an archaeology of the human sciences.** London: Routledge, 2001.

FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge.** 2. ed. London; New York: Routledge, 2002.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. *In:* MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Michel Foucault** Repensar a Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos & Escritos. v. VI) p. 1-24.

PUECH, Christian. A emergência da noção de “discurso” na França: Foucault e Pêcheux leitores de Saussure. *In*: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Org.) **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: Claraluz: EDUFSCar, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Course in General Linguistics**. New York: Columbia University Press, 2011. Tradução de: Wade Baskin.

SILVEIRA, Eliane; SÁ, Israel de; FERNANDES, Cleudemar Alves. Problemas da autoria em Ferdinand de Saussure: do percurso intelectual à constituição da obra. **Leitura**, v. 1, nº 62, 2019. p. 235-254.

Recebido em: 22 de março de 2022

Aceito em: 23 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Cleudemar Alves Fernandes
E-mail: cleudemar@ufu.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2644-4705>

Vanice Sargentini
E-mail: sargentini@uol.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7760-3075>

Saussure and Foucault; language and discourse

Saussure e Foucault, língua e discurso

Cleudemar Alves Fernandes
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Vanice Sargentini
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

Abstract: The article problematizes the notion of language that permeates Foucault's studies, especially in texts published in the late 1960s, with emphasis on *The Archeology of Knowledge*. It aims at explaining and/or discussing the implications of the concept of language for the construction of theoretical and methodological apparatuses that support its propositions about discourse. The hypothesis is that the dialogue with structuralism, which presents language as a system, acts as a foundation for the concepts of discourse and discursive practices, which will be important to him over several years of research. In the development of this article, initially the notion of language in Ferdinand de Saussure is presented, specifically in the *Course in General Linguistics*, and later, the notion of language in Foucault and in Saussure is compared, considering the development of the statement and discourse concepts. The results indicate the similarities and differences between the two authors, considering the notion of language.

Keywords: Saussure; Foucault; Language; Discourse; Statements

Resumo: O artigo problematiza a noção de língua que perpassa os estudos de Foucault, mais especialmente nos textos publicados no final dos anos 1960, com ênfase para *A Arqueologia do Saber*. Objetiva explicitar e/ou discutir as implicações do conceito de língua para a edificação de aparatos teóricos e metodológicos que dão sustentação às suas proposições sobre o discurso. Tem-se como hipótese que o diálogo com o estruturalismo, que lhe apresenta a língua como sistema, atua como fundamento para os conceitos de discurso e práticas discursivas, que lhe serão caros ao longo de vários anos de pesquisa. No desenvolvimento do artigo, inicialmente apresenta-se a noção de língua em Ferdinand de Saussure, especificamente no *Curso de Linguística Geral*, e posteriormente, faz-se o cotejamento da noção de língua em Foucault e em Saussure, considerando o desencadeamento dos conceitos de enunciado e de discurso. Os resultados indicam as aproximações e distanciamentos entre os dois autores, considerando-se a noção de língua.

Palavras-chave: Saussure; Foucault; Língua; Discurso; Enunciado



1 Introduction

We have in Brazil a Study Group (GT) named Foucauldian Discourse Studies, alongside the National Association of Graduates and Research of Languages and Linguistics (ANPOLL), that gathers Languages and Linguistics researchers around the thoughts of French philosopher Michel Foucault, focusing on subjects concerning language and its relations to social, historical, political and cultural aspects, which culminates on the understanding of discourse as object of analysis. The majority of members of the GT started their academic life through Languages or Linguistics bachelors, which have language as a frequent and central issue. Considering that - although being a productive notion to define statements - Michel Foucault does not address the concept of language, this article aims at problematizing the conceptualization of language that permeates Foucault's studies, specially within the texts published by the end of 1960 decade; emphasizing *The Archaeology of Knowledge*, and expliciting and/or discussing the implications of such concept to the construction of theoretical and methodological apparatuses that support his propositions about discourse. The hypothesis is that the dialogue with structuralism, presenting language as a system, acts as foundation for concepts of discourse and discursive practices, which will be essential over his long years of research.

In order to accomplish such a proposition, we shall initially revisit the notion of language in Ferdinand de Saussure, specifically in the *Course in General Linguistics*, for it is the central work that posits the reflexions over structuralism in several disciplinary fields. Later, we shall appreciate the notion of language in Foucault and Saussure, considering the unfolding of the concepts of statement and discourse. The French context of the 1960 decade is a special concern of ours, for it is a moment of intellectual effervescence characterized by epistemological disputes and the development of disciplinary fields; such context is also the beginning of discourse studies that arise in the proposition of the academic discipline of Discourse Analysis. In the decade there is also the emergence of Michael Foucault's thoughts, and its effects in the germination of discourse studies.

2 Regarding language in Saussure and discourse in Foucault

The *Course in General Linguistics* (CLG), by Ferdinand de Saussure, is considered the central work to the edification of Linguistics as a science, which is taken as the foundation of Modern Linguistics. In his endeavors, Saussure¹ stands for the sufficiency of language as an object of a science and proposes the expositions of concepts and methods that support the scientific investigations of such a specific object. After his considerations for defining the object, Saussure (2011, p. 9) posits the question “What is language [langue]?”. Furthermore, the answer: “It is both a social product of the faculty of speech and a collection of necessary conventions that have been adopted by a social body to permit individuals to exercise that faculty. Taken as a whole, speech is many-sided and heterogeneous;” (SAUSSURE, 2011, p. 9).

On this initial proposition, the conceptualization of language - presented as “social product”, “collection of necessary convention” - implies that language [*langue*], taken as a human faculty, is exercised by the subjects (individuals). Undertaking language’s many-sided and heterogeneous characters, one can assume that the social body that adopts the same collections of conventions - language - is heterogeneous, allowed to present different styles and/or uses for it.

Whereas Saussure (2011) considers language “as a self-contained whole and a principle of classification” (p. 9); on the other hand, “speech [*langage*] has both an individual and a social side, and we cannot conceive of one without the other. [...] Speech implies both an established system and an evolution;” (p. 8). Being a social product, an “established system”, language has in these propositions a binary system; i.e the presence of two indissociable and intertwined elements. The presence of binary pairs in the definition and construction of an object, always dependent on each other, is noticeable throughout the *Course in General Linguistics*, and it characterizes Saussure’s operational method. Such method shall be named as structuralism by the readers, and it shall - furthermore - be taken as a parameter for scholars on the edification of several other disciplinary fields.

¹ We shall not attain the dispute around the authorship of the *Course in General Linguistics*, discussed by Silveira, Sá & Fernandes (2019). We shall consider CLG’s named authorship, to which we shall properly refer throughout the text.

Assuming language as an object of science, of Linguistics, Saussure posits the following reiterations on the characters of such specific scientific object:

“Language is a well-defined object in the heterogeneous mass of speech facts. [...] It is the social side of speech, outside the individual who can never create nor modify it by himself.” (p. 14)

“Language is a social institution [...]. It is a system of signs [...]. A science that studies the life of signs within society is conceivable.” (p. 15-16)

“Signs are studied from a social viewpoint” (p. 17)

Relying on these propositions, the presence of the social aspect is reiterated as a condition of the existence of language, and it is set, to our perspective, as one of Saussure’s - or more properly the CLG’s - pathways to other studies; most visibly for being a constant reference for researchers and scholars in France by the 1960 decade. On that note, we shall consider that the French context of the decade was still under Saussure’s statement that “Linguistics is very closely related to other sciences that sometimes borrow from its data, sometimes supply it with data.” (SAUSSURE, 2011, p. 6)

Taking this discussion into account, we shall see how Foucault dialogues with the concept of language elaborated by Saussure to support his own concepts of discourse, statement and discursive practices as presented in our hypothesis.

We shall investigate Michel Foucault’s standpoint on language unfolds knowing beforehand that language itself is not part of his objects of investigations and verify the extent - or manners - it is present both in theoretical and methodological propositions to the analysis of discourse and discursive practices as Foucault elaborates the archaeological method, which is designed, specially, in his reflections presented in *The Archaeology of Knowledge*.

For his elaboration, Michel Foucault approaches the linguistics studies, more closely, mainly in the second half of the 1960 decade, when discussing the notions of *espiteme* in *The Order of Things* (2001) and addressing the issue of language. When

assessing his work, critics would label him as structuralist, in a disqualifying manner which cost to the philosopher several clarifying texts, such as *Structuralism and Post-structuralism*, an interview given in 1983.

I should initially, emphasize that, deep down, on the concerns of what structuralism has been; not only - what is normal - none of the authors of the movement, but also that the ones who - willingly or not - were labeled as such, actually knew what it was all about. For sure those who applied the structural method in highly precious fields, like linguistics, comparative mythology, knew what was structuralist; but, out of the borders of such fields, no one really knew what it was (FOUCAULT, 2000a, DE II, p. 307) ... I have not been a Freudian, I have not been Marxist, and I have never been a structuralist. (Ibidem, p. 312).

However, if Michel Foucault refuses structuralism in a reflexive review of his own studies, it cannot be denied he has experienced France's welcoming environment to Saussure, risen lately, after World War II; along with the crystalized misunderstandings of the "(re)discovery" of the *Course in General Linguistics* (PUECH, 2014), The presence of Saussure's work becomes evident when, after first publishing *The Order of Things* in 1966, Foucault launches himself onto an academic production focused on the explanation of nature, and the definition of his own work. Initially, in a text written in 1968 named "Answer to a question", Foucault exposes discourse as an object of (or for) his reflections: "I studied alternately collections of discourses, characterized them; defined them in schemes of rules, transformations, thresholds, vestiges; I composed them amongst themselves, and described its beams of relations" (FOUCAULT, 2010, p. 5). Such explanation becomes more consistent and explanatory in his subsequent work - *The Archaeology of Knowledge* - in which language is referred to as an object, to be a condition to the study of another, not properly linguistic object, the discourse which existence requires language. Therefore, the dialogue with concepts found in the CLG is posited.

the material with which one is dealing is [...] a population of events in the space of discourse in general. One is led therefore to the project of a pure description of discursive events as the horizon for the search for the units that form within it. This description is easily distinguishable from an analysis of the language. Of course, a linguistic system can be established (unless it is constructed artificially) only by using a corpus of statements, or a collection of discursive facts; a language (langue) is still a system for possible statements, a finite body of rules that authorizes an infinite number of performances. (FOUCAULT, 2002, p. 31).

The proposition is centered, in this initial distinction, around the project of description and analyses of discursive events, seeking for the statements, the units that are formed, as Foucault explains in further pages. Such analysis places the language in opposition to discursive events, and distinguishes it from the statement, a concept to which several pages of *The Archaeology of Knowledge* are dedicated. Language, as posited by Saussure, is a linguistic system; and, in a Foucauldian perspective, a description of such a system explicits the use of a body of statements, a system of possible statements. The development of this project aimed towards an analytic view of discourses, in theoretical and methodological terms, will later clash with issues concerning language, such as conceived by Saussure. Let us continue with Foucault's own words:

The question posed by language analysis of some discursive fact or other is always: according to what rules has a particular statement been made, and consequently according to what rules could other similar statements be made? The description of the events of discourse poses a quite different question: how is it that one particular statement appeared rather than another? [...] a statement is always an event that neither the language (langue) nor the meaning can quite exhaust. It is certainly a strange event: first, because on the one hand it is linked to the gesture of writing or to the articulation of speech, and also on the other hand it opens up to itself a residual existence in the field of a memory, or in the materiality of manuscripts, books, or any other form of recording. (Ibidem, 2002, p. 31-32).

The Foucauldian proposition upholds the conceptualization of language designed by Saussure, as a system of signs, a socially elaborated system. Language requires combinatory rules so the production of statements is possible. However, through the archaeological discourse analysis, the statement, despite depending on language to exist, follows non-linguistic rules; in other words, it is not defined by the linguistic system itself, but rather it is determined by elements of other orders, exterior to language. The analysis of discursive events implies on describing the determinations of the statements, expliciting what has provoked its emergence so, then, as proposed by Foucault “we are able to grasp other forms of regularity, other types of relations” (Ibidem, p. 33). Once the discursive relations are not internal to language, the grasp of linguistic materiality seeks the observation of another object, not properly the language itself. “Of course, discourses are composed of signs; but what they do is more than use these signs to designate things.

It is this more that renders them irreducible to the language (langue) and to speech. It is this “more” that we must reveal and describe.” (Ibidem, p. 55)

The analysis proposed by M. Foucault, considering discursive relations external to the language - the system of signs - requires undertaking the discourse itself as a practice. In his words “I would like to show with precise examples that in analyzing discourses themselves, one sees the loosening of the embrace, apparently so tight, of words and things, and the emergence of a group of rules proper to discursive practice.” (Ibidem, p. 55). Foucault’s remarks on language, observed in conceptual terms, converge with what is found in the *Course in General Linguistics*. As of the power of this work in the French academic context in the decade of 1960, we shall reiterate that “Saussure [...] is ubiquitous in all sectors of Human and Social sciences”, as stated by Puech (2014, p. 23). We also restate that language itself is not an object of the foucaultian discussion, but rather taken as conditions to production of statements which are not considered a properly linguistic object. In his expeditions, Foucault presents the statement as a unit of analysis; and, in conceptualizing it, clashes with the conceptual character of language (langue), from which the statement is distinguished.

According to Foucault, the “statements [...] although they possess a highly rigorous grammaticality [...] this grammaticality cannot be judged by the same criteria that, in a natural language (langue), make it possible to define an acceptable, or interpretable sentence”. (FOUCAULT, 2002, p. 94)

For it is obvious that statements do not exist in the same sense in which a language (langue) exists, and, with that language, a collection of signs defined by their contrasting characteristics and their rules of use; a language in fact is never given in itself, in its totality; it could only be so in a secondary way, in the oblique form of a description that would take it as its object; the signs that make up its elements are forms that are imposed upon statements and control them from within. If there were no statements, the language (langue) would not exist; but no statement is indispensable for a language to exist (and one can always posit, in place of any statement, another statement that would in no way modify the language). The language exists only as a system for constructing possible statements; but in another respect, it exists only as a (more or less exhaustive) description obtained from a collection of real statements. Language (langue) and statement are not at the same level of existence; and one cannot say that there are statements in the same way as one says that there are languages (langues). But is it enough, then, that the signs of a language constitute a statement, if they were produced (articulated, drawn, made, traced) in one way or another, if they appeared in a moment of time and in a point in space, if the voice that spoke them or the gesture that formed them gave them the dimensions of a material existence? Can the letters of the alphabet written by me haphazardly on to a sheet of paper, as an example of what is not a

statement, can the lead characters used for printing books — and one cannot deny their materiality, which has space and volume — can these signs, spread out, visible, manipulable, be reasonably regarded as statements? (Ibidem, p. 96-97)

Language is the condition of the material possibility of statements; despite not being in the same plane of existence. If the statements, as considered by Foucault, occur in a moment of time, they have their own/particular historicity; if they occur in a specific point in space, they have a particular social place; if they are enunciated by a voice, or molded by gestures, there is a subject of the enunciation; whom we can investigate through the aforementioned inquiries. These highlighted specificities are followed by affirmations that the statement does not require a regular linguistic construction, for its ways of existing are not the same as language's; language provides the statements with material basis, i.e, a materiality inscribed in space and time.

Although Foucault's regards seem to be linked to the Saussurean standpoint that the sign should be socially studied, the sign itself is not the object under analysis, but rather the statement, which has a particular form of existence. If language, as Foucault singles out, "is only as a system for constructing possible statements", it happens because it is a system of socially elaborated signs, as conceptualized by Saussure. However, Foucault affirms that the statement "is neither a syntagma, nor a rule of construction, nor a canonical form of succession and permutation; it is that which enables such groups of signs to exist and enables these rules or forms to become manifest" (Ibidem, p. 100). The way signs exist and become manifest is not the same as how their own existence takes place. This mode of existence of signs is affected by social and historical determinations and are correlated to the placement of the subject within the statement; aspects that set an enunciative function and characterize the statement. The definition of statement is, therefore, given by the enunciative function, by the practice of such.

Once again, we bring the words of Michel Foucault to reiterate the characterization of statement as distinct from sign and/or language:

The statement is not therefore a structure; [...] it is a function of existence that properly belongs to signs and on the basis of which one may then decide [...] whether or not they "make sense", according to what rule they follow one another or are juxtaposed, of what they are the sign, and what sort of act is carried out by their formulation.[...] It is this function that we must now describe as such, that is, in its actual practice, its conditions, the rules that govern it, and the field in which it operates. (Ibidem, p. 98-99)

Considering it as an enunciative function, the analysis of statements aims at describing the exercise of this function, demonstrating its conditions of production, its rules of sequencing, as well as explicating the field in which it operates. The statement follows a principle of regularity under historical determinations, conversely to grammatical and/or linguistic rules to production of complete sentences; once the signs and the combinatory rules are sufficient for such constructions, due to the existence of countless sentences with the same rules. Furthermore, “there is no statement that does not presuppose others; there is no statement that is not surrounded by a field of coexistences, effects of series and succession, a distribution of functions and roles.” (Ibidem, p. 113). We also add that the statement does not obey to a game of previous meanings, but rather is a practice, which the events happen under historical determinations.

Despite all distinctions between statement and signs, discourse and language - as we have singled out -, the existence of the statement is completely dependent on the language, which provides it with materiality. “It is constitutive of the statement itself: a statement must have a substance, a support, a place, and a date. And when these requisites change, it too changes identity.” (Ibidem, p. 114). Regarding the material existence of the statement, Michel Foucault states, as example, that in a situation of discursive production in simultaneous translation - or an information in three or more different languages - although the language changes, the statement remains the same; i.e “text and translation constitute a single enunciative whole” (Ibidem, p. 118).

The analysis of a statement, distinguishing it from the sign and/or language, implies in its description on an enunciative level, which requires to “question language, not in the direction to which it refers, but in the dimension that gives it” (Ibidem, p. 126)

the fact that one can describe this enunciative surface proves that the 'given', the datum, of language is not the mere rending of a fundamental silence; that the words, sentences, meanings, affirmations, series of propositions do not hack directly on to a primeval night of silence; but that the sudden appearance of a sentence, the flash of meaning, the brusque gesture of the index finger of designation, always emerge in the operational domain of an enunciative function;[...] One should not object to linguistic methods or logical analyses. [...] The enunciative analysis does not lay down for linguistic or logical analyses the limit beyond which they must renounce their power and recognize their powerlessness; it does not mark the line that encloses their domain; it is deployed in another direction, which intersects them. (Ibidem, p. 12723-128).

Stating the distinctions between archaeological analysis of discourse, and the properly said linguistic analysis, Foucault goes further on a distinction between statement and sentence, attempting to indicate broader objects that both compose: “a statement belongs to a discursive formation as a sentence belongs to a text [...]. But whereas the regularity of a sentence is defined by the laws of a language (langue), [...] the regularity of statements is defined by the discursive formation itself.” (Ibidem, p. 132). And the analysis of a discursive formation requires the description of a collection of statements that present the same principle of regularity. In the words of Foucault,

[...] what has been described as discursive formations are, strictly speaking, groups of statements. That is, groups of verbal performances that are not linked to one another at the sentence level by grammatical (syntactical or semantic) links; which are not linked to one another at the proposition level by logical links (links of formal coherence or conceptual connection); and which are not linked either at the formulation level by psychological links (either the identity of the forms of consciousness, the constancy of the mentalities, or the repetition of a project); but which are linked at the statement level. (Ibidem, p. 130)

The statement, in the Foucauldian sense, distinguishes itself from the sentence, proposition, or acts of speech; being characterized by the connection to other statements and occurring within the exercise of an enunciative function. Thereby the statements that compose a discursive formation obey the same principles of regularity: historical determination, social place, associated field, subject placement, and so on; composing the discursive practice within the exercise of its enunciative function. Therefore, the discourse, in this field of analysis, “is a practice that has its own forms of sequence and succession.” (Ibidem, p. 188), and “in addition to methods of linguistic structuration (or interpretation), one could draw up a specific description of statements, of their formation, and of the regularities proper to discourse.” (Ibidem, p. 221).

The importance of linguistics, through its structuralist model, to the construction of other disciplinary fields, and other academic reflections - among them the proposition of discourse analysis - had already been evidenced by Michel Foucault, in a conference held in the University of Tunis, in March of 1968. Named “Linguistics and social sciences”, and later published (FOUCAULT, 2000b), the conference explicits the acknowledgement that structural linguistics had reached a high level of scientificity, and served as a model of other social and human sciences. “It has granted social sciences with

different epistemological, different from what they offered it insofar” (FOUCAULT, 2000b, p. 165). Concerning discourse analysis, Foucault considers that linguistics “enabled not only analyzing the language itself, but also the discourses, that is, it has allowed studying what can be done through language”. (Ibidem, p. 166). The matter is not about structuralist linguistics approaching discourse as an object, but - due to its particular epistemological structure, and being language its constituting material - “uncovering the conditions to change, thereby one can analyze historical phenomenon, and at last, accomplish at least the analysis of what can be called discursive productions” (Ibidem, p. 167), as Foucault demonstrated in the following year (1969) and we have scrutinized in *The Archaeology of Knowledge*.

3 The systems and the regularities: language and discourse

Michel Foucault’s dialogue with predecessor thinkers led him towards suspending their accomplished syntheses rather than converging to them. It also occurs in relation to Saussurean thinking. We have seen that, in *The Archaeology of Knowledge*, Foucault problematizes, over the domains effective statements, the difference between description of language and of discursive events. The linguistic analysis is established around the function of a group of differences (system), assessing “according to what rules has a particular statement been made, and consequently according to what rules could other similar statements be made” (FOUCAULT, 2002, p. 31). On the analysis of the discursive field, in turn, it is considered “to grasp the statement in the exact specificity of its occurrence; determine its conditions of existence, fix at least its limits, establish its correlations with other statements”; (Ibidem, p. 31) to which the first connects or detach. It is then proposed not an analysis of language, but rather a project of description of discursive events, to seek for its units, aiming at answering how a certain statement came to be, in spite of another.

Having it settled, we can understand the nature of the statement is distinct for a theory of language description that seeks support in a system; and for a theory of discursive events that seeks to establish regularities within a system of dispersion. Thus, we shall return to the point: the emergence of a statement is “an event that neither the language (langue) nor the meaning can quite exhaust” (Ibidem, p. 32). The statement is

singular, but it has its existence remaining in the fields of memory, in the materiality of the manuscripts; it is open to repetition, transformation, and it is linked to situations that provoke its emergence in a frame of statements that precede or succeed it.

Whereas Saussure seeks the internal description of a system, Foucault aims at revealing the latent conflicts, depicting the division forms, describing - relying on statements - a system of dispersion.

We shall call the rules of formation. The rules of formation are conditions of existence (but also of coexistence, maintenance, modification, and disappearance) in a given discursive division. (Ibidem, p. 43).

Foucault states that the objects that compose the rules of formation are not reducible to language, or acts of speech. They are discursive practices that systematically form the objects of what is spoken. Thus, such objects (he exemplifies with the psychopathology discourse of the 19th century) do not exist prior to discourse, for they are constituted of it. Then, the enunciative modality that apprehend the use of language and its system, the formation of objects, the formation of concepts that organize a field of discourse, and the formation of thematic and theoretical choices are all entangled with discursive practices

For the philosopher, behind the visible façade of the system, one can suppose “the rich uncertainty” (Ibidem, p. 84); upholding “the final result of a long and often sinuous development involving language (langue) and thought, empirical experience and categories, the lived and ideal necessities, the contingency of events and the play of formal constraints.” (Ibidem, p. 84). Language, according to Foucault, takes place in this bigger system that is not mistaken by the existence of signs.

4 Conclusion

We have proposed this article intending to investigate whether (and how) the conception of language permeates the studies of Michel Foucault, specifically in the texts published by the end of the decade of 1960, emphasizing *The Archaeology of Knowledge*. Our primary objective was exposing the implications of such a concept in Foucault’s thinking, on the elaboration of methodological and theoretical apparatuses that support his propositions on discourse. In our exposition, we confirmed the hypothesis of a dialogue

between Foucault and structuralism - which presents language as a system, as proposed by Ferdinand de Saussure - acted as basis for the conceptualization of discourse, discursive practices, statement, and discursive events; from which the objects of the Foucauldian Archaeology constitute.

Given Foucault's convergences and divergences to Saussure, he elaborates a methodology of discourse analyses, alongside a conceptual apparatus, seeking to establish a distancing from structuralism, the structural method. To do so, he does not operate through binarism, which places two elements in relation as a condition to construction/comprehension/definition/existence of an object. In his proposition, Foucault turns to a system of dispersion, playing with elements sometimes intertwined, sometimes independent, marked by discontinuity; he refuses and denies structuralism, and - consequently - the structuralist label. As a matter of fact, there is not a single and precise classification for the thoughts of Michel Foucault. At given moments there is a closer relation to philosophy, at others, to history; and so on. Thereby, the attempt to define his method of analyses (which can be considered plural: methods) always result in inaccuracies.

Regarding the approximations, despite Foucault does not present a specific and explicit conceptualization of language, he scrutinizes it as a concept and an object, as proposed by Saussure, and lists predicatives of language that serve to the proposition of concepts and objects proper to the field of discourse analysis; which is currently named as Foucauldian Discursive Studies. Therefore, language is considered as conditions to the material possibility of statements, as a support to them; i.e, a materiality inscribed in time and space; after all, "a statement must have a substance, a support, a place, and a date" (FOUCAULT, 2002, p. 114).

In Saussure, language [langue] is a social product, and language is many-sided and heterogeneous; whereas in Foucault, language is the material condition to the production of discourse, and the discourse - produced under historical and social determinations, marked by discontinuity and dispersion - is heterogeneous. For Saussure, the sign should be socially studied, because it has a socially elaborated meaning; whereas in Foucault, the statement is defined by the exercise of an enunciative function under historical and social determinations, and only the linguistic materiality is susceptible to repetition, never the discourse; due to the fact that discourse is conceived as a discursive

practice, not as an element finished in itself. In our reading pathway, we have agreed that the structuralist label does not properly apply to Foucault, but structuralism served him for the construction of an academic thinking, wherein we glance at other methods of analysis.

Contribution

Claudemar Alves Fernandes: Conceptualization, Investigation, Methodology, Writing - Original draft, Writing – Analysis & Editing; **Vanice Sargentini:** Conceptualization, Investigation, Methodology, Writing - Original draft, Writing – Analysis & Editing.

References

FOUCAULT, Michel. Estruturalismo e Pós-estruturalismo. *In:* MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Michel Foucault** Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Ditos & Escritos. v. II), 2000a. p. 307-334.

FOUCAULT, Michel. Linguística e ciências sociais. *In:* MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Michel Foucault** Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Ditos & Escritos. v. II), 2000b. p. 160-181.

FOUCAULT, Michel. **The Order of Things: an archaeology of the human sciences.** London: Routledge, 2001.

FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge.** 2. ed. London; New York: Routledge, 2002.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. *In:* MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Michel Foucault** Repensar a Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos & Escritos. v. VI) p. 1-24.

PUECH, Christian. A emergência da noção de “discurso” na França: Foucault e Pêcheux leitores de Saussure. *In:* PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Org.) **Presenças de Foucault na Análise do Discurso.** São Carlos: Claraluz: EDUFSCar, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Course in General Linguistics.** New York: Columbia University Press, 2011. Tradução de: Wade Baskin.

SILVEIRA, Eliane; SÁ, Israel de; FERNANDES, Cleudemar Alves. Problemas da autoria em Ferdinand de Saussure: do percurso intelectual à constituição da obra. **Leitura**, v. 1, n° 62, 2019. p. 235-254.

Received on 22 March 2022

Accepted on 23 May 2022

Published on August 2022

Cleudemar Alves Fernandes
E-mail: cleudemar@ufu.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2644-4705>

Vanice Sargentini
E-mail: sargentini@uol.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7760-3075>

Implicações do conceito foucaultiano de heterotopia nos estudos discursivos

Implications du concept foucauldien d'hétérotopie dans les études discursives

Décio Rocha

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Bruno Deusdará

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este trabalho tem por objetivo retratar a trajetória do conceito de heterotopia na obra de Michel Foucault, acentuando suas interseções com uma perspectiva discursiva das práticas linguageiras. Se falamos em interseções, é porque reconhecemos na heterotopologia o estudo das relações entre espaço e poder, articulação que sempre está presente nas preocupações do analista do discurso. Com base em um caminho metodológico assentado na pesquisa documental e em práticas cartográficas (DELEUZE; GUATTARI 1995), buscaremos rever a construção do conceito de heterotopia, passando, em seguida, a uma iniciativa inovadora no universo das práticas linguageiras: um ensaio de análise de texto veiculado na mídia cuja construção reflete a realidade de espaços heterotópicos. Dentre os resultados obtidos, enfatizamos a pertinência de uma análise de ordem discursiva com base no conceito de heterotopia e, por meio de procedimentos atinentes em especial a um dos princípios da abordagem cartográfica, a apreensão de um plano coletivo de forças em embate presentes na narrativa analisada.

Palavras-chave: Heterotopia; Poder; Cartografia; Abordagens discursivas

Resumé: Ce travail vise à retracer la trajectoire du concept d'hétérotopie dans l'œuvre de Michel Foucault, en mettant l'accent sur ses intersections avec une perspective discursive des pratiques langagières. Si nous parlons d'intersections, c'est parce que nous reconnaissons dans l'hétérotopologie l'étude des relations entre espace et pouvoir, une articulation toujours présente dans les préoccupations de l'analyste du discours. À partir d'un parcours méthodologique fondé sur la recherche documentaire et les pratiques cartographiques (DELEUZE; GUATTARI 1995), nous chercherons à faire le point sur la construction du concept d'hétérotopie, et nous passerons ensuite à une initiative novatrice dans l'univers des pratiques langagières : un essai d'analyse de texte publié dans les médias dont la construction reflète la réalité des espaces hétérotopiques. Parmi les résultats obtenus, nous soulignons la pertinence d'une analyse discursive basée sur le concept d'hétérotopie et, à travers des procédures liées notamment à l'un des principes de l'approche cartographique, l'explicitation d'un plan collectif de forces conflictuelles présentes dans le corpus analysé.

Mots-clés: Hétérotopie; Pouvoir; Cartographie; Approches discursives



Este artigo trata do conceito de heterotopia, presente nos escritos de M. Foucault já nos anos 1960 e retomado pelo autor em trabalhos posteriores, mas de forma parcimoniosa. A não explicitação do conceito de forma mais frequente em sua obra não significa, para nós, que o autor o abandone ou que lhe atribua um papel secundário em suas reflexões. Pelo contrário, trata-se de um conceito que esteve subjacente à reflexão sobre a problemática do poder empreendida por Foucault. Essa perspectiva a respeito do lugar conferido ao conceito de heterotopia é compartilhada por D. Defert, para quem a noção demandava “uma história foucaultiana dos espaços, mais precisamente, da espacialização do poder, mais precisamente ainda, da inscrição no espaço colonial – heterotópico – desse regime de poder particular que se desenvolve a partir do século XVIII e que Foucault designa de biopoder ...” (DEFERT 2009[2013, p. 51])¹, perspectiva que reencontramos literalmente nas palavras do próprio filósofo, para quem “o espaço é o lugar privilegiado de compreensão de como o poder opera”. (FOUCAULT 1994). Por suas ligações com a noção de poder, pode-se antever a relevância do debate em torno do conceito de heterotopia para os estudos centrados em uma perspectiva discursiva.

Dois são os procedimentos metodológicos que adotaremos neste trabalho: i) pesquisa documental para levantamento do estado da arte do conceito de heterotopia – conceito até o momento pouco explorado, pelo menos no campo dos estudos discursivos; ii) pesquisa cartográfica (DELEUZE; GUATTARI 1995; PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA 2010), visando mapear o plano coletivo de forças que se confrontam na experiência de aplicação (intervenção?) do conceito de heterotopia no ensaio de análise que faremos no tópico 3.

1 A invenção de um conceito

O conceito de heterotopia surge na obra de Foucault no prefácio de *As palavras e as coisas*:

As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a

¹ Tendo em vista o critério cronológico que adotaremos para retrazar a trajetória do conceito de heterotopia nos trabalhos de Foucault, adotaremos o seguinte procedimento: entre parênteses, ao lado do nome do autor, registramos o ano da 1ª edição da obra e, entre colchetes, o ano da edição consultada, seguida da referência ao número de página, se for o caso.

linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não somente aquela que constrói as frases – aquela menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. Eis por que as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula; as heterotopias (encontradas tão frequentemente em Borges) dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases. (FOUCAULT 1966[1967, p.6])

Trata-se de um gesto de sucessivas intertextualidades: o filósofo retoma o que encontrara em texto de Jorge Luis Borges, de 1952, intitulado “O idioma analítico de John Wilkins”, publicado em *Otras Inquisiciones*, em particular um trecho que Borges, por sua vez, havia encontrado em uma enciclopédia chinesa intitulada *Empório Celestial de Conhecimentos Benévolos*. Eis o trecho que Borges retira da enciclopédia:

[nas remotas páginas da enciclopédia] consta que os animais se dividem em (a) pertencentes ao Imperador, (b) embalsamados, (c) amestrados, (d) leitões, (e) sereias, (f) fabulosos, (g) cães soltos, (h) incluídos nesta classificação, (i) que se agitam como loucos, (j) inumeráveis, (k) desenhados com um finíssimo pincel de pelo de camelo, (l) etcétera, (m) que acabam de quebrar o vaso, (n) que de longe parecem moscas. (BORGES 1952[1974 p. 708])²

Foucault declara que a leitura do texto de Borges extraído da referida enciclopédia chinesa o fez rir durante algum tempo, “não sem um mal-estar evidente e difícil de vencer” (FOUCAULT 1966[1967, p.5]. Um mal-estar que o autor explica da seguinte maneira: o texto levantava a suspeita de que “há desordem pior que aquela do incongruente e da aproximação do que não convém; seria a desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis na dimensão, sem lei nem geometria, do heteróclito;” (FOUCAULT 1966[1967, p.5-6]).

Eis precisamente o que ocorre na experiência de John Wilkins (1614-1672), filósofo natural inglês³, cuja obra mais conhecida é *An essay towards a real character and a philosophical language*, de 1668, voltada para a construção de uma “linguagem mundial”, na qual cada palavra se define a si mesma. Para exemplificar o trabalho de Wilkins, que, na referida obra, dividiu o universo em quarenta categorias (cada uma representada por um monossílabo de duas letras), subdivisíveis em diferenças

² Tradução nossa, procedimento que adotaremos em todo o artigo.

³ A filosofia natural foi precursora das ciências naturais.

(representadas por uma consoante), divisíveis, a seu turno, em espécies (representadas por uma vogal). Tomemos a palavra “deba”, cujo significado seria reconhecido por se conhecer o valor de cada uma de suas “partes”: “de” significa “elemento”; “b”, o primeiro dos elementos, a saber, o fogo; “a”, uma porção do elemento fogo, a saber, a chama.

Percebe-se que tal projeto implica uma organização semântica do mundo, projeto que pode ser exemplificado com a nona categoria do universo apresentada por Wilkins, a saber, a categoria dos metais, que podem ser: (i) imperfeitos, como o cinabre e o azougue; (ii) artificiais, como o bronze e o latão; (iii) recrementícios, que compreendem secreções passíveis de serem reabsorvidas (limalhas, ferrugem); (iv) naturais, como o ouro, o cobre, o estanho.

O idioma analítico de Wilkins introduz gêneros e espécies “contraditórios e imprecisos”, traços que fazem imediatamente pensar no enciclopedista chinês. Em seus esquemas, o idioma idealizado por Wilkins apresenta algumas “vantagens”:

... o artifício de as letras das palavras indicarem subdivisões e divisões é, sem dúvida, engenhoso. A palavra salmão não nos diz nada; zana, o vocábulo correspondente [no idioma idealizado por Wilkins], define (para o homem versado nas quarenta categorias e nos gêneros dessas categorias) um peixe escamoso, fluvial, de carne avermelhada. (BORGES 1952[1974 p. 708])

Depois de *As palavras e as coisas*, o conceito de heterotopia é retomado por Foucault por ocasião de um convite que recebe de responsáveis por uma série radiofônica francesa chamada “Cultura francesa”. Em 7 de dezembro de 1966, Foucault ali se apresenta para tratar do tema “Utopia e Literatura”. O ponto de partida de sua conferência é uma reflexão de G. Bachelard acerca dos espaços que encantam as crianças – celeiros, fundo de jardim, tenda de índios, cama dos pais, que, segundo o filósofo, são “verdadeiras utopias localizadas”.⁴ Tal reflexão conduz Foucault a sonhar com uma ciência que teria por objeto esses “espaços diferentes que são a contestação dos espaços onde vivemos”: a ciência das heterotopias, dos espaços absolutamente outros.

⁴ A concepção bachelardiana de espaço pode ser recuperada em *A poética do espaço*, obra na qual o autor analisa a casa, o porão, o sótão, a cabana, e também os espaços onde habitam as coisas, como gavetas, cofres e armários, espaços íntimos e abrigos ocasionais. Diz o filósofo: “... é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas e se a casa se complica um pouco, se tem porão e sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados. Voltamos a eles durante toda a vida em nossos devaneios.” (BACHELARD 1958, p. 202)

A conferência do filósofo produz seus efeitos. Em 2 de março de 1967, Foucault, que vivia então em Sidi Bou Saïd, na Tunísia, escreve uma carta a Daniel Defert na qual menciona telegrama recebido de um arquiteto que lhe solicita que refaça sua conferência radiofônica em 13 ou 14 de março. O que efetivamente tem lugar em 14 de março, a convite do Círculo de Estudos Arquiteturais de Paris. O tema dirigido a arquitetos não poderia ser outro: a concepção foucaultiana de espaço. O texto da conferência é publicado em 1968 na revista italiana *L'Architettura*, sob o título “Des espaces autres” (FOUCAULT 1968).

A partir de 1975, com *Vigiar e Punir*, as análises foucaultianas do espaço, que consistem em estudos sobre a arquitetura da vigilância, recebem uma nova visibilidade como lugar de uma dupla articulação do poder sobre o corpo do indivíduo e do saber ao poder.

Em dezembro de 1977 ressurgem os debates sobre as heterotopias no contexto da Escola de Arquitetura de Veneza, quando se faz um primeiro estudo sobre um possível uso do conceito em uma história dos espaços, *Il dispositivo Foucault*, obra que reúne ensaios de Massimo Cacciari, Franco Rella, Manfredo Tafuri e Georges Teyssot, em meio a várias referências a *Vigiar e Punir*, a *Microfisica del potere* (1977) e também a *Rhizome*, de Deleuze e Guattari (1976). Todas essas leituras se tornaram referências teórico-políticas do movimento chamado “Autonomie” – autonomia do político, acrescente-se, que os italianos denominaram “l’effetto Foucault”.

Il dispositivo Foucault desempenhou um papel decisivo na caracterização de uma heterotopologia, ciência voltada para o estudo das heterotopias, conforme se verifica no seguinte trecho, de autoria de F. Rella, publicado na introdução à coletânea: “A única história dos poderes é uma história dos espaços através dos quais o poder se mostra.” [...] “O não lugar do poder situa-se no centro de uma infinidade de localizações heterotópicas.” (RELLA, F., apud DEFERT, 2009[2013, p.48]). E se dizemos que tais reflexões foram decisivas para a proposição de uma heterotopologia, é porque esta passa a ser compreendida como “fenomenologia da dispersão anárquica do poder”: “não se combate mais o poder, doravante investido em uma miríade de localizações [ou dispositivos], mas a tirania das teorias globalizantes”. Tais teorias são chamadas por Rella de “l’effetto Marx”, em explícito contraponto ao mencionado “effetto Foucault”.

Em julho de 1976, por ocasião de uma entrevista concedida por Foucault sobre o panoptismo, que seria publicada no ano seguinte, o filósofo menciona pela primeira vez sua conferência de 1967. Em nova entrevista concedida em 1982 a Rabinow e Wright⁵, Foucault retoma seu conceito de heterotopia: “espaços singulares que encontramos em alguns espaços sociais cujas funções são diferentes das dos outros, ou terminantemente opostas.” (DEFERT 2009[2013, p.52]).

As entrevistas e conferências de Michel Foucault sobre o tema das heterotopias são largamente exploradas em diversos momentos. Em 1984, o Instituto berlinense de Arquitetura retoma a conferência “Des espaces autres”, publicada em 1968. O texto é republicado no mesmo ano em Berlim, versão que figura no volume IV de *Dits et écrits* – uma reescritura mais completa do texto de 1967. Em 1986, sua tradução em inglês, “Of other spaces” é publicada sucessivamente nas revistas *Diacritics* e *Lotus*. A partir de então, com sua primeira tradução americana, procede-se a novas utilizações dos “espaços outros”: Foucault se torna referência no campo de investigações que os americanos denominam “políticas da identidade”: movimentos feministas, movimento *gay*, grupos étnicos, além dos estudos em análise literária (CERTEAU 1986). Três outras versões do mesmo texto em língua inglesa são publicadas em 1997, 1998 e 2008, e uma nova versão francesa, mais ordenada do que a de 1967, é lançada em 2001. Finalmente, em 2009, as *Nouvelles Editions Lignes* publicam *Le corps utopique, les hétérotopies*, texto seguido de um posfácio da autoria de Daniel Defert, obra que originou a edição bilíngue (português e francês) produzida pela editora n-1 em 2013.

2 Explicitando a distância entre as abordagens linguística e heterotópica do espaço

Como referência para a delimitação da distância entre as abordagens mencionadas, cabe aqui, dadas as limitações deste texto, apenas indicar que, do ponto de vista linguístico, abrangendo tanto orientações descritivistas quanto textuais e mesmo enunciativas, o tratamento conferido à categoria do espaço segundo critérios linguísticos está assentado em dois parâmetros fundamentais: (i) o tipo de palavra ou sintagma em questão: pronome

⁵ Entrevista publicada em *Skyline*, revista americana de arquitetura, sob o título “Space, knowledge, power, entretien avec P. Rabinow”, em março de 1982, e republicada em *Dits et écrits*, tome IV, n. 340, pp. 270-285.

demonstrativo (este/isto, esse/isso, aquele/aquilo), advérbio de lugar (aqui, aí, ali etc.), sintagma preposicional (na rua, em São Paulo etc.); (ii) o tipo de função exercida pela marca linguística: função exofórica (isto é, dêitica) ou endofórica (casos de anáfora e catáfora). Dentre outras relações passíveis de se verificarem, a função dêitica apreendida nas ocorrências de demonstrativos e advérbios de lugar encontra-se na dependência da categoria de pessoa: formas que remetem à 1ª. pessoa (este, aqui), à 2ª. pessoa (esse, aí) e à 3ª. pessoa (aquele, ali)⁶.

Bastante diversa é a apreensão do espaço pelo viés da heterotopia. Começamos por um breve parêntese para recuperar um primeiro sentido do termo. Trata-se, em sua origem, de termo médico referente a um tecido particular que se desenvolve em um local não usual (JOHNSON 2016, p. 3); ou um órgão em um lugar diferente do original. Pode ser consequência de um defeito genético, ou intencionalmente feito cirurgicamente, a exemplo de um coração transplantado em posição próxima à do coração original para agirem complementarmente.

Transportado para os estudos foucaultianos sobre o espaço, o conceito de heterotopia pode ser pensado como “utopias que têm um lugar preciso e real, que podemos situar no mapa”, ou ainda “utopias que têm um tempo determinado, que pode ser medido conforme nosso calendário” (FOUCAULT 2009[2013, p. 19])⁷. O fato é que vivemos não num espaço neutro, mas num espaço matizado com zonas claras e sombras, com suas regiões de passagem (as ruas, os veículos etc.),⁸ as regiões abertas de parada transitória (os cafés, os cinemas, praias, hotéis etc.) e as regiões fechadas de repouso e moradia (FOUCAULT 2009[2013, p. 19]). Acrescenta ainda o filósofo os lugares que se opõem a todos os demais, designados contraespaços, que, pretendendo apagar, neutralizar, purificar o espaço em que vivemos, caracterizam-se como contestações míticas e reais desse espaço vivido (FOUCAULT 2009[2013, p.20]).

Foucault apresenta seis princípios para descrever essa função heterotópica. O primeiro deles afirma que toda sociedade tem as suas heterotopias. Um traço de sociedades mais primitivas são as heterotopias biológicas, ditas heterotopias de crise: espaços reservados para adolescentes na puberdade, locais destinados à mulher durante o

⁶ No português brasileiro, os demonstrativos *este* e *esse* perdem sua ligação com a 1ª. e a 2ª. pessoas, respectivamente.

⁷ As heterotopias (Foucault 2009[2013]) foi o texto que serviu de base para a redação do presente tópico.

⁸ Em estreita ligação com a ideia de alteridade, o conceito de *não lugar*, de Marc Augé (1994), se refere a espaços públicos de rápida circulação, em oposição à noção de “lugar antropológico”.

período de menstruação são exemplos, além dos colégios para rapazes ou para moças do século XIX; caracterizam-se ainda como espaço / tempo heterotópico a viagem de núpcias e o período destinado ao serviço militar. Mais recentemente vemos surgir as heterotopias de desvio: casas de repouso, clínica psiquiátrica, prisão.

Segundo princípio: no curso de sua história, toda sociedade pode extinguir uma forma de heterotopia ou criar novas. Para exemplificar o primeiro caso, destruição das casas de prostituição ou seu deslocamento para regiões de menor visibilidade; quanto à criação de novas formas de heterotopia, citemos o caso dos cemitérios, que deixam de ocupar o lugar central nas cidades para se deslocarem para as periferias; ou então a multiplicação de suas funções, como é o caso de cemitérios como o Père-Lachaise, em Paris, simultaneamente espaço para depósito dos mortos e lazer dos vivos.

Terceiro princípio: uma das regras da heterotopia é a justaposição em um lugar real de vários espaços que normalmente seriam incompatíveis. É o caso do cinema e do teatro, que reúnem num mesmo espaço (a tela do cinema e o palco do teatro) cenas que retratam outros lugares e tempos; o mesmo pode ser dito dos jardins zoológicos, com a exibição de animais oriundos de diversos pontos do planeta. Acrescentem-se ainda os jardins e os tapetes (em especial os de origem persa, que, divididos em quatro partes, representam os quatro elementos componentes do mundo).

Quarto princípio: as heterotopias são frequentemente ligadas a recortes singulares do tempo, condição que conduz à designação “heterocronias”, cujas manifestações são diversas: atualizando o acúmulo de diferentes tempos, cemitérios (lugar onde o tempo não mais escoá), museus, bibliotecas (onde diferentes tempos e lugares se acumulam); instaurados num modo de festa em regime de cronicidade temos os teatros, as feiras, as colônias de férias; colégios e casernas também ilustram as heterocronias, uma vez que ambos são modos de passagem, de transformação (a criança transformada em adulto nos colégios; os camponeses transformados em cidadãos nas casernas).

Quinto princípio: as heterotopias possuem sempre um sistema de abertura e de fechamento que as isola (e também as torna penetráveis) em relação ao espaço circundante. Tal é o caso das prisões (onde se entra porque se é obrigado), dos banhos turcos e das saunas escandinavas (onde se entra para se purificar), dos motéis (onde se entra para abrigar e manter afastada a sexualidade ilegal).

Sexto princípio: heterotopias funcionam para criar um espaço de ilusão que denuncia, como mais ilusório ainda, todo espaço real (como é o caso das casas de tolerância), ou, pelo contrário, criam um outro espaço, real, tão perfeito quanto o nosso é desordenado, mal organizado (caso típico das colônias fundadas no Novo Mundo).

Foucault ainda inclui em sua reflexão sobre heterotopias a imagem do barco, visto pelo autor como a heterotopia por excelência, e também as máscaras, tatuagens e maquiagem, dispositivos que instalam o corpo em um outro espaço – um espaço imaginário.⁹

Por todas as características apontadas, compreende-se que a ideia de heterotopia encontre larga inspiração no surrealismo de Paris do início do século XX, movimento que valorizava a fantasia e o universo onírico, com sua estética de colagens que justapunha objetos sem qualquer conexão aparente, exibindo seu ilogismo e irracionalidade decorrentes de uma afinidade com a noção de inconsciente da teoria psicanalítica de S. Freud. Vários são os nomes que deram corpo à estética surrealista: André Breton e Guillaume Apollinaire (na literatura), Antonin Artaud (no teatro), Max Ernst (na pintura e na literatura), René Magritte (pintura), Luis Buñuel (cinema). Destaca-se ainda o nome de Salvador Dalí, que, inspirado em trecho da obra de Lautréamont intitulada *Les Chants de Maldoror* (1869) citado por André Breton (“Belo como o encontro fortuito, sobre uma mesa de dissecação, de uma máquina de costura e um guarda-chuva”), pintou, em 1941, em conformidade com o princípio da mescla paradoxal de objetos desconexos, o quadro “Máquina de costura com guarda-chuva em uma paisagem surrealista”.¹⁰

3 Heterotopias: breve ensaio de análise

Retomemos aqui o que se explicita por intermédio dos terceiro e quarto princípios da heterotopia registrados no segundo tópico deste texto: a “fusão” de espaços e de tempos que estariam, a princípio, desconectados. Tais princípios são, a nosso ver, particularmente

⁹ De interesse para o desenvolvimento do tema será explorar o conceito de *thirdspace* (SOJA 1996), que pressupõe a desconstrução da lógica binária que vem regendo a concepção de espaço (o espaço material e o espaço mental).

¹⁰ A referida obra de Dalí foi encomendada para inspirar uma sequência onírica do filme *Moontide* (1942, intitulado no Brasil *Brumas*), dirigido pelo alemão Fritz Lang, o qual foi, mais tarde, substituído por Archie Mayo, que acabou não utilizando o quadro de Dalí em suas filmagens.

produtivos por possibilitarem vinculação mais próxima com a prática analítica que temos perseguido no âmbito dos estudos discursivos. Essa prática consiste em afirmar, entre outros princípios, o de “trabalhar com as instituições (clínica, oficina, escola etc.) na perspectiva de um espaço-tempo de visibilidades, em articulação com uma abordagem do plano enunciativo, abrindo espaço para as diferentes composições de fora que definem o poder” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 216).

Nesse tipo de trabalho, perseguimos a apreensão de marcas linguístico-discursivas com o compromisso de fazer ver a indissociabilidade entre a produção textual e a composição social para a qual se busca legitimidade como investimento do exercício do poder. Nessa direção, outro princípio da pesquisa cartográfica se nos impõe: “cartografar o real, e não representá-lo, buscando, na composição dos objetos, as redes de relações históricas que os compõem” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 216). Assim, como se verá a seguir, a notícia assinada por Nelson Gobbi e publicada no Segundo Caderno de *O Globo*, de 01 de março de 2021, possui forte vocação heterotópica, tendo em vista as mesclas de espaço e de tempo que promove. Passemos à leitura de um trecho da referida notícia:

Imagem 1 - Trecho de notícia sobre França Antártica, publicada em *O Globo*

A FRANÇA ANTÁRTICA e seus embates com os portugueses, que deram origem à cidade do Rio, são tema de livro com visões para além da História

NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR



"França Antártica — Ensaios multidisciplinares".
Organizadores: Maria Barbara, Renato Menezes e Sheila Hue.
Editora: Unicamp.
Páginas: 296.
Preço: R\$ 66.

NELSON GOBBI
nelson.gobbi@oglobo.com.br

Nas aterrissagens no Aeroporto Santos Dumont é difícil notar a pequena área insular junto à pista de pouso, sobretudo diante da exuberância da Baía de Guanabara e de cartões-postais como o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor. Mais difícil ainda é imaginar a importância da Ilha de Villegagnon, desde a década de 1930 cedida à Escola Naval, para a fundação da cidade, há 456 anos. Ocupada por franceses em 1555, a pequena porção de terra foi batizada com o nome do almirante Nicolas Durand de Villegagnon, que nela ergueu o Forte Coligny. A vitória das tropas portuguesas comandadas pelo governador-geral Mem de Sá em 1560 e a fundação do Rio, em 1º de março de 1565, garantiram a presença da ilha e da França Antártica, denominação dada à primeira tentativa de ocupação francesa na América do Sul, nos livros de História.

Recém-lançada, a obra "França Antártica — Ensaios interdisciplinares" traz, em 11 textos, visões de especialistas de várias áreas so-

bre o evento, transcendendo a narrativa histórica e destacando a sua importância muito além dos limites do Rio ou do Brasil, pela forma como os relatos colhidos no período ajudaram a formar o imaginário europeu a respeito do Novo Mundo.

Fonte: Nelson Gobbi, *O Globo* de 01/03/2021, Segundo Caderno, p. 1

O que se percebe no texto publicado em *O Globo* no que diz respeito às articulações entre espaço e poder? Em primeiro lugar, trata-se de um texto destinado a

anunciar o lançamento de livro sobre a França Antártica, intitulado “França Antártica – Ensaios interdisciplinares”, organizado por três acadêmicos: Maria Berbara, Renato Menezes e Sheila Hue. O referido anúncio de lançamento de obra recém-publicada não se faz sem que se explicita o que chamamos de “vocação heterotópica do texto”. Numa mesma cena publicada na notícia, assiste-se a diversas forças em embate (lembre-se que, desde *Vigiar e Punir*, o estudo das rela es de poder – forças em embate – se beneficia da ênfase conferida aos espaços): (i) “a pequena área insular junto à pista de pouso” *versus* os cartões postais do Rio, a saber, Pão de A ugar e Cristo Redentor; (ii) franceses *versus* portugueses; (iii) República Francesa (país europeu) *versus* (ou em aliança com) França Antártica (ilha situada no Rio de Janeiro do século XVI); (iv) pequena extensão da ilha *versus* sua grande importância para a funda o do Rio; (v) funda o da cidade em 1565 *versus* lançamento do livro sobre a França Antártica em 2020; (vi) perspectiva do repórter de um sobrevoo da cidade *versus* perspectivas de especialistas de várias áreas sobre o tema da França Antártica; (vii) importância da narrativa histórica para o Brasil *versus* importância dos relatos para formar o imaginário europeu acerca do Novo Mundo; (viii) aniversário da cidade do Rio de Janeiro, fundada em 01 de março de 1565, *versus* publica o no Segundo Caderno de *O Globo* da notícia em tela, também em 01 de março, mas de 2021.

Como se pode observar, ao elegermos como dispositivo explicitador do funcionamento enunciativo do texto os vários os embates que se atualizam em uma abordagem heterotópica do espaço (e heterocrônica do tempo), sua apreensão em um plano coletivo de forças é favorecida por uma perspectiva cartogr fica¹¹. A sensibiliza o do analista se abre por meio da própria designa o “França Antártica”, que já é uma heterotopia: fusão do país situado no hemisfério norte na Europa ocidental (França) com o mais meridional dos continentes (Antártica ou Antártida), para nomea o de uma das ilhas situadas na baía de Guanabara do século XVI.

Numa mesma cena heterocrônica encontram-se o século XVI e o século XXI, a funda o da cidade e o dia comemorativo de seus 456 anos; ou ainda o tempo da forma o da França Antártica em contraposi o ao tempo do viajante em deslocamento aéreo sobre a cidade do Rio de Janeiro.

¹¹ A respeito de uma abordagem cartográfica dos textos verbais, ver Deusdará e Rocha (2021).

Outros embates se atualizam no restante da notícia. A título de ilustração, cito apenas três outros casos que se recuperam na leitura do texto completo: católicos *versus* protestantes (embates que se verificam entre os pontos de vista de um calvinista e de um franciscano do século XVI a respeito da presença dos franceses no Rio de Janeiro); o imaginário bidimensional desse Novo Mundo, misturando a visão de paraíso perdido *versus* a narrativa do selvagem e suas práticas de canibalismo; finalmente, tamoios, aliados dos franceses, *versus* temiminós, do grupo tupi, aliados dos portugueses.

4 Concluindo: heterotopia e discurso

O que se explicita exatamente por intermédio de todas as considerações aqui feitas? Enquanto analistas do discurso, o que é preciso reter dessa experiência que reúne numa só reflexão noções como as de espaço e poder? Um primeiro ensaio de resposta à questão formulada: é preciso reter a crítica foucaultiana da capacidade representacional da linguagem em geral. E ainda reconhecer as evidências de uma “desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis” (DEFERT 2009[2013, p.35]). Com efeito, depositar no linguístico a esperança de encontrar valores estabelecidos de uma vez por todas, fixando-se uma – e apenas uma – ordem no mundo (poderíamos dizer uma e apenas uma verdade) é uma tentativa fadada ao fracasso. Na esteira da lógica insólita da enciclopédia chinesa a que nos referimos, recuperamos trabalhos como o do antropólogo escocês Victor Turner que, em uma de suas pesquisas, descreve de que modo os Ndembu, da República da Zâmbia, propõem uma singular organização de mundo que, por inusitada que pareça, reúne em uma mesma classe os caçadores, as viúvas, os doentes e os guerreiros. Como o lembra Defert (2009[2013, p. 36-37]), “não se pode pensar sem o suporte de um ‘espaço de ordem’, sem esta ‘zona mediana’ que Foucault qualifica de arqueológica, por sob nossas percepções, nossos discursos, nossos saberes, onde se articulam o visível e o enunciável: a linguagem, o olhar e o espaço.”

Uma concepção do espaço por uma ótica heterotópica denuncia muito claramente a falácia segundo a qual o sentido poderia estar contido na materialidade verbal – uma ótica, aliás, certamente compartilhada pelas Análises do discurso. Eis, desse modo, em depoimento de Foucault, a nova perspectiva inaugurada pelo projeto de uma heterotopologia:

Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. (FOUCAULT 1976[1979, p. 158])

E mais adiante, uma declaração relevante para os estudos do discurso:

Quem encarasse a análise dos discursos somente em termos de continuidade temporal seria necessariamente levado a analisá-los e encará-los como a transformação interna de uma consciência individual. (...) [tentar decifrar as transformações do discurso] através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam por meio de e a partir das relações de poder. (FOUCAULT 1976[1979, p. 158])¹²

Como se percebe no trecho transcrito a seguir, seria desejável transferir também para os analistas do discurso a responsabilidade que, em entrevista, Foucault atribui aos geógrafos:

Cabe a vocês [geógrafos], que estão diretamente ligados ao que se passa na geografia, que se deparam com todos esses confrontos de poder em que a geografia está envolvida, cabe a vocês enfrentá-los, forjar os instrumentos para este combate. E, no fundo, vocês deveriam me dizer: “Você não se ocupou com esta coisa que não lhe diz muito respeito e que você não conhece bem”. E eu lhes responderia: “Se uma ou outra ‘coisa’ (em termos de abordagem ou de método) que acreditei poder utilizar na psiquiatria, na penalidade, na história natural pode lhes servir, fico satisfeito. Se forem obrigados a recorrer a outros ou a transformar os meus instrumentos, mostrem-me, porque também poderei lucrar com isso.” (FOUCAULT 1976[1979, p. 155])

Alguns desafios se abrem como perspectivas do presente debate: por um lado, novas ideias para o tema da subjetividade; por outro, a produtividade da incorporação dos dispositivos heterotópicos para a análise de práticas languageiras. Perspectivas a serem exploradas em trabalhos futuros, sempre partindo de formas constituídas e experimentando novos devires.

¹² Alteramos a redação do trecho “Quem encarasse a análise dos discursos somente em termos de continuidade temporal seria necessariamente levado a analisá-la e encará-la como ...” ao cotejá-la à sua versão em italiano (FOUCAULT 1977), por considerarmos mais adequado compreender como complemento dos verbos *analisar* e *encarar* não “a análise”, mas sim “os discursos”. Por razões da mesma ordem, preferimos substituir o sintagma “se transformam em ... relações de poder” da edição brasileira pelo correspondente “se transformam por meio de ... relações de poder” da versão em italiano.

Concluimos nossas reflexões acompanhando Borges com sua citação de Chesterton (1874-1936), poeta, dramaturgo, jornalista e crítico de arte inglês que ficou conhecido como “príncipe do paradoxo”, cujo talento Borges equiparava ao de Kafka e Edgar Allan Poe. Se dizemos, no presente contexto, que acompanhamos Borges é porque, acima de tudo, compartilhamos sua sensibilidade ao subscrever a irônica equiparação de Chesterton das línguas humanas a “grunhidos e chiados” quando se trata de traduzir as múltiplas nuances da realidade:

O homem sabe que há na alma matizes mais desconcertantes, mais inumeráveis e mais anônimos que as cores de um bosque outonal ... Crê, no entanto, que esses matizes, em todas as suas fusões e conversões, podem ser representados com precisão por meio de um mecanismo arbitrário de grunhidos e chiados.” (BORGES 1952[1974 p. 709])

Agradecimentos

Por viabilizarem um espaço de pesquisa em nossos trabalhos, agradecemos o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ/Brasil) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - com seu Prociência e com a carga horária alocada em atividades de pesquisa.

Contribuição

Décio Rocha: Conceptualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Escrita – análise e edição; **Bruno Deusdará:** Conceptualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Escrita – análise e edição.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** Tradução de Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. 1958. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/bachelard-a-poc3a9tica-do-espaco.pdf> Acesso em: 30 mar 2022.

BORGES, Jorge Luis. El idioma analítico de John Wilkins. *In:* BORGES, Jorge Luis. **Otras Inquisiciones.** Buenos Aires: Emecé editores, 1952 [1974]. Disponível em:

<https://estudiosliterariosunrn.files.wordpress.com/2011/09/borges-jorge-luis-otras-inquisiciones.pdf> Acesso em: 25 mar 2022.

CERTEAU, Michel de. **Heterologies**: Discourse on the order. Manchester: Manchester University Press, 1986.

DEFERT, Daniel. Heterotopia: tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles. In: FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2009[2013].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Rhizome**. Paris: Minuit, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Tradução de Aurélio Neto e Celia Costa. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. **Análise cartográfica do discurso – temas em construção**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de António Ramos Rosa. Lisboa: Portugália, 1966 [1967].

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. **L'Architettura**, Cronache e Storia, v. XII, n. 150, 1968, pp. 822-823.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1976[1979].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica del potere – interventi politici**. Tradução de Alessandro Fontana e Pasquale Pasquino. Torino: Einaudi, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**, tome IV: 1980-1988. Direção de D. Defert e F.Ewald, com a colaboração de J. Lagrange. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. As heterotopias. In: FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2009[2013].

GOBBI, Nelson. Notícias de uma guerra particular. **O Globo**, 01/03/2021, Segundo Caderno, Rio de Janeiro, p. 1.

JOHNSON, Peter. Brief history of the concept of Heterotopia (revised). In: **Heterotopian Studies**, 2016.
Disponível em: <http://www.heterotopiastudies.com> Acesso em: 20 mar 2022.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 391-414, 2013.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia** – pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SOJA, Edward. **Thirdspace**: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1996. Disponível em: https://kupdf.net/download/edward-w-soja-thirdspace-journeys-to-los-angeles-and-other-realandimagined-places-1pdf_5a99624ee2b6f5d6013a0912_pdf Acesso em: 10 mar 2022.

Recebido em: 13 de abril de 2022

Aceito em: 23 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Décio Rocha
E-mail: rochadm@uol.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2342-4976>

Bruno Deusdará
E-mail: brunodeusdara@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0429-8580>

Elementos de linguagem e arqueogenealogia em Michel Foucault

Éléments de langage et d'archéogénéalogie dans Michel Foucault

Michel de Vilhena Ferreira
Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

Carlos Jorge Paixão
Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

Damião Bezerra Oliveira
Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

Resumo: O objetivo do artigo é problematizar o paradigma da linguagem na arqueogenealogia enquanto episteme praticada por Michel Foucault (1926-1984), a fim de contribuir com o debate da passagem do paradigma da filosofia e psicologia da consciência, no qual o sujeito do conhecimento ou da consciência reflexiva de si mesma serviam de suporte às metafísicas idealistas do eu, ao paradigma da filosofia e psicologia da linguagem, que prioriza a linguagem e a prática discursiva na maneira de estruturar e de organizar a realidade, dar-lhe significado e sentido, para dessa forma, assegurar a prática comunicativa entre os seres humanos e, sobremaneira, permitir a apropriação, a avaliação e a disseminação dos conhecimentos científicos de toda uma época, forçando deslocamentos de ordem teórica, metodológica, técnica e epistemológica dentro das Ciências Humanas e Sociais (CHS) e das Ciências da Educação (CE). A análise arqueogenealógica é um meio de problematizar e de tentar compreender o papel da linguagem no interior dos processos sociais, políticos e históricos, como também os seus usos em contextos institucionais, ou ainda nas circunstâncias concretas da vida cotidiana, microssocial, micropolítica, microfísica. Implica, portanto, colocar em evidência a centralidade desses processos na constituição do sujeito e da subjetividade, no desenvolvimento humano e na manutenção de nossas sociedades.

Palavras-chave: Filosofia da linguagem; Psicologia da linguagem; Arqueogenealogia; Sociedade; Subjetividade

Résumé: L'objectif de cet article est de problématiser le paradigme du langage en archéogénéalogie comme une épistémè pratiquée par Michel Foucault (1926-1984), afin de contribuer au débat sur le passage du paradigme de la philosophie et psychologie de la conscience, en où le sujet de la connaissance ou de la conscience réflexive de soi a servi de support à la métaphysique idéaliste de soi, au paradigme de la philosophie et psychologie



du langage, qui privilégie le langage et la pratique discursive dans la manière de structurer et d'organiser la réalité, lui donnant sens et de sens, afin d'assurer une pratique communicative entre les êtres humains et, surtout, de permettre l'appropriation et l'évaluation des savoirs scientifiques de toute une époque, imposant des glissements théoriques, méthodologiques, techniques et épistémologiques au sein des Sciences Humaines et Sociales (SHC) et des Sciences de L'éducation (SE). L'analyse archéogénéalogique est un moyen de problématiser et d'essayer de comprendre le rôle du langage dans les processus sociaux, politiques et historiques, ainsi que ses usages dans des contextes institutionnels, voire dans les circonstances concrètes de la vie quotidienne, microsociale, micropolitique, microphysique. Cela implique donc de mettre en évidence la centralité de ces processus dans la constitution du sujet et de la subjectivité, dans le développement et le maintien de nos sociétés.

Mots-clés: Philosophie du langage; Psychologie du langage; Archeogénéalogie; Société; Subjectivité

*O sujeito autobiográfico está intrinsecamente ligado
a certas propriedades da linguagem,
em particular à possibilidade de fundir em um único significante,
“eu”, o enunciador e o enunciado.
O Eu não preexiste à linguagem,
que lhe serviria apenas para “se expressar”
(LEJEUNE, 2014, p. 263)*

1 Introdução¹

Atualmente, arrasta-se um conflito em Filosofia e Epistemologia das Ciências Humanas e Sociais (CHS) e em História dos Sistemas de Pensamento e das Mentalidades acerca da posição de Michel Foucault (1926-1984) dentro desse espectro. Mas sabemos, entretanto, que ele era muito arredo com qualquer tentativa de especificação, de especialização, de classificação, de taxonomia, fato explicitamente colocado logo no início de *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (2007). Quando seu pensamento emerge, historicamente está havendo o conflito entre o estruturalismo e a hermenêutica, fato que dará início ao que temos hoje como estruturalismo e pós-estruturalismo. Quando seus livros surgem, tenta-se classificá-los, ora numa posição estruturalista, ora numa

¹ Comunicação de formalização escrita final inédita do texto acadêmico, científico, técnico e institucional da demarcação teórica, metodológica e epistemológica da pesquisa de tese de doutorado em educação intitulada “A Epistemologia Arquivística e Escriturária da Educação Superior na Amazônia Paraense: dandismo decadente na Belém da *Belle Époque*”, vinculada à linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da Universidade Federal do Pará (UFPA). (ISSN: 2359-0874).

posição hermenêutica, interpretativa ou pós-estruturalista. Porém, “Foucault nunca tinha sido estruturalista e detestava interpretações [...]; apenas considerava o estruturalismo a posição mais avançada no campo das ciências humanas [...], ele não praticava as ciências humanas: ele analisava, do exterior, o discurso como um domínio autônomo” (DREYFUS & RABINOW, 2013, p. XI).

Temos, primeiramente aqui, a melhor pista a respeito do que consiste a *arqueologia*. Apesar dos ditos e dos escritos de Foucault apresentarem uma abordagem e uma linguagem muito semelhante ao que os estruturalistas e os hermeneutas estavam fazendo, influenciados pelos modismos, *a arqueologia de Foucault consiste apenas na análise descritiva das formas históricas assumidas pelas práticas discursivas*, pelos discursos enquanto domínios autônomos. O pensamento foucaultiano também não possui uma teoria unificada da linguagem ou do discurso e nem metodologia mais ou menos sistematizada de análise do discurso. Sabemos que o *Arqueologia do saber* (2008) é um ensaio, uma tentativa. Para Foucault a arqueologia é uma descrição objetiva das regras através das quais a linguagem e o discurso organizam e originam não somente a si mesmos, mas também organizam e originam as práticas sociais, culturais e institucionais, abrindo o caminho para a *genealogia*, e mais à frente, a imbricação de ambas em *arqueogenealogia*. A arqueogenealogia é uma epistemologia, uma estratégia teórica, metodológica e técnica de pesquisa que combina tanto uma análise arqueológica, que preserva um certo afastamento do discurso, quanto uma análise genealógica, que parte do interior das práticas discursivas e culturais, capaz de mostrar, ainda que interpretativamente, através da compreensão do significado e do sentido mais profundo da tradição das práticas, como em nossa cultura os seres humanos tornam-se tanto sujeito quanto objeto, tanto estrutura quanto hermenêutica, tanto objetivação quanto subjetivação.

Entre os anos 1960 e 1980, o pensamento de Michel Foucault (2008; 2007) expressava todas as críticas que o século XX vinha fazendo à Modernidade, sobretudo às suas concepções de metafísica, de racionalidade, de historicidade, de ciência e de cultura. Foucault, embora declarasse não ser estruturalista, afirmava que o sujeito humano é constituído por estruturas biológicas, psicológicas, econômicas e linguísticas, ao mesmo tempo em que também depunha contra o existencialismo fenomenológico, o subjetivismo idealista e o humanismo personalista que conjuravam o homem livre, criativo,

autoconsciente, artífice de seu próprio futuro. Este homem, para os estruturalistas, não existe. Este homem, se quisermos falar dele cientificamente, é antropofagizado por estruturas que são onipresentes, onipervasivas, onideterminantes e onívoras em relação à sua posição de sujeito, à sua subjetividade e ao seu saber.

A atitude filosófica arqueogenealógica de Michel Foucault vinha apresentando soluções bem distintas das dos estruturalistas e diferentes daquelas propostas pela filosofia ocidental tradicional clássica que tratava como metafísicos os problemas filosóficos relativos ao sujeito humano, ao eu, ao ego, à onipotência egóica e juntamente com ela sua pretensa liberdade, seu pretenso poder de responsabilidade, de fazer história, relativos ao desenvolvimento e progresso da história humana, e com ele seus pretensos significados e sentidos. A atitude arqueogenealógica de Michel Foucault se caracterizava muito mais pela problematização do subjetivismo, do humanismo, do empirismo e do historicismo, oferecendo um leque de propostas díspares que, contudo, encontram sua unidade em um protesto comum contra a exaltação do eu e a glorificação do finalismo de uma história humana feita ou, de qualquer forma, guiada ou co-criada pelo próprio empenho do homem.

A epistemologia arqueogenealógica de Michel Foucault (2008; 2007) pretende deslocar a direção em que andava o saber sobre o homem, a fim de destronar o sujeito, o eu, o ego, a subjetividade, a consciência, ou o espírito, juntamente com suas tão celebradas capacidades de liberdade, autodeterminação, auto-transcendência e criatividade, em favor de estruturas profundas e inconscientes, onipresentes e onideterminantes, isto é, de estruturas onívoras e autofágicas em relação ao seu eu. E isso tudo a fim de ajudar a tornar científicas e positivas as Ciências Humanas e Sociais (CHS). A atitude arqueogenealógica foucaultiana tem validade filosófica justamente porque problematiza pelo menos dois grandes temas filosóficos: o do eu e o da história. Contra o existencialismo fenomenológico, o subjetivismo idealista, o humanismo personalista e todas as demais doutrinas que exaltam a centralidade de um eu criativo, livre, responsável, construtor de seu próprio futuro, proclamando o fim e a morte do sujeito homem, produzido por estruturas profundas e inconscientes (econômicas, psicológicas, simbólicas etc.) onívoras e antropofágicas em relação ao seu eu.

2 Linguagem e arqueogenealogia em Michel Foucault

Levados pela força do movimento estrutural-pós-estrutural, o materialismo histórico e dialético do marxismo evidenciou o peso da estrutura econômica na construção do indivíduo, de suas relações e de suas ideias. A psicanálise chamou a atenção do nosso olhar para as estruturas inconscientes que sustentam o nosso pensamento, nosso sentimento e nosso comportamento. A antropologia mostra os sistemas compactos de regras, valores, costumes, práticas, ideias e simbologias que nos objetivam do nascimento à morte. Como não poderia também deixar de ocorrer, tanto a História, como a própria historiografia é chamada a se rever e a se reposicionar diante da história da humanidade, vista agora como história do saber, como um desenvolvimento descontínuo de estruturas que conformam e compõem o pensamento, a prática e as instituições, tanto nas diversas épocas, como nas diferentes culturas da humanidade. Aqui a história não tem nenhum sentido, nela não existe um fim, nem se desenvolve de modo contínuo e progressivo. O que opera nela são estruturas inconscientes, e não homens com seus fins declarados e seus objetivos claros, os quais são apenas aparências. Tampouco existe uma lei de progresso que guia a história humana em sua globalidade. Não pode haver na história transformação real, progresso verdadeiramente arrebatador e inovador. Contra todas as formas de historicismo nas quais se exaltam o finalismo, a continuidade, o progresso de uma história humana feita ou guiada pelo homem, Michel Foucault (2008; 2007) dirá que a história humana é descontínua, não há nenhum progresso, mas apenas sucessão de estruturas epistêmicas, de *epistemes*, as quais apenas para o observador que não conheça as regras do jogo, os eventos históricos parecerão arbitrários e novos. Mas não é assim para quem conhece as regras e as estruturas das quais são geradas as configurações da vida social, política e institucional dos homens e também seus produtos mentais, subjetivos ou culturais.

Michel Foucault (2008; 2007) desenvolveu outra abordagem no estudo da história. Para ele, a história e o que acontece não tem sentido finalístico e a ideia de progresso é simplesmente um mito por meio do qual o homem ocidental quer representar seu contínuo e glorioso desenvolvimento. Esta continuidade, porém, não existe. Reafirmando o que já foi dito acima, a história é descontínua. Ela é governada por campos epistêmicos ou *epistemes* que operam em profundidade, estão em função no nível inconsciente. Por

campos epistêmicos ou epistemes entendem-se todas as relações que existem em certa época dentro e entre os vários campos da filosofia e das ciências. E a ciência que estuda tais epistemes é designada por Foucault de arqueologia. O protesto pós-estruturalista também demonstrou a partir da linguística estrutural os complexos mecanismos simbólicos da linguagem, na qual mora a possibilidade real de nossa subjetividade, de constituição do nosso pensamento. Nossa visão de mundo é dependente da nossa prática psicossociolinguística.

Diante de tudo isso, diante da lucidez que a onipresença dos campos epistêmicos e dos jogos que os entes simbólicos representam, os homens não têm significado e não existem fora dessas relações que os constituem, que os instituem, especificam e conformam seu comportamento, posicionando-os diante da sociedade como um conjunto de indivíduos colocados em comunicação por meio de diversos aspectos da cultura. Os trabalhos de Foucault ajudaram na passagem do *paradigma da filosofia e psicologia da consciência*, no qual o sujeito do conhecimento ou a da consciência reflexiva de si mesma serviam de suporte às metafísicas idealistas, ao *paradigma da filosofia e psicologia da linguagem*, que prioriza a linguagem na maneira de estruturar e organizar a realidade e dar-lhe sentido, a fim de assegurar a prática comunicativa entre os seres humanos e, sobremaneira, permitir a apropriação, a avaliação, a documentação e a disseminação dos conhecimentos científicos de toda uma época. Ocorre

[...] um deslocamento do estudo das “idéias”, realizado por meio de um discurso mental de caráter privado (introspecção), para o estudo dos enunciados linguísticos, públicos e objetivados, a fim de evidenciar sua estrutura lógica [...]

Não é dentro de nossa mente que temos que “olhar” para saber como pensamos, e sim devemos “olhar” para nossos discursos; não devemos esquadriñar nosso “interior” e, sim, devemos permanecer no “exterior” visível a todos.

[...] deixa-se de se considerar que são nossas “idéias” que se relacionam com o mundo, e passa-se a afirmar que são nossas palavras que se correspondem com os objetos do mundo [...] [substituindo] a relação “ideias/mundo” pela relação “linguagem/mundo”, trocando o privado pelo público e o não observável pelo manifesto (GRACIA, 2004, p. 27-8, colchetes incluídos).

Com esse movimento, a Psicologia e, também, a Pedagogia, como outras disciplinas das Ciências Humanas e Sociais (CHS) e das Ciências da Educação (CE), em constante intercessão, diálogo e interlocução com o paradigma da filosofia e psicologia da linguagem, vem sendo atravessadas por um estremecimento de fronteiras disciplinares, tendendo a uma “hibridização de saberes e epistemes”, tornando-se um “campo de

imanência” (BERNARDES & HOENISCHI, 2003, p. 97) em constante interpelação das correntes do estruturalismo, do pós-estruturalismo, da pós-modernidade e da pós-crítica. Passam a incluir em seu corpo teórico, metodológico e epistemológico a análise arqueológica de discurso através da análise das práticas discursivas e produção do significado e do sentido. Concebem tanto o sujeito quanto o objeto como construções histórico-sociais, de produção de subjetividades. Estabelecem uma crítica à ideia representacionista do conhecimento e da objetividade. Através de questões sobre a linguagem, problematizam aspectos sobre a realidade e sobre o sujeito, para se chegar a processos sociais, institucionais e políticas de objetivação e de subjetivação. Com este movimento,

[...] ocorre um redimensionamento do conceito de linguagem. Ela passa a ter uma posição privilegiada na construção e circulação do significado. A linguagem não é apenas uma forma de relatar ou transmitir com neutralidade os significados que pretendemos expressar; ela também os constitui. Desta forma, aquilo que estamos acostumados a considerar fatos naturais – a realidade – são também fenômenos discursivos. Seus significados também surgem a partir dos jogos de linguagem e dos sistemas de classificação nos quais estão inseridos (BERNARDES & HOENISCH, 2003, p. 39).

A crença de que a linguagem é a condição de possibilidade para a compreensão da produção do conhecimento, dos saberes e das disciplinas possui tantas outras repercussões. As teorias do signo e as semiologias operam o primado do significante, de significante de significantes que se diferenciam, na construção e reconstrução de uma metanarrativa ficcional, sendo agora significantes de significantes que recontam uma longa metanarrativa mitológica, psicanalítica, psicolinguística, psicossocial, institucional. Todo esse caráter ficcional da subjetividade, opera com uma linha imaginária e simbólica que promove uma suposta essência para um mosaico tão complexo quanto a própria polifonia conceitual dentro do universo psicossociocultural (FOUCAULT, 2013; 2008; 2007; DERRIDA; 2017; 2014; 2001; BAKHTIN, 1997).

Existem diferentes motivos para que a linguagem, o discurso e as práticas tenham se convertido em objetos de análise, de muitos estudos e alvo de intensos debates nas Ciências Humanas e Sociais (CHS) e nas Ciências da Educação (CE). Optamos pela análise arqueogenealógica como um meio de problematizar e tentar compreender o papel da linguagem no interior dos processos sociais e políticos, como também os seus usos em contextos institucionais, ou ainda nas circunstâncias concretas da vida cotidiana,

microsocial, micropolítica e microfísica. Implica colocar em evidência a centralidade desses processos na constituição, no desenvolvimento e na manutenção de nossas sociedades. Força, portanto, deslocamentos de ordem teórica, metodológica, técnica e epistemológica. Portanto, pouco a pouco,

[...] a linguagem foi se tornando um fenômeno que nenhuma das ciências sociais e humanas pode evitar quando empreende o tratamento de seus objetos específicos. Mas, além disso, a linguagem aparece também como um elemento que todas as ciências humanas e sociais têm que interrogar para estabelecer seu próprio *status* epistemológico e para forjar um entendimento de si mesmas (GRACIA, 2004, p. 41-42).

As terminologias “discurso”, “análise do discurso” e “prática discursiva” não são termos unívocos e possuem significados diferentes nas diversas posições e tradições. No estudo das modalidades de análise do discurso é necessário se estabelecer o diálogo interdisciplinar, primeiramente entre a sociologia, a psicologia, a antropologia, a história e a linguística. Estas conformarão áreas nascentes como a teoria dos atos de fala, a sociolinguística interacional, a etnografia da comunicação, a análise conversacional, a análise crítica do discurso e a psicologia discursiva, por exemplo. Historicamente, as origens desse processo remontam às décadas de 1960 e 1970 do século XX, na França, quando se começa a esboçar uma tradição sob esse rótulo, fortemente influenciada pelo estruturalismo, pelo marxismo e pela psicanálise. Nesse movimento, as concepções pragmáticas e interacionistas vão adquirindo uma importância cada vez maior, ajudando a *estabelecer a ideia de que a palavra é uma forma de ação*, acentuando assim, a dimensão interativa da comunicação verbal. Especialmente relevante é a ênfase dada ao contexto em uso da linguagem, no qual

[...] a linguagem desempenha um papel central, não só como mero meio de comunicação, mas também pela influência que exerce na construção de significados, em relação ao contexto em que é utilizada, e pelas aberturas e fechamentos que sua utilização possibilita. Com efeito, [...] o contexto é a dimensão determinante na construção de significados [...] [que] são inseparáveis do contexto em que foram produzid[o]s [...] (IÑIGUEZ, 2004, p. 111, colchetes incluídos).

A moldura e a arquitetura contextual da linguagem em uso propiciam interações que geram significados e conformam instituições. A análise das situações de interação contextual tem constatado uma situação marcadamente assimétrica dos participantes, ou

seja, revelou que nessas situações os agentes sociais são membros de culturas distintas, de grupos socioculturais diferentes, de status diferente etc., e dos quais, portanto, pode-se esperar sistemas de valores e crenças discordantes ou distantes, que produzem efeitos também divergentes. Temos, portanto, um problema de competência linguística ou comunicativa, de pragmática, de “aptidão para administrar, em um contexto particular, as regras que permitem que uma pessoa interprete o significado do enunciado” (IÑIGUEZ, 2004, p. 113). As interpretações do contexto são cruciais para a comunicação da informação e para que a outra pessoa possa compreender a intenção e a estratégia discursiva do enunciante. O foco é na maneira como a organização da vida social, em interações, em instituições que fornecem contextos através dos quais o sentido da conduta pode emergir com um poder de significado, como uma indexação do mundo social e político, ou seja, a linguagem é um índice para os entendimentos do pano de fundo histórico e cultural no qual o conhecimento e entendimento de alguma coisa, de algum objeto, só é possível no *a priori* histórico. Um número, um certo quantitativo de recursos simbólicos fornecidos a identidades e subjetividades a disposição de sujeitos de desejo no campo do social e do político, de relacionamentos sociais que estão sendo construídos continuamente durante a interação, a comunicação e a expressão. Todo esse processo tem sido denominado e tratado contemporaneamente de processos de subjetivação, ou seja, de modos de produção de sujeitos e de subjetividades.

Tradicionalmente a linguagem é considerada como portadora de significados e ideias no sentido de que os partícipes a codificam no interior das palavras, dos símbolos e dos signos. Logo, a fé de que a linguagem tenha um papel mais ativo na criação do mundo enquanto vontade e representação, enquanto prática cultural. O que se quer é proporcionar uma compreensão dos vários aspectos da linguagem em seu papel de moldura de práticas culturais, como um sistema de comunicação que permite as representações interpsicológicas (entre indivíduos) ou intrapsicológicas (no mesmo indivíduo) da ordem social, e que contribui para que as pessoas utilizem essas representações para realizar atos sociais constituintes, como se gestam, como aparecem, emergem, nascem, são produzidos no interior de grupos ou coletivos humanos em um recorte de tempo e de espaço determinado.

Em um nível teórico, a principal contribuição [...] foi ter considerado a linguagem como um conjunto de estratégias simbólicas que são constitutivas

da sociedade e que possibilitam a representação de mundos possíveis e reais a seus membros. No plano metodológico, sua contribuição foi [...] dar atenção aos elementos contextuais, históricos e culturais que sustentam as interações sociais significativas [...] (IÑIGUEZ, 2004, p. 114).

As vantagens da arqueogenealogia são muitas outras ainda, não apenas pelos tratamentos que possibilita, como também pela pluralidade temática que abre para as Ciências Humanas e Sociais (CHS) e Ciências da Educação (CE). Permite estudar temas como as políticas da representação, a conformação da autoridade, a legitimação do poder, a mudança social, o processo de socialização, a institucionalização, a construção social do sujeito, da subjetividade e do saber, a relação entre ritual e as formas de controle social, o domínio específico do conhecimento e da cognição, as políticas de consumo estético, o contato cultural, as práticas culturais, as bases culturais do racismo e do conflito étnico etc. A análise deve partir de como os partícipes de uma situação social de interação procedem na interpretação e atuação no interior das realidades sociais e políticas que eles mesmos constroem a partir de suas práticas concretas, a fim de problematizar como a sociedade está organizada e como funciona a partir das próprias ações das pessoas que nela interagem produzindo sujeitos, subjetividades e cultura. Parte-se da forma como os partícipes se organizam. Estuda-se a ordem (ou a desordem) do organizado ou da organização da produção social e política cotidiana, capturando as pessoas no que dizem, contam, falam ou fazem de si mesmas. Tudo aquilo como tal e qual é produzido pelos partícipes. Nesse sentido, a tarefa do analista institucional de inspiração arqueogenealógica é estudar, identificar, descrever a ordem em que se produz o discurso, a prática discursiva, examinando a linguagem em uso (oral ou textual, da palavra dita ou escrita). Deve-se ter em conta que a ordem é uma organização produzida, um organizado institucional. A ordem é produzida pelas partes interessadas em situação, elas próprias orientadas para aquela ordem que é repetível e recorrente, definitivamente ordinária. O arqueogenealogista descreve suas estruturas e engrenagens, sua maquinaria e sua máquina, suas práticas organizadas, seus procedimentos formais, os amaneiramentos com os quais a ordem é produzida. Ao estudar a ordem discursiva no interior da linguagem na prática discursiva, ele deve observar certas regularidades. A análise arqueogenealógica minuciosa destas regularidades discursivas nos permite acessar a interação social na instituição para se chegar à manutenção do organizado e do administrado tidos como tarefas com encomendas ocultas ou óbvias.

3 Considerações finais

Michel Foucault (2013; 2008; 2007) irá pensar a ontologia histórica e a ontogênese do sujeito e do ser humano como originária de seu *ser de linguagem*. A crítica do giro discursivo ou linguístico, outrora na subjetividade do sujeito cognoscente, agora na subjetividade do ser de linguagem, não é possível sem a crítica da racionalidade científica, com efeitos de rupturas de paradigmas epistemológicos e na filosofia e história da ciência. Foucault situa então a existência de formas de racionalidade; situa a existência de um *freud-estruturalo-marxismo* que desqualifica a fenomenologia. Talvez seja por isso que o jeito como Michel Foucault vem sendo tratado e utilizado, rotula-o precocemente dentro um sistema de pensamento linguístico pós-estrutural.

Como podemos ver com a nossa opção e escolha, a arqueogenalogia de Michel Foucault nos oferece um conjunto de elementos coerentes e potentes de entendimento contemporâneo, não somente na aquisição teórico-metodológica para o estudo do sujeito humano, mas sobremaneira para diagnosticar nossa condição ontológica e histórica do presente e a situação atual de nossa sociedade. Os instrumentos e ferramentas de Michel Foucault ajudam-nos com uma perspectiva crítica de análise da sociedade moderna e seus descontentamentos. Ao trabalhar com e a partir de Foucault é sempre bom situarmos as escolas estruturalismo, fenomenologia, transcendentalismo e hermenêutica, porque Foucault acreditava que o estudo dos seres humanos se apresentava de forma radicalmente diferente no final do século XVII, quando os seres humanos vieram a ser interpretados como sujeitos de conhecimento e, ao mesmo tempo, objetos de seu próprio conhecimento. Esta seria uma concepção kantiana de ontologia que coloca a ideia de que o homem é o único ser que possui seu corpo totalmente envolvido pela natureza e pelo mundo, pela sociedade e cultura, com suas relações históricas, políticas e econômicas, assim como pela linguagem e língua materna.

Esses determinantes seriam uma sólida base de envolvimento do sujeito humano viabilizar a organização e a organização de sentido às palavras e às coisas. Para ele, essa problemática irá se arrastar nos dois séculos que viriam na filosofia, na história e na epistemologia das Ciências Humanas e Sociais (CHS) e na epistemologia das Ciências da Educação (CE). Para Foucault, estas últimas se dividiram em duas realizações metodológicas radicais em relação à fenomenologia; ambas herdam, mas procuram

transcender a divisão kantiana sujeito/objeto. Essas duas concepções metodológicas procuram eliminar a noção husserliana de um sujeito transcendental doador de sentido. A abordagem estruturalista tenta eliminar tanto o sujeito quanto o sentido, buscando leis objetivas que regem toda a atividade humana. A posição oposta que reunimos sob a rubrica geral de hermenêutica abandona a tentativa fenomenológica de compreender o homem como um sujeito doador de sentido, mas tenta preservar o sentido ao localizá-lo nas práticas sociais e nos textos literários e códigos produzidos pelo homem.

A arqueogenealogia de Michel Foucault centra-se na análise dos sistemas de instituições (análise institucional), juntamente com a análise das práticas discursivas historicamente situadas. As Ciências Humanas e Sociais (CHS) são por ele tratadas como sistemas autônomos de discurso e de práticas discursivas que possuem uma regulação interna própria. Tratar os discursos das CHS arqueologicamente significa evitar envolver-se com os argumentos sobre os que elas afirmam fazem sentido ou mesmo se são verdadeiros. O arqueogenealogista “deve permanecer neutro no que concerne à verdade e ao sentido dos sistemas discursivos que ele estuda” incluindo “todas as disciplinas, com seus conceitos aceitos, sujeitos legitimados, objetos inquestionados e estratégias preferidas que produzem afirmativas justificadas de verdade” (DREYFUS & RABINOW, 2013, p. XXIV).

Michel Foucault (2007; 2008) contribui com uma análise altamente sofisticada das Ciências Humanas e Sociais (CHS) e das Ciências da Educação (CE) no que concerne às suas funções políticas e culturais. O arqueogenealogista diante de todo tipo de saber, e, sobremaneira, diante do seu próprio, deve manter uma posição de distanciamento do sentido e da verdade que se atribui. Ele deve julgar a linguagem e a prática discursiva de uma disciplina e seus objetos como possuindo um significado histórico, um significado situado historicamente, devendo ser tratados como “um pequeno objeto de época” (VEYNE, 1998, p. 255). Para Michel Foucault, o arqueogenealogista não deve ser obstinado em encontrar um significado ou sentido mais oculto ou mais profundo para finalmente achar uma verdade mais essencial nesse ou naquele discurso, acrescentando-lhe ainda mais discurso. Para ele, nossa sociedade e sujeito humano são obcecados por atribuir significado e sentido às coisas.

A arqueogenealogia de Michel Foucault insere-se no crescente interesse das Ciências Humanas e Sociais (CHS) e, sobremaneira, das Ciências da Educação (CE), nas

formas do uso da linguagem, das práticas de linguagem, seja falada, dita ou escrita, de conversações ou de textos. Todas as “disciplinas nas humanidades e nas ciências sociais se voltaram para os problemas fascinantes do texto e da conversação em interação, cognição, contexto social ou cultura” (IÑIGUEZ *et alii*, 2004, p. 7). De acordo com Iñiguez *et alii* (op. cit.), os efeitos das contribuições do *giro discursivo* para no desenvolvimento, tanto históricos quanto sistemáticos, tanto teóricos como metodológicos e, sobretudo, epistemológicos, dos estudos da linguística, da linguagem e da literatura, ocorrem de forma quase que independente, a partir da década de 60, entre 1964 e 1974, na antropologia, na sociologia, na psicologia social e na linguística.

Michel Foucault (2013) prossegue problematizando que, no entanto, o particular da situação atual é que essa decalagem epistemológica ou defasagem epistemológica assume uma nova forma, “é de uma outra maneira que, atualmente, a linguística pode servir de modelo para outras ciências sociais” (p. 169), porque segundo ele a linguística em sua forma moderna, a linguística moderna coloca, para as CHS, que “a linguística estrutural não atua sobre coleções empíricas de átomos individualizáveis (raízes, flexões gramaticais, palavras), mas sobre conjuntos sistemáticos de relações entre os elementos” (p. 169), dentro de um sistema de comunicação. Diz Foucault: “chegamos agora ao problema da comunicação” (p. 169). Foucault afirma que “a linguística, a partir de Saussure, trabalha sobre a língua em geral, como os gramáticos dos séculos XVII e XVIII” (p. 169), assim o faziam, mas que ainda não considera a língua como uma tradução do pensamento e da representação, apenas como uma forma de comunicação, no qual a língua e seu funcionamento supõem: polos emissores, de um lado, e receptores de outro; mensagens, ou seja, séries de acontecimentos distintos; códigos ou regras de construção dessas mensagens que permitem individualizá-las.

Para a arqueogenealogia de Michel Foucault (2013), enquanto análise da linguagem do ser de linguagem, em vez de ser relacionada a uma teoria da representação ou a uma análise psicológica da mentalidade dos sujeitos, encontra-se atualmente colocada em pé de igualdade com todas as outras análises que podem estudar os emissores e os receptores, a codificação e a decodificação, a estrutura dos códigos e o desdobramento da mensagem. A teoria da língua encontra-se, portanto, ligada à análise de todos os fenômenos da informação. Para ele, devemos perceber que ao mesmo tempo, a linguística se vê ligada às Ciências Humanas e Sociais (CHS) e às Ciências da Educação

(CE) de um modo novo, na medida em que o social pode ser agora definido ou descrito como um conjunto de códigos ou de informações que caracterizam um grupo dado de emissores e receptores. Esses fenômenos devem ser analisados em termos psicossociológicos, podendo ser lidos no presente a partir do modelo linguístico.

Agradecimentos

Agradeço ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (ICED/UFPA) na pessoa do Prof.º Dr.º Carlos Jorge Paixão. Agradeço ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA) na pessoa do Prof.º Dr.º Damião Bezerra Oliveira.

Contribuição

Michel de Vilhena Ferreira: Conceptualização, Escrita - rascunho original, Escrita - análise e edição; **Carlos Jorge Paixão:** Conceptualização, Supervisão; **Damião Bezerra Oliveira:** Supervisão.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (ISBN: 85-336-0616-8).

BERNARDES, Anita Guazzelli; HOENISCH, Júlio César. Subjetividade e identidades: possibilidade de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In: GUARESCHI, N. & BRUSCHI, M. (Orgs.). **Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 95-126. (ISBN: 85-326-2819-2).

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. (ISBN: 978-85-273-0206-7).

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. (ISBN: 978-85-273-0879-3).

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001. (ISBN: 85-7316-247-3).

DREYFUS, Richard; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica.** Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (ISBN: 978-85-218-0475-8).

FOUCAULT, Michel. Linguística e ciências sociais. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Michel Foucault: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. pp. 167-189. (Coleção Ditos & Escritos; v. II) (ISBN: 978-85-218-0487-5).

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (ISBN: 978-85-8063-264-4).

GRACIA, Tomás Ibáñez. O “giro linguístico”. In: IÑIGUEZ, Lupcinio. **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais.** Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 19-49. (ISBN: 85-326-3004-9).

IÑIGUEZ, Lupcinio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais.** (Org.). Petrópolis: Vozes, 2004. (ISBN: 85-326-3004-9).

IÑIGUEZ, Lupcinio. Prática da análise do discurso². In: **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais.** Petrópolis: Vozes, 2004a. pp. 105-160. (ISBN: 85-326-3004-9).

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet.** 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. (ISBN: 978-85-423-0055-0).

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história.** 4. ed. Brasília: Editora UNB, 1998. pp. 237-285. (ISBN: 85-230-0327-4).

Recebido em: 14 de abril de 2022

Aceito em: 20 de julho de 2022

Publicado em agosto de 2022

Michel de Vilhena Ferreira
E-mail: michelvilhena01@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8383-5940>

Damião Bezerra Oliveira
E-mail: damiao@ufpa.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8247-8803>

Carlos Jorge Paixão
E-mail: cjp@ufpa.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4528-9907>

² Na segunda edição desta publicação este item aparece como “Análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas”.

Jogos de Verdade e o Dispositivo Do Cancelamento nas Redes Sociais

Games of truth and the cancel dispositif on social media

Regina Baracuhy

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil

Dayane Adriana Teixeira Oliveira

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil

Resumo: Nos últimos anos, a cultura do cancelamento se instaurou nas redes sociais como uma espécie de suplício virtual no qual os sujeitos são expostos, julgados e punidos por discursos e/ou condutas considerados “moralmente” condenáveis por outros usuários das redes. Esse tribunal, por sua vez, revela o caráter heterotópico da web, no qual o poder se exerce de maneira ainda mais difusa em uma “sociedade sinóptica”, onde todos estão autorizados a vigiar e punir. Considerando a regularidade desse fenômeno social no ciberespaço, o objetivo deste artigo é analisar como o cancelamento funciona enquanto dispositivo de vigilância e controle, que movimenta jogos de verdade. Para alcançarmos este objetivo, mobilizamos conceitos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, como discurso, poder, dispositivo e vontade de verdade. Metodologicamente, selecionamos, a partir de uma rede de dispersão enunciativa, um acontecimento discursivo singular, ao qual se aplica a prática do cancelamento, envolvendo o jogador de vôlei Maurício de Souza, acusado de homofobia nas redes sociais. Por meio da análise deste caso, podemos vislumbrar nas redes sociais diferentes vontades de verdade que revelam a complexidade desse dispositivo e a natureza do discurso enquanto objeto de poder e resistência.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos; Cultura do Cancelamento; Dispositivo; Controle; Redes Sociais

Abstract: In recent years, the cancel culture has been established on social media as a type of virtual torture in which subjects are exposed, judged, and punished for speeches or conduct considered “morally” reprehensible by other networks users. This court reveals the heterotopic character of the web, in which power is exercised in an even more diffuse way in a “synoptic society”, where everyone is authorized to monitor and punish. Considering the regularity of this social phenomenon on the cyberspace, the objective of this article is to analyze how cancel culture, as a surveillance and control dispositif, which drives games of truth. To achieve this objective, we mobilized concepts from Foucauldian Discourse Studies, such as discourse, power, dispositif, and the will to truth. Regarding the methodology, we selected a singular discursive event from a network of enunciative dispersion



to which the practice of cancel culture is applied, involving the volleyball player Maurício de Souza, accused of homophobia in social media. Through the analysis of this case, we can glimpse diverse wills to truth in social media that reveal the complexity of this dispositif and the nature of discourse as an object of power and resistance.

Keywords: Foucauldian Discourse Studies; Cancel culture; Dispositif; Control; Social Media

1 Introdução

“Um dia, o século será deleuziano”. Como pensador *avant la lettre*, não foi à toa que Michel Foucault em 1970 disparou esse enunciado polêmico.

No século XX, houve a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, através de múltiplas interdições e intervenções, em que o controle não apenas disciplina, mas é “o princípio motor” (FOUCAULT, 1987, p. 69). Em contraste com a disciplina, esse controle se estende para além das instituições sociais, mediante redes flexíveis e flutuantes.

Ainda de acordo com Deleuze (1992), a sociedade midiática é uma sociedade de controle. Nela, “os mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’ e imanentes ao corpo social, distribuídos por cérebros e corpos dos cidadãos”. (HARDT & NEGRI, 2001. p.42). O poder está cada vez menos localizável, pois regula elementos imateriais, como informação, conhecimento e comunicação. Não se trata apenas do controle dos corpos, mas das mentes e das almas.

Caracterizada pela intensificação e síntese dos aparelhos de normalização, a sociedade de controle elegeu a mídia como um dos mais importantes vetores no aprimoramento das técnicas e táticas, que passaram a não mais utilizar o controle-repressão, mas um controle imperceptível e desejado. “Esta é uma grande astúcia da sociedade de controle: o poder controlador passa a ser desejado como algo positivo e prazeroso” (BARACUHY & PEREIRA, 2012, p. 137). Esse tipo de controle é mais nefasto do que a disciplina. Podemos afirmar, grosso modo, que o século XX foi disciplinador e o século XXI é controlador.

A sociedade de controle ganhou contornos sofisticados com os dispositivos de informação instantânea e de valorização da visibilidade das ações e dos corpos dos

indivíduos por meio das redes sociais. Nesta sociedade, a vigilância se democratizou, diluiu-se no olhar do outro; o controle se exerce, sobretudo no meio digital, de tal modo que todos estão autorizados a vigiar e a punir.

É nesse contexto que surge a “cultura do cancelamento”¹. Cancelar, de modo geral, significa boicotar, anular ou ainda eliminar algo. A prática do cancelamento, também conhecida como “linchamento virtual”, se estende a empresas, obras artísticas, celebridades, influenciadores, jornalistas ou, até mesmo, a sujeitos anônimos por algo que tenham dito ou feito e que seja considerado moralmente errado ou politicamente incorreto de acordo com o regime de verdade da nossa época. O “cancelado” é humilhado e sumariamente condenado pelo tribunal da internet e o seu suposto delito é compartilhado inúmeras vezes pelos internautas. Sofre penalidades sociais, psicológicas e financeiras, tais como a exclusão social, a perda dos patrocinadores, da reputação, da influência social e de milhões de seguidores nas redes sociais.

Criado no universo das mídias sociais, esse fenômeno social envolve políticos, celebridades, artistas, anônimos, empresas, países (como a Rússia, por conta da guerra com a Ucrânia em 2022). No Brasil e no mundo, podemos citar, como exemplos de pessoas “canceladas”, a blogueira fitness Gabriela Pugliesi, a cantora Karol Conká, o ilusionista e youtuber Pyong Lee, a escritora J. K. Rowling, dentre outros.

Considerando a regularidade desse fenômeno nas redes sociais, o objetivo deste artigo é trazer uma contribuição teórica, buscando a produtividade do conceito de dispositivo, para propor o cancelamento como dispositivo de vigilância e controle que movimentam jogos de verdade no ciberespaço. Para alcançarmos este objetivo, analisamos, a título de ilustração, em meio a uma dispersão enunciativa na *web*, um acontecimento envolvendo o jogador de voleibol Maurício de Souza. Mobilizamos alguns conceitos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que promovem reflexões sobre *discurso*, *dispositivo*, *poder e vontade de verdade*.

¹ Marilena Chauí (2008, p. 55) aponta que o termo cultura vem do latim *cultura*, *culturae*, que significa “cultivo” e “cuidado”, ou seja, “uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios”. A partir desta definição, não se poderia atribuir esse conceito à expressão “cultura do cancelamento”, utilizada neste artigo, uma vez que ela não seria aplicada a uma prática negativa, ao contrário do que se entendia por cultura na sua etimologia. No entanto, a autora em pauta também afirma nessa obra que o conceito de cultura foi se modificando ao longo da história, sendo a cultura entendida como sinônimo de civilização, de progresso, depois passando a ser classificada em cultura formal e cultura popular, dentre tantas outras apreciações possíveis. Justificamos o uso da expressão “cultura do cancelamento” pelo seu uso corrente no contexto atual brasileiro e sobretudo, pela sua finalidade de “cuidar do outro” a partir da vigilância e punição.

Há um volume considerável de casos de cancelamento ocorridos nos últimos anos. Metodologicamente, selecionamos, a partir de um conjunto de regularidades, apenas um caso de cancelamento digital, pela sua singularidade em uma rede de dispersão. Entendemos que esse dispositivo revela “vontades de verdade” que nos fazem refletir sobre quem somos nós no tempo presente.

2 Vigiar e punir no Século XXI: do Panoptismo ao Modelo Sinóptico

A fim de explicar como funciona o poder na sociedade disciplinar, Foucault (1987) utiliza a estrutura arquitetônica do Panóptico (*pan*: tudo; *optikós*: visão), idealizada pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832) para simbolizar o poder disciplinar. Ele é pensado da seguinte forma: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre. Esta estrutura permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. Neste sistema, o efeito mais importante é induzir no sujeito a um estado “consciente e permanente de visibilidade”, assegurando, assim, o funcionamento automático do poder.

Consta no escopo do poder disciplinar uma prática corrente, que é a sanção normalizadora. Ela se baseia em regimes de verdade organizados pelos saberes, de modo que até mesmo o sistema penal procura nas teorias sociológicas, psicológicas, médicas e psiquiátricas as justificativas para sua ação, “como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade” (FOUCAULT, 2014b, p. 19). Esses saberes convocam divisões dos sujeitos conforme as observações dos comportamentos dos corpos perante parâmetros de normalidade pautados em regimes de verdade. As práticas divisoras agem sob a perspectiva da objetivação, agrupando os indivíduos em “o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’” (FOUCAULT, 2014a, p. 231). Também a “cultura do cancelamento” divide a sociedade e classifica as pessoas em bons e maus cidadãos, a partir das proibições, vigilância e punições.

A arte de punir, no regime disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza,

homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza* (FOUCAULT, 1987, p. 179-180, grifo do autor).

Ao descrever a maquinaria de poder que adentra e dociliza nossos corpos a seu bel prazer, Michel Foucault não considera que os sujeitos sejam meros receptáculos desse controle contínuo, mas que são essencialmente resistentes a ele.

Em oposição a esse modelo panóptico, Bauman (2001) propõe o pós-panoptismo, sistema de vigilância próprio da “modernidade líquida”, em que as instituições sociais perdem consistência devido às transformações impostas por exigências, demandas e ritmos extrínsecos que inviabilizam a estabilidade e o amadurecimento da cultura.

Na era pós-panóptica, o destino dos supervisores e dos supervisionados é desconhecido e eles têm a possibilidade de, a qualquer momento, fugir para algum lugar inacessível, pois essa relação de poder move-se à velocidade de um clique do mouse (BAUMAN, 2001). Ela está relacionada a tecnologias de ponta, algoritmos, filtragem de informações, influenciadores digitais, fluxos de dados, etc. É o que podemos chamar de vigilância da era digital. O pós-panoptismo poderia ser descrito como uma vigilância endêmica, tendo em vista que vivemos hoje em uma sociedade na qual tudo e todos são vigiados e controlados diuturnamente. Bauman (2014) afirma que os smartphones são “minipanópticos” ou “panópticos pessoais”, levando-se em conta que a vida dos usuários está ali exposta para aquele que quiser vigiar/controlar.

Além do pós-panóptico de Bauman, Thomas Mathiesen (1997), sociólogo sueco, elaborou a teoria do Sinóptico. O neologismo (“*syn*, que significa ‘juntos’ ou ‘ao mesmo tempo’, e *opticon*, que novamente tem a ver com o visual. Pode ser usado para representar a situação em que muitos se focam simultaneamente em algo comum que se encontra condensado). Contrasta com a ideia de “poucos vigiando muitos” do panóptico, para o “muitos que vigiam poucos” das mídias atuais, que pode ser exemplificado na relação que é estabelecida entre os “infames” (para usar um termo foucaultiano) e as celebridades, uma vez que os cidadãos comuns têm amplo acesso à vida de pessoas públicas, como políticos e personalidades de diversas indústrias, como a musical, a da moda, a do futebol, a do entretenimento, dentre outras. Mathiesen afirma que não só o panoptismo, mas principalmente o sinoptismo caracteriza nossa sociedade atual.

Segundo Bauman (2014), o sinóptico de Mathiesen é uma espécie de *self*-panóptico. Um panóptico significativamente modificado e intimamente relacionado ao

conceito de pós-panóptico de Bauman, no qual os usuários de serviços *on-line* produzem a “base de dados”, mediante ações difusas, aparentemente autônomas, embora sinópticamente pré-coordenadas. Diferentemente do panóptico, a vigilância sinóptica aparece disfarçada de ações inofensivas, hospitaleiras, “socialmente corretas” e amigáveis, sob a bandeira sedutoramente disposta da solidariedade. Bauman (2014) afirma que os smartphones são “minipanópticos” ou “panópticos pessoais”, levando-se em conta que a vida dos usuários está ali exposta para aquele que quiser vigiar/controlar, daí a ideia de uma “sociedade de espectadores”.

A série inglesa *Black Mirror*, exibida desde 2011 pela plataforma de streaming Netflix, discute sob as vestes de uma ficção científica, as consequências de uma sociedade sinóptica, tais como: a exclusão social, o linchamento virtual com o uso exacerbado da tecnologia, que leva a um “vigiar-e-punir” contínuo e ininterrupto dos cidadãos, associado à institucionalização da prática do cancelamento, infinitamente potencializada, que funciona como um biopoder na construção de políticas higienistas.

A partir dessas considerações, propomo-nos a considerar o “cancelamento” como um dispositivo de controle da sociedade sinóptica, que impõe perfis de comportamento para os usuários no espaço heterotópico da web, baseado nos regimes de verdade do tempo presente.

3 O dispositivo do cancelamento nas mídias sociais

Michel Foucault, em uma entrevista intitulada “Sobre a história da sexualidade”, concedida no ano de 1977, que se encontra publicada no livro *Microfísica do Poder* (2016:244), define o dispositivo como:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Por fim, Foucault (2016, p.244) apresenta a função estratégica do dispositivo, pois ele surge em meio a uma urgência histórica, inscrito num jogo de poder, ligado a saberes que nascem dele como também o condicionam.

Além do caráter heterogêneo do dispositivo, Foucault discorre sobre a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos e explica que entre eles existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, etc. Nesse sentido, o dispositivo, que agencia e articula diferentes instâncias de saber, não é uma estrutura fechada com um fim em si mesmo.

No caso do cancelamento, podemos dizer que vivemos a era da “cultura em rede”, em que os internautas têm a necessidade de vigilância contínua e escrutínio da vida alheia, com vistas a punir aqueles, cujas práticas discursivas e não-discursivas do cotidiano, estão fora dos regimes de verdade da nossa época, conforme veremos no próximo tópico. O dispositivo de cancelamento está relacionado à governamentalidade (governo de si e dos outros), pois visa à normalização de práticas e condutas dos usuários da web.

Jean Jacques Courtine (2013, p. 29) assevera: “se existe algo que parece não deixar nenhuma dúvida, é realmente o fato que não existe discurso fora dos dispositivos, e dispositivos sem discurso”. É o discurso que atua no delineamento constante das fronteiras históricas do dispositivo.

Na esteira do pensamento foucaultiano, Gilles Deleuze (1990, p.155) refere-se ao dispositivo como “uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear”, pois se configura como um conjunto complexo composto por linhas diversas que se cruzam, se bifurcam e se afastam sem compor sistemas fechados. No interior delas, podemos identificar as linhas de força, que objetivam os sujeitos, assim como as de subjetivação, de fissura, de ruptura (DELEUZE, 1990, p. 152). Elas não são estanques e imóveis, ao contrário, pressupõem movimento e atravessam o dispositivo em diagonal. Cada linha é submetida a fraturas e são propensas a variações de direção e de intensidade, sendo assim, são transitórias e efêmeras, podendo pertencer a mais de um dispositivo ao mesmo tempo, o que as tornam cambiantes entre si. Isso porque um dispositivo engendra discursos, enunciados, práticas, instituições, leis que, por sua vez, também o colocam em movimento e o fazem funcionar.

Deleuze destaca as dimensões da visibilidade e da enunciação como constitutivas do dispositivo. O visível e o enunciável definem regimes em cuja historicidade estão as condições para a emergência destes ou daqueles saberes, sujeitos, objetos. Em outros termos, é a maneira como o dispositivo distribui o que é visto e o que é dito num dado momento, que garante a existência dos objetos discursivos em cada formação histórica.

Dessa forma, é sempre no interior de um dispositivo que o sujeito, enquanto efeito de uma produção histórica, tem sua existência instituída e transformada através do discurso, o qual atravessa todos os constituintes de um dispositivo.

Postulamos que a “cultura do cancelamento” é, na verdade, um dispositivo de controle do discurso que atua em consonância com outros dispositivos, como o midiático e o jurídico, com a finalidade de julgar, interditar, boicotar um conjunto de práticas enunciativas que não condizem com o “verdadeiro” da nossa época.

A ideia de anular ou banir alguém, como procedimento de controle de condutas, não é nada novo. A exposição, julgamento e condenação de comportamentos está longe de ser exclusividade da cibercultura². Em Atenas, na Grécia Antiga, para manter a qualidade democrática da sua ordem política diante de possíveis ameaças corruptíveis, morais ou materiais, era prevista a pena de ostracismo para aqueles condenados pelo voto dos cidadãos atenienses. O ostracismo era um castigo que resultava na expulsão do condenado pelo período de dez anos. Essa mesma prática foi adotada por regimes políticos autoritários, conhecida como exílio.

No ciberespaço, ocorre um processo semelhante, porém mais sofisticado e, democrático, uma vez que a vigilância e o julgamento cabem a qualquer sujeito que tenha um perfil virtual.

De acordo com a jornalista e pesquisadora Raquel Recuero (2009), uma rede social é composta por um conjunto de dois elementos: os *atores*, que são os usuários ou perfis, representando pessoas ou instituições; e as suas *conexões* ou laços sociais, que é a interação entre eles. Os atores sociais, então, expressam sua personalidade e individualidade, como uma “presença do ‘eu’ no ciberespaço, um espaço privado e ao mesmo tempo público” (RECUERO, 2009).

Ao se fazerem ver no ciberespaço, os sujeitos se expõem uns aos outros e ficam mais suscetíveis aos mecanismos de vigilância e controle da sociedade. O preço que se paga parece alto – cisão do público e do privado, fim da intimidade e do segredo, vigilância constante – mas, surpreendentemente desejado, pois leva ao reconhecimento, à visibilidade, fugindo assim da infâmia, da marginalidade tópica. Este cancelamento,

² O termo cibercultura designa “um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 17).

compreendido como um dispositivo de vigilância e controle, consiste no banimento de um ator social (seja uma instituição, uma pessoa famosa ou anônima) por um enunciado ou conduta considerada moralmente condenável ou fora do verdadeiro da época, a fim de puni-lo.

É válido salientar que nem todo “vacilo”, seja ele da ordem do discurso ou do comportamento, leva ao cancelamento. Uma das condições é que o acontecimento irrompa como singularidade histórica e reverbere nas redes sociais. Isso depende de alguns fatores, que Raquel Recuero (2009) chama de valores sociais, a saber: visibilidade, reputação, popularidade e autoridade.

De acordo com a pesquisadora, a *visibilidade* é um valor intrínseco da própria rede, de modo que a criação de um perfil em qualquer rede social, ainda que não tenha qualquer publicação ou interação com os demais integrantes, já torna o ator visível. A *reputação* diz respeito à construção da imagem dos usuários nas redes, o olhar sobre si e o olhar do outro sobre si, e essa relação. A *popularidade*, por sua vez, é medida pelo número de “seguidores”, visualizações, e interação nas redes. Por último, está a *autoridade*, isto é, o poder de influência do sujeito em certo nicho social. Uma vez que se constrói a reputação e se conquista popularidade, o ator social ganha certa autoridade, à medida que seus discursos e comportamentos são validados e compartilhados pelos seguidores. Entende-se, portanto, que os atores sociais que agregam esses valores estão mais vulneráveis ao cancelamento, pois a hipervisibilidade os torna mais vulneráveis à vigilância.

Para pensar esse dispositivo, é preciso compreender seu modo de funcionamento que pode ser resumido em três fases:

1ª *Fase expositiva*: quando o enunciado ou a conduta se torna acontecimento e reverbera nas redes, levando à hipervisibilidade do sujeito a ser cancelado;

2ª *Fase do julgamento*: a exposição leva ao julgamento por meio do olhar do outro, os usuários das redes que condenam o discurso ou a conduta do sujeito que já se encontra em processo de cancelamento;

3ª *Fase da punição*: a depender do desvio de conduta cometido ou da gravidade do dizer, o sujeito é condenado ao banimento digital, sofrendo inúmeras consequências punitivas, como o linchamento virtual, a perda de conexões ou seguidores, patrocínios e contratos de trabalho etc.

Compreendemos que o dispositivo funciona como uma espécie de rizoma que orienta práticas discursivas e não discursivas; determina o dizer, o ver e o agir de um modo e não de outro e concomitantemente, ele está suscetível a sofrer modificações constantemente, pois é reversível e conectável. Também é difuso e possui no interior de seu funcionamento, relações de saber-poder que evidenciam o lugar das fissuras, das resistências.

4 A cultura do cancelamento e os jogos de verdade

Foucault (2016, p.10) discute a noção de verdade, entendendo-a não como “um dado absoluto lançado do Cosmo para a nossa contemplação, mas como pertencente a este mundo, produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. A verdade tem uma história.

Pelas lentes foucaultianas, a separação entre verdadeiro e falso é produzida a partir de uma “vontade de verdade” em determinado tempo e local. De acordo com o filósofo: “[...] essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por uma espessura de práticas [...], mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2014b, p. 16-17).

Ao estabelecer os dispositivos de controle dos discursos, Foucault (2014b) afirma que cada sociedade tem seu regime de verdade, constatando que certos discursos vão proliferar como verdadeiros, além de eleger técnicas, procedimentos e o estatuto daqueles que têm a responsabilidade de dizer o que é verdadeiro. O autor propõe analisar esses discursos em suas condições, seus jogos e seus efeitos, mas, para tal, é necessário “questionar nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento e suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 2014b, p. 48). Com isso, entendemos a história da verdade a partir de um conjunto de regras, de jogos de verdade que determinam domínios e objetos, formas de subjetivação e tipos de saberes.

Por muito tempo, o ciberespaço foi considerado uma seara sem lei, um lugar onde se podia exercer a famigerada “liberdade de expressão”, onde qualquer um podia dizer qualquer coisa. Ledo engano. Como já dissemos anteriormente, o dispositivo nasce de

uma necessidade social específica de um dado momento histórico, assim, novos dispositivos de controle surgiram para interceptar discursos “perigosos” na web, como o dispositivo jurídico.

O respeito à diversidade parece compor um dos principais regimes de verdade deste tempo. Observamos, no decorrer das últimas décadas, uma onda crescente dos movimentos de minoria que ganharam ainda mais força nas redes sociais, uma vez que este espaço se mostra mais democrático e muito mais global, projetando significativamente o alcance desses discursos de resistência. Nesse contexto, os discursos verdadeiros são aqueles de resistência e combate ao preconceito e ao desrespeito em relação ao diferente. Assim, popularizaram-se termos como “discurso de militância”, “lacração” e o velho conhecido “politicamente correto”.

Desse modo, nas redes sociais, as práticas de resistência ocorrem por meio de enunciados compreendidos como discursos de militância, isto é, um conjunto de dizeres relacionado às pautas dos grupos minoritários. A representatividade nas redes constitui dentro do dispositivo midiático um regime de verdade a favor da diversidade e do direito de existência das minorias. Uma vez que se estabelece um regime, uma ordem do discurso verdadeiro, nasce, quase que simultaneamente, os procedimentos e dispositivos de controle. Nas redes, as estratégias de controle são constitutivas do dispositivo do cancelamento

É nesse contexto que ocorre o cancelamento do jogador de vôlei Maurício Souza. Em outubro de 2021, o jogador, em questão, foi criticado nas redes sociais por um comentário considerado homofóbico sobre a imagem de divulgação do novo Super-Homem da *DC Comics*, em que o filho de Clark Kent aparece beijando outro rapaz, apresentando o personagem como bissexual nos próximos quadrinhos. Inicia-se o processo de cancelamento do jogador nas redes sociais que levou à sua demissão do Minas Tênis Clube onde trabalhava. Após o acontecimento, Maurício Souza ganhou 1 milhão de seguidores em sua conta do Instagram. Este fato particular desperta-nos para a investigação dos jogos de verdade no espaço virtual e, conseqüentemente, na sociedade contemporânea.

Em 12 de outubro de 2021, ele publicou em seu Instagram um *print* da notícia *Superman atual, filho de Clark Kent, assume ser bissexual*, com a imagem do beijo entre

o super-herói e outro personagem masculino. Tal prática lhe rendeu um espaço no rol dos cancelados.

Figura 1 - Publicação de Maurício Souza no Instagram



Fonte: <https://twitter.com/minastenisclub/status/1452772045008347141>
Acesso: 29 de mar., 2022.

Outros jogadores reagiram à publicação. Um dos primeiros foi Douglas Souza, assumidamente gay, que se destaca como representante LGBTQIA+ no esporte. Três dias depois ele postou a mesma foto com a seguinte legenda: “*Eu não ‘virei heterossexual’ vendo os super-heróis homens beijando mulheres. Se uma imagem como essa te preocupa, sinto muito mas eu tenho uma novidade pra sua heterossexualidade frágil*”. O comentário foi aprovado por outros jogadores importantes do vôlei, como a ex-líbero Fabi Alvim, as jogadoras da seleção Gabi e Carol Gattaz e até o líbero colega de Maurício no Minas, Maique, também homossexual.

A reverberação do discurso considerado homofóbico do jogador Maurício Souza obrigou o clube onde ele atuava a se manifestar publicamente. Assim, em 25 de outubro, 13 dias após o *post*, o Minas Tênis Clube soltou a seguinte nota:

Figura 2 – Nota do Minas Tênis Clube



Fonte: <https://twitter.com/minastenisclube/status/1452772045008347141>
Acesso: 29 de mar., 2022.

O discurso de isenção do clube não agradou seus patrocinadores, em especial pela quantidade de comentários nas páginas, pedindo uma posição acerca do caso. No dia seguinte, 26 de outubro, a fabricante de automóveis Fiat divulgou um comunicado repreendendo a atitude do jogador e pedindo “medidas cabíveis e necessárias no espaço mais curto de tempo possível”. No mesmo dia, Maurício Souza foi afastado do Minas Tênis Clube. O combinado era que o atleta precisaria se retratar para ser reintegrado ao time.

Eis aí uma das estratégias que constituem o dispositivo do cancelamento, a confissão. Assim como nos suplícios, a prática da confissão pode levar à redenção do sentenciado; ainda que não salve seu corpo, pode libertar sua alma.

Michel Foucault apresenta ao longo de sua obra uma reflexão acerca da confissão a partir de diferentes problemáticas (a loucura, o governo de si, o poder pastoral) que parecem levar a uma concepção: a confissão é retomada como reconhecimento do indivíduo sobre a verdade de si mesmo. A verdade tem uma história pela qual processos de saber-poder vão estabelecendo aqueles discursos que devem ser tomados como verdadeiros. Tais discursos não são sempre constituídos por técnicas de coerção ou dominação, mas sua produção passa também por procedimentos orientados para a descoberta e formulação, pelo sujeito, da verdade sobre si próprio. Na cultura do cancelamento, a confissão, por meio da humilhação pública, pode ser utilizada como estratégia de redenção.

Assim o Maurício Souza fez, com um *post* às 21h do mesmo dia, publicado em sua conta no Twitter (que tinha 60 seguidores à época) em que havia o seguinte enunciado: “*Desculpas a todos a quem desrespeitei ou ofendi*”.

Pela diferença do alcance entre as plataformas, o atleta precisou voltar a se pronunciar, desta vez no Jornal “O Globo”, conforme matéria do dia 27/10/2021 (<https://oglobo.globo.com/esportes/apos-postagem-homofobica-mauricio-souza-publica-video-com-pedido-de-desculpas-mas-insiste-que-esta-sendo-punido-por-uma-opinio-25254129>), contendo a seguinte manchete: “*Após postagem homofóbica, Maurício Souza publica vídeo com pedido de desculpas, mas insiste que está sendo punido por uma opinião*”. E continua: “*Ter opinião e defender o que se acredita não é ser homofóbico nem preconceituoso*”. Na matéria em pauta, disse que nunca desrespeitou um colega homossexual e lamentou não poder colocar os “valores da família acima de tudo”. Uma hora e meia depois, o jogador postou no seu perfil do Instagram que não fazia mais parte do elenco do Minas Tênis Clube.

Pode-se dizer este é um “típico caso de cancelamento”, uma vez que observamos em funcionamento todas as suas fases: (1) exposição (por meio da reverberação) da fala considerada homofóbica, pois está fora do regime de verdade da época; (2) julgamento e condenação do sujeito nas redes sociais; (3) punição por meio da “anulação” da figura pública e demissão do clube onde trabalhava. É válido salientar que a este cancelado, assim como é comum a muitos outros na internet, foi dado o direito à redenção por meio da confissão pública, um dos instrumentos desse dispositivo. No entanto, o pedido de desculpas do jogador não foi aceito como verdadeiro, uma vez que seu discurso continua fora da ordem, fora do regime que o condenou, pois apenas reforça seu posicionamento, pois considera sua fala anterior como opinião e defesa de “valores”.

É nessa perspectiva que podemos observar como o cancelamento se constitui como dispositivo de controle. Podemos encerrar essa análise comprovando sua eficácia, pois encontramos uma linha de fratura no dispositivo que nos leva a refletir sobre a complexidade da clássica pergunta foucaultiana: “quem somos nós hoje?”

No prefácio de *Dispositivos de Poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade* (2017), Durval Muniz Albuquerque Jr. afirma que o dispositivo:

Por aparecer em uma grande malha, como uma grande rede que articula em seus nódulos, distintas práticas, distintas modalidades de ação, distintas

maneiras de fazer, de dizer e de pensar, de se constituir objetos e sujeitos, o dispositivo, como chamou à atenção, Deleuze, é da ordem da cartografia.

Analisar um dado dispositivo requer mostrar o jogo de força das relações de saber-poder que o constitui, o agenciamento dos processos de subjetivação que ele engendra, as rupturas que as linhas de fratura fazem irromper.

Após a demissão, o atleta continuou postando fotos, desenhos e mensagens reafirmando o seu posicionamento, ganhando 620 mil curtidas e mais de dois milhões em visualizações nos *posts*. Além disso, ele passou de 325 mil para 1 milhão de seguidores em apenas um dia.

Os procedimentos do cancelamento são comuns e evidenciam práticas de controle e interdição do discurso considerado preconceituoso ou até mesmo criminoso. No entanto, é incomum o fato de o sujeito cancelado aumentar exorbitantemente seu número de “seguidores” nas redes sociais após sofrer cancelamento, uma vez que este prevê o banimento, a anulação da reputação e autoridade do sujeito. A raridade deste acontecimento parece evidenciar a coexistência de vontades de verdade no espaço das redes sociais.

5 Considerações finais

Compreendendo que os discursos e a produção de verdades fazem funcionar as relações de poder e delas advêm, não podemos pensar na existência de sociedades livres dos efeitos e das ramificações dessas relações. Dessa forma, somos o resultado de inúmeros processos de objetivação/subjetivação, que ocorrem nas redes de poderes e suas articulações e nos capturam, repartem, classificam. Constituímo-nos como sujeitos na produção imediata dessas relações de poder. Não preexistimos a elas, mas delas irrompemos e, então, nos posicionamos discursivamente nas trincheiras de seus campos de batalha.

O acontecimento discursivo em pauta neste artigo revela a existência de um dispositivo de vigilância e controle, cujo poder incide sobre o sujeito sem o suporte de uma instituição, mas controlando-o com igual eficácia por meio do “policimento do discurso”. O “cancelamento” leva à punição, isto é, ao “banimento virtual”, cujas consequências podem extrapolar o espaço heterotópico da web.

Ao mesmo tempo que esse dispositivo atua de modo a interditar dizeres, ele elege os dizeres verdadeiros, aqueles pertencentes a um regime de verdade. Ao cartografar brevemente o cancelamento do jogador Maurício Souza na web e seus efeitos, podemos vislumbrar, nas redes sociais, diferentes vontades de verdade que revelam a complexidade deste dispositivo e a natureza do discurso enquanto objeto de poder e resistência.

Pensar esses jogos de verdade nas redes é também um trabalho complexo, mas igualmente importante, uma vez que nos leva a refletir sobre as práticas que constituem “as verdades do nosso tempo”, concebendo-as como sendo construções sócio-históricas. Concluimos que não se trata da busca do saber verdadeiro, mas uma investigação, no interior das relações de poder, dos modos como o sujeito se transforma historicamente através de vontades de verdade.

Contribuição

Regina Baracuhy: Administração do projeto, SupervisãoInvestigação, Escrita – análise e edição; **Dayane Oliveira:** Conceptualização, Análise formal; Investigação, Escrita – rascunho original.

Referências

BARACUHY, Maria Regina; PEREIRA, Tânia Maria Augusto. O discurso midiático sobre o corpo: a revista *Veja* como um manual de uso. **Revista Prolíngua**, v. 7, n. 1, jan./jun. 2012, p. 133-151.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? *In*: DELEUZE, G. **Michel Foucault, filósofo**. Tradução Wanderson F. Nascimento. Barcelona: Gredisa, 1990, p. 155-161.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, Gilles. **Conversações: 1972-1990**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

FERNANDES JR. Antônio; SOUSA, Kátia Meneses (orgs.). **Dispositivos de Poder em Foucault: práticas e discurso da atualidade**. 2 ed. Catalão: Editora Letras do Cerrado, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução José T. C. Neto. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. *In*: MOTTA, M. B. **Ditos e Escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Tradução Adner Chiquierre. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a, p. 273-295.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Produção Biopolítica. *In*: HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 41-60.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. *In*: **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. TASSO; NAVARRO (orgs.). Maringá: Eduem, 2012. p. 41-55.

SILVA, J. J. Domingos. **Do armário ao altar**: a constituição do sujeito homoafetivo nos jogos de verdade do discurso midiático. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

MATHIESEN, Thomas. The viewer society: Michel Foucault's panopticon revisited. **Theoretical Criminology: an international journal**, v. 1, n. 2, 1997, p. 215-234.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

Recebido em: 15 de abril de 2022

Aceito em: 12 de agosto de 2022

Publicado em agosto de 2022

Regina Baracuhy
E-mail: mrbaracuhy@hotmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2867-6806>

Dayane Adriana Teixeira Oliveira
E-mail: dayane.ato@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6890-4220>

***The (re)invention of the face:
a study of contemporary practices of imprisonment and
objectivation***

***A (re)invenção do rosto:
um estudo das práticas de aprisionamento e objetivação contemporâneas***

Jheny Iordany Felipe de Lima
Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, Brasil

Marcelo Vinicius Costa Amorim
Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, Brasil

Bruno Franceschini
Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, Brasil

Abstract: This research, based on the notions of diagnosis of the present and the aesthetics of existence, presented by Michel Foucault, articulated to the reading of neoliberal psychopolitics, by Byung-Chul Han, seeks to understand certain modes of thought in the historical rationality of the present and its unfolding in the scope of the production of subjectivity in the social network Instagram as an event that bursts in the current historical moment. In order to do so, Foucauldian archegenealogy is the method chosen to treat the statements in order to describe how users of certain online digital tools become subjects of a specific knowledge, the pathologization discourse. It is proposed, then, the analysis of the effects of truth produced by the use of this new configuration of virtual socialization, in the hypothesis of finding there a certain reinvention of faciality, a search for unreal standards of perfection and beauty. In this working hypothesis, the issue of imprisonment and objectification of subjects through the media and social networks in the 21st century is pursued. In this way, the results indicate the encounter with the ruptures and the relationships between statements, understanding the face/body/skin, as the stage where the clash of the lines of knowledge-power splits and/or inaugurates ways of existing.

Keywords: Foucauldian Discourse Studies; Diagnosis of the present; The care of the self; Imprisonment; Instagram; Subjectivity

Resumo: Esta pesquisa, partindo das noções de *diagnóstico do presente* e de *estética da existência*, apresentadas por Michel Foucault, articuladas à leitura da *psicopolítica neoliberal*, por Byung-Chul Han, procura compreender certos modos de pensamento na racionalidade histórica da atualidade e seus desdobramentos no âmbito da produção de subjetividade na rede social *Instagram* como um acontecimento que irrompe no momento histórico da atualidade. Para tanto, a arquegenealogia foucaultiana é o método utilizado



para tratamento dos enunciados de modo a descrever como os usuários de certas ferramentas digitais *online* tornam-se sujeitos de um saber específico, o discurso da patologização. Propõe-se, então, a análise dos efeitos de verdade produzidos pelo uso dessa nova configuração de socialização virtual, na hipótese de se encontrar aí determinada reinvenção da rostidade, uma busca por padrões irreais de perfeição e beleza. Nesta hipótese de trabalho, persegue-se a problemática do aprisionamento e da objetivação dos sujeitos por meio das mídias e redes sociais no século XXI. Desta maneira os resultados indicam o encontro com as rupturas e as relações entre enunciados, entendendo o rosto/corpo/pele, como o palco onde o embate das linhas de saber-poder cinde e/ou inaugura modos de existir.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos; Diagnóstico do presente; Cuidado de si; Aprisionamento; Instagram; Subjetividade

1 Introduction

“I seek to diagnose, to carry out a diagnosis of the present: to say what we are today and what it means, today, to say what we say.”
Michel Foucault

Throughout the development of his works, Michel Foucault showed an intense concern in criticizing the ways of thinking and making history, in the same way that he problematized the present. When embarking on the analysis of power and the relations inherent to knowledge, as well as a problematization of the concept of subject, Foucault's philosophy gradually became concerned with a critical ontology of subjectivity. The discourse, the truth, the exercises of power and the production of subjectivity guided his research as objects and methodological markers for the diagnosis of the present.

Inspired by Foucauldian philosophy, we propose to think about the present in order to understand the ways in which the subject is produced in the discursive practices linked to the use of social media, collaborating for the production of the subject in the present. Considering the use of filters on social platform Instagram¹ as an event that

¹ In the study by Sandra Portella Montardo (2019, p. 173) instagram is described as “a social networking application launched in 2010 by Kevin Systrom and Mike Krieger that allows the sharing of photographs and videos and the interaction between its users through of comments and attribution of likes”. In 2020, when the platform was 10 years old, it had already reached the mark of 1 billion users, becoming the 5th most used social network application in the world, according to the report published on the G1 news site, available on:

<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/10/06/instagram-faz-10-anos-como-uma-das-maiores-redes-sociais-do-mundo-e-de-olho-no-tiktok-para-nao-envelhecer.ghtml>

erupts in the present historical moment, objectifying its users and making them subjects of a specific knowledge, our research aims, in the general scope of the production of subjectivity, to analyze the impressions of truth that are produced by this tool, seeking to reflect on the issue of imprisonment and objectification of subjects in contemporary western societies. Specifically, we seek to understand faciality (COURTINE; HAROCHE, 2016) and its relationship with the production of subjectivity today, based on the event of digital filters on social networks.

Therefore, based on Foucauldian archegenealogy, our work is anchored, at first, on a theoretical reflection on the diagnosis of the present and its relationship with the will of truth and the production of subjectivity. To respond to the proposed objectives, we analyzed two enunciative series taken from different internet pages, which help us to trace a critical ontology of subjectivity linked to discursive practices that objectify and subjectify subjects in a constant search for the reinvention of faces.

2 The diagnosis of the present

How to answer the question posed in “The subject and the power” (FOUCAULT, 1995) of who are we today? In his archegenealogical studies, Michel Foucault sought to conceive a history of the different modes of subjectivation of subjects over time in Western societies, observing how the mechanisms and strategies that compose the processes of objectification and subjectivation of these subjects justify their constitution.

The processes of objectification of the subject are linked to the ways in which this subject is taken as a docile and useful object by discursive practices and in favor of them, whereas the processes of subjectification correspond to the ways in which these practices lead the subject to become the subject of something, having an assigned identity and assuming it within the scope of social relations. For Judith Revel's (2005, p. 77), subjectivation, above all, speaks of a relationship "with the knowing self" while objectivation has to do with becoming an object of knowledge, that is, it is the question of implications of knowledge and its relations with bodies. Power domain.

Although the problem of power analytics has been widely addressed in Foucauldian studies, the general theme of his research has always been the constitution of the subject, as observed in *The subject and Power* (FOUCAULT, 1995). Thus, when

making a historical outline of madness or sexuality, for example, Michel Foucault sought to observe how the subject is placed in very complex relations of power and knowledge that permeate the social fabric, justifying its constitution in each historical rationality.

The set of studies and investigations presented by Michel Foucault, to think the subject's relationship with the games of truth, enables us to put "in evidence the games and regimes of truth production, in a critique of the universality of truth and the transcendence and primacy of the subject" knowledge" (PRADO FILHO, 2006, p. 14). If power is exercised, we understand that there is no such exercise unrelated to the use of games of truth, that is, power is immanent to discursive practices, essential for archeogenealogical work.

The subject is, in this scope, placed as a product of discursive historical formation. As we observed in the writings on the care of the self, the notion of subjectivity undergoes a certain reconfiguration, in which Foucault expands the problematizations regarding subjectivity, unraveling lines concerning the subject's relationship with himself. The subject is not something permanent, identical with itself, but a form. Being form, it is in process, which means affirming the non-existence of a subjectivity that precedes it, that underlies it, but that is constituted through the discursive practices and the power relations that cross it. According to the author:

a form, and that form is not always, above all, identical to itself. You do not have the same type of relationship with yourself when you constitute yourself as a political subject who will vote or speak in an assembly [...]. In each case, we exercise and establish, different forms of relationships with ourselves. And what interests me is precisely the historical constitution of these different forms of the subject, in relation to games of truth. (FOUCAULT, 2006, p. 275)

Prado Filho (2006, p. 33) argues that as that "the history of thought moves away from the history of knowledge and from the epistemological problem", the perspective of Foucauldian philosophy brings us closer "to a political history of truth". In this sense, considering the games of truth, we can think of ways in which the subject relates to themselves in our society, and this depends on the ways in which they stand in front of the norms that are external to them and how they act on themselves constituting themselves as a political subject, ethical and moral within a historical rationality that intersect them, especially the power relations that epistemologically govern this rationality.

Returning to Kantian philosophy, Foucault, in his text *What are lights?* (2005) discusses Kant's answer published in a periodical in the 18th century, entitled "Was ist Aufklärung" (What is Enlightenment?), in which the author articulates the questioning of the present moment, that is, of the present. Foucault defends the idea that this text by Kant inaugurates the philosophical discourse of modernity. Although other authors had already discussed what the present would be, what emerges for the first time in the Kantian text is precisely the question "what then is this event that is called the *Aufklärung* and that determined, at least in part, what we are, think and do today?" (FOUCAULT, 2005, p. 335).

Diagnosing the present, in the Foucauldian perspective, implies denaturalizing the discourses, the discursive practices, historicizing the events, underlining the ruptures, the lines of flight, thinking who we are today, as well as what we cease to be when we subjectivity ourselves. In this sense, events must be considered as historical singularities, turning our analyzes to today; the present.

3 Practices of contemporary engagement and objectification

We understand the internet as one of the main tools for studying, working and entertaining of our time. With its social networks and varied platforms of uses, it instructs and facilitates daily processes, as well as bringing risks, depending on the way in which its use is carried out (RECUERO, 2009).

In this sense, we can reflect on how networks are associated with exercises of power in their most capillary form, impacting their users and the new forms of objectification/subjectivation that arise from these relationships. Within this web of relationships, we see the health area, as its devices to make illness mechanisms visible, produces statements pointing to the pathologies linked to the excessive use of these platforms.

Medical knowledge outlines new regimes of disorders from updating its diagnostic practices; it is the adaptation to three digital life materializing in different fields. Our present times "inaugurate" illness processes, remodeling already "consecrated" pathologies. Such as, for example, narcissism, voyeurism and depression, and, in addition to the diagnoses established within the domain of medical knowledge,

we can take such phenomena from a discursive perspective. Each update of social media and its uses entails us following the necessary accumulation to bring to light new ramifications of these disorders. We are referring precisely to Instagram. An intensified chain of objectification and subjectivation is produced within a discursive order that concerns the practices of imprisonment/capture of bodies, via the production of identities, places to which individuals see, identify themselves and occupy. In Montardo's notes (2019, p. 175), Instagram applications operate on

the platform's interest in motivating interactions through audiovisual content (photos and videos), but also in enabling instantaneity in this act. The fact that the content, whether photo or video, disappears in 24 hours, in the Stories feature, can be understood as a platform strategy to make the user constantly active in the sense of producing and making personal content.

With the intensifying of visual material production of the self, in the face of immaterialities, a development marked ruptures in the ways in which we relate to social networks and with ourselves. It is the use of “beautification” filters on social networks. We constitute, then, a first enunciative series that relates to a certain knowledge linked to the “discourse on the healthy/ill body”, marking the theme of beautification and the debate that it provokes:

- **“How social networks affect our relationship with appearance - Experts name the facts and show that self-knowledge is the key to change”.**²
- **“Beautifying Filters: When Does Using Effects Become Harmful? - Plumping lips, changing eye and hair color can be fun. But what about when you only want to post photos and videos with filters, is it healthy?”**³
- **“Beautifying filters and self-image manipulation on social media - What the frequent use of beautifying filters and addiction to self-image manipulation on social media can cause in the long run”.**⁴

² Available on: <https://boaforma.abril.com.br/especiais/como-as-redes-sociais-afetam-nossa-relacao-com-a-aparencia/> Accessed on: February 1, 2021.

³ Available on: <https://www.agazeta.com.br/revista-ag/moda-e-beleza/filtros-embelezadores-quando-o-uso-dos-efeitos-se-torna-prejudicial-1020> Acesso em: 01 de fevereiro de 2021

⁴ Available on: <https://andrealadislau.com.br/filtros-embelezadores-e-a-manipulacao-da-propria-imagem-nas-redes-sociais/> Accessed on: February 1, 2021.

In the series under analysis, our perspective to read the statements lies in the affirmation of the existence of a certain intrinsic dynamics to these applications (Instagram-filters) that affects, manipulates and harms its users. The issue of self-esteem and self-perception is synthesized in the visible elements of the body-face. The relationship between the beautiful and the healthy comes into play. However, medical knowledge is supported by an individualizing conception of the illness process, since “self-knowledge” and variations of “wanting to post” are the limiting mechanisms for the user to migrate from the pathological place to a healthy level.

Beautifying tools offered by most digital socialization platforms, called filters, provide its users with the experience of increasingly unreal/immaterial beauty shapers, since not only does it modify the texture of the skin via the screen, but also alters individual characteristics, enabling thinning and lifting users' cheekbones, outlining their mouths and noses, whitening their teeth or whatever the desired configuration with just a touch on the screen of their cell phones and in a few seconds. Offering also the effect of a ruddy skin, makeup or a symmetrical face, often so surreal that not even facial aesthetic procedures such as harmonization, rhinoplasty or bichectomy could achieve such results.

Thus, the diagnostic discourse is configured to produce a “myopic” knowledge of the historical process of digital mechanisms, disregarding its powerful character of socialization and regime of collective forces. It ends up reducing the way the individual “decides” to use virtual tools as a cause and remedy for pathologies. The “reality” achieved is limited to its permanence of digital connection, because outside the screens this face/appearance returns to reality without filters, “raw”. We trace a relationship between the makeup immediately applied to the skin, with the virtual “makeup”, as if a new skin-reality was imprinted on the bodies. The beautifying filters burst as an event, establishing changes in how/where to appear and present the face to the world.

The emergence of this face reconfiguration tool in the current historical moment constitutes an event, it is of a singular order. This event provides material for a diagnosis of the present, since to question the present is to problematize it as an event. In *The Archeology of Knowledge* (FOUCAULT, 1969), the author explains the importance of the concept of event for understanding how discourses are constituted.

In Answer to a question, Foucault (2010) underlines his interest in studying language and, in making this delimitation, the author marks his interest in the conditions

of possibility that allow the emergence of certain discourses from singular events that are inscribed within the actual story. It is in this sense that the philosophy of the event takes form in Foucauldian studies, enabling answers to this inquiry about the questioning of the present as a philosophical work that the author problematizes, paving possible paths for the construction of a critical ontology of subjectivity. Therefore, dealing with the singular event of filters use on digital platforms, enables us to understand a certain functioning of practices of imprisonment and contemporary objectification; production of who we are today.

In the search for an image that is increasingly “filtered”, purified, the face-form within the canvases is sought⁵, the dealing and struggle of self-image raises the concern of specialists about the impact generated by the use/abuse of the new tool from the perspective of its users' mental health⁶. It is necessary to weave relationships between the medical discourse to better understand the proportions of the effects of filters and their functioning, since a relevant number of users of social networks are now functioning in the logic of the unbridled search for the “unthought” face. Aesthetic filters and procedures make it more and more explicit that: we are under a specific effect of truth, one must invest in another face. Immediately related to the discursive practices of the industry/beauty standard, cosmetification of life, “filtering” the impurities, cleaning the “ugliness”, making the face always better presentable are highly encouraged. The discomfort in always feeling “not yet as beautiful as I can be”, becomes the object of medical discourse, making us see increasingly important disorders in those who cannot function with parsimony within the new standards.

Historically, the issue of beauty is related to medical intervention; we stand between plastic surgery and diagnostic knowledge. Social networks emerge to lead a new way of socialization/interaction, relationship with others and with oneself. Filters respond to the logic of immediacy, a certain imperative emerges, because one must “be beautiful now”. Patterns liquefy, flow and transmute faster and faster on canvas, they are the dynamic devices of hypermodernity. The medical discourse reactivates its lines of

⁵ Royal Society For Public Health. Instagram ranked worst for young people's mental health. In <https://www.rsph.org.uk/about-us/news/instagram-ranked-worst-for-young-people-s-mental-health.html> Acesso em: 14 de janeiro de 2021

⁶ Body dysmorphic disorder. In <https://www.msmanuals.com/pt/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde-mental/transtorno-obsessivo-compulsivo-e-dist%C3%BArbios-relacionados/transtorno-dism%C3%B3rfico-corporal> Acesso em 21 de janeiro de 2021.

identification process, produces lines of sayability, pathologizing the behavior of users. Instagram presents itself as a kind of *Ágora*, a space where the “population” of faces that matter can be found. Like, comment, share, filter and post. A new generation in uninterrupted tension with appearance is constituted. To understand this effect, we turn to Byung-Chul Han, who appropriates Foucauldian philosophy to carry out an analysis of the contemporary complexity typical of a time when the internet represents significant protagonism. Although the digitized world and its “virtual excesses” are anachronistic to Michel Foucault, the theoretical notions of this philosopher are what subsidize a significant part of Han’s (2020) reflections. In this sense, Han does not expand Foucauldian philosophy but uses it, mainly the concepts of power and biopolitics, to build new possibilities of analysis about the world today. It is in this way that we can follow the effect of the neoliberal policy where “liking” becomes a medicine for the soul, a psychopolitical issue (HAN, 2020). To better exemplify, we present a series of statements that are at the heart of the event of image filters on digital platforms. The regularity to which the beauty standard strength line is activated, taking into account the probable effects of a subjectivity in the process of illness, stands out.

- **“The filter effect and social media beauty standards** - How addiction to social media and filters are affecting a new generation, increasingly depressed and anxious, and seeking unattainable aesthetic treatments”.⁷
- **“Are Instagram filters changing the way we look in real life?** Beauty standards have been around for centuries, but our recent fixation on a computerized, unrealistic appearance can pose physical and psychological risks for us — and leave everyone looking like Kylie Jenner.”⁸
- **“Plastic Surgery X Social Media: Are Filters Influencing the Concept of Beauty?** Plastic surgeon Victor Cutait talks about the excessive preoccupation with appearance brought about by selfies and people who seek extreme interventions to hide or change their imperfections.”⁹

⁷Available on :

<https://www.sallve.com.br/blogs/sallve/como-redes-sociais-e-filtros-estao-gerando-depressao-ansiedade-dismorfia-corporal> Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

⁸ Available in: <https://elle.com.br/beleza/filtros-instagram-nos-deixam-iguais> Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

⁹ Available on:

- **“Young people seek surgery to look like Snapchat and Instagram filters**
- Phenomenon is mainly observed with young people and raises alert for bodily disorders”.¹⁰

In an archeogenealogical reading, the utterance, which is not hidden, is properly read when we weave relations between its emergence and associated field, functioning and tension among other utterances. In this exercise, we see this enunciative series presenting traces of technologies for conducting bodies, it is about the observed body produced on canvas and the capture of bodies through the discourse of reinventing the face. A form of objectification complemented by the networks users' strength, since the subjects must subject themselves (self-subjection) to each emergence of this beauty on canvas machinery, this is the specific production of a certain care for the body. Allied to a previous practice, the domain of memory at the intersection with the event of filters, allows new waves of pilgrims to medical offices, whether in search of aesthetic procedures in the promise of perfect appearance, in the past, in the search for treating certain suffering due to an exhausted body in the continuous and unsuccessful search.

Foucault (2014) observed not the perception and appreciation of bodies throughout history, but how a series of different knowledges were invested in them, engendering control, articulation, organization, improvement and above all production within an economic chain. We note the existence of “a 'knowledge' of the body that is not exactly the science of its functioning, and a control of its forces that is more than the ability to overcome them: this knowledge and this control constitute what could be called the political technology of the body” (FOUCAULT, 2014, p. 29).

The practices and technologies of control and disciplining of bodies within an economic strategy of the State, within Foucauldian philosophy, is named as anatomopolitics of the human body or biopower. In contemporary times, the appreciation of bodies and their usefulness work in the midst of immaterial production (HAN, 2020). Instagram

<https://itlife.com.br/porta/cirurgia-plastica-x-redes-sociais-os-filtros-estao-influenciando-o-conceito-de-beleza/> Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

¹⁰ Available on:

<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/08/usuarios-do-snapchat-fazem-cirurgia-para-se-parecer-com-filtros-do-app.ghml> Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

users, seduced and immersed in the fabric of the immateriality of the screens, incessantly produce the content that will circulate between properly connected bodies.

Specifically, the thinking of Deleuze and Guattari (2012, p. 36) is supported by the premise that “signification” necessarily demands a surface to inscribe itself, so spoken language, for example, is driven by “significant traits” duly “ indexed in the” singular “faciality”. For them, the face is not something purely individual, since the face reflects a greater reality, understood as dominant. In short, the face is not given, it needs to be “born”, and in this case it is produced by an abstract machine. This has to do with the conditions for forging fertile surfaces to process subjectivities:

The face builds the wall needed for the signifier to bounce off, it constitutes the wall of the signifier, the painting or the canvas. The face digs the hole that subjectivation needs to cross, it constitutes the black hole of subjectivity as consciousness or passion, the camera, the third eye. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 36)

In the work of Courtine and Haroche (2016), recovering the history of the face is to consider social norms and behaviors because the face brings, at the same time, the expression of the self and the collective connections of social experience. However, this expression and the expressive man are historical products, considering the fact that the process of development of a civility were the conditions of emergence for the work on expression, since conversation, a basic aspect of social life, encompasses beyond of words and silence, gesture and expression in a broad sense, so the face is included there.

There are strategies of power over the face, but the political exercise is left to the individual over himself, a new political anatomy over the body intersected in canvases. It is the digital panopticon with its imperative: “everything must become data and information”, implying a much more efficient servitude than disciplinary strategies (HAN, 2020, p. 80). If, in Foucault (2014) we see the anatomo-politics marking the moment when the biological body enters the game of State power strategies through a very subtle and complex network of relationships, with Byung-Chul Han (2020) we follow the dissection of neoliberal psychopolitical strategies and their psychological domain plots that involve the subject in an even more profound and subtle way. In Foucauldian philosophy we have the diagnosis of the formatting of modern man in western societies from the end of the 17th century.

We can emphasize the direct action of new technologies in the production of subjectivities in contemporary times, being the immanence of these vehicles and their discourses on ways of life, standards of beauty, health, sexuality and behavior, for example a significant highlight, thus producing different regimes of truths for the present moment and governing the conduct of subjects in a given historical rationality, as discussed by Foucault (2019), on the political economy of truth.

In the context of the production of subjectivity in relation to regimes of truth, we observe the ways in which digital technologies and their effects of truth produce practices of self-exploration of the users' lives, which is, in the end, paradoxical, as they are autonomous and free within what they can and are allowed to do within the policies of use of social networks. The dissemination and democratization of the use of smartphones and the like culture, as well as the offer of broadband connection services, enable a population of users that are constantly online. Being disconnected have become a synonym of debt/anguish, as the world happens “only” virtually.

Considering this movement, new narratives of the self-emerge; it is the writing of the self-digitized and in flux, in dispute and in relation to other multitudes of narratives. According to Foucault (2006, p. 130), the writing of the self is something essential in the processes in which there is the “elaboration of discourses received and recognized as true in rational principles of action”. This reflection leads us to think about how, within digital platforms, users come across, recognize and replicate true discourses and extract logics from them to produce their own “original” narratives. The face becomes a narrative assembled with the filters already in place. The narrative of the self is taken by the process of remodeling the expression-face within a false free choice, as the user does not escape the “selection of offers arranged by the system”, it is a free prison, it is a certain detention regime in the “hell of the Even” (HAN, 2020, p. 111-114, emphasis added).

In the context of self-practices, self-care is related with the re-elaboration of a whole set of rules of existence that the subjects take for themselves in order to shape themselves, to make life a work of art to be appreciated, culminating in an aesthetic of existence. In this way, we can think that self-government is linked to the rules of conduct and truths established in each historical rationality. And, thinking about the problem of the production and capture of bodies through social networks, this process of writing oneself is related to visibilities and identities that circulate in social networks.

Instagram allows that in each frame/photo montage there is the possibility of adorning and formatting the features and colors of the face/body, composing different faces in the same base photograph. The question of self-care is presented in Foucauldian philosophy imbricated with the ethical experience based on making life a work of art to be admired. Han (2020, p. 107) understands that in “Foucault, the art of living can be conceived as a practice of freedom that produces a completely different way of life” from the effects of neoliberal psychopolitical techniques.

In the world in which the logic of filters and the search for the best presentable face circulates, self-care is reduced to the experience of the best combination to produce a certain episodic face. The body will be the substance to provide the impression plane of infinite layers of the face in the articulation of the canvases. The subject who seeks, through social networks, to shape and display new forms of identity and self-care, surrenders and accepts to be validated by the “like” of the other, a desired validation, which can be achieved by the digitalized elaboration and aestheticization of the self. This search is guided by the exercise of power over oneself, but with the support of the other, since success, notoriety and influence within this logic is measured by the volume of followers.

The digital panopticon is part of a device that produces voluntary exposure where “we are all compelled to communicate and consume” (HAN, 2020, p. 57). This behavior is linked to a narcissistic pattern of constant validation through publications.

The narcissist depends on others to validate their self-esteem. He cannot live without an admiring audience. His apparent freedom from family ties and institutional pressures does not free him to be alone or to glorify his individuality. On the contrary, it contributes to his insecurity, which he can only overcome by seeing his 'grand ego' reflected in the attentions of others or by attaching himself to those who radiate celebrity, power and charisma (LASCH, 1983, p. 30-31).

Narcissism as a component of subjectivity production within the context of social media in contemporary times, is multiplied, not reducing to egocentrism or apart from historical and social issues. Narcissism is re-signified to think about social and cultural issues relevant to our temporality.

Virtual portals have become the new voice of truth for our time. Follows, likes and dislikes guide the conduct of individuals and build a subjectivity based on identity

enhancement. The hypermodern society also works through the production and control of a certain device of faciality. There is a positivity in this historical formation, it is the face as a crucial factor for the equation of the “beauty” possible for our identity, digitally constructed, with effects on the materiality of the living body.

Within this universe of social networks, likes or follows have real power, the number of views resonates with bodies because to exist is to be seen on screens, but above all to be observed in your best form, with the best possible face. These users-individuals, because they are inscribed in a given historical rationality, subject themselves collectively and individually, depending on the place they occupy. Understanding that submission requirement levels, which content is “allowed”, is immediately linked to your follower count.

The reinvention of the face through filters, in the digital age, is affiliated with the discourse of perfectionism, plasticity of existence. It is mandatory to always be beautiful, well groomed, thin, light skinned and smiling, as Foucault (2019, p. 147) theorizes about the body in the functioning of “a new investment that no longer takes the form of control-repression, but of control-stimulation: 'Be naked... but be thin, beautiful and tanned!'”. After all, one cannot fail to mention that the new faciality devices still maintain the secular lines of force of beauty, excluding, racialized, Eurocentric. The face-body gains the maximum expression of personality, it is the signature and the cipher of individual value.

An essential ontological question of our society, happiness, is linked to a constant exercise of autonomy and flexibility of bodies and identities, resulting in the most varied performances of visibility and spectacularization in the social sphere. The permanent exercise of the self emerges, the exercise of self-conduct. Furthermore, what is thought and what is done with the body and its image returns to the medical discourse as an object of concern, pathologization, the individual is blamed, a much greater regime of historical-social forces is disregarded. The use of the face as evidence of illness processes accumulates sayings for a certain constitution of the imperative: one must watch the virtual-body for health reasons.

The well-being/disease binomial gains prominence taking as a reference the technological avatars and their consequences on the flesh. The production of subjectivity becomes immediate to the specific dynamisms of “life” on the internet. There is an imprisonment of the body in an image-pattern that does not stop updating itself, making

the user dedicate maximum time to the new work on himself, the online life. When this process unfolds in searches for invasive interventions in the flesh, when the individual intensely desires to materialize an image so rehearsed/enunciated in the virtual world, medical knowledge makes us see new disorders. However, what we see are knowledge-power devices whose lines of dissatisfaction process new exhausted subjectivities, as there is no rest for those who are always in debt with their own image. One must filter the impurities from this skin, from this body.

However, before that, the skin is the surface where we find discourses and struggles, the skin is the stage for the clashes of social forces. It is on the body, the skin, the face, that we find the traces of what we have done with ourselves in the present time. In this sense, it is worth a thorough resumption of the accumulation of historical and social forces that produce the "users" of the networks, understanding the new regimes and strategies of power to better understand the conditions of the new processes of subjectivation, as well as what can be understood or not as illness.

4 Conclusion

The gesture of looking into the present does not mean interpreting it in its entirety, or even establishing continuities. There are heterogeneities in vogue. Diagnosing the present implies trying to answer the question of who we are today and understanding what we cease to be when we reconfigure ourselves. It is a reading only about the discursive practices linked to social media that cross the subject today, corroborating the production of new types of subjectivities. The exhausted-dissatisfied filtering their image, specific processes of subjectivity production yield this result.

Through the analysis of the statements, we were able to observe how the event of beautification filters erupts in the current historical moment in response to the emergence of the search for the constant reinvention of the face. Such development produces certain effects of truth that are legitimized by the writing of the self, a writing that takes the face as the surface where the experience with the body is "written".

Diagnosing the present implies denaturalizing the discourses, the discursive practices, historicizing the events, highlighting the ruptures, recovering possibilities to make the scape lines visible, building paths for other ways of existing. The

psychopolitical devices materialized by the neoliberal regime are in full operation, demanding more and more new reading proposals to account for our current situation. It is up to us to invent new reading gestures to account for the brand new control devices.

Acknowledgements

The present work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) - Financing Code 001.

Contribution

Jheny Iordany Felipe de Lima: Conceptualization, Data curation, Investigation, Methodology, Writing – original draft; **Marcelo Vinicius Costa Amorim:** Conceptualization, Data curation, Investigation, Writing – review & editing; **Bruno Franceschini:** Conceptualization, Supervision, Validation, Visualization, Writing – review & editing.

References

COURTINE, Jean-Jacques. HAROCHE, Claudine. **História do rosto: exprimir e calar emoções: (do século 16 ao começo do século 19).** Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia** 2. vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al. 2. ed. São Paulo. Editora 34. 2012.

DSM-V – **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** Tradução de Cláudia Dornelles. 4. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FLAUSINO, Cristina Valéria. Rosto e rostificação: **Os modos de operar da máquina abstrata da rostidade.** Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FONSECA, Daiane A. Vaz; CAFIEIRO, Gabriela Machado. Redes sociais e suas influências nas inter-relações entre jovens e adultos. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, v. 6 n. 2, 2018.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In:* FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica**. DREYFUS, H; RABINOW, Paul. (Orgs.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro. 2. ed. Forense Universitária. 2005. p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o Poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 253-266.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade e política**. Organização e seleção Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro. 2. ed. Forense Universitária. 2006. p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos VI: Repensar a política**. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 1-24.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Ramalhete. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HAN, Byung-Chul: **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução Maurício Liesen. Preparação Ligia Azevedo. Revisão, Ana Martini; Fernanda Alvares. 7. ed. Belo Horizonte: Editora Âyiné. 2020.

LASCH, Christopher. **A cultura do Narcisismo: A vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: E, Imago Editora, 1983.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONTARDO, Sandra Portella. Selfies no Instagram: implicações de uma plataforma na configuração de um objeto de pesquisa. **Galáxia**, n. 41, p. 169-182, 2019.

PRADO FILHO, Kléber. **Michel Foucault**: Uma história política de verdade. Florianópolis: Insular, 2006.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANCHOTENE, Nicole; LEAL, Tatiane; BARBOSA, Yago. **Redes Sociais, Subjetividade e Mal-estar**: Uma Análise do Caso Essena O'Neill. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0357-1.pdf>

Recebido em: 12 de abril de 2022

Aceito em: 23 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Jheny Iordany Felipe de Lima
E-mail: jhenyiordany@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2030-6221>

Bruno Franceschini
E-mail: bfranceschini@ufcat.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1661-4835>

Marcelo Vinicius Costa Amorim
E-mail: m.viniciuh@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8916-7779>

O bárbaro tecnizado contemporâneo: rios submersos da antropofagia

The contemporary technized barbarian: submerged rivers of anthropophagy

Pedro Henrique Varoni de Carvalho
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

Resumo: A proposta do artigo é construir uma breve análise arqueológica da noção da antropofagia modernista brasileira, baseada na metodologia de Michel Foucault. Parte-se da publicação do manifesto de Oswald de Andrade, em 1928, considerando sua ressignificação no tropicalismo no final dos anos 1960 até chegar ao contemporâneo. O percurso arqueológico do pensamento antropofágico no campo cultural brasileiro demonstra diferentes apropriações, por vezes servindo aos interesses do capital, na forma de uma subjetividade flexível acrítica, tal como apontada por Suely Rolnik. A crise contemporânea do antropoceno, agravada pela pandemia da covid 19, criou, entretanto, novas condições de escuta e visibilidade para o discurso indígena, fazendo ressignificar a figura do bárbaro tecnizado aludida por Oswald em seu manifesto. O espaço para as ontologias de matriz indígena ressoa uma brasilidade popular mestiça dos núcleos quilombolas, de formas de existência não domesticadas, que se colocam como resistência política, ainda que isso se dê sobre o recrudescimento da violência contra essas populações. Procuramos pensar a presença interdiscursiva da antropofagia nessas práticas e discursos de resistência, inclusive a partir dos erros passados.

Palavras-chave: Arqueologia; Manifesto antropófago; Tropicalismo; Ontologias indígenas

Abstract: The purpose of this paper is to build a brief archaeological analysis of the notion of Brazilian modernist anthropophagy, based on the methodology of Michel Foucault. We depart from the publication of Oswald de Andrade's manifesto in 1928, considering its redefinition in tropicalism in the late 1960s until it reached the contemporary. The archaeological path of anthropophagic thinking in the Brazilian cultural field demonstrates different appropriations, sometimes serving the interests of capital, in the form of an uncritical flexible subjectivity, as pointed out by Suely Rolnik. The contemporary crisis of the Anthropocene, aggravated by the covid 19 pandemic, created, however, new conditions of listening and visibility for the indigenous discourse, giving new meaning to the figure of the technized barbarian alluded to by Oswald in his manifesto. The space for the ontologies of indigenous matrix resonates with a popular mixed Brazilianity of the quilombola nuclei, of non-domesticated forms of existence, which are placed as political resistance, even if this occurs on the increase of violence against these populations. We try to think about the interdiscursive presence of anthropophagy in these practices and discourses of resistance, including from past errors.

Keywords: Archaeology; Anthropophagous manifesto; Tropicalism; Indigenous ontologies



1 Introdução

O Manifesto Antropófago, publicado pelo escritor brasileiro Oswald de Andrade (2011) em 1928, constitui um dos mais potentes signos do modernismo literário brasileiro e tem mobilizado uma práxis cultural com contribuições ao contemporâneo. As diferentes interpretações do manifesto vão além do campo literário e dizem respeito a uma reflexão decolonial *avant la lettre*, antecipando questões que se colocam como resistência política na atualidade. A intensificação dos fluxos simbólicos e territoriais acentuou a pertinência do conceito antropofágico para pensar as identidades fluídas, em processo. A banalização da ideia de antropofagia como sinônimo de todo tipo de mistura também justificou, ao longo do tempo, apropriações para interesses do capitalismo predatório. Esses breves apontamentos acentuam o caráter polifônico da antropofagia que justificam aqui uma abordagem arqueológica, no sentido atribuído por Michel Foucault (2008). A proposta é percorrer regularidades discursivas em torno do manifesto antropofágico de Oswald de Andrade durante o século XX para chegarmos ao contemporâneo a partir de uma questão central: a relação de um poder/saber articulado com as formas de circulação discursiva, considerando as tecnologias da comunicação. Há no texto do manifesto a busca por uma posição enunciativa de um sujeito indígena, sintetizada pela legitimação de um saber não hegemônico que emerge no contexto atual como resistência à crise sanitária, ambiental e humanística provocada pela pandemia da covid 19. Novas formas de circulação e de escuta propiciam a difusão de ontologias indígenas que podem sinalizar as lutas políticas do século XXI e guardam relação, como pretendemos demonstrar, com a retomada da potência vital da antropofagia.

A questão antropofágica, em que pese as diferentes apropriações da sua base conceitual para interesses diversos, pode ser tomada, na dimensão discursiva, como um espaço de resistência à ordem estabelecida, diante das possibilidades do sujeito de “filtrar” as imposições que recaem sobre si e subvertê-las. Apesar de certa banalização do conceito como legitimação de qualquer forma de mistura, é possível perceber na escrita de Oswald a caracterização da “baixa antropofagia” como necessidade de se ater a qualidade dos hibridismos culturais propostos no manifesto. Não é qualquer antropofagia que importa, mas aquela que restitui ao indígena uma posição enunciativa, diante do colonialismo, mas também dos valores cristãos e do racionalismo ocidental. A ideia de

uma baixa antropofagia- “os pecados do catecismo- a inveja, a usura, a calúnia, o assassinato” (ANDRADE, 2011, p.31) - indica que a questão não é a mistura acrítica das referências para a reprodução de velhos modelo. A baixa antropofagia pressupõe a importação mimética no lugar da exportação subversiva (CASTRO,2018), resultando contemporaneamente na ação predatória dos mercados sobre imaginários e reservas territoriais (áreas de proteção ambiental, territórios indígenas e quilombolas) diante de um modelo neoliberal que busca se impor na ordem globalizada.

É nesse jogo entre a alta e a baixa antropofagia que se delineiam os espaços de resistências, aqui pensados na perspectiva da metodologia arqueológica, ou seja, na história dos saberes em recortes temporais específicos. Os enunciados emergem, de acordo com Foucault (2008), num campo de forças, são produzidos por um sujeito, se articulam com memórias e funcionam num campo associado com outros enunciados por afinidades, mas também divergências. O trabalho arqueológico não pressupõe um levantamento histórico de natureza linear e para nossos propósitos diz respeito a forma como a antropofagia modernista define diferentes vontades de verdade nos tempos históricos e realidades socioculturais. “O modo antropofágico de produção de subjetividade e da cultura em si mesmo não é garantia de nada: aquilo que o caracteriza pode ser investido com diferentes micropolíticas das mais ativas as mais reativas” (ROLNIK, 2021, p.68). Cada contexto tem seus regimes de discursividade que permitem determinados dizeres e outros não. As condições de emergência do manifesto antropófago se complementam nas temporalidades em que esse poder/saber foi mobilizado para dar conta de diferentes demandas do real histórico.

O espaço breve de um artigo não permite um aprofundamento de cada um dos fios dessa rede discursiva em torno da antropofagia, por isso gostaríamos de circunscrever nossa proposta à cartografia das mutações desse discurso tendo como epicentro a publicação do manifesto em 1928. A partir dele abrem-se novas interpretações tanto em relação ao passado colonial quanto ao futuro. A revisitação ao manifesto implica, portanto, em percorrer linhas descontínuas que nos ligam às representações da nova terra no continente europeu e a importância dada ao ritual antropofágico tupinambá nas narrativas de viagem. Oswald de Andrade desloca o sentido original ao articular a antropofagia com o campo cultural e filosófico, pensamento que se torna força motriz tropicalista a partir de final dos anos 1960 e se faz presente hoje, ainda que de maneira

não literal, no espaço para manifestação discursiva das ontologias de matriz indígena diante da crise do antropoceno e pelas novas sensibilidades potencializadas no contexto da pandemia da Covid 19. É como se o enunciador indígena simbólico coletivo do manifesto adquirisse uma materialidade no real da história, em tempos de violência e morte, mas também de insurgências.

A presença da antropofagia, nesse contexto, se dá como rastros, poderíamos dizer marcas interdiscursivas, como que num processo inverso ao tropicalismo. Não há, de maneira predominante, retomada do manifesto no plano da literalidade dos enunciados (a não ser nas diferentes mobilizações sobre a herança modernista na efeméride do centenário da semana de arte moderna de 1922). Mas é como se o caráter poético e visionário do texto produzido no final dos anos 1920 antecipasse a falência de certa concepção de progresso cumulativo, fundada na ideia de uma história linear em torno de um modelo extrativista que coloca em xeque os recursos naturais. Lido por um olhar contemporâneo é possível identificar essas marcas no texto de Oswald. “O indivíduo vítima do sistema (...) contra a realidade social vestida e opressora.” (ANDRADE, 2011, p.28-30).

A pandemia do coronavírus em escala planetária cria condições de escuta para outras ontologias, um chamado aos povos que sustentam diferentes concepções de mundo, ainda que sobre eles, como é o caso do Brasil, se radicalize a violência. Há em jogo duas concepções macro de sociedade. O extrativismo como modelo político que vai do esgotamento das reservas naturais à manipulação dos dados pessoais nas plataformas conectadas e a busca de outras possibilidades de existência coletivas e comunitárias inspiradas em setores silenciados no processo histórico. Extrativismo como metáfora do esgotamento: dos combustíveis fosseis à energia vital e, de outro lado, a disposição em ouvir os que não foram ouvidos, um novo lugar de escuta como dimensão política, de algum modo antecipada no manifesto antropófago. O olhar proposto vai além da literalidade referencial ao texto de Oswald de Andrade. Procuramos pensar a antropofagia como prática ou, em certo aspecto, como interdiscurso (COURTINE, 2009) de manifestações de resistência ao longo de quase um século. Buscamos, nesse sentido, uma reflexão sobre a potência e atualidade do pensamento antropofágico na sua relação com a cultura popular brasileira enquanto capacidade de manutenção e ressignificação de saberes não hegemônicos.

É possível identificar no arquivo de brasilidade (CARVALHO, 2015) práticas discursivas articuladas com uma filosofia baseada nos conhecimentos populares, na espiritualidade de matriz indígena-africana, tão presente quanto silenciada no cotidiano de parcelas significativas da população brasileira. A ideia dessa filosofia popular, uma cultura das ruas, originária dos núcleos quilombolas, dos territórios de matriz indígena, espaços de resistência à ordem mercadológica do neoliberalismo, é pensada por Luiz Antônio Simas, Rafael Haddock-Lobo e Luiz Rufino (2020). O amálgama resultante da mistura de culturas que nos formaram é a experiência brasileira como empreendimento civilizatório de redes associativas, sociabilidades e cultura comunitária como alternativa à precariedade, resultado da diáspora africana e os rituais ameríndios. Se o pressuposto antropofágico não deixa de ser o que escolher, devorar, eliminar, do que se nutrir, é possível perceber nesse movimento indícios de um exercício de valorização da alteridade, identidade afirmada na diferença.

Para os mundos tupinambás, o inimigo é um constituinte do ser. Se precisamos do outro para ser, é absurdo, portanto, aniquilá-lo. Aquele que me mata, me come e me carregará em seu estômago feito de túmulo e aconchego. Em certo sentido, ele será eu (SIMAS; LOBO, RUFINO, 2020, p. 19).

A proposta, portanto, é voltar ao manifesto não para discutir sua herança literária ou mesmo as contradições da história do escritor— sem desconsiderar a importância de estudos com esse propósito— mas percorrer brevemente o caminho da potência antropofágica na vida cultural brasileira. O texto de Oswald pode ser lido como um conjunto de aforismos filosóficos construídos de maneira imaginativa, quando não irônica, e convidando-nos a um olhar radical e crítico do patriarcado racional de inspiração iluminista, mas também dos jogos de poder em torno da religião. Essa potência, de um ponto de vista aristotélico, tem se dado a ver em atos na vida cultural brasileira que nos fazem perceber os sinais de uma prática antropofágica a permear o arquivo de brasilidade (CARVALHO, 2015). A antropofagia tem sido um espelho no qual nos reconhecemos e para cujo centro ainda nos voltamos, na medida da busca dos sentidos pelos acontecimentos.

2 O bárbaro tecnizado

Uma leitura arqueológica da antropofagia diz respeito, fundamentalmente, à forma como o texto de Oswald instaura cortes temporais sugerindo a convivência entre o primitivo e o tecnológico. A figura do “bárbaro tecnizado”, apresentada em um dos aforismos, permite uma síntese capaz de guiar as conexões com outros tempos históricos, como os movimentos culturais dos anos 1960 e o contemporâneo. A expressão surge em meio a referências da cultura europeia: Montaigne, Rousseau, Keyserling.

Filiação. O contato com o Brasil Caraíba. Oû Villegaignon print terre. Montaigne. O homem natural. Rousseau. Da Revolução Francesa ao Romantismo, à Revolução Bolchevista, à Revolução Surrealista e ao bárbaro tecnizado de Keyserling. Caminhamos. (ANDRADE, 2011, p. 28)

O efeito de fusão de temporalidades aparece em perspectiva sincrônica com os grandes acontecimentos da história europeia (revolução francesa e bolchevista) em articulação com os movimentos culturais (romantismo e surrealista). Há ainda a citação ao cavaleiro francês, Villegaignon, que comandou uma ocupação da costa brasileira no período colonial, erradicada pelas forças portuguesas. A essas referências passadas, a expressão final do aforismo contrapõe a conjugação verbal capaz de deslocar a temporalidade para o presente/futuro: “caminhamos.” (ANDRADE, 2011, p.28). O sujeito coletivo que guia o manifesto já anunciava, no aforismo anterior, o desejo aflorado desse movimento trans histórico: ‘queremos a revolução Caraíba’ (Ibidem p. 28), como consequência inevitável de uma nova ordem, de novas relações de saber e poder para além do aspecto lógico racional europeu.

As referências se abrem, no manifesto, a uma pluralidade semântica capaz de desafiar as interpretações mais superficiais, possibilitando encontrar novos sentidos nos retornos ao texto de Oswald de Andrade. É possível pensar a ideia da baixa antropofagia a partir da distinção feita por Montaigne entre canibalismo e antropofagia, em “O canibal”, publicação de 1580 em que o autor francês se dedica a analisar a cultura dos índios tupinambás. Canibais se alimentam da carne humana, antropófagos o fazem por vingança. Há um aspecto ritualístico antropofágico central na cultura tupinambá salientado nos estudos da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1990). A baixa antropofagia seria a metáfora equivalente ao canibalismo. A transposição para o plano

simbólico permite pensar, na antropofagia, a apropriação consciente da alteridade, transformada e, no canibalismo, o aniquilamento da diferença. É exemplar dessa diferença a clássica história relatada por Hans Staden, aventureiro alemão, preso pelos índios tupinambás no Brasil Colonial, submetido a todos os rituais, mas não devorado porque “sentem que falta àquela carne, os sabores de um espírito altivo” (ROLNIK, 2021, p.16)

É nesse contexto que o “bárbaro tecnizado de Keyserling” (ANDRADE, 2011, p.28) nos aproxima da relação entre primitivo e tecnológico, as formas de produção e circulação discursiva que iriam definir a indústria cultural do século XX (o cinema, a televisão). Daniel Faria (2013) lembra o uso recorrente da ironia em Oswald de Andrade como condição para interpretar esse enunciado. Keyserling, o personagem em questão, filósofo da aristocracia alemã, propunha um pensamento imbuído de um cosmopolitismo pacifista e uma governança global centralizada e antidemocrática por parte da elite europeia¹. A imagem do “bárbaro tecnizado” parece ter uma dupla função: o deslocamento de um possível caráter do indígena romantizado e isolado e a inversão semântica que confere ao europeu o caráter estrangeiro, diferente. É tanto o outro (o europeu,) quanto a possibilidade da técnica (leia-se o cinema e a indústria cultural) como insurgência da revolução caraíba. O segundo aspecto se torna mais perceptível, como veremos, com o tropicalismo, bem como diante de novas condições de produção para o discurso de matriz indígena na atualidade.

É possível vislumbrar ainda na referência à Keyserling, para além da ironia, a consideração da experiência contemporânea como marcada por diferentes temporalidades e espacialidades: Oriente estacionário, América telúrica e Europa decadente (FARIA, 2013). Oswald dividiu o tempo em dois grandes hemisférios culturais: o matriarcado e o patriarcado. O primeiro é primitivo e antropofágico, o segundo civilizado e messiânico. A utopia de Oswald está num neo matriarcado advindo da técnica que nos levaria à libertação do trabalho e um novo mundo de ócio. Beatriz Azevedo e Laura Francis (2021) chamam atenção para o fato de que, o poeta inventou um “território utópico, mito-poético: o matriarcado de pindorama” (AZEVEDO; FRANCIS, 2021, p.117). Trata-se de uma

¹ Keyserling esteve no Brasil em 1929, uma viagem que foi caracterizada por interlocuções com os modernistas. Mário de Andrade chegou a dizer que sua obra era a chave para interpretação de Macunaíma. A esse respeito ver Daniel Faria, as meditações americanas de Keyserling. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/28877?locale=en>

visão histórica descontínua que pode ser pensada pelo reconhecimento de saberes perdidos no tempo e nas relações de poder advindas do processo colonial. O futuro estaria, paradoxalmente, nesse passado, como na imagem do poeta contemporâneo descrita por Agamben (2009), dissociado do próprio tempo para ver nele não as luzes mas as trevas.

Encontrar o sujeito enunciador do Manifesto é se deparar com alguns elementos centrais: o intelectual motivado pela busca da singularidade brasileira como força motriz do modernismo; o poeta que encontra na figura do indígena atemporal o elo entre o passado e o futuro, passando pelo presente; um filósofo original fundando seu pensamento na relação entre os imperativos do patriarcado e capitalismo e outras formas de sensibilidade, a percepção antropológica de espaços de resistência da cultura popular brasileira, o diálogo com a tecnologia. Eduardo Viveiros de Castro (2018) vai qualificar como tecnoprimitivismo a relação de Oswald de Andrade com a indústria cultural do século XX, apontando para esse aspecto que gostaríamos de realçar no manifesto: a relação entre as condições de enunciabilidade dos sujeitos condicionados por um contexto colonial (ainda dando as cartas nos jogos da macropolítica) e as possibilidades de subversão. Fazendo da técnica, ou a sua expressão contemporânea, a tecnologia, o ponto nodal antropofágico.

Sua admiração pela América do Norte (os eua) é inequívoca, centrando-se no “cinema, o divórcio, o box, o crédito e sobretudo o apetite”. E as girls..., mas essa América hipertécnica (notem-se os curiosos exemplos) é ao mesmo tempo dada como exemplo da invencibilidade do “ciclo primitivista”. Os americanos são os bárbaros tecnizados. Só lhes falta, e a falta é crucial, a antropofagia – falta-lhes uma filosofia de vida compatível com o tecnoprimitivismo (CASTRO, 2018, p.13)

É precisamente o encontro entre a técnica e os espaços enunciativos midiáticos que constitui uma das principais linhas de força da antropofagia, potencializada no acontecimento tropicalista e se valendo, contemporaneamente, das novas formas de produção e circulação na ordem do digital. É esse caminho arqueológico, que propomos percorrer de forma breve. Partindo do modernismo de final dos anos 1920, chegando ao acontecimento tropicalista, quarenta anos depois, com seu espectro amplo de diálogos com o cinema novo, o teatro e a literatura. A brasilidade revolucionária (RIDENTI, 2010) no campo cultural em meio a experiência política da resistência à ditadura civil militar. O poder de insurgência dessas manifestações justificou, ao longo da história, a escolha de

significantes que se traduzem na aura do marginal, do malandro, do maldito, do clandestino, do desbundado; uma história das sensibilidades também se faz na resistência à sociedade disciplinar e encontra associação com a utopia mito-poética de Oswald. São imagens do bárbaro tecnizado que atravessam uma história das resistências.

Num momento em que a radicalização conservadora, as práticas fascistas aparecem como expressão limite da subjetividade neoliberal, a resistência se faz seguindo os rastros da cartografia da alta antropofagia, a busca pela utopia do matriarcado, contra as catequeses, a revolução caraíba, “contra o mundo reversível e as ideias objetivadas”. Diante da dominação crescente de imaginários e territórios pela lógica do latifúndio e do agronegócio, o espaço de resistência das ontologias indígenas, agora midiaticizadas. Novos sujeitos que passam a ocupar os espaços das Universidades, a fazer cinema, literatura, jornalismo. Uma antropofagia pelo avesso, de onde é possível vislumbrar o outro do pensamento selvagem, não como o atrasado numa visão tecnocrática, mas aquele que não se deixa dominar pela ordem global neoliberal.

Uma espécie de retorno as premissas da antropofagia Oswaldiana constitui, portanto, a chave para a busca de outras visões de mundo contra a crise do antropoceno e, para o que importa aqui, dizem respeito as formas de subjetivação no campo cultural brasileiro. Ainda que lutando em terreno desigual, há novas formas de escuta, de condições de produção e circulação de discursividades de resistência. A partir dessas problematizações, vamos mapear, de forma breve, três momentos de emergência do discurso antropofágico: a sua constituição no final dos anos 1920 no Brasil e a ressignificação tropicalista para chegarmos à experiência contemporânea, sobretudo diante dos impactos da Covid 19. Trata-se de uma abordagem com base no arquivo foucaultiano (2008) e sua ênfase na enunciabilidade e funcionamento como premissas de uma visão da descontinuidade histórica. A antropofagia retorna de forma diversa nos diferentes contextos.

3 Singularidade antropofágica no modernismo

O modernismo literário no Brasil está longe, como se sabe, de ser um bloco homogêneo baseado na união de escritores com um mesmo propósito. O modernismo sendo uma experiência que emerge das artes como espelho da contradição social da modernidade é

indissociável do campo político. Perry Anderson (1988) observa a força latente de mudanças. “Uma nova ordem seria pura e radicalmente capitalista ou socialista?” (Anderson, 1988, p.326). Há nessa inquietação a promessa de uma nova existência para além das individualidades. A Europa afetada pela primeira guerra, com dificuldades de enxergar na América uma outra experiência equivalente possível. Nesse contexto, a originalidade da contribuição do Manifesto Antropófago está na sua potência como outra narrativa da modernidade que envolve Espanha, Portugal, rotas de comércio, a escravidão, abrindo caminho na direção contrária da vanguarda europeia, trazendo para o centro a questão da relação entre colônia e metrópole. Madureira (2011) vê na antropofagia um corte epistemológico em relação ao pensamento científico europeu.

É um movimento que dá base para que o conceito filosófico de Oswald de Andrade se torne uma linha de força para a cultura brasileira no século XX, não sem contradições. O ponto de partida de Oswald de Andrade eram as representações do novo mundo feita pelas narrativas de viagem dos desbravadores do Brasil selvagem, buscando restituir uma posição enunciativa ao indígena. A tradição de uma cultura comunitária, hoje reconhecida como força distintiva das organizações tribais, se colocava como vanguarda: “Já tínhamos o comunismo.” (ANDRADE, 2011, p.29)

Suely Rolnik (2021) vai perceber a articulação da metáfora antropológica com a ideia da subjetividade flexível, nascida nas vanguardas modernistas europeias e apropriada pelo capitalismo mundial a partir de final dos anos 1970. Diferentemente do que ocorria na Europa em que o seu outro era projetado nas culturas não europeias, os modernistas brasileiros atribuíram a própria realidade o lugar do outro idealizado. O acontecimento da semana de arte moderna de 1922 suscitou diferentes concepções de identidade nacional em que conviviam posições integralistas e nacionalistas, que não poderão ser detalhadas aqui. Mário de Andrade (2021) empreendeu suas viagens etnográficas ao Brasil profundo buscando a expressão da cultura popular, enquanto Oswald de Andrade (2011) formulou seus manifestos – Poesia Pau Brasil e Antropófago-erigindo a reflexão mito poética do matriarcado de pindorama. Esse movimento se deu de forma distinta das buscas de Mário, consideradas, de maneira crítica, como folclóricas por Oswald de Andrade. O manifesto antropófago se desloca assim da ideia da busca de uma identidade nacional como força motriz do modernismo, na medida em que se insere como um pensamento aberto à alteridade, um desejo anti-narcísico de se transformar por

meio do outro, como nos faz ver Eduardo Viveiros de Castro (2018), sendo nesse sentido um dos pensamentos mais originais da experiência brasileira, sobretudo por seu aspecto filosófico.

Encontrar a brasilidade no conceito antropofágico de Oswald de Andrade é, de forma paradoxal, o reconhecimento da diferença e de um modelo não estático, em fazimento, como característica criativa da experiência brasileira enquanto organização social, cultural, antropológica. Um país mestiço em que as heranças indígenas, africanas e europeias se encontram transformadas e, como tal, abertas às transformações: “Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros” (ANDRADE, 2011, p.28), expressão sete vezes repetida como a demonstrar/antecipar as identidades fluídas.

A possibilidade de formulação do manifesto antropófago, no contexto do modernismo, aponta para uma estratégia discursiva de diferenciação entre dois riscos a serem evitados: o nacionalismo folclórico e a adesão mimética aos valores da vanguarda europeia. Esse deslocamento proposto por Oswald de Andrade será decisivo para a ressignificação antropofágica no tropicalismo e uma tensão ali já verificada. A aposta na atualização da cultura popular brasileira (diante da potência de linguagens do ocidente global como o rock ou o cinema) em convivência com a adesão aos mecanismos burgueses da criação artística, do culto a celebridade, da espetacularização da vida privada, atingindo seu auge no modo de funcionamento das narrativas de si nas plataformas transnacionais da segunda década do século XXI. No tropicalismo, a antropofagia se desloca para as formas de circulação nos fluxos midiáticos, o que trazer, o que levar. Razão pela qual procuramos pensar o arquivo tropicalista no entremeio entre aspectos políticos, poéticos e midiáticos (CARVALHO, 2015).

4 Antropofagia tropicalista

O entendimento um tanto intuitivo do que seria o tropicalismo por Gilberto Gil, no final dos anos 1960, se deu no encontro simbólico imaginado por ele entre a Banda de Pífanos de Caruaru e os Beatles (CARVALHO, 2015). Era o signo da vitalidade, o ponto em comum que fez ver, sobretudo, uma junção onde a ordem do discurso da época via cisão, de um lado a cultura popular e de outro a indústria cultural e a jovem linguagem do rock. O momento era de popularização da televisão no Brasil e a antropofagia tropicalista se

deu como práxis numa subversão dos ritos de convivência, guitarras elétricas, roupas e cabelos sinalizados com as revoluções jovens. Contribuiu para isso os diálogos dos jovens baianos com os poetas concretistas e intelectuais paulistas.

No aspecto visionário e poético de Gilberto Gil, a cultura popular nordestina operava como centro dessa hibridização, uma certa ordem do olhar que buscava tornar a experiência também original para o estrangeiro. Um outro retrato do Brasil aparecia em suas contradições e na relação com o mundo. A mudança se dava no deslocamento de dois extremos: não a mera imitação dos modelos da linguagem jovem do rock, pop universal e nem a adesão às formas de uma cultura popular idealizada para veicular mensagens revolucionárias. A antropofagia Oswaldiana pareceu uma saída adequada para o contexto dos debates culturais do período. Não existiria o tropicalismo, se não fosse a antropofagia, da mesma forma com o movimento musical liderado pelos baianos foi responsável por uma ressignificação do ponto de vista antropofágico como gesto amplo na cultura brasileira. Marília Andrade (2011) demonstra como os movimentos dos anos 1960 criaram uma nova imagem do pai.

Já convencida de que meu pai seria para sempre um gênio incompreendido, foi difícil acostumar-me a ouvir, de repente, seu nome invocado com tanta frequência e associado a tantos eventos diferentes. Virou moda, pegou. Pai do tropicalismo, inspirador de Caetano, exemplo dos críticos literários, objeto de estudo das teses de doutoramento, herói incondicional dos jovens inconformados, modelos para escritores iniciantes, autor preferido dos grupos de teatro amador (ANDRADE, 2011, p. 45)

A articulação entre a antropofagia tropicalista e as tecnologias da comunicação transpõe o aspecto técnico para as mediações culturais. Não por acaso Gilberto Gil assume o Ministério da Cultura do Brasil em 2003 dizendo que faria uma gestão tropicalista, propondo entre os aspectos inovadores a ideia dos pontos de cultura. Dotar as periferias não só urbanas, mas do interior do Brasil com ilhas de edição, câmeras de vídeo, banda larga para transmutar a recepção passiva em produção (CARVALHO, 2015). O resultado é a criação “de condições favoráveis não só para o rastreamento das inúmeras e diversas manifestações culturais que se agitavam por todo o país, como também o seu empoderamento.” (ROLNIK, 2021, p.96).

As condições de produção do acontecimento tropicalista se inscrevem no conjunto das manifestações culturais que eclodiram no Brasil no final dos anos 1960, com

ramificações no cinema, no teatro, na literatura, nas artes visuais e na música, a sua forma mais conhecida e referenciada. O movimento está relacionado aos debates, vivências e contradições de uma passagem da sociedade rural para o mundo midiático, em meio às questões sobre a relação arte e política, tendo por pano de fundo as diretrizes do Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, União Nacional dos Estudantes.

A chamada brasilidade revolucionária (RIDENTI, 2010) eclode no campo cultural nos anos 1950 sob impacto do processo de modernização do país e sua seiva são as bandeiras modernistas de 1922, ainda que da segunda também derivem o integralismo e o conservadorismo. A bossa nova, a poesia concreta, as artes plásticas fomentaram o próprio surgimento da ideia de arte engajada via CPC. O golpe que implantou a ditadura civil militar em 1964 não foi capaz, como observou no contexto o poeta Ferreira Gullar, de conter o campo cultural, cuja prova eloquente foi o acontecimento tropicalista, mas também o cinema novo, o teatro oficina, manifestações surgidas às vésperas do ato institucional número 5 que iria inaugurar o período de maior repressão pelas forças do estado.

O rio que vinha avolumando suas águas e aprofundando seu leito, até março de 1964, desapareceu de nossas vistas. Mas um rio não se acaba assim. Ele continua seu curso, subterraneamente, e quem tem bom ouvido pode-lhe escutar o rumor debaixo da terra (GULLAR, 1967, p. 253)

O rumor do rio se faz ver em acontecimentos como o *Rei da Vela*, a montagem do Teatro Oficina para a peça de Oswald de Andrade, o cinema de Glauber Rocha e sua *Terra em Transe*, na música brasileira que se reconfigura no espaço televisivo com a produção de artistas como Chico Buarque, Edu Lobo, Geraldo Vandré e os tropicalistas e suas guitarras elétricas: *Alegria, Alegria* e *Domingo no Parque*, Banda de Pífanos de Caruaru e Beatles, Mutantes e Tom Zé. A inspiração antropofágica do tropicalismo se dá na articulação da cultura popular com a indústria cultural, como se o manifesto antropófago saltasse das páginas literárias para a experiência e a performance midiáticas, a ponto de Carmem Miranda se tornar uma imagem símbolo tropicalista. Midiaticizar a brasilidade popular para inscrevê-la nos fluxos da globalização, tal como havia feito na década anterior os precursores da bossa-nova. Caetano Veloso reconhece em João Gilberto o exercício pleno da antropofagia, ao criar no violão uma nova síntese do samba de sotaque internacional (VELOSO, 1997). Os tropicalistas explodem os limites da

canção, no campo da performance, na ocupação de espaços no debate cultural, na incorporação de referências distintas e antagônicas. Revisitando a antropofagia como práxis. Movimento feito não sem contradições e divisões, seja no interior da esquerda, em que setores de base marxista viam a adesão fácil aos símbolos da hegemonia cultural um sinal de alienação; seja na música brasileira, dividida entre os defensores da pureza de raiz e os experimentos de mercado, como a Jovem Guarda.

O tropicalismo unia finalmente Vicente Celestino e John Cage, a cultura popular e a cultura erudita, passando estrategicamente pela cultura pop, que foi a grande bandeira deles. Tudo isso veio evidentemente da antropofagia oswaldiana, a reflexão metacultural mais original produzida na América Latina (CASTRO, 2009, p.81)

As divisões no interior da esquerda conviviam com subjetividades outras, cartografadas por Suely Rolnik (2010), que se tornam mais claras se pensarmos no retrocesso macropolítico contemporâneo. A autora pensa em termos de cartografias, mapas móveis do afeto e do desejo que se dão nas relações entre o vibrátil, o visível e o nomeado. Essa visão, inspirada no rizoma deleuziano e no rico diálogo que Rolnik estabeleceu com Félix Guattari, permite traçar o mapa das subjetividades no ambiente político e cultural do Brasil com raízes nos anos 1960 ressurgindo no século XXI. Rolnik (2010) sugere categorias como “o militante em nós”, “o coronel em nós”, “o hippie em nós”. O militante e o coronel se fixam em territórios simbólicos opostos, mais igualmente rígidos. O primeiro se fecha à sensibilidade do corpo vibrátil diante da urgência da luta de classes, o segundo recorre a ideia da identidade, de um mundo ordenado pela ditadura que define a ordem do dizível e impõe os silêncios e a tortura aos que não comungam das crenças.

A subjetividade contracultural-tropicalista- antropofágica se inscreve como resistência à figura do burguês, em sua versão hollywoodiana do pós-guerra, ao mesmo tempo que tenta sobreviver à truculência da ditadura militar. Muitos sucumbem em viagens sem volta e se tornam, de alguma maneira, presos na identidade que construíram para si, ponto central na teoria crítica de Rolnik (2010). Há dois limites que se associam à subjetividade antropofágica, os excessos do desbunde, daqueles que não voltaram da viagem e cristalizaram uma identidade hippie e os que, em nome de certa banalização da antropofagia, aderiram fácil ao culto das aparências e da boa vida burguesa via indústria cultural. Em certo sentido, foram devorados, mais que devoradores, seduzidos pelo poder

do capital que vislumbrou na subjetividade flexível das vanguardas artísticas o ingrediente para “uma antropofagia neoliberal” (ROLNIK, 2021, p.81).

O poder revolucionário da subjetividade antropofágica ressignificada nos anos 1960 pelo tropicalismo permanece². Mas grande parte dessa energia é apropriada e instrumentalizada pelo capitalismo financeiro transnacional, sobretudo a partir dos anos 1980, com o fim dos regimes ditatórias na América Latina e Leste Europeu. O resultado é o que Rolnik define como antropofagia cafetinada, uma adaptação soft ao ambiente neoliberal, produzindo os “zumbis antropofágicos” (ROLNIK, 2010, p. 22).

Muitos dos protagonistas dos movimentos das décadas anteriores caíram na armadilha: deslumbrados com a celebração e força de criação de sua postura transgressora e experimental, até então estigmatizadas e confinadas na marginalidade, fascinados com o prestígio de sua imagem na mídia e de seus altos salários, eles se entregam à sua cafetinagem, tornando-se, em sua maioria, os próprios criadores dos mundos fabricados para e pelo capitalismo em sua nova roupagem (ROLNIK, 2011, p. 18).

Há a criação de um clone fabricado pelo capitalismo pós fordista da subjetividade flexível de matriz antropofágica dos anos 1960 e 1970. O contexto foi produtivo para a baixa antropofagia reativa. Não se trata mais do ato ritualístico de absorver a força do outro para buscar uma síntese disjuntiva, mas de toda a assimilação acrítica em nome do sucesso narcísico e da aparência, do culto individual. Uma captura do poder de insurgência, pelo que Rolnik (2018) denomina inconsciente colonial capitalístico. A analogia a que recorre é a do cafetão que explora a prostituta, incapaz de ver, sob a máscara da proteção os ditames da submissão. O critério de orientação das forças de produção não é mais ético – no sentido da afirmação da vida, mas moral e narcísico.

A antropofagia ressurgida no tropicalismo, embora tenha sido capaz de estabelecer a transição entre o mundo rural da cultura popular para as novas mediações tecnológicas- revelando e revirando o arquivo de brasilidade-; assinala também a cooptação pelas forças do mercado, esvaziando o seu poder de insurgência.

² É elucidativo da potência Tropicalista, a própria trajetória de artistas ligados ao movimento que permaneceram no campo da resistência produtiva, como o teatro oficina de José Celso Martinez Correa. Algumas criações de Caetano e Gil, no pós tropicalismo, como “Um índio” (Caetano Veloso) e “Refazenda” (Gilberto Gil) soam atuais diante das questões colocadas hoje pela crise do antropoceno.

5 Rios submersos: as insurreições

As insurreições contemporâneas se dão numa articulação com a biosfera, se aproximando da ontologia indígena. A reconfiguração do campo de forças passa por uma nova relação política entre atores humanos e não humanos, entre as existências e o planeta recuperado na sua dimensão de ser vivo e político. Esse exercício transcende um possível gesto humanitário de reconhecer a necessidade de contemplar vozes historicamente silenciadas (embora não devêssemos relativizar sua importância), na medida em que busca incorporar essas vozes como necessidade de reconfiguração de forças para construção de novas realidades. É o real histórico da mudança climática, da crise do antropoceno, agravadas pela pandemia, quem demanda novos diálogos.

Rolnik (2018) recorre a um exemplo vivenciado pela etnia Krenak em Minas Gerais e relatado por seu líder e pensador, Airton Krenak. É uma demonstração tanto da capacidade de regeneração da natureza quanto da força simbólica dos rios submersos, captados na poesia de Ferreira Gullar. Mas aqui o acontecimento é real. O rio doce, no município de Esplendor, em Minas Gerais, após ser praticamente morto pela ação predatória da mineração volta a fluir sobre a terra a partir dos cuidados da comunidade. Um exemplo de insurreição como potência de vida, de ação política em realidades histórico territoriais e da emergência de novas sensibilidades, regimes de escuta e produção de subjetividade. O que distingue, para Rolnik (2018), a alta antropofagia é a constituição de uma subjetividade até certo ponto consciente dos processos em que se insere. Poderíamos pensar em termos de uma estética e de uma ética de si propostas por Foucault. Trata-se de utilizar as conexões em rede para fortalecer práticas e difundir insurgências, para que os rios submersos voltem a correr.

O que essa questão tem a dizer ao presente? A aceleração das facilidades do acesso à produção midiática nas redes sociais em que os conteúdos são atrelados aos lugares e momentos em que são produzidos criam uma relação cruzada entre a cultura do compartilhamento e a cultura da vigilância (BEIGUELMAN, 2021). A nova face do poder é a lógica algorítmica. O antropólogo Hermano Vianna (2017), em reflexão sobre inteligência artificial, observa o risco de uma nova forma de colonialismo ditada pelos países ricos, onde estão as grandes corporações que hoje dominam a internet. O Brasil teria perdido a oportunidade e se torna um consumidor das novidades. O impacto maior,

analisa Vianna, seria na juventude das periferias das cidades brasileiras, diante da falta de qualificação técnica para lidar com um ambiente dominado pela tecnologia.

Hermano (2017) encontra na metáfora antropofágica, um caminho para a expressão desses mesmos jovens. “Novos comunicadores das periferias parecem ser os mais bem sucedidos criadores de conteúdo on line do país”. Tudo isso dentro das plataformas das grandes corporações. A voz da brasilidade num mundo dominado pela inteligência artificial se dá, para Hermano, no aspecto criativo, no pensamento analógico; na multiplicidade. Buscando um ponto de vista humanista, Hermano propõe um projeto de colaboração, ao invés da dominação que caracterizou o movimento de expansão colonialista estendida até o século XX.

O fenômeno não é homogêneo e tem várias dimensões. Desde a força do pensamento de uma liderança como Ailton Krenak à recepção do exercício de autoetnografia presente em “A queda do Céu”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015). Mas é perceptível também em escalas menos conhecidas do grande público, em coletivos indígenas que se articulam através do audiovisual e das redes interconectadas para defesa de seus territórios e culturas, como demonstra, em sua tese, Deyse Silva Rubim (2021) da etnia Kokama. As antigas estigmatizações que imputavam ao índio o lugar de atraso e preguiça passam a abrigar novas vozes na forma do ciberativismo digital, ou em espaços jornalísticos como a agência de jornalismo investigativo Amazônia Real.

As marcações linguísticas que corroboram o apagamento e o silenciamento dos indígenas no discurso, são substituídos pela tomada da palavra, a apropriação dos discursos pelos próprios indígenas, especificamente as mulheres. São vozes atuantes representadas pela imprensa alternativa e fora dela também, na organização interna dos movimentos indígenas e na sociedade não indígena (RUBIM, 2021, p.191).

Eduardo Viveiros de Castro (2018), em *Metafísicas Canibais*, dá contornos a esse movimento, demonstrando a necessidade de um corte epistemológico no campo da antropologia, possível de se estender para outros domínios. As metafísicas canibais apontam para um exercício crítico do pensamento colonial, na mesma medida em que encontram diálogos com o pós-estruturalismo de Deleuze e Guattari. O perspectivismo, na ótica de Eduardo Viveiros (CASTRO, 2018), é um exercício crítico em relação à antropologia, marcada historicamente pelo colonialismo. Contra essa herança é necessário um processo de descolonização permanente tanto na teoria quanto na prática

da disciplina. Assim, o que o autor propõe é um passo adiante na já repisada ideia de que o outro é representado ou inventado de acordo com a nossas lentes. Uma verdadeira antropologia seria aquela que devolve a nós uma imagem de nós mesmos na qual não nos reconhecemos. Castro recorre aos estudos dos xamãs para quem conhecer é personificar, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido.

O xamanismo é um modo de agir que implica um modo de conhecer, ou, antes, um certo ideal de conhecimento. Tal ideal está, sob certos aspectos, nas antípodas da epistemologia objetivista favorecida pela modernidade ocidental.” (CASTRO, 2018, p.50)

O ponto de vista de Castro (2018) se alinha ao de Edgar Morin (2020) no sentido de reconhecer na experiência mística – mas também social- do xamanismo outras possibilidades para além do modelo objetivista científico. As novas formas de circulação fazem emergir esse pensamento que disputa espaço nos embates discursivos e se coloca como resistência. A percepção de um modelo extrativista ultrapassado, em meio a uma crise sanitária sem precedentes aberta pela pandemia da Covid 19, cria um ambiente propício à revisão das formas políticas tradicionais. Se o discurso é aquilo pelo qual se luta, conforme Foucault (2.000), verifica-se novas possibilidades enunciativas vindas da dimensão da experiência das periferias, os indígenas, os negros, as mulheres. É um sopro de esperança que deve ser reconhecido e interpretado pelo pensamento crítico, considerando, sobretudo no caso da experiência brasileira, os fatores históricos que o atravessam. São esses os espaços de uma mutação antropofágica em que o manifesto de Oswald de Andrade (2011) não aparece na literalidade, mas opera como uma espécie de marca interdiscursiva, assinalando, no limite, uma outra experiência de modos de viver.

O perspectivismo de Eduardo Viveiros de Castro (2018) pode ser pensado, assim, por um ponto de vista de uma mutação da antropofagia cultural inaugurada por Oswald de Andrade em seu manifesto. Mutação essa que diz respeito ao sujeito antropofágico, não mais como aquele que, a partir de um centro, escolhe e devora as referências, mas sendo capaz de colocar em xeque a sua própria concepção de identidade, não se furtando a se transformar. É como se a possibilidade de uma nova escuta deslocasse a subjetividade antropofágica para o seu locus originário, a partir do qual teríamos novas lentes para as relações sociais e políticas contemporâneas. Nesse sentido, o manifesto de Oswald de

Andrade também estenderia seu campo de influências para o próprio perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro.

São os muitos os rios que correm, no simbólico e no real. Num processo inverso ao sugerido pelos versos de Gullar, o rio das forças conservadoras corria submerso sem que nos déssemos contas dele, até ter se tornado caudaloso no Brasil de 2015. Visto sob perspectiva arqueológica são indicativos de uma insensibilidade das forças progressistas em perceber as formações discursivas (FOUCAULT, 2008) conservadoras, como se os adeptos da tradição, família e propriedade que saíram às ruas para apoiar a ditadura tivessem sucumbido diante da marcha da história em direção à criação de um país socialmente mais justo e cidadão. Muitos acreditamos nisso e chegamos a duvidar da possibilidade de vitória de um candidato como Bolsonaro em 2018. O real histórico fez, de alguma forma, submergir as esperanças e utopias do pensamento progressista. Recolhimento que sugere a recomposição de forças, enquanto os acontecimentos vão delineando novos contornos.

O ponto de inflexão proposto aqui é o sujeito antropofágico, como representação a atravessar nossa história cultural e capaz de nos dar régua e compasso para uma submersão que instaure uma nova ética dialógica diante da desconstrução institucional e da violência física e simbólica em curso. Não é por acaso que um dos pontos de força do bolsonarismo reside na ideia de uma guerra cultural contra o pensamento de esquerda, traduzida em expressões como escola sem partido, a perseguição aos artistas herdeiros dessa tradição da brasilidade revolucionária dos anos 1960, como demonstra João César Castro Rocha (2021). A guerra cultural da extrema direita pressupõe um inimigo e não é exagero dizer que ele se identifica com a matriz cultural da brasilidade revolucionária dos anos 1960, o que, de alguma forma, demonstra ainda sua potência. O pragmatismo dos que detém o poder macropolítico sabe identificar seus inimigos potenciais. A violência física e simbólica contra os próprios indígenas, disputas neoliberais pelos espaços de fora da lógica do mercado, como quilombolas, áreas de proteção ambiental são também representações da baixa antropofagia, num jogo de poder e resistências que não se limita à questão brasileira, embora o seu epicentro tenha se dado aqui.

O relato da líder indígena Jerá Guarani, por exemplo, nos mostra uma forma contemporânea de antropofagia diante da relação de resistência para manter a própria cultura, sem desprezar a tecnologia. O que está em jogo é a relação de alteridade com o

mundo dos juruá, aquele de fora da aldeia, onde impera uma lógica mercantilista. A circulação desse discurso pode permitir um deslocamento- se houver uma sensibilidade de escuta- na própria concepção do sujeito ocidental que vê a si mesmo numa imagem diferente daquela produzida pela publicidade ou pelo convite incessante à espetacularização da vida privada nas redes sociais.

Costumo ir bastante para o mundo dos Juruá, mas tento trazer o mínimo possível, para a aldeia, das coisas de lá que não são boas. As coisas boas trago também, mas elas costumam chegar por si mesmas, por meio da TV e do mundo atual tecnológico, principalmente. O que faço ali, então, é peneirar o que vem para dentro e conversar com as pessoas sobre isto. Até onde você aceita isso? Até onde você tem que ter isso também? Tento diminuir o conflito do que chega com a dinâmica tradicional guarani de ter só o suficiente para uma vida tranquila e saudável (GUARANI, 2020, p.18)

A vitalidade política da resistência passa pela resignificação do “bárbaro tecnizado” e sua capacidade da exportação subversiva. São muitas as formas desse movimento em escala global e o audiovisual tem sido um campo fértil dessas manifestações. O filme *A última Floresta*, dirigido por Luiz Bolognesi, com roteiro compartilhado com Davi Kopenawa, o xamã antropológico e antropofágico Yanomami, tem um ponto de vista exemplar dessa mutação nas formas tradicionais de registro imagético dos indígenas. Não se trata mais do reconhecimento da diferença cultural pelas lentes do sujeito ocidental, mas a própria afirmação de um locus de resistência territorial e cultural.

As imagens do cotidiano da tribo, em meio a floresta, servem para a narração dos mitos fundadores de seu povo, os irmãos Omama e Yoasi. Falado na língua Yanomani, o filme desloca a ideia clássica de um documentário sobre o outro, para que os próprios indígenas encenem seus mitos fundadores (inclusive na língua original), cuja essência é uma relação comunitária e de respeito à natureza, contra o garimpo e a violência que assolam a realidade circundante. Retirar o ouro da terra, reza o mito fundador, é abrir o caminho para a “fumaça da doença”. O processo antropofágico está na percepção de Kopenawa em falar para o homem branco, demonstrar, através da tradição yanomami, a destruição e violência em curso. O xamã se aproxima assim do enunciador do manifesto antropofágico, um sujeito coletivo que alerta para outras possibilidades de vida. Esse é o desenho da nova política e ela se relaciona à exportação subversiva de ideias que se contrapõem ao modelo neoliberal, necessárias diante da destruição e violência em curso.

Oswald de Andrade não viveu para ver manifestações do matriarcado de pindorama, como aquela protagonizada pela Anmiga- Articulação das Mulheres Indígenas Herdeiras da Ancestralidade-, um coletivo que organizou, em 2019, a primeira marcha das mulheres indígenas em Brasília, com a união de 2.500 mulheres de 130 povos. Em 2020, no contexto da pandemia, o coletivo realizou a assembleia on line “O sagrado da existência e a cura da terra.” Aqui, se pode ver a emergência do matriarcado postulado no manifesto, acentuando a característica da nova política como ação territorial e relação de atores humanos e não humanos: rios, árvores, animais, em uma perspectiva comunitária. Um dos textos manifestos do coletivo recebe o sugestivo nome de reflorestarmentes.

Somos muitas, somos múltiplas, somos mil-lheres, cacicas, parteiras, benzedeiras, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas, nas múltiplas ciências do território e da Universidade” (...) mulheres terra, mulheres água, mulheres biomas, mulheres espiritualidade, mulheres árvores, mulheres raízes, mulheres sementes e não somente mulheres guerreiras da ancestralidade.

6 Conclusão

Procurarmos seguir linhas descontinuas do discurso antropofágico no interior do arquivo de brasilidade e no seu diálogo com uma sociedade global conectada, nos guiando por um olhar arqueológico de base foucaultiana. Agamben (2019) aproxima a arqueologia da ideia de paradigma, e observa que embora Foucault tenha utilizado essa palavra, jamais buscou defini-la com exatidão, mas o sentido do que o autor da *Arqueologia do Saber* entende por paradigma esteve presente em diversas outras expressões de seu pensamento, como positividade, problematizações, dispositivos, formações discursivas. O filósofo italiano recorre também aos diálogos com Aristóteles e Kant para situar a especificidade do paradigma, redefinindo as oposições dicotômicas do tipo particular e o universal, forma conteúdo. “O regime do seu discurso não é a lógica, mas a analogia” (AGAMBEN, 2019, P.21) que propõe ao invés de grandezas escalares as intensidades vetoriais.

Em outros termos, a relação paradigmática não se dá simplesmente entre cada objeto sensível, nem entre eles e uma regra geral, mas acima de tudo entre a singularidade (que assim se torna paradigma) e sua exposição (isto é, sua inteligibilidade). (AGAMBEN, 2019, p.30)

A arqueologia do saber proposta por Foucault é, nesse sentido, como observa Agamben (2019), “um manifesto do descontinuísmo historiográfico” (2019, p.19). Edgardo Castro (2017) busca concluir sua obra dedicada ao pensamento de Foucault procurando pensar as relações do filósofo com a modernidade. O diálogo com Kant demonstra duas tradições críticas: de um lado uma analítica da verdade, a busca do conhecimento verdadeiro e, de outro, uma ontologia do presente. Foucault se identifica com o segundo ponto. “A modernidade foucaultiana (...) se propõe a elaborar a partir do que somos, histórica e contingentemente, a possibilidade de ser e pensar de outra maneira.” (CASTRO, 2017, p. 150).

Eduardo Viveiros de Castro (2018) ao discutir o impacto da herança de pensadores pós-estruturalistas na elaboração de sua teoria sobre o perspectivismo ameríndio defende o entendimento da experiência contemporânea com base numa ontologia prática, onde o real surge como dinâmica múltipla, em estado de variação contínua que faz colapsar as antigas distinções entre linguagem e mundo. “Conhecer não é mais um modo de representar o desconhecido, mas de interagir com ele, isto é um modo de criar antes que um modo de contemplar, de refletir ou de comunicar.” (CASTRO, 2018, p.11).

A questão que se coloca é quais seriam os novos paradigmas que se movimentam nos rios submersos diante da crise em escala planetária da pandemia da Covid 19? “A historicidade do paradigma não está nem na diacronia, nem na sincronia, mas num cruzamento entre elas” (AGAMBEN, 2019, p.41). A necessária descentralização do poder das grandes corporações, que hoje dominam a internet, é definida pelo filósofo chinês Yuk Hui (2021) como tecnodiversidade. Cada cultura de passado colonial deveria buscar suas próprias formas de expressão a partir desse mergulho em suas fontes históricas e antropológicas, observa Hui. A imagem do bárbaro tecnizado materializada em produções como *A última floresta* e outros discursos de resistência indígena, se constitui num campo de resistência que pode redefinir o jogo político no século XXI. Vem do pensamento selvagem, não mais no sentido depreciativo que lhe confere historicamente o discurso hegemônico, diante de um modelo de progresso hoje visivelmente em crise, nem tão pouco o outro da subjetividade flexível das vanguardas artísticas instrumentalizadas; mas o selvagem como aquele que não se deixa dominar, o resistente e o detentor de conhecimentos perdidos na ordem patriarcal, colonial, cuja forma contemporânea é o neoliberalismo. Mapear as linhas descontínuas desses discursos

constitui parte do trabalho arqueológico para sermos capazes de nos transformar através do outro, por onde a metáfora antropofágica restitui a sua potência de insurreição.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó (sc), Argos, 2009.

ANDRADE, Mário. **O turista aprendiz.** Belo Horizonte, Garnier, 2021.

ANDERSON, Perry. Modernity and Revolution. *In*: NELSON, C.; GROSSBERG, N. L. (Orgs.). **Marxism and the interpretation of cultures.** Chicago e Urbana. University of Illinois Press, 1988.

AZEVEDO, Beatriz; FRANCIS, Laura. Será esse o futuro do século XXI. **Das Questões**, Universidade de Brasília UNB: v. 11, n. 1, 2021 p.109-130.

A ÚLTIMA FLORESTA. Direção: Luiz Bolognesi. Produção de Caio Gullane, Laiz Bodansky e Luiz Bolognesi. Brasil, 2021: Gullane e Buritis Filmes. Netflix.

BEIGUELMAN, Gisele. **Políticas da Imagem, Vigilância e Resistência na Dadosfera.** São Paulo, UBU editora, 2021.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **Metafísicas canibais:** elementos para uma antropologia pós-estrutural. Ubu: São Paulo, 2018.

CASTRO, Eduardo viveiros. Que temos nós com isso? *In*: AZEVEDO, Beatriz. **Antropofagia:** Palimpsesto Selvagem. Sesi Editora: São Paulo, 2018.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. **Estudos Avançados**, v. 4, n. 10, p. 91-110, 1990.

CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de. **A voz que canta na voz que fala:** poética e política na trajetória de Gilberto Gil. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Aracaju- SE: Editora Universitária Tiradentes, 2015.

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do Discurso:** O Discurso comunista Endereçado aos Cristãos. Tradução de Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, Edufscar, 2009.

GUARANI, Jerá. Tornar-se selvagem. **PISEAGRAMA**, n. 14, p. 12-19, 2020.

KRENAK, Ailton. **Em busca de uma terra sem tantos males, in** o Lugar onde a Terra Descansa. Rio de Janeiro; Núcleo de Cultura Indígena,2000.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FARIA, Daniel. **As meditações americanas de Keyserling: um cosmopolitismo nas incertezas do tempo**. *Varia História*, v. 29, n. 51, p. 905-923, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000300013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2.000.

GULLAR, F. Quarup ou ensaio de deseducação para brasileiro virar gente. **Revista Civilização Brasileira**, v. 15, p-251-258, 1967.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: um ensaio de antropologia simétrica**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2019.

LOWY, M. SAYRE. **Revolta e melancolia- o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Manifesto das primeiras brasileiras. Articulação Nacional das Mulheres Indígenas e Guerreiras da Ancestralidade. Disponível em <https://anmiga.org/>, acessado em 21/07/2022

MORIN, Edgar. **Conhecimento, ignorância, mistério**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

ROCHA, João César de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônica de um Brasil pós político**. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

ANDRADE, Oswald in ROCHA, João César de Castro; RUFINELLI, Jorge (Orgs.). **Antropofagia Hoje?** Oswald de Andrade em Cena. São Paulo: É Realizações, 2011.

ROLNIK, Suely. **Antropofagia Zumbi**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

ROLNIK, Suely. Políticas da hibridização: Evitando falsos problemas?. In: LIMA, E. A.; et al. (Orgs.). **Subjetividades contemporâneas: Desafios teóricos e metodológicos**. Curitiba, Editora CRV, 2010. p.15-25.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**. Porto Alegre, Sulina/ Editoria UFRGS, 2011.

RUBIN, Dayse. **Vozes indígenas, entre apagamentos, estigmas e resistências. Discursos midiáticos da região norte do Brasil sobre povos e lideranças indígenas.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSCar, julho de 2021.

SAVAZONI, Rodrigo; COHN Sérgio (Orgs.). **Cultura Digital br.** Azougue, 2009.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz; LOBO- HADDOCK, Rafael. **Arruaças: uma filosofia popular brasileira.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

VIANA, Hermano. **Inteligência Artificial antropófaga.** *In:* <https://hermanovianna.wordpress.com/2017/10/21/inteligencia-artificial-antropofaga/> , acessado em 03/06/2021

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Recebido em: 14 de dezembro de 2021

Aceito em: 20 de julho de 2022

Publicado em agosto de 2022

The contemporary technized barbarian: submerged rivers of anthropophagy

O bárbaro tecnizado contemporâneo: rios submersos da antropofagia

Pedro Henrique Varoni de Carvalho
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

Abstract: The purpose of this paper is to build a brief archaeological analysis of the notion of Brazilian modernist anthropophagy, based on the methodology of Michel Foucault. We depart from the publication of Oswald de Andrade's manifesto in 1928, considering its redefinition in tropicalism in the late 1960s until it reached the contemporary. The archaeological path of anthropophagic thinking in the Brazilian cultural field demonstrates different appropriations, sometimes serving the interests of capital, in the form of an uncritical flexible subjectivity, as pointed out by Suely Rolnik. The contemporary crisis of the Anthropocene, aggravated by the covid 19 pandemic, created, however, new conditions of listening and visibility for the indigenous discourse, giving new meaning to the figure of the technized barbarian alluded to by Oswald in his manifesto. The space for the ontologies of indigenous matrix resonates with a popular mixed Brazilianity of the quilombola nuclei, of non-domesticated forms of existence, which are placed as political resistance, even if this occurs on the increase of violence against these populations. We try to think about the interdiscursive presence of anthropophagy in these practices and discourses of resistance, including from past errors.

Keywords: Archaeology; Anthropophagous manifesto; Tropicalism; Indigenous ontologies

Resumo: A proposta do artigo é construir uma breve análise arqueológica da noção da antropofagia modernista brasileira, baseada na metodologia de Michel Foucault. Parte-se da publicação do manifesto de Oswald de Andrade, em 1928, considerando sua ressignificação no tropicalismo no final dos anos 1960 até chegar ao contemporâneo. O percurso arqueológico do pensamento antropofágico no campo cultural brasileiro demonstra diferentes apropriações, por vezes servindo aos interesses do capital, na forma de uma subjetividade flexível acrítica, tal como apontada por Suely Rolnik. A crise contemporânea do antropoceno, agravada pela pandemia da covid 19, criou, entretanto, novas condições de escuta e visibilidade para o discurso indígena, fazendo ressignificar a figura do bárbaro tecnizado aludida por Oswald em seu manifesto. O espaço para as ontologias de matriz indígena ressoa uma brasilidade popular mestiça dos núcleos quilombolas, de formas de existência não domesticadas, que se colocam como resistência política, ainda que isso se dê sobre o recrudescimento da violência contra essas populações. Procuramos pensar a presença interdiscursiva da antropofagia nessas práticas e discursos de resistência, inclusive a partir dos erros passados.

Palavras-chave: Arqueologia; Manifesto antropofágico; Tropicalismo; Ontologias indígenas



1 Introduction

The Anthropophagous Manifesto, published by the Brazilian writer Oswald de Andrade (2011) in 1928, is one of the most powerful signs of Brazilian literary modernism and has mobilized a cultural praxis with contributions to the contemporaneity. The different interpretations of the manifesto go beyond the literary field and concern a decolonial reflection *avant la lettre*, anticipating issues that arise as political resistance today. The intensification of symbolic and territorial flows accentuated the relevance of the anthropophagic concept to thinking about fluid identities in the process. The trivialization of the idea of anthropophagy as synonymous with every kind of mixture also justified, over time, appropriations for the interests of predatory capitalism. These brief notes emphasize the polyphonic character of anthropophagy that justify here an archaeological approach, in the sense attributed by Michel Foucault (2008). The proposal is to go through discursive regularities around Oswald de Andrade's anthropophagic manifesto during the twentieth century to reach a central issue in contemporaneity: the relationship of power/knowledge articulated with the forms of discursive circulation, considering the communication technologies. In the text of the manifesto, there is the search for an enunciative position of an indigenous subject, synthesized by the legitimation of a non-hegemonic knowledge that emerges in the current context as resistance to the health, environmental and humanistic crisis caused by the covid 19 pandemic. New forms of circulation and listening provide the diffusion of indigenous ontologies that can signal the political struggles of the 21st century and are related, as we intend to demonstrate, to the resumption of the vital power of anthropophagy.

The anthropophagic issue, despite the different appropriations of its conceptual basis for different interests, can be taken, in the discursive dimension, as a space of resistance to the established order, given the possibilities of the subject to "filter" the impositions that fall on themselves and subvert them. Despite a certain trivialization of the concept as a legitimization of any form of a mixture, it is possible to perceive in Oswald's writing the characterization of a "low anthropophagy" as a need to adhere to the quality of the cultural hybridisms proposed in the manifesto. It is not any anthropophagy that matters, but that which restores to the indigenous subject an enunciative position in

the presence of colonialism, but also of Christian values and Western rationalism. The idea of low anthropophagy – "the sins of the catechism – envy, usury, slander, murder" (ANDRADE, 2011, p. 31) – indicates that the issue is not the uncritical mixture of references for the reproduction of old models. Low anthropophagy presupposes mimetic import instead of subversive export (CASTRO, 2018), resulting in the predatory action of markets on imaginary and territorial reserves (environmental protection areas, indigenous and quilombola territories) in the presence of a neoliberal model that seeks to impose itself in the globalized order.

It is in this game between high and low anthropophagy that the spaces of resistance are delineated, here thought from the perspective of archaeological methodology, that is, in the history of knowledge in specific time frames. The utterances emerge, according to Foucault (2008), in a field of forces, they are produced by a subject, articulate with memories, and work in a field associated with other utterances by affinities, but also divergences. The archaeological work does not presuppose a historical approach of a linear nature; for our purposes, it concerns how modernist anthropophagy defines different wills of truth in historical times and sociocultural realities. "The anthropophagic mode of production of subjectivity and culture in itself is no guarantee of anything: what characterizes it can be invested with different micropolitics, from the most active to the most reactive ones" (ROLNIK, 2021, p. 68). Each context has its discursive regimes that allow certain sayings and not others. The emergency conditions of the anthropophagous manifesto complement each other in the temporalities in which this power/knowledge was mobilized to account for different demands of the historical reality.

The brief space of a paper does not allow a deepening of each of the threads of this discursive network around anthropophagy, so we would like to circumscribe our proposal to the cartography of the mutations of this discourse having as its epicenter the publication of the manifesto in 1928. From it, new interpretations are opened both about the colonial past and the future. Revisiting the manifesto implies, therefore, traversing discontinuous lines that connect us to the representations of the new land on the European continent and the importance given to the Tupinambá anthropophagic ritual in travel narratives. Oswald de Andrade shifts the original sense by articulating anthropophagy with the cultural and philosophical field, a thought that becomes a tropicalist driving force from the late 1960s and is present today, albeit not literally, in the space for the discursive

manifestation of indigenous matrix ontologies in the face of the Anthropocene crisis and the new sensitivities potentialized in the context of the Covid 19 pandemic. It is as if the collective symbolic indigenous enunciator of the manifesto acquired materiality in the reality of history, in times of violence and death, but also of insurgencies.

The presence of anthropophagy, in this context, occurs as traces, or interdiscursive marks, as if in a process opposite to tropicalism. There is, predominantly, no resumption of the manifesto in the plan of the literality of the utterances (except in the different mobilizations on the modernist heritage on the 100th anniversary of the 1922 Modern Art Week). But it is as if the poetic and visionary character of the text produced in the late 1920s anticipated the bankruptcy of a certain conception of cumulative progress, founded on the idea of a linear history around an extractive model that calls natural resources into question. Through a contemporary look, it is possible to identify these marks in Oswald's text. "The individual victim of the system [...] against the dressed and oppressive social reality." (ANDRADE, 2011, p. 28-30).

The planetary-scale coronavirus pandemic creates conditions for listening to other ontologies, a call to people who support different conceptions of the world, despite the radical violence that is radicalized over them, as in Brazil. There are two macro conceptions of society at stake: extractivism as a political model that goes from the exhaustion of natural reserves to the manipulation of personal data on connected platforms and the search for other possibilities of collective and community existence inspired by silenced sectors in the historical process; extractivism as a metaphor for exhaustion: from fossil fuels to vital energy and, on the other hand, the willingness to listen to those who were not heard, a new place of listening as a political dimension, somehow anticipated in the anthropophagous manifesto. The proposed look goes beyond the literary reference to Oswald de Andrade's text. We try to think of anthropophagy as a practice or, in a certain aspect, as an interdiscourse (COURTINE, 2009) of resistance manifestations over almost a century. We seek, in this sense, a reflection on the power and timeliness of anthropophagic thinking in its relationship with Brazilian popular culture as a capacity for the maintenance and re-signification of non-hegemonic knowledge.

In the Brazilianness archive, it is possible to identify (CARVALHO, 2015) discursive practices articulated with a philosophy based on popular knowledge, on the

spirituality of an indigenous-African matrix, as present as silenced in the daily life of significant portions of the Brazilian population. The idea of this popular philosophy, a street culture originating from the quilombola nuclei, from the territories of an indigenous matrix, spaces of resistance to the market order of neoliberalism, is thought by Luiz Antônio Simas, Rafael Haddock-Lobo and Luiz Rufino (2020). The amalgam resulting from the mixture of cultures that formed us is the Brazilian experience as a civilizing enterprise of associative networks, sociability, and community culture as an alternative to precariousness, a result of the African diaspora and Amerindian rituals. If the anthropophagic assumption does not cease to be what one chooses, devours, eliminates, rather than nourishes oneself, it is possible to perceive in this movement indications of an exercise of appreciation of alterity, an identity affirmed in difference.

For the Tupinambás worlds, the enemy is a constituent of being. If we need the other to be, it is absurd, therefore, to annihilate it. The one who kills me eats me and will carry me in his stomach made of tomb and warmth. In a sense, it will be me (SIMAS; LOBO, RUFINO, 2020, p. 19).

The proposal, therefore, is to return to the manifesto not to discuss its literary heritage or even the contradictions of the writer's history – without disregarding the importance of studies for this purpose – but to briefly walk the path of anthropophagic power in Brazilian cultural life. Oswald's text can be read as a set of philosophical aphorisms constructed in an imaginative, if not ironic, way, inviting us to a radical and critical look at the rational patriarchy of Enlightenment inspiration, but also at the power games around religion. This power, from an Aristotelian point of view, has been seen in acts in Brazilian cultural life that make us perceive the signs of an anthropophagic practice to permeate the archive of Brazilianness (CARVALHO, 2015). Anthropophagy has been a mirror through which we recognize ourselves and to whose center we still turn, in the measure of the search for the senses by events.

2 The technized barbarian

An archaeological reading of anthropophagy concerns, fundamentally, the way Oswald's text establishes temporal cuts suggesting the coexistence between the primitive and the technological. The figure of the “technized barbarian”, presented in one of the aphorisms,

allows a synthesis capable of guiding the connections with other historical times, such as the cultural movements of the 1960s and the contemporaneity. The expression arises amid references from European culture: Montaigne, Rousseau, Keyserling.

Filiation. The contact with the Brazilian Cariba Indians. Où Villegaignon print terre. Montaigne. Natural man. Rousseau. From the French Revolution to Romanticism, to the Bolshevik Revolution, to the Surrealist Revolution, and the technological barbarity of Keyserling. We're moving right along. (ANDRADE, 2011, p. 28)

The fusion effect of temporalities appears in a synchronous perspective with the great events of European history (French and Bolshevik revolutions) in conjunction with cultural movements (romanticism and surrealism). There is also the quote to the French knight, Villegaignon, who commanded an occupation of the Brazilian coast in the colonial period, eradicated by Portuguese forces. To these past references, the final expression of aphorism opposes the verbal conjugation capable of shifting temporality to the present/future: "we're moving." (ANDRADE, 2011, p. 28). The collective subject that guides the manifesto had already announced, in the previous aphorism, the desire that emerged from this trans-historical movement: "we want the Caraíba revolution" (Ibidem, p. 28), as an inevitable consequence of a new order, of new knowledge relations and power beyond the logical rational European aspect.

The references are open, in the manifesto, to a semantic plurality capable of challenging the most superficial interpretations, making it possible to find new meanings in the returns to the text of Oswald de Andrade. It is possible to think of the idea of low anthropophagy from the distinction made by Montaigne between cannibalism and anthropophagy, in "O cannibal", a 1580 publication in which the French author analyzes the culture of the Tupinambás Indians. Cannibals feed on human flesh, anthropophagi do it for revenge. There is a central anthropophagic ritualistic aspect in the Tupinambá culture highlighted in the studies of anthropologist Manuela Carneiro da Cunha (1990). Low anthropophagy would be the metaphor for cannibalism. The transposition to the symbolic plane allows us to think, in anthropophagy, the conscious appropriation of the transformed alterity, and, in cannibalism, the annihilation of difference. This difference is exemplified by the classic story reported by Hans Staden, a German adventurer, imprisoned by the Tupinambás Indians in Colonial Brazil, subjected to all rituals, but not

devoured because "they feel that that flesh lacked the flavors of a haughty spirit" (ROLNIK, 2021, p. 16)

It is in this context that the "technized barbarian of Keyserling" (ANDRADE, 2011, p. 28) brings us closer to the relationship between primitive and technological, the forms of production and discursive circulation that would define the cultural industry of the twentieth-century (cinema, television). Daniel Faria (2013) recalls the recurrent use of irony in Oswald de Andrade as a condition for interpreting this statement. Keyserling, the analyzed character, a German aristocrat philosopher, proposed a thought imbued with a pacifist cosmopolitanism and a centralized and anti-democratic global governance by the European elite¹. The image of the "technized barbarian" seems to have a dual function: the displacement of a possible character of the romanticized and isolated indigenous and the semantic inversion that gives the European a foreign, different character. It is both the other (the European) and the possibility of technique (the cinema and the cultural industry) as an insurgency of the Caraíba revolution. The second aspect becomes more noticeable, as we shall see, with tropicalism, as well as regarding new production conditions for the contemporary indigenous matrix discourse.

It is also possible to glimpse in the reference to Keyserling, in addition to the irony, the consideration of contemporary experience as marked by different temporalities and spatialities: Stationary East, telluric America, and decadent Europe (FARIA, 2013). Oswald divided time into two major cultural hemispheres: the matriarchate and the patriarchate. The first is primitive and anthropophagic, the second is civilized and messianic. Oswald's utopia is in a new matriarchy arising from the technique that would lead us to liberation from work and a new world of idleness. Beatriz Azevedo and Laura Francis (2021) draw attention to the fact that the poet invented a "utopian, myth-poetic territory: the matriarchy of pindorama" (AZEVEDO; FRANCIS, 2021, p. 117). This is a discontinuous historical view that can be thought of by the recognition of knowledge lost in time and the power relations arising from the colonial process. The future would be, paradoxically, in this past, as in the image of the contemporary poet described by Agamben (2009), dissociated from time itself to see in it not the lights but the darkness.

¹ Keyserling was in Brazil in 1929, on a trip that featured interlocutions with the modernists. Mário de Andrade even said that his work was the key to Macunaíma's interpretation. In this regard see Daniel Faria, Keyserling's American meditations. Available at <https://repositorio.unb.br/handle/10482/28877?locale=en>

Finding the Manifesto's enunciator subject is to find some central elements: the intellectual motivated by the search for the Brazilian singularity as the driving force of modernism; the poet who finds in the figure of the timeless indigenous the link between the past and the future, passing through the present; an original philosopher basing his thought on the relationship between the imperatives of patriarchy and capitalism and other forms of sensitivity, the anthropological perception of spaces of resistance of Brazilian popular culture, the dialogue with technology. Eduardo Viveiros de Castro (2018) qualifies Oswald de Andrade's relationship with the cultural industry of the 20th century as techno-primitivism, pointing to an aspect we would like to highlight in the manifesto: the relationship between the conditions of enunciability of the subjects conditioned by a colonial context (still giving the cards in the macropolitics games) and the possibilities of subversion. It makes the technique, or its contemporary expression, the technology, the anthropophagic nodal point.

His admiration for North America (the US) is unequivocal, focusing on “cinema, divorce, box office, credit and especially appetite”. And the girls..., but this hypertechnical America (notice the odd examples) is at the same time given as an example of the invincibility of the “primitivist cycle”. The Americans are the technical barbarians. Anthropophagy is what only lacks them, and the lack is crucial – they lack a philosophy of life that is compatible with techno primitivism (CASTRO, 2018, p. 13)

It is precisely the encounter between technique and media enunciative spaces that constitutes one of the main lines of force of anthropophagy, potentiated in the tropicalist event and using, at the same time, the new forms of production and circulation in the digital order. We propose here to travel briefly through this archaeological path. We depart from the modernism of the late 1920s and arrive at the tropicalist event, forty years later, with its broad spectrum of dialogues with a new cinema, theater, and literature. The revolutionary Brazilianness (RIDENTI, 2010) in the cultural field amid the political experience of resistance to the military-civil dictatorship. The power of insurgency of these manifestations justified, throughout history, the choice of signifiers that translate into the aura of the marginal, the rogue, the accursed, the clandestine, the baseless; a history of sensibilities is also made in resistance to disciplinary society and finds association with Oswald's mythical-poetic utopia. They are images of the technical barbarians that go through a history of resistance.

At a time when conservative radicalization and fascist practices appear as a limiting expression of neoliberal subjectivity, resistance is made following the traces of the cartography of high anthropophagy, the search for the utopia of matriarchy, against catecheses, the caraíba revolution, “against the reversible world and objectified ideas”. Faced with the growing domination of imaginary and territories by the logic of latifundium and agribusiness, the space of resistance of indigenous ontologies is now mediatized. New subjects start to occupy the spaces of the Universities, making cinema, literature, and journalism. Anthropophagy inside out, from where it is possible to glimpse the other of the wild thought, not as the belated in a technocratic view, but the one that is not dominated by the neoliberal global order.

A kind of return to the premises of Oswaldian anthropophagy is, therefore, the key to the search for other worldviews against the crisis of the Anthropocene and, for what matters here, concerning the forms of subjectivation in the Brazilian cultural field. Although struggling in unequal terrain, there are new forms of listening, conditions of production, and circulation of resistance discourses. From these problematizations, we will briefly map three moments of the emergence of the anthropophagic discourse: its constitution in the late 1920s in Brazil and the tropicalist resignification to reach the contemporary experience, especially in the face of the impacts of Covid 19. It is an approach based on the Foucaultian archive (2008) and its emphasis on enunciability and functioning as premises of a view of historical discontinuity. Anthropophagy returns differently in different contexts.

3 Anthropophagic singularity in modernism

Literary modernism in Brazil is far, as we know, from being a homogeneous block based on the union of writers with the same purpose. Modernism as an experience that emerges from the arts mirroring the social contradiction of modernity is inseparable from the political field. Perry Anderson (1988) notices the latent force of change. “Would a new order be purely and radically capitalist or socialist?” (Anderson, 1988, p. 326). In this restlessness, there is the promise of a new existence beyond individualities. Europe was affected by the first war, with difficulties in seeing another possible equivalent experience in America. In this context, the originality of the contribution of the Anthropophagous

Manifesto is in its potency as another narrative of modernity that involves Spain, Portugal, trade routes, and slavery, paving the way in the opposite direction of the European vanguard, bringing forward the question of the relationship between colony and metropolis. Madureira (2011) sees anthropophagy as an epistemological cut in relation to European scientific thought.

It is a movement that provides the basis for Oswald de Andrade's philosophical concept to become a force line for Brazilian culture in the 20th century, not without contradictions. Oswald de Andrade's starting point was the representations of the new world made by the travel narratives of the pioneers of wild Brazil, seeking to restore an enunciative position to the indigenous people. The tradition of a community culture, now recognized as a distinctive force of tribal organizations, was the vanguard: "We already had communism." (ANDRADE, 2011, p. 29)

Suely Rolnik (2021) understands the articulation of anthropological metaphor with the idea of flexible subjectivity, born in European modernist vanguards and appropriated by world capitalism from the late 1970s. Unlike what happened in Europe, where their other was projected into non-European cultures, Brazilian modernists attributed their reality to the place of the idealized other. The Modern Art Week of 1922 raised different conceptions of national identity in which integralist and nationalist positions coexisted, which cannot be detailed here. Mário de Andrade (2021) undertook his ethnographic trips to deep Brazil seeking the expression of popular culture, while Oswald de Andrade (2011) formulated his manifestos – *Pau Brasil Poetry* and *Anthropophagus* - erecting the poetic myth reflection of the matriarchy of pindorama. This movement took place differently from Mario's searches, critically considered as folkloric by Oswald de Andrade. The anthropophagous manifesto thus shifts from the idea of the search for a national identity as the driving force of modernism to the extent that it is inserted as an open thought to alterity, an anti-narcissistic desire to transform itself through the other, as Eduardo Viveiros de Castro (2018) shows us, being in this sense one of the most original thoughts of the Brazilian experience, especially for its philosophical aspect.

Finding Brazilianness in the anthropophagic concept of Oswald de Andrade is, paradoxically, the recognition of difference and a non-static model, in practice, as a creative characteristic of the Brazilian experience as a social, cultural, and

anthropological organization. A mixed race country in which indigenous, African and European heritage is transformed and, as such, open to change: "Routes. Routes. Routes. Routes. Routes. Routes. Routes. Routes." (ANDRADE, 2011, p.28), an expression repeated seven times as to demonstrate/anticipate fluid identities.

The possibility of formulating the anthropophagous manifesto, in the context of modernism, points to a discursive strategy of differentiation between two risks to be avoided: folk nationalism and mimetic adhering to the values of the European avant-garde. This displacement proposed by Oswald de Andrade will be decisive for anthropophagic resignification in tropicalism and tension already verified then. The bet on the updating of Brazilian popular culture (in the face of the power of global West languages, such as rock or cinema) in coexistence with the adhering to the bourgeois mechanisms of artistic creation, the cult of celebrity, the spectacularization of private life, reaching its peak in the way of functioning of the narratives of themselves in the transnational platforms of the second decade of the 21st century. In tropicalism, anthropophagy shifts to the forms of circulation in media flows, what to bring, and what to take. That is why we try to think about the tropicalist archive amid political, poetic, and media aspects (CARVALHO, 2015).

4 Tropicalist anthropophagy

Gilberto Gil's somewhat intuitive understanding of what tropicalism would be in the late 1960s took place in the symbolic meeting imagined by him between Banda de Pifanos de Caruaru and The Beatles (CARVALHO, 2015). It was the sign of vitality, the common point that made us see, above all, a junction where the order of the discourse of the time saw a division: on the one hand, the popular culture, and on the other, the cultural industry and the young language of rock. The moment was popularized by television in Brazil and tropicalist anthropophagy took place as praxis in a subversion of the rites of coexistence, electric guitars, clothes, and hair, signaled with the young revolutions. The dialogues of youngsters from Bahia with the concretist poets and intellectuals of São Paulo contributed to this.

In Gilberto Gil's visionary and poetic aspect, northeastern popular culture operated as the center of this hybridization, a certain order of the gaze that sought to make the

experience also original for foreigners. Another portrait of Brazil appeared in its contradictions and its relationship with the world. The change took place in the displacement of two extremes: not the mere imitation of the models of the young language of rock, universal pop, nor the adhering to the forms of a popular culture idealized to convey revolutionary messages. Oswaldian anthropophagy seemed an appropriate way out of the context of the cultural debates of the period. There would be no tropicalism, if not for anthropophagy, the same way the musical movement led by the Bahians was responsible for a resignification of the anthropophagic point of view as a broad gesture in Brazilian culture. Marília Andrade (2011) demonstrates how the movements from the 1960s had created a new image of her father.

Already convinced that my father would forever be a misunderstood genius, it was hard to get used to suddenly hearing his name invoked so often and associated with so many different events. It became fashionable, a fad. Father of tropicalism, inspirer of Caetano, an example of literary critics, an object of study of doctoral theses, unconditional hero of nonconformist young people, a model for beginning writers, the favorite author of amateur theater groups (ANDRADE, 2011, p. 45)

The articulation between tropicalist anthropophagy and communication technologies transposes the technical aspect of cultural mediations. It is not by chance that Gilberto Gil took over the Ministry of Culture of Brazil in 2003 saying that he would have a tropicalist management, proposing the idea of points of culture among other innovative aspects. To provide not only urban peripheries but also smaller Brazilian cities with editing islands, video cameras, and broadband, to transmute passive reception into production (CARVALHO, 2015). The result is the creation “of favorable conditions not only for the tracking of the innumerable and diverse cultural manifestations that bubbled up all over the country, as well as its empowerment.” (ROLNIK, 2021, p. 96).

The conditions of production of the tropicalist event are part of the set of cultural manifestations that erupted in Brazil in the late 1960s, with ramifications in cinema, theater, literature, visual arts, and music, its most known and referenced form. The movement is related to the debates, experiences, and contradictions of a passage from a rural society to the mediatized world, amid questions about the relationship between art and politics, against the backdrop of the guidelines of the Popular Center for Culture, the CPC of UNE, National Student Union.

The so-called revolutionary Brazilianness (RIDENTI, 2010) breaks out in the cultural field in the 1950s under the impact of the country's modernization process; that and its sap are the modernist banners of 1922, although from it integralism and conservatism have also derived. The bossa nova, concrete poetry, and visual arts fostered the very emergence of the idea of engaged art from the CPC. As contextualized by the poet Ferreira Gullar, the coup that implemented the military-civil dictatorship in 1964 was not able to contain the cultural field, whose eloquent proof was the tropicalist event, but also the Cinema Novo, the Teatro Oficina, demonstrations arising on the eve of the Institutional Act no. 5, that would inaugurate the period of greatest repression by state forces.

The river that had been adding up waters and deepening its bed until March 1964, disappeared from our sight. But a river does not end like that. It continues its course, underground, and the ones with a good ear can hear its rumble beneath the earth. (GULLAR, 1967, p. 253)

The rumor of the river is seen in events such as *O rei da vela*, the montage of Teatro Oficina for Oswald de Andrade's play, the cinema of Glauber Rocha and his *Terra em Transe*, in Brazilian music that is reconfigured in the television space with the production of artists such as Chico Buarque, Edu Lobo, Geraldo Vandré and the tropicalistas and their electric guitars: *Alegria, Alegria* and *Domingo no Parque*, Banda de Pífanos de Caruaru, and The Beatles, Mutantes and Tom Zé. The anthropophagic inspiration of tropicalism takes place in the articulation of popular culture with the cultural industry as if the anthropophagous manifesto would jump from the literary pages to the experience and media performance, to the point that Carmem Miranda became a tropicalist symbol image. Mediatizing the popular Brazilianness to take it in the globalization flows, as the pioneers of bossa-nova, had done one decade before. Caetano Veloso recognizes in João Gilberto the full exercise of anthropophagy, by creating on the guitar a new synthesis of samba with an international accent (VELOSO, 1997). The tropicalists surpass the limits of the song, in the field of performance, occupying spaces in the cultural debate, incorporating distinct and antagonistic references. Revisiting anthropophagy as a praxis. The movement was not made without contradictions and divisions, either in the left-wing, in which Marxist-based sectors saw easy adherence to

the symbols of cultural hegemony as a sign of alienation, or in Brazilian music, divided between advocates of rooted purity and market experiments, such as the *Jovem Guarda*.

Tropicalism finally united Vicente Celestino and John Cage, popular culture and erudite culture, strategically passing through pop culture, which was their great flag. All this came evidently from Oswald's anthropophagy, the most original metacultural reflection produced in Latin America (CASTRO, 2009, p. 81)

The divisions in the left wing lived with other subjectivities, mapped by Suely Rolnik (2010), which become clearer if we think of the contemporary macropolitical retrogression. The author thinks in terms of cartographies, mobile maps of affection and desire that occur in the relations between the vibratable, the visible, and the named. This vision, inspired by the Deleuzian rhizome and the rich dialogue that Rolnik established with Félix Guattari, allows tracing the map of subjectivities in the Brazilian political and cultural environment rooted in the 1960s, resurfacing in the 21st century. Rolnik (2010) suggests categories such as "the militant in us," "the colonel in us," and "the hippie in us." The militant and the colonel settle in opposite symbolic, equally rigid territories. The first one limits the sensitivity of the vibratory body in the face of the class struggle urgency, the second one resorts to the idea of identity, of a world ordered by the dictatorship that defines the order of the sayable and imposes silences and torture on those who do not share beliefs.

The countercultural-tropicalist-anthropophagic subjectivity is inscribed as resistance to the post-war Hollywood version of the bourgeois figure while trying to survive the truculence of the military dictatorship. Many succumb to voyages of no return and become somehow trapped in the identity they have built for themselves, a central point in Rolnik's critical theory (2010). Two limits are associated with anthropophagic subjectivity, the overflow excesses, those who did not return from the trip and crystallized a hippie identity, and those who, in the name of a certain trivialization of anthropophagy, easily adhered to the cult of appearances and good bourgeois life via the cultural industry. In a sense, they were devoured, rather than devouring, seduced by the power of capital that glimpsed the ingredient for "a neoliberal anthropophagy" (ROLNIK, 2021, p. 81) in the flexible subjectivity of artistic avant-garde.

The revolutionary power of anthropophagic subjectivity resignified in the 1960s by tropicalism remains². But much of this energy is appropriated and instrumentalized by transnational financial capitalism, especially since the 1980s, with the end of dictatorial regimes in Latin America and Eastern Europe. The result is what Rolnik defines as pimp anthropophagy, a soft adaptation to the neoliberal environment, producing “anthropophagic zombies” (ROLNIK, 2010, p. 22).

Many of the protagonists of the movements of previous decades fell into the trap: dazzled by the celebration and force of creation of their transgressive and experimental posture, hitherto stigmatized and confined to marginality, fascinated by the prestige of their image in the media and their high wages, they indulge in their pimping, becoming, for the most part, the very creators of the worlds manufactured for and by capitalism in their new guise (ROLNIK, 2011, p. 18).

There is the creation of a clone manufactured by post-Fordist capitalism of the flexible subjectivity of the anthropophagic matrix of the 1960s and 1970s. The context was productive for the low reactive anthropophagy. It is no longer the ritualistic act of absorbing the strength of the other to seek a disjunctive synthesis, but of all acritical assimilation in the name of narcissistic success and appearance, of individual worship. A capture of insurgency power, by what Rolnik (2018) calls the capitalistic colonial unconscious. The analogy to which the author resorts is that of the pimp who exploits the prostitute, who is unable to see, under the mask of protection, the dictates of submission. The criterion for guiding the forces of production is no longer ethical – in the sense of the affirmation of life – but moral and narcissistic.

The anthropophagy resurfaced in tropicalism, although it was able to establish the transition between the rural world of popular culture and the new technological mediations – revealing and turning the Brazilianness archive – also points out the co-optation by market forces, emptying its power of insurgency.

²The very trajectory of artists linked to the movement who remained in the field of productive resistance, such as the theater workshop of José Celso Martinez Correa, is illustrative of the Tropicalist power. Some creations of Caetano and Gil, in post-tropicalism, such as "Um índio" (Caetano Veloso) and "Refazenda" (Gilberto Gil), sound modern, concerning today's issues posed by the Anthropocene crisis.

5 Submerged rivers: the insurrections

Contemporary insurrections occur in articulation with the biosphere, approaching indigenous ontology. The reconfiguration of the force field involves a new political relationship between human and non-human actors, between existences and the planet recovered in its dimension of living and political being. This exercise transcends a possible humanitarian gesture of recognizing the need to contemplate historically silenced voices (although we should not relativize their importance), as it seeks to incorporate these voices as a need to reconfigure forces to build new realities. It is the real history of climate change, of the Anthropocene crisis, aggravated by the pandemic, which demands new dialogues.

Rolnik (2018) uses an example experienced by the Krenak ethnic group in Minas Gerais and reported by its leader and thinker, Ailton Krenak. It is a demonstration of both the regeneration capacity of nature and the symbolic strength of the submerged rivers, captured in the poetry of Ferreira Gullar. But here the event is real. The Doce River, in the city of Esplendor, Minas Gerais, after being practically killed by the predatory action of mining, flows back to the land from the care of the community. It is an example of insurrection as a power of life, of political action in territorial historical realities, and of the emergence of new sensibilities, listening regimes, and the production of subjectivity. For Rolnik (2018), what distinguishes high anthropophagy is the constitution of subjectivity to some extent conscious of the processes in which it is inserted. We could think in terms of an aesthetic and ethics itself proposed by Foucault. It is about using network connections to strengthen practices and spread insurgencies so that the submerged rivers flow again.

What does that question have to say to the present? The acceleration of the ease of access to media production on social networks in which content is linked to the places and times in which it is produced creates a cross-relationship between the culture of sharing and the culture of surveillance (BEIGUELMAN, 2021). The new face of power is algorithmic logic. The anthropologist Hermano Vianna (2017), in a reflection on artificial intelligence, observes the risk of a new form of colonialism dictated by rich countries, where the large corporations that dominate the internet today are. Brazil would have missed the opportunity and becomes a consumer of the news. Vianna analyzes that

the greatest impact would be on the youth of the peripheries of Brazilian cities, given the lack of technical qualifications to deal with an environment dominated by technology.

Hermano (2017) finds a path for the expression of these same young people in the anthropophagic metaphor. “New communicators from the peripheries seem to be the most successful online content creators in the country.” All of this is within the platforms of large corporations. For Hermano, the voice of Brazilianness in a world dominated by artificial intelligence occurs in the creative aspect, in analogical thinking: and multiplicity. Seeking a humanist point of view, Hermano proposes a collaborative project, instead of the domination that characterized the colonialist expansion movement extended until the twentieth century.

The phenomenon is not homogeneous and has several dimensions. From the strength of the thought of leadership such as Ailton Krenak to the reception of the exercise of the self-ethnography present in "The Fall of Heaven", by Davi Kopenawa and Bruce Albert (2015). But it is also noticeable in smaller scales of the general public, in indigenous collectives that articulate themselves through audiovisual and interconnected networks to defend their territories and cultures, as demonstrated by the thesis of Deyse Silva Rubim (2021) of the Kokama ethnicity. The old stigmatizations that imputed the indigenous people the place of backwardness and laziness now shelter new voices in the form of digital cyberactivism, or journalistic spaces such as the investigative journalism agency Real Amazon.

The linguistic markings that corroborate the erasure and silencing of the indigenous people in the discourse are replaced by the taking of the word, the appropriation of the discourses by the indigenous people themselves, specifically the women. They are active voices represented by the alternative press and outside it as well, in the internal organization of indigenous movements and in non-indigenous society (RUBIM, 2021, p. 191).

Eduardo Viveiros de Castro (2018), in *Metafísicas Canibais*, outlines this movement, demonstrating the need for an epistemological cut in the field of anthropology, possibly extensible to other domains. Cannibal metaphysics points to a critical exercise of colonial thought, to the same extent that they find dialogues with the poststructuralism of Deleuze and Guattari. Perspectivism, from the perspective of Eduardo Viveiros (CASTRO, 2018), is a critical exercise in relation to anthropology, historically marked by colonialism. Against this heritage, a process of permanent

decolonization is necessary both in theory and in the practice of the subject. Thus, the author proposes a step forward in the already repeated idea that the other is represented or invented according to our lenses. True anthropology would be one that returns an image of ourselves in which we do not recognize ourselves. Castro resorts to the studies of shamans for whom to know is to personify, to take the point of view of what should be known.

Shamanism is a way of acting that implies a way of knowing, or rather, a certain ideal of knowledge. Such an ideal is, in some ways, at the antipodes of the objectivist epistemology favored by Western modernity.” (CASTRO, 2018, p. 50)

Castro's (2018) point of view is aligned with that of Edgar Morin (2020) in the sense of recognizing in the mystical – but also social – an experience of shamanism other possibilities beyond the scientific objectivist model. The new forms of circulation give rise to this thought that disputes space in discursive clashes and poses itself as resistance. The perception of an outdated extractive model, in the midst of an unprecedented health crisis opened up by the Covid 19 pandemic, creates an environment conducive to the review of traditional political forms. If discourse is what one fights for, according to Foucault (2000), new enunciative possibilities are coming from the dimension of the experience of the peripheries, the indigenous, the blacks, and the women. It is a breath of hope that must be recognized and interpreted by critical thinking, considering, especially in the case of the Brazilian experience, the historical factors that cross it. These are the spaces of an anthropophagic mutation in which Oswald de Andrade's manifesto (2011) does not appear literally, but operates as a kind of interdiscursive mark, signaling, at the limit, another experience of ways of living.

The perspectivism of Eduardo Viveiros de Castro (2018) can be thought of, therefore, from the point of view of a mutation of cultural anthropophagy inaugurated by Oswald de Andrade in his manifesto. This mutation concerns the anthropophagic subject, no longer the one who, from a center, chooses and devours the references, but being able to challenge his own conception of identity, not shying away from transforming him/herself. It is as if the possibility of a new listening shifted the anthropophagic subjectivity to its original locus, from which we would have new lenses for contemporary social and political relations. It is as if the possibility of a new listening shifted

anthropophagic subjectivity to its original locus, from which we would have new lenses for contemporary social and political relations.

Many rivers flow, in the symbolic and in the real. In an inverse process to that suggested by Gullar's verses, the river of conservative forces flowed underwater without us realizing it until it became torrential in Brazil in 2015. Seen from an archaeological perspective, they are indicative of the insensitivity of progressive forces in perceiving conservative discursive formations (FOUCAULT, 2008), as if the adherents of tradition, family, and property who took to the streets to support the dictatorship had succumbed to the march of history in towards the creation of a more socially just and citizen country. Many of us believed that and even doubted the possibility of a candidate like Bolsonaro winning in 2018. The historical reality somehow submerged the hopes and utopias of progressive thought. This recollection suggests the recomposition of forces, while events are outlining new contours.

The inflection point proposed here is the anthropophagic subject, as a representation that crosses our cultural history, capable of giving us a ruler and compass for a submersion that establishes new dialogic ethics in the face of institutional deconstruction and the physical and symbolic violence in progress. It is not by chance that one of the strengths of Bolsonarism resides in the idea of a cultural war against left-wing thinking, translated into expressions such as "non-partisan school", the persecution of artists who inherited the tradition of revolutionary Brazilianness of the 1960s, as shown by João César Castro Rocha (2021). The far-right cultural war presupposes an enemy and it is no exaggeration to say that it identifies with the cultural matrix of the revolutionary Brazilianness of the 1960s, which, in some way, still demonstrates its potency. The pragmatism of those who wield the macropolitical power knows how to identify its potential enemies. Physical and symbolic violence against the indigenous themselves, neoliberal disputes for spaces outside the logic of the market, such as quilombolas, and areas of environmental protection are also representations of low anthropophagy, in a game of power and resistance that is not limited to the Brazilian issue, although its epicenter was here.

The report of the indigenous leader Jerá Guarani, for example, shows us a contemporary form of anthropophagy in the face of the relationship of resistance to maintain one's own culture, without despising technology. What is at stake is the

relationship of alterity with the world of the Juruá, the one from outside the village, where a mercantilist logic prevails. The circulation of this discourse can allow a displacement - if there is a sensitivity of listening - in the very conception of the western subject who sees him/herself in an image different from that produced by advertisement or the incessant invitation to the spectacularization of private lives on social networks.

I usually go to the Juruá world a lot, but I try to bring as little as possible to the village of the things there that are not good. I bring good things too, but they usually arrive by themselves, mainly through TV and the current technological world. What I do there, then, is sift through what comes in and talk to people about it. How far will you take it? How far do you have to take it? I try to reduce the conflict of what arrives with the traditional Guarani dynamic of having just enough for a peaceful and healthy life (GUARANI, 2020, p. 18).

The political vitality of the resistance passes through the resignification of the “technized barbarian” and its capacity for subversive exportation. There are many forms of this movement on a global scale, and the audiovisual has been a fertile field of these manifestations. The film *The Last Forest*, directed by Luiz Bolognesi, written by Luiz Bolognesi and Davi Kopenawa, the Yanomami anthropological and anthropophagic shaman, has an exemplary point of view of this mutation in the traditional forms of indigenous imagery. It is no longer the recognition of cultural difference through the lens of the western subject, but the very affirmation of a locus of territorial and cultural resistance.

The images of the tribe's daily life in the forest, serve to narrate the founding myths of their people, the brothers Omama and Yoasi. The film is spoken in the Yanomami language, and it displaces the classic idea of a documentary about the other so that the indigenous people themselves act out their founding myths (sometimes in the original language), whose essence is a community relationship and respect for nature, against mining and the violence that plague the surrounding reality. Removing gold from the earth, says the founding myth, is to open the way to the “fumes of disease”. The anthropophagic process is in Kopenawa's perception of speaking to the white man, demonstrating, through the Yanomami tradition, the ongoing destruction and violence. The shaman thus approaches the enunciator of the anthropophagic manifesto, a collective subject that alerts to other possibilities of life. This is the design of the new policy, related

to the subversive export of ideas that oppose the neoliberal model, necessary in the face of ongoing destruction and violence.

Oswald de Andrade did not live to see manifestations of the matriarchy of Pindorama, such as the one led by Anmiga - Articulation of Indigenous Women Heirs of Ancestrality -, a collective that organized, in 2019, the first march of indigenous women in Brasília, with the union of 2,500 women from 130 indigenous people. In 2020, in the context of the pandemic, Anmiga held the online assembly “The sacred of existence and the healing of the earth.” Here, one can see the emergence of matriarchy postulated in the manifesto, emphasizing the character of the new policy as territorial action and the relationship of human and non-human actors: rivers, trees, and animals, from a community perspective. One of the collective's manifest texts receives the suggestive name of "reflorestarmentes" (or "reforestminds", in English).

We are many, we are multiple, we are thousands of women, chiefs, midwives, healers, shamans, farmers, teachers, lawyers, nurses, and doctors, in the multiple sciences of the territory and the University" (...) earth-women, water-women, biome-women, spirituality women, tree-women, root-women, seed-women, and not just warriors-of-ancestry women.

6 Conclusion

We seek to follow discontinuous lines of the anthropophagic discourse within the archive of Brazilianness and in its dialogue with a connected global society, guided by an archaeological view of Foucauldian basis. Agamben (2019) brings archeology closer to the idea of paradigm and notes that although Foucault has used this word, he never sought to define it exactly, but the meaning of what the author of *Archeology of Knowledge* understands by paradigm was present in several other expressions of his thought, such as positivity, problematizations, devices, discursive formations. The Italian philosopher also appeals to dialogues with Aristotle and Kant to point out the specificity of the paradigm, redefining the dichotomous oppositions of the particular and the universal types, form, and content. “The regime of his discourse is not logic, but analogy” (AGAMBEN, 2019, p. 21) which proposes vector intensities instead of scalar magnitudes.

In other words, the paradigmatic relationship is not simply between each sensible object, nor between them and a general rule, but above all between the

singularity (which thus becomes a paradigm) and its exposition (that is, its intelligibility). (AGAMBEN, 2019, p. 30)

The archeology of knowledge proposed by Foucault is, in this sense, as Agamben (2019) observes, “a manifesto of historiographical discontinuism” (2019, p. 19). Edgardo Castro (2017) seeks to conclude his work dedicated to the thought of Foucault, thinking about the philosopher's relations with modernity. The dialogue with Kant demonstrates two critical traditions: on the one hand, an analytic of truth, the search for true knowledge, and, on the other, an ontology of the present. Foucault is identified with the second point. “Foucauldian modernity (...) proposes to elaborate from what we are, historically and contingently, the possibility of being and thinking in another way.” (CASTRO, 2017, p. 150).

Eduardo Viveiros de Castro (2018), when discussing the impact of the heritage of poststructuralist thinkers in the elaboration of his theory on Amerindian perspectivism, defends the understanding of contemporary experience based on a practical ontology, where the real emerges as multiple dynamics, in a state of continuous variation that collapses the old distinctions between language and world. “Knowing is no longer a way of representing the unknown, but of interacting with it, that is, a way of creating rather than a way of contemplating, reflecting or communicating.” (CASTRO, 2018, p. 11).

The question that arises is what would be the new paradigms that move in the submerged rivers in the face of the planetary scale Covid 19 pandemic crisis? “The historicity of the paradigm is neither in diachrony nor in synchrony, but in a cross between them” (AGAMBEN, 2019, p. 41). The necessary decentralization of the power of large corporations, which today dominate the internet, is defined by the Chinese philosopher Yuk Hui (2021) as technodiversity. Each culture with a colonial past should seek its own forms of expression based on this immersion in its historical and anthropological sources, observes Hui. The image of the technified barbarian materialized in productions such as *The Last Forest* and other discourses of indigenous resistance, constitutes a field of resistance that can redefine the political game in the 21st century. It comes from wild thinking, no longer in the derogatory sense that the hegemonic discourse gives it historically, in the face of a model of progress that is now visibly in crisis, nor the other of the flexible subjectivity of instrumentalized artistic avant-gardes; but the savage as the one who does not allow himself to be dominated, the resistant and the holder of lost

knowledge in the patriarchal, colonial order, whose contemporary form is neoliberalism. Mapping the discontinuous lines of these discourses is part of the archaeological work to be able to transform ourselves through the other, through which the anthropophagic metaphor restores its insurrectionary potency.

References

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó (sc), Argos, 2009.

ANDRADE, Mário. **O turista aprendiz.** Belo Horizonte, Garnier, 2021.

ANDERSON, Perry. Modernity and Revolution. *In*: NELSON, C.; GROSSBERG, N. L. (Orgs.). **Marxism and the interpretation of cultures.** Chicago e Urbana. University of Illinois Press, 1988.

AZEVEDO, Beatriz; FRANCIS, Laura. Será esse o futuro do século XXI. **Das Questões**, Universidade de Brasília UNB: v. 11, n. 1, 2021 p.109-130.

A ÚLTIMA FLORESTA. Direção: Luiz Bolognesi. Produção de Caio Gullane, Laiz Bodansky e Luiz Bolognesi. Brasil, 2021: Gullane e Buritis Filmes. Netflix.

BEIGUELMAN, Gisele. **Políticas da Imagem, Vigilância e Resistência na Dadosfera.** São Paulo, UBU editora, 2021.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **Metafísicas canibais:** elementos para uma antropologia pós-estrutural. Ubu: São Paulo, 2018.

CASTRO, Eduardo viveiros. Que temos nós com isso? *In*: AZEVEDO, Beatriz. **Antropofagia:** Palimpsesto Selvagem. Sesi Editora: São Paulo, 2018.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. **Estudos Avançados**, v. 4, n. 10, p. 91-110, 1990.

CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de. **A voz que canta na voz que fala:** poética e política na trajetória de Gilberto Gil. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Aracaju- SE: Editora Universitária Tiradentes, 2015.

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do Discurso:** O Discurso comunista Endereçado aos Cristãos. Tradução de Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, Edufscar, 2009.

GUARANI, Jerá. Tornar-se selvagem. **PISEAGRAMA**, n. 14, p. 12-19, 2020.

KRENAK, Ailton. **Em busca de uma terra sem tantos males, in** o Lugar onde a Terra Descansa. Rio de Janeiro; Núcleo de Cultura Indígena, 2000.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FARIA, Daniel. **As meditações americanas de Keyserling: um cosmopolitismo nas incertezas do tempo.** Varia História, v. 29, n. 51, p. 905-923, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000300013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2.000.

GULLAR, F. Quarup ou ensaio de deseducação para brasileiro virar gente. **Revista Civilização Brasileira**, v. 15, p-251-258, 1967.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: um ensaio de antropologia simétrica.** Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2019.

LOWY, M. SAYRE. **Revolta e melancolia- o romantismo na contramão da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1995.

Manifesto das primeiras brasileiras. Articulação Nacional das Mulheres Indígenas e Guerreiras da Ancestralidade. Disponível em <https://anmiga.org/> , acessado em 21/07/2022

MORIN, Edgar. **Conhecimento, ignorância, mistério.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política.** São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

ROCHA, João César de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônica de um Brasil pós político.** Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

ANDRADE, Oswald in ROCHA, João César de Castro; RUFINELLI, Jorge (Orgs.). **Antropofagia Hoje?** Oswald de Andrade em Cena. São Paulo: É Realizações, 2011.

ROLNIK, Suely. **Antropofagia Zumbi.** São Paulo: n-1 edições, 2021.

ROLNIK, Suely. Políticas da hibridização: Evitando falsos problemas?. *In*: LIMA, E. A.; et al. (Orgs.). **Subjetividades contemporâneas: Desafios teóricos e metodológicos.** Curitiba, Editora CRV, 2010. p.15-25.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**. Porto Alegre, Sulina/ Editoria UFRGS, 2011.

RUBIN, Dayse. **Vozes indígenas, entre apagamentos, estigmas e resistências. Discursos midiáticos da região norte do Brasil sobre povos e lideranças indígenas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSCar, julho de 2021.

SAVAZONI, Rodrigo; COHN Sérgio (Orgs.). **Cultura Digital br**. Azougue, 2009.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz; LOBO- HADDOCK, Rafael. **Arruaças: uma filosofia popular brasileira**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

VIANA, Hermano. **Inteligência Artificial antropófaga**. In: <https://hermanovianna.wordpress.com/2017/10/21/inteligencia-artificial-antropofaga/> , acessado em 03/06/2021

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Received on 14 December 2021

Accepted on 20 July 2022

Published on August 2022

As comissões de verdade e a ‘política dos restos’: entre a produção de memórias e a formação do autoritarismo contemporâneo

The truth commissions and the ‘debris policy’: between the production of memories and the formation of contemporary authoritarianism

Israel de Sá

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Resumo: A violência contra grupos políticos de resistência efetuada pela ditadura civil-militar é conhecida e, de certa forma, documentada; o que pouco se sabia, especialmente até a instituição das comissões de verdade já no século XXI, é que diversos sujeitos e grupos, historicamente marginalizados e violentados, também sofreram com a repressão ditatorial e ainda sofrem seus efeitos na contemporaneidade, por meio de um conjunto de dispositivos autoritários. Neste trabalho, ancorados nos estudos discursivos foucaultianos e fundamentados no método arqueogenealógico, buscamos: i) analisar e refletir sobre o papel dessas comissões (em especial da Nacional, de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) na visibilização desses sujeitos/grupos e na constituição de uma crítica do presente, suas condições de emergência e seu funcionamento discursivo; e ii) sobre os efeitos da ditadura na atualidade por meio do que denominamos “política dos restos”, focalizando mais especificamente a violência contra indígenas, fundamentalmente marcada no processo de demarcação de terras e na busca de consolidação da tese do marco temporal. Estas discussões estão sustentadas por projetos de pesquisa que visam compreender o processo de institucionalização das memórias daquele período e refletir sobre a formação do autoritarismo contemporâneo.

Palavras-chave: Memória; Restos da ditadura; Autoritarismo; Indígena; Arqueogenealogia

Abstract: The violence against political resistance groups carried out by the civil-military dictatorship is known and, in a way, documented; what little was known, especially until the institution of the truth commissions in the 21st century, is that several historically marginalized and violated subjects and groups also suffered from dictatorial repression and still suffer its effects today, through a set of authoritarian devices. In this work, anchored in Foucauldian discursive studies and based on the archaeogenealogical method, we seek to: i) analyze and reflect on the role of these commissions (especially of Nacional, Minas Gerais, and Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) in the visibility of these subjects/groups and the constitution of a critique of the present, their emergency conditions and their discursive functioning; and ii) on the effects of the dictatorship today through what we call "debris policy," focusing more specifically on the violence against indigenous people, fundamentally marked in the process of land demarcation and the search for



consolidation of the temporal framework thesis. These discussions are supported by research projects that aim to understand the process of institutionalization of memories of that period and reflect on the formation of contemporary authoritarianism.

Keywords: Memory; Remains of dictatorship; Authoritarianism; Indigenous; Archaeogenealogy

1 Introdução

Quando se trata da repressão e da violência ocorridas durante o período de ditadura civil-militar no Brasil frequentemente são opostos dois grupos: os militares (representando o aparato estatal) e os militantes mobilizados em partidos e/ou organizações armadas (encarnando a resistência à ditadura). Nesse sentido, diversos outros grupos são apartados da configuração política e social daquele momento e, mais que isso, são obliterados do fazer político da época, o que faz com que a violência a grupos étnico-raciais, de gênero, de classe, de credo, acentuada naquele período autoritário, seja, constantemente, invisibilizada, de modo a fazer perceber que os conflitos só se davam estritamente no campo político, em torno do Estado – por aquilo que se convencionou chamar de “luta pelo poder”.

Foi materializando essa “verdade histórica” que a memória oficial se consolidou no Brasil pós-ditadura. No início da segunda década do século XXI, contudo, quando começava o primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, com vistas a investigar a atuação do Estado brasileiro contra opositores entre os anos de 1946 e 1988¹, e como maneira de dar corpo a outras memórias e pôr em xeque aquela “verdade” cristalizada, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, a partir dela, como forma de auxiliar e complementar seus trabalhos e pôr luz sobre os anos de chumbo, surgiram diversas (sub)comissões da verdade criadas nos âmbitos estaduais, municipais e por entidades civis, como os sindicatos, as universidades, as igrejas etc. Diferentemente daquilo que se verificou em outras regiões do continente², que sempre foram usadas como exemplo de

¹ Os trabalhos da CNV abarcam um período mais longo que aquele dos anos da ditadura civil-militar, remontando ao governo de Getúlio Vargas, a partir de 1946. Isso se deve ao fato de que o eixo central de seus trabalhos está ancorado na violação aos direitos humanos perpetrada pelo Estado.

² Diferentemente do Brasil, que formou sua comissão nacional e publicou seu relatório três décadas após o final da ditadura e início do processo de redemocratização, outros países da América do Sul instituíram esse trabalho de memória e “julgamento” do passado como um processo fundamental para a transição,

promoção de políticas de memória (SÁ, 2019), a longa decalagem entre o fim do período ditatorial e a instauração dessas comissões produziu uma maneira particular de tratar a “verdade histórica”: era necessário não apenas remontar ao período, mas levar em conta tudo o que se produziu e que se investigou sobre ele nesse intervalo de tempo. É justamente nesse aspecto, sem jamais desconsiderar os restos que a ditadura deixou (TELLES; SAFATLE, 2010; TELES, 2018), conforme discutiremos adiante, é que se pôs luz, além da repressão aos grupos autodenominados de resistência política – a chamada “nova esquerda” –, aos contingentes marginalizados, invisibilizados no debate acerca daquele regime.

Neste breve texto, ancorados nos Estudos Discursivos Foucaultianos e em seu método arqueogenealógico (FOUCAULT, 2004; 2007; 2010; 2013a), tomamos para análise dois conjuntos de materiais. O primeiro é constituído pelos relatórios produzidos pela Comissão Nacional da Verdade, pela Comissão da Verdade em Minas Gerais e pela Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba 'Ismene Mendes', publicados, respectivamente, em 2014, 2017 e 2016. Com foco na violação aos direitos humanos perpetrada pela ditadura, os trabalhos desenvolvidos e os textos por elas publicados possibilitam uma reconfiguração no jogo memorial e na construção da história do período, dando visibilidade às práticas de resistência e aos diversos grupos que sofreram com a violência do Estado e tiveram suas histórias silenciadas. Ainda, a fim de dar conta de nossos propósitos neste curto espaço, recortamos nosso objeto analítico em torno de um desses grupos marginalizados, os indígenas, tendo em vista o funcionamento da repressão ditatorial, seus ecos no presente e a instituição de uma “política dos restos”, como o argumento do Marco Temporal; para isso, selecionamos enunciados produzidos no ano de 2021 que implicam a continuidade de uma violência do Estado contra esses sujeitos e a instauração de novas práticas de resistência. Buscamos, com isso, avançar em nosso trabalho mais geral de compreensão da constituição de memórias da ditadura civil-militar na atualidade e de sua configuração como prática discursiva no presente na constituição do autoritarismo contemporâneo.

imediatamente após o término de suas ditaduras. São exemplos: a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) foi criada na Argentina em 1983, ano em que findou o período ditatorial, e teve seu relatório (o famoso *Nunca Más*) publicado no ano seguinte; a Comisión de la Verdad y Reconciliación chilena foi criada em 1990, também no ano em que terminou a ditadura de Pinochet, e teve seu relatório, o *Informe Rettig*, publicado em 1991.

2 Os restos da ditadura e suas inscrições no presente

A especificidade brasileira, com uma transição para a democracia controlada pelo próprio regime ditatorial, implicou também uma singularidade histórica, cujo aspecto central é a inscrição dos restos como marca de uma continuidade autoritária. O processo de distensão ditatorial, iniciado em meados da década de 1970, como mostra Teles (2018), permitiu a ancoragem do regime na organização da transição, efetivada com governadores e senadores biônicos, eleitos em 1977 para um mandato de sete anos, pela incorporação de elementos do Ato Institucional n. 5 na Lei de Segurança Nacional, que vigora no Brasil ainda nas primeiras décadas do século XXI fazendo funcionar dispositivos da *doutrina de segurança nacional*³, e pela retomada do *habeas corpus* no momento de aprofundamento das políticas de “desaparecimentos”⁴ (liberdade sem corpos). Acrescenta-se aí um ponto central desse processo, a promulgação da Lei de Anistia, em 1979, que anistiou também todos aqueles que tiveram participação no regime e praticaram crimes de lesa humanidade, bem como a definição por eleição indireta para a escolha do primeiro presidente do pós-ditadura. Configuravam-se, com isso, as condições para uma transição sem punição, que permitia a volta dos militares à caserna, atuando às margens da política institucional, e dava a seus aliados civis a possibilidade de gerir o Estado e estabelecer uma política de conciliação com foco na consolidação de uma memória oficial, sem justiça transicional: esquecer e continuar.

É justamente na esteira desse processo que se configura o que aqui temos denominado “política dos restos”, que permite a continuidade de um mecanismo autoritário e a inscrição de suas marcas de violência sustentada por um aparato estatal sobretudo contra grupos historicamente marginalizados. Concordamos, nesse sentido, com Teles e Safatle (2010, p. 10-11):

³ Como mostra Stephan (2016, p. 538), “a Doutrina da Segurança Nacional de Contenção (DSNC) surgiu durante a Guerra fria como estratégia geopolítica dos Estados Unidos para conter a expansão do comunismo e a subversão por meio do alinhamento dos Estados, especialmente da América Latina, ao regime liberal-capitalista e à cooperação para a defesa coletiva do continente americano”.

⁴ Teles (2018, p. 27) mostra, a partir da retomada de trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos na Ditadura, que o regime ditatorial promoveu uma espécie de política de desaparecimento na década de 1970, o que implicava uma lacuna na disputa política, pois se não há corpo ou comprovação da morte, não havia o que ser reivindicado: “Para se ter uma visão clara sobre a mudança na política repressiva, em 1970 houve 23 mortes (com 09 desaparecidos) e, em 1974, 05 mortes (frente a 50 desaparecidos)”.

[...] acreditamos que uma ditadura se mede (por que não?, tenhamos a coragem de dizer que medir uma ditadura é uma boa ideia). Ela se mede não por meio da contagem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente. Neste sentido, podemos dizer com toda a segurança: a ditadura brasileira foi a ditadura mais violenta que o ciclo negro latino-americano conheceu. [...] nenhuma palavra melhor do que 'violência' descreve esta maneira que tem o passado ditatorial de permanecer como um fantasma a assombrar e contaminar o presente. 'Contaminar' porque devemos nos perguntar como a incapacidade de reconhecer e julgar os crimes de Estado cometidos no passado transformasse em uma espécie de referência inconsciente para ações criminosas perpetradas por nossa polícia, pelo aparato judiciário, por setores do Estado.

Na mesma medida em que fortalece o aparato repressivo atual, é permanente a disputa por sentidos em torno da ditadura, e isso passa certamente pelas formas de se referir ao período. Mostramos em Sá (2020) que a visibilização de grupos da sociedade civil que participaram do processo que culminou no Golpe de 1964 e deram respaldo e consistência ao regime (empresariado de diversos setores, mídia, membros das igrejas cristãs, organizações independentes etc.) permitiu a emergência do enunciado “ditadura civil-militar”. Além disso, a consolidação da memória da ditadura formulada no processo de distensão do regime e a não culpabilização de agentes da repressão no pós-ditadura sustentam o apoio de civis à ditadura; nesse sentido, concordamos também com Ribeiro (2017, p. 37), que aponta que a adoção dessa expressão, “ditadura civil-militar”, “mais do que se referir a um período histórico, procura explicitar uma relação de continuidade do apoio de setores civis na manutenção e na propagação da memória militar acerca do golpe de 1964, sendo o resultado mais evidente dela a sustentação da autoanistia aos agentes violadores de direitos humanos em regime democrático”. Sfatle, ainda nesse sentido, indica a necessidade de uma política efetiva de memória como eixo instaurador de uma transformação, de uma descontinuidade: “Nossa inconsciência nos cega para o que resta da ditadura e nos impede de ver como algo dela se perpetua em nosso aparato jurídico, na violência policial com suas torturas cotidianas e seus assassinatos” (2015, p. 14).

É justamente, então, no campo da memória, e certamente na sua articulação com o esquecimento e as práticas de silenciamento, que está fio condutor do funcionamento dessa “política dos restos”, que permite, mesmo na democracia, a convergência para um Estado autoritário, que reprime e violenta cotidianamente sujeitos e grupos historicamente marginalizados. Os trabalhos das comissões de verdade instauradas no Brasil da segunda década do século XXI têm, portanto, um papel relevante, especialmente

pelo modo como propõem a inscrição de novas memórias daquele período, que põem luz também sobre esses sujeitos e grupos, e permitem uma convergência que instaura uma crítica do presente.

3 Os relatórios das comissões de verdade, sua configuração temática e seu funcionamento discursivo

Os trabalhos das comissões de verdade aqui analisadas (a nacional, a estadual de Minas Gerais e a regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) se configuraram por meio de grupos de trabalho constituídos por pesquisadores das mais diversas áreas, visando a uma abrangência multitemática. Com foco na violação dos direitos humanos perpetrada pelo Estado, entre os anos de 1946 e 1988 (com atenção especial para o período de ditadura civil-militar e seu processo transicional), os relatórios apresentados permitem também uma crítica do presente, uma vez que tocam em sujeitos, e temas a eles associados, que extrapolam o conflito estritamente político, a chamada “luta pelo poder”, e que atualmente ainda sofrem efeitos do autoritarismo moldado na “política dos restos”. Nesse sentido, a decalagem de três décadas entre o processo de transição e a publicização dos resultados dos trabalhos das comissões permite esse jogo entre passado e presente.

Vejamos, inicialmente, a configuração organizacional e temática desses relatórios tendo em vista a luz que coloca sobre esses sujeitos/grupos.

- i) O relatório da *Comissão Nacional da Verdade* é constituído por três volumes que abordam, respectivamente: i) a comissão e sua metodologia de investigação, com foco numa reflexão acerca do Estado brasileiro à época, mostrando sua participação em violações aos direitos humanos no Brasil e no exterior e todo o aparato construído para isso; ii) a violação aos direitos humanos no meio militar, dos trabalhadores, dos camponeses, nas igrejas cristãs, dos povos indígenas, na universidade; a relação entre ditadura e homossexualidades; civis que colaboraram com a ditadura; resistência da sociedade civil às violações aos direitos humanos; e iii) apresentação do perfil biográfico dos mortos e desaparecidos pelo Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1988.

- ii) O texto apresentado pela *Comissão da Verdade em Minas Gerais* está organizado em cinco volumes que tratam, respectivamente: i) da constituição da comissão, sua organização e metodologia de trabalho, e da violência de Estado a opositores do regime; ii) das violações de direitos humanos no campo; iii) da repressão ao mundo do trabalho e aos sindicatos de trabalhadores urbanos; iv) da posição das igrejas cristãs durante o governo militar e da violência praticada contra religiosos, da violação de direitos humanos dos povos indígenas, do terrorismo da extrema direita, da censura aos meios de comunicação e às manifestações artísticas e culturais, e da perseguição e cassação de políticos e servidores públicos; v) da repressão ao movimento estudantil e às universidades e do impedimento do convívio de crianças com seus pais devido a prisão, morte/assassinato ou desaparecimento.
- iii) O relatório final da *Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba 'Ismene Mendes'* é dividido em dois volumes e foca nos seguintes temas: i) o caso Ismene Mendes⁵, desaparecidos e suicidados pela ditadura, a repressão a sindicalistas rurais e camponeses, a relação entre ditadura e questões de gênero, e a formação das ligas camponesas até o movimento dos trabalhadores sem-terra; ii) o Relatório Rondon [Pacheco] e a repressão aos povos indígenas (Vale do Rio Doce - os Krenaks, e Vale do Jequitinhonha - os povos tradicionais), o surgimento de movimentos guerrilheiros e a construção do discurso anticomunista.

É interessante observar, inicialmente, pela configuração temática, que seus trabalhos – e é possível indicar uma regularidade que atravessa as demais comissões que não estão contempladas neste texto –, têm condições de existência justamente porque há “restos” e a (in)justiça transicional implica práticas autoritárias do/no presente. Instaura-se aí uma relação entre continuidade e descontinuidade, na esteira do que propõe Foucault (2007; 2013a): de um lado, a permanência de práticas repressivas que permitem a consolidação de um dispositivo autoritário contemporâneo ancorado na “política dos restos”; de outro, uma articulação entre passado e presente, pela própria crítica do

⁵ A homenagem a uma mulher que militou contra a exploração social e a ditadura civil-militar marca justamente esse deslocamento que põe luz em sujeitos que foram excluídos da memória oficial da ditadura.

presente, que estabelece a configuração de novas redes de memória (FOUCAULT, 2004; 2010; 2013b; COURTINE, 2009; 2011), todas centralizadas na violação aos direitos humanos, mas que extrapolam os grupos políticos que estavam no conflito direto com o Estado ditatorial.

Dessa forma, ao mesmo tempo que os trabalhos das comissões implica um regime de dizibilidade (FOUCAULT, 2010) que permite enunciar diferentes memórias do período e estabelecer um olhar crítico sobre o presente, os textos das comissões ancoram-se em problemáticas contemporâneas (e têm fundamento nelas), como a violência no campo e a demarcação de terras indígenas, as lutas identitárias e a violência contra grupos historicamente marginalizados. Tem-se, com isso, a inscrição de sujeitos marginalizados e excluídos no processo transicional, o que dá a eles uma dimensão política. Mais, ainda, o que se tem é a configuração efetiva de um triplo regime de dizibilidade: i) inscreve-se num conjunto de práticas discursivas (FOUCAULT, 2007) que reverbera a violência contra grupos marginalizados e propõe a denúncia como modo de agir no presente; ii) permite um dizer a violência ditatorial contra esses grupos, anteriormente silenciada, e seus ‘restos’ que implicam continuidades no presente e aprofundamento das práticas opressoras com ‘eco’ no futuro – o que dá um estatuto político às vítimas que estão fora do confronto armado; e iii) instituição das práticas de resistência como efeito desses jogos de memória.

Entre esses sujeitos que ganham corpo nos relatórios e nas políticas de memória, centralizamos nossas reflexões em torno do indígena, uma vez que as práticas de violência lhe atravessam há pelo menos cinco séculos, são intensificadas no período ditatorial – estima-se que mais de oito mil indígenas foram mortos pelo aparato repressivo da ditadura – e reiteradas no presente. Além disso, trata-se de um grupo que é abordado nos três relatórios de modo que se permite estabelecer relações de continuidade com o presente, especialmente pela relação entre política, economia e social: o indígena como entrave ao progresso econômico e à ordem social.

Tomemos alguns enunciados para uma breve análise que visa sustentar estas nossas reflexões:

E1: Ainda que as alianças que sustentaram o projeto de ocupação do interior do país durante *o governo Vargas* [...] não coincidiram exatamente com as dos grupos envolvidos no projeto de “integração nacional” dos *governos Médici e Geisel*, em ambos os casos *as terras do Brasil foram distribuídas*

entre empresários interessados em tocar empresas agropecuárias ou projetos extrativistas como se ali não existissem moradores – o que vale tanto para os camponeses quanto para os povos indígenas (BRASIL, 2014, p. 94, grifos nossos).

E2: Omissão e violência direta do Estado sempre conviveram na política indigenista, mas seus pesos respectivos sofreram variações. Poder-se-ia assim distinguir dois períodos entre 1946 e 1988, o primeiro em que a União *estabeleceu condições propícias ao esbulho de terras indígenas* e se caracterizou majoritariamente (mas não exclusivamente) pela omissão, acobertando o poder local, interesses privados e deixando de fiscalizar a corrupção em seus quadros; no segundo período, o protagonismo da União nas graves violações de direitos dos índios fica patente, sem que omissões letais, particularmente na área de saúde e no controle da corrupção, deixem de existir. *Na esteira do Plano de Integração Nacional, grandes interesses privados são favorecidos diretamente pela União, atropelando direitos dos índios.* A transição entre os dois períodos pode ser datada: é aquela que se inicia em dezembro de 1968, com o AI-5 (BRASIL, 2014, p. 94, grifos nossos).

E3: *O regime de exceção*, além de ter massacrado centenas de militantes de movimentos sociais e estudantis, partidos políticos e sindicatos de trabalhadores nas cidades [...], *também atingiu*, em Minas, grupos sociais mais amplos, como trabalhadores rurais, urbanos e *indígenas*, que padeceram todo o tipo de perseguição e sevícias. (MINAS GERAIS, 2017, p. 27, grifos nossos)

E4: Através da atuação do Governador do Estado de Minas Gerais, Rondon Pacheco, *muita crueldade e injustiça foram disseminadas contra povos indígenas* e camponeses, além das atrocidades por ele perpetradas no período em que foi Ministro-Chefe da Casa Civil, bem como a sua grotesca atuação como redator e revisor do Ato Institucional nº 5, todas consolidadas na injustiça e feitas *com a justificativa de se alcançar a Ordem e o Progresso.* (UBERLÂNDIA, 2017, p. 21, grifos nossos).

Na análise dos quatro enunciados destacados, que tratam da relação ditadura e indígenas, é possível observar a regularidade em torno de dois elementos-chave: a própria violência (que implica assassinatos) e a ordem econômica e social (que implica o aspecto político). Na articulação entre esses dois elementos, o sujeito indígena é objetivado (FOUCAULT, 1988; 2006), de um lado, pela ditadura, como entrave ao progresso econômico, o que justificaria o roubo de suas terras e a conseqüente violência física, com o extermínio de alguns grupos, e de outro, nos relatórios, como vítimas políticas do regime. É justamente nesse aspecto que se verifica o alçamento do indígena como sujeito político, ou seja, na medida em que se estabelece a formação de outras memórias do período e que, nelas, novos sujeitos são colocados como vítimas do aparato de repressão devido ao modo como se constituem entraves ao ordenamento ditatorial, são também implicados como sujeitos políticos. Trata-se, então, de dois funcionamentos discursivos antagônicos que objetivam o indígena de modos distintos: no discurso autoritário ditatorial, ainda que o aspecto político seja central, ele é silenciado, o que permite a

exclusão (a violência) do indígena da sociedade; no discurso da resistência memorialista, por sua vez, o elemento político é visibilizado, de modo a configurar o indígena também como sujeito político.

Os trabalhos das comissões permitem, como se vê, ampliar a compreensão do período especialmente pelo fato de que se sustenta em uma abordagem ampla das violações dos direitos humanos perpetradas pelo Estado. Nesse sentido, difere-se de modo claro dos relatórios produzidos por outros países que sofreram com regimes semelhantes, como a Argentina e o Chile, uma vez que o enfoque de seus relatórios está na oposição entre Estado ditatorial e grupos políticos de resistência, especialmente os armados. Sem dúvida, a decalagem temporal de três décadas entre o início da transição e a efetivação dos trabalhos das comissões no Brasil permite essa abordagem mais ampla. Permite também uma crítica do presente que resulta na compreensão de uma “política dos restos”, e neste caso o sujeito indígena continua como vítima de um dispositivo autoritário contemporâneo, o que implica também a emergência de novas práticas de resistência, como veremos na sequência a fim de finalmente amarrar nossas discussões.

4 Uma crítica do presente: a questão indígena entre a violência e a resistência

A violência contra os povos indígenas no Brasil parece permanente e atravessa cinco séculos de sua história. Entre tantos aspectos que compõem este cenário, o econômico, atrelado à propriedade de terras e ao trabalho, é o que mais fortemente se evidencia, especialmente a partir da configuração de uma sociedade capitalista e, sobretudo, com a aprofundamento das políticas neoliberais pós-ditadura. A luta por demarcação de terras dos povos originários – com inúmeras campanhas e projetos de lei propostos desde os anos de 1970 – e a insistente busca por exploração de seus espaços tanto pelo Estado quanto, e principalmente, também com seu apoio, por grandes empresas do agronegócio e por garimpeiros, quase sempre fazem do sujeito indígena a maior vítima, expulso de seu território, sem espaço para explorar suas riquezas e desenvolver sua cultura, por vezes (e muitas vezes) assassinado.

Na esteira desse conflito permanente, nas primeiras décadas do século XXI começou a vigorar um debate e uma disputa em torno da chamada “tese do marco

temporal”⁶, que visa estabelecer que somente terão direito às terras ancestrais os povos indígenas que as estivessem ocupando em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituição Federal. A discussão, que tramita tanto no Congresso Federal, por meio do PL n. 490/2007, quanto no judiciário, ganhou força no ano de 2021 quando chegou no Supremo Tribunal Federal (STF) e expôs o conflito entre indígenas e ruralistas, estes apoiados pelo executivo e por setores do empresariado nacional.

A fim de compreender o funcionamento discursivo que implica um processo de violência contra os povos indígenas, retomamos três enunciados que recortam falas do atual presidente da República, Jair Bolsonaro – uma vez que este assume uma adesão aos ruralistas e ao desenvolvimento do agronegócio, com ministros da agricultura e do meio ambiente ligados a este setor – no ano momento que o STF anunciava a retomada das discussões:

E5: “[A consequência da rejeição ao 'marco temporal' seria] *uma área de reserva indígena equivalente ao Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Vai afetar em cheio o agronegócio*” (BRASIL DE FATO, 30 ago. 2021, grifos nossos)⁷.

E6: “Eu acho que o Supremo nem devia estar discutindo isso [tese do “marco temporal”]. Porque simplesmente *ao matar praticamente o campo sufoca as cidades*” (BRASIL DE FATO, 30 ago. 2021, grifos nossos).

E7: “A gente acredita e espera que o Supremo não reinterprete o marco, porque, se começar a *termos problemas para produzir, vamos ter problema na balança comercial e na inflação* de alimentos, que, sim, existe. Ninguém nega isso. *Vai aumentar mais ainda. Pode ter algo pior que inflação. Pode ter desabastecimento*” (PODER 360, 26 ago. 2021, grifos nossos)⁸.

Numa relação de continuidade entre a ditadura e a democracia, o processo de defesa da tese do marco temporal, que implica fortemente a violência contra os indígenas em território brasileiro, expõe mais uma vez o atravessamento da discursividade político-econômica: o indígena objetivado com entrave político, social e, sobretudo, econômico. Há um processo de reativação (FOUCAULT, 2010) que, na instituição da “política dos

⁶ Uma linha temporal que trata desse debate está em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/27/o-que-e-o-marco-temporal-sobre-terras-indigenas-entenda-o-que-esta-em-jogo-no-julgamento-do-stf.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2022.

⁷ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/30/bolsonaro-usa-fake-news-para-defender-restricao-na-demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 1 set. 2021.

⁸ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-marco-temporal-pode-dobrar-terras-indigenas-e-causar-transtornos/>. Acesso em: 1 set. 2021

restos”, permite fazer funcionar a política indigenista proposta pelos militares⁹ que buscava a integração dos povos originários a qualquer custo, a distribuição de suas terras, e tem como consequência a violência e, muitas vezes, o extermínio desses grupos. Na sua própria constituição está o apagamento/silenciamento daquilo que é fundamental, e como elemento singular da “política dos restos”: o fato de que na data tomada como corte pela tese do marco temporal – o ano de 1988 – a maior parte dos indígenas não estavam em suas terras justamente porque elas haviam sido roubadas, predominantemente durante o período ditatorial.

Nota-se, então, uma regularidade no que concerne a política de memória promovida pelos trabalhos das comissões – ou seja, aquilo que foi identificado em suas pesquisas – e o debate em torno do marco temporal quando se trata da relação Estado, indígena e terra/território. A recorrência a termos como *roubo*, *esbulho*, *ordem*, *progresso*, *agronegócio*, *desabastecimento* etc. permite ordenar o indígena entrave à Nação e ao funcionamento de sua economia. Mais, implica o indígena como outro, o de fora, o não brasileiro, que, portanto, precisa ser integrado ou expurgado.

Nesse conflito, contudo, a violência, marca simbólica dessas relações de poder, permite a emergência de novas práticas de resistência, que instauram práticas de liberdade, conforme aponta Ribas (2017, p. 191) na esteira das propostas de Foucault:

[...] buscar a alteração daquilo que nos é imposto como o nosso ser em um momento histórico seria investir em uma certa prática de liberdade na recusa de se deixar capturar por sistemas históricos de verdade. Longe de qualquer noção transcendente, a liberdade aparecerá, então, como uma resistência face aos poderes que nos constituem, como uma prática possível que se efetua sempre referindo-se a determinada coerção.

Na configuração da resistência, o indígena se faz sujeito livre na relação singular com seu território, com a terra. Tomemos, a fim de dar cabo às nossas discussões, quatro enunciados¹⁰, retirados do “Manifesto das primeiras brasileiras. As originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena”¹¹, publicado em 2021 e que apresenta modos resistir na contemporaneidade:

⁹ Nesse processo há amplo projeto de desmobilização dos órgãos de controle, como se pode ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/12/em-dois-anos-bolsonaro-promove-desmonte-no-meio-ambiente-funai-e-reforma-agraria.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2022.

¹⁰ Todos os grifos são nossos.

¹¹ Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/>. Acesso em: 18 nov. 2021

E8: Nós, Mulheres Indígenas, estamos em muitas lutas em âmbito nacional e internacional. *Somos sementes plantadas* através de nossos cantos por justiça social, *por demarcação de território, pela floresta em pé, pela saúde, pela educação, para conter as mudanças climáticas e pela "Cura da Terra"*. *Nossas vozes já romperam silêncios imputados a nós desde a invasão do nosso território.*

E9: Nós, Mulheres Indígenas, *lutamos pela demarcação das terras indígenas, contra a liberação da mineração e do arrendamento dos nossos territórios, contra a tentativa de flexibilizar o licenciamento ambiental*, contra o financiamento do armamento no campo. Enfrentamos o desmonte das políticas indigenista e ambiental.

E10: Nós, Mulheres Indígenas, também *somos a Terra, pois a Terra se faz em nós*. Pela força do canto, nos conectamos por todos os cantos, onde se fazem presente os encantos, que são nossas ancestrais. *A Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo.*

E11: *Mulheres terra, mulheres água, mulheres biomas, mulheres espiritualidade, mulheres árvores, mulheres raízes, mulheres sementes e não somente mulheres, guerreiras da ancestralidade.*

Nos enunciados em destaque, as mulheres indígenas constituem-se sujeitos da luta – atravessadas por uma dada discursividade feminista – pela sua inscrição territorial. Não se trata, no entanto, apenas de marcar um espaço de morada, um lugar para plantar, construir e viver; trata-se antes de se subjetivar na própria terra, que instaura raízes com a ancestralidade e lineariza terra/corpo/indígena: a mulher indígena, de modo particular, e o sujeito indígena, de modo geral, são a própria terra. O roubo de seu território configura, enfim, uma violência clara contra seu próprio corpo, um apagamento dos povos originários.

No confronto entre o agronegócio (neoliberalismo) e os povos indígenas tem-se, então, a inscrição de diferentes temporalidades: de um lado, a inscrição do agora como ruptura do passado e do futuro, implicado pela exploração da terra como capital, como bem de consumo não durável, como triunfo econômico; de outro, o presente como elo entre o passado (a tradição dos povos originários e o cuidado com a terra [a Terra]) e o futuro (com ancoragem na sustentabilidade, na centralidade da natureza como fonte e meio de riqueza), sendo a terra o próprio corpo (individual e social) indígena.

A resistência dos povos nativos, no longo processo de apropriação de suas terras, do histórico esbulho, do genocídio em proveito dos grandes negócios de terras, implica sua relação constitutiva com a natureza, com o meio ambiente, com a Terra que lhe é originária. Prática de liberdade como efeito da rejeição a toda coerção e violência

imputada há mais de 500 anos, especialmente no período ditatorial e no aprofundamento do capitalismo e das políticas econômicas neoliberais.

5 Considerações finais

Se a decalagem temporal de três décadas entre o “fim” da ditadura e a publicação dos relatórios inscreve eco nos “restos”, a reflexão que articula passado e presente permite a inscrição de “novas” memórias do período ditatorial e o fortalecimento de diferentes linhas de enfrentamento das práticas autoritárias, para além da violência policial-militar contra grupos políticos. Como vimos, o processo de institucionalização das memórias da ditadura efetuado com a emergência das comissões de verdade permitiu caracterizar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados, como mulheres, homossexuais, quilombolas e indígenas; ainda, possibilitou verificar a permanência das práticas de violência na contemporaneidade, acentuando os fundamentos de uma “política dos restos”.

Com atenção para o debate em torno da tese do marco temporal, especialmente no ano de 2021, quando o Supremo Tribunal Federal a colocou em discussão no plenário, verificamos, em enunciados produzidos por sujeitos na posição de defesa da tese, elementos de continuidade entre o passado ditatorial e o presente no processo de objetivação (marca de violência) do sujeito indígena, discursivizado como entrave ao desenvolvimento econômico, social e político da Nação e, por isso, passível de exclusão. Identificamos, ainda, nesse processo de embate, a emergência de novas práticas de resistência que inscrevem uma linearização indígena/corpo/terra. Com isso, percebe-se a inscrição de diferentes temporalidades materializadas nesse processo discursivo: o agora do projeto econômico neoliberal que atua na exploração inconsequente da terra e o elo entre passado e futuro dos povos ancestrais que remete ao vínculo corporal com a terra.

Nosso trabalho, por fim, permitiu articular nossos projetos de problematização das memórias da ditadura na atualidade e de formação do autoritarismo contemporâneo especialmente pela discussão em torno da “política dos restos”. E é justamente por isso, para concluir, que retomamos Safatle (2015): só há possibilidade de transformação, de rompimento, de ruptura com os restos que nos assombram por meio de uma política

efetiva de memória, que nos permita estabelecer um elo crítico entre passado e presente a fim de moldar um outro futuro.

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos. v. 2. Brasília: CNV, 2014.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, J.-J. **Déchiffrer le corps**. Penser avec Foucault. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2011.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. Resposta a uma questão. *In*: FOUCAULT, M. **Repensar a política** (Ditos & Escritos VI). Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 1-24.

FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. *In*: FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento** (Ditos & Escritos II). Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a, p. 85-123.

FOUCAULT, M. Sobre as maneiras de escrever a história. *In*: FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento** (Ditos & Escritos II). Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b, p. 64-80.

FOUCAULT, M. Sobre as maneiras de escrever a história. *In*: FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento** (Ditos & Escritos II). Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013c, p. 64-80.

MINAS GERAIS. Comissão da Verdade em Minas Gerais. **Relatório**. Governo do Estado. Belo Horizonte: COVEMG, 2017.

RIBAS, Thiago Fortes. Práticas de liberdade em Foucault. **Dois pontos**, v. 14, n. 1, p. 181-197, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5380/dp.v14i1.49491>

RIBEIRO, Amanda Brandão. **Relampejos do passado**: memória e luto dos familiares de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar brasileira. São Paulo: Editora Unifesp, 2017.

SÁ, Israel de. Os relatórios das Comissões Nacionais de Verdade de Brasil, Argentina e Chile e a inscrição de diferentes regimes de historicidade. *In*: STAFUZZA, Grenissa Bonvino; FONSECA, João Paulo Ayub da. (Orgs.). **Estudos discursivos em múltiplas perspectivas**: discurso, sujeito, sociedade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019, p. 151-184.

SÁ, Israel de. 'Golpe midiático': processos de formação do enunciado entre os golpes de 1964 e 2016. *In*: NORONHA, Gilberto César de.; LIMA, Idalice Ribeiro Silva; NASCIMENTO, Mara Regina do. **O Golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020, p. 117-137.

SAFATLE, Vladimir. Apresentação. A memória como experiência política. *In*: TELES, E. **Democracia e Estado de Exceção**: transição e memória política no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Fap-Unifesp, 2015, p. 13-15.

STEPHAN, Claudia. A doutrina de Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação de militares na política brasileira (1947-1969). **Conjuntura Global**, v. 5 n. 3, p. 537-565, set./dez, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5380/cg.v5i3.50544>

TELES, Edson. **O abismo na história**: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade. São Paulo: Alameda, 2018.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

UBERLÂNDIA. Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Relatório II**. A face civil da ditadura: o protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica. Uberlândia: EDUFU, Comissão Nacional da Verdade, 2017.

Recebido em: 15 de abril de 2022

Aceito em: 23 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Israel de Sá

E-mail: israeldesa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5014-6636>

Dizer a verdade sob todos os riscos: *parresía* de Carlos Marighella em pronunciamento na Rádio Nacional

Telling the truth at all risks: parrhesia by Carlos Marighella in a speech on National Radio

Renan Mazzola

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Resumo: A partir das reflexões sobre a *parresía* encontradas em *A coragem da verdade*, último curso de Michel Foucault ministrado no *Collège de France* em 1984, pretende-se, neste artigo, a) apresentar a definição e o funcionamento *parresía* na Antiguidade grega; b) apontar os desdobramentos da *parresía* na modernidade; c) analisar o exercício da *parresía* no pronunciamento de Carlos Marighella transmitido na Rádio Nacional, no contexto da Ditadura Militar brasileira. Esta pesquisa filia-se ao campo dos estudos discursivos foucaultianos, e analisa seis sequências enunciativas do *corpus* a partir da perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault. Demonstramos que o pronunciamento de Marighella configura-se como uma modalidade aletúrgica, instaurando riscos àquele que assume sua autoria e inscrevendo-se no jogo parresiástico.

Palavras-chave: Parresía; Verdade; Discurso; Foucault

Abstract: Based on the discussions on parrhesia found in *A coragem da verdade*, Michel Foucault's last course taught at the Collège de France in 1984, this paper intends to: a) present the definition and functioning of parrhesia in Greek Antiquity; b) point out the developments of parrhesia in modernity; c) analyze the exercise of parrhesia in the speech of Carlos Marighella broadcast on Rádio Nacional, in the context of the Brazilian Military Dictatorship. This research is affiliated to the field of Foucauldian discursive studies, and analyzes six enunciative sequences of the corpus by the archeogenealogical perspective of Michel Foucault. We demonstrate that Marighella's pronouncement is configured as an aleturgical modality, introducing risks to those who assume its authorship and inscribing themselves in the parrhesiastic game.

Keywords: Parrhesia; Truth; Discourse; Foucault



1 Introdução

Em 15 de agosto de 1969, um grupo de militantes revolucionários comandado por Carlos Marighella ocupa a Rádio Nacional em São Paulo. Essa ação é vista como uma tentativa de falar diretamente ao povo brasileiro, uma vez que os meios de comunicação no Brasil eram controlados e o contato dos grupos revolucionários com a população era praticamente impossível naquelas condições. Nessa ação, é transmitido um manifesto assinado por Marighella.

Esse pronunciamento será o objeto de nossa pesquisa, ancorada nas reflexões sobre a *parresía* encontradas no curso *A coragem da verdade*, de Michel Foucault (2011), seu último curso ministrado no *Collège de France* em 1984. Dessa forma, pretende-se, neste artigo, a) apresentar a definição e o funcionamento *parresía* na Antiguidade grega; b) apresentar os desdobramentos da *parresía* na modernidade; c) analisar o exercício da *parresía* no pronunciamento de Marighella transmitido na Rádio Nacional, no contexto da ditadura militar brasileira.

Nossa pesquisa filia-se ao campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF), um terreno dos estudos discursivos da linguagem que se ancora na perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault (GREGOLIN, 2006; NAVARRO, 2020). Ela possui natureza bibliográfico-documental, de natureza descritiva e explicativa, uma vez que objetiva selecionar, recortar, descrever e analisar sequências enunciativas oriundas do pronunciamento de Marighella na Rádio Nacional, a partir de referenciais teórico-metodológicos presentes na obra de Foucault.

Este artigo divide-se em duas partes, além desta introdução e das considerações finais: “*Parresía* no último curso de Foucault”, em que apresentaremos a definição, o funcionamento e os desdobramentos do conceito de *parresía*; e “Marighella, o regime militar e o exercício da *parresía*”, em que faremos uma breve contextualização da ditadura militar brasileira, do papel de Marighella em seu interior, e analisaremos o *corpus* a partir das reflexões presentes em *A coragem da verdade*.

2 *Parresía* no último curso de Foucault

No curso do ano letivo de 1984, intitulado *A coragem da verdade*, Foucault apresenta a continuidade de algumas reflexões iniciadas nos anos anteriores, como a função da *parresía*, uma modalidade do dizer verdadeiro estudada no quadro da Antiguidade greco-

romana. A *parresía* refere-se, *grosso modo*, ao dizer verdadeiro. Há duas formas de manifestação da verdade:

- as formas epistemológicas: “as estruturas próprias dos diferentes discursos que se propõem e são recebidos como verdadeiros” (FOUCAULT, 2011, p. 4).
- as formas aletúrgicas: “formas pelas quais o sujeito, dizendo a verdade, se *manifesta*, e com isso quero dizer: representa a si mesmo e é reconhecido pelos outros como dizendo a verdade” (FOUCAULT, 2011, p. 4, destaque do autor).

No interior dessas formas aletúrgicas é que se situa a noção e a prática da *parresía* (em latim, *libertas*), isto é, uma modalidade da fala franca, do dizer verdadeiro. A *parresía* consiste em uma dada relação bem específica que se estabelece entre o sujeito e a verdade. Em primeiro lugar, para Foucault (2011, p. 12), “é preciso não apenas que essa verdade constitua efetivamente a opinião pessoal daquele que fala, mas também que ele a diga como sendo o que ele pensa, [e] não da boca para fora – e é nisso que será um parresiasta”. Não existe aqui, nesse sentido, fala *dissimulada*, ou seja, emissão de opinião na qual o sujeito que enuncia não acredite com todo seu ser. Em segundo lugar, é preciso que haja risco assumido: segundo Foucault (2011, p. 12), “para que haja *parresía*, é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É portanto a verdade, no risco da violência”.

A *parresía* não era a única forma de manifestação da verdade na Antiguidade. Foucault (2011) descreve quatro modalidades fundamentais do dizer verdadeiro que ora convergem, ora divergem da modalidade da *parresía*.

- a profecia / o profeta
- a sabedoria / o sábio
- a *tékhne* / o professor
- a *parresía* / o parresiasta

Discorreremos, em função de nossos objetivos, sobre a quarta modalidade do dizer verdadeiro na Antiguidade, a *parresía*. Para Foucault (2011), existem três formas de

manifestação da coragem da verdade na cultura Antiga (e que aparecerão, com outra roupagem, na contemporaneidade), são elas:

- a ousadia política
- a ironia socrática
- o escândalo cínico

Em primeiro lugar, abordaremos a *parresía* política. Essa era uma prática prevista na democracia grega. O parresiasta poderia se levantar diante da assembleia e enunciar verdades que exigiam ser consideradas. Essa prática envolvia constantemente riscos: colocava-se em risco sua relação com o outro e também, não raro, sua própria vida. A *parresía* política situava-se no interior de um jogo, e para que fosse efetiva, essa modalidade do dizer verdadeiro deveria respeitar as regras previstas. Essas regras, segundo Foucault (2011, p. 13), consistiam em “uma espécie de pacto, entre aquele que assume o risco de dizer a verdade e aquele que aceita ouvi-la, está no cerne do que se poderia chamar de jogo parresiástico”. Dessa maneira, para que haja *parresía*, tal como concebida na cultura Antiga, é preciso falar e é preciso ouvir para que ações sejam realizadas. A *parresía* envolvia necessariamente um risco: para Foucault (2011, p. 13), “o parresiasta é de fato aquele que assume o risco de questionar sua relação com o outro e até a sua própria existência dizendo a verdade [...] e este (povo, rei, amigo), se quiser desempenhar o papel que lhe propõe o parresiasta, deve aceitá-la”. Com o decorrer dos tempos, observa-se um mau funcionamento da *parresía* política no contexto das democracias, em função da dificuldade que se encontra, quando lidamos com instituições políticas, de desempenho do papel parresiástico. Foucault (2011, p. 67) afirma que isso se dá “simplesmente por causa do perigo que se corre”.

Em segundo lugar, devemos discutir a *parresía* socrática. Nesse curso de Foucault, o parresiasta aparece de forma bem nítida com Sócrates, e depois com Diógenes e toda uma série de filósofos cínicos. Na *parresía* socrática, há um vínculo entre dizer-a-verdade e viver de acordo com o que se diz. Esse vínculo faz emergir, nessa modalidade parresiástica, a questão do *éthos*. Para Foucault (2011, p. 63), “Sócrates é aquele que tem a coragem de dizer a verdade, que aceita se arriscar à morte para dizer a verdade, mas praticando a prova das almas no jogo da interrogação irônica”. Com vistas a estudar a *parresía* no campo da ética em oposição à *parresía* política, Foucault comentará três textos principais, nomeados como “textos do ciclo da morte de Sócrates”. São estes:

Apologia de Sócrates, Críton e Fédon (PLATÃO, 2015). Na *Apologia*, duas questões devem ser destacadas: a) Sócrates inicia seu discurso de defesa afirmando que seus adversários mentem, e ele é quem diz a verdade; b) Sócrates afirma, em seguida, que seus adversários são hábeis em falar, enquanto ele fala simplesmente, diretamente, sem habilidade, sem aparato, e diz a verdade. Vemos aqui a oposição entre o *parresiasta* e o Sofista: o primeiro diz a verdade que incomoda sem ornamentos, o segundo é hábil em dizer aquilo que agrada. Em outro estudo (MAZZOLA, 2022), estudamos como essa oposição forjará, em alguma medida, a distinção de dois campos do saber das humanidades: a filosofia, de um lado, e a retórica, de outro. Ou ao menos, irá configurar a filosofia como uma *parresía* não política.

Em terceiro lugar, estudaremos a *parresía* cínica. Sabemos que, na Antiguidade, havia uma relação entre a vida verdadeira e o dizer a verdade. Os cínicos eram um exemplo de coerência entre viver e dizer a verdade. Foucault (2011, p. 144) afirma que “o cinismo parece portanto uma forma de filosofia na qual modo de vida e dizer-a-verdade estão direta, imediatamente, ligados um ao outro”. Os textos do período helenístico e romano que descrevem as personagens e as ações cínicas são encontrados em Diógenes Laércio, Díon Crisóstomo, Epicteto, Luciano e imperador Juliano. Nesses textos, Foucault observa que o cínico é constantemente caracterizado como homem da *parresía*. Talvez a figura mais conhecida do cinismo seja Diógenes, o Cínico, homem simples, sem posses, que fazia da pobreza extrema sua virtude e expunha as hipocrisias dos cidadãos gregos. Por ser alvo de constantes desqualificações e por ocupar um lugar marginal nos estudos de Filosofia Antiga, Foucault propõe fazer uma história do cinismo, ou melhor, elaborar uma arqueologia da filosofia cínica, que em alguma medida tem em Sócrates sua origem. Essa arqueologia explicitaria, no cinismo, as relações entre as formas de existência e as manifestações da verdade, bem como os desdobramentos do cinismo na contemporaneidade. Esses desdobramentos aparecem em três lugares, ao menos¹:

- na espiritualidade cristã
- na arte moderna
- nos movimentos revolucionários

¹ Na Antiguidade grega, o exercício da *parresía* parecia distinguir-se do exercício da retórica. Atualmente, encontramos trabalhos que procuram repensar essa cisão: de um lado, há os estudos que buscam revelar a retórica por trás do exercício da *parresía*, como os de McCoy (2010); de outro, há aqueles que buscam revelar a *parresía* por trás do exercício da retórica, como os de Mateus (2016).

Em primeiro lugar, algumas manifestações da espiritualidade cristã foram inspiradas no modo de vida cínico. Na passagem da Antiguidade à Idade Média, consolidou-se a figura do peregrino. O peregrino, nas palavras de Foucault (2011, p. 159), “é portanto um cínico que passou pelo cristianismo, ou um cristão que se tornou cínico”. No início do cristianismo, houve uma interferência muito sensível entre a prática cínica e a ascese cristã. Muitos movimentos espirituais da Idade Média vão ao encontro de temas, atitudes e formas de comportamento dos cínicos. Por exemplo, os franciscanos, com seu despojamento, são os cínicos da cristandade medieval.

Em segundo lugar, encontramos traços cínicos em determinadas manifestações da arte. Na Antiguidade e na Idade Média, a sátira e a comédia eram atravessadas por temas cínicos. Os *fabliaux*, as festas e os carnavais eram manifestações dessa vida cínica. Um percurso pela arte em suas diversas manifestações na literatura, na pintura e na música apresentaria essa ousadia da verdade, esse desnudamento do real, essa apresentação do que está “por trás”. As vidas de artista eram expressão curiosa desse comportamento cínico. No século XIX, observamos ainda a arte moderna² como uma herdeira do cinismo: ela “não é mais da ordem da ornamentação, da ordem da imitação, mas que é da ordem do desnudamento, do desmascaramento, da decapagem, da escavação, da redução violenta ao elementar da existência” (FOUCAULT, 2011, p. 164-165).

Em terceiro lugar, devemos nos ocupar dos movimentos revolucionários como manifestação do cinismo no campo da política moderna. É precisamente esse desdobramento do cinismo, essa forma de escândalo da verdade, essa modalidade de *parresia* que constitui o tema fundamental de nossa pesquisa. É a partir desse ponto que poderemos compreender a natureza da *parresia* manifestada no pronunciamento de Carlos Marighella, no momento em que um grupo de revolucionários da ALN ocupa a Rádio Nacional e faz transmitir seus ideais ao grande público.

Para Foucault (2011, p. 161), “o cinismo, a ideia de um modo de vida que seria a manifestação irruptiva, violenta, escandalosa, da verdade faz parte e fez parte da prática revolucionária e das formas assumidas pelos movimentos revolucionários ao longo do século XIX”. Nesse sentido, a prática revolucionária ou a atividade revolucionária seriam um modo de vida que adquiriu, na Europa dos séculos XIX e XX, três grandes formas: a)

² Para um estudo mais aprofundado sobre o assunto da arte moderna como desnudamento da verdade, consultar Mazzola (2015), em que discutimos *La peinture de Manet*, de Michel Foucault (2004).

as sociedades secretas, concebidas como vida revolucionária na forma da sociedade e do segredo; b) as organizações visíveis, sob a forma de partidos políticos ou organizações sindicais com função revolucionária; c) o militantismo revolucionário, cuja vida de seus membros é devotada à ruptura de convenções, de hábitos e de valores de uma sociedade. Este último grupo caracteriza mais fortemente a atuação de Carlos Marighella no Brasil (embora possamos reconhecer traços dos dois primeiros): um militante revolucionário que devota sua vida à ruptura das convenções forjadas pelo governo militar brasileiro, colocando sua própria vida em risco em função da luta pelos valores revolucionários. Toda a atuação da ALN, do MR-8, do VPR, e mesmo do PCB associa-se a um elemento “esquerdista” que configura esses movimentos. Foucault (2011), p. 162) descreve essa associação na Europa:

Mas quando digo que esse aspecto do testemunho pela vida foi dominante no século XIX, que o encontramos sobretudo nesses movimentos que vão do nihilismo ao anarquismo ou ao terrorismo, não quero dizer com isso que esse aspecto desapareceu totalmente e não passou de uma figura histórica na história do revolucionarismo europeu. Na verdade, vemos ressurgir sem cessar esse problema da vida como escândalo da verdade. Vocês veem reaparecer, constantemente, o problema do estilo de vida revolucionário no que podemos chamar de esquerdismo.

O alinhamento à esquerda na atividade revolucionária, que se opõe às convenções conservadoras instauradas, é o que caracterizou, em sua fundação, o Partido Comunista Francês (PCF), por exemplo. Esse militantismo de caráter revolucionários manifestou-se também no Brasil, uma vez que ALN, MR-8, VPR, PCB são movimentos alinhados à esquerda (“os comunistas”) contra o regime militar repressor, que é localizado à (extrema) direita do espectro político. Nesse contexto dos grupos revolucionários dos anos 1950 e 1960, encontra-se Marighella, sobre o qual iremos agora discorrer.

3 Marighella, o regime militar e o exercício da *parresía*

O regime militar brasileiro representou um período sombrio e violento de nossa história, e as ações desse regime calaram e sufocaram, metafórica e literalmente, todos aqueles que pensaram diferentemente. No Brasil, ele durou 21 anos, de 1964 a 1985. Os presidentes deste período foram: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto

Geisel (1974-1979), e João Figueiredo (1979-1985). As ações do governo militar, por meio de seus diversos Atos Institucionais (AI's), consistiram em: ampliação dos poderes do Executivo, enfraquecimento e fechamento do Congresso Nacional, permissão de instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), perseguição de adversários do regime, dissolução da União Nacional dos Estudantes (UNE), criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), extinção dos partidos políticos existentes (restaram ARENA e MDB), criação de novas constituições, ampliação do nacionalismo e do autoritarismo, permissão para tortura dos dissidentes do regime, censura prévia da imprensa, etc³.

Apesar da tirania e da truculência militares, o Brasil contava com focos de resistência⁴. Essa resistência vinha sobretudo de articulações de estudantes, artistas, intelectuais e trabalhadores que, a seu modo, conseguiram se organizar a despeito das insistentes e violentas perseguições. Algumas importantes articulações de resistência aqui eram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Carlos Marighella encontra-se no entrecruzamento desses movimentos, pois era membro do PCB até sua dissidência, momento em que fundou a ALN, com preferência pela luta armada. Além dos partidos de esquerda e dos movimentos revolucionários citados, também artistas, intelectuais, estudantes e parte do setor operário precisavam ter *coragem* para falar a *verdade*, e por isso colocavam-se diante de muitos *riscos*. Estamos diante da *parresia* como possibilidade de resistência.

Carlos Marighella, baiano, nascido em 1911, desde sempre esteve envolvido com ações militantes nas instituições de ensino, nos partidos, sindicatos, nas prisões, lutando contra as injustiças sociais (SILVA JÚNIOR, 2009). Para Moreira (2014), sua aproximação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocorreu quando ingressou na Escola Politécnica da Bahia, em que era aluno de Engenharia. Não temos a intenção de descrever todo o percurso biográfico e político de Marighella, que é extenso. Para o que propomos aqui, interessa lançarmos luz sobre o episódio da ocupação da Rádio Nacional em São Paulo.

Na manhã do dia 15 de agosto de 1969, um grupo de 12 (doze) guerrilheiros revolucionários comandados por Marighella⁵ ocupa a Rádio Nacional em São Paulo. Essa

³ Para um estudo mais aprofundado do regime militar brasileiro, conferir Fausto (2004).

⁴ Para um estudo mais aprofundado sobre a memória da ditadura militar brasileira, consultar Sá (2015).

⁵ Conferir <https://memoriasdaditadura.org.br/eventos/tomada-da-radio-nacional-e-leitura-de-manifesto-de-carlos-marighella>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ação foi uma tentativa de falar diretamente ao povo, uma vez que a mídia no Brasil era fortemente censurada pelo regime militar. Nessa ação, é transmitido um manifesto assinado por Marighella. Alguns relatos⁶ informam que quem emprestou voz ao manifesto foi o estudante paulista da Escola Politécnica da USP, Gilberto Luciano Belloque. Esse pronunciamento, que compõe nosso *corpus* de pesquisa, pode ser lido integralmente no anexo deste artigo.

Como afirmamos na introdução desta pesquisa, esta análise filia-se ao campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF), um terreno dos estudos discursivos da linguagem que se ancora na perspectiva arquegenealógica de Michel Foucault (GREGOLIN, 2006; NAVARRO, 2020). Embora fossem realizadas pesquisas dessa natureza desde os anos 1990 no Brasil, elas há até pouco tempo ainda eram organizadas sob o rótulo de Análise do Discurso Francesa. O campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos foi consolidado com a criação, em 2018, do GT Estudos Discursivos Foucaultianos, filiado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

Para nossas análises, destacaremos no *corpus* sequências enunciativas (SEs) que manifestam o exercício da *parresía* nesse manifesto revolucionário assinado por Carlos Marighella e transmitido no contexto da ocupação da Rádio Nacional em São Paulo. Eram oito e meia da manhã quando a transmissão na Rádio Nacional, forçada pelo grupo revolucionário, inicia-se. Ouve-se uma voz feminina a pedir atenção. Essa voz precede a voz de Marighella, e a introduz.

SE 01, VOZ FEMININA: Atenção! Está no ar a Rádio Libertadora! Atenção! Está no ar a Rádio Libertadora! De qualquer parte do Brasil, para os patriotas de toda a parte. Rádio clandestina da Revolução. O dever de todo revolucionário é fazer a Revolução! Abaixo a ditadura militar! Atenção! As gravações em fita das transmissões da Rádio Libertadora, podem ser ligadas aos sistemas de alto-falantes dos bairros e subúrbios e irradiadas para o povo, mesmo que para isto tenhamos que empregar a mão armada.

Observamos, nessa espécie de proêmio, três elementos que inscrevem esse pronunciamento num regime *parresiástico*, uma vez que o risco está assumido: a) um pedido de atenção, uma invocação motivada pela ocupação da Rádio Nacional, que se inicia por *Atenção!* b) a nomeação do acontecimento, que manifesta o jogo de poderes entre os movimentos revolucionários e o regime militar: *Está no ar a Rádio Libertadora!*

⁶ Conferir <https://memoria.etc.com.br/cidadania/2014/08/ha-45-anos-organizacao-de-marighella-tomava-transmissores-de-radio-em-sp-para>. Acesso em: 02 fev. 2022.

Rádio clandestina da Revolução! c) um slogan revolucionário: *Abaixo a ditadura militar!* Esses enunciados, no momento de sua transmissão, gerariam interesse e estranhamento, atrairiam não só a atenção dos ouvintes, mas da polícia repressiva. Em seguida, ouve-se a voz de Marighella, cuja gravação irá perdurar pelos próximos 10 minutos, e será repetida por três vezes.

SE 02, MARIGHELLA: Ao Povo brasileiro! [...] A polícia nos acusa de terroristas e assaltantes, mas não somos outra coisa senão revolucionários que lutam a mão-armada contra a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano.

Neste momento em que Marighella toma a palavra, observamos a articulação de dois aspectos importantes a serem considerados nessa manifestação aletúrgica: a) a evocação, que intenciona chamar a atenção do destinatário e solicitar sua benevolência para a escuta, em *Ao povo brasileiro!*; e b) a inversão entre os papéis de acusador e o acusado, nas sequências *A polícia nos acusa de terroristas / somos revolucionários que lutam contra a ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano*. Essa inversão, curiosamente, é a mesma com que Sócrates inicia seu discurso de defesa, conforme lemos na *Apologia de Sócrates* (PLATÃO, 2015, p. 139):

Desconheço como vós, homens de Atenas, fostes afetados por meus acusadores. Quanto a mim, por pouco não perdi a noção da minha própria identidade tal a persuasão com que discursaram. E, no entanto, dificilmente haja uma única palavra de verdade no que disseram. Das muitas mentiras que disseram, uma especialmente surpreendeu-me bastante, a saber, que deveis vos acautelar para não serdes ludibriados por mim porque eu era um orador extraordinariamente hábil. Considerei o mais vergonhoso na sua postura não se envergonharem por ser imediatamente demonstrado pelos fatos que estão errados, quando não me revelo de modo algum um extraordinário orador – a não ser que classifiquem como extraordinário orador alguém que fala a verdade.

Aqui, Sócrates afirma que seus acusadores mentem, e que ele diz a verdade. Afirma que seus acusadores é que são hábeis em falar, de modo que convenceram os homens de Atenas a julgá-lo. Foucault aborda esse mecanismo de inversão em sua aula de 15 de fevereiro de 1984: “o discurso de Sócrates, pelo menos tal como Platão o relata [...] começa com a proposição: meus adversários mentem, eu digo a verdade. [...] Diz

Sócrates: meus adversários são hábeis em falar (*deinòs légein*); já eu, diz ele, falo simplesmente, sem habilidade e sem aparato” (FOUCAULT, 2011, p. 64). Nessa inversão, expõe-se a habilidade do acusador (o tribunal do júri ateniense / a ditadura militar) e a fala franca, simples, direta, verdadeira do acusado (Sócrates / Marighella).

SE 03: Nossos objetivos são os seguintes: derrubar a ditadura militar; anular todos os seus atos desde 1964; formar um governo revolucionário do povo [...].

Em seguida, Marighella expõe os objetivos do movimento revolucionário, e esses objetivos possuem a natureza de *lógos aléthes*, na medida em que não há dissimulação, há fala direta e clara. Para Foucault (2011, p. 193), esse discurso “é uma maneira de falar na qual, primeiramente, nada é dissimulado”. São eles: a) *derrubar a ditadura miliar*; b) *anular todos os seus atos desde 1964*; c) *formar um governo revolucionário do povo*, etc. O primeiro deles imediatamente instaura a afronta ao regime, pois coloca o movimento revolucionário do lado oposto daquele dos militares. O segundo objetivo pretende anular todos os atos desde 1964, e a anulação dos atos constitui a anulação do próprio regime. O terceiro objetivo, em consonância com os dois primeiros, pretende formar um governo revolucionário do povo, em que os civis não responderiam mais às vontades dos militares. Há outros objetivos mencionados, mas os descartaremos por ora para dar continuidade às análises.

SE 04: Os banqueiros não podem queixar-se, pois, só no ano passado, tiveram lucro de 400 bilhões de cruzeiros velhos, enquanto isso, o bancário ganha salário mínimo, e ainda tem que trabalhar 25 anos para receber o dobro desse miserável salário. O Governo, por sua parte, nada pode dizer, uma vez que um ministro corrupto como Andreazza tem apartamento no valor de um bilhão de cruzeiros velhos e recebe comissões das firmas estrangeiras.

A *parresía* é, portanto, o “dizer tudo”, “mas indexado à verdade: dizer tudo da verdade, não ocultar nada da verdade, dizer a verdade sem mascarar-la com o que quer que seja” (FOUCAULT, 2011, p. 11). Ao expor o lucro dos banqueiros, que *tiveram lucro de 400 bilhões de cruzeiros velhos*, e, em seguida, compará-lo com o salário do bancário, *que ganha salário mínimo, e ainda tem que trabalhar 25 anos para receber o dobro desse miserável salário*, Marighella apresenta aos ouvintes da rádio as contradições entre a) os sujeitos do topo do sistema econômico vs. b) o trabalhador assalariado que nunca chegará a possuir esse valor. A exposição direta dessas contradições manifesta o exercício da

parresía em sua essência, fazendo funcionar o jogo *parresiástico*, que não pressupõe apenas a escuta da verdade, mas ações que podem/devem ser desencadeadas por essa escuta.

SE 05: A ditadura nos acusa de atentados pessoais e assassinatos, mas não confessa que matou Edson Souto, Marco Antônio Brás de Carvalho, "Escoteiro", Néelson José de Almeida, o sargento João Lucas Alves e tantos outros patriotas. E não confessa que submete os presos aos suplícios do pau-de-arara, dos choques elétricos e outros que deixariam os nazistas envergonhados.

A sequência 05 dá continuidade ao exercício da exposição de verdades nunca ditas ao grande público, pois o regime militar controlava, por meio de censura prévia, os meios de comunicação brasileiros. Essa sequência de enunciados, iniciada por (*a ditadura*) *não confessa que...* parece expor o que é *secreto*, *escondido*. Estamos novamente diante do *lógos aléthes*.

o *lógos aléthes* não é simplesmente um conjunto de proposições que são exatas e podem receber o valor de verdade. O *lógos aléthes* é uma maneira de falar na qual, primeiramente, nada é dissimulado; na qual, em segundo lugar, nem o falso nem a opinião nem a aparência vêm se misturar ao verdadeiro; em terceiro lugar, é um discurso reto, um discurso que é conforme às regras e à lei; e, enfim, o *aléthes lógos* é um discurso que permanece o mesmo, não muda, não se corrompe e não se altera, não pode nunca ser vencido nem revertido nem refutado. (FOUCAULT, 2011, p. 193).

A enumeração de nomes das vítimas da ditadura rompe o sigilo dos inquiridos: *Edson Souto, Marco Antônio Brás de Carvalho, "Escoteiro", Néelson José de Almeida, o sargento João Lucas Alves e tantos outros patriotas*. Em seguida, uma outra sequência nos moldes da anterior, que acusa a ditadura de *não confessar* a tortura aplicada aos presos políticos sob a forma de *suplícios do pau-de-arara* e *choques elétricos*. Tortura e morte são os temas fundamentais dessa SE 05. Os sujeitos são nomeados, e, por isso, expostos, como dados, como fatos, como corpos vítimas da tortura e da morte. A analogia com o nazismo atua como elemento de intensificação dessa verdade, uma vez que, nessa sequência, esses suplícios *deixariam os nazistas envergonhados*.

SE 06: Responderemos, olho por olho, dente por dente! A luta já começou!

Aqui, destacamos uma manifestação aguda de coragem no pronunciamento de Marighella. Por meio do resgate da memória da lei de talião, que consiste na reciprocidade rigorosa entre crime e pena, o movimento revolucionário ameaça retaliação ao regime militar. Vejamos o conceito da pena em Levítico (24:17-20):

17 Todo aquele que ferir mortalmente um homem será morto. 18 Quem tiver ferido de morte um animal doméstico, dará outro em seu lugar: vida por vida. 19 Se um homem ferir o seu próximo, assim como fez, assim se lhe fará a ele: 20 fratura por fratura, olho por olho e dente por dente: ser-lhe-á feito o mesmo que ele fez ao seu próximo.

Na sequência 06, observamos quatro elementos importantes: a) a escolha pela primeira pessoa do plural em (*nós*) *responderemos*, que aponta para a força do coletivo e não para a vulnerabilidade do individual; b) a memória da lei de talião em *olho por olho, dente por dente*, que nivela os revolucionários e os militares quanto à igualdade de poder (são equipolentes); c) a presença da exclamação, presente no discurso oral como ênfase, que acentua a relação de ação e reação, sob a forma de ameaça de retaliação; d) a presença do tempo passado, em *a luta já começou*, que expõe a articulação, organização e planejamento prévio do movimento revolucionário à ocupação da Rádio Nacional, reafirmando a ideia de que nada é improvisado na luta armada.

Nessas 6 (seis) sequências enunciativas, exploramos alguns pontos importantes de exercício da *parresía* no pronunciamento de Marighella. O manifesto, em sua integralidade, como documento histórico da resistência política brasileira, é muito rico e possibilita diversos lugares de análise, que não abordaremos neste artigo em função da limitação do espaço. Passamos, dessa forma, à síntese dos aspectos observados no movimento analítico.

4 Considerações finais

Destacamos, nessas considerações finais, quatro pontos importantes que sintetizam as análises realizadas sobre o pronunciamento de Carlos Marighella no contexto de ocupação da Rádio Nacional, sob a perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, mais particularmente sob a perspectiva de seu último curso no *Collège de France*, sobre a *parresía*.

Em primeiro lugar, observamos a coerência entre dizer e pensar em Carlos Marighella: trata-se de uma questão ética que legitima a autoridade do *parresiasta*. Não há espaço para a dissimulação no exercício da *parresía*. Para Foucault (2011, p. 11), “é preciso não apenas que essa verdade constitua efetivamente a opinião pessoal daquele que fala, mas também que ele a diga como sendo o que ele pensa”.

Em segundo lugar, há em Marighella, como podemos afirmar que havia também em Sócrates e nos cínicos, uma certa coerência entre a verdade enunciada (*lógos aléthes*) e a vida vivida (*bios aléthes*). O revolucionário que prega a luta armada deve lutar com armas até a sua morte. Para Foucault (2011) a *aléthes bios* corresponde a: a) uma vida não dissimulada; b) uma vida sem mistura; c) uma vida reta; d) uma vida imutável. Esses quatro posicionamentos são observados no discurso (*lógos*), na biografia e na bibliografia de Marighella.

Em terceiro lugar, o exercício da *parresía* no pronunciamento de Marighella na Rádio colocou-o em risco. No momento em que a) articula a ocupação da Rádio Nacional em São Paulo; b) faz transmitir o pronunciamento ligado a um movimento revolucionário; c) enuncia palavras de ordem contra a ditadura (*Abaixo a ditadura militar!*); e d) ameaça retaliação ao regime militar; o risco instaura-se. Para Foucault (2011, p. 12), “Para que haja *parresía*, é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixa-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É portanto a verdade, no risco da violência”. Esse risco tornou-se real, e culminou na morte de Marighella, conforme nos narra Frei Betto:

De dentro do Volks, Ivo reparou quando Marighella, sozinho, caminhava do outro lado da rua. Conhecia-lhe o porte e o passo. Apesar da peruca que usava, o comandante da ALN foi reconhecido pelos policiais antes de aproximar-se do carro. O tiroteio teve início, enquanto policiais abriam a porta do Volks e retiravam bruscamente os religiosos, pelo lado esquerdo. Ivo foi mordido nas nádegas pelo cão do DOPS. Deitados na calçada, os dois ficaram com o rosto virado para o chão. Não viram Carlos Marighella tombar morto do outro lado da rua. Apenas ouviram o tiroteio intermitente, que não deve ter durado mais de três ou quatro minutos. (BETTO, 2003, p. 188).

Em quarto lugar, o pronunciamento de Marighella configurou-se como exercício de *parresía* na medida em que tentou alcançar a população brasileira de modo mais amplo, e a *parresía* define-se como uma prática em conjunto, uma prática com o outro.

Para Foucault (2011, p. 13), “a *parresía* pode se organizar, se desenvolver e se estabilizar no que poderíamos chamar de um jogo parresiástico. [...] O povo, o Príncipe, o indivíduo devem aceitar o jogo da *parresía*. Devem eles próprios jogá-lo e reconhecer que aquele que assume o risco de lhes dizer a verdade deve ser escutado”. A escuta dos movimentos revolucionários configurou-se como princípio de uma ação. Ação conjunta que conduziria, em alguma medida, ao fim da ditadura militar brasileira em 1985.

Enfim, procuramos demonstrar, por meio dos estudos discursivos foucaultianos, que a resistência à ditadura militar levada a cabo por Marighella tomava corpo no exercício da *parresía*. Destacamos, ancorados em Foucault, que é preciso ter coragem para resistir e que é preciso ter coragem para defender, sempre, a democracia brasileira. As democracias são frágeis, e sua existência deve ser reafirmada a todo instante em respeito àqueles que morreram pela História.

Referências

BETTO, F. **Batismo de sangue**: a luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês de Carlos Marighella e Frei Tito. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

FOUCAULT, M. **La peinture de Manet**. Éditions de Seuil, 2004.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

GREGOLIN, M. R. V. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. São Carlos: Claraluz, 2006.

MARIGHELLA, C. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/escritos.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MATEUS, S. Uma retórica parrhésica? Enquadramento de duas práticas retóricas contemporâneas. **Rétor - Revista de la Asociación Argentina de Retórica**, v. 06, n. 02, p. 198-215, 2016. Disponível em: <http://www.revistaretor.org/vol6num2.html>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MAZZOLA, R. **O cânone visual**: as belas-artes em discurso. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MAZZOLA, R. Parresía e retórica: notas sobre uma polêmica. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 07, n. 01, p. 150-177, jan.-abr. 2022.

Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/52549>. Acesso em: 01 abr. 2022.

MCCOY, M. **Platão e a retórica de filósofos e sofistas**. Trad. Livia Oushiro. São Paulo: Madras, 2010.

MOREIRA, R. A. “**É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer**”: um estudo da parresía no discurso de Carlos Marighella. 2014. Dissertação (Mestrado Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/4081>. Acesso em: 28 jan. 2022.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **Revista Moara**, v. 01, n. 57, p. 8-33, ago.-dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682/6672>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PLATÃO. **Diálogos III – Socráticos**: Fedro (ou do Belo); Eutífron (ou da Religiosidade); Apologia de Sócrates; Críton (ou do Dever); Fédon (ou da Alma). 2ª ed. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2015.

SÁ, I. **Memória discursiva da ditadura no século XXI**: visibilidades e opacidades democráticas. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7586/TeseIS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SILVA JÚNIOR, E. T. **Carlos, a face oculta de Marighella**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Apêndice

MANIFESTO DE CARLOS MARIGHELLA VEICULADO NA RÁDIO NACIONAL EM 15 DE AGOSTO DE 1969⁷

VOZ FEMININA: Atenção! Está no ar a Rádio Libertadora! Atenção! Está no ar a Rádio Libertadora! De qualquer parte do Brasil, para os patriotas de toda a parte. Rádio clandestina da Revolução. O dever de todo revolucionário é fazer a Revolução! Abaixo a ditadura militar! Atenção! As gravações em fita das transmissões da Rádio Libertadora, podem ser ligadas aos sistemas de alto-falantes dos bairros e subúrbios e irradiadas para o povo, mesmo que para isto tenhamos que empregar a mão armada.

MARIGHELLA⁸: Ao povo brasileiro! Da cidade da guerra revolucionária, nela estamos empenhados com todas as nossas forças no Brasil. A polícia nos acusa de terroristas e assaltantes, não somos outra coisa senão revolucionários que lutam a mão-armada contra

⁷ Registro sonoro do pronunciamento disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/pronunciamento-de-carlos-marighella-na-radio-libertadora/>.

Transcrição do pronunciamento disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/radio.htm>. Acesso em: 28 jan. 2022.

⁸ Informações de transcrição: (...) palavras inaudíveis; entre [] palavras acrescentadas.

a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano. Nossos objetivos são os seguintes: derrubar a ditadura militar; anular todos os seus atos desde 1964; formar um governo revolucionário do povo; expulsar do país os norte-americanos, expropriar firmas, bens e propriedades deles e de quem com eles colaboram; expropriar os latifundiários; acabar com o latifúndio; transformar e melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias; extinguir, ao mesmo tempo e definitivamente, a política de aumento dos impostos, dos preços e aluguéis; acabar com a censura; instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização; retirar o Brasil da condição de satélite da política externa dos Estados Unidos e colocá-lo no plano mundial como uma nação independente; reatar ao mesmo tempo relações diplomáticas com Cuba e todos os demais países socialistas. Para combater a ditadura militar e atingir os objetivos aqui expostos não recebemos do estrangeiro nem armas nem recursos financeiros. As armas são obtidas mesmo no Brasil, são as armas capturadas nos quartéis e tomadas da polícia ou são aquelas que utilizaram os revolucionários em toda revolução, aquela libertas das forças armadas da ditadura como fizeram o capitão Lamarca e os valorosos sargentos, cabos e soldados que o acompanharam na retirada do quartel de Quitaúna. Esperamos que tais gestos continuem acontecendo e casos que sirvam de desmoralização dos gorilas e fortalecimento da revolução. Quanto ao dinheiro, é público e notório que os grupos revolucionários armados assaltam os bancos do país e expropriam os que enriqueceram e exploraram de forma brutal o povo brasileiro. Acabou-se a lenda do ouro de Moscou, de Pequim ou de Havana. Os banqueiros não podem queixar-se, pois, só no ano passado, tiveram lucro de 400 bilhões de cruzeiros velhos, enquanto isso, o bancário ganha salário mínimo, e ainda tem que trabalhar 25 anos para receber o dobro desse miserável salário. O governo, por sua parte, nada pode dizer, uma vez que um ministro corrupto como Andreazza tem apartamento no valor de um bilhão de cruzeiros velhos e recebe comissões das firmas estrangeiras. A ditadura nos acusa de atentados pessoais e assassinatos, mas não confessa que matou Edson Souto, Marco Antônio Brás de Carvalho, "Escoteiro" - Néelson José de Almeida, o sargento João Lucas Alves e tantos outros patriotas. E não confessa que submete os presos aos suplícios do pau-de-arara, dos choques elétricos e outros que deixariam os nazistas envergonhados. Os meios que a ditadura militar brasileira emprega para combater e reprimir o povo são meios bárbaros e indignos, destinados a defender os interesses próprios dos militares no poder, os interesses dos grandes capitalistas, dos latifundiários e do imperialismo dos Estados Unidos. Ao contrário, os meios que os revolucionários estão utilizando para o combate à ditadura militar são legítimos e inspirados por sentimentos patrióticos. Nenhum homem honrado pode aceitar a vergonha e a monstruosidade do regime instituído pelos militares e suas forças armadas no Brasil. Responderemos, olho por olho, dente por dente! A luta já começou! Há um ano de atividades de grupos armados, conseguimos castigar o inimigo que já lamenta seus mortos e, embora a contragosto, reconhece a existência da guerra revolucionária. Desde o início de sua atuação até agora, os grupos armados expropriaram os banqueiros nacionais e estrangeiros e as firmas seguradoras do capital (...) conturbando a rede bancária brasileira. E expropriaram os grandes comerciantes, as firmas imperialistas, o governo federal e os governos estaduais. Entre as ações já praticadas pelos grupos armados, inclui-se a heroica operação guerrilheira que libertou o sargento Antônio Prestes e os demais companheiros presos na penitenciária Lemos de Brito, em pleno Rio de Janeiro; o justicamento do capitão norte-americano Charles Chandler, que veio da guerra do Vietnã para fazer espionagem da CIA no Brasil, é outra prova de que os grupos revolucionários armados estão atentos na defesa da nossa soberania e na preservação dos interesses nacionais. As demonstrações realizadas no país contra Rockefeller, especialmente no Rio, São Paulo e Brasília, em que tiveram papel saliente os estudantes, testemunha, por seu lado, que os norte-americanos são repudiados no Brasil e só contam com o apoio da ditadura militar brasileira. Mas esta é uma ditadura cuja política de traição nacional se tornou por demais conhecida para ser encoberta, ou camuflada pelos gorilas. A guerra revolucionária que estamos fazendo é uma guerra

prolongada que exige a participação de todos, é uma luta feroz contra o imperialismo norte-americano e contra a ditadura militar brasileira que funciona como agência dos Estados Unidos dentro de nossa Pátria, é a continuação da luta heroica de Che Guevara iniciada na Bolívia, é uma luta profunda, ligada à transformação da sociedade brasileira. Nossa luta de libertação do povo não pressa nem tem prazos. Não é uma quartelada, um golpe militar ou uma farsa para substituir, uns pelos outros, os homens no poder, deixando intacta a estrutura de classes da sociedade brasileira. Eis porque, todos os grupos armados revolucionários que estão lutando, devem prosseguir com a guerrilha urbana como temos feito sistematicamente até aqui, assaltando bancos, atacando quartéis, expropriando, intensificando o terrorismo de esquerda, justificando, sequestrando, praticando em larga escala sabotagem para tornar desastrosas as circunstâncias em que o governo tem de agir. Devemos atacar por todos os lados com muitos grupos armados diferentes de pequenos efetivos, compartimentá-los uns dos outros e mesmo sem elos de ligação, a fim de dispersar as forças do governo na perseguição; devemos aumentar gradativamente os distúrbios da guerrilha urbana numa sequência interminável de ações imprevisíveis, e de tal modo, que as tropas do governo não possam deixar a área urbana sem risco de desguarnecer as cidades. São essas circunstâncias desastrosas para a ditadura militar que permitem aos revolucionários desencadear a guerrilha rural em meio a um incremento incontrolável da rebelião urbana. Buscando a participação das massas na luta contra a ditadura militar e pela libertação do país do jugo dos Estados Unidos, nosso próximo passo deve ser a luta no campo. E esse será o ano da guerrilha rural. É esta a hora e a vez dos camponeses cujo instinto para o conhecimento do terreno, a astúcia para enfrentar o inimigo, a capacidade de comunicação com os explorados e oprimidos e os humilhados de todo o país, constituem uma arma certa da revolução. Assumir o campo, enfrentar a luta pela terra, pela eliminação do latifúndio, expropriar os latifundiários, queimar suas plantações, matar seu gado para matar a fome dos famintos, invadir as terras, justicar os grileiros e os norte-americanos envolvidos com os grileiros em compras de terras, levar ao fundo do país a mesma inquietação e o mesmo terror que já dominam os militares, os imperialistas e as classes dominantes nas cidades. Eis aí o objetivo a atingir na segunda fase da guerra revolucionária. Sem abandonar a guerrilha urbana, os grupos revolucionários armados devem com sua habilidade heroica ajudar o desencadeamento da guerrilha rural; nossos esforços devem convergir para a construção e o reforçamento da aliança armada dos operários e camponeses e sua coligação com os estudantes, os intelectuais, os eclesiásticos e a mulher brasileira. Essa aliança é o grande pedestal da luta no campo e da guerrilha rural, de onde surgirá o Exército Revolucionário de Libertação do Povo. Tudo pela unidade do povo brasileiro! Abaixo a ditadura militar! Fora do país com os norte-americanos!

Recebido em: 02 de fevereiro de 2022

Aceito em: 20 de julho de 2022

Publicado em agosto de 2022

Renan Mazzola

E-mail: mazzola.renan@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4124-3522>

Telling the truth at all risks: *parrhesia* by Carlos Marighella in a speech on National Radio

Dizer a verdade sob todos os riscos: parresía de Carlos Marighella em pronunciamento na Rádio Nacional

Renan Mazzola

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Abstract: Based on the discussions on parrhesia found in *A coragem da verdade*, Michel Foucault's last course taught at the Collège de France in 1984, this paper intends to: a) present the definition and functioning of parrhesia in Greek Antiquity; b) point out the developments of parrhesia in modernity; c) analyze the exercise of parrhesia in the speech of Carlos Marighella broadcast on Rádio Nacional, in the context of the Brazilian Military Dictatorship. This research is affiliated to the field of Foucauldian discursive studies, and analyzes six enunciative sequences of the corpus by the archegenealogical perspective of Michel Foucault. We demonstrate that Marighella's pronouncement is configured as an aleturgical modality, introducing risks to those who assume its authorship and inscribing themselves in the parrhesiastic game.

Keywords: Parrhesia; Truth; Discourse; Foucault

Resumo: A partir das reflexões sobre a *parresía* encontradas em *A coragem da verdade*, último curso de Michel Foucault ministrado no *Collège de France* em 1984, pretende-se, neste artigo, a) apresentar a definição e o funcionamento *parresía* na Antiguidade grega; b) apontar os desdobramentos da *parresía* na modernidade; c) analisar o exercício da *parresía* no pronunciamento de Carlos Marighella transmitido na Rádio Nacional, no contexto da Ditadura Militar brasileira. Esta pesquisa filia-se ao campo dos estudos discursivos foucaultianos, e analisa seis sequências enunciativas do *corpus* a partir da perspectiva arquegenealógica de Michel Foucault. Demonstramos que o pronunciamento de Marighella configura-se como uma modalidade aletúrgica, instaurando riscos àquele que assume sua autoria e inscrevendo-se no jogo parresiástico.

Palavras-chave: Parresía; Verdade; Discurso; Foucault



1 Introduction

On August 15, 1969, a group of revolutionary militants led by Carlos Marighella took over Rádio Nacional in São Paulo. This action is seen as an attempt to speak directly to the Brazilian people, since the media in Brazil were controlled and some contact between revolutionary groups and the population was practically impossible under those conditions. In this action, a manifest signed by Marighella is transmitted.

This speech will be the object of our research, based on the reflections on *parrhesia* found in the course *The courage of truth (A coragem da verdade)*, by Michel Foucault (2011), his last course taught at *Collège de France* in 1984. In this way, it is intended, in this paper, a) present the definition and functioning of *parrhesia* in Greek antiquity; b) present the developments of *parrhesia* in modernity; c) analyze the exercise of *parrhesia* in Marighella's speech broadcast on Rádio Nacional, in the context of the Brazilian military dictatorship.

Our research is affiliated with the field of Foucauldian Discursive Studies (*Estudos Discursivos Foucaultianos - EDF*), a field of discursive studies of language that is anchored in Michel Foucault's archaeogenetical perspective (GREGOLIN, 2006; NAVARRO, 2020). Its methodology is bibliographic, documentary, descriptive and explanatory. It aims to select, cut, describe and analyze enunciative sequences from Marighella's pronouncement on Rádio Nacional, based on theoretical-methodological references present in Foucault's work.

This article is divided into two parts, in addition to this introduction and final considerations: “*Parresia* in Foucault's last course”, in which we will present the definition, functioning and developments of the concept of *parrhesia*; and “Marighella, the military regime and the exercise of *parrhesia*”, in which we will briefly contextualize the Brazilian military dictatorship, the role of Marighella within it, and we will analyze the *corpus* based on *The courage of truth (A coragem da verdade)*.

2 *Parrhesia* in Foucault's last course

In the course of the 1984 academic year, entitled *The courage of truth (A coragem da verdade)*, Foucault presents the continuity of some reflections begun in previous years, such as the function of *parrhesia*, a modality of true saying studied in the framework of Greco-Roman Antiquity. *Parrhesia* refers, *grosso modo*, to saying the truth. There are two forms of manifestation of truth:

- epistemological forms: “as estruturas próprias dos diferentes discursos que se propõem e são recebidos como verdadeiros” (FOUCAULT, 2011, p. 4).
- the aleurgical forms: “formas pelas quais o sujeito, dizendo a verdade, se *manifesta*, e com isso quero dizer: representa a si mesmo e é reconhecido pelos outros como dizendo a verdade” (FOUCAULT, 2011, p. 4, highlight of the author).

It is within these aleurgical forms that the notion and practice of *parrhesia* (in Latin, *libertas*) is located, that is, a modality of frank speech, of true saying. *Parrhesia* consists of a very specific relationship established between the subject and the truth. First, according to Foucault (2011, p. 12), “é preciso não apenas que essa verdade constitua efetivamente a opinião pessoal daquele que fala, mas também que ele a diga como sendo o que ele pensa, [e] não da boca para fora – e é nisso que será um parresiasta”. In this sense, there is no *dissimulated* speech here, that is, an issue of opinion in which the subject who enunciates does not believe with all his being. Secondly, there must be a risk taken: according to Foucault (2011, p. 12), “para que haja *parresia*, é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É portanto a verdade, no risco da violência”.

Parrhesia was not the only form of manifestation of truth in antiquity. Foucault (2011) describes four fundamental modalities of true saying that sometimes converge and sometimes diverge from the modality of *parrhesia*.

- the prophecy / the prophet

- the wisdom / the sage
- the *tékhnē* / the teacher
- *parrhesia* / the parrhesiast

We will discuss the fourth modality of true saying in antiquity, the *parrhesia*. For Foucault (2011), there are three forms of manifestation of the courage of truth in ancient culture (and which will appear, in a different guise, in contemporary times), they are:

- political daring
- Socratic irony
- the cynical scandal

First of all, we will address political *parrhesia*. This was a predicted practice in Greek democracy. The parrhesiast could stand before the assembly and enunciate truths that demanded to be considered. This practice constantly involved risks: their relationship with the other was put at risk and also, often, their own life. Political *parrhesia* was situated within a game, and for it to be effective, this modality of true saying had to respect the established rules. These rules, according to Foucault (2011, p. 13), consisted of “uma espécie de pacto, entre aquele que assume o risco de dizer a verdade e aquele que aceita ouvi-la, está no cerne do que se poderia chamar de jogo parresiástico”. In this way, for there to be *parrhesia*, as conceived in Ancient culture, it is necessary to speak and listen so that actions can be carried out. *Parrhesia* necessarily involved a risk: for Foucault (2011, p. 13), “o parresiasta é de fato aquele que assume o risco de questionar sua relação com o outro e até a sua própria existência dizendo a verdade [...] e este (povo, rei, amigo), se quiser desempenhar o papel que lhe propõe o parresiasta, deve aceitá-la”. Over time, political *parrhesia* has malfunctioned in the context of democracies, due to the difficulty that is encountered, when dealing with political institutions, in performing the parrhesiastic role. Foucault (2011, p. 67) states that this is “simplesmente por causa do perigo que se corre”.

Second, we must discuss Socratic *parrhesia*. In this course of Foucault, the parrhesiast appears very clearly with Socrates, and later with Diogenes and a whole series of cynical philosophers. In Socratic *parrhesia*, there is a link between telling the truth and

living according to what is said. This bond gives rise, in this parrhesiastic modality, to the *ethos*. For Foucault (2011, p. 63), “Sócrates é aquele que tem a coragem de dizer a verdade, que aceita se arriscar à morte para dizer a verdade, mas praticando a prova das almas no jogo da interrogação irônica”. In order to study ethical *parrhesia* opposed to political *parrhesia*, Foucault will comment on three main texts, named “textos do ciclo da morte de Sócrates”. These are: *Apology of Socrates*, *Crito* and *Phaedo* (PLATÃO, 2015). In the *Apology*, two issues should be highlighted: a) Socrates begins his defense speech by stating that his opponents lie, and he is the one who tells the truth; b) Socrates then claims that his opponents are skillful in speaking, while he speaks simply, directly, without skill, without display, and tells the truth. Here we see the opposition between the *parrhesiast* and the Sophist: the first tells the truth that disturbs without ornament, the second is able to say what pleases. In another study (MAZZOLA, 2022), we discuss how this opposition will forge the distinction between two fields of knowledge of the humanities: philosophy, on the one hand, and rhetoric, on the other. Or at least, it will configure philosophy as a non-political *parrhesia*.

Third, we will study cynical *parrhesia*. We know that in antiquity there was a relationship between true life and telling the truth. Cynics were an example of consistency between living and telling the truth. Foucault (2011, p. 144) states that “o cinismo parece portanto uma forma de filosofia na qual modo de vida e dizer-a-verdade estão direta, imediatamente, ligados um ao outro”. Texts from the Hellenistic and Roman period that describe Cynic characters and actions are found in Diogenes Laertius, Dion Chrysostom, Epictetus, Lucian and Emperor Julian. In these texts, Foucault observes that the cynic is constantly characterized as a man of *parrhesia*. Perhaps the best-known figure of Cynicism is Diogenes the Cynic, a simple man without possessions, who made extreme poverty his virtue and exposed the hypocrisies of Greek citizens. For being the target of constant disqualifications and for occupying a marginal place in the studies of Ancient Philosophy, Foucault proposes to make a history of cynicism, or rather, to elaborate an archeology of cynical philosophy, which to some extent has its origin in Socrates. This archeology would explain, in cynicism, the relationships between the forms of existence

and the manifestations of truth, as well as the unfolding of cynicism in contemporary times. These developments appear in at least three places¹:

- in Christian spirituality
- in modern art
- in revolutionary movements

First of all, some manifestations of Christian spirituality were inspired by the cynical way of life. In the passage from Antiquity to the Middle Ages, the figure of the pilgrim was consolidated. The pilgrim, in the words of Foucault (2011, p. 159), “é portanto um cínico que passou pelo cristianismo, ou um cristão que se tornou cínico”. At the beginning of Christianity, there was a very sensitive interference between cynical practice and Christian *áskesis*. Many spiritual movements of the Middle Ages resonate with Cynics' themes, attitudes, and ways of behaving. For example, the Franciscans, with their detachment, are the cynics of medieval Christendom.

Secondly, we find cynical traits in certain manifestations of art. In Antiquity and the Middle Ages, satire and comedy were crossed by cynical themes. The *fabliaux*, the parties and the carnivals were manifestations of this cynical life. A journey through art in its various manifestations in literature, painting and music would present this daring of the truth, this denudation of the real, this presentation of what is “behind”. Artist's lives were a curious expression of this cynical behavior. In the 19th century, we still observe modern art² as an heir of cynicism: it “não é mais da ordem da ornamentação, da ordem da imitação, mas que é da ordem do desnudamento, do desmascaramento, da decapagem, da escavação, da redução violenta ao elementar da existência” (FOUCAULT, 2011, p. 164-165).

Third, we must deal with revolutionary movements as a manifestation of cynicism in the field of modern politics. It is precisely this unfolding of cynicism, this form of scandal of truth, this modality of *parrhesia* that constitutes the fundamental theme of our

¹ In Greek antiquity, the exercise of *parrhesia* seemed to be distinguished from the exercise of rhetoric. Currently, we find works that aim to rethink this split: on the one hand, there are studies that seek to reveal the rhetoric behind the exercise of *parrhesia*, such as those of McCoy (2010); on the other hand, there are those who seek to reveal the *parrhesia* behind the exercise of rhetoric, such as those of Mateus (2016).

² For a more in-depth study on the subject of modern art as the undressing of truth, see Mazzola (2015), in which we discuss *La peinture de Manet*, by Michel Foucault (2004).

research. It is from this point on that we will be able to understand the nature of the *parrhesia* manifested in Carlos Marighella's speech, at the moment when a group of revolutionaries from the ALN occupied Rádio Nacional and transmitted their ideals to the general public.

According to Foucault (2011, p. 161), “o cinismo, a ideia de um modo de vida que seria a manifestação irruptiva, violenta, escandalosa, da verdade faz parte e fez parte da prática revolucionária e das formas assumidas pelos movimentos revolucionários ao longo do século XIX”. In this sense, revolutionary practice or revolutionary activity would be a way of life that acquired, in 19th and 20th century in Europe, three major forms: a) secret societies, conceived as revolutionary life in the form of society and secrecy; b) visible organizations, in the form of political parties or trade union organizations with a revolutionary function; c) revolutionary militancy, whose life of its members is devoted to breaking the conventions, habits and values of a society. This last group more strongly characterizes the work of Carlos Marighella in Brazil (although we can recognize traits of the first two): a revolutionary militant who devotes his life to the rupture of the conventions forged by the Brazilian military government, putting his own life at risk due to the struggle for revolutionary values. All the actions of the ALN, the MR-8, the VPR, and even the PCB are associated with a “leftist” element that shapes these movements. Foucault (2011, p. 162) describes this association in Europe:

Mas quando digo que esse aspecto do testemunho pela vida foi dominante no século XIX, que o encontramos sobretudo nesses movimentos que vão do nihilismo ao anarquismo ou ao terrorismo, não quero dizer com isso que esse aspecto desapareceu totalmente e não passou de uma figura histórica na história do revolucionarismo europeu. Na verdade, vemos ressurgir sem cessar esse problema da vida como escândalo da verdade. Vocês veem reaparecer, constantemente, o problema do estilo de vida revolucionário no que podemos chamar de esquerdismo.

The alignment to the left in revolutionary activity, which opposes the established conservative conventions, is what characterized, at its foundation, the French Communist Party (PCF), for example. This militant revolutionary character was also manifested in Brazil, since ALN, MR-8, VPR, PCB are left-aligned movements (“the communists”) against the repressive military regime, which is located on the (extreme) right of the political spectrum. In this context of the revolutionary groups of the 1950s and 1960s, we find Marighella, which we will now discuss.

3 Marighella, the military regime and the exercise of *parrhesia*

The Brazilian military regime represented a dark and violent period in our history, and the actions of this regime silenced and suffocated, metaphorically and literally, all those who thought differently. In Brazil, it lasted 21 years, from 1964 to 1985. The presidents of this period were: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), and João Figueiredo (1979-1985). The actions of the military government, through its various Institutional Acts (AI's), consisted of: expanding the powers of the Executive, weakening and closing the National Congress, allowing the installation of Police-Military Inquiries (IPMs), persecution of opponents of the regime, dissolution of the National Union of Students (UNE), creation of the National Information Service (SNI), extinction of existing political parties (ARENA and MDB remained), creation of new constitutions, expansion of nationalism and authoritarianism, permission to torture dissidents of the regime, prior censorship of the press³, etc.

Despite military tyranny and truculence, Brazil had spots of resistance⁴. This resistance came mainly from the articulation of students, artists, intellectuals and workers who, in their own way, managed to organize themselves despite the insistent and violent persecution. Some important resistance articulations here were the Brazilian Communist Party (PCB), the National Liberation Alliance (ALN), the October 8 Revolutionary Movement (MR-8) and the Revolutionary Popular Vanguard (VPR). Carlos Marighella is at the crossroads of these movements, as he was a member of the PCB until his dissidence, when he founded the ALN, with a preference for armed struggle. In addition to the left-wing parties and the aforementioned revolutionary movements, artists, intellectuals, students and part of the working class also needed to have *courage* to speak the *truth*, and for that reason they put themselves in front of many *risks*. We are faced with *parrhesia* as a possibility of resistance.

Carlos Marighella, born in 1911, from Bahia, has always been involved with militant actions in educational institutions, parties, unions, prisons, fighting social injustices (SILVA JÚNIOR, 2009). For Moreira (2014), his approach to the Brazilian

³ For a more in-depth study of the Brazilian military regime, see Fausto (2004).

⁴ For a more in-depth study on the memory of the Brazilian military dictatorship, see Sá (2015).

Communist Party (PCB) occurred when he joined the Escola Politécnica da Bahia, where he was an engineering student. We do not intend to describe Marighella's entire biographical and political journey, which is extensive. For what we propose here, it is interesting to highlight the episode of the occupation of Rádio Nacional in São Paulo.

On the morning of August 15, 1969, a group of 12 (twelve) revolutionary guerrillas commanded by Marighella⁵ occupied Rádio Nacional in São Paulo. This action was an attempt to speak directly to the people, since the media in Brazil was heavily censored by the military regime. In this action, a manifest signed by Marighella is transmitted. Some reports⁶ state that Gilberto Luciano Belloque, a student from São Paulo at the Escola Politécnica da USP, lent his voice to the manifesto. This pronouncement, which makes up our *corpus*, can be read in full in the annex to this paper.

As we stated in the introduction to this research, this analysis is affiliated with the field of Foucauldian Discursive Studies (EDF), a field of discursive studies of language that is anchored in Michel Foucault's archaeogenealogical perspective (GREGOLIN, 2006; NAVARRO, 2020). Although research of this nature has been carried out since the 1990s in Brazil, until recently they were still organized under the label of French Discourse Analysis. The field of Foucauldian Discursive Studies was consolidated with the creation, in 2018, of the Foucauldian Discursive Studies GT, affiliated to the National Association of Postgraduate Studies and Research in Letters and Linguistics (ANPOLL).

For our analysis, we will highlight in the *corpus* enunciative sequences (ESs) that manifest the exercise of *parrhesia* in this revolutionary manifesto signed by Carlos Marighella and broadcast in the context of the occupation of Rádio Nacional in São Paulo. It was eight-thirty in the morning when the transmission on Rádio Nacional, forced by the revolutionary group, began. A female voice is heard asking for attention. This voice precedes Marighella's voice, and introduces him.

ES 01, FEMALE VOICE: Atenção! Está no ar a Rádio Libertadora! Atenção! Está no ar a Rádio Libertadora! De qualquer parte do Brasil, para os patriotas de toda a parte. Rádio clandestina da Revolução. O dever de todo revolucionário é fazer a Revolução! Abaixo a ditadura militar! Atenção! As gravações em fita das transmissões da Rádio Libertadora, podem ser ligadas

⁵ See <https://memoriasdaditadura.org.br/eventos/tomada-da-radio-nacional-e-leitura-de-manifesto-de-carlos-marighella>. Access February 02, 2022.

⁶ See <https://memoria.etc.com.br/cidadania/2014/08/ha-45-anos-organizacao-de-marighella-tomava-transmissores-de-radio-em-sp-para>. Access February 02, 2022.

aos sistemas de alto-falantes dos bairros e subúrbios e irradiadas para o povo, mesmo que para isto tenhamos que empregar a mão armada.

We observe, in this kind of poem, three elements that inscribe this pronouncement in a *parrhesiastic* regime, since the risk is assumed: a) a request for attention, an invocation motivated by the occupation of Rádio Nacional, which begins with *Attention!* b) the naming of the event, which manifests the power play between the revolutionary movements and the military regime: *Rádio Libertadora is on the air! Clandestine Radio of the Revolution!* c) a revolutionary slogan: *Down with the military dictatorship!* These utterances, at the time of their transmission, would generate interest and estrangement, attract not only the attention of the listeners, but of the repressive police. Then, Marighella's voice is heard, whose recording will last for the next 10 minutes, and will be repeated three times.

ES 02, MARIGHELLA: Ao Povo brasileiro! [...] A polícia nos acusa de terroristas e assaltantes, mas não somos outra coisa senão revolucionários que lutam a mão-armada contra a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano.

At this moment when Marighella begins his speech, we observe the articulation of two important aspects to be considered in this aleturgical manifestation: a) the evocation, which intends to call the recipient's attention and request his benevolence to listen, in *To the Brazilian people!*; and b) the inversion between the roles of accuser and accused, in the sequences *The police accuse us of terrorists / we are revolutionaries who fight against the Brazilian military dictatorship and US imperialism*. This inversion, curiously, is the same with which Socrates begins his defense speech, as we read in the *Apology of Socrates* (PLATÃO, 2015, p. 139):

Desconheço como vós, homens de Atenas, fostes afetados por meus acusadores. Quanto a mim, por pouco não perdi a noção da minha própria identidade tal a persuasão com que discursaram. E, no entanto, dificilmente haja uma única palavra de verdade no que disseram. Das muitas mentiras que disseram, uma especialmente surpreendeu-me bastante, a saber, que deveis vos acautelar para não serdes ludibriados por mim porque eu era um orador extraordinariamente hábil. Considerei o mais vergonhoso na sua postura não se envergonharem por ser imediatamente demonstrado pelos fatos que estão errados, quando não me revelo de modo algum um extraordinário orador – a não ser que classifiquem como extraordinário orador alguém que fala a verdade.

Here, Socrates claims that his accusers lie, and that he tells the truth. He claims that it is his accusers who are able to speak, so they convinced the men of Athens to judge him. Foucault addresses this mechanism of inversion in his lecture of February 15, 1984: “o discurso de Sócrates, pelo menos tal como Platão o relata [...] começa com a proposição: meus adversários mentem, eu digo a verdade. [...] Diz Sócrates: meus adversários são hábeis em falar (*deinòs légein*); já eu, diz ele, falo simplesmente, sem habilidade e sem aparato” (FOUCAULT, 2011, p. 64). In this inversion, the skill of the accuser (the Athenian jury court / the military dictatorship) and the frank, simple, direct, truthful speech of the accused (Socrates / Marighella) are exposed.

ES 03: Nossos objetivos são os seguintes: derrubar a ditadura militar; anular todos os seus atos desde 1964; formar um governo revolucionário do povo [...].

Next, Marighella exposes the goals of the revolutionary movement, and these goals have the nature of *lógos aléthes*, insofar as there is no dissimulation, there is direct and clear speech. According to Foucault (2011, p. 193), this discourse “é uma maneira de falar na qual, primeiramente, nada é dissimulado”. They are: a) *to overthrow the military dictatorship*; b) *annul all its acts since 1964*; c) *form a revolutionary government of the people*, etc. The first of them immediately establishes an affront to the regime, as it places the revolutionary movement on the opposite side of that of the military. The second goal is to annul all acts since 1964, and the annulment of the acts constitutes the annulment of the regime itself. The third objective, in line with the first two, aims to form a revolutionary government of the people, in which civilians would no longer respond to the will of the military. There are other objectives mentioned, but we will discard them for now to continue the analysis.

ES 04: Os banqueiros não podem queixar-se, pois, só no ano passado, tiveram lucro de 400 bilhões de cruzeiros velhos, enquanto isso, o bancário ganha salário mínimo, e ainda tem que trabalhar 25 anos para receber o dobro desse miserável salário. O Governo, por sua parte, nada pode dizer, uma vez que um ministro corrupto como Andreazza tem apartamento no valor de um bilhão de cruzeiros velhos e recebe comissões das firmas estrangeiras.

Parrhesia is therefore “telling everything”, “mas indexado à verdade: dizer tudo da verdade, não ocultar nada da verdade, dizer a verdade sem mascarar-la com o que quer que seja” (FOUCAULT, 2011, p. 11). By exposing the profit of bank owners, who *had a*

profit of 400 billion cruzeiros velhos, and then comparing it with the salary of the bank workers, *who earns minimum wage, and still have to work 25 years to receive twice that miserable salary*, Marighella presents to radio listeners the contradictions between a) the subjects at the top of the economic system vs. b) the salaried worker who will never reach this value. The direct exposure of these contradictions manifests the exercise of *parrhesia* in its essence, making the *parrhesiastic* game work, which does not only presuppose listening to the truth, but actions that can/should be triggered by this listening.

ES 05: A ditadura nos acusa de atentados pessoais e assassinatos, mas não confessa que matou Edson Souto, Marco Antônio Brás de Carvalho, "Escoteiro", Néelson José de Almeida, o sargento João Lucas Alves e tantos outros patriotas. E não confessa que submete os presos aos suplícios do pau-de-arara, dos choques elétricos e outros que deixariam os nazistas envergonhados.

Sequence 05 continues the exercise of exposing never-told truths to the general public, as the military regime controlled, through prior censorship, the Brazilian media. This sequence of statements, started by *(the dictatorship) does not confess that...* it seems to expose what is *secret, hidden*. We are again facing the *logos aléthes*.

o *lógos aléthes* não é simplesmente um conjunto de proposições que são exatas e podem receber o valor de verdade. O *lógos aléthes* é uma maneira de falar na qual, primeiramente, nada é dissimulado; na qual, em segundo lugar, nem o falso nem a opinião nem a aparência vêm se misturar ao verdadeiro; em terceiro lugar, é um discurso reto, um discurso que é conforme às regras e à lei; e, enfim, o *aléthes lógos* é um discurso que permanece o mesmo, não muda, não se corrompe e não se altera, não pode nunca ser vencido nem revertido nem refutado. (FOUCAULT, 2011, p. 193).

The enumeration of the names of the dictatorship victims breaks the secrecy of the investigations: *Edson Souto, Marco Antônio Brás de Carvalho, "Escoteiro", Néelson José de Almeida, sergeant João Lucas Alves and so many other patriots*. Then, another sequence along the lines of the previous one, which accuses the dictatorship of *not confessing* the torture applied to political prisoners in the form of *torture with pau-de-arara and electric shocks*. Torture and death are the fundamental themes of this ES 05. The subjects are named and, therefore, exposed, as data, as facts, as bodies victims of torture and death. The analogy with Nazism acts as an element of intensification of this truth, since, in this sequence, these tortures *would put the Nazis to shame*.

ES 06: Responderemos, olho por olho, dente por dente! A luta já começou!

Here, we highlight an acute manifestation of courage in Marighella's speech. By rescuing the memory of the Talion law, which consists of the strict reciprocity between crime and punishment, the revolutionary movement threatens retaliation against the military regime. Let's look at the concept of the penalty in Leviticus (24:17-20):

17 Todo aquele que ferir mortalmente um homem será morto. 18 Quem tiver ferido de morte um animal doméstico, dará outro em seu lugar: vida por vida. 19 Se um homem ferir o seu próximo, assim como fez, assim se lhe fará a ele: 20 fratura por fratura, olho por olho e dente por dente: ser-lhe-á feito o mesmo que ele fez ao seu próximo.

In sequence 06, we observe four important elements: a) the choice for the first person plural in *(we) will answer*, which points to the strength of the collective and not to the vulnerability of the individual; b) the memory of the Talion law in an *eye for an eye, a tooth for a tooth*, which levels the revolutionaries and the military in terms of equality of power (they are equivalent); c) the presence of exclamation, present in oral speech as an emphasis, which accentuates the relationship of action and reaction, in the form of a threat of retaliation; d) the presence of the past, in *the struggle has already begun*, which exposes the articulation, organization and planning of the revolutionary movement prior to the occupation of Rádio Nacional, reaffirming the idea that nothing is improvised in the armed struggle.

In these 6 (six) enunciative sequences, we've explored some important points in the exercise of *parrhesia* in Marighella's speech. The manifesto, in its entirety, as a historical document of Brazilian political resistance, is very rich and allows for several places of analysis, which we will not address in this paper due to the limitation of space. We pass, therefore, to the synthesis of the aspects observed in the analytical movement.

4 Final considerations

We highlight, in these final considerations, four important points that summarize the analysis carried out on Carlos Marighella's speech in the context of the occupation of Rádio Nacional, from the perspective of Foucauldian Discursive Studies, more particularly from the perspective of his last course in the *Collège de France*, on *parrhesia*.

First, we observe the coherence between saying and thinking about Carlos Marighella: it is an ethical question that legitimizes the authority of the *parrhesiast*. There is no room for dissimulation in the exercise of *parrhesia*. According to Foucault (2011, p. 11), “é preciso não apenas que essa verdade constitua efetivamente a opinião pessoal daquele que fala, mas também que ele a diga como sendo o que ele pensa”.

Secondly, there is in Marighella, as we can say that there was also in Socrates and the Cynics, a certain coherence between the enunciated truth (*lógos aléthes*) and the lived life (*bios aléthes*). The revolutionary who preaches armed struggle must fight with weapons until his death. For Foucault (2011) *aléthes bios* corresponds to: a) an undisguised life; b) an unmixed life; c) a straight life; d) an unchanging life. These four positions are observed in Marighella's discourse (*logos*), biography and bibliography.

Third, the exercise of *parrhesia* in Marighella's speech on Radio put him at risk. At the moments when a) he articulates the occupation of Rádio Nacional in São Paulo; b) the group transmits the pronouncement linked to a revolutionary movement; c) he utters slogans against the dictatorship (*Down with the military dictatorship!*); and d) he threatens retaliation against the military regime; the risk sets in. According to Foucault (2011, p. 12), “Para que haja *parresía*, é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixa-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É portanto a verdade, no risco da violência”. This risk became real, and culminated in Marighella's death, as Frei Betto tells us:

De dentro do Volks, Ivo reparou quando Marighella, sozinho, caminhava do outro lado da rua. Conhecia-lhe o porte e o passo. Apesar da peruca que usava, o comandante da ALN foi reconhecido pelos policiais antes de aproximar-se do carro. O tiroteio teve início, enquanto policiais abriam a porta do Volks e retiravam bruscamente os religiosos, pelo lado esquerdo. Ivo foi mordido nas nádegas pelo cão do DOPS. Deitados na calçada, os dois ficaram com o rosto virado para o chão. Não viram Carlos Marighella tombar morto do outro lado da rua. Apenas ouviram o tiroteio intermitente, que não deve ter durado mais de três ou quatro minutos. (BETTO, 2003, p. 188).

Fourthly, Marighella's pronouncement was configured as an exercise in *parrhesia* insofar as it tried to reach the Brazilian population more broadly, and *parrhesia* is defined as a joint practice, a practice with the other. For Foucault (2011, p. 13), “a *parresía* pode se organizar, se desenvolver e se estabilizar no que poderíamos chamar de um jogo

parresiástico. [...] O povo, o Príncipe, o indivíduo devem aceitar o jogo da *parresía*. Devem eles próprios jogá-lo e reconhecer que aquele que assume o risco de lhes dizer a verdade deve ser escutado”. Listening to revolutionary movements was configured as the principle of an action. Joint action that would lead, to some extent, to the end of the Brazilian military dictatorship in 1985.

Finally, we tried to demonstrate, through Foucauldian discursive studies, that the resistance to the military dictatorship carried out by Marighella took shape in the exercise of *parrhesia*. We emphasize, based on Foucault, that it takes courage to resist and that it takes courage to always defend Brazilian democracy. Democracies are fragile, and their existence must be reaffirmed at all times out of respect for those who died for history.

References

BETTO, F. **Batismo de sangue**: a luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês de Carlos Marighella e Frei Tito. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

FOUCAULT, M. **La peinture de Manet**. Éditions de Seuil, 2004.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

GREGOLIN, M. R. V. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. São Carlos: Claraluz, 2006.

MARIGHELLA, C. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/escritos.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MATEUS, S. Uma retórica parrhésica? Enquadramento de duas práticas retóricas contemporâneas. **Rétor - Revista de la Asociación Argentina de Retórica**, v. 06, n. 02, p. 198-215, 2016. Disponível em: <http://www.revistaretor.org/vol6num2.html>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MAZZOLA, R. **O cânone visual**: as belas-artes em discurso. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MAZZOLA, R. Parresía e retórica: notas sobre uma polêmica. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 07, n. 01, p. 150-177, jan.-abr. 2022.

Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/52549>. Acesso em: 01 abr. 2022.

MCCOY, M. **Platão e a retórica de filósofos e sofistas**. Trad. Livia Oushiro. São Paulo: Madras, 2010.

MOREIRA, R. A. “**É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer**”: um estudo da parresía no discurso de Carlos Marighella. 2014. Dissertação (Mestrado Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/4081>. Acesso em: 28 jan. 2022.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **Revista Moara**, v. 01, n. 57, p. 8-33, ago.-dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682/6672>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PLATÃO. **Diálogos III – Socráticos**: Fedro (ou do Belo); Eutífron (ou da Religiosidade); Apologia de Sócrates; Críton (ou do Dever); Fédon (ou da Alma). 2ª ed. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2015.

SÁ, I. **Memória discursiva da ditadura no século XXI**: visibilidades e opacidades democráticas. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7586/TeseIS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SILVA JÚNIOR, E. T. **Carlos, a face oculta de Marighella**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Appendix

MANIFESTO BY CARLOS MARIGHELLA BROADCAST ON RÁDIO NACIONAL ON AUGUST 15, 1969⁷

VOZ FEMININA: Atenção! Está no ar a Rádio Libertadora! Atenção! Está no ar a Rádio Libertadora! De qualquer parte do Brasil, para os patriotas de toda a parte. Rádio clandestina da Revolução. O dever de todo revolucionário é fazer a Revolução! Abaixo a ditadura militar! Atenção! As gravações em fita das transmissões da Rádio Libertadora, podem ser ligadas aos sistemas de alto-falantes dos bairros e subúrbios e irradiadas para o povo, mesmo que para isto tenhamos que empregar a mão armada.

⁷ Sound recording of the speech available at: <https://documentosrevelados.com.br/pronunciamento-de-carlos-marighella-na-radio-libertadora/>. Transcript of the speech available at: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/radio.htm>. Access January 28, 2022.

MARIGHELLA⁸: Ao povo brasileiro! Da cidade da guerra revolucionária, nela estamos empenhados com todas as nossas forças no Brasil. A polícia nos acusa de terroristas e assaltantes, não somos outra coisa senão revolucionários que lutam a mão-armada contra a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano. Nossos objetivos são os seguintes: derrubar a ditadura militar; anular todos os seus atos desde 1964; formar um governo revolucionário do povo; expulsar do país os norte-americanos, expropriar firmas, bens e propriedades deles e de quem com eles colaboram; expropriar os latifundiários; acabar com o latifúndio; transformar e melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias; extinguir, ao mesmo tempo e definitivamente, a política de aumento dos impostos, dos preços e aluguéis; acabar com a censura; instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização; retirar o Brasil da condição de satélite da política externa dos Estados Unidos e colocá-lo no plano mundial como uma nação independente; reatar ao mesmo tempo relações diplomáticas com Cuba e todos os demais países socialistas. Para combater a ditadura militar e atingir os objetivos aqui expostos não recebemos do estrangeiro nem armas nem recursos financeiros. As armas são obtidas mesmo no Brasil, são as armas capturadas nos quartéis e tomadas da polícia ou são aquelas que utilizaram os revolucionários em toda revolução, aquela libertas das forças armadas da ditadura como fizeram o capitão Lamarca e os valorosos sargentos, cabos e soldados que o acompanharam na retirada do quartel de Quitaúna. Esperamos que tais gestos continuem acontecendo e casos que sirvam de desmoralização dos gorilas e fortalecimento da revolução. Quanto ao dinheiro, é público e notório que os grupos revolucionários armados assaltam os bancos do país e expropriam os que enriqueceram e exploraram de forma brutal o povo brasileiro. Acabou-se a lenda do ouro de Moscou, de Pequim ou de Havana. Os banqueiros não podem queixar-se, pois, só no ano passado, tiveram lucro de 400 bilhões de cruzeiros velhos, enquanto isso, o bancário ganha salário mínimo, e ainda tem que trabalhar 25 anos para receber o dobro desse miserável salário. O governo, por sua parte, nada pode dizer, uma vez que um ministro corrupto como Andreazza tem apartamento no valor de um bilhão de cruzeiros velhos e recebe comissões das firmas estrangeiras. A ditadura nos acusa de atentados pessoais e assassinatos, mas não confessa que matou Edson Souto, Marco Antônio Brás de Carvalho, "Escoteiro" - Néelson José de Almeida, o sargento João Lucas Alves e tantos outros patriotas. E não confessa que submete os presos aos suplícios do pau-de-arara, dos choques elétricos e outros que deixariam os nazistas envergonhados. Os meios que a ditadura militar brasileira emprega para combater e reprimir o povo são meios bárbaros e indignos, destinados a defender os interesses próprios dos militares no poder, os interesses dos grandes capitalistas, dos latifundiários e do imperialismo dos Estados Unidos. Ao contrário, os meios que os revolucionários estão utilizando para o combate à ditadura militar são legítimos e inspirados por sentimentos patrióticos. Nenhum homem honrado pode aceitar a vergonha e a monstruosidade do regime instituído pelos militares e suas forças armadas no Brasil. Responderemos, olho por olho, dente por dente! A luta já começou! Há um ano de atividades de grupos armados, conseguimos castigar o inimigo que já lamenta seus mortos e, embora a contragosto, reconhece a existência da guerra revolucionária. Desde o início de sua atuação até agora, os grupos armados expropriaram os banqueiros nacionais e estrangeiros e as firmas seguradoras do capital (...) conturbando a rede bancária brasileira. E expropriaram os grandes comerciantes, as firmas imperialistas, o governo federal e os governos estaduais. Entre as ações já praticadas pelos grupos armados, inclui-se a heroica operação guerrilheira que libertou o sargento Antônio Prestes e os demais companheiros presos na penitenciária Lemos de Brito, em pleno Rio de Janeiro; o justicamento do capitão norte-americano Charles Chandler, que veio da guerra do Vietnã para fazer espionagem da CIA no Brasil, é outra prova de que os grupos revolucionários armados estão atentos na defesa da nossa soberania e na preservação dos interesses nacionais. As demonstrações realizadas no país contra

⁸ Transcription information: (...) inaudible words; between [] added words.

Rockfeller, especialmente no Rio, São Paulo e Brasília, em que tiveram papel saliente os estudantes, testemunha, por seu lado, que os norte-americanos são repudiados no Brasil e só contam com o apoio da ditadura militar brasileira. Mas esta é uma ditadura cuja política de traição nacional se tornou por demais conhecida para ser encoberta, ou camuflada pelos gorilas. A guerra revolucionária que estamos fazendo é uma guerra prolongada que exige a participação de todos, é uma luta feroz contra o imperialismo norte-americano e contra a ditadura militar brasileira que funciona como agência dos Estados Unidos dentro de nossa Pátria, é a continuação da luta heroica de Che Guevara iniciada na Bolívia, é uma luta profunda, ligada à transformação da sociedade brasileira. Nossa luta de libertação do povo não pressa nem tem prazos. Não é uma quartelada, um golpe militar ou uma farsa para substituir, uns pelos outros, os homens no poder, deixando intacta a estrutura de classes da sociedade brasileira. Eis porque, todos os grupos armados revolucionários que estão lutando, devem prosseguir com a guerrilha urbana como temos feito sistematicamente até aqui, assaltando bancos, atacando quartéis, expropriando, intensificando o terrorismo de esquerda, justificando, sequestrando, praticando em larga escala sabotagem para tornar desastrosas as circunstâncias em que o governo tem de agir. Devemos atacar por todos os lados com muitos grupos armados diferentes de pequenos efetivos, compartimentá-los uns dos outros e mesmo sem elos de ligação, a fim de dispersar as forças do governo na perseguição; devemos aumentar gradativamente os distúrbios da guerrilha urbana numa sequência interminável de ações imprevisíveis, e de tal modo, que as tropas do governo não possam deixar a área urbana sem risco de desguarnecer as cidades. São essas circunstâncias desastrosas para a ditadura militar que permitem aos revolucionários desencadear a guerrilha rural em meio a um incremento incontrolável da rebelião urbana. Buscando a participação das massas na luta contra a ditadura militar e pela libertação do país do jugo dos Estados Unidos, nosso próximo passo deve ser a luta no campo. E esse será o ano da guerrilha rural. É esta a hora e a vez dos camponeses cujo instinto para o conhecimento do terreno, a astúcia para enfrentar o inimigo, a capacidade de comunicação com os explorados e oprimidos e os humilhados de todo o país, constituem uma arma certa da revolução. Assumir o campo, enfrentar a luta pela terra, pela eliminação do latifúndio, expropriar os latifundiários, queimar suas plantações, matar seu gado para matar a fome dos famintos, invadir as terras, justificar os grileiros e os norte-americanos envolvidos com os grileiros em compras de terras, levar ao fundo do país a mesma inquietação e o mesmo terror que já dominam os militares, os imperialistas e as classes dominantes nas cidades. Eis aí o objetivo a atingir na segunda fase da guerra revolucionária. Sem abandonar a guerrilha urbana, os grupos revolucionários armados devem com sua habilidade heroica ajudar o desencadeamento da guerrilha rural; nossos esforços devem convergir para a construção e o reforçamento da aliança armada dos operários e camponeses e sua coligação com os estudantes, os intelectuais, os eclesiásticos e a mulher brasileira. Essa aliança é o grande pedestal da luta no campo e da guerrilha rural, de onde surgirá o Exército Revolucionário de Libertação do Povo. Tudo pela unidade do povo brasileiro! Abaixo a ditadura militar! Fora do país com os norte-americanos!

Received on 02 February 2022

Accepted on 20 July 2022

Published on August 2022

Renan Mazzola

E-mail: mazzola.renan@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4124-3522>

O acontecimento da *trollagem* na ordem do discurso político brasileiro: limites entre o humor e o discurso de ódio

The event of trolling in the order of Brazilian political discourse: boundaries between humor and hate speech

Myllena Araujo do Nascimento

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil

Amanda Braga

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil

Resumo: O artigo objetiva analisar o acontecimento da *trollagem* na ordem do discurso político brasileiro, ocupando um lugar no limiar entre o humor e o discurso de ódio. Considerando o impacto da internet no cenário político e a ascensão da extrema direita, bem como as práticas discursivas que daí emergem, a discussão contemplará a irrupção e o funcionamento da *trollagem* política no Brasil. O intuito será o de demonstrar que a *trollagem*, aqui tomada como acontecimento, provocou uma mutação discursiva em relação aos modos de dizer do discurso de ódio no interior do discurso político, uma vez que este último, na contemporaneidade, adota estratégias humorísticas anteriormente regulares apenas em ambiente digital. Com vistas a tal discussão, serão analisados dois enunciados produzidos pela extrema direita brasileira, particularmente materializados em uma fala pública e em um gesto público. Como aporte teórico-metodológico, utilizaremos as ferramentas oferecidas pelos Estudos Discursivos Foucaultianos, sobretudo no que concerne ao método arqueológico proposto por Michel Foucault e às noções de enunciado e acontecimento.

Palavras-chave: Discurso político; *Trollagem*; Humor; Discurso de ódio

Abstract: The article aims to analyze the event of *trolling* in the order of Brazilian political discourse, occupying a place on the threshold between humor and hate speech. Considering the impact of the internet on the political scene and the rise of the extreme right, as well as the discursive practices that emerge from it, the discussion will contemplate the emergence and functioning of political *trolling* in Brazil. The objective will be to demonstrate that *trolling*, here taken as an event, provoked a discursive mutation in relation to the ways of saying hate speech within the political discourse, since the latter, in contemporary times, adopts previously regular humorous strategies only in a digital environment. With view to this discussion, two statements produced by the Brazilian extreme right will be analyzed, particularly materialized in a public speech and in a public gesture. As a theoretical-methodological contribution, we will use the tools offered by Foucaultian Discursive Studies, especially regarding the archaeological method proposed by Michel Foucault and the notions of statement and event.

Keywords: Political discourse; Trolling; Humor; Hate speech



1 Introdução

“Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim”. Eis aí a declaração proferida pelo atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, no dia 18 de fevereiro de 2020, em entrevista a um grupo de apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada (URIBE, 2020). Com tal declaração – aparentemente inofensiva, seguida por risos tanto de Bolsonaro, quanto dos demais presentes –, o presidente insulta, haja vista a conotação sexual do enunciado, a jornalista da *Folha de São Paulo*, Patrícia Campos Mello. O insulto foi uma referência à matéria, publicada em dezembro de 2018, em que a jornalista revela a contratação de empresas de marketing para envio de mensagens em massa durante a campanha eleitoral de 2018, o que teria beneficiado a eleição do presidente. Em razão desta denúncia, Patrícia Campos Mello seria duramente perseguida por grupos de direita, e o seria ainda mais ao ter sua revelação colocada em xeque por um ex-funcionário de uma dessas empresas, em depoimento à CPMI das Fake News. A declaração de Jair Bolsonaro é uma resposta à jornalista e um gesto de apoio ao depoente, que seria, inclusive, desmentido pela *Folha de São Paulo* naquele mesmo dia (VEJA, 2020). Mais do que isso: a declaração do presidente, assim como outras proferidas por ele e por seus simpatizantes, é um enunciado que atesta o acontecimento (FOUCAULT, 2014; 2020) da *trollagem* no interior da ordem do discurso político brasileiro, ocupando um lugar no limiar entre o humor e o discurso de ódio.¹

Para compreender este acontecimento, é preciso, antes, dizer que, até 1998, o arquivo do discurso político era mais homogêneo, o que significa que seu modo de produção era mais regular (SARGENTINI, 2015). Nos últimos 20 anos, entretanto, uma série de fatores, das mais diversas ordens, perturbaram esta homogeneidade: a popularização da internet, o intenso uso das redes sociais pelos sujeitos políticos e, mais recentemente, a ascensão da extrema direita e a proliferação das *fake news*, acabaram por produzir descontinuidades na ordem do discurso político.² E um dos aspectos que sofreu

¹ Adotaremos o conceito de discurso de ódio tal como definido pela ONU: “O termo discurso de ódio é entendido como qualquer tipo de comunicação na fala, na escrita ou no comportamento que ataque ou use linguagem pejorativa ou discriminatória com referência a uma pessoa ou a um grupo com base em quem eles são, ou seja, com base em sua religião, etnia, nacionalidade, raça, cor, descendência, gênero ou outro fator de identidade” (UNITED NATIONS, 2019, p. 2).

² Fazemos aqui uma distinção entre a direita moderada/ *mainstream*, que prevaleceu no sistema político brasileiro desde a redemocratização e que possui como principal característica a defesa da economia de mercado; e a direita radical/ extrema direita, que se sobrepôs após a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições

descontinuidade foi a utilização do humor. A este respeito, podemos dizer que a campanha presidencial de 2014, no Brasil, já havia promovido uma ruptura em relação às campanhas anteriores em virtude do uso do humor agressivo, embora amenizado por ataques sutis ou indiretos, aparentemente inofensivos (CHIARI, 2021). Entre as campanhas de 2014 e 2018, entretanto, assistiu-se a uma considerável ampliação e intensificação na recorrência e no grau de agressividade do humor. Isto porque, em 2018, viabilizou-se um humor empregado como discurso de ódio. Tratou-se de uma campanha cujo grau de agressividade foi classificado como “descontrolado, puro e tolerante”: “Consiste na desqualificação do outro por meio de ataques, provocações, ameaças e acusações diretas. Encontra-se no limiar entre a agressividade simbólica e a física” (CHIARI, 2021, p. 38). É este tipo de humor agressivo, regularmente utilizado pelo atual presidente e por seus respectivos aliados, que caracteriza a *trollagem*.

Neste trabalho, consideramos o conceito de *trollagem* política tal como cunhado por Lamerichs et al: “não apenas como um ato de postar mensagens e memes de ódio, mas como um fenômeno mais amplo por meio do qual os usuários se envolvem em um comportamento influente e tóxico” (2018, p. 182-183). Nestes termos, consideramos a *trollagem* como um acontecimento que, na ordem do discurso político e sob o véu de um discurso humorístico e inofensivo, viabiliza uma escalada de discursos autoritários e conservadores, provocando uma descontinuidade do uso do humor no cenário político e fomentando o recrudescimento de discursos de ódio direcionados a determinados grupos sociais. É este acontecimento que propomos aqui discutir, considerando sua irrupção e seu funcionamento na dispersão do discurso político brasileiro. Como *corpus* de análise, tomaremos dois enunciados produzidos pela extrema direita brasileira, particularmente materializados em uma fala pública e em um gesto público.

2 O acontecimento da *trollagem*: irrupção e funcionamento

Apesar da recente visibilidade do termo *troll*, particularmente obtida no início da década de 2010, o primeiro registro da nomenclatura provém da plataforma *Usenet*, criada em

de 2018 e que pode ser caracterizada como tendo uma perspectiva econômica neoliberal, pautas conservadoras e interferência do Estado em escolhas privadas dos cidadãos, além de aversão ao sistema político e perseguição aos opositores (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019).

1979, nos Estados Unidos.³ A migração, de parte dos *trolls*, deste tipo de plataforma para redes sociais como Twitter, Facebook e Tumblr se deu muito em virtude da ascensão da *alt-right* (abreviação do termo *alternative-right*, ou “direita-alternativa” em português) no contexto político ocidental, principalmente após a eleição do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em 2016. Lamerichs et al (2018) afirmam que a *alt-right* tem uma longa história de ligação à extrema direita americana, que vem crescendo consideravelmente desde os anos 90, com a disseminação de um patriotismo exacerbado. Neiwert (2017 *apud* LAMERICHS et al 2018, p. 181) define a *alt-right* dos últimos anos como um “movimento que consiste em grupos aparentemente desconectados – nativistas, patriotas, supremacistas brancos e nazistas autodeclarados, para nomear alguns”. São grupos que, embora classificados de forma homogênea, possuem agendas conflitantes; e justamente essas ideias conflitantes teriam produzido o imenso e singular universo intitulado de “direita alternativa”, que tem origem nas ideias nacionalistas brancas, nos ideólogos “tradicionalistas” de extrema direita e cujos adeptos são recrutados e organizados majoritariamente através da *web*.

Dentre as várias práticas discursivas (FOUCAULT, 2016) inerentes à direita alternativa, a maestria na arte da *trollagem* foi o que a inseriu no cenário nacional. Um *troll* da internet é:

alguém que promove a discórdia online, provocando fortes reações emocionais nos leitores e, muitas vezes, mudando o assunto da conversa. A trollagem nem sempre tem um propósito político óbvio; um troll pode estar procurando nada além de um momento de diversão niilista. A trollagem pode assumir a forma de insultar a aparência de alguém ou dar deliberadamente maus conselhos sobre um problema tecnológico, por exemplo. Mas a Alt-Right usa a trollagem com um propósito. Ao sair de sites especificamente voltados a um público radical de direita e participar de discussões em outros fóruns, como, por exemplo, nas seções de comentários dos principais locais de notícias, YouTube e, especialmente no Twitter, a Alt-Right é capaz de circular amplamente sua mensagem. Trolls da Direita Alternativa ajudam a dispersar as visões do movimento muito além do que seria possível se o movimento só pudesse ser encontrado em suas próprias plataformas. (HAWLEY, 2017, p. 19-20)

Assim, a *trollagem* seria, primeiramente, uma prática discursiva que ataca a sensibilidade do interlocutor e que desvia do assunto em pauta após obter sucesso, bem

³ *Usenet* é uma rede distribuída, ou seja, uma rede que não é controlada por uma única fonte. Ela funciona com servidores de diferentes *hosts* se alimentando mutuamente, distribuindo e armazenando dados. Em tal rede, os usuários postam mensagens de texto em fóruns que são agrupados por assunto.

como que objetiva o humor a despeito dos meios agressivos empregados em sua conquista. Mas, para além disso, a *trollagem*, tal como utilizada pela direita alternativa, é ainda uma prática discursiva que auxilia na disseminação de mensagens produzidas no interior do movimento, lançando mão do humor na distribuição de mensagens de ódio. Desse modo, enquanto os antigos movimentos nacionalistas brancos são considerados reacionários, amargos e antissociais, a contemporânea direita alternativa se apresenta como alegre e jovial, mesmo quando os membros deste grupo dizem coisas abomináveis. À proporção que os primeiros não acreditam na existência do Holocausto, por exemplo, a segunda trata o genocídio cometido pelos nazistas como uma piada. Essa diferença discursiva em torno de um mesmo assunto favorece apoiadores em potencial à direita alternativa, pois este grupo atrai novos membros com ousadia (*edginess*) e diversão. Essas idiossincrasias são responsáveis por um paradoxo da *alt-right*, pois a adesão a grupos de *trollagem* e não a movimentos como a *Ku Klux Klan* se dá exatamente pelo fato de a potencial ameaça da direita alternativa ser aparentemente menor, o que gera ainda mais temor à política tradicional (HAWLEY, 2017).

O deslocamento da *trollagem* de seu ambiente usual para as mídias digitais populares acarreta algumas mudanças nesta prática. Sanfilippo e Fichman (*apud* ANTUNES, 2019) apresentam a existência de dois perfis de *trolls* nas mídias sociais: os sociais e os políticos. Os sociais são impulsionados pela busca do pertencimento ou da confiança pessoal. Os *trolls* políticos, por sua vez, atacam os argumentos dos opositores em seções de comentários ou mídias sociais e *sites* de notícias, plataformas em que espalham seus ideais. A *trollagem* política, além de ser uma prática de usuários comuns da *web*, tornou-se, principalmente a partir das eleições estadunidenses de 2016, uma prática regular entre políticos simpatizantes da direita alternativa, que utilizam suas estratégias discursivas, sem necessariamente serem membros do movimento. Stein (*apud* ANTUNES, 2019) aponta o ex-presidente Trump como um praticante da *trollagem*, pois, além de compartilhar, em suas redes sociais oficiais, conteúdos produzidos por *trolls*, como *memes* e tweets, o republicano também usa estratégias discursivas idênticas para atacar seus adversários políticos. Assim, aquilo que anteriormente poderia ser lido como uma forma de humor, ainda que questionável, acaba por assumir uma agenda política com vertente extremista de direita. Uma política nihilista e de desprezo à humanidade: “Os *trolls* contemporâneos acham a dor divertida e a utilizam como uma arma da qual obtêm

diversão e poder às custas do bem-estar mental, físico ou emocional de outra pessoa” (OLSON; LAPOE, 2017, p. 119).

De forma análoga, representantes políticos brasileiros também vêm utilizando a *trollagem* para chamar a atenção de possíveis seguidores. O guru da extrema direita brasileira, recentemente falecido, Olavo de Carvalho, por exemplo, publicou em suas redes sociais a foto e o endereço do jornalista Denis Russo Burgierman (SILVA, 2019). O ataque ocorreu em virtude de uma matéria publicada sobre o filósofo na revista *Época*, o que rendeu ao jornalista o título de inimigo por parte de Olavo de Carvalho. A atitude de Carvalho representa um caso de *doxxing* (ação de revelar informações de identificação sobre alguém na internet). Casos como esse comprovam o viés ideológico da *trollagem*, nos quais há a imposição de ideais políticos, usados como pretexto para os ataques. São práticas de vanglória e humor inflamatório, que funcionam como um agitador e que provocam choques emocionais naqueles que não pertencem ao grupo. Assim, a exploração da *trollagem*, no âmbito político brasileiro, mobiliza certas emoções preponderantes na esfera das sensibilidades das sociedades de massa, como a raiva e o ressentimento, que inflamam a polarização política e incentivam a disseminação de discursos de ódio.

A conquista da presidência brasileira por Jair Bolsonaro – ou pelo “Partido dos Trolls”, conforme Avelar (2020) – não apenas promoveu a ascensão e a popularização da extrema direita no país, como também ofereceu vazão à utilização da *trollagem* digital, usada incessantemente pelo grupo ideológico do bolsonarismo nas redes sociais, sobretudo no WhatsApp, e cujo emprego assume uma série de regularidades retóricas:

atuação reiterada nos mesmos veículos, registro extremamente agressivo contra o interlocutor ou o sujeito tematizado no discurso, desconsideração completa da diferença entre verdade factual, hipótese não fundamentada e pura invenção, modo hiperbólico do discurso, postulação permanente de algo oculto e adoção de uma ambiguidade acerca da seriedade ou não do enunciado e da crença ou descrença do sujeito enunciadador nele. (AVELAR, 2021, p. 256)

Um dos aspectos apontados pelo autor é fundamental para entender o uso da *trollagem* como estratégia discursiva com fins políticos: a incerteza sobre a veracidade das informações objetiva sustentar a denegação automática, caso o enunciado seja desmentido ou questionado, além de conceder o humor necessário à conservação da atenção do usuário na efemeridade das redes sociais. Desse modo, o *troll* opera em um

jogo discursivo em que verdade e mentira se amalgamam e se confundem no interior da ordem discursiva digital. Esse contexto de proliferação de enunciados que fogem ao escopo das instâncias e dos mecanismos de apuração da veracidade dos discursos se entrecruza com a luta pelo domínio da “verdade” fomentada pela guerra cultural. E esta guerra cultural, conforme Rocha (2021, p. 113), “implica um entendimento fundamentalista do mundo, cujo corolário é a eliminação pura e simples de tudo que seja diverso”. É a partir dessa concepção agônica de disputa cultural, em que não há espaço para o diálogo democrático, que a estratégia discursiva bolsonarista conquistou espaço no contexto político brasileiro. E é nesse ínterim que a *trollagem* deixa de ser uma “brincadeira” de alguns *trolls* da *web*, e passa a ser uma estratégia de proliferação de discursos de ódio por parte de membros do núcleo ideológico da extrema direita brasileira.

Dito isto, e considerando as distinções antes apresentadas entre o uso do humor e os níveis de agressividade entre as eleições de 2014 e 2018, pode-se então dizer que a prática da *trollagem* se configura como um acontecimento, compreendido conforme Foucault (2014; 2020), na ordem do discurso político brasileiro. Por um lado, concebemos na condição de acontecimento (FOUCAULT, 2020) os enunciados que materializam a *trollagem*, haja vista o fato de que produzem, mediante seu funcionamento e no interior do arquivo do discurso político, uma série de descontinuidades, particularmente aquelas que concernem ao uso do humor neste cenário. Por outro lado, concebemos também como acontecimento o próprio funcionamento e a própria dispersão do fenômeno da *trollagem* no interior das relações de poder. Afinal, também segundo Foucault (2014), um acontecimento é “sempre uma dispersão; uma multiplicidade. É o que pesa aqui e ali; é policéfalo”. Trata-se de algo que “se dispersa entre instituições, leis, vitórias e derrotas políticas, reivindicações, comportamentos, revoltas, reações” (FOUCAULT, 2014, p. 175). Assim, considerar a *trollagem* como acontecimento é considerar um fenômeno que tanto se materializa nos enunciados que produz, quanto se dispersa no interior da luta política, promovendo aí rupturas de ordens diversas.

3 Materialidades da *trollagem*: falas públicas e gestos públicos

Em trabalho anterior (NASCIMENTO; BRAGA, 2021), analisamos o funcionamento da *trollagem* em *memes* produzidos pela direita alternativa brasileira. Aqui, considerando a dispersão da *trollagem* no interior da luta política, nossa proposta é a de estender esta análise a mais dois tipos de materialidade: as falas públicas e os gestos públicos. Para tanto, partimos da ideia foucaultiana (1999, p. 56-57) segundo a qual, a despeito da comum tendência a uma visão teleológica dos acontecimentos, seria preciso considerá-los não a partir de noções como consciência e continuidade, mas a partir de noções como “as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência, transformação”. Desse modo, os estudos discursivos foucaultianos não objetivam compreender o jogo de causas e efeitos que perpassa os acontecimentos, mas “estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição” (FOUCAULT, 1999, p. 56). Assim, é na dispersão de enunciados que já nos apresentou a *trollagem* materializada em *memes* políticos da extrema direita que analisaremos, aqui, o funcionamento do acontecimento da *trollagem* em falas e gestos públicos no contexto político brasileiro. Quais as condições de possibilidade para a ascensão da *trollagem* na língua estatal? Por que estes enunciados e não outros em seu lugar?

Começamos nossa análise pelo enunciado descrito na abertura deste artigo. Ali, em fevereiro de 2020, Jair Bolsonaro profere uma declaração misógina sobre Patrícia Campos Mello, jornalista da *Folha de São Paulo*, em referência ao depoimento de um ex-funcionário de uma agência de marketing na CPMI das Fake News. A jornalista havia sido responsável por matérias jornalísticas que revelaram a contratação de tais empresas durante a campanha eleitoral de 2018, motivo pelo qual havia sido duramente perseguida. Além de tal ofensa, no mesmo pronunciamento, Bolsonaro ainda utiliza o contexto derrisório para disparar um discurso agressivo contra o PT, seu principal adversário durante as eleições presidenciais:

Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim [risos dele e dos demais]. Lá em 2018 ele [Hans] já dizia que ele chegava e ia perguntando: “O Bolsonaro pagou pra você divulgar pelo WhatsApp informações?”. E outra, se você fez *fake news* contra o PT, menos com menos

dá mais na matemática, se eu for mentir contra o PT, eu tô falando bem, porque o PT só fez besteira. (URIBE, 2020)

Foucault (1999) afirma que os discursos devem ser tomados como conjuntos de acontecimentos discursivos. E esses acontecimentos não são imateriais, ao contrário disto, eles se efetivam na materialidade: os acontecimentos são produzidos “como efeito de e em uma dispersão material” (1999, p. 58). Assim, tomamos o enunciado acima como um acontecimento que irrompe e se inscreve em um conjunto de formulações heterogêneas nas quais se dispersa a *trollagem* no cenário político brasileiro contemporâneo. Trata-se de um enunciado que, ancorado entre o humor e a agressividade, remete-nos ao uso estratégico da derrisão no discurso político. Feuerhahn (2001) assevera que o ridículo e a derrisão possuem como pontos em comum o desprezo e a subtração valorativa do objeto ao qual se referem. A derrisão apresenta-se, pois, como estratégia de desvalorização e exclusão dos objetos sociais considerados desprezíveis. Logo, o riso da derrisão é um riso que se fundamenta no menosprezo, a partir do qual se sinaliza um movimento duplo: por um lado, ele intensifica o sentimento de pertencimento entre aqueles que compartilham os valores conferidos ao objeto; e, por outro lado, pressupõe um distanciamento em relação a tal sentimento, haja vista o contexto supostamente humorístico.

Isto posto, o emprego derrisório da palavra “furo”, em tais condições de possibilidade, viabiliza a inferência de uma ambiguidade por parte do interlocutor: no primeiro momento em que o presidente menciona o termo, ele remete ao jargão jornalístico, que designa a publicação de uma notícia ou informação com exclusividade; já na segunda vez que enuncia essa mesma palavra, ele recupera a conotação misógina do termo, numa insinuação de que a jornalista estaria desejando ter relações sexuais com ele. Este jogo enunciativo opera de acordo com o duplo sentido da derrisão: da mesma forma que o riso partilhado entre Bolsonaro e seus apoiadores marca a misoginia dos mesmos em relação à jornalista, ele também sinaliza o distanciamento desses sujeitos em relação às possíveis represálias que daí poderiam decorrer, tendo em vista que “o humor possibilita dizer ou sugerir ideias desagradáveis, sem medo de represálias ou reações violentas” (ZIV; DIEM, 1987 *apud* MERCIER, 2001, p. 11).

Aliás, o uso da derrisão com o objetivo de referir-se aos órgãos sexuais da jornalista insere-se em uma recorrente prática discursiva de líderes populistas machistas.

Conforme Finchelstein (2019, p. 280), “essa vulgaridade e obsessão machista com os órgãos sexuais não são ocasionais e mostram bem uma tendência peculiar do populismo recente”. Assim como Bolsonaro, o ex-presidente equatoriano Abdalá Bucaram também proferiu, em diversas ocasiões, enunciados com conotações sexuais, a exemplo de quando comparou os seus “grandes tomates” aos órgãos genitais dos seus opositores políticos. De la Torre (*apud* FINCHELSTEIN, 2019) explica que tais líderes exibem sua virilidade como uma forma de resistência às “elites afeminadas”. Em suas falas objetificadoras relativamente ao gênero feminino, eles alegam expressar o que todos os homens pensam, mas não podem dizer. Segundo tais líderes, seus atos e corpos reiteram a masculinidade do povo: o “povo”, neste caso, diz respeito somente aos seus seguidores masculinos. São discursos que resultam na manutenção de estereótipos que subordinam as mulheres e ampliam o pacto de poder autoritário machista.

Tais recursos da derrisão integram a estética retórica da *trollagem* usada pela extrema direita, sendo o enunciado de que tratamos um dos elementos dessa cadeia discursiva. Afinal, a ambiguidade característica da derrisão também é um traço adotado pela *trollagem*, já que ela confere a incerteza sobre a seriedade ou não do enunciado e da crença ou descrença do locutor naquilo que enuncia, garantindo a função de denegação automática caso o enunciado seja desmentido ou questionado (AVELAR, 2021). No caso aqui analisado, Bolsonaro emite declarações machistas contra a jornalista, além de proferir hipóteses não fundamentadas sobre a conduta política do Partido dos Trabalhadores. Apesar dos possíveis efeitos negativos do seu discurso, ou mesmo da reponsabilização que sobre ele possa recair, o presidente utiliza a denegação automática inerente à *trollagem* como uma rota de fuga para as consequências de seus atos.

Assim, o uso da *trollagem* como uma tentativa de atenuação da seriedade acerca da produção de discursos injuriosos vai de encontro à responsabilidade inerente a este tipo de enunciação. Segundo Butler (2021, p. 54), “quem enuncia o discurso de ódio é responsável pela maneira como ele é repetido, por reforçar esse tipo de discurso, por restabelecer contextos de ódio e injúria”. Uma vez compartilhado nas redes sociais, o discurso de ódio atinge a vítima não apenas simbolicamente, mas também através de ameaças reais, pois a enunciação pública de um discurso de ódio misógino, realizada pelo sujeito que ocupa o mais alto cargo do poder executivo do país, sustenta o machismo estrutural existente no Brasil e alimenta a rede enunciativa que distribui esse discurso em

outros contextos enunciativos. Afinal, “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2016, p. 121).

E é justamente considerando tais séries e sucessões, que se pode caracterizar a *trollagem* bolsonarista como toda uma prática discursiva que mantém um regular humor agressivo em sua manifestação; um humor repleto não só de críticas e ataques verbais puros, mas também de vários mecanismos discursivos que têm como objetivo a desqualificação do outro por meio do ridículo. Uma *trollagem*, portanto, que utiliza a derrisão tanto para deslegitimar seus oponentes, quanto para esquivar-se de questionamentos considerados problemáticos. Basta dizer que a declaração aqui analisada, mais particularmente o enunciado “Ela queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim”, foi proferido logo após o presidente ser questionado por um jornalista a respeito do assunto tratado por Patrícia Campos Mello em sua matéria.

Mas o acontecimento da *trollagem* no discurso político não se restringe às falas públicas, ele se estende, ainda, aos gestos públicos. Vejamos o enunciado abaixo:

Figura 1 – Gesto antissemita usado pelo ex-assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República



Fonte: *BBC News Brasil* (POR QUE, 2021)

Durante uma sessão do Senado em que parlamentares cobravam a saída do chanceler Ernesto Araújo do cargo, em 24 de março de 2021, o assessor internacional da presidência, Filipe Martins, foi flagrado fazendo gesto antissemita às costas do presidente

do Senado, Rodrigo Pacheco. O assessor juntou o polegar ao indicador, manteve os demais dedos esticados e fez movimentos repetitivos com a mão ao lado do paletó. A crítica que lhe fez frente se deu em razão da ligação deste gesto a movimentos racistas. Os três dedos esticados exprimem a letra *w*, numa alusão à palavra *white* (branco). O círculo formado, por sua vez, faz referência à letra *p*, numa referência à palavra *power* (poder). O símbolo, então, representa o poder branco. Apesar das acusações, Martins refutou posteriormente qualquer conotação racista no gesto e asseverou que estava apenas arrumando a lapela do terno (URIBE; COLETTA; CARVALHO, 2021).

O uso de gestos que possuem um duplo sentido, ou seja, um sentido para determinado grupo e outro para a maior parte da população, é componente de uma política intitulada *dog whistle* (apito de cachorro). Essa política faz uso de uma linguagem codificada que significa uma coisa para a população em geral, mas tem significado específico para o subgrupo que é seu alvo. Assim, esse subgrupo compreende a mensagem e se empodera (NEMER, 2020 *apud* ALESSI; HOFMEISTER, 2020). Trata-se de uma política que faz parte do uso estratégico da *trollagem*, lançando mão de códigos disseminados entre seus membros para possibilitar a difusão de discursos de ódio no cenário público. Essa estética, muito utilizada pela direita alternativa estadunidense, foi apropriada pela extrema direita brasileira e vem sendo utilizada por alguns adeptos dessa ideologia, como podemos perceber no enunciado em questão. Assim como os outros modos de materialização da *trollagem*, o uso de gestos injuriosos fora de determinadas bolhas ideológicas pode causar efeitos negativos aos sujeitos que praticam tais atos, haja vista as críticas feitas ao assessor. No entanto, a denegação automática e a dubiedade intrínsecas à *trollagem* são possíveis rotas de fuga utilizadas pelos *trolls*.

Para além do sentido, também o tipo de humor empregado no gesto fica restrito a um dado grupo. Trata-se, aqui, especificamente, do humor da superioridade. Nele, não há a coparticipação dos pares presentes na comunicação, uma vez que apenas o *troll* e os integrantes do seu grupo possuem o conhecimento do estatuto de seriedade da sua prática, direcionando os outros interlocutores a um estado de minoridade kantiano (FOUCAULT, 2010). O humor da superioridade opera sob uma lógica de pertencimento grupal na qual seus integrantes mobilizam sensibilidades tóxicas semelhantes, como a indignação e a raiva, em relação aos demais. Assim, o gesto de Filipe Martins é tanto um aceno aos outros *trolls* quanto uma externalização da sua “superioridade” relativamente aos demais

interlocutores, que não possuem o conhecimento acerca da seriedade/ humor daquele gesto em relação ao movimento supremacista branco.

Naquilo que concerne à repercussão de tais atos, importa frisar que os *trolls* políticos se valem da polêmica produzida para desviar o foco do debate público, que passa a focar no próprio ato da gesticulação. Sobre essa característica da *trollagem*, Avelar nos diz que:

Definidora de troll é a quantidade infinita de tempo e de energia dedicada à arte de intervir repetidamente em uma conversa de forma a dinamitar as condições de possibilidade daquela conversa, enquanto transforma o próprio frangalho de diálogo que sobra em um eterno bate-boca sobre ele próprio, sobre quem é ele, sobre o que ele faz. Isso é um troll. (AVELAR, 2021, p. 260)

Desse modo, a utilização de uma linguagem codificada através de gestos pouco usuais no cotidiano dos *normies*, isto é, das pessoas que não são *trolls*, provoca uma centralização do debate em torno de seus possíveis significados e do seu grau de seriedade e/ou de brincadeira. Este movimento desvia o debate político relativo a assuntos de grande relevância para assuntos pontuais, como os próprios gestos. Desse modo, membros da extrema direita brasileira que se inspiram na estética da direita alternativa estadunidense fazem uso dessa prática para pautar e conduzir os rumos da política no país. Prova disso é que o enunciado aqui analisado foi produzido durante um período crítico da pandemia no Brasil, durante o qual milhares morriam em decorrência do coronavírus e durante o qual várias críticas, de diferentes setores da sociedade, eram tecidas no tocante à condução negacionista do Governo Federal. Com o acontecimento deste enunciado, entretanto, muitos dos debates que poderiam estar centralizados na pandemia, voltaram-se à sua elucidação.

Assim, o acontecimento da *trollagem* no discurso político brasileiro, materializado em distintas materialidades, como falas e gestos públicos, é possibilitado pelo recrudescimento de discursos autoritários no cenário político do país. Courtine (2006, p. 77), ao estudar o fenômeno autoritário, afirma que “a análise do discurso não pergunta se o que o discurso diz é verdade, mas tenta perguntar como o discurso assegura como verdade o que foi construído”. Então, cabe aos sujeitos que lutam por uma democracia igualitária entender o funcionamento dessa estratégia discursiva, que encoberta discursos de ódio através do humor, e combater os seus efeitos nocivos de perseguição e de imposição de determinadas narrativas como verdadeiras.

4 Conclusão

É a ascensão da extrema direita no cenário político brasileiro, principalmente a partir da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e o uso massivo das mídias sociais como ferramenta de comunicação política, que viabilizam o uso do humor como uma forma de camuflar discursos de ódio no cenário político brasileiro. Desde a última campanha presidencial, o funcionamento de um humor brutal contra adversários políticos e minorias sociais, materializado através da *trollagem*, vem sendo regularmente utilizado como estratégia retórica do presidente e de seus aliados, sobretudo aqueles que pertencem à sua base ideológica e reproduzem uma estética discursiva advinda da direita alternativa americana, da qual a *trollagem* é componente essencial.

Considerando a dispersão da *trollagem* no interior da luta política, nossa proposta foi a de analisar seu acontecimento mediante dois tipos de materialidades: a fala pública e o gesto público. Com a primeira, analisamos que a *trollagem* retoma algumas características da derrisão, tais como o duplo sentido e a ambiguidade, utilizando tais recursos tanto para deslegitimar a veracidade de acusações sobre práticas políticas, quanto para esquivar-se de questionamentos problemáticos sobre determinados assuntos. Já em relação à prática da *trollagem* materializada em gesto público, observamos que ela não somente integra a política do “apito de cachorro”, fazendo uso de uma linguagem codificada, como também materializa o humor específico da *trollagem*: o humor da superioridade. Um tipo de humor cujo nível de agressividade é conhecido apenas pelo *troll* e pelos integrantes de seu grupo.

Assim, a ascensão da *trollagem* da *deep web* para língua estatal delata o quanto este acontecimento vem produzindo mutações e descontinuidades no discurso político brasileiro e o quanto essa estratégia discursiva é essencial para a constituição estética da extrema direita, principalmente em relação ao uso do discurso de ódio produzido sob o véu da pretensa inocuidade humorística. Trata-se de uma estratégia discursiva que opera com o intuito de ridicularizar o inimigo político e de perseguir sujeitos já historicamente marginalizados, de modo que seu enfrentamento é dever incontornável do compromisso democrático.

Contribuição

Myllena Araujo do Nascimento: Conceptualização, Análise formal, Escrita – rascunho original; **Amanda Braga:** Supervisão; Escrita - análise e edição.

Referências

ALESSI, Gil; HOFMEISTER, Naira. Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG. **El País Brasil**, 09 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ANTUNES, Bruno Conrado Dermartini. **A polarização política nas mídias sociais: o filtro bolha e a disseminação da cultura troll**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1983>. Acesso em: 14 jun. 2021.

AVELAR, Idelber. O bolonarismo e o Partido dos Trolls. **Cult**, 03 jun. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-bolonarismo-e-o-partido-dos-trolls/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

AVELAR, Idelber. **Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CHIARI, Giovanna. **Da abertura política às eleições de 2018: um estudo sobre as metamorfoses da agressividade no discurso político brasileiro**. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14677>. Acesso em: 13 jun. 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.

FEUERHAHN, Nelly. La dérision, une violence politiquement correcte. **Hermés: la revue. Dérision – contestation**, CNRS, n. 29, p. 185-197, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.4267/2042/14504>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de novembro de 1970**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber**: curso no Collège de France (1970-1971). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Coleção ditos e escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 82-118.

HAWLEY, George. **Making sense of the alt-right**. Columbia University Press, 2017.

LAMERICHS, Nicolle et al. Elite male bodies: the circulation of Alt-Right memes and the framing of politicians on social media. **Participations**, v. 15, n. 1, p. 180-206, 2018. Disponível em: <https://participations.org/Volume%2015/Issue%201/11.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MERCIER, Arnaud. Pouvoirs de la dérision, dérision des pouvoirs. **Hermès**, n. 29, p. 9-18, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.4267/2042/14482>. Acesso em: 18 ago. 2021.

NASCIMENTO, Myllena Araujo do; BRAGA, Amanda. O homem viril em evidência: o funcionamento do dispositivo da virilidade em memes da direita alternativa brasileira. **Caderno de Letras**, n. 41, p. 347-360, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/cdl.v0i41.20985>. Acesso em: 23 mar. 2022.

OLSON, Candi; LAPOE, Victoria. "Feminazis", "libtards", "snowflakes" and "racists": trolling and the spiral of silence impact on women, LGBTQIA communities, and disability populations before and after the 2016 election. **Journal of Public Interest Communications**, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.32473/jpic.v1.i2.p116>. Acesso em: 23 mar. 2022.

POR QUE gesto "OK" de assessor de Bolsonaro está em lista em lista de símbolos de ódio nos EUA. **BBC News Brasil**, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49861739>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ROCHA, João César. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**, n. 99, p. 151-186, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06>. Acesso em: 18 out. 2021.

SARGENTINI, Vanice. Discurso político e redes sociais. **Revista da Abralin**, v. 14, n. 2, p. 215-232, jul./dez. 2015. Disponível em:

<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1264>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SILVA, Natália. Olavo de Carvalho incita seguidores contra jornalista. **Abraji**, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://abraji.org.br/olavo-de-carvalho-incita-seguidores-contra-jornalista>. Acesso em: 23 mar. 2022.

UNITED NATIONS. **United nations strategy and plan of action on hate speech**. 2019. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action_plan_on_hate_speech_EN.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

URIBE, Gustavo. Bolsonaro insulta repórter da folha com insinuação sexual. **Folha de São Paulo**, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2022.

URIBE, Gustavo; COLETTA, Daniel Della; CARVALHO, Daniel. Senado cobra afastamento de Filipe Martins, e Bolsonaro procura cargo de compensação para aliado. **Folha de São Paulo**, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/03/senado-cobra-afastamento-de-filipe-martins-e-bolsonaro-procura-cargo-de-compensacao-para-aliado.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2022

VEJA quais foram as mentiras à CPMI de ex-funcionário de empresa de disparo em massa. **Folha de São Paulo**, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/veja-quais-foram-as-mentiras-a-cpmi-de-ex-funcionario-de-empresa-de-disparo-em-massa.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Recebido em: 30 de março de 2022

Aceito em: 17 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Myllena Araujo do Nascimento
E-mail: myllenaaraujonascimento@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7480-9265>

Amanda Braga
E-mail: amanda.braga@academico.ufpb.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6026-5017>

The event of *trolling* in the order of Brazilian political discourse: boundaries between humor and hate speech

O acontecimento da trollagem na ordem do discurso político brasileiro: limites entre o humor e o discurso de ódio

Myllena Araujo do Nascimento

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil

Amanda Braga

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil

Abstract: The article aims to analyze the event of *trolling* in the order of Brazilian political discourse, occupying a place on the threshold between humor and hate speech. Considering the impact of the internet on the political scene and the rise of the extreme right, as well as the discursive practices that emerge from it, the discussion will contemplate the emergence and functioning of political *trolling* in Brazil. The objective will be to demonstrate that *trolling*, here taken as an event, provoked a discursive mutation in relation to the ways of saying hate speech within the political discourse, since the latter, in contemporary times, adopts previously regular humorous strategies only in a digital environment. With view to this discussion, two statements produced by the Brazilian extreme right will be analyzed, particularly materialized in a public speech and in a public gesture. As a theoretical-methodological contribution, we will use the tools offered by Foucaultian Discursive Studies, especially regarding the archaeological method proposed by Michel Foucault and the notions of statement and event.

Keywords: Political discourse; Trolling; Humor; Hate speech

Resumo: O artigo objetiva analisar o acontecimento da *trollagem* na ordem do discurso político brasileiro, ocupando um lugar no limiar entre o humor e o discurso de ódio. Considerando o impacto da internet no cenário político e a ascensão da extrema direita, bem como as práticas discursivas que daí emergem, a discussão contemplará a irrupção e o funcionamento da *trollagem* política no Brasil. O intuito será o de demonstrar que a *trollagem*, aqui tomada como acontecimento, provocou uma mutação discursiva em relação aos modos de dizer do discurso de ódio no interior do discurso político, uma vez que este último, na contemporaneidade, adota estratégias humorísticas anteriormente regulares apenas em ambiente digital. Com vistas a tal discussão, serão analisados dois enunciados produzidos pela extrema direita brasileira, particularmente materializados em uma fala pública e em um gesto público. Como aporte teórico-metodológico, utilizaremos as ferramentas oferecidas pelos Estudos Discursivos Foucaultianos, sobretudo no que concerne ao método arqueológico proposto por Michel Foucault e às noções de enunciado e acontecimento.

Palavras-chave: Discurso político; *Trollagem*; Humor; Discurso de ódio



1 Introduction

“She [reporter] wanted a scoop. She wanted to give a scoop, at any price, against me”¹. There it is the declaration put forth by the current Brazilian president, Jair Bolsonaro, on 18 february 2020, in an interview for a group of supporters in front of the Alvorada Palace (URIBE, 2020). Given the sexual connotation of the statement, with this declaration – apparently inoffensive, followed by laughter from both Bolsonaro and the attending public –, the president insults the journalist of *Folha de São Paulo*, Patrícia Campos Mello. The insult referred to an article published in december 2018 in which the journalist revealed a leasing scheme of marketing companies hired to deploy mass messages during the 2018 electoral campaign, which would have favored the president’s election. Due to this accusation, Patrícia Campos Mello would have suffered severe persecution from far-right groups, which only increased when her findings were put in check by an ex-employee of one the hired companies, in a briefing to the CPMI of Fake News. The declaration of Jair Bolsonaro is a response towards the journalist and a gesture of support for the deponent, which would be denied by *Folha de São Paulo* in the very same day (VEJA, 2020). More than that: the declaration of the president, such as other uttered by himself and his supporters, is a statement that attests the event (FOUCAULT, 2014; 2020) of *trolling* (troll-behavior) within the framework of Brazilian political discourse, holding a place between the fine line of humor and hate speech².

To understand this event, it is *ex ante* necessary to state that until 1997, the archive of political discourse was more homogenous, i.e its means of production was more systematic (SARGENTINI, 2015). However, in the past 20 years, a series of factors from the most diverse orders have created a disturbance within the political discourse: the popularization of the internet, the intense use of social media by political agents and, more recently, the ascension of far-right movements and the proliferation of fake news, all have produced discontinuities in the order of political discourse³. One of the aspects that

¹ Original version: “Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim” (URIBE, 2020).

² We will adopt the concept of hate speech as defined by the UN: “any kind of communication in speech, writing or behaviour, that attacks or uses pejorative or discriminatory language with reference to a person or a group on the basis of what they are, in other words, based on their religion, ethnicity, nationality, race, colour, descent, gender or other identity factor” (UNITED NATIONS, 2019, p. 2).

³ Here we make a distinction between the moderate/mainstream right, which has prevailed in the Brazilian political system since redemocratization and whose main characteristic is the defense of the market

suffered from this discontinuity is the use of humor. In this sense, we can say that the Brazilian presidential campaign of 2014 already produced a structural break relative to previous campaigns given the use of aggressive humor, even though through sutil and indirect attacks (CHIARI, 2021). Between the campaigns of 2014 and 2018, there was a considerable intensification and expansion in the number and aggressiveness of the use of humor. This is because, in 2018, humor was used as hate speech. It was a campaign whose degree of aggression was classified as “uncontrolled, pure and tolerant”: “It consists of disqualifying the other through attacks, provocations, threats and direct accusations. It lies on the threshold between symbolic and physical aggression” (CHIARI, 2021, p. 38)⁴. It is this kind of aggressive humor, regularly used by the current president and his respective allies, that characterizes trolling.

In this paper, we consider the concept of political trolling as coined by Lamerichs et al: “not only as an act of posting hateful messages and memes, but as a wider phenomenon through which users engage in influential, toxic behaviour” (2018, p. 182-183). In these terms, we consider trolling as an event that, in the order of political discourse and under the veil of a humorous and harmless discourse, makes possible an escalation of authoritarian and conservative discourses, causing a discontinuity in the use of humor in the political scenario and promoting the resurgence of hate speech directed to certain social groups. It is this event that we propose to discuss here, considering its irruption and its functioning in the dispersion of Brazilian political discourse. As a corpus of analysis, we will take two statements produced by the Brazilian extreme right, particularly materialized in a public speech and in a public gesture.

2 The event of trolling: irruption and function

Despite the recent visibility of the term troll, particularly in the early 2010s, the first record of the nomenclature comes from the *Usenet* platform, created in 1979 in the United

economy; and the radical right/extreme right, which overlapped after the victory of Jair Bolsonaro in the 2018 elections and which can be characterized as having a neoliberal economic perspective, conservative agendas and state interference in citizens' private choices, in addition to an aversion to the system politics and persecution of opponents (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019).

⁴ Original version: “Consiste na desqualificação do outro por meio de ataques, provocações, ameaças, e acusações diretas. Encontra-se no limiar entre a agressividade simbólica e a física” (CHIARI, 2021, p. 38).

States⁵. The migration, on the part of trolls, from this type of platform to social networks such as Twitter, Facebook and Tumblr was largely due to the rise of the alt-right (short for the term alternative-right, or “alternative-right”) in the Western political context, especially after the election of former US President Donald Trump in 2016. Lamerichs et al (2018) state that the alt-right has a long history of ties to the American extreme right, which has grown considerably since the 1990s, with the spread of an exacerbated patriotism. Neiwert (2017 apud LAMERICHS et al 2018, p. 181) defines the alt-right of recent years as a “movement which consists of seemingly disconnected groups - nativists, patriots, white supremacists, and self-declared neo-Nazis to name a few”. These are groups that, although homogeneously classified, have conflicting agendas; and precisely these conflicting ideas would have produced the immense and singular universe called the “alternative right”, which has its origins in white nationalist ideas, in the “traditionalist” ideologues of the extreme right and whose adherents are recruited and organized mostly through the web.

Among the various discursive practices (FOUCAULT, 2016) inherent to the alt-right, the mastery of the art of trolling was introduced it to the national scene. An internet troll is:

someone who fosters discord online, provoking strong emotional reactions from readers and often changing the topic of conversation. Trolling does not always have an obvious political purpose; a troll may be looking for nothing but a moment of nihilistic amusement. Trolling can take the form of insulting someone’s appearance or deliberately giving bad advice about a technological problem, for example. But the Alt-Right trolls for a purpose. By leaving sites specifically aimed at a radical right-wing audience and joining discussions at other message boards, in, for example, the comment sections of major news venues, YouTube, and especially on Twitter, the Alt-Right is able to circulate its message widely. Alt-Right trolls help disperse the movement’s views far beyond what would be possible if the movement could only be found on its own platforms. (HAWLEY, 2017, p. 19-20)

Thus, trolling would be based, initially, on a discursive practice that attacks the interlocutor's sensitivity and that diverts the subject as an objective that aims at humor despite the aggressive means of the troll. But, beyond that, trolling, as used by the alt-right, is still a practice that helps to spread messages within the movement, using humor

⁵ Usenet is a distributed network, that is, a network that is not controlled by a single source. It works with servers from different hosts feeding each other, distributing and storing data. In such a network, users post text messages on forums that are grouped by subject.

to distribute hateful messages. While old white national movements are considered reactionary, bitter and antisocial, the contemporary alt-right presents itself as cheerful and jovial, even when members of this group say abominable. For example, non-believers of the Holocaust treat the genocide as a joke. This discursive difference around the same issue favors potential supporters of the alt-right, as this group attracts new members with boldness (edginess) and fun. These idiosyncrasies are responsible for a paradox on the right, as adherence to trolling groups occurs, contrary to other movements such as the Klux Klan, because the alt-right potential threat is comparably smaller, which generates even more fear in face of traditional politics (HAWLEY, 2017).

The displacement of trolling from its usual environment to popular digital media entails some changes in this practice. Sanfilippo and Fichman (*apud* ANTUNES, 2019) present the existence of two troll profiles on social media: social and political. Social ones are driven by the search for belonging or personal trust. Political trolls, in turn, attack opponents' arguments in comment sections or social media and news sites, platforms where they spread their ideals. Political trolling, in addition to being a practice of common web users, has become, especially since the 2016 US elections, a regular practice among politicians sympathetic to the alt-right, who use their discursive strategies, without necessarily being members of the movement. Stein (*apud* ANTUNES, 2019) points out former President Trump as a practitioner of trolling, because, in addition to sharing, on his official social networks, content produced by trolls, such as memes and tweets, the Republican also uses identical discursive strategies to attack their political opponents. Thus, what could previously be read as a form of humour, albeit questionable, ends up taking on a political agenda with an extremist right wing. A nihilistic and contemptuous politics of humanity: "Contemporary trolls find pain humorous and use it as a weapon from which they derive amusement and power at the expense of another person's mental, physical, or emotional well-being" (OLSON; LAPOE, 2017, p. 119).

Similarly, Brazilian political representatives have also been using trolling to draw the attention of potential followers. The recently deceased Brazilian far-right guru Olavo de Carvalho, for example, published a photo and address of journalist Denis Russo Burgierman on his social media (SILVA, 2019). The attack occurred due to an article published about the philosopher in *Época* magazine, which earned the journalist the title of enemy by Olavo de Carvalho. Carvalho's attitude represents a case of doxxing (the act

of revealing identifying information about someone on the internet). Cases like this prove the ideological bias of trolling, in which there is the imposition of political ideals, used as a pretext for attacks. They are practices of bragging and inflammatory humor, which act as an agitator and cause emotional shocks in those who do not belong to the group. Thus, the exploration of trolling, in the Brazilian political sphere, mobilizes certain predominant emotions in the sphere of the sensitivities of mass societies, such as anger and resentment, which inflame political polarization and encourage the dissemination of hate speech.

The conquest of the Brazilian presidency by Jair Bolsonaro – or by the “Partido dos Trolls”, according to Avelar (2020) – not only promoted the rise and popularization of the extreme right in the country, but also provided an outlet for the use of digital trolling, used incessantly by the Bolsonarism's ideological group on social networks, especially on WhatsApp, and whose use assumes a series of rhetorical regularities:

reiterated performance in the same vehicles, extremely aggressive recording against the interlocutor or the subject thematized in the discourse, complete disregard of the difference between factual truth, unsubstantiated hypothesis and pure invention, hyperbolic mode of discourse, permanent postulation of something hidden and adoption of an ambiguity about the seriousness or not of the utterance and the belief or disbelief of the uttering subject in it. (AVELAR, 2021, p. 256)⁶

One of the aspects pointed out by the author is fundamental to understand the use of trolling as a discursive strategy for political purposes: uncertainty about the veracity of information aims to support automatic denial, in case the utterance is denied or questioned, in addition to providing the necessary humor for conservation. of user attention in the ephemerality of social networks. In this way, the troll operates in a discursive game in which truth and lie are amalgamated and confused within the digital discursive order. This context of proliferation of statements that are beyond the scope of the instances and mechanisms for ascertaining the veracity of discourses intersects with the struggle for the domain of “truth” fostered by the culture war. And this cultural war, according to Rocha (2021, p. 113), “implies a fundamentalist understanding of the world,

⁶ Original version: “atuação reiterada nos mesmos veículos, registro extremamente agressivo contra o interlocutor ou o sujeito tematizado no discurso, desconsideração completa da diferença entre verdade factual, hipótese não fundamentada e pura invenção, modo hiperbólico do discurso, postulação permanente de algo oculto e adoção de uma ambiguidade acerca da seriedade ou não do enunciado e da crença ou descrença do sujeito enunciator nele” (AVELAR, 2021, p. 256).

whose corollary is the pure and simple elimination of everything that is different”⁷. It is from this agonizing conception of cultural dispute, in which there is no space for democratic dialogue, that the Bolsonarista discursive stratagem conquered space in the Brazilian political context. And it is in the meantime that trolling ceases to be a “joke” of some web trolls, and becomes a strategy for the proliferation of hate speech by members of the ideological core of the Brazilian extreme right.

That said, and considering the distinctions presented before between the use of humor and the levels of aggression between the 2014 and 2018 elections, it can then be said that the practice of trolling is configured as an event, understood according to Foucault (2014; 2020)), in the order of Brazilian political discourse. On the one hand, we conceive as an event (FOUCAULT, 2020) the utterances that materialize trolling, given the fact that they produce, through their functioning and within the archive of political discourse, a series of discontinuities, particularly those concerning to the use of humor in this scenario. On the other hand, we also conceive as an event the very functioning and the very dispersion of the trolling phenomenon within the power relations. After all, also according to Foucault (2014), an event is “always a dispersion; a multiplicity. It is what weighs here and there; is polycephaly”. It is something that “is dispersed among institutions, laws, political victories and defeats, claims, behaviors, revolts, reactions” (FOUCAULT, 2014, p. 175)⁸. Thus, to consider trolling as an event is to consider a phenomenon that both materializes in the utterances it produces, and is dispersed within the political struggle, promoting ruptures of different orders.

3 Materialities of trolling: public speeches and public gestures

In a previous paper (NASCIMENTO; BRAGA, 2021), we analyzed the role of trolling in memes produced by the Brazilian alternative right. Here, considering the dispersion of trolling within the political race, our proposal is to extend this analysis to two more types of materiality: public speeches and public gestures. To do so, we start from the

⁷ Original version: “implica um entendimento fundamentalista do mundo, cujo corolário é a eliminação pura e simples de tudo que seja diverso” (ROCHA, 2021, p. 113).

⁸ Original version: “sempre uma dispersão; uma multiplicidade. É o que pesa aqui e ali; é policéfalo”. Trata-se de algo que “se dispersa entre instituições, leis, vitórias e derrotas políticas, reivindicações, comportamentos, revoltas, reações” (FOUCAULT, 2014, p. 175).

Foucauldian idea (1999, p. 56-57) according to which, despite the common tendency towards a teleological view of events, it would be necessary to consider them not from notions such as consciousness and continuity, but from notions such as “the event and the series, with the play of notions that are linked to them; regularity, causality, discontinuity, dependence, transformation”. In this way, foucaultian discursive studies do not aim to understand the interplay of causes and effects that permeates events, but to “establish the diverse, intersecting, often divergent, but not autonomous, series that allow us to circumscribe the 'place' of the event, the margins of its contingency, the conditions of its appearance” (FOUCAULT, 1999, p. 56)⁹. Therefore, it is in the dispersion of statements that trolling materialized in political memes of the extreme right has already presented us what we will analyze, here, the functioning of the event of trolling in speeches and public gestures in the Brazilian political context. Some question emerge: What are the conditions of possibility for the rise of trolling in the state language? Why these statements and not others instead?

We will start our analysis with the statement described at the beginning of this article. There, in February 2020, Jair Bolsonaro makes a misogynistic statement about Patrícia Campos Mello, a journalist from *Folha de São Paulo*, in reference to the testimony of a former employee of a marketing agency in the CPMI of Fake News. The journalist had been responsible for journalistic articles that revealed the hiring of such companies during the 2018 election campaign, which is why she had been harshly persecuted. In addition to this offense, in the same statement, Bolsonaro still uses the derisive context to perpetrate an aggressive speech against the PT, his main opponent during the presidential elections:

She [reporter] wanted a scoop. She wanted to give a scoop, at any price, against me [laughs from him and the others]. In 2018, he [Hans] said that she would arrive and ask: Bolsonaro paid for you to disclose information via Whatsapp? Another thing, if you made fake news against PT, less with less gives more in math, if i'm going to lie against the PT, i'm speaking well, because the PT just did stupid things. (URIBE, 2020)¹⁰

⁹ Original version: “as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência, transformação” (...) “estabelecer as séries diversas, entrecruzadas divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contigência, as condições de sua aparição” (FOUCAULT, 1999, p. 56).

¹⁰ Original version: “Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim [risos dele e dos demais]. Lá em 2018 ele [Hans] já dizia que ela chegava e ia perguntando: “O Bolsonaro pagou para você divulgar pelo Whatsapp informações? ”. E outra, se você fez *fake news* conta o PT, menos com

Foucault (1999) affirms that discourses should be taken as sets of discursive events. And these events are not immaterial, on the contrary, they take effect in materiality: the events are produced “as an effect of and in a material dispersion” (1999, p. 58)¹¹. Thereby, we take the above statement as an event that erupts and is inscribed in a set of heterogeneous formulations in which trolling is dispersed in the contemporary Brazilian political scenario. It is a statement that, anchored between humor and aggressiveness, leads us to the strategic use of derision in political discourse. Feuerhahn (2001) asserts that ridicule and derision have contempt and evaluative subtraction of the object to which they refer as points in common. Derision is presented, then, as a strategy of devaluation and exclusion of social objects considered despicable. Therefore, the laugh of derision is a laugh that is based on contempt, from which a double movement is signaled: on the one hand, it intensifies the feeling of belonging among those who share the values conferred on the object; and, on the other hand, a detachment from this feeling is assumed, given the supposedly humorous context.

That said, the derisive use of the word “scoop”, in such conditions of possibility, makes possible the inference of an ambiguity on the part of the interlocutor: the first moment the president mentions the term, he refers to journalistic jargon, which designates the publication of exclusive news or information; the second time he utters that same word, he recovers the misogynistic connotation of the term, insinuating that the journalist would be wanting to have sex with him. This enunciative game operates according to the double meaning of derision: in the same way that the laughter shared between Bolsonaro and his supporters marks their misogyny in relation to the journalist, it also signals the distance of these subjects in relation to the possible reprisals that could result from said action, considering that “humor makes it possible to say or suggest unpleasant ideas, without fear of reprisals or violent reactions” (ZIV; DIEM, 1987 *apud* MERCIER, 2001, p. 11)¹².

In fact, the use of derision in order to refer to the journalist's sexual organs is part of a recurrent discursive practice of sexist populist leaders. According to Finchelstein (2019, p. 280), “this vulgarity and sexist obsession with sexual organs is not occasional

menos dá mais na matemática, se eu for mentir contra o PT, eu tô falando bem, porque o PT só fez besteira” (URIBE, 2020).

¹¹ Original version: “de efeito de e em dispersão material” (FOUCAULT, 1999, p. 58).

¹² Original version: “o humor possibilita dizer ou sugerir ideias desagradáveis, sem medo de represálias ou ações violentas” (ZIV; DIEM, 1987 *apud* MERCIER, 2001, p. 11).

and clearly shows a peculiar tendency of recent populism”. Like Bolsonaro, former Ecuadorian president Abdalá Bucaram also made statements with sexual connotations on several occasions, such as when he compared his “big tomatoes” to genitalies of his political opponents. De la Torre (*apud* FINCHELSTEIN, 2019) explains that such leaders display their virility as a form of resistance to “effeminate elites”. In their objectifying speeches regarding the female gender, they claim to express what all men think, but cannot say. According to these leaders, their acts and bodies reiterate the masculinity of the people: the “people”, in this case, concerns only their male followers. These are discourses that result in the maintenance of stereotypes that subordinate women and expand the sexist authoritarian power pact.

Such resources of derision integrate the rhetorical aesthetics of trolling used by the extreme right, and the statement we are dealing with is one of the elements of this discursive chain. After all, the ambiguity characteristic of derision is also a trait adopted by trolling, since it confers uncertainty about the seriousness of the utterance and the speaker’s belief or disbelief in what he utters, guaranteeing the function of automatic denial if the utterance is denied or questioned (AVELAR, 2021). In the case analyzed above, Bolsonaro makes sexist statements against the journalist, in addition to making unsubstantiated hypotheses about the political conduct of the *Partido dos Trabalhadores* (PT). Despite the possible negative effects of his speech, or even the accountability that may fall on him, the president uses the automatic denial inherent in trolling as an escape route for the consequences of his actions.

Therefore, the use of trolling as an attempt to attenuate the seriousness about the production of injurious speeches goes against the responsibility inherent to this type of enunciation. According to Butler (2021, p. 54), “whoever utters hate speech is responsible for the way it is repeated, for reinforcing this type of speech, for reestablishing contexts of hate and injury”¹³. Once shared on social networks, hate speech reaches the victim not only symbolically, but also through real threats, as the public enunciation of a misogynistic hate speech, carried out by the subject who occupies the highest position in the country's executive power, supports the existing structural male sexism in Brazil and feeds the enunciative network that distributes this discourse in other enunciative contexts.

¹³ Original version: “quem enuncia o discurso de ódio é responsável pela maneira como ele é repetido, por reforçar esse tipo de discurso, por restabelecer contextos de ódio e injúria” (BUTLER, 2021, p. 54).

After all, “There is no statement that does not presuppose others; there is none that does not have, around it, a field of coexistences, effects of series and succession, a distribution of functions and roles” (FOUCAULT, 2016, p. 121)¹⁴.

And it is precisely considering such series and successions that Bolsonarist trolling can be characterized as a whole discursive practice that maintains a regular aggressive humor in its manifestation; a humor filled not only with criticism and pure verbal attacks, but also with various discursive mechanisms that aim to disqualify the other through ridicule. A trolling, therefore, that uses derision both to delegitimize its opponents and to dodge questions considered problematic. Suffice it to say that the statement analyzed here, more particularly the statement “She wanted a scoop. She wanted to give a scoop, at any price, against me”, was uttered shortly after the president was questioned by a journalist about the matter dealt with by Patrícia Campos Mello in her article.

But the event of trolling in political discourse is not restricted to public speech, it also extends to public gestures. Let's see the statement below:

Figure 1 – Anti-Semitic gesture used by the former Special Topics for International Affairs at Presidency of Republic



Source: *BBC News Brazil* (POR QUE, 2021)

¹⁴ Original version: “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2016, p. 121).

During a session of the Senate in which parliamentarians demanded the departure of Chancellor Ernesto Araújo from office, on March 24, 2021, the international advisor to the presidency, Filipe Martins, was caught making an anti-Semitic gesture behind the back of the President of the Senate, Rodrigo Pacheco. The aide joined his thumb and forefinger, kept the other fingers stretched and made repetitive movements with his hand next to his jacket. The criticism that he faced was due to the connection of this gesture to racist movements. The three outstretched fingers express the letter w, alluding to the word white. The circle formed, in turn, refers to the letter p, in reference to the word power. The symbol, then, represents white power. Despite the accusations, Martins later refuted any racist connotations in the gesture and asserted that he was just fixing the lapel of his suit (URIBE; COLETTA; CARVALHO, 2021).

The use of gestures that have a double meaning, that is, one meaning for a certain group and another for the majority of the population, is a component of a policy called dog whistle. This policy makes use of coded language that means one thing to the general population, but has specific meaning to the subgroup it is targeting. Thus, this subgroup understands the message and is empowered (NEMER, 2020 *apud* ALESSI; HOFMEISTER, 2020). It is a policy that is part of the strategic use of trolling, making use of codes disseminated among its members to enable the dissemination of hate speech in the public arena. This aesthetic, widely used by the American alternative right, was appropriated by the Brazilian extreme right and has been used by some adherents of this ideology, as we can see in the statement in question. As with other modes of materialization of trolling, the use of injurious gestures outside certain ideological bubbles can cause negative effects on the subjects who practice such acts, given the criticisms made to the advisor. However, the automatic denial and dubiousness intrinsic to trolling are possible escape routes used by trolls.

In addition to the meaning, the type of humor used in the gesture is also restricted to a given group. This is specifically about the humor of superiority. In it, there is no co-participation of the pairs present in the communication, since only the troll and the members of its group have the knowledge of the serious status of its practice, directing the other interlocutors to a state of Kantian minority (FOUCAULT, 2010). The superiority humor operates under a logic of group belonging in which its members mobilize similar toxic sensitivities, such as indignation and anger, in relation to others.

Thus, Filipe Martins' gesture is both a nod to the other trolls and an externalization of his "superiority" in relation to the other interlocutors, who do not have the knowledge about the seriousness/humor of that gesture in relation to the white supremacist movement.

Regarding the repercussion of such acts, it is important to emphasize that political trolls use the controversy produced to divert the focus of public debate, which starts to focus on the act of gesticulation itself. About this characteristic of trolling, Avelar tells us that:

Troll-defining is the infinite amount of time and energy devoted to the art of repeatedly intervening in a conversation in order to dynamite the conditions of possibility of that conversation, while turning the very scrap of dialogue left over into an eternal self-talk, about who he is, about what he does. This is a troll. (AVELAR, 2021, p. 260)¹⁵

In this way, the use of a coded language through unusual gestures in the daily life of normies, that is, people who are not trolls, causes a centralization of the debate around its possible meanings and its degree of seriousness and/or just kidding. This movement diverts the political debate on matters of great relevance to specific issues, such as the gestures themselves. Thereby, members of the Brazilian extreme right who are inspired by the aesthetics of the American alternative right make use of this practice to guide and conduct the course of politics in the country. Proof of this is that the statement analyzed here was produced during a critical period of the pandemic in Brazil, during which thousands died as a result of the coronavirus and during which several criticisms, from different sectors of society, were woven regarding the denialist conduct of the Government. Federal. With the event of this statement, however, many of the debates that could be centered on the pandemic turned to its elucidation.

Thus, the event of trolling in Brazilian political discourse, materialized in different materialities, such as speeches and public gestures, is made possible by the resurgence of authoritarian discourses in the country's political scenario. Courtine (2006, p. 77), when studying the authoritarian phenomenon, states that "discourse analysis does not ask if what the discourse says is true, but tries to ask how the discourse assures what was

¹⁵ Original version: "Definidora de troll é a quantidade infinita de tempo e de energia dedicada à arte de intervir repetidamente em uma conversa de forma a dinamitar as condições de possibilidade daquela conversa, enquanto transforma o próprio frangalho de diálogo que sobra em um eterno bate-boca sobre ele próprio, sobre quem é ele, sobre o que ele faz. Isso é um troll" (AVELAR, 2021, p. 260).

constructed as truth”¹⁶. So, it is up to the subjects who fight for an egalitarian democracy to understand the functioning of this discursive strategy, which covers up hate speeches through humor, and to combat its harmful effects of persecution and imposition of certain narratives as true.

4 Conclusion

The rise of the extreme right, especially since the election of Jair Bolsonaro in 2018, and the massive use of social media as a communication tool, make use of humor a way to camouflage hate speech in the Brazilian political scenario. Since the last presidential campaign, the functioning of a brutal humor against political opponents and social minorities, materialized through trolling, has been regularly used as a rhetorical strategy by the president and his allies, especially those who belong to his ideological base and reproduce an aesthetic discourse from the American alt-right, of which trolling is an essential component.

Considering the dispersion of trolling within the political struggle, we examined its event through two types of materialities: public speech and public gesture. With the first one, we analyze that trolling takes up some characteristics of derision, such as double meaning and ambiguity, using such resources both to delegitimize the veracity of accusations about political practices, and to avoid problematic questions about certain subjects. Regarding the practice of trolling materialized in a public gesture, we observe that it not only integrates the “dog whistle” policy, making use of a coded language, but also materializes the specific humor of trolling: the humor of superiority. A type of humor whose level of aggression is known only to the troll and its members.

Thus, the rise of trolling from the deep web to the state language reveals how much this event has been producing mutations and discontinuities in Brazilian political discourse and how essential this discursive strategy is for the aesthetic constitution of the extreme right, especially in relation to the use of the discourse of hatred produced under the veil of alleged humorous harmlessness. It is a discursive strategy that operates with the aim of ridiculing the political enemy and persecuting subjects already historically

¹⁶ Original version: “a análise do discurso não pergunta se o que o discurso é verdade, mas tenta perguntar como o discurso assegura como verdade o que foi construído” (COURTINE, 2006, p. 77).

marginalized, so that their confrontation is an unavoidable duty of democratic commitment.

Contribution

Myllena Araujo do Nascimento: Conceptualization, Formal analysis, Writing – original draft; **Amanda Braga:** Supervision; Writing - analysis and editing.

References

ALESSI, Gil; HOFMEISTER, Naira. Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG. **El País Brasil**, 09 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ANTUNES, Bruno Conrado Dermartini. **A polarização política nas mídias sociais: o filtro bolha e a disseminação da cultura troll**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1983>. Acesso em: 14 jun. 2021.

AVELAR, Idelber. O bolonarismo e o Partido dos Trolls. **Cult**, 03 jun. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-bolsonarismo-e-o-partido-dos-trolls/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

AVELAR, Idelber. **Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CHIARI, Giovanna. **Da abertura política às eleições de 2018: um estudo sobre as metamorfoses da agressividade no discurso político brasileiro**. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14677>. Acesso em: 13 jun. 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.

FEUERHAHN, Nelly. La dérision, une violence politiquement correcte. **Hermés: la revue. Dérision – contestation**, CNRS, n. 29, p. 185-197, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.4267/2042/14504>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de novembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber**: curso no Collège de France (1970-1971). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Coleção ditos e escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 82-118.

HAWLEY, George. **Making sense of the alt-right**. Columbia University Press, 2017.

LAMERICHS, Nicolle et al. Elite male bodies: the circulation of Alt-Right memes and the framing of politicians on social media. **Participations**, v. 15, n. 1, p. 180-206, 2018. Disponível em: <https://participations.org/Volume%2015/Issue%201/11.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MERCIER, Arnaud. Pouvoirs de la dérision, dérision des pouvoirs. **Hermès**, n. 29, p. 9-18, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.4267/2042/14482>. Acesso em: 18 ago. 2021.

NASCIMENTO, Myllena Araujo do; BRAGA, Amanda. O homem viril em evidência: o funcionamento do dispositivo da virilidade em memes da direita alternativa brasileira. **Caderno de Letras**, n. 41, p. 347-360, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/cdl.v0i41.20985>. Acesso em: 23 mar. 2022.

OLSON, Candi; LAPOE, Victoria. "Feminazis", "libtards", "snowflakes" and "racists": trolling and the spiral of silence impact on women, LGBTQIA communities, and disability populations before and after the 2016 election. **Journal of Public Interest Communications**, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.32473/jpic.v1.i2.p116>. Acesso em: 23 mar. 2022.

POR QUE gesto "OK" de assessor de Bolsonaro está em lista de símbolos de ódio nos EUA. **BBC News Brasil**, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49861739>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ROCHA, João César. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**, n. 99, p. 151-186, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06>. Acesso em: 18 out. 2021.

SARGENTINI, Vanice. Discurso político e redes sociais. **Revista da Abralin**, v. 14, n. 2, p. 215-232, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1264>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SILVA, Natália. Olavo de Carvalho incita seguidores contra jornalista. **Abraji**, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://abraji.org.br/olavo-de-carvalho-incita-seguidores-contrajornalista>. Acesso em: 23 mar. 2022.

UNITED NATIONS. **United nations strategy and plan of action on hate speech**. 2019. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action_plan_on_hate_speech_EN.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

URIBE, Gustavo. Bolsonaro insulta repórter da folha com insinuação sexual. **Folha de São Paulo**, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2022.

URIBE, Gustavo; COLETTA, Daniel Della; CARVALHO, Daniel. Senado cobra afastamento de Filipe Martins, e Bolsonaro procura cargo de compensação para aliado. **Folha de São Paulo**, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/03/senado-cobra-afastamento-de-filipe-martins-e-bolsonaro-procura-cargo-de-compensacao-para-aliado.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2022

VEJA quais foram as mentiras à CPMI de ex-funcionário de empresa de disparo em massa. **Folha de São Paulo**, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/veja-quais-foram-as-mentiras-a-cpmi-de-ex-funcionario-de-empresa-de-disparo-em-massa.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Received on 30 March 2022

Accepted on 17 May 2022

Published on August 2022

Myllena Araujo do Nascimento
E-mail: myllenaarajonascimento@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7480-9265>

Amanda Braga
E-mail: amanda.braga@academico.ufpb.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6026-5017>

**Sujeito-corpo-discurso violentado:
uma análise de enunciados-sentença jornalísticos sobre o estupro
feminino**

*Violated subject-body-discourse:
an analysis of journalistic utterance-sentences on female rape*

Fernanda Bonomo Bertola
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Pedro Navarro
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Resumo: As discussões desenvolvidas neste artigo inserem-se no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos, com base no qual buscamos compreender de que modo a mulher estuprada é objetivada em textos da mídia jornalística. As discussões têm como finalidade última interrogar como o sujeito e o seu corpo ganham visibilidade em sentenças jornalísticas cujo referencial é o estupro contra a mulher. As noções de vontade de verdade e de poder permitem uma compreensão sobre o sujeito-corpo-discurso violentado, sobre os mecanismos infinitesimais do poder e sobre as verdades que, por estarem legitimadas, sentenciam as vítimas. O fio condutor das análises contempla uma discussão a respeito do estupro como mecanismo de dominação. Na sequência, apresentamos os procedimentos teórico-analíticos que subsidiam as reflexões sobre sujeito, verdade e poder para, ao final, realizar uma análise de notícias que discursivizam a mulher estuprada, produzindo um efeito de culpabilização dessas vítimas.

Palavras-chave: Discurso; Poder; Verdade; Mulher estuprada; Mídia jornalística

Abstract: The discussions presented in this article are based on the Foucauldian Discursive Studies. In this respect, we seek to understand how the raped woman is objectified in texts from the journalistic media. The discussions aim at questioning how the subject and her body gain visibility in journalistic sentences that refer to rape against women. Here, the notions of will to truth and power help understand the violence committed against the subject, body, and discourse; the infinitesimal mechanisms of power; and the truths that are seen as legitimate and end up resulting in the sentence of the own victims. The main thread of the analysis includes a discussion about rape as a mechanism of domination. Next, we present the theoretical-analytical procedures that support the reflections on the subject, truth, and power. Finally, an analysis is carried out to understand how the news about raped women produces an effect of blaming these victims.

Keywords: Speech; Power; Truth; Raped woman; Journalistic media



1 Introdução

As investigações discursivas realizadas sob o mirante dos Estudos Discursivos Foucaultianos abrem a possibilidade para uma abordagem da história do presente e, por corolário, para novas formas de experiência do pensamento. Em sua obra seminal *A arqueologia do saber*, Foucault (1986) escava saberes situados no tempo e no espaço, de modo a evidenciar que uma análise dos discursos produzidos na história fornece elementos para que possamos examinar o que se diz em determinando campo do saber, pela identificação da rede de regularidades entre os enunciados efetivamente ditos e escritos, que, por sua vez, sempre retomam outros, o que requer a constituição de séries enunciativas.

É preciso que se tenha em conta que a investigação proposta por esse autor nunca está dissociada da noção de poder, que permeia sua vasta produção. É por meio da analítica do poder – que consta nos discursos e é também produtor de discursos – que a análise foucaultiana dos discursos permite que adentremos a região cinzenta da genealogia, lá onde ela lança luz sobre os sujeitos, sobre as formas de dominação que os capturam e sobre as práticas de liberdade que exercem, por mais tímidas que pareçam ser no jogo de poder-saber posto na enunciação.

A análise da relação entre poder-saber e dos efeitos sobre o sujeito e seu corpo orienta a compreensão dos enunciados, em especial, das regras de formação que instituem um “sistema de enunciabilidade” (DELEUZE, 2017), composto pelo visível e pelo dizível, por intermédio do qual se obtêm modos distintos de objetivação e de subjetivação. No que tange a esses dois processos, interessa à análise situar-se nesse terreno onde sem mesclam estratégias calculadas e resistências que instauram uma polêmica discursiva. Para tanto, somos chamados a direciona o olhar para “a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade” (FOUCAULT, 2006a, p. 275). Dando continuidade a essa analítica, Foucault chama a atenção para o fato de que é justamente a formação das subjetividades que possibilita a resistência, ou seja, que dá condições de o indivíduo tornar-se sujeito “sem ser sujeitado” (FOUCAULT, 2008a, p. 210). A experiência da subjetividade não ocorre sem uma relação intrínseca com a verdade (FOUCAULT, 2006); no entanto, face ao exercício do poder, o que existe é uma

“vontade de verdade” (FOUCAULT, 2014) conforme as condições de emergência dos discursos.

Portanto, com base nessa relação constitutiva entre poder, sujeito e verdade, consideramos oportuno mobilizar a noção de “sujeito-corpo-discurso”, como forma de entrada no *corpus* discursivo. Em outros trabalhos (NAVARRO, 2020; NAVARRO e CENIZ, 2021; NAVARRO e MIRANDA, 2021), essa formulação tem se mostrado produtiva, pois encapsula a experiência do corpo como lugar de conflitos e de disputas pelo saber, mas também como elemento estratégico face aos processos de objetivação e de subjetivação. Para os propósitos deste artigo, essa formulação se faz produtiva na medida em que possibilita recortar um discurso que naturaliza uma violência contra a verdade sobre o corpo da mulher. Os termos dessa formulação, ligados que estão por essa relação semântico-discursiva, dão suporte para a compreensão de como se constitui a dominação sobre a mulher, em um espaço enunciativo que, com raras exceções, torna esse sujeito mais culpado que vítima das violências sofridas.

Isso posto, na tentativa de interrogar o processo que faz do corpo violentado da mulher um objeto de discurso em textos jornalísticos, este artigo esforça-se em descrever os efeitos de poder e de verdade que possibilitam a emergência de sentenças em discursos da mídia jornalística brasileira, a fim de se realizar, minimamente que seja, uma crítica do presente, a partir do que é dado a conhecer sobre a sociedade em que vivemos.

A tese que defendemos neste artigo é a de que a dinâmica existente entre poder, verdade e sujeito-corpo-discurso violentado é um importante instrumento, por meio do qual podemos observar o funcionamento do dispositivo da culpabilização que emerge dos enunciados-sentença sobre as vítimas de estupro. Entrecruzando o jurídico com o jornalístico, a função enunciativa presente nessa produção discursiva faz das sentenças um dispositivo a serviço de outro mais abrangente. Avançando um pouco mais, os enunciados-sentença atualizam a dominação masculina, na medida em que culpabilizam o sujeito-corpo-discurso violentado da mulher. Seu funcionamento assemelha-se, a nosso ver, com aquele descrito por Foucault (2006b), a respeito das “*lettre de cachet*”, mecanismo que fazia de qualquer súdito o monarca do outro, usando de uma petição para o reestabelecimento da ordem.

O *corpus*¹ de análise foi formado a partir de quatro notícias sobre estupros publicadas em veículos de comunicação de grande repercussão nacional, entre os anos de 2016 e 2019, selecionadas após pesquisa feita no Facebook, utilizando-se as palavras-chave mulher, estupro, estuprada nos campos “Publicações” dos respectivos portais. Esse material faz parte da pesquisa realizada por Bertola (2019), em sua dissertação de mestrado e em sua tese de doutoramento. Recortamos as que tiveram mais interação com o público na forma de curtidas, por inferirmos que tenham sido as mais lidas pelos usuários das redes. Para essa seleção, dentre as possíveis regularidades discursivas existentes, consideramos aquelas relativas ao relato do crime praticado, no qual se incluem o uso de álcool e o comportamento das vítimas, com ênfase para o seu corpo.

De início, tecemos considerações a respeito do estupro como mecanismo de dominação. Na sequência, descrevemos os procedimentos teórico-metodológicos discursivos, fundamentados na obra foucaultiana. Por fim, procedemos à análise das notícias em que são estabelecidas sentenças para essas vítimas.

1.1 O estupro como instrumento de dominação masculina sobre a mulher

Uma estratégia de interdição da existência livre da mulher é a prática do estupro utilizada como mecanismo de dominação masculina no processo civilizatório, baseada na força, naturalizada e comum, desde o início da história (CAMPOS, 2016; VIGARELLO, 1999). Os números atuais ratificam a ideia do uso do estupro como arma, dada sua ocorrência. O 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que é o relatório mais recente publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), indica que o Brasil registrou 66.123 notificações de estupro em 2019. Deste total, 85,7% das vítimas eram meninas e mulheres.

Na pré-história, o estupro passou a ser praticado como forma de dominação sobre a mulher, por meio da força, desde que os homens perceberam que, diferentemente do que acontecia no mundo animal, as relações não dependiam do ciclo menstrual da fêmea. Por milênios, o estupro foi considerado comum e natural, passando a ser caracterizado

¹ O material de análise que dá suporte às discussões aqui feitas fazem parte de pesquisa de pós-graduação desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/fbbertola.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2022.

como crime somente muito tempo depois (BROWNMILLER *apud* TAGLIARI & SOMMACAL, 2017; CAMPOS 2016; VIGARELLO, 1999).

Considerando o contexto francês sobre o qual Vigarello (1999) se debruçou em busca de escrever uma história do estupro, a partir do século XVI, foi no período entre o Antigo Regime e o século XX que houve uma mudança na percepção em relação a essa prática. A compressão da violência de caráter sexual como sendo crime é, portanto, considerada recente. Como mostra esse autor,

O conjunto da relação entre violência e não-consentimento é pouco a pouco repensado na segunda metade do século XIX, efeito da lenta maturação da reflexão jurídica iniciada com os códigos revolucionários. A jurisprudência reconhece e designa pela primeira vez, de modo explícito, a partir de 1850, a existência de uma violência moral fora dos casos de crianças (VIGARELLO, 1999, p.139).

Ao analisar o que chamou de período de certo silêncio, Vigarello (1999) indica que houve, sobretudo, uma mudança de sensibilidade quanto aos crimes sexuais na França, a qual, por sua vez, repousa sobre uma complexidade de acontecimentos sociais, para além da reflexão jurídica, que promoveram um novo olhar para o sujeito e para a sua individualidade na época. Com a instância de uma consciência outra sobre a individualidade, entraram em discussão naquela sociedade elementos antes desprezados no contexto da violência sexual: os transgressores passaram a ser “observados de outro modo” (VIGARELLO, 1999, p. 255). A partir de tais rupturas, a visão sobre o homem e a mulher e sobre seus papéis também sofreu transformações, tanto que o estupro marital passou a ser reconhecido.

No Brasil, a lei data de 1940, porém, somente com a lei nº 2.015, de 2009, o estupro passou a ser visto como ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Hoje a punição prevista é de seis a 30 anos de reclusão.

A garantia de uma sociedade patriarcal sempre dependeu do controle exercido sobre a mulher, no caso em tela, na forma de violência sexual. Esse controle conta com a força física masculina, acrescida de uma vontade de dominação, para o alcance de sua finalidade, qual seja: a objetificação sexual. Em outros termos, na prática e no discurso, o homem sobrepõe-se à mulher, o que dá visibilidade à seguinte lógica, assim resumida por Scott (1995, p. 77): “O homem fode a mulher; sujeito, verbo, objeto”.

Em uma visada não tão dissonante, mas abordada em termos de poder simbólico, Bourdieu (2005; 2012) considera a imagem do falo como objeto de poder em oposição à vagina. Esse jogo de oposições é descrito entre duro/mole, ativo/passivo, cheio/vazio. Assim, o órgão sexual também determina os lugares dos homens e das mulheres, em uma sociedade assentada sobre o binarismo. Outra lógica, então, se desenha: enquanto o pênis equivale a poder, a vagina significa impureza e fragilidade.

O pênis é, então, utilizado como arma apontada contra as mulheres, visto que dá ao homem o poder reprodutivo e controlador do mundo. Perrot (1998) exemplifica tal relação, aludindo aos desastres causados pelas guerras, dentre os quais a violação de mulheres e de meninas e a sua objetificação na forma de patrimônio. Em tais circunstâncias, a arma nada mais é que o falo, este que, a nosso ver, torna visível e dizível a força da dominação masculina. Isso justifica o uso que fazemos da formulação sujeito-corpo-discurso, aqui mobilizada para a compreensão dessa relação de poder.

Ainda nessa direção, encontramos nos estudos de Foucault (1982) os efeitos de uma vontade de verdade sobre as subjetividades desviantes, com base nas genitálias. Trata-se do caso envolvendo Herculine Barbin, que, por ter sido considerada hermafrodita/intersexual, foi forçada a assumir uma identidade masculina, ainda que se identificasse como mulher, porque os médicos consideraram que seu órgão genital se parecia mais com um pênis do que com uma vulva.

Dada essa vontade de verdade em articulação com o poder da dominação masculina, ter um pênis significa exercer um poder sobre o corpo da mulher, ou seja, o poder em exercício nas relações sociais se dá por meio do corpo, pois é no cotidiano do corpo que ele estará presente. Para Foucault, o corpo passa a ser objeto e foco do poder, pois “obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças multiplicam” (FOUCAULT, 2008b, p. 117).

Se a violência sexual é utilizada para dominar as mulheres, o discurso sobre esse tipo de violência é o sangue que corre nas veias do tempo/espço, em um ir e vir renovado pelas artimanhas do poder, que encontram abrigo nas instituições. Os discursos produzidos por meio das instituições e as disciplinas dos corpos ajudam a controlar os sujeitos. A igreja, a escola, a família e outros espaços disciplinares intercalam-se ou se unem para silenciar e reprimir o discurso sobre a sexualidade, como examinado por Foucault (1985).

O que se diz sobre o estupro contra a mulher denuncia condições para seu aparecimento e produção, o que, diante dos acontecimentos discursivos, leva-nos a crer que, de fato, essa prática vem sendo perpetuada por um poder oriundo de uma sociedade machista e patriarcal. Um caminho possível para descontinuar tal história cruel é fazer resistência, como esta que provoca reflexões sobre o que se diz da mulher estuprada na mídia jornalística.

2 O dispositivo da culpabilização sob a perspectiva foucaultiana

A descrição do exercício do poder na produção de enunciados-sentença sobre o estupro contra a mulher, em textos jornalísticos, nos conduz à seguinte questão: qual posição de subjetividade é fabricada no discurso sob análise? Trata-se, como veremos, da posição de mulher-corpo violentado culpada pelo crime que ela teria provocado. O discurso que se produz nas sentenças volta-se contra a própria vítima, pela forma como uma verdade sobre o estupro condiciona os modos de dizer jornalísticos sobre o crime cometido. Essa verdade, como exposto, assenta-se sobre a dominação masculina, mas também encontra seus elementos de veridicção no dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1985), que trata da regulação do sexo por meio de uma instância discursiva.

Com base nesse aporte, podemos afirmar que é em torno da sexualidade que se constrói um saber e uma disciplina sobre como deve ser a relação da mulher com sua própria sexualidade, e isso pode definir um lugar discursivo tal que ela possa ser vista como alguém digno ou não de respeito. Essa posição e esse lugar de sujeito na rede do dispositivo da culpabilização podem produzir o tipo de sentença. O dispositivo da culpabilização, portanto, que amalgama dominação masculina e sexualidade, oferece um conjunto de elementos da ordem da investigação policial e jurídica, tais como: o tipo de roupa usada pela vítima, o horário que saiu de casa, os ambientes que frequentava, a ingestão ou não de bebida alcoólica entre outros que atuam como regra de formação desse dispositivo nos enunciados-sentença jornalísticos, bem como vinculam a tais enunciados um efeito de poder-verdade, qual seja: administrar a culpa pelo crime de estupro sofrido pelas mulheres.

A partir da tríade conceitual sujeito-corpo-discurso, propomos outra, mais específica, mulher-corpo violentado-culpabilizada, em especial, para discutirmos uma

vontade de verdade sobre a prática do estupro. A palavra “culpabilizada” qualifica, assim, todo o sintagma, e “corpo violentado” confere uma especificação teórica do objeto “corpo”, constante da formulação de origem. Buscamos, com isso, manter a união semântica entre os significantes de referida tríade, como, também, dar visibilidade à materialidade discursiva do dispositivo na forma de uma expressão linguística.

Retomemos a problematização acerca da verdade, já adiantada anteriormente. Foucault (2014) elenca e problematiza os procedimentos que exercem controle sobre o que é produzido no campo discursivo, incluindo quem produz os discursos e como são distribuídos. Um desses procedimentos tem a ver com aquilo que assegura a existência de um discurso verdadeiro. Para o autor, a vontade de verdade é definida a partir de um sistema de exclusão, interdição ou valorização de um discurso e expressa um movimento de regulação externo de todo o dizer. Na vontade de verdade, sabemos, encontra-se implicado o jogo entre poder e saber. Como assegura Foucault (2014), a vontade de saber existe porque há sempre, sobre as coisas, um desejo por conhecer, comprovar e controlar, não fosse isso não entrariam em operação as interdições. E se há uma vontade de saber, que consegue se sobrepor a ponto de aparecer como verdade, é porque existe um poder produtivo, que tem objetivos ora opacos, ora evidentes, exercido pelos sujeitos que ocupam determinados lugares de enunciação na sociedade.

A partir da investigação da prática penal, Foucault (2002) se propôs a mostrar como certas formas de verdade puderam ser definidas, já que as verdades são formadas em vários lugares outros e se diferem da verdade “que se corrige a partir de seus próprios princípios de regulação: é a história da verdade tal como se faz na ou a partir da história das ciências” (FOUCAULT, 2002, p. 11). Apoiando-se em Nietzsche, para quem o conhecimento foi inventado, o filósofo francês expõe a dinâmica que envolve a construção de uma verdade:

[...] o conhecimento é simplesmente resultado de um jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. Este algo é o conhecimento (FOUCAULT, 2002, p. 16).

Nessa direção, *Édipo Rei* surge, em Foucault, como uma espécie de resumo do direito grego, pois sua dramatização apresenta uma das maiores conquistas da democracia ateniense, a história por meio da qual o “povo se apoderou do direito de julgar, do direito

de dizer a verdade, de opor a verdade aos seus próprios senhores, de julgar aqueles que os governam” (FOUCAULT, 2002, p. 54). A partir disto, outras características da sociedade grega surgiram e se organizaram, como formas de prova, formas de produzir a verdade, arte de persuadir, conhecimento por testemunho, inquérito. Em suma, o poder político é tramado com o saber, em sua estreita ligação com uma vontade de verdade.

Cabe acentuar que o poder, em si, não é obediente a um esquema opressor. Trata-se mais de conseguir exercer o poder do que de detê-lo. Lembremos que Foucault (1986, p. 146) insiste em mostrar que o “discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”. É esse jogo polêmico e estratégico de poder-saber que se movimenta de um polo a outro que a materialidade discursiva deve apreender, dando a conhecer de qual lado da história estão aqueles que desejam e se esforçam para a construção de uma sociedade mais igualitária.

3 Efeitos da culpabilização em enunciados-sentença jornalísticos

Uma das regularidades discursivas possíveis de serem estabelecidas entre os enunciados recortados é a referência ao uso de álcool pela vítima de estupro. As notícias selecionadas mencionam o uso dessa substância e de outras por mulheres estupradas como consequência para o estupro.

Os títulos dados às notícias circunscrevem a série enunciativa e fazem aparecer os efeitos da culpabilização, visto que apreendem a temática da mulher e de seu corpo violentado, em uma prática discursiva que produz seu objeto, o estupro, como consequência do comportamento feminino. Três elementos de regularidade discursiva do dispositivo permitem a descrição dos seus efeitos sobre a mulher-corpo violentado-culpabilizada: o relato que situa a vítima na cena do crime, a presença de algum tipo de bebida alcóolica ou entorpecente e aspectos relacionados ao corpo estuprado.

Quadro 1 – Títulos dos enunciados-sentença jornalísticos

Sequência (Enunciado-sentença)	Títulos
ES 1	<i>Não dói o útero e sim a alma, diz menina vítima de estupro coletivo (G1, 2016).</i>
ES 2	<i>Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem (UOL; TNONLINE, 2017).</i>
ES 3	<i>Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga (UOL; UNIVERSA, 2019)..</i>

Do enunciado-sentença (ES) 1, *Não dói o útero e sim a alma, diz menina vítima de estupro coletivo*, destacamos o seguinte excerto:

ES 1: Em depoimento à polícia, ela disse que foi até a casa de um rapaz com quem se relacionava há três anos. Ela se lembra de estar a sós na casa dele e só se lembra que acordou no domingo, em uma outra casa, na mesma comunidade, com 33 homens armados com fuzis e pistolas. Ela destacou que estava dopada e nua. A garota retornou para casa na terça-feira (24). “Ela chegou descalça, descabelada, com aspecto de que tinha se drogado muito e com uma roupa masculina toda rasgada. Provavelmente eles deixaram ela nua e ela vestiu aquilo pra vir em casa”, contou a parente. A família teria questionado a menina o que havia acontecido, mas ela não revelou nada (G1, 2016).

No depoimento, a vítima relata os momentos que antecederam ao crime, aquilo que ela lembra do acontecido e o seu retorno. A notícia destaca do depoimento de uma parente o modo como a vítima volta para casa. Os elementos textuais dão ancoragem discursiva para a culpabilização, uma vez que topicalizam o ato de se dirigir à casa de um homem com quem se relacionava e de estar só com ele. Além disso, tais elementos descrevem o estado psicológico (“dopada”) e físico (“nua”, “descalça”, “descabelada”), em um movimento textual-discursivo em que o corpo violentado ganha visibilidade, mediante essa luz que o dispositivo projeta sobre ele. Sobre os autores do crime pouco se sabe.

A regularidade discursiva do dispositivo está presente, também, no enunciado-sentença 2, *Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem*. Nele há o relato que antecedeu ao crime, incluindo o horário em que aconteceu o estupro e o uso de bebida alcóolica pela vítima:

² Dados constam em pesquisa de pós-graduação desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/fbbertola.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2022.

ES 2: A vítima acusa um motorista do aplicativo Uber de se aproveitar da embriaguez dela para o crime. Segundo a acusação de Amanda, o abuso sexual aconteceu no bairro Portão. O caso aconteceu na madrugada de 30 de outubro, quando a vítima pediu por uma corrida por volta das 2 horas e, apesar do trajeto ser de seis minutos, teria ficado uma hora rendida pelo abusador. A professora de inglês, de 27 anos, havia saído de uma despedida dos pais de amigos, no bairro Portão, quando acabou sofrendo o abuso. Ela teria tomado vinho e, possivelmente, o condutor se aproveitou da vulnerabilidade dela (UOL, 2017).

Há três aspectos textuais desse relato que permitem observar o funcionamento da culpabilização no que está sendo enunciado. Um tem a ver com a isenção do jornal, contida na textualidade do relato, pelo uso que se faz do verbo “acusa” e de sua substantivação “acusação”. Assim, não é a fonte jornalística que está afirmado, mas a professora que diz ter sido vítima do abuso. O segundo aspecto diz respeito à inserção da identidade do autor do crime na cena relatada. O enunciado-sentença evita qualificá-lo com o uso de palavras mais contundentes, do tipo estuprador ou criminoso. As escolhas lexicais indicam a estratégia do dispositivo: trata-se de um “motorista”, “abusador”, “condutor”. O terceiro aspecto concerne à hipótese jornalística de que o vinho possa ter sido o elemento que favoreceu o crime do estupro, estabelecendo, com isso, uma relação de causa e consequência: o consumo de vinho pode deixar a mulher vulnerável a algum tipo de violência.

No enunciado-sentença 3, *Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga*, a regularidade discursiva do dispositivo, conforme atentamos, constitui a linha adotada pelo editorial, que dá visibilidade a uma vítima ingênua, inconsequente e que faz uso de bebida alcoólica, embora não tivesse esse costume:

ES 3: Segundo a família da vítima, ela teria sido estuprada por Leonardo enquanto descansava em um dos quartos da casa, depois de ingerir muita bebida alcoólica. Thais - - que não estava no churrasco mas diz que passou boa parte da festa conversando com Isabela -- conta que a amiga não tinha o costume de beber, mas ingeriu algumas doses de tequila durante uma brincadeira em que, quem errasse determinadas perguntas, deveria beber um “shot”. “Tequila é uma bebida muito forte. Quem estava ali sabia que ela não estava acostumada e que isso derrubaria ela fácil”, acredita. De acordo com testemunhas

ouvidas pela polícia, Isabela teria passado mal após o consumo de álcool e sido levada para se recuperar em um dos quartos, onde foi deitada sobre uma cama só de biquíni, que era o traje do evento. Ali, teria sido estuprada. “Eu não sei dizer se foi de propósito, mas ele [o cunhado] se aproveitou da situação. Pegou ela bêbada, frágil, vulnerável, sem poder reagir”, diz Thais (UOL, 2019).

Identificamos as seguintes estratégias de culpabilização que recaem sobre o sujeito-corpo-discurso violentado deste relato: a) o que acontecia no local da cena (uma festa, com churrasco e brincadeira envolvendo bebida alcoólica); b) o depoimento de testemunhas, do qual se destacam a falta de hábito com ingestão de um tipo específico de bebida (“shot”) e as condições em que Isabela se encontrava (“passando mal”, “só de biquíni”, “bêbada, frágil, vulnerável, sem poder reagir”); c) e quase uma espécie de atenuante da culpa pelo crime causado, quando a testemunha não sabe avaliar se fora cometido propositalmente, dando a entender que a situação em que se encontrava a vítima teria motivado o estuprador a cometer o crime.

Na série enunciativa analisada, a referência ao uso de álcool e de outras substâncias está interligada, apresentando as mesmas características enunciativas, visto ser produto do dispositivo da culpabilização. O uso que é feito do léxico, de certas expressões sintagmáticas e de orações que indicam ações, lugar de ocorrência e tempo decorrido (sedada por alguma substância, abusada posteriormente, dopada, tinha se drogado, descabelada, teria tomado vinho, vulnerabilidade, depois de ingerir, dose de tequila, brincadeira, muita bebida alcoólica, bebida muito forte, isso a derrubaria fácil, após consumo de álcool) permite afirmar a existência de um dispositivo que enuncia um saber e uma verdade a respeito do uso de bebidas, do comportamento das vítimas e da prática do estupro, como se uma coisa explicasse a ocorrência de outra, em uma dinástica do poder que se deseja exercer sobre o corpo da mulher.

Na prática discursiva sob investigação tal dinástica diz sobre e nos faz ver uma mulher-corpo violentado-culpabilizada que é propriedade do homem. Mais ainda, essa pequena série enunciativa nos dá a conhecer a objetivação da mulher nesta formação histórica da dominação masculina, mesmo que esta pareça estar, na superfície textual dos enunciados-sentença, revestida de notícia. Retomando o argumento de Foucault (2006b), segundo o qual as “*lettres de cachet*” assemelhavam-se a pequenas notícias que mostravam

o poder sobre os homens infames, os enunciados-sentença posicionam as vítimas como mulheres quase infames pelos atos que provocaram o estupro. Participam de um domínio associativo que gravita em torno de um enunciado reitor, do tipo: “elas poderiam ter sido mais cautelosas e observado a ordem que se impõe sobre si mesmas”.

O dispositivo da culpabilização é um dos mecanismos usados em uma sociedade que ainda tenta dominar as mulheres pela força, porém se apoia em justificativas que transferem a culpa do agressor para a vítima. As diversas formas de exercício deste poder, como a identificada neste artigo, atualizam a ação do patriarcalismo em práticas discursivas que sugerem uma vontade de verdade sobre o estupro, especificamente, uma vontade de verdade de homens que tentam dominar as mulheres pelo sequestro de seu corpo.

Conforme mencionado no início desta seção, o relato que situa a vítima na cena do crime, a presença de algum tipo de bebida alcóolica ou entorpecente e aspectos relacionados ao corpo estuproado constituem a regularidade discursiva, ao mesmo tempo em que permitem à análise examinar a finalidade que se deseja alcançar com o tipo de poder que nessa regularidade se manifesta, qual seja: o efeito de que as mulheres deram condições para serem atacadas ou provocaram os homens criminosos, a tal ponto que usaram o falo, essa expressão de virilidade, força física e domínio, contra os que lhes parecem vulneráveis. O que fazem os enunciados-sentença, ao relacionar o estupro ao consumo de bebidas e à falta de cuidado com determinado tipo de situação, é reforçar um saber (verdade): o comportamento que foge aos esquemas de disciplinarização precisa ser freado, sob risco de ruína do poder patriarcal. É dessa formação histórica que derivam ditos populares, como “se estive em casa não teria acontecido”, “é preciso saber com quem se anda”, “com essa roupa, estava procurando”.

Para completarmos essa linha argumentativa, consideremos o quarto e último enunciado do *corpus* selecionado, intitulado *Calcinha fio dental é aceita como prova de que vítima de estupro desejava sexo*:

ES 4: O desfecho de um julgamento na Irlanda vem gerando revolta nas redes sociais após um homem de 27 anos acusado de estupro por uma jovem de 17 anos ter sido declarado inocente pelo júri. Durante o processo, a advogada do réu utilizou o modelo da calcinha fio dental igual ao utilizado pela jovem como evidência de que a mulher estava

disposta a ter relações sexuais. A sentença e os detalhes do caso viralizaram na internet e ativistas acusaram a defesa do homem de “culpabilizar a vítima” de estupro. Nas redes sociais, diversas mulheres publicaram fotos de suas roupas íntimas com a hashtag #ThisIsNotConsent (isso não é consentimento). A deputada Ruth Coppinger também entrou na onda de protestos e levou calcinha fio dental para o Parlamento irlandês para protestar contra a absolvição do acusado. “Pode parecer embaraçoso mostrar isso aqui, mas como vocês acham que uma vítima de estupro se sente ao ter sua roupa utilizada contra ela em um tribunal?”.

Esse enunciado-sentença difere-se dos demais pelo fato de que nele o discurso da culpa é enunciado pela advogada do réu contra a vítima. Contraditoriamente, mas tendo em vista o seu lugar e posição nessa ordem discursiva, a mulher que assim enuncia o faz de uma posição-sujeito produzida na história da violência de gênero. Nesse caso, um elemento da tríade sujeito-corpo-discurso é destacado para justificar a prática do estupro relacionando-a a algo que teria conotações de ordem cultural, cultural bem entendido aqui como uma construção simbólica machista, sexista e misógina. O corpo, então, mais especificamente o tipo de roupa usado para cobri-lo, por um efeito metonímico, é tomado como uma parte que identifica, classifica e culpabiliza a mulher. Por esse efeito, a mulher vítima do estupro é reduzida a um corpo que, na prática discursiva em questão, se oferece a qualquer tipo de abuso sexual, mesmo sem seu consentimento.

4 Considerações finais

Com o objetivo de encontrar respostas à pergunta sobre como a mulher estuprada é objetivada em textos jornalísticos, propusemo-nos a descrever o poder em operação como gerador de sentenças em discursos sobre essa prática de violência feminina. Respaldados no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos, traçamos um percurso teórico-analítico que nos auxiliou a compreender que a mulher estuprada emerge dos enunciados-sentença como um sujeito-corpo-discurso violentado e culpabilizado, regido que está por uma vontade de verdade constituída no e pelo poder patriarcal.

Sob essa visada, os enunciados-sentença podem ser vistos como um dos nós na rede do dispositivo em tela, porque a regra de formação que neles atua produz um lugar

discursivo no interior do qual se dá a objetivação da mulher como responsável pelo crime que sofreu, o que sustenta a tese de que a sentença é a exterioridade presente nos textos, e a culpa que ela administra, dado seu efeito de acúmulo, é aquilo que historicamente se atribui às mulheres.

A respeito da prática jornalística posta em funcionamento, destacamos a isenção como efeito de um tipo de enunciação característico desse discurso e que se expressa na forma do relato noticioso. Mais do que dar esse efeito, entretanto, trata-se mesmo do poder que se quer exercer sobre os acontecimentos e sobre os sujeitos que por eles são atravessados: narra-se de um ângulo e não de outro, incluem-se ou não determinadas informações; recorta-se uma parte dos testemunhos e outras ficam de fora, evitando-se, com isso, condenar. Engana-se, contudo, quem acredita que essa prática passa ao largo da dominação masculina; antes, jogando-se com as palavras, joga o jogo deste poder, para o qual as mulheres já entram desfalcadas, desacreditadas e com inúmeras contusões.

No que concerne à fórmula originária, sujeito-corpo-discurso, e a sua reelaboração, na forma de mulher-corpo violentado-culpabilizada, a análise discursiva empreendida destaca dois efeitos, sendo um reativo ao fato de que o corpo é suporte para discursos que o sujeito assume, em um movimento tenso entre deixar-se conduzir ou não por relações de poder-saber que significam, para si, sua existência. Outro efeito tem a ver com o exercício da prática discursiva, sobretudo, o modo como é feito um recorte do discurso, mais especificamente das estratégias identificadas, por intermédio das quais se realiza uma violência contra a verdade.

Nesse sentido, as publicações aqui analisadas sugerem que os veículos responsáveis pelos textos deixam de cumprir com sua função social, que deveria ser a contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária, o que, ao nosso ver, poderia ser feito a partir de uma melhor contextualização sobre o crime de estupro e suas consequências no social.

Agradecimentos

PN é Bolsista de Produtividade em Pesquisa – Nível 2, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil).

Contribuição

Fernanda Bonomo Bertola: Conceptualização; Análise Formal; Investigação; Escrita – Rascunho Original; **Pedro Navarro:** Administração do projeto; Metodologia; Supervisão; Escrita – Análise e Edição.

Referências

- BERTOLA, Fernanda. **A mulher estuprada como objeto do discurso:** análises sobre enunciados jornalísticos. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CALCINHA fio dental é aceita como prova de que vítima de estupro desejava sexo. **IG.** São Paulo, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2018-11-15/estupro-irlanda-calcinha-fio-dental.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- CAMPOS, Andrea Almeida. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 183, p. 1-13, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32937>. Acesso: em 02 mar. 2022.
- DELEUZE, Giles. **Michel Foucault:** as formações históricas. Tradução de Cláudio Medeiros, Mario A. Mariano. São Paulo: n-1 Edições, Editora Filosófica Politeia, 2017.
- FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cad. Pesqui.** [online], n. 114, p. 197-223, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 23 de fev. 2022.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva:** curso no Collège de France (1972-1973). Trad de Ivone C. Benedetti. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos V**. Tradução de E. Monteiro e I. Barbosa, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Coleção Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. “O que são as Luzes”. *In*: MOTTA, Manuel de Barros (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Coleção Ditos & Escritos, vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de: E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, ano 14. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em 15 mar. 2022.

GONZALEZ, Mariana. Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga. **UOL; UNIVERSA**, São Paulo, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/08/ela-confiava-muito-nele-diz-amiga-de-jovem-queimada-no-interior-de-sp.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

‘NÃO dói o útero e sim a alma’, diz menina vítima de estupro coletivo. **G1**, Rio de Janeiro, 27 mai. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/nao-doi-o-utero-e-sim-alma-diz-menina-vitima-de-estupro-coletivo.html>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

PROFESSORA que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo. **UOL; TNONLINE**, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/cotidiano/67,445370,23,11.professora-que-acusa-motorista-de-uber-de-estupro-era-virgem-aponta-laudo.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, 1995, vol. 20, nº 2, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SOMMACAL, C. L., TAGLIARI, P. A. A cultura de estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. **Revista da ESMESC**, 24, (30), 245-268, 2017. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/169/143>. Acesso em: 03 mar. 2022.

VIGARELLO, Georges. **Historia de la violación**: siglos XVI-XX. Madrid: Ediciones Cáted, 1999.

Recebido em: 13 de maio de 2022

Aceito em: 27 de junho de 2022

Publicado em agosto de 2022

Fernanda Bonomo Bertola
E-mail: fernandabonomo@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1407-759X>

Pedro Navarro
E-mail: navarro.pl@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3267-4985>

**Violated subject-body-discourse:
an analysis of journalistic utterance-sentences on female rape**

***Sujeito-corpo-discurso violentado:
uma análise de enunciados-sentença jornalísticos sobre o estupro
feminino***

Fernanda Bonomo Bertola
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Pedro Navarro
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Abstract: The discussions presented in this article are based on the Foucauldian Discursive Studies. In this respect, we seek to understand how the raped woman is objectified in texts from the journalistic media. The discussions aim at questioning how the subject and her body gain visibility in journalistic sentences that refer to rape against women. Here, the notions of will to truth and power help understand the violence committed against the subject, body, and discourse; the infinitesimal mechanisms of power; and the truths that are seen as legitimate and end up resulting in the sentence of the own victims. The main thread of the analysis includes a discussion about rape as a mechanism of domination. Next, we present the theoretical-analytical procedures that support the reflections on the subject, truth, and power. Finally, an analysis is carried out to understand how the news about raped women produces an effect of blaming these victims.

Keywords: Speech; Power; Truth; Raped woman; Journalistic media

Resumo: As discussões desenvolvidas neste artigo inserem-se no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos, com base no qual buscamos compreender de que modo a mulher estuprada é objetivada em textos da mídia jornalística. As discussões têm como finalidade última interrogar como o sujeito e o seu corpo ganham visibilidade em sentenças jornalísticas cujo referencial é o estupro contra a mulher. As noções de vontade de verdade e de poder permitem uma compreensão sobre o sujeito-corpo-discurso violentado, sobre os mecanismos infinitesimais do poder e sobre as verdades que, por estarem legitimadas, sentenciam as vítimas. O fio condutor das análises contempla uma discussão a respeito do estupro como mecanismo de dominação. Na sequência, apresentamos os procedimentos teórico-analíticos que subsidiam as reflexões sobre sujeito, verdade e poder para, ao final, realizar uma análise de notícias que discursivizam a mulher estuprada, produzindo um efeito de culpabilização dessas vítimas.

Palavras-chave: Discurso; Poder; Verdade; Mulher estuprada; Mídia jornalística



1 Introduction

Discursive investigations, especially those carried out under the perspective of Foucauldian Discursive Studies, offer the possibility for an approach to the history of the present and, consequently, for new forms of experience of thought. In his seminal work, *The Archeology of Knowledge*, Foucault (1986) digs up knowledge situated in time and space to show that the analysis of discourses produced throughout history provides elements that help examine what is said in a given field of knowledge. The analysis can be carried out by identifying the network of regularities between the said and written statements, which, in turn, always refer to other statements, which require the constitution of enunciative series.

It must be borne in mind that the investigation proposed by the author can never be dissociated from the notion of power, which permeates the philosopher's vast production. It is through the analysis of power – which is in discourses and is also a producer of discourses – that Foucauldian discourse analysis allows us to get into a darker area of genealogy, casting light on subjects, on the forms of domination, and on the practices of freedom they exercise, however timid they may seem, in the power-knowledge game placed in the enunciation.

The analysis of the relationship between power-knowledge and its effects on the subject and the body guides the understanding of the statements, in particular, of the formation rules that establish a “system of enunciability”¹ (DELEUZE, 2017). This system is composed of the visible and the sayable, through which distinct modes of objectification and subjectivation are obtained. Regarding these two processes, the analysis situates in this terrain where calculated strategies and resistances that establish a discursive polemic are mixed. Therefore, we are called to gaze at “the historical constitution of these different forms of the subject, concerning games of truth”² (FOUCAULT, 2006a, p. 275). Continuing with this analysis, Foucault draws attention to the fact that it is the formation of subjectivities that makes resistance possible, for it gives conditions for the individual to become a subject “without having to be subjected”³

¹ In the original: “sistema de enunciabilidade”.

² In the original: “a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade”.

³ In the original: “sem ser sujeitoado”.

(FOUCAULT, 2008a, p. 210). The experience of subjectivity does not occur without the intrinsic relationship with the truth (FOUCAULT, 2006). However, due to the exercise of power, what exists is a “will to truth” (FOUCAULT, 2014) according to the emergence conditions of the discourses.

Therefore, based on the relationships among power, subject and truth, we find it convenient to drive the notion of “subject-body-discourse”, as a way of getting into the discursive *corpus*. In previous works (NAVARRO, 2020; NAVARRO; CENIZ, 2021; NAVARRO; MIRANDA, 2021), the formulated triad proved to be productive, as it encapsulates the thesis that the body is a place of conflicts and disputes over knowledge, but also a strategic place in the face of objectification and subjectivation processes. For this article, this triad plays an important role for it enables the highlighting of a discourse that naturalizes violence against the truth about the woman's body. The founding elements of this formulation, linked by the semantic-discursive relationship, support the understanding of how domination over women is constituted in an enunciative space that hardly ever points to women as the victims, but blame them for the violence they have suffered.

In an attempt to inquire about the process that makes the violated woman's body an object of discourse in journalistic texts, this article tries to describe the effects of power and truth that make it possible for certain statements to emerge in discourses of the Brazilian journalistic media. We aim to carry, albeit timidly, a critique of the present based on what is known about the society we live in.

The thesis defended in this article is that the dynamic between power, truth, and the raped subject-body-discourse is an important instrument, through which we can observe the functioning of the apparatus of blaming that emerges from the utterance-sentences about the victims of rape. Intertwining the legal with the journalistic areas, the enunciative function present in this discursive production makes sentences an apparatus at the service of a more comprehensive one. Advancing a little further, the utterance-sentences update male domination, insofar as they blame the raped woman as a whole, subject-body-discourse. We believe that its functioning is similar to that described by Foucault (2006b), regarding the “*lettre de cachet*”, a mechanism that gave any subject the power to be the monarch of the other, just by using a petition for the reestablishment of order.

The present corpus of analysis was formed from four pieces of news about rapes published in communication vehicles of great national repercussion, between the years 2016 and 2019. The pieces of news were selected after a search carried out on Facebook using the keywords *woman*, *rape*, and *raped* in the box “Posts” of the respective news outlets’ pages on Facebook. This material is part of research conducted by Bertola (2019) in both her master’s thesis and doctorate’s dissertation, the latter still in progress. We selected the pieces of news that had the most interactions with the public in the form of likes, as we infer that they might have been the most read by the network users. For the selection, among the possible existing discursive regularities, we considered those related to the report of the crime committed, which include the use of alcohol and the behavior of the victims, with emphasis on their bodies.

At first, we consider and discuss rape as a mechanism of domination. Next, we describe the discursive theoretical-methodological procedures, based on Foucauldian work. Finally, we proceed to the analysis of the news in which utterance-sentences are established for these victims.

1.1 Rape as a means of male domination over women

A strategy for interdicting the free existence of women is the practice of rape, which males have been using as a mechanism of domination in the civilizing process, based on force such process has been seen as naturalized and common since the beginning of history (CAMPOS, 2016; VIGARELLO, 1999). Given its occurrence, the current numbers confirm that rape has been used as a weapon. The 14th Brazilian Public Security Yearbook, the most recent report published by the Brazilian Public Security Forum (2020), indicates that Brazil recorded 66,123 rape notifications in 2019; 85.7% of the victims were girls and women.

In prehistory, rape began to be practiced as a form of domination over women, through force, since men realized that, unlike the animal world, human relationships did not depend exclusively on the female's menstrual cycle. For millennia, rape was considered common and natural, only to be characterized as a crime much later (BROWNMILLER *apud* TAGLIARI & SOMMACAL, 2017; CAMPOS 2016; VIGARELLO, 1999).

Concerning the French context observed by Vigarello (1999) to write a story of rape, from the 16th century onwards, it was only between the Ancien Régime and the 20th century that there was a change in perception regarding this practice. The understanding of sexual violence as a crime is, therefore, considered recent. As shown by the author,

The whole relationship between violence and non-consent was, little by little, rethought in the second half of the 19th century, this was the effect of the slow maturation of legal reflection, which began with the revolutionary codes. The jurisprudence recognizes and designates for the first time, explicitly, from 1850, the existence of moral violence beyond children's cases⁴ (VIGARELLO, 1999, p. 139).

Analyzing what he named a period of certain silence, Vigarello (1999) indicates that there was, above all, a change in sensitivity regarding sex crimes in France. It rests on the complexity of social events, beyond the legal reflection, which promoted a new look at the subject and their individuality at the time. With the instance of a different conscience about individuality, elements that were previously despised in the context of sexual violence came into discussion in that society: transgressors began to be “seen from a different perspective”⁵ (VIGARELLO, 1999, p. 255). From such ruptures, the view on men and women and their roles also transformed, to an extent that marital rape began to be recognized.

In Brazil, the law dates from 1940, however, only with law nº 2015, of 2009, rape came to be seen as the act of “constraining someone, through violence or serious threat, to have intercourse, to practice or to allow someone to perform another lewd act”. Now, the punishment foreseen for such a crime is from six to 30 years of imprisonment.

The maintenance of patriarchal society has always depended on the control exercised over women, in the present case, in the form of sexual violence. Such control relies on male physical strength and a will to dominate, to achieve its purpose, namely: sexual objectification. In other words, both in practice and in discourse, the man overlaps

⁴ In the original: O conjunto da relação entre violência e não-consentimento é pouco a pouco repensado na segunda metade do século XIX, efeito da lenta maturação da reflexão jurídica iniciada com os códigos revolucionários. A jurisprudência reconhece e designa pela primeira vez, de modo explícito, a partir de 1850, a existência de uma violência moral fora dos casos de crianças.

⁵ In the original: “observados de outro modo”.

the woman, which gives visibility to the following logic, summarized by Scott (1995, p. 77): “The man fucks the woman; the subject, the verb, and the object”⁶.

Likewise, approached in terms of symbolic power, Bourdieu (2005; 2012) considers the image of the phallus as an object of power in opposition to the vagina. This game of oppositions takes place when the organs are described as hard/soft, active/passive, full/empty. Thus, the sexual organ also determines the places of men and women in a society based on binarism. Another logic then emerges, while the penis is equivalent to power, the vagina means impurity and fragility.

The penis is then used as a weapon against women, as it gives men the reproductive and controlling power of the world. Perrot (1998) draws on the disasters caused by wars as in such events the rape of women and girls and their objectification occurs in the form of heritage. In such circumstances, the weapon is nothing more than the phallus, and we believe that it is what makes the force of male domination visible and sayable. The proposed triad subject-body-discourse is important to understand this power relationship.

In the same line of reasoning, Foucault's (1982) studies discuss the effects of a will to the truth on deviant subjectivities, based on their genitalia. This is the case involving Herculine Barbin, who was considered a hermaphrodite/intersexual and was forced to assume a male identity, even though she identified as a woman. The doctors considered her genital organ to look more like a penis than a vagina and decided that she should be considered a man.

Given the will to truth in conjunction with the power of male domination, having a penis means having power over a woman's body. In other words, the power exercised in social relations takes place through the body, and such power can be seen every day. For Foucault, the body becomes the object and focus of power, once it “obeys, responds, becomes skillful or multiplies its forces”⁷ (FOUCAULT, 2008b, p. 117).

Once that sexual violence is used to dominate women, the discourse on this type of violence is the blood that runs in the veins of time/space, coming and going, renewed by the cunning of power defended by some institutions. The discourses produced through institutions and the discipline imposed on the bodies help to control subjects; so, the

⁶ In the original: “O homem fode a mulher; sujeito, verbo, objeto”.

⁷ In the original: “[...] obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças multiplicam”.

church, the school, the family, and other disciplinary spaces intersperse or unite to silence and repress the discourse on sexuality, as examined by Foucault (1985).

What is said about rape against women denounces conditions for its occurrence and production. Given the discursive events that lead us to believe that this practice has been perpetuated by a power originating from a sexist and patriarchal society. A possible way to discontinue such a cruel story is to resist, and it can be done by reflecting on what is said about the raped woman in the journalistic media.

2 The apparatus of blaming from the Foucauldian perspective

In journalistic texts, the exercise of power is described in the production of the utterance-sentences about rape against women and it leads us to the following question: what position of subjectivity is manufactured in the discourse under analysis? It is, as we will see, the position of a raped woman-body, blamed for the crime that she would have provoked. The discourse produced in the sentences of the news turns against the victim herself, precisely because of the way the truth about rape conditions is shown in journalistic texts when they talk about the crime. Such truth, as exposed, is based on male domination, but it also finds its elements of veridiction in the apparatus of sexuality (FOUCAULT, 1985), which deals with the regulation of sex through a discursive instance.

Based on this contribution, we can say that knowledge and discipline are built around sexuality, on how a woman's relationship with her sexuality should be, and this can define a discursive place in which the woman can be seen, or not, as someone worthy of respect. The position and place of the subject inside this apparatus of blaming can dictate and produce the type of sentence. The apparatus of blaming, therefore, which combines male domination and sexuality, offers a set of elements of the police and legal investigation, such as the type of clothes the victim was wearing, the time she left home, the places she used to go to, and if she had drunk alcohol. These elements act as a rule on the formation of journalistic utterance-sentences, they also link such statements to a power-truth effect, namely: managing the guilt for the crime of rape suffered by women.

From the conceptual triad subject-body-discourse, we propose a more specific concept, the raped-blamed woman-body, to discuss a will to the truth about the practice

of rape. The word “blamed” thus qualifies the entire syntagm, and “raped body” gives a theoretical specification of the object “body”, as presented in our formulation. We aim to maintain the semantic union among the signifiers of that triad, as well as to give visibility to the discursive materiality of the apparatus in the form of a linguistic expression.

Going back to the problematization about the truth, mentioned previously. Foucault (2014) lists and problematizes the procedures that exert control over what is produced in the discursive field, including who produces the discourses and how they are distributed. One of those procedures is related to what assures the existence of true discourse. For the author, the will to truth is defined by a system of exclusion, interdiction, and discourse, and expresses a movement of external regulation of all saying. Inevitably, the game between knowledge and power is involved in the will to truth. As Foucault (2014) assures, there is a will to know because there is always the desire to know, understand, verify and control, otherwise, the interdictions would not come into operation. If there is a will to know, which can overlap to the point of being seen as the truth, it is because there is a productive power, which has objectives that might be opaque or evident at times, and such power is exercised by subjects who occupy given places of enunciation in society.

Based on the investigation of criminal practice, Foucault (2002) proposed to show how some forms of truth could be defined since truths are formed in several other places and differ from the truth “that corrects itself based on its principles of regulation: it is the history of truth as it is done in or from the history of the sciences”⁸ (FOUCAULT, 2002, p. 11). Relying on Nietzsche, for whom knowledge has been invented, the French philosopher exposes the dynamics involved in the construction of a truth:

[...] knowledge is simply the result of a game, confrontation, junction, struggle, and compromise between instincts. It is because the instincts meet, clash, and finally reach the end of their battles, a compromise, that something takes place. This something is knowledge⁹ (FOUCAULT, 2002, p. 16).

⁸ In the original: “que se corrige a partir de seus próprios princípios de regulação: é a história da verdade tal como se faz na ou a partir da história das ciências”.

⁹ In the original: [...] o conhecimento é simplesmente resultado de um jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. Este algo é o conhecimento.

In this sense, Foucault brings up *Oedipus Rex* as a kind of summary of the Greek law, because its dramatization presents one of the greatest achievements of Athenian democracy, the history through which the “people seized the right to judge, the right to tell the truth, to oppose the truth to their own masters, to judge those who govern them”¹⁰ (FOUCAULT, 2002, p. 54). In this respect, other characteristics of Greek society emerged and were organized, such as forms of evidence, ways of producing the truth, the art of persuasion, knowledge by testimony, and inquiry. In short, political power is intertwined with knowledge, in its close connection with a will to truth.

It should be emphasized that power itself does not obey an oppressive scheme. It is more about being able to exercise such power than stopping it. Let us remember that Foucault (1986, p. 146) insists on showing that the “discourse holds not only the sense of a truth but the sense of history”¹¹. This controversial and strategic game of power-knowledge that moves from one point to another must be apprehended by the discursive materiality, and show which side of the story are those who wish and strive to build a more egalitarian society.

3 The effects of blaming in journalistic utterance-sentences

One of the possible discursive regularities to be established among the four pieces of news we have chosen is the reference to the fact that the victims had been drinking alcohol. The selected pieces of news mention the use of alcohol and other substances as a consequence of rape.

The news headlines circumscribe the enunciative series and show the effects of blaming. The words are chosen to address the woman and her raped body in a discursive practice that presents its object, rape, as a consequence of female behavior. Three elements of discursive regularity of the apparatus allow the description of its effects on the raped-blamed woman-body: the report that places the victim at the crime scene, the presence of some type of alcoholic beverage or narcotic, and aspects related to the raped body.

¹⁰ In the original: “povo se apoderou do direito de julgar, do direito de dizer a verdade, de opor a verdade aos seus próprios senhores, de julgar aqueles que os governam”.

¹¹ In the original: “discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”.

Table 1 – Headlines of journalistic utterance-sentences

Sequence (Utterance-sentences)	Headlines
US 1	<i>It is not the uterus that hurts, it is the soul, says the girl who was a group rape victim</i> ¹² (G1, 2016).
US 2	<i>The teacher who accuses an Uber driver of rape was a virgin</i> ¹³ (UOL; TNONLINE, 2017).
US 3	<i>A young woman who was burned by her boyfriend in São Paulo used to say that “he was perfect”, a friend said</i> ¹⁴ (UOL; UNIVERSA, 2019).
US 4	<i>G-string is accepted as proof that the rape victim wanted sex</i> ¹⁵ (IG, 2018).

Bertola (2022)¹⁶

In the utterance-sentence (US) 1, *It is not the uterus that hurts, it is the soul, says the girl who was a group rape victim*, we highlight the following passage:

US 1: In a statement to the police, she said that she went to the house of a boy who she had been dating for three years. She recalls being alone with him in the house and waking up on Sunday, in a different house, in the same neighborhood, surrounded by 33 men armed with rifles and pistols. She emphasized that she was doped up and naked. The girl went back home on Tuesday (24th). She got home barefoot, disheveled, looking as if she had been heavily drugged, and she was wearing a ripped male outfit. They probably left her naked and she just put those clothes on to come back home” a relative said. Her family reportedly asked the girl what had happened, but she did not reveal anything (G1, 2016).

In her statement, the victim reported the moments before the crime, what she could remember about what happened, and her return home. The news highlights from the testimony of a relative the way the victim returned home. The textual elements provide discursive anchoring for blame since they topicalize the act of going to the house of a man with whom she had a relationship and being alone with him. Besides, some elements of the text describe her psychological state as being “doped up”, and her physical state as

¹² In the original: Não dói o útero e sim a alma, diz menina vítima de estupro coletivo.

¹³ In the original: Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem.

¹⁴ In the original: Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga.

¹⁵ In the original: Calcinha fio dental é aceita como prova de que vítima de estupro desejava sexo.

¹⁶ Data from graduate research - Graduate Studies Program in Letras – Languages, Linguistics and Literature, at Maringá State University. Available in: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/fbbertola.pdf>. Retrieved in: Feb 7, 2022.

“naked, barefoot, and disheveled”, in a textual-discursive movement in which the raped body gains visibility, through a light that the apparatus projects on it. Little is known about the perpetrators of the crime.

The discursive regularity of the apparatus can also be seen in utterance-sentence 2, *The teacher who accuses an Uber driver of rape was a virgin*. In this statement there is the report that preceded the crime, including the time of the rape and the use of alcohol by the victim:

US 2: The victim accuses the Uber driver of taking advantage of her drunken state to commit the crime. According to Amanda's accusation, the sexual abuse took place in the Portão neighborhood. The case took place in the early hours of October 30th, when the victim called an Uber, around 2 a.m. Despite the six-minute journey it was supposed to be, the abuser would have kept her in the car for an hour. The 27-year-old English teacher had left a farewell party of her friend's parents, in the Portão neighborhood, when she was sexually abused. She had been drinking wine at the party and the driver probably took advantage of her vulnerability (UOL, 2017).

There are three textual aspects of the report that allow us to observe the functioning of blame in what is being stated. One has to do with the newspaper's exemption, contained in the textuality of the report, due to the use made of the verb “accuses” and its substantivation, “accusation”. Thus, the information is not affirmed by the journalistic source but presented as an account of the teacher who claims to have been a victim of sexual abuse. The second aspect concerns the insertion of the identity of the author of the crime in the reported scene. The utterance-sentence avoids describing the man using more forceful words, such as rapist or criminal. The lexical choices indicate the strategy of the apparatus: the man is a “driver”, an “abuser”. The third aspect concerns the journalistic hypothesis that wine may have been the element that favored the crime of rape, thus establishing a cause and consequence relationship that the consumption of wine can make women vulnerable to some type of violence.

In utterance-sentence 3, *A young woman who was burned by her boyfriend in São Paulo used to say that “he was perfect”, a friend said*. The discursive regularity of the apparatus, as we have seen, constitutes the line adopted by the editorial, which gives

visibility to a naive, inconsequential victim who uses alcoholic beverages, although she did not have such a habit.

US 3: According to the victim's family, she was raped by Leonardo while she was resting in one of the rooms of the house after she had drunk a little. Thais – who was not at the barbecue but had spent a long time at the party with Isabela – says that her friend didn't use to drink, but on that very day had drunk some tequila shots in a game of questions and answers. Participants were supposed to take a tequila shot if they did not answer the questions correctly. "Tequila is a very strong drink. Whoever was there knew that she wasn't used to it and that it would take her down easily", said Thais. According to witnesses heard by the police, Isabela would have felt sick after drinking alcohol and was taken to recover in one of the rooms, where she was laid on a bed only in a bikini, which was the event's attire. There, she would have been raped. "I can't say if it was on purpose, but he (Isabela's boyfriend's brother) took advantage of the situation. He caught her drunk, fragile, vulnerable, unable to react", Thais reported (UOL, 2019).

In this report, it is possible to identify the following blaming strategies that fall on the violated subject-body-discourse: a) what happened at the place (a party, a barbecue, and a game involving alcohol); b) the testimony of witnesses, which highlights she didn't have the habit of drinking that specific type of drink ("shot") and the conditions in which Isabela found herself ("feeling sick", "wearing a bikini", "drunk, fragile, vulnerable, unable to react"); c) and almost a kind of attenuation of guilt for the crime, when the witness does not know how to assess whether it was committed on purpose, implying that the situation in which the victim found herself would have motivated the rapist to commit the crime.

In the enunciative series analyzed here, the reference to the use of alcohol and other substances are interconnected, as they present the same enunciative characteristics since it is a product of the apparatus of blaming. Moreover, the use of the lexicon, the choice for certain syntagmatic expressions and clauses that indicate actions, place of occurrence, and elapsed time (sedated by some substance; later abused/raped; doped; had taken drugs; was disheveled; would have drunk wine; vulnerability; after drinking; tequila shots; a game; too much alcoholic drink; a very strong drink; a drink that would knock

her down easily; after drinking alcohol). The choice of words allows us to affirm the existence of an apparatus that enunciates a knowledge and a truth about the use of drinks, the behavior of the victims, and the practice of rape, as if one thing explained the occurrence of another, in a dynamic of power to be exerted on the woman's body.

In the discursive practice under investigation, such a dynamic says about and makes us see a raped-blamed woman-body as a man's property. Additionally, this series of statements make us aware of the objectification of women in this historical formation of male domination, even if it seems to be, on the textual surface of the utterance-sentences, covered with the news. Resuming Foucault's (2006b) argument, according to which the "lettre de cachet" resembled small news items that showed power over infamous men, the utterance-sentences present the victims as women who are almost infamous for the acts that provoked the rape. They participate in an associative domain that revolves around a guiding statement, such as: "they could have been more cautious and observed the order that is imposed on themselves".

The apparatus of blaming is one of the mechanisms used in a society that still tries to dominate women by force, but it is supported by justifications that transfer the blame from the aggressor to the victim. The various forms of exercising this power, such as the one identified in this article, update the action of patriarchy in discursive practices that suggest the will to the truth about the rape, specifically, a will to truth for men who try to dominate women by kidnapping their bodies.

As mentioned at the beginning of this section, the discursive regularity is in the journalistic report that places the victim at the crime scene and describes the presence of alcoholic beverages or narcotics and aspects related to the raped body. At the same time, they make it possible to examine the purpose to be achieved with the type of power that is manifested in this regularity, namely: the effect that women, victims, offered conditions to be attacked or provoked by criminal men. So much that the men used the phallus, that expression of virility, physical strength, and dominance, against those who seem vulnerable to them. The utterance-sentences reinforce a knowledge (truth) when they relate rape to the consumption of drinks and the lack of care with a certain type of situation: the behavior that escapes the disciplining schemes needs to be stopped, at the risk of ruin of patriarchal power. Such historical formation produces popular sayings such

as “had she been at home, it would not have happened”, “you need to know who you are hanging out with”, and “if she was wearing that outfit, she was asking for it”.

To conclude our reasoning and argument, let us consider the fourth and last journalistic text of the selected corpus, entitled *G-string is accepted as proof that the rape victim wanted sex*:

US 4: The outcome of a trial in Ireland has sparked outrage on social media after a 17-year-old girl accused a 27-year-old man of raping and he was found not guilty by a jury. During the process, the defendant's lawyer used the model of g-string underwear, similar to the one young woman was wearing when she was raped, as evidence that the woman was willing to have sex. The sentence and details of the case went viral on the internet and activists accused the man's defense of "blaming the victim" of rape. On social media, several women posted photos of their underwear with the hashtag #ThisIsNotConsent. Ruth Coppinger also joined the wave of protests and took her g-string panties to the Irish Parliament to protest the acquittal of the accused. "It may seem embarrassing to show this here, but how do you think a rape victim feels about having her clothes used against her in court?".

This utterance-sentence differs from the others by the fact that the guilt speech has been stated by the defendant's lawyer against the victim. Contradictorily, but given her place and position in this discursive order, the woman who enunciates it does so from a subject position produced in the history of gender violence. Here, an element of the subject-body-discourse triad is highlighted to justify the practice of rape by relating it to something that would have cultural connotations, culturally understood here as a sexist and misogynist symbolic construction. The body, then, more specifically the type of clothing worn to cover it, for a metonymic effect, is taken as a part that identifies, classifies, and blames the woman. For this effect, the woman, victim of rape, is reduced to a body that, in the discursive practice in question, is being offered to any type of sexual abuse, even without her consent.

4 Conclusions

In order to find answers to the question about how the raped woman is objectified in journalistic texts, we proposed to describe the power in action as a generator of journalistic sentences in discourses about this practice of female violence. Supported in the field of Foucauldian Discursive Studies, we traced a theoretical-analytical path that helped us to understand that the raped woman emerges from the sentence statements as a raped and blamed subject-body-discourse, governed by a will to truth constituted in the and by the patriarchal power.

From this point of view, the utterance-sentences can be seen as one of the knots in the network of the apparatus in question, because the formation rule that operates in those sentences produces a discursive place that objectifies the woman and frames her as the responsible for the crime she suffered. This fact contributes to the thesis that the sentences are the exteriority present in the texts, and the guilt they administer, given the accumulation effect, is historically attributed to women.

Regarding the journalistic practice in operation, we highlight the exemption as an effect of a type of enunciation common in this type of discourse, and that is expressed in the form of the news report. More than causing an effect, it is really about the power that one wants to exert over the events and over the subjects that are traversed by them: it is narrated from a certain specific angle, whether certain information is included or not; part of the testimonies is cut out and others are left out, thus avoiding condemnation. However, those who believe that this practice bypasses male domination are mistaken. Rather, they are playing with words, they play the game of power, a game in which women would be defrauded, discredited, and with countless bruises before it even starts.

Concerning the original formulation, subject-body-discourse, and its re-elaboration, in the form of a raped-blamed woman-body, the discursive analysis undertaken highlights two effects. One of the effects is reactive to the fact that the body is seen as support for discourses that the subject assumes, in a tense movement between letting oneself be led or not by the power-knowledge relations that signify one's existence. Another effect has to do with the exercise of discursive practice, above all, how the discourse is cut out and selected, more specifically the identified strategies, through which violence against the truth is carried out.

Therefore, the pieces of news analyzed here suggest that the communication vehicles responsible for the texts fail to fulfill their social function to contribute to a more just and egalitarian society, which could be done by a better contextualization of the crime of rape and its social consequences.

Acknowledgements

PN receives a scholarship (Bolsa de Produtividade em Pesquisa – Nível 2) from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq/Brazil).

Contribution

Fernanda Bonomo Bertola: Conceptualization, Formal Analysis, Investigation, Writing – original draft; **Pedro Navarro:** Project administration, Methodology, Supervision, Writing – review & editing.

References

BERTOLA, Fernanda. **A mulher estuprada como objeto do discurso:** análises sobre enunciados jornalísticos. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CALCINHA fio dental é aceita como prova de que vítima de estupro desejava sexo. **IG.** São Paulo, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2018-11-15/estupro-irlanda-calcinha-fio-dental.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CAMPOS, Andrea Almeida. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 183, p. 1-13, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32937>. Acesso: em 02 mar. 2022.

DELEUZE, Giles. **Michel Foucault:** as formações históricas. Tradução de Cláudio Medeiros, Mario A. Mariano. São Paulo: n-1 Edições, Editora Filosófica Politeia, 2017.

FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cad. Pesqui.** [online], n. 114, p. 197-223, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). Trad de Ivone C. Benedetti. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos V**. Tradução de E. Monteiro e I. Barbosa, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Coleção Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. “O que são as Luzes”. In: MOTTA, Manuel de Barros (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Coleção Ditos & Escritos, vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de: E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, ano 14. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em 15 mar. 2022.

GONZALEZ, Mariana. Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga. **UOL**; **UNIVERSA**, São Paulo, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/08/ela-confiava-muito-nele-diz-amiga-de-jovem-queimada-no-interior-de-sp.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

‘NÃO dói o útero e sim a alma’, diz menina vítima de estupro coletivo. **G1**, Rio de Janeiro, 27 mai. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/nao-doi-o-utero-e-sim-alma-diz-menina-vitima-de-estupro-coletivo.html>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

PROFESSORA que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo. **UOL**; **TNONLINE**, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/cotidiano/67,445370,23,11,professora-que-acusa-motorista-de-uber-de-estupro-era-virgem-aponta-laudo.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, 1995, vol. 20, nº 2, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SOMMACAL, C. L., TAGLIARI, P. A. A cultura de estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. **Revista da ESMESC**, 24, (30), 245-268, 2017. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/169/143>. Acesso em: 03 mar. 2022.

VIGARELLO, Georges. **Historia de la violación**: siglos XVI-XX. Madrid: Ediciones Cáted, 1999.

Received on 13 May 2022
Accepted on 27 June 2022
Published on August 2022

Fernanda Bonomo Bertola
E-mail: fernandabonomo@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1407-759X>

Pedro Navarro
E-mail: navarro.pl@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3267-4985>

O dispositivo crônico da aids e os discursos da soropositividade: uma análise dos enunciados de mulheres brasileiras e portuguesas

The AIDS chronic apparatus and the discourses of seropositivity: an analysis of the enunciations of Brazilian and Portuguese women

Atilio Butturi Junior

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Camila de Almeida Lara

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar discursos de mulheres soropositivas do Brasil e de Portugal, entrevistadas entre 2019 e 2020. Para tanto, parte de uma discussão acerca da biopolítica e da governamentalidade, relacionando-as aos novos materialismos. Inicialmente, o artigo descreve o funcionamento do dispositivo da aids e do dispositivo crônico da aids, tendo em vista suas estratégias fundamentais e as formas de subjetividade que produzem. Depois, faz uma breve apresentação do acontecimento da feminilização da epidemia. Por fim, as análises apontam duas estratégias axiais: a primeira, relacionada à agentividade dos fármacos e à produção de práticas de bioascese; a segunda, ligada às formas de vulnerabilidade implicadas no caráter gendrado da soropositividade. Nos dois casos, inventaria-se tanto um discurso ambíguo, ora de responsabilização, ora de abandono da vida soropositiva, em que se pese o papel da disciplina e da segurança, quanto uma agonística entre um controle pelo poder e práticas de invenção de si nos espaços de precariedade em que se reinscrevem.

Palavras-chave: Soropositividade; Mulheres soropositivas; Dispositivo crônico da aids; Brasil; Portugal

Abstract: This article aims to analyze discourses of hiv-positive women from Brazil and Portugal, interviewed between 2019 and 2020. To do so, it starts from a discussion about biopolitics and governmentality, relating them to new materialisms. Initially, the article describes the functioning of the aids *apparatus* and the *AIDS chronic apparatus*, in view of their fundamental strategies and the forms of subjectivity they produce. Then, it briefly presents the event of the feminization of the epidemic. Finally, the analyses point to two axial strategies: the first, related to the agentivity of drugs and the production of bio-ascetic practices; the second, linked to the forms of vulnerability implied in the gendred character of seropositivity. In both cases, an ambiguous discourse is invented, either of accountability or of abandonment of the HIV-positive life, despite the role of discipline and security, as well as an agonistic between a control by power and practices of self-invention in the precarious spaces in which they reinscribe themselves.

Keywords: Seropositivity; HIV-positive women; AIDS chronic apparatus; Brazil; Portugal



1 Introdução

Butturi Junior (2019) descreveu aquilo que, no dispositivo crônico da aids,¹ poderia ser lido como uma espécie de paradigma explicativo para o pós-humano: a produção da vida crônica segundo a ordem dos imperativos da bioescese farmacológica, tanto como disciplina do corpo das pessoas que vivem com hiv (PVHIV) quanto como estratégia de segurança pautada nas práticas e discursos de indetectabilidade e, a partir daí, de impossibilidade de transmissão do hiv. Em ambos os casos, a própria noção de cronicidade exigiria o vértice com atores não-humanos – os fármacos – e dispositivos técnicos que, no limite, forjariam associações complexas e contingentes, nos termos definidos por Latour (2004). Estamos aqui pensando no que diz respeito, no caso cronicidade da vida soropositiva, naquilo que, entre outros, Haraway (1994 [1985]), Preciado (2018) e Lemke (2016) exigem para que se pense a biopolítica: um deslocamento da própria noção de vida com que Foucault operaria, tomando a positividade do conceito na relação que guarda com práticas e discursos contemporâneos.

É, pois, da intersecção entre a arqueogenealogia foucaultiana como modalidade analítica, sobretudo a partir dos conceitos centrais de dispositivo, biopolítica e governamentalidade – inscrita, portanto, numa análise foucaultiana dos discursos – e os debates sobre a biopolítica e os novos materialismos (BUTTURI JUNIOR; CAMOZATTO, 2021) que, neste artigo, temos por objetivo analisar o funcionamento *tecnobiodiscursivo* (BUTTURI JUNIOR, 2019) do dispositivo crônico da aids e de suas formas de subjetivação materializado em falas de mulheres soropositivas do Brasil e de Portugal. Tais discursos foram coletados durante dois anos, nas cidades de Florianópolis e Lisboa (entre 2019 e 2020), por meio de entrevistas², e apontam para uma zona de indiscernibilidade entre os regimes de disciplinamento – tanto por práticas bioascéticas quanto por farmacológicas ou *sidadanizantes* (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009) – e as práticas de invenção de si, ambos funcionamentos que têm como constitutivos

¹ No texto, aids e hiv serão grafados em minúsculas, no esforço de recuperação da memória de luta de Herbert Daniel.

² As entrevistas foram realizadas no âmbito da pesquisa intitulada *As narrativas de mulheres que vivem com hiv e a produção de subjetividades*, aprovada pelo Comitê de Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, parecer consubstanciado nº 3.094.579 de 19 de dezembro de 2018. Especificamente aquelas realizadas em Portugal foram realizadas durante estágio de doutoramento no exterior, com bolsa CAPES-PRINT, processo 88887.368665/2019-00.

associações com não-humano, cuja agência é também marcada nos processos de subjetivação que se materializam nas falas. Nossa hipótese é que os enunciados das mulheres habitam uma zona agonística entre a precarização e a reinvenção de si mediante estratégias da ordem de uma negociação fámarco-biomédica (PRECIADO, 2008) e de uma *biopolítica menor* (AGAMBEN, 2010).

O trabalho se organiza, para tanto, em três seções, seguidas das *Considerações Finais*. Na primeira, trazemos os pressupostos teóricos e os pactos ontológicos que amparam nossas problematizações; na segunda, descrevemos o dispositivo crônico da aids e a chamada “feminilização da epidemia”, tanto no Brasil quanto em Portugal. Por fim, a terceira parte esmiuça as etapas de campo e parte para as análises.

2 A biopolítica, a governamentalidade, os novos materialismos

2.1 Biopolítica e governo

A literatura tem descrito o aparecimento da biopolítica entre as preocupações de Michel Foucault nos anos setenta. Em 1974, nas conferências que fazia no Brasil, Foucault (2010a [1974], p.169) usou pela primeira vez o conceito, a fim de dar a ver a série de modificações que permitiam que a “[...] saúde entrasse nos cálculos da macroeconomia”. O domínio da biopolítica e do biopoder, porém, seriam devidamente tratados no curso *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2010b [1976]), mais detidamente na aula de 17 de março de 1976, e com a publicação de *A vontade de saber* (FOUCAULT, 2009a [1976]). Nesses dois últimos textos, Foucault coloca uma série de questões, que dizem respeito às novas formas de exercício da soberania cujo funcionamento era o de “fazer viver e deixar morrer”, em oposição aos *regimes de espada* precedente. O processo que o autor desvela tem como consequência a expulsão da morte do campo do poder e a centralidade na vida no cálculo político, no mesmo movimento em que retornam, obsedantes, os problemas da morte e da soberania na forma do racismo: a condição para a exceção soberana e o funcionamento da morte nos regimes biopolíticos era a cesura biológica, que permitiria ainda a proliferação dos racismos indiretos (FOUCAULT, 2010b [1976]) em suas formas supostamente mais banais de exclusão, segregação e morte civil.

A biopolítica foucaultiana provocava um deslocamento em relação as disciplinas de *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2013 [1975]), já que não se pautava apenas nos corpos individuais: exigia um outro registro, na população e nos corpos coletivizados. Aquilo que se postulou como uma “sociedade de normalização”, no entanto, teria sido deslocado para as problematizações que aparecem nos cursos de 1977 a 1979, a saber: *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica*, a partir do conceito de governamentalidade e do dispositivo de segurança. Na aula de 1º de fevereiro de 1978, do primeiro curso, Foucault (2002 [1977-1978]) tratará do Estado governamentalizado e de como o governo penetrou na vida dos homens segundo um desbloqueio das “artes de governar” que aparecem, contra a literatura maquiavélica, já no século XVI, e se organizam pelas demandas de uma nova economia política e uma nova distribuição da população – esse objeto novo e central – nos espaços urbanos, sobretudo a partir do século XVIII.

A governamentalidade, definida como o

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer de forma bastante específica e complexa o poder, que tem como alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2002 [1977-1978], p.291-292)

pode ser lida sob a égide de um novo tratamento do problema da regulamentação, que passa a ser entendida como *segurança* e daria continuidade ao que vinha se apresentando desde *Vigiar e Punir*. Todavia, aqui tomamos Collier (2011) para colocar em xeque essa linha teleológica. Para este autor, haveria uma isomorfia funcional entre a “microfísica do corpo” e a “biopolítica da população” até 1976, enquanto o surgimento da governamentalidade exigiria uma nova configuração, cuja diferença residiria em várias formas de relacionar a soberania, a disciplina e a segurança de forma. Assumindo o deslocamento de Collier (2021), não se trata de negação ou de superação da discussão da biopolítica, mas de reivindicação de um espaço mais complexo para que a questão da vida seja tomada como um problema que diz respeito a formas de racionalidade mais localizadas e heterogêneas.

Ao nos voltarmos para os discursos das mulheres soropositivas, partiremos do conceito de biopolítica enquanto exercício da soberania numa sociedade de fazer viver, mas sempre submetida à exceção – o que será materializado nos discursos que

analisaremos. Essa biopolítica se exerce em topologias governamentais determinadas, a saber, aquelas de um dispositivo de segurança que se funda no risco e na responsabilização das PVHIV, de um lado, e que exige um governo de si bioascético e se constitui segundo uma rede de políticas de saúde estatais e internacionais – na forma de organismos como a ONU e a UNESCO e de seus efeitos em direção aos Estados (HARDT; NEGRI, 2000). Tendo-a como ponto de partida, passemos ao debate da materialidade.

2.2 Os não-humanos, as associações e a biopolítica

Em *O Nascimento da Clínica*, Foucault (1994 [1963], p.XI) vai mostrar uma modificação no espaço do ver e do dizer, que permitiu que surgissem “[a]s formas da racionalidade médica [que] penetram na maravilhosa espessura da percepção”: o quebra-crânio. É ele que permite uma nova forma de visibilidade e, no limite, o jogo que instaura o olhar racional da medicina e que, por sua vez, constitui o primeiro acesso – via morte – ao sujeito moderno.

Tomamos esse trecho de Foucault e o aproximamos daquilo que Lemke (2016) lê no problema do governo foucaultiano: a presença de um cálculo sobre humanos e coisas, que aparece já em *La Perrière* (1555): a existência de uma técnica de governo que é tanto das pessoas quanto das coisas (FOUCAULT, 2002 [1977-1978]). É da assunção foucaultiana de um governo orientado duplamente que Lemke (2016) reivindicará tanto uma nova forma de materialismo presente em Foucault quanto colocará esse materialismo como ponto fulcral para as interrogações sobre a biopolítica.

Levaremos em consideração os dois textos foucaultianos – o segundo, na interpretação de Lemke – a fim de dar a ver o que, na problematização do dispositivo crônico da aids, aparece como demanda: entender o papel da materialidade no interior de estratégias que são discursivas e não-discursivas, como ensinava o próprio Foucault (2009b) acerca dos dispositivos. Assim, ainda que os limites do não-discursivo não tenham sido devidamente teorizados pelo autor francês, aqui os consideraremos segundo a ordem das estratégias de poder, mas também do não-humano e do mais que humano (BENNETT, 2010), em seus agenciamentos e em suas formas de *associação* (LATOURE, 2004) e *intra-ação* (BARAD, 2017) com o humano. Entendemos, desse modo, que a

assunção dos novos materialismos tem como produto a complexificação do conceito de vida que habita a biopolítica, visto que estaremos trabalhando com associações complexas da ordem do ciborguismo³ ao atentarmos para a rede em que se conforma a produção de subjetividades relacionadas ao hiv.

Expliquemos a relação entre a arqueogenealogia, como a entendemos, e os novos materialismos. Nossa posição é a de colocar em xeque, como faz Barad (2017), a linguagem como único modelo explicativo e sua consequência menos produtiva, a saber, o construcionismo radical. Dessa perspectiva, Barad desconfia da resposta assimétrica que coloca no centro a linguagem – na forma do performativo –, trazendo à tona não apenas a agentividade da matéria em intra-ação com o discurso⁴. Por sua vez, Bennet (2010), ao indicar a “recalcitrância material” de Foucault, vai tomar a vida como um problema e pensá-la segundo as relação com a matéria não-humana, em sua agência – entendida como a capacidade de produzir efeitos – e de acordo com um vitalismo espinosista; no limite, exige então que se repense a epistemologia e a ontologia, porque se trata não mais de uma relação de sujeito-objeto, mas de um compósito que, como apontava Latour (2004), era formado de atores heterogêneos e de suas associações.

Assim, por um lado assumimos a agência de humanos e não-humanos (LATOURE, 2004; BARAD, 2017; BENNET, 2010) – associações entre PVHIV, discursos, fármacos, dispositivos médicos etc – e damos agências ao segundo dos elementos. Por outro, assumimos que o conceito de vida deve ser auscultado naquilo que apresenta como vértice entre os discursos e as tecnologias, as semioses e o orgânico, o orgânico e o técnico-discursivo do regime farmacopornográfico (PRECIADO, 2008). Essa via dupla nos faz chegar ao regime *tecnobiodiscursivo* (BUTTURI JUNIOR, 2019) e suas implicações para a produção da subjetividade, para o exercício dos poderes e das resistências e para as associações entre efeitos discursivos e não-discursivos no interior do dispositivo crônico da aids, tema da seção seguinte.

³ Haraway (1994 [1985]) coloca a aids como um dos exemplos do deslocamento ciborgue e para a “informática do controle”.

⁴ Barad (2017), no entanto, tem limitações em sua leitura de Foucault. Infelizmente, esse debate foge do escopo do artigo.

3 O dispositivo crônico da aids, e a feminização da epidemia

Inicialmente, cabe lembrar que foi Perlonguer (1987) quem, no Brasil, primeiro utilizou o conceito de dispositivo para pensar a epidemia da aids, trazendo à tona a produção da exceção e da racialização indireta relacionada aos homossexuais e, de modo mais geral, aos chamados “grupos de risco” – à época, subsumidos na expressão 5H: hemofílicos, homossexuais, haitianos, heroinômanos e *hookers* (CAMARGO JR., 1994). O trabalho de Perlonguer foi retomado por Pelúcio e Miskolci (2009), novamente relacionado à biopolítica e operando conforme a *sidadanização*: uma modalidade de governo da vida soropositiva que exige e individualidade, a racionalidade e a responsabilização do sujeito por sua saúde e pela prevenção, num processo de produção de subjetividades vigilantes e controladas (na adesão ao uso dos fármacos e na submissão ao discurso biomédico ascético), por um lado, e de manutenção de formas de vida abjetas, que de várias formas rompem com as práticas e discursos do “bom paciente”.

Por sua vez, Butturi Junior (2016), Butturi Junior e Lara (2018a, 2018b) e Lara (2022) tomam os deslocamentos em direção à cronicidade para pensar um dispositivo crônico da aids, que se estabelece na segunda metade da década de noventa, no Brasil e em Portugal, e que se conforma em algumas séries: i) a do “fazer viver” a partir da adesão à Terapia Antirretroviral (TARV), reconhecida inicialmente como “coquetel” e distribuída gratuitamente nos dois países (desde 1996 no Brasil e desde XX em Portugal); ii) a de naturalização da vida com hiv (SQUIRE, 2013), na forma de uma governamentalidade que coloca em jogo a relação de aderência à bioidentidade e a bioascese, estabelecida por um gerenciamento de políticas nacionais e supranacionais em direção aos cidadãos (ORTEGA, 2003); iii) a da criação de formas de subjetividade novas para PVHIV, segundo a ordem da cronicidade; iv) a de reinscrição das formas de soberania e exceção, seja na modalidade da *sidadanização* (PELÚCIO, MISKOLCI, 2009), seja nas práticas de racialização indireta (FOUCAULT, 2010b [1976]) materializadas em discursos ordinários ou mesmo no de políticas públicas, que mantém no seu escopo categorizações anormalizantes (como, por exemplo, àquelas relacionadas ao “risco); v) a de redistribuição da vulnerabilidade, implicando a permanência da infecção, desta feita em grupos mais empobrecidos e mais racializados e, além disso, instaurando um discurso de “fim da aids” (PARKER, 2015), cuja marca é novamente a

exceção; vi) a de produção de estratégias de prevenção diretamente relacionadas ao uso e adesão de medicamentos, como a do *Indetectável=Intransmissível*⁵ ou a do *tratamento como prevenção* – como parte das táticas de *prevenção combinada*⁶ (BRASIL, 2019, UNAIDS, 2018), de efeitos ambíguos para as PVHIV – como tentaremos esclarecer nas análises.

Notemos que a descrição, ainda que sucinta, das estratégias centrais do dispositivo, como figura no Brasil atualmente, guarda semelhanças importantes com o que tem se pesquisado em Portugal, sobretudo quando se leva em consideração a biopolítica e o problema do governo. Dessa perspectiva, Carvalho (2010) já sugeria que se aplicasse ao hiv/aids (VIH e SIDA, no original), o conceito de dispositivo, já que operava segundo práticas e discursos: i) da biomedicina, desde a invenção de uma síndrome e de sua nomeação; ii) de exceção, materializada nos “grupos menores” e em conceitos como o de “grupos de risco” que sustentavam cisões nas formas de subjetividade; iii) de saberes não-científicos como os da imprensa, que produziram regimes de verdade sobre a doença e os doentes; iv) de disciplina e de segurança, na medida em que implicavam modos de relação consigo e de controle, por um lado, e de calcular os riscos; v) de produção de formas de subjetividade e de invenção de resistências.

Assim como no Brasil, depois de um recrudescimento da epidemia no início da década de noventa – e de sua “heterossexualização e feminilização” –, em Portugal, o Estado passou a adotar políticas como o *Plano Nacional de Luta Contra a Aids*, enquanto vários organismos não-governamentais, notadamente os ligados aos movimentos feministas e homossexuais, ganharam espaço na reivindicação de direitos e no enfrentamento da doença (CUNHA-OLIVEIRA; PITA; CARDOSO, 2011); é o momento em que a TARV e as práticas de governo bioascético começaram a funcionar (SEIXAS, 2010). Da perspectiva biopolítica e governamental que aqui adotamos, assumiremos essas semelhanças como ponto de partida de nossas análises dos enunciados das mulheres no interior de um dispositivo crônico da aids, em vigor no Brasil e em Portugal. Descrito

⁵ Na Nota Técnica 5 de 2019: “Evidências científicas recentes corroboram a afirmação de que pessoas vivendo com HIV (PVHIV) em terapia antirretroviral (TARV) e com carga viral indetectável há pelo menos seis meses não transmitem o vírus HIV por via sexual” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019, p.2).

⁶ A prevenção combinada reúne as práticas de adesão à TARV para as PVHIV, e a distribuição da Profilaxia Pré-Exposição (PEP) e da Profilaxia Pós-Exposição (PreP) (UNAIDS, 2018).

de forma geral, este dispositivo crônico, aqui, será abordado em seu caráter gendrado e nas vulnerabilidades que traz à tona e no caráter axial que as associações entre PVHIV e fármacos (tomados em sua capacidade agencial) têm na produção de formas de subjetivação no dispositivo. Antes de passar às análises, porém, é mister retomarmos a produção da mulher soropositiva como um acontecimento – na forma de uma redistribuição e uma reorganização das séries enunciativas e de seus efeitos (FOUCAULT, 2012 [1969] – nos regimes de verdade da aids.

Esse acontecimento tem uma história marcada pela redistribuição relativa dos riscos, já que, como já afirmamos, a epidemia da aids, ao menos no Ocidente, esteve calcado na produção da exceção que colocava os homens homossexuais como fonte primeira do risco. Assim é que, no Brasil, na década de noventa, a transmissão entre heterossexuais e mulheres era colocada em xeque (BUTTURI JUNIOR, 2021). Em Portugal, por sua vez, Pinto-Coelho (2010) vai descrever um funcionamento discursivo, na imprensa, construído pelo privilégio heterossexual e masculino, o que redundava em seu apagamento no noticiário sobre os sujeitos soropositivos, e por recursos de materialização das mulheres (ligadas à prostituição) e dos homossexuais no campo do desvio e, portanto, mais propensos à infecção pelo hiv.

Ora, não obstante o jogo instaurado entre as estatísticas e as práticas diárias de racialização indireta, a heterossexualização da aids e o crescimento do número de mulheres soropositivas, segundo Barbosa (1997), mostra que, no âmbito de um quadro já caótico – uso indiscriminado de anticoncepcionais e da esterilização cirúrgica, alto número de cesarianas, prática de abortos clandestinos e elevados índices de mortalidade materna –, a epidemia da aids incrementou os desafios das políticas de saúde para as mulheres no Brasil. Para Galvão (1997), no início da epidemia de aids, as mulheres brasileiras, tradicionalmente cidadãs de segunda classe, se viram despojadas de parte de sua identidade e de direitos à informação, assistência e tratamento. Em Portugal, como informa Martins, a vulnerabilidade diz respeito à juventude, à maternidade e à nacionalidade: “A estratificação por sexo revelou uma proporção de casos nascidos fora de Portugal mais elevada entre as mulheres 52,3%” (INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE, 2020, p.27). Nesse último caso, é preciso levar em consideração a rede de limitações a que as mulheres não-portuguesas estão submetidas.

É, pois, seguindo a rede do gendramento e da vulnerabilidade no dispositivo crônico da aids que passamos, finalmente, às análises.

4 Uma cronicidade agonística

Nesta seção, tratamos das entrevistas realizadas, atentando para as regularidades discursivas de luta e incitação constantes inventariadas a partir de duas modalidades do governo biopolítico das mulheres que entrevistamos: por um lado, a de práticas e de discursos de controle, constituídas segundo a ordem do risco e na modalidade da bioescase no vértice com a TARV, tomada como elemento não-humano no dispositivo; por outro, formas de invenção que redundam num excesso e num tensionamento produzido pelas mulheres e constitutivos do dispositivo crônico da aids. Antes, contudo, é importante resgatar que as mulheres envolvidas nesse estudo foram interpeladas a partir de suas associações com entidades não-governamentais de auxílio e amparo às PVHIV. No Brasil, as entrevistadas faziam parte do Grupo de Apoio e Prevenção à aids (GAPA) de Florianópolis, instituição fundada em 6 de agosto de 1987. Apenas Jenifer e Lu⁷ tinham vivências ligadas ao ativismo e já haviam participado de eventos formativos sobre o hiv e a aids. Em Portugal, as duas mulheres – Sophia e Maria – que têm suas falas registradas nesse texto, além de viver com hiv, mantinham vínculos profissionais com o Grupo de Ativistas em Tratamento (GAT), fundado em 2001, atuando principalmente na recepção de novos utentes que ingressavam à instituição e nas pesquisas realizadas, como o *Índice de Estigma*, em parceria com a ONUSIDA. Essa diferença será materializada de várias maneiras em seus enunciados, como veremos.

A fim de auscultar os enunciados das entrevistas, nosso ponto de partida será a agonística, conforme elaborada por Foucault (data): “[...] a relationship wich is the same time reciprocal incitation and struggle [...]” (FOUCAULT *apud* DREYFUS; RABINOW, 1983, p. 222). É como luta e incitação constantes que inventariamos duas modalidades do governo biopolítico das mulheres que entrevistamos. Outrossim, queremos pensar o medicamento naquilo que guarda de *associação ativa* com as mulheres e suas vidas, ora submetendo-as a regimes de cuidado e ora promovendo usos mais autônomos.

⁷ Todas as entrevistadas usam pseudônimos.

4.1 O pharmakon e os regimes bioscéticos

Herbert Daniel (2018 [1990], p.140), no início dos anos noventa, escreveu um texto seminal para nossa problematização: *O primeiro AZT a gente nunca esquece*. O breve escrito narra uma espécie de ritual de passagem, qual seja, ingressar no mundo do antirretroviral e inscrever-se entre os que já não têm a contagem de células T suficientes para garantir o funcionamento adequado do sistema imunológico. Daniel descreve sucintamente o fármaco e atenta para seus efeitos: “[...] não estava tomando AZT. Estava engolindo, comprimido após comprimido, as metáforas transtornadas do medicamento, estava ingerindo uma ideologia muito própria cristalizada na sigla e na notícia que dela se dá muito mais do que na fórmula química [...]”.

Tomamos a relação entre corpo, AZT e “ideologia” solicitada por Daniel e voltamos à Donna Haraway (1994 [1985]): na série de deslocamentos de que somos testemunhas passamos de uma sociedade industrial e orgânica para uma sociedade “informacional”, na qual as fronteiras aparecem borradas. Daí que o aparecimento da aids passa a inscrever no corpo o vírus, num funcionamento que é do seu código em *intra*-ação (BARAD, 2017) com o corpo agora soropositivo. O borramento é, ainda, de outra natureza: a dos limites entre um vírus que ataca o corpo e a “poluição moral” que faz funcionar como estratégia do dispositivo.

É justamente esse borramento que pretendemos descrever, a partir da relação material entre as mulheres e seus medicamentos e aquela que lhe é constitutiva, a saber, a de produção de uma subjetividade bioascética. Voltando-nos aos enunciados das entrevistadas, primeiramente atestamos que: há uma associação entre as elas e os fármacos, que diz respeito a um compartilhamento da agência entre ambos. Dito de outro modo, se às mulheres cabe a decisão de aderir à TARV, os medicamentos as implicam em seus efeitos: exigem uma disciplina de seus corpos, colocam limites corporais para a adesão (vômitos, diarreias, alterações psíquicas etc). Como apontava Bennet (2010), o *thing-power* aparece não como forma de uma consciência do objeto, herdeira do cartesianismo e do kantismo, mas como uma vibração daquilo que é não-humano. Leiamos dois recortes⁸:

⁸ Em todos os recortes os destaques são nossos.

É complicada [a relação com o remédio]. A gente não gosta muito um do outro não. [rindo]
a gora eu tô fazendo, como que é que eles falam, é, eu tô tomando só uma vez por dia, agora tá mais tranquilo. [Jenifer]

[...] eu já dei uma bobeadada com remédio e já voltou de novo [a carga viral], agora tem que tomar de novo,
marcar certinho para fazer, tomar certinho pra fazer de novo o exame. [Jenifer]

[...] às vez eu acho que tô bem, às vez acho que não preciso nada, às vez dá uma depressão, alguma coisa,
ai às vez a pessoa já pensa em querer morrer, essas coisa, e para de tomar o remédio, mas vai só prejudicar, pra gente mesmo, né?! [Lu]

Jenifer e Lu são brasileiras. Nos seus enunciados, a TARV aparece em diversos momentos segundo a ordem dos efeitos colaterais – como em todas as demais entrevistadas. Nossa leitura, aqui, aponta justamente para aquilo que isso solicita para a produção da subjetividade dessas mulheres, pois há um movimento de precarização sempre recorrente, não obstante a qualidade dos remédios atuais, menos tóxicos, seja alegada também por todas elas. Como acontecia com Herbert Daniel, o tratamento é uma espécie de assunção da bioidentidade – a mulher torna-se soropositiva em tratamento. Interessa pensar o movimento que liga essas formas de subjetividade a uma ruptura a partir da ação dos medicamentos, de efeitos diretos (no corpo) que se espraiam por toda a vida das mulheres. O *pharmakon* (DERRIDA, 2005), na medida em que é remédio e é veneno, ganha em personalização nesses discursos, como que para indicar a agência diante do humano: ele é *complicado*, com ele se negocia, dele se desiste. No limite, ele opera trazendo à tona uma memória da morte e uma exigência da autoperitagem minuciosa: *vai só prejudicar*, aqui, diz respeito à ambiguidade existente entre o perigo da adesão (a longo prazo, nos corpos e nas subjetividades das mulheres) e o perigo de não aderir (*dei uma bobeadada*)– cuja consequência é o ocaso do sistema imunológico e a exigência de novas combinações, mais tóxicas, para o que se chama de resgate.

Ora, a agência da TARV tomada como *pharmakon* aparece, nos enunciados das mulheres portuguesas – ratificamos, ativistas – mais próxima daquela instância de negociação e de uso inventivo que sugere Preciado (2008). A associação entre as mulheres e o não-humano, a TARV, também se materializa em efeitos colaterais e, por conseguinte, subjetivos. Porém, aparece uma diferença fundamental:

No início, eu comecei a tomar AZTs e DDIs e eram medicações mais complicadas, cheguei até a fazer Lipodistrofia, **tive de fazer infiltrações** na face, por tava, fiquei mesmo muito afetada. E aí foi muito complicado. [inaudível] com a imagem corporal, foi uma altura muito negativa [Maria]

Medicação não é feita pra mulheres, a medicação é feita pra homens, porque as farmacêuticas querem apresentar um medicamento com menos efeitos colaterais [Sofia]

É a falta de escutativa da parte dos médicos e portanto tal conhecimento teórico e empírico e depois a falta de sensibilidade, a falta de de de escuta, um certo paternalismo do que o doente sente. [Sophia]

Atentemos para os modos pelos quais essas duas mulheres produzem efeitos sobre a normalização farmacobiomédica: enquanto Maria informa que fez infiltrações diante da lipodistrofia – efeito colateral comum de algumas classes de medicamentos mais antigas –, Sophia coloca em xeque a própria bioeconomia (LEMKE, 2016). Ela primeiro discorre sobre as combinações de medicamentos e explica que já se trabalha com a ideia de monoterapia; depois, no excerto, implica a indústria na dramática gendrada, já que é o corpo feminino o que fica mais vulnerável.

Esse caráter acional e inventivo das práticas das duas portuguesas, por sua vez, contrasta com os discursos sobre o poder médico que aparecem sobretudo entre as brasileiras, que marcam suas narrativas ou pela ausência de recursos para procurar um médico, ou pelo caráter de injunção – o *médico mandou* –, ou por situações de ignorância quanto a seus corpos ou aos medicamentos que usam. A biomedicina, aqui, parece sustentar-se em várias formas de controle: a dos corpos das mulheres, a do saber médico, a da autoridade. Entre as duas estratégias, permanece, porém, a existência de uma luta: entre as portuguesas, as formas de resistência, ao que parece, se instituem naquela *biopolítica menor* (AGAMBEN, 2010) e na produção de uma subjetividade, diríamos, militante, que exige medicamentos e que se pauta nos saberes e conhecimentos acerca do hiv e da aids para colocar em suspenso o controle fármaco-biomédico. Entre as brasileiras, resistir aparece numa negação – no limite da morte (BUTTURI JUNIOR, 2019): na recusa de ingerir os medicamentos, na criação de intervalos de ingestão que permitem ao vírus voltar a se replicar. Essa relação limítrofe, em que se pese a agência da TARV e do próprio hiv na associação com seus corpos, ainda se estabelece pela série de vulnerabilidades a que estão expostas, já que não podem revelar que são soropositivas e, portanto, tomar o remédio ou mesmo buscar o remédio se tornam práticas problemáticas.

Se, com Ortega (2003a), as práticas de bioascese configuram um autogoverno liberal dos corpos e dos sujeitos, pautadas na responsabilização e na autoperitagem, o que podemos ler é um vértice entre a TARV, o regime de verdade e autoridade da biomedicina

e a produção de subjetividades bioascéticas, mas sempre de modo a precarizar as mulheres: delas é exigido um controle minucioso, mas não são dadas as informações sobre seu corpo e seus medicamentos; para elas são receitados medicamentos mais nocivos, “feitos para homens” e sem possibilidade de escuta; por fim, a responsabilidade de sua saúde – que vai figurar nos dados de êxito da adesão à TARV – recai sobre elas e as coloca no centro da *sidadanização* (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009) e no limite da morte, como atestava Jenifer. Estamos, pois, diante do que Squire (2013) descrevia como a naturalização da cronicidade, a partir de um discurso de êxito da adesão e do governo de si, nessa topologia biopolítica, sem que se leve em conta a teia densa em que a vida com hiv é capturada.

4.2 As mulheres e as vulnerabilidades

Tomaremos o gênero, que aparece nos enunciados da subseção anterior, naquilo que implica na vulnerabilidade. Como afirmava Sophia, “[...] **perceberam que existem mulheres no mundo. Mas é um bocado à força**”. Esse caráter de invisibilização das mulheres é uma das séries enunciativas do dispositivo em sua distribuição da precarização, como vimos. No entanto, se tomarmos a precarização conforme lida por Butler (2016), trata-se de uma série de processos e procedimentos que enquadram vidas e mortes de modos distintos e estão materializados nas práticas sociais e políticas. No caso das mulheres entrevistadas, é justamente o gênero um enunciado forte para marcar a diferença, que aparece relacionado ao dizer-se soropositiva e às formas de afetividade que experimentam ou intentam – com ou sem sucesso. Essas duas modalidades, entre outros modos de vulnerabilidade que abundam nas entrevistas, serão aqui tomadas porque parecem materializar a precarização soropositiva para mulheres – e a possibilidade de funcionamento de diferentes formas de racialização (FOUCAULT, 2010b [1976]). São elas, também, que colocam novamente em jogo a resistência e a invenção, na forma da potência.

Iniciemos com enunciados sobre o *dizer-se soropositiva*:

[...] as pessoas que pegavam hiv não eram só as pessoas, porque eles queriam eu acho, **que talvez culpar um grupo de risco**, armar um grupo de risco, então **só os drogados e as prostitutas e gays que tem**, né?!, quem é uma pessoa séria dentro de casa não tem, e por isso assim, ó, a pessoa, nessa época, eu acredito, que eu conheci mais pessoas que pegaram do meu marido, nessa época, quando eu me contaminei eu achava que eu era a única esposa que era, **“como é que eu vou falar para alguém que eu tenho hiv se eu não sou nada disso”**, **entende?**. Acho que complicou também para as mulheres, eu acho que todas deviam passar pela mesma coisa, eu não pertencia a esse mundo. [Jenifer]

Foi preciso um dia eu cair na rua e ir pra um sítio muito especial e passado seis meses de internamento, **lá alguém decidiu fazer um teste de hiv já que eu não pertencia aos denominados grupos de risco**. [Sofia]

L: É, quando eu descobri, eu já tava, eu tava com imunidade 9, para ti ter noção, eu tava morrendo tá?!, e eu sempre ia no ginecologista, porque eu peguei uma bactéria, aquelas cocéiras que dava, , né?!, mas impossível, fazia o tratamento, daqui umas duas semanas, voltava de novo, então eu já tava com a imunidade tão baixa e o médico nunca chegou e disse assim para mim ó, “**ai eu vou fazer um exame de hiv”**, **nunca**, médico de posto de saúde, clínico geral, **eles não acreditam nisso, entendeu?!** [Lu]

Nos três recortes, desta feita de brasileiras e portuguesa, materializa-se, ainda, uma dicotomização entre os *grupos de risco*, inscritos como o outro, e as mulheres. Ora, a memória de uma epidemia gendrada e racializante opera incisivamente na produção de si: é a doença do outro que me acomete, é o perigo do outro que passo a carregar. No entanto, os documentos oficiais – supranacionais e nacionais – já operavam com a feminilização da epidemia; desde o início da década de noventa, traziam inclusive a discussão acerca das vulnerabilidades, como na proposta de Mann *et al.* (1993), que sugeria uma repartição importante, para além dos denominadores humanos da transmissão do hiv: há uma vulnerabilidade individual, composta por “[...] exemplos de precondições cognitivas, comportamentais e sociais” (MANN *et al.*, 1993, p. 279) e uma vulnerabilidade coletiva, então marcada sobretudo pelo IDH dos países.

Entre as vulnerabilidades, o gênero ganha espaço nas agendas internacionais e o conceito de grupo de risco passa a ser lido como ratificação de estigmas. Nos enunciados das mulheres, essa vulnerabilidade gendrada ganha um funcionamento específico: primeiro, porque produz um silenciamento da feminilização da epidemia, cujo efeito é a assunção de uma proteção total – e aqui notemos que são os próprios médicos que *não acreditam*; depois, e nesse cadinho, porque solicita a assunção de uma subjetividade perigosa, em relação a que elas querem se afastar, mas que marcará um deslocamento em direção à invenção de si como soropositiva.

Não obstante a relação com a memória, essa nova modalidade é assumida – Jenifer afirma mesmo não se lembrar da vida antes do hiv –, sobretudo para familiares, e é também negociada, justamente porque às mulheres cabe, no dispositivo crônico da aids, inventariar as condições em que a verdade biomédica não redunde apenas em precarização, como no caso das relações afetivas. Leiamos os três últimos enunciados:

Lu Eu já sofri para caramba também na mão de, de homem violento, sabe?

L: Sabe, antes dele ficar comigo ele já sabia, mesmo assim ele quis ficar comigo e não, **não contraiu o hiv e ele tira a camisinha.**

E: Sim, porque você tá infectável, né?!

L: **Ele dizia que era o pacto. Que ele fazia o pacto. Até pensei que ele tinha, porque ele queria trazer camisinha, aí ele tirava na hora, mas é como sou não detectável, ele fez os exame na cadeia e não deu nada.**

E: Entendi.

L: Aí agora, **quando ele, sair não sei se vou ter que voltar com ele, assim um pouco até por medo, que eu tenho medo dele querer fazer alguma coisa para mim, não sei, vamos ver quando ele sair o que vai ser, né?!**

E daí eu vou levar ele para tomar aquele Pep.

[Lu]

Sim, agora tenho um relacionamento agora já há 17 anos, quer dizer, já merecia trocá-lo por um alto c [risos].

E sim, sim, meu companheiro não é infectado e, portanto, sim. [Sofia]

Não, não culpo porque eu já tava separada e eu voltei. **eu voltei porque eu queria, né?!**, **tentar novamente**, aí não deu certo, **eu já sabia que ele tava usando droga.** [Jenifer]

Olhemos para os recortes tendo em vista uma distribuição desigual da precariedade gendrada. Dito de outro modo, há na produção subjetiva das mulheres entrevistadas uma diferença importante: enquanto as brasileiras apontam para séries de vulnerabilidade, à portuguesa cabe o riso e a possibilidade de escolha – merecia trocá-lo. O que se materializa na fala, porém, diz respeito à manutenção da responsabilização do governo biopolítico-bioidentitário: às brasileiras, cabe aceitar o pacto, aceitar a violência. Elas querem e supostamente têm controle sobre suas decisões: *eu voltei porque queria*. É essa ambiguidade que merece atenção. Se, com Butler (2016), postulamos que a precariedade é efeito de enquadramentos feitos pelo outro, é preciso levar em consideração tanto os homens com quem se relacionam como as memórias e o discurso de risco biomédico – que, como vimos, deixa-as num espaço de não saber – na produção desses enunciados agenciais. Se, ainda, com Squire (2013), pensamos no abismo entre políticas supranacionais e nacionais e o abandono – na forma de Agamben (2010), como mecanismo de retorno ao *bando*, à vida nua, à exceção – das existências ordinárias a seu próprio autogoverno, repleto de vulnerabilidades, então podemos descrever um funcionamento do dispositivo crônico da aids sustentado na exceção, como postulamos, no qual o gênero ocupa ainda a centralidade.

5 Considerações finais

Neste artigo, nosso esforço foi o de analisar os discursos de mulheres soropositivas, tendo em vista o dispositivo crônico da aids e sua relação com os dispositivos de gênero e a agência dos não-humanos – detidamente, a TARV.

Para isso, adotamos as discussões de uma biopolítica ampliada para interrogar nosso corpus segundo a ordem *tecnobiodiscursiva*, naquilo que ela descreve como governo bioascético da vida e de permanência de regimes de exceção – na forma da precarização, na modalidade da *sidadanização* (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009).

Depois de descrever o dispositivo crônico, passamos às análises, quando foi possível observar uma agonística entre o controle biomédico e as práticas ordinárias e inventivas com que as mulheres se reinscrevem e a partir das quais fazem notar a mobilidade do dispositivo. Como postulado por Agamben (2010), acreditamos que esses movimentos configuram espaços de resistência *numa biopolítica menor*; porém, essas resistências e a precarização a que nos referimos aparecem distribuídas desigualmente entre brasileiras e portuguesas, na relação que elas travam com seus corpos, com a TARV e suas agências, com os saberes médicos e com as séries de vulnerabilidades a que estão submetidas.

Em todos os casos, permanece em funcionamento a responsabilização e um discurso de autonomização, da ordem de um liberalismo – inscrito em políticas, documentos e práticas – e um abandono, da ordem da exceção, no qual essas mulheres vivem e a partir do qual se reinventam diariamente.

Agradecimentos

ABJ agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ2), processo 304252/2019-0, que tornou esta pesquisa possível. CAL agradece ao CNPq pelo financiamento da bolsa de doutorado, processo 142131/2018-0, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da bolsa de doutorado sanduíche, no âmbito do projeto CAPES-PRINT, processo 88887.368665/2019-00.

Contribuição

Atilio Butturi Junior: Conceptualização; Escrita – análise e edição; **Camila de Almeida Lara:** Conceptualização; Escrita – análise e edição.

Referências

AGAMBEN, G. Une biopolitique mineure - entretien avec Giorgio Agamben. *Vacarme*, n. 10, 2010. Disponível em: <http://www.vacarme.org/article255.html>. Acesso em: 6 fev. 2014.

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010 [1995].

BARAD, K. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. *Vazantes*, v. 1, n. 1, p. 6-34, 2017.

BARBOSA, R. H. S. AIDS e gênero: representações de risco entre mulheres de uma comunidade favelada no Rio de Janeiro, *Cad. Saúde Coletiva*, v. 1, n. 5, p. 33-52, 1997.

BENNETT, J. **Vibrant Matter**: A Political Ecology of Things Duke University, 2010.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTTURI JUNIOR, A. As formas de subjetividade e o dispositivo da aids no Brasil contemporâneo: disciplinas, biopolítica e phármakon. In: QUINO, V. C.; CRESTANI, L. M.; DIAS, L. F.; DIEDRICHM M. S. **Língua, literatura, cultura e identidade**: entrelaçando conceitos. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2016. p.59-78.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. de A. Biopolítica, direitos humanos e resistências: uma análise comparativa das políticas públicas de saúde para a população LGBT de Florianópolis-SC. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, n. 2, p. 645-674, 2018a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/4v7JrM94NZ3GqtrqQnF6SL/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. A. As narrativas de si e a produção da memória na campanha O cartaz HIV positivo. *Linguagem em (Dis)Curso (Online)*, v. 18, p. 393-411, 2018b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/tWtfRnpVwVXMr7G6bSYRG6d/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

BUTTURI JUNIOR, A. O hiv, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, p. 637-657, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/KgpnJBsDxVskHPqBLDc3FBp/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

BUTTURI JUNIOR, A.; CAMOZZATO, N. M. A PreP, o HIV e as táticas de desobediência. **Fórum Linguístico**, v. 18, p. 6332-6350, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/79952/47261>. Acesso em: 23 maio 2022.

CAMARGO JR., K. R. de. **As ciências da AIDS e a AIDS das ciências**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS, UERJ, 1994.

CAPONI, S. Entre o governo de si e o governo dos outros: a hermenêutica psiquiátrica de si e as práticas de liberdade. In: BUTTURI JUNIOR, A. *et al.* **Foucault e as práticas de liberdade: o vivo e os seus limites**. Campinas: Pontes, 2019. p. 175-191.

CARVALHO, M. M. **Atualizações em Foucault: aplicações da noção de dispositivo ao VIH/SIDA**. Faculdade de Letras da U. Porto (FLUP): Porto, 2010.

COLLIER, S. J. Topologias de poder a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 252-284, 2011.

CUNHA-OLIVEIRA, A.; PITA, J. R.; MASSANO-CARDOSO, I. **A história recente do VIH/SIDA em Portugal – 30 anos de epidemia**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

DANIEL, H. O primeiro AZT a gente nunca esquece. In: DANIE, H.; PARKER, R. **AIDS: a terceira epidemia – ensaios e tentativas**. Rio de Janeiro: ABIA, 2018 [1990]. p.139-143. Disponível em: http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2018/12/aids_a_terceira_epidemia_web.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

DERRIDA, J. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics**. 2nd. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

ESPOSITO, R. **Bíos – Biopolítica e filosofia**. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 [1969].

FOUCAULT, M. Crise da medicina ou crise da antimedicina. **Verve**, n. 18, p. 167-194, 2010a [1974]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/8646>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade** - curso no Collège de France, 1975-1976. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b [1976].

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19.ed. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009b. p. 243-276.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1979].

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1977-1978].

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 4.ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994 [1963].

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramalhete. 41.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013 [1975].

GALVÃO, J. As respostas das organizações não-governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/AIDS. In: PARKER, R. **Políticas, instituições e Aids**: enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro, ABIA/Jorge Zahar Editor, 1997.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1994 [1985]. p.243-288.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 3.ed. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. PORTUGAL. **Infeção VIH e SIDA em Portugal** – 2020. Disponível em: <http://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/7243/1/DGS-INSa-RelatVIHSIDA-2020.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LARA, C. de A. **As narrativas de mulheres que vivem com hiv e a produção de subjetividades**: entre as estratégias de intervenção e as práticas de si. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234846>. Acesso em: 13 jun. 2022.

LATOUR, B. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Trad. Carlos Aurélio Mota de Souza,. Bauru: EDUSC, 2004.

LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução?**: o neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1, 2019.

LEMKE, T. Rethinking biopolitics: The new materialism and the politics economy of life. In: WILME, S. E.; ŽUKAUSKAITĖ, A. (ed.). **Resisting biopolitics**: philosophical, political, and performative strategies. Londres: Routledge, 2016. p.57-73.

MANN, T. et al. Como avaliar a vulnerabilidade à infecção pelo HIV e AIDS. In: PARKER R. **A AIDS no mundo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 276-300.

MARTINS, H. C. Infecção VIH/SIDA em mulheres em Portugal (1983-2012): caracterização de uma epidemia. **Observações_Boletim Epidemiológico**, Lisboa, 2012. Disponível em: http://www2.insa.pt/sites/INSA/Portugues/PublicacoesRepositorio/Documents/observacoesN62013_artigo9.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. **Nota informativa N° 5/2019-DCCI/SVS/MS**. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/legislacao/nota-informativa-no-52019-diahvsvms>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ORTEGA, F. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p.59-77, 2003. Disponível em: http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2003_1/artigos/2003_1%20Ortega.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

PARKER, R. O fim da AIDS?. **Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS**, 2015.

PERLONGHER, N. **O que é AIDS**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINTO-COELHO- Z. VIH/SIDA nos jornais portugueses: construções visuais e linguísticas, discursos e gênero. **Discurso & Sociedad**, v. 4, n. 2, p.332-363, 2010. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29201>. Acesso em: 30 set. 2021.

PRECIADO, P. B. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

SEIXAS, E. Rituais de risco e governamentalidade liberal na prevenção do VIH/SIDA. **e-cadernos CES**, n. 8, p. 136-152, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/501>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SQUIRE, C. **Living with HIV and ARVs**: Three-letter lives. Springer, 2013.

UNAIDS. **Prevenção combinada**: conheça as novas estratégias de prevenção ao HIV. 3 jan. 2018. Disponível em: <https://unaid.org.br/2018/01/prevencao-combinada-conheca-as-novas-estrategias-de-prevencao-ao-hiv/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Recebido em: 08 de abril de 2022

Aceito em: 23 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Atilio Butturi Junior
E-mail: atilio.butturi@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9985-2259>

Camila de Almeida Lara
E-mail: camilaalara04@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9035-5328>

**The AIDS chronic apparatus and the discourses of seropositivity:
an analysis of the enunciations of Brazilian and Portuguese
women**

*O dispositivo crônico da aids e os discursos da soropositividade: uma
análise dos enunciados de mulheres brasileiras e portuguesas*

Atilio Butturi Junior

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Camila de Almeida Lara

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Abstract: This article aims to analyze discourses of hiv-positive women from Brazil and Portugal, interviewed between 2019 and 2020. To do so, it starts from a discussion about biopolitics and governmentality, relating them to new materialisms. Initially, the article describes the functioning of the aids *apparatus* and *the AIDS chronic apparatus*, in view of their fundamental strategies and the forms of subjectivity they produce. Then, it briefly presents the event of the feminization of the epidemic. Finally, the analyses point to two axial strategies: the first, related to the agentivity of drugs and the production of bio-ascetic practices; the second, linked to the forms of vulnerability implied in the gendred character of seropositivity. In both cases, an ambiguous discourse is invented, either of accountability or of abandonment of the HIV-positive life, despite the role of discipline and security, as well as an agonistic between a control by power and practices of self-invention in the precarious spaces in which they reinscribe themselves.

Keywords: Seropositivity; HIV-positive women; AIDS chronic apparatus; Brazil; Portugal

Abstract: Este artigo tem como objetivo analisar discursos de mulheres soropositivas do Brasil e de Portugal, entrevistadas entre 2019 e 2020. Para tanto, parte de uma discussão acerca da biopolítica e da governamentalidade, relacionando-as aos novos materialismos. Inicialmente, o artigo descreve o funcionamento do dispositivo da aids e do dispositivo crônico da aids, tendo em vista suas estratégias fundamentais e as formas de subjetividade que produzem. Depois, faz uma breve apresentação do acontecimento da feminilização da epidemia. Por fim, as análises apontam duas estratégias axiais: a primeira, relacionada à agentividade dos fármacos e à produção de práticas de bioascese; a segunda, ligada às formas de vulnerabilidade implicadas no caráter gendrado da soropositividade. Nos dois casos, inventaria-se tanto um discurso ambíguo, ora de responsabilização, ora de abandono da vida soropositiva, em que se pese o papel da disciplina e da segurança, quanto uma agonística entre um controle pelo poder e práticas de invenção de si nos espaços de precariedade em que se reinscrevem.

Palavras-chave: Soropositividade; Mulheres soropositivas; Dispositivo crônico da aids; Brasil; Portugal



1 Introduction

Butturi Junior (2019) described what, in the *AIDS chronic apparatus*, could be read as a kind of explanatory paradigm for the posthuman: the production of chronic life according to the order of the imperatives of pharmacological bio-asceticism, both as a discipline of the body of people living with HIV (PLHIV) and as a security strategy guided by practices and discourses of undetectability and, from then on, of the impossibility of HIV transmission. In both cases, the very notion of chronicity would require the apex with non-human actors — the drugs — and technical *apparatuses* that, in the limit, would forge complex and contingent associations, in the terms defined by Latour (2004). We are thinking here of what concerns, in the case of the chronicity of HIV-positive life, what, among others, Haraway (1994 [1985]), Preciado (2018), and Lemke (2016) require in order to think about biopolitics: a displacement of the very notion of life with which Foucault would operate, taking the positivity of the concept in the relationship it holds with contemporary practices and discourses.

It is, therefore, from the intersection between Foucauldian archeogenealogy as an analytical modality, especially from the central concepts of *apparatus*, biopolitics and governmentality — inscribed, therefore, in a Foucauldian analysis of discourses — and the debates on biopolitics and new materialisms (BUTTURI JUNIOR; CAMOZATTO, 2021) that, in this article, we aim to analyze the technobiodiscursive functioning (BUTTURI JUNIOR, 2019) of the *AIDS chronic apparatus* and its forms of subjectivation materialized in discourses of HIV-positive women from Brazil and Portugal. Such discourses were collected over two years, in the cities of Florianópolis and Lisbon (between 2019 and 2020), through interviews, and point to a zone of indiscernibility between regimes of disciplining — both by bioascetic practices and by pharmacological or *sidadanizing practices* (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009) — and the practices of invention of self, both functionalities that have as constitutive associations with non-human, whose agency is also marked in the processes of subjectivation that materialize in the speeches. Our hypothesis is that the women's statements inhabit an agonistic zone between precariousness and the reinvention of the self through strategies of the order of a pharmacological-biomedical negotiation (PRECIADO, 2008) and of a *minor biopolitics* (AGAMBEN, 2010).

The paper is organized, therefore, in three sections, followed by the *Final Considerations*. In the first, we bring the theoretical assumptions and ontological pacts that support our problematizations; in the second, we describe the *AIDS chronic apparatus* and the so-called "feminization of the epidemic", both in Brazil and Portugal. Finally, the third part details the field stages and goes on to the analyses.

2 Biopolitics, governmentality, new materialisms

2.1 Biopolitics and government

The literature has described the appearance of biopolitics among Michel Foucault's concerns in the 1970s. In 1974, in his conferences in Brazil, Foucault (2010a [1974], p.169) used the concept for the first time, in order to show the series of modifications that allowed "[...] health to enter the calculations of macroeconomics". The realm of biopolitics and biopower, however, would be properly addressed in the course *Il faut défendre la société* (FOUCAULT, 2010b [1976]), most notably in the class of March 17, 1976, and with the publication of *La volonté de savoir* (FOUCAULT, 2009a [1976]). In these last two texts, Foucault poses a series of questions, which concern the new forms of exercise of sovereignty whose functioning was to "make live and let die", in opposition to the preceding regimes of the sword. The process that the author unveils has as a consequence the expulsion of death from the field of power and the centrality on life in the political calculation, in the same movement in which the problems of death and sovereignty in the form of racism return, obsessively: the condition for the sovereign exception and the functioning of death in biopolitical regimes was the biological caesura, which would also allow the proliferation of indirect racisms (FOUCAULT, 2010b [1976]) in their supposedly more banal forms of exclusion, segregation, and civil death.

Foucauldian biopolitics caused a shift in relation to the disciplines of *Surveiller et Punir* (FOUCAULT, 2013 [1975]), since it was not based only on individual bodies: it required another register, on the population and on collectivized bodies. What was postulated as a "normalization society," however, would have been shifted to the problematizations that appear in the courses from 1977 to 1979, namely: *Sécurité, Territoire, Population*, and *La Naissance de la biopolitique*, from the concept of

governmentality and the *security apparatuses*. In the class of February 1, 1978, of the first course, Foucault (2002 [1977-1978]) will deal with the governmentalized State and how government penetrated the lives of people according to an unlocking of the "arts of governing" that appear, against Machiavellian literature, already in the 16th century, and are organized by the demands of a new political economy and a new distribution of population — this new and central object — in urban spaces, especially after the 18th century.

Governmentality, defined as

[...] the set constituted by institutions, procedures, analyses and reflections, calculations and tactics that allow the exercise of power in a very specific and complex way, which has the population as its target, the political economy as its main form of knowledge and security apparatus as essential technical instruments (FOUCAULT, 2002 [1977-1978], p.291-292, free translation of the Brazilian version),

can be read under the aegis of a new treatment of the problem of regulation, which is now understood as security and would continue what had been presented since *Surveiller et Punir*. However, here we take Collier (2011) to question this teleological line. For this author, there would be a functional isomorphy between the "microphysics of the body" and the "biopolitics of population" until 1976, while the emergence of governmentality would require a new configuration, whose difference would reside in various ways of relating sovereignty, discipline, and security in form. Assuming Collier's (2021) displacement, it is not a matter of denying or overcoming the discussion of biopolitics, but of claiming a more complex space for the question of life to be taken as a problem that concerns more localized and heterogeneous forms of rationality.

When we turn to the speeches of HIV-positive women, we will start from the concept of biopolitics as the exercise of sovereignty in a society of making people live, but always submitted to exception — which will be materialized in the speeches we will analyze. This biopolitics is exercised in determined governmental topologies, namely those of a security *apparatus* that is based on risk and accountability of PLHIV, on the one hand, and that requires a bio-ascetic government of the self and is constituted according to a network of state and international health policies — in the form of organizations such as the UN and UNESCO and their effects towards states (HARDT;

NEGRI, 2000). With this as a starting point, let us move on to the discussion of materiality.

2.2 The non-humans, associations, and biopolitics

In *Naissance de la Clinique*, Foucault (1994 [1963], p.XI) will show a modification in the space of seeing and saying, which allowed the emergence of "[the] forms of medical rationality [that] penetrate the marvelous thickness of perception": the cranium-breaker. It is he who allows a new form of visibility and, at the limit, the game that establishes the rational gaze of medicine and that, in turn, constitutes the first access — via death — to the modern subject.

We take this excerpt from Foucault and bring it closer to what Lemke (2016) reads into the Foucauldian problem of government: the presence of a calculus about humans and things, which appears already in La Perrière (1555): the existence of a technique of government that is both of persons and things (FOUCAULT, 2002 [1977-1978]). It is from the Foucauldian assumption of a doubly oriented government that Lemke (2016) will claim a new form of materialism present in Foucault and place this materialism as the focal point for interrogations about biopolitics.

We will take into consideration the two Foucauldian texts — the second one, in Lemke's interpretation — in order to show what, in the problematization of the *AIDS chronic apparatus*, appears as a demand: to understand the role of materiality within strategies that are discursive and non-discursive, as Foucault himself (2009b) taught about *apparatuses*. Thus, although the limits of the non-discursive have not been properly theorized by the French author, here we will consider them according to the order of power strategies, but also the non-human and the more than human (BENNETT, 2010), in their agency and in their forms of association (LATOURE, 2004) and *intra-action* (BARAD, 2017) with the human. We understand, in this way, that the assumption of the new materialisms has as a product the complexification of the concept of life that inhabits biopolitics, since we will be working with complex associations of the order of cyborgism when we pay attention to the network in which the production of subjectivities related to HIV is shaped.

Let us explain the relation between archeogenealogy, as we understand it, and the new materialisms. Our position is to put in check, as Barad (2017) does, language as the only explanatory model and its less productive consequence, namely, radical constructionism. From this perspective, Barad distrusts the asymmetrical response that places language — in the form of the performative — at the center, bringing to the fore not only the agentivity of matter in *intra*-action with discourse. In turn, Bennet (2010), by indicating Foucault's "material recalcitrance", will take life as a problem and think it according to its relation with non-human matter, in its agency — understood as the capacity to produce effects — and according to a Spinoist vitalism; in the limit, it then requires rethinking epistemology and ontology, because it is no longer a subject-object relationship, but a composite that, as Latour (2004) pointed out, was formed by heterogeneous actors and their associations.

Thus, on the one hand we assume the agency of humans and non-humans (LATOUR, 2004; BARAD, 2017; BENNET, 2010) — associations between PLHIV, discourses, drugs, medical apparatuses etc. — and give agency to the second of the elements. On the other, we assume that the concept of life should be auscultated in what it presents as a vertex between discourses and technologies, semioses and the organic, the organic and the techno-discursive of the *pharmacopornographic regime* (PRECIADO, 2008). This double track brings us to the *technobiodiscursive regime* (BUTTURI JUNIOR, 2019) and its implications for the production of subjectivity, for the exercise of powers and resistances, and for the associations between discursive and non-discursive effects within the *AIDS chronic apparatus*, the subject of the following section.

3 The *AIDS chronic apparatus* and the feminization of the epidemic

Initially, we must remember that it was Perlonguer (1987) who, in Brazil, first used the concept of *apparatus* to think about the AIDS epidemic, bringing to light the production of exception and indirect racialization related to homosexuals and, more generally, to the so-called "risk groups" — at the time, subsumed in the expression 5H: hemophiliacs, homosexuals, Haitians, heroin addicts and hookers (CAMARGO JR., 1994). Perlonguer's work was taken up by Pelúcio and Miskolci (2009), again related to biopolitics and operating according to *sidadanization*: a mode of government of HIV-positive life that

demands and individuality, rationality and accountability of the subject for his health and prevention, in a process of production of vigilant and controlled subjectivities (in adherence to the use of drugs and submission to the ascetic biomedical discourse), on the one hand, and of maintenance of abject ways of life, which in various ways break with the practices and discourses of the "good patient".

In turn, Butturi Junior (2016), Butturi Junior and Lara (2018a, 2018b) and Lara (2022) take the displacements towards chronicity to think an *AIDS chronic apparatus*, which is established in the second half of the nineties, in Brazil and Portugal, and which is conformed in some series: i) that of the "making live" from the adherence to the Antiretroviral Therapy (TARV), initially recognized as "cocktail" and distributed for free in both countries (since 1996 in Brazil and since the same 90' in Portugal); ii) that of the naturalization of life with HIV (SQUIRE, 2013), in the form of a governmentality that puts into play the relationship of adherence to bioidentity and bioasceticism, established by a management of national and supranational policies towards citizens (ORTEGA, 2003); iii) that of the creation of new forms of subjectivity for PLHIV, according to the order of chronicity; iv) that of the reinscription of forms of sovereignty and exception, either in the modality of *sidadanization* (PELÚCIO, MISKOLCI, 2009), or in the practices of *indirect racialization* (FOUCAULT, 2010b [1976]) materialized in ordinary discourses or even in that of public policies, which maintain in their scope abnormalizing categorizations (such as, for example, those related to "risk"); v) the redistribution of vulnerability, implying the permanence of infection, this time in more impoverished and racialized groups and, moreover, establishing a discourse of "the end of AIDS" (PARKER, 2015), whose mark is again the exception; vi) that of producing prevention strategies directly related to the use and adherence to medication, such as that of the *Undetectable=Intransmissible* or that of treatment as prevention — as part of the combined prevention tactics (BRASIL, 2019, UNAIDS, 2018), of ambiguous effects for PLHIV — as we will try to clarify in the analyses.

Let us note that the description, even if succinct, of the central strategies of the *apparatus*, as it is currently configured in Brazil, holds important similarities with what has been researched in Portugal, especially when taking into account biopolitics and the problem of government. From this perspective, Carvalho (2010) already suggested applying to HIV/AIDS (VIH and SIDA, in the original), the concept of *apparatus*

(*dispositif*) since it operates according to practices and discourses (i) of biomedicine, since the invention of a syndrome and its naming; (ii) of exception, materialized in the "minor groups" and in concepts such as that of "risk groups" that sustained splits in the forms of subjectivity; iii) of non-scientific knowledge, such as the press, which produced regimes of truth about the disease and the sick; iv) of discipline and security, insofar as they implied ways of relating to oneself and of control, on the one hand, and of calculating the risks; v) of production of forms of subjectivity and of invention of resistance.

As in Brazil, after an upsurge of the epidemic in the early nineties — and its "heterosexualization and feminization" — in Portugal, the State began to adopt policies such as the *National Plan of Fight Against AIDS*, while several non-governmental organizations, notably those linked to feminist and homosexual movements, gained space in claiming rights and confronting the disease (CUNHA-OLIVEIRA; PITA; CARDOSO, 2011); it is the moment when the antiretroviral therapy (ART) and the practices of bio-ascetic government began to work (SEIXAS, 2010). From the biopolitical and governmental perspective we adopt here, we will take these similarities as the starting point of our analyses of women's utterances within a *AIDS chronic apparatus* in place in Brazil and Portugal. Described in general terms, this chronic *apparatus*, here, will be approached in its gendrical character and in the vulnerabilities it brings to the fore, and in the axial character that the associations between PLHIV and drugs (taken in their agential capacity) have in the production of forms of subjectivation in the *apparatus*. Before moving on to the analyses, however, it is necessary to resume the production of the HIV-positive woman as an event — in the form of a redistribution and reorganization of the enunciative series and their effects (FOUCAULT, 2012 [1969]) — in the regimes of truth of AIDS.

This event has a history marked by the relative redistribution of risks, since, as we have already stated, the AIDS epidemic, at least in the West, was based on the production of the gender exception that placed homosexual men as the first source of risk. Thus, in Brazil, in the nineties, the transmission between heterosexuals and women was put in check (BUTTURI JUNIOR, 2016). In Portugal, in turn, Pinto-Coelho (2010) will describe a discursive functioning in the press, built by heterosexual and male privilege, which resulted in its erasure in the news about the HIV-positive subjects, and by

materialization resources of women (linked to prostitution) and homosexuals in the field of deviation and, therefore, more prone to infection by HIV.

However, despite the game established between statistics and the daily practices of indirect racialization, the heterosexualization of AIDS and the growth in the number of HIV-positive women, according to Barbosa (1997), shows that, within an already chaotic picture — indiscriminate use of contraceptives and surgical sterilization, high number of c-sections, practice of clandestine abortions and high rates of maternal mortality — the AIDS epidemic has increased the challenges of health policies for women in Brazil. According to Galvão (1997), at the beginning of the AIDS epidemic, Brazilian women, traditionally second-class citizens, found themselves stripped of part of their identity and of their rights to information, assistance and treatment. In Portugal, as Martins reports, vulnerability relates to youth, maternity and nationality: "The stratification by sex revealed a higher proportion of cases born outside Portugal among women 52.3%" (INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE, 2020, p.27). In the latter case, one must take into account the network of limitations to which non-Portuguese women are subjected.

It is, therefore, following the network of *gendramentum* and vulnerability in the *AIDS chronic apparatus* that we finally move on to the analyses.

4 An agonistic chronicity

In this section, we deal with the interviews conducted, pointing out the discursive regularities of constant struggle and incitement invented from two modalities of the biopolitical government of the women we interviewed: on the one side, the practices and discourses of control, constituted according to the order of risk and in the modality of bio-asceticism at the vertex with ART, taken as a non-human element in the apparatus; on the other side, forms of invention that result in an excess and tension produced by women and constitutive of the *AIDS chronic apparatus*. However, it is important to notice that the women involved in this study were interpellated based on their associations with non-governmental entities of assistance and support to PLHIV.

The women interviewed in Brazil belonged to the Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS de Florianópolis (GAPA-SC), an institution founded on August 6th, 1987. Only

Jenifer and Lu had experiences related to activism and had already participated in formative events on HIV and AIDS. In Portugal, the two women - Sophia and Maria - who have their statements recorded in this text, in addition to being living with HIV, maintained professional links with the Grupo de Ativistas em Tratamentos (GAT), founded in 2001, acting mainly in the reception of new users who joined the institution and in the research carried out, such as the Stigma Index, in partnership with UNAIDS. This difference will be materialized in several ways in their enunciations, as we will see.

In order to examine the statements of the interviews, our starting point will be agonistic, as elaborated by Foucault: "[...] a relationship which is the same time reciprocal incitement and struggle [...]" (FOUCAULT *apud* DREYFUS; RABINOW, 1983, p. 222). It is as a constant struggle and continual incitement that we invented two modalities of the biopolitical government of the women we interviewed. Furthermore, we want to think about drugs in terms of their active association with women and their lives, sometimes subjecting them to regimes of care and sometimes promoting more authentic uses.

4.1 The *pharmakon* and bio-ascetic regimes

Herbert Daniel (2018 [1990], p.140), in the early 1990s, wrote a seminal text concerning our problematization: The first AZT we never forget. The brief writing recounts a kind of rite of passage, namely, entering the world of the antiretroviral drug and enrolling oneself among those who no longer have sufficient T-cell counts to ensure the proper functioning of the immune system. Daniel briefly describes the drug and its effects: "[...] I wasn't taking AZT. I was swallowing, pill after pill, the upset metaphors of the drug, I was ingesting an ideology of my own crystallized in the acronym and the news that comes from it much more than in the chemical formula [...]".

We take the relationship between body, AZT and "ideology" requested by Daniel and return to Donna Haraway (1994 [1985]): in the series of dislocations we are witnessing we have moved from an industrial and organic society to an "informational" society in which boundaries appear blurred. Hence, the appearance of AIDS goes on to inscribe the virus in the body, in a functioning that is of its code in intra-action (BARAD, 2017) with the now HIV-positive body. The blurring is yet of another nature: that of the

limits between a virus that attacks the body and the "moral pollution" that makes it function as a strategy of the apparatus.

It is precisely this blurring that we intend to describe, starting from the material relationship between women and their drugs and the one that is constitutive of it, namely, the production of a bio-ascetic subjectivity. Turning to the interviewees' utterances, we first state that: there is an association between them and the drugs, which concerns a sharing agency between both. In other words, if it is up to the women to decide to adhere to ART, the drugs implicate them in its effects: they demand discipline from their bodies, place bodily limits to adherence (vomiting, diarrhea, psychic changes, etc.). As Bennet (2010) pointed out, the thing-power appears not as a form of object consciousness, inheritor of Cartesianism and Kantism, but as a vibration of that which is non-human. Let us read three excerpts¹:

It [the relationship with the medicine] **is complicated**. We don't like each other very much (laughing). Now I'm doing, as they say, I'm taking it once a day, now it's easier. [JENIFER]

I've already messed up with the medicine and it's back again [the viral load], now I have to take it again, schedule an appointment to do it right, take it right to do the exam again. [JENIFER]

Sometimes I think I'm fine, sometimes I think I don't need anything, sometimes I feel depressed, and sometimes **I think I want to die and stop taking the medicine, but it will only hurt myself**, right? [LU]

Jenifer and Lu are Brazilian. In their statements, ART appears at various times in the order of side effects — as in all the other interviewees. Our reading, here, points precisely to what this requires for the production of subjectivity of these women, because there is a movement of precariousness always recurrent, despite the quality of current drugs, less toxic, is also alleged by all of them. As it happened with Herbert Daniel, the treatment is a kind of assumption of bioidentity — the woman becomes HIV-positive in treatment.

¹ The excerpts taken in this section were translated by the authors. We understand that although the translation process may erase traces of those narratives, for the purposes of this text, this is not an inconvenience and works as a way to bring to the surface the experience of women living with HIV interviewed in the study.

It is interesting to think about the movement that links these forms of subjectivity to a rupture from the action of drugs, of direct effects (on the body) that spread throughout the women's lives. The pharmakon (DERRIDA, 2005), insofar as it is medicine and poison, gains in personalization in these discourses, as if to state the agency towards the human: it is complicated, it is negotiated with, it is renounced. In the limit, it operates by bringing up a memory of death and a demand for a thorough self-examination: it will only hurt, here, concerns the existing ambiguity between the danger of adherence (in the long term, in the bodies and subjectivities of women) and the risk of not adhering (I messed up) — whose consequence is the decline of the immune system and the demand for new combinations, more toxic, for what is called rescue.

Well, the agency of ART taken as pharmakon appears, in the enunciations of Portuguese women — we repeat, activists — closer to that instance of negotiation and inventive use that Preciado (2008) suggests. The association between women and the non-human, the ART, is also materialized in side effects and, therefore, subjective. However, a fundamental difference emerges:

In the beginning I started taking AZT and DDIs and they were very complicated drugs, I even had lipodystrophy, **I had to have infiltrations** in my face because I was, I was really affected. And then it was very complicated [inaudible] with the body image. It was a very negative time. [Maria]

Drugs are not made for women. Drugs are made for men, because pharmaceutical companies want to present a drug with fewer side effects. [Sofia]

It is the lack of listening on the part of doctors. And therefore, such theoretical and empirical knowledge and then the lack of sensitivity and the lack of listening. A certain paternalism of what the patient feels. [Sofia]

Consider the ways in which these two women produce effects on the pharmacobiomedical normalization: while Maria informs that she had infiltrations due to lipodystrophy — common side effect of some older classes of drugs — Sophia puts in check the bioeconomy itself (LEMKE, 2016). She first discusses drug combinations and explains that the idea of monotherapy is already being worked with; then, in the excerpt, she implicates the industry in the gendrada dramatics, since it is the female body that is most vulnerable.

This action-oriented and inventive character of the practices of the two Portuguese women, in turn, contrasts with the discourses on medical power that appear mostly among

the Brazilian women, who mark their narratives either by the absence of resources to seek a doctor, or by the character of injunction — the doctor ordered it —, or by situations of ignorance about their bodies or the medicines they use. Biomedicine, here, seems to sustain itself in various forms of control: that of women's bodies, that of medical knowledge, that of authority. Between the two strategies, there remains, however, the existence of a struggle: among the Portuguese women, the forms of resistance, it seems, are instituted in that minor biopolitics (AGAMBEN, 2010) and in the production of a subjectivity, we would say, militant, that demands medicines and that is based on the knowledge about HIV and AIDS to put in suspension the drug-biomedical control; among the Brazilian women, resistance appears in a denial — at the limit of death (BUTTURI JUNIOR, 2019): in refusing to ingest the drugs, in creating intervals of ingestion that allow the virus to replicate again. This borderline relationship, in spite of the agency of ART and HIV itself in the association with their bodies, is still established by the series of vulnerabilities to which they are exposed, since they cannot reveal that they are HIV-positive and, therefore, taking the medicine or even seeking the medicine become problematic practices.

If, with Ortega (2003a), the bio-ascetic practices configure a liberal self-government of bodies and subjects, based on accountability and self-injury, what we can read is a vertex between ART, the truth and authority regime of biomedicine, and the production of bio-ascetic subjectivities, but always in a way that makes women more precarious: from them a thorough control is demanded, but they are not given the information about their body and their medicines; for them are prescribed more harmful medicines, "made for men" and without the possibility of listening; finally, the responsibility of their health — which will figure in the data of successful adherence to ART — falls on them and places them in the center of sidanization (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009) and on the edge of death, as Jenifer attested. We are, therefore, facing what Squire (2013) described as the naturalization of chronicity, from a discourse of successful adherence and self-government, in this biopolitical topology, without taking into account the dense web in which life with HIV is captured.

4.2 The women and the vulnerabilities

We shall take gender, which appears in the statements of the previous subsection, in terms of what it implies in vulnerability. As Sophia stated, "[...] they realized that there are women in the world. But it's kind of by force." This character of invisibilization of women is one of the enunciative series of the apparatus in its distribution of precarization, as we have seen. However, if we take precarization as interpreted by Butler (2016), it is a series of processes and procedures that frame lives and deaths in distinctive ways and are materialized in social and political practices. In the case of the women interviewed, gender is precisely a strong statement to mark the difference, which appears related to saying they are HIV-positive. These two modalities, among other forms of vulnerability that abound in the interviews, will be taken here because they seem to materialize the seropositive precarization for women — and the possibility of the operation of different forms of racialization (FOUCAULT, 2010b [1976]). They are also the ones that put resistance and invention back into play, in the form of potency.

Let us begin with statements about being HIV-positive:

[...] People who contracted hiv were not only people, because they wanted to, I think, **maybe blame a risk group**, set up a risk group, so it was **only drug addicts and prostitutes and gays that got it**, right? And that's why, at that time, I believe I met more people who got it from my husband, at that time, when I got infected, I thought I was the only wife who was, **"how am I going to tell someone that I got hiv if I am nothing like that"**, you know? I think that it was also complicated for women, I think that all of them should go through the same thing, I didn't belong to this world. [Jenifer]

It was necessary one day to fall in the street and go to a very special place and after six months of hospitalization there, someone decided to test me for hiv **since I was not in the so-called risk groups** [Sofia]

Luiza: Yes, when I found out, I already had, I had immunity of 9, to give you an idea, I was dying, ok! and I always went to the gynecologist, because I caught a bacteria, those itches, but impossible, I did the treatment, in a couple of weeks I would come back again, so I already had such a low immunity and the doctor never came and said to me, "I'm going to do an hiv test", **never**, health center doctors, general practitioners, **they don't believe in this**, do you understand? [Luiza]

In the three extracts, Brazilian and Portuguese women materialize the dichotomization between the risk groups, inscribed as the other, and women. Now, the memory of a gendered and racializing epidemic operates incisively in the production of

the self: it is the illness of the other that affects me, it is the danger of the other that I carry. However, the official documents — supranational and national — already operated with the feminization of the epidemic; since the beginning of the nineties, they even brought the discussion about vulnerabilities, as in the proposal by Mann et al. (1993), which suggested an important division, beyond the human denominators of HIV transmission: there is an individual vulnerability, composed by "[...] examples of cognitive, behavioral, and social preconditions" (MANN et al, 1993, p. 279) and a collective vulnerability, then marked mostly by countries' HDI.

Among the vulnerabilities, gender has gained space on international agendas and the concept of risk group starts to be read as a ratification of stigmas. In the women's enunciations, this gendered vulnerability gains a specific operation: first, because it produces a silencing of the feminization of the epidemic, whose effect is the assumption of a total protection — and here we notice that it is the doctors themselves who do not believe it; then, because it solicits the assumption of a dangerous subjectivity, from which they want to move away, but that will mark a displacement towards the invention of themselves as HIV-positive.

Regardless the relationship with memory, this new modality is assumed — Jenifer even says she doesn't remember life before hiv —, especially for family members, and is also negotiated, precisely because it is up to the women, in the *AIDS chronic apparatus*, to invent the conditions in which the biomedical truth does not result only in precariousness, as in the case of affective relationships. Let's read the last three statements:

Luana: **I have also suffered a lot at the hands of, you know, violent men!**

Luana: You know, before he was with me he already knew, but he still wanted to be with me and no, he didn't contract the hiv and he removed the condom.

Interviewer: Yes, because you are undetectable, right?

Luana: **He said it was the pact. That he made the pact. I thought he had, because he wanted to bring the condom and then he removed it on the spot, but I am undetectable, he did the tests in jail and nothing came out.**

Interviewer: I see.

Luana: Now, **when he gets out I don't know if I will have to go back with him, I'm a little afraid, I'm afraid he will want to do something to me**, I don't know, let's see when he gets out what will happen, And then I'll take him to take that "Pep". [Luana]

Yes, now I have been in a relationship now for seventeen years, I mean, I already deserved to trade him for a high and [laughs] and yes, yes, my partner is not infected [Sofia]

No. I don't blame him because I was already separated and I came back. I came back because I wanted to try again, but it didn't worked out, I already knew that he was using drugs. [Jenifer]

Here, we are considering the data of an unequal distribution of the gendered precariousness. In other words, there is an important difference in the subjective production of the interviewed women: while Brazilian women point to series of vulnerability, the Portuguese women have to laugh and choose — they deserved to change it. What materializes in their speech, however, concerns the maintenance of the biopolitical-bioidentitarian government's accountability: the Brazilians have to accept the pact, accept the violence. They want and supposedly have control over their decisions: I came back because I wanted to.

It is this ambiguity that deserves attention. If, with Butler (2016), we postulate that precariousness is an effect of framings made by the other, it is necessary to take into account both the men with whom they have relationships and the memories and the biomedical risk discourse — which, as we have seen, leaves them in a space of not knowing — in the production of these agential enunciations. If, still, with Squire (2013), we think about the abyss between supranational and national policies and the abandonment-in the form of Agamben (2010), as a mechanism of return to the *bando*, to bare life, to the exception-of ordinary existences to their own self-government, full of vulnerabilities, then we can describe a functioning of the *AIDS chronic apparatus* sustained in the exception, as we postulate, in which gender still occupies the centrality.

5 Considerações finais

In this article, our effort was analyzing the discourses of HIV-positive women, in view of the *AIDS chronic apparatus* and its relationship with gender *apparatuses* and the agency of non-humans — specifically, ART.

To do this, we adopt the discussions of an extended biopolitics to examine our corpus according to the technobiodiscursive order, in what it describes as bioascetic government of life and the permanence of regimes of exception — in the form of precarization, in the modality of *sidadanization* (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009).

After describing the *chronic apparatus*, we proceeded to the analyses, when it was possible to observe an agonistic between biomedical control and the ordinary and inventive practices with which women reinscribe themselves and from which they make note of the mobility of the apparatus. As postulated by Agamben (2010), we believe that these movements configure spaces of resistance in a minor biopolitics; however, these resistances and the precarization to which we refer appear unequally distributed among Brazilian and Portuguese women, in the relationship they have with their bodies, with ART and its agencies, with medical knowledge and with the series of vulnerabilities to which they are subjected.

In all cases, it remains in operation the responsibility and a discourse of autonomization, of the order of a liberalism — inscribed in policies, documents and practices — and an abandonment, of the order of the exception, in which these women live and from which they reinvent themselves daily.

Acknowledgments

ABJ thanks National Council for Scientific and Technological Development (CNPq/Brazil) for the Research Productivity Grant (PQ2), process 304252/2019- 0, which made this research possible. CAL thanks CNPq for funding her PhD scholarship, process 142131/2018-0, and Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES/Brazil) for funding her sandwich PhD scholarship under the CAPES-PRINT project, process 88887.368665/2019-00.

Contribution

Atilio Butturi Junior: Conceptualization; Writing – Review & Editing; **Camila de Almeida Lara:** Conceptualization; Writing – Review & Editing.

References

AGAMBEN, G. Une biopolitique mineure - entretien avec Giorgio Agamben. **Vacarme**, n. 10, 2010. Disponível em: <http://www.vacarme.org/article255.html>. Acesso em: 6 fev. 2014.

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010 [1995].

BARAD, K. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. **Vazantes**, v. 1, n. 1, p. 6-34, 2017.

BARBOSA, R. H. S. AIDS e gênero: representações de risco entre mulheres de uma comunidade favelada no Rio de Janeiro, **Cad. Saúde Coletiva**, v. 1, n. 5, p. 33-52, 1997.

BENNETT, J. **Vibrant Matter**: A Political Ecology of Things Duke University, 2010.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTTURI JUNIOR, A. As formas de subjetividade e o dispositivo da aids no Brasil contemporâneo: disciplinas, biopolítica e phármakon. *In*: QUINO, V. C.; CRESTANI, L. M.; DIAS, L. F.; DIEDRICHM M. S. **Língua, literatura, cultura e identidade**: entrelaçando conceitos. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2016. p.59-78.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. de A. Biopolítica, direitos humanos e resistências: uma análise comparativa das políticas públicas de saúde para a população LGBT de Florianópolis-SC. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 2, p. 645-674, 2018a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/4v7JrM94NZ3GqtprqQnF6SL/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. A. As narrativas de si e a produção da memória na campanha O cartaz HIV positivo. **Linguagem em (Dis)Curso (Online)**, v. 18, p. 393-411, 2018b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/tWtfRnpVwVXMr7G6bSYRG6d/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

BUTTURI JUNIOR, A. O hiv, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, p. 637-657, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/KgpnJBsDxVskHPqblDc3FBp/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

BUTTURI JUNIOR, A.; CAMOZZATO, N. M. A PreP, o HIV e as táticas de desobediência. **Fórum Linguístico**, v. 18, p. 6332-6350, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/79952/47261>. Acesso em: 23 maio 2022.

CAMARGO JR., K. R. de. **As ciências da AIDS e a AIDS das ciências**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS, UERJ, 1994.

CAPONI, S. Entre o governo de si e o governo dos outros: a hermenêutica psiquiátrica de si e as práticas de liberdade. In: BUTTURI JUNIOR, A. *et al.* **Foucault e as práticas de liberdade: o vivo e os seus limites**. Campinas: Pontes, 2019. p. 175-191.

CARVALHO, M. M. **Atualizações em Foucault: aplicações da noção de dispositivo ao VIH/SIDA**. Faculdade de Letras da U. Porto (FLUP): Porto, 2010.

COLLIER, S. J. Topologias de poder a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 252-284, 2011.

CUNHA-OLIVEIRA, A.; PITA, J. R.; MASSANO-CARDOSO, I. **A história recente do VIH/SIDA em Portugal – 30 anos de epidemia**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

DANIEL, H. O primeiro AZT a gente nunca esquece. In: DANIE, H.; PARKER, R. **AIDS: a terceira epidemia – ensaios e tentativas**. Rio de Janeiro: ABIA, 2018 [1990]. p.139-143. Disponível em: http://abi aids.org.br/wp-content/uploads/2018/12/aids_a_terceira_epidemia_web.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

DERRIDA, J. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics**. 2nd. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

ESPOSITO, R. **Bíos – Biopolítica e filosofia**. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 [1969].

FOUCAULT, M. Crise da medicina ou crise da antimedicina. **Verve**, n. 18, p. 167-194, 2010a [1974]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/8646>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade** - curso no Collège de France, 1975-1976. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b [1976].

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19.ed. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009b. p. 243-276.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1979].

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1977-1978].

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 4.ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994 [1963].

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramalhete. 41.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013 [1975].

GALVÃO, J. As respostas das organizações não-governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/AIDS. In: PARKER, R. **Políticas, instituições e Aids**: enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro, ABIA/Jorge Zahar Editor, 1997.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1994 [1985]. p.243-288.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 3.ed. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. PORTUGAL. **Infeção VIH e SIDA em Portugal** – 2020. Disponível em: <http://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/7243/1/DGS-INSA-RelatVIHSIDA-2020.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LARA, C. de A. **As narrativas de mulheres que vivem com hiv e a produção de subjetividades**: entre as estratégias de intervenção e as práticas de si. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234846>. Acesso em: 13 jun. 2022.

LATOUR, B. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Trad. Carlos Aurélio Mota de Souza,. Bauru: EDUSC, 2004.

LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução?**: o neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1, 2019.

LEMKE, T. Rethinking biopolitics: The new materialism and the politics economy of life. In: WILME, S. E.; ŽUKAUSKAITĖ, A. (ed.). **Resisting biopolitics**: philosophical, political, and performative strategies. Londres: Routledge, 2016. p.57-73.

MANN, T. et al. Como avaliar a vulnerabilidade à infecção pelo HIV e AIDS. In: PARKER R. **A AIDS no mundo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 276-300.

MARTINS, H. C. Infecção VIH/SIDA em mulheres em Portugal (1983-2012): caracterização de uma epidemia. **Observações_Boletim Epidemiológico**, Lisboa, 2012. Disponível em: http://www2.insa.pt/sites/INSA/Portugues/PublicacoesRepositorio/Documents/observacoesN62013_artigo9.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. **Nota informativa N° 5/2019-DCCI/SVS/MS**. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/legislacao/nota-informativa-no-52019-diahvsvms>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ORTEGA, F. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p.59-77, 2003. Disponível em: http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2003_1/artigos/2003_1%20FOrtega.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

PARKER, R. O fim da AIDS?. **Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS**, 2015.

PERLONGHER, N. **O que é AIDS**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINTO-COELHO- Z. VIH/SIDA nos jornais portugueses: construções visuais e linguísticas, discursos e gênero. **Discurso & Sociedad**, v. 4, n. 2, p.332-363, 2010. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29201>. Acesso em: 30 set. 2021.

PRECIADO, P. B. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

SEIXAS, E. Rituais de risco e governamentalidade liberal na prevenção do VIH/SIDA. **e-cadernos CES**, n. 8, p. 136-152, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/501>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SQUIRE, C. **Living with HIV and ARVs**: Three-letter lives. Springer, 2013.

UNAIDS. **Prevenção combinada**: conheça as novas estratégias de prevenção ao HIV. 3 jan. 2018. Disponível em: <https://unaids.org.br/2018/01/prevencao-combinada-conhecas-novas-estrategias-de-prevencao-ao-hiv/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Received on 08 April 2022
Accepted on 23 May 2022
Published on August 2022

Atilio Butturi Junior
E-mail: atilio.butturi@ufsc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9985-2259>

Camila de Almeida Lara
E-mail: camilaalara04@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9035-5328>

Uma análise discursiva foucaultiana das visibilidades do macho em aplicativos de relacionamento

A Foucauldian discursive analysis of male visibilities in dating apps

Elivelto Cardoso e Silva
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

Kátia Menezes de Sousa
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

Resumo: Neste artigo examinamos as visibilidades produzidas discursivamente a respeito da identificação sexual de homens em busca de outros homens para interações afetivo-sexuais em aplicativos de relacionamento. O objetivo da análise é construir problematizações a respeito da gramática binária “macho/fêmea” reproduzida online na busca por visibilidades sexuais que se enquadrem nesta gramática e, por sua vez, valorizem homens vistos como machos. Para isso, consideramos dados produzidos de 2017 a 2021 em pesquisa online em perfis de usuários do *Grindr* e do *Scruff* – ambos encontrados em lojas online de aplicativos para celulares. Seguindo a constatação de Deleuze sobre o método arqueológico de Michel Foucault, consideramos, diante do problema relativo às relações homoafetivas e de gêneros, os focos de poder/resistência como possibilitadores da formação do *corpus* que se centrou na disputa online “macho vs gay”, observada em 580 *prints* de autodescrições de usuários dos dois aplicativos. As reflexões acerca do método arqueológico foucaultiano e das considerações deleuzianas, que colocam dizibilidades e visibilidades como em constantes capturas recíprocas sob um primado do enunciado, nos possibilitaram compreender como se configura as valorizações a respeito de sujeitos que fazem ver, em seu funcionamento corporal, a visibilidade da macheza heterossexual.

Palavras-chave: Enunciado; Corpo; Gay; Virilidade; Foucault

Abstract: In this article we examine the visibilities, that are discursively produced, about the sexual identification of men in search of other men for affective-sexual interactions in dating apps. The analysis aims to discuss the “male/female” binary grammar reproduced online, which frames sexual visibilities and, with this, value men seen as males. We consider data produced from 2017 to 2021 in online research on user profiles of *Grindr* and *Scruff* – both found in online stores for mobile applications. Following Deleuze's observation about Michel Foucault's archaeological method, we consider, in the face of the problem related to homoaffective and gender relations, the focuses of power/resistance as enablers of the formation of the corpus that focused on the online dispute "male vs gay", observed in 580



prints of self-descriptions of users of the two apps. The reflections on the Foucauldian archaeological method and the Deleuzian considerations, which place sayabilities and visibilities as in constant reciprocal captures under a primacy of the enunciation, allowed us to understand how the valuations about subjects are configured to make them see, in their bodily functioning, the visibility of heterosexual virility.

Keywords: Statement; Body; Gay; Virility; Foucault

“Ora, por mais que o enunciado não seja oculto, nem por isso visível; ele não se oferece à percepção como portador manifesto de seus limites e caracteres. É necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo. Talvez ele seja tão conhecido que se esconde sem cessar; talvez seja como essas transparências familiares que, apesar de nada esconderem em sua espessura, não são apresentadas com clareza total. O nível enunciativo se esboça em sua própria proximidade”.

(Michel Foucault, 2020, p. 128)

1 Primeiras palavras

As tomadas sem encaixe na parede são indício de que há rede elétrica em funcionamento entre as paredes de casa. O encaixe, desencaixado, deixa à mostra a possibilidade de que a tomada, a qual alimenta os circuitos elétricos de nosso computador, seja alimentada energeticamente com 220W para que ele continue a funcionar e este texto possa acontecer. Os plugues que conectam o computador à rede elétrica são objetos. Ambos, neste instante, acoplados.

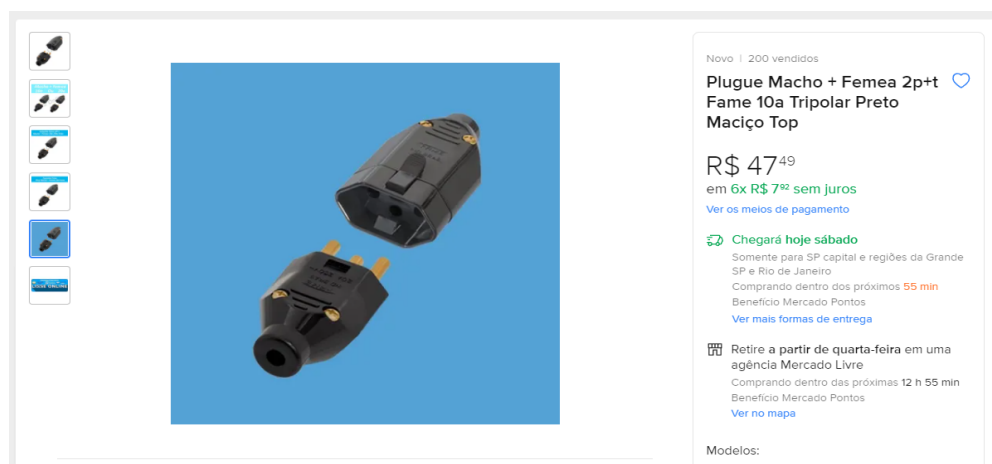
Baseando-se nos trabalhos de Michel Foucault sobre as práticas humanas e os regimes de saber, em que ele toma as coisas fabricadas como uma expressão, como a materialização de certas formas de conhecimento, concepções de saber e de verdade, Albuquerque Júnior (2021) alerta para os objetos que compõem os dispositivos sem honra, pois, ao contrário dos aparatos administrativos, das leis, dos regulamentos, dos regramentos, que comporiam os dispositivos de poder-saber, por exemplo, não lhes confiamos a importância devida em nossas vidas, em nossa rotina. Perguntado sobre o sentido que atribui ao termo dispositivo em seus métodos de análise, Foucault (2014) explica que o dispositivo é a rede estabelecida entre elementos heterogêneos que comporta tanto o dito quanto o não dito e que, entre esses elementos, discursivos ou não, há como um jogo, mudanças de posição com uma função estratégica para responder a uma urgência em dado momento histórico. Considerando a definição de dispositivo como “estratégias de relações de forças suportando tipos de saber e suportadas por eles

(FOUCAULT, 2014, p. 47), é que o historiador Albuquerque Júnior pode pensar nos nomeados dispositivos sem honra como objetos que “comporiam dispositivos de poder muito menos aparatosos e visíveis, dispositivos sutis e insidiosos, que povoam o nosso cotidiano sem nos darmos conta” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p. 134, 2021).

Citamos o historiador, em meio a circuitos elétricos, não para fazer uma mistura desconexa, mas para acoplá-lo ou, mais precisamente, acoplar seus pensamentos aos objetos mencionados e destacar a importância deles para a maneira como nos organizamos discursivamente a respeito da superfície de circuitos elétricos que possibilitam acoplamentos por meio de plugues que são identificados em sites de compras com polaridades e funcionalidades distintas. Para deixar mais evidente:

Figura 1 – Plugues não-anais à venda

(1)



Fonte: < Plugue Masculino + Femea 2p+t Fame 10a Tripolar Preto Maciço Top | Parcela não juramentada (produto-mercadolivre-com-br.translate.google)> Acesso em 03/03/2021

Não acreditamos, assim como Albuquerque Júnior (2021), que os objetos sejam inócuos em nossas vidas. Eles dizem, dizemos a respeito deles, fazemos ver a partir deles e com o que dizemos sobre eles. Em (1), destacamos o que se pode encontrar fácil e constantemente em lojas online, especificamente nas seções de materiais para construção. Mas esses objetos não são apresentados como “machos e fêmeas” unicamente em lojas online, visto que podemos nos dirigir também a uma loja física e solicitar ao vendedor a compra de tomadas/soquetes, e ele certamente nos interpelará: “Macho ou fêmea?” Com isso, o vendedor enunciara uma constante de nosso tempo a respeito de um objeto específico que, ao contrário de genitálias humanas, é comercializado legalmente à luz do dia em vitrines ou sites. O expresso em (1) enuncia que existe “macho” e “fêmea”, um

capaz de penetrar e outro incapaz. O capaz é apresentado sob a égide de três pinos metálicos erigidos de suas extremidades e o incapaz pela ausência de três pinos que, conforme é dito sobre ele, torna-o “fêmea”.

Assim como um comprador pode escolher tomadas e acionar sobre elas enunciados a respeito de macheza e de feminilidade, podem agir homens à procura de outros homens, em nosso tempo, em dispositivos eletrônicos previamente alimentados por objetos sem honra dispostos em paredes, indiciando a possibilidade de acoplamento para fins de alimentação dos circuitos elétricos de celulares. Diante disso, consideramos que a gramática binária “macho/fêmea” é preservada não somente quando se busca adquirir plugues elétricos em lojas, mas também a cada acoplamento, a cada vez que um celular ou outro dispositivo é alimentado energeticamente para que homens busquem parceiros, sobretudo para que o funcionamento e o acesso de sites e de aplicativos de encontro sejam mantidos para homens que, por exemplo, enunciam conforme (2).

Figura 2 – A busca pelo plugue macho

(2)
HxH
Buscando macho ativo. SÓ MACHOS! (Grindr)

Afeminado – 22 anos:
Quero um homem pra ser meu macho na cama e eu ser a mulherzinha dele. (Grindr)

CASADO+SIGILO -26 anos:
Macho casado com mulher, a fim apenas de sexo e pegação com outro macho. 1.80 Atl, 78kg, Olhos castanhos, corpo torneado e com pelos (corpo e jeito de macho). Não curto afeminados, nda contra, mas prefiro homens como eu e de preferência casados. (Grindr)

Conforme enunciam em (2), os usuários do *Grindr* procuram alguém que seja capaz de desempenhar um papel considerado ativo durante o sexo, que seja capaz de “penetrar” e que se porte como “macho” à moda de plugues não-anais, mas elétricos, comercializados online aos pares: um dos pares vendido como “macho” e outro como “fêmea”, cada um com suas particularidades anatômicas, como visto em (1). Já em (2), há a mesma lógica de enunciação binária, “macho/penetrador” vs “fêmea/penetrada”, em aplicativos de relacionamentos para homens. Com base nisso, percebemos que a macheza valorizada em (2) também será visível a partir de particularidades anatômicas a respeito do corpo e de seu funcionamento, como destaca um dos usuários mencionados, quando enuncia que possui um “corpo macho” e que procura, assim como seus anteriores, “machos”. Sendo assim, este é um embate que evidencia o já percebido por Butturi Junior

(2012) sobre a existência de uma monossexualidade que norteia interações virtuais em plataformas voltadas ao relacionamento afetivo-sexual entre homens. No mesmo sentido que o pesquisador, quando problematizou enunciados encontrados em salas de *Bate Papo Uol* e no site *Disponível.com*, notamos a valorização do parceiro que mantenha uma identidade social heterossexual e a desvalorização do que seria um “plugue fêmea”, isto é, a desvalorização de parceiros afeminados.

Feitas essas demonstrações, podemos indicar que o objetivo desta análise se centra na possibilidade de construir problematizações a respeito da gramática binária “macho/fêmea” reproduzida online na busca por visibilidades sexuais que se enquadrem nesta gramática e, por sua vez, valorizem homens vistos como “machos”. Para este feito, consideramos importante esclarecer que, para a formação do *corpus* em análise, partimos do que Deleuze (2017c) classifica como um passo importante para que Foucault pudesse elaborar os volumes da História da Sexualidade: os focos de poder/resistência. O *corpus* será, assim, constituído e determinado em função dos focos de poder que são postos em jogo pelo problema que colocamos. Sobre esse ponto, Deleuze (2017d) convida-nos a perceber que Foucault adota um método que lhe é próprio, ao fixar, primeiro, seus focos de poder e resistência, para depois constituir um *corpus* de palavras, frases e proposições de sexualidade, por exemplo, de uma dada época, de onde extrairá enunciados que capturam visibilidades e que por elas são capturados. Desse modo, os focos de poder possibilitadores da formação do *corpus* que analisamos centram-se na disputa online “macho vs gay”, observada desde meados de maio de 2017 até setembro de 2020, e que contabilizam 580 *prints* de autodescrições de usuários tanto do *Grindr* como do *Scruff*.

Nessa perspectiva, tomamos como importantes não só as contribuições foucaultianas, em *A arqueologia do saber*, sobre as formações discursivas, como também as contribuições deleuzianas, em *Michel Foucault: as formações históricas*, para tratar mais atentamente das formações não-discursivas, ou melhor, das visibilidades, como são demonstradas por Deleuze no referido curso sobre Michel Foucault. Com isso, também destacamos que, a partir do *corpus* de “palavras” em análise, será possível analisar visibilidades, pois dizibilidades e visibilidades incidem-se em capturas recíprocas sob um primado do enunciado sobre as visibilidades, justificando, desse modo, conforme Deleuze (2017), o empenho foucaultiano em construir uma “caixa de ferramentas” que se ocupa em larga escala do problema das formações discursivas, isto é, das dizibilidades.

Nesse sentido, as aulas ministradas por Deleuze compõem um importante caminho para que se possa aprofundar os estudos não só das formações discursivas, como também das formações não-discursivas. Estas, tomadas nesta análise como visibilidades, constituem dispositivos e não se centram apenas em objetos, estruturas arquitetônicas, roupas, corpos, práticas, e outros, mas também em conjuntos de enunciados que dizem e fazem ver. Logo, as questões que colocamos em destaque são: Como se vê um “macho online”? Qualquer homem pode ser visto e/ou mostrar-se como “macho”? Quais configurações corporais são discursivamente atribuídas a “machos” nos aplicativos de relacionamento? Enfim, esses questionamentos serão importantes para a análise das visibilidades produzidas online sob a gramática sexual “macho/fêmea” em sua valorização de homens ditos e vistos como “machos”.

2 Como se vê um “macho” em aplicativos de relacionamento?

Inicialmente, pontuamos que, ao enunciarem sobre si, descrevendo sua posição de sujeito macho em meio a várias opções na vitrine que o *Grindr* e o *Scruff* são, os usuários expressos nos conjuntos de enunciados em (2) apontam para o corpo e para a maneira como ele se apresenta. Tendo isso em vista, destacamos a necessidade de, a partir de novos conjuntos de enunciados, não apenas lançar problematizações sobre os enunciados produzidos pelo “cara macho”, ao enunciar e defender sua existência online enquanto sujeito de valor em relação ao afeminado, mas também de construir problematizações, a partir dos ditos, a respeito de como se vê um “macho”.

Deleuze (2017a, p.25) destaca que, em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2020) vai se desdobrar muito mais a respeito do enunciado do que sobre a visibilidade, fazendo com que esta apareça muito menos na obra do que aquele. Mas isto não significa que as questões do ver, assim como as do falar, não estavam em suas obras anteriores, como *Vigiar e Punir*, *A História da Loucura* e *o Nascimento da Clínica*. Nesse sentido, Deleuze, em suas aulas sobre as formações históricas, empreende, ao contrário do que Foucault (2020) faz em sua arqueologia, grande destaque às questões do ver, tratadas negativamente por Foucault (2020) como “formações não-discursivas”. Com isso, justificamos a necessidade de levar em consideração também as noções deleuzianas sobre os estudos realizados por Foucault baseados nos enunciados e nas visibilidades.

A partir dessas considerações sobre as visibilidades, buscamos elencar, nesta análise, conjuntos de enunciados produzidos tanto no Grindr quanto no Scruff sobre as maneiras de se ver um “cara macho” e sua potencial capacidade de “penetrar”. Ressaltamos, antes de tudo, que a pretensão não é conseguir demonstrar toda e qualquer visibilidade do “cara macho” existente em ambos os aplicativos, mas apenas as que foram enunciadas dentre os enunciados que puderam ser capturados durante a produção de dados em um período específico.

Um dos aspectos que podem mostrar o “macho” em funcionamento é a voz. Observemos:

Figura 3 – O macho fala como macho

(3)

Sem foto s/ papo! – 35 anos:
Gosto de HOMEM, voz mole, delicadeza, gírias de “moça” e putas desesperadas... não me atrai! BARBA, masculinidade, voz, atitude, eu curto! Não tenho estereótipos, tem que ser MACHO! Se CHAMOU MANDE FOTOS PFV! (Grindr)

Leia perfil – 24 anos:
Sozinho em casa. Afim de homens com jeito e estilo. Voz de homem! Bora ver o que acontecerá... haha Já manda foto! Retribuo. Sou de boa. (Grindr)

JáLeu?AtvSigiloso – 37 anos:
Sou ativo macho bi, comportamento, voz e atitudes de homem hétero. Só curto caras assim tipo hétero. Não insista, não curto afeminado, gordinho, casal gay, 4:20, fumante. Foto ã significa cu! Troco foto. Educação por favor! (Grindr)

Ativo sx seguro:
Não aos que fala miando, gordo etc... nada contra mais só não curto. Taps significa que você é trem bom. (Grindr)

BI-22cm-Cbelos – 52 anos:
Olá estou aqui pra ver se conheço alguém interessante. busco um cara legal. quem sabe podemos termos algo sério. só não curto gordo e nem afeminado com voz de cigarra sou Bi-versátil sem foto não perca seu tempo. (Grindr)

Nos perfis dos usuários expressos em (3), há novamente a expressão da busca por usuários “machos”, HOMENS em caixa alta que não sejam “afeminados”. Na busca por seu parceiro, o usuário “Sem foto s/ papo” dirá que não se interessa por usuários que tenham voz mole, sejam delicados e usem “gírias de ‘moça’”. Semelhantemente, o usuário “Leia perfil” dirá que tem preferência por homens com jeito, estilo e voz de homem. No mesmo sentido, o usuário “Ativo sx seguro” dirá de sua recusa aos usuários que, porventura, falem “miando”, que sejam gordos e “etc.”. Também justificará sua recusa afirmando não ter nada contra os tipos de usuário mencionados, apenas não se

sente atraído por eles. Em seguida, há o usuário “Bi-22cm-Cbelos” que está à procura de “um cara legal” e está disponível para um relacionamento sério e, de maneira semelhante ao usuário anterior, não se interessa por homens gordos ou por afeminados “com voz de cigarra”.

Diante disso, percebemos que o “miar dos gatos” e o “canto estridente da cigarra” serão determinantes para esses usuários que buscam por parceiros que não emitam vozes que se assemelhem a esses sons que não são sons graves. Assim, a voz e a maneira como ela é vocalizada servem como categorias de diferenciação na busca por parceiros online e, sobretudo, servem como formas de hierarquização, tendo em vista que os enunciados em destaque deixam claras valorizações a respeito: “falam como homens”, isto é, não falam como mulheres. No mesmo sentido, também destacamos, a seguir, uma descrição de tratamento fonoaudiológico destinado a homens que desejam afastar o som de suas vozes do “miar dos gatos”.

Figura 4 – O discurso médico e visibilidade da voz

(4)

Na minha clinica, vários pacientes do sexo masculino recorrem ao meu método para correção da voz afeminada. Como eu já disse em outro texto, é muito triste quando encontramos homens sendo confundidos com o sexo oposto, principalmente ao telefone, quando são chamados de “senhora” e mantêm a conversa até o final, sem condições de inverter essa posição.

Alguns são homossexuais assumidos, que não querem dar bandeira com a voz afeminada e com os trejeitos corporais. Eles procuram realizar a terapia para disfarçarem o máximo possível a preferência sexual, porque realmente a sociedade ainda discrimina bastante os homossexuais.

Também sou requisitado por homens que não são homossexuais mas desmunhecam bastante deixando as pessoas em dúvida da sexualidade deles. Estes coitados sofrem muito na sociedade, inclusive para se relacionarem com o sexo oposto, os familiares das namoradas fazem uma pressão tremenda desconfiando que o pobre coitado é gay.

Fonte: <https://www.boasfalas.com.br/voz/voz-afeminada>. Acesso em 03/03/2021.

No quadro anterior, mencionamos um trecho do texto “Homem com voz afeminada tem cura!”, publicado em novembro de 2013 e retirado do site do Instituto de Fonoaudiologia e Oratória Simon Wajantraud fundado em 1968. Wajantraud se apresenta como fonoaudiólogo e desenvolvedor de um método de cura da voz fina e anasalada. No texto, são expressas preocupações com a voz de homens que não possuem, a partir do funcionamento de seu aparelho fonador, vozes consideradas masculinas. Por isso, o instituto recomenda que, para não ser confundido com mulheres e homossexuais, homens devem adquirir seu tratamento a fim de fazer funcionar em sua vocalização uma voz masculina que não se confunda com a voz feminina. Com o tratamento fonoaudiológico,

conforme (4), confusões de gênero deixariam de acontecer durante uma ligação telefônica, homossexuais podem se tornar mais discretos a respeito de suas práticas sexuais e até mesmo homens heterossexuais, que têm sua sexualidade sob suspeita, podem se tornar mais “heterossexuais-machos” sem sofrer qualquer pressão familiar sobre o que sua voz faz ver. Como ilustra Deleuze (2017e, p. 39), ao resumir a fórmula foucaultiana de que “o discursivo tem relações discursivas com o não-discursivo”, “o enunciado tira com sua pinça – e ele é sempre heterogêneo – um pedaço do visível, e a visibilidade tira com uma pinça um pedaço do enunciado”.

Diante dos enunciados descritos em (3) e (4), é possível constatar que o “macho” também pode ser visto pela maneira que usa a linguagem, afastando-se de determinadas gírias que possam ser entendidas como “gírias de ‘moça’”, e pela forma que emite sua voz. Um “homem macho” é visto pela forma como fala. A “voz de homem” é uma maneira de ver o “macho”. Falar como “homem de verdade” é uma tarefa que exige afastamento de certas gírias e da moleza na voz, do “miar dos gatos” e do “canto das cigarras”, características consideradas femininas. Logo, os conjuntos de enunciados, expondo a busca por visibilidades que valorizem a macheza, expressam reiterado desprezo pelo homem afeminado que é recusado como quem não porta em seu corpo, quando emite sua voz, uma qualidade de homem heterossexual, a voz grave. O afeminado, dessa maneira, representa o que deve ser evitado para relações afetivo-sexuais entre “caras machos” por sua voz “mole”, “fina” e, possíveis, “gírias de moça”, pois ele não fala como homem heterossexual, mas como uma mulher. Em suma, a voz afeminada é motivo de preocupação social e, mais especificamente, médica, pois é vista como uma visibilidade incoerente à identidade de “homem macho”, como uma estranha falha a ser tratada em consultórios de fonoaudiologia.

Além da voz como forma de visibilidade da macheza, destacamos ainda outra regularidade enunciativa: os pelos corporais. Observemos:

Figura 5 – A relação do macho com os pelos corporais

(5)

CASADO+SIGILO -26 anos:

Macho casado com mulher, a fim apenas de sexo e pegação com outro macho. 1.80 Atl, 78kg, Olhos castanhos, corpo torneado e com pelos (corpo e jeito de macho). Não curto afeminados, nda contra, mas prefiro homens como eu e de preferência casados. (Grindr)

Maduro ativo – 54 anos

ATV p/ parceria sexual. Compromisso só de amizade. Nada contra, mas NÃO CURTO AFEMINADOS NEM DEPILADOS. Mais novos têm preferência, mas não exclusividade. Curto caras machos. Trocar nudes depois de um papo é essencial. Tenho local. (Grindr)

Em (5), o “CASADO+SIGILO” afirma ser “macho casado com mulher” e procura pegação com “outro macho” que tenha “corpo e jeito de macho”. Após isso, ele se descreve fisicamente e, ao descrever-se, ressalta a cor dos olhos, o peso, a altura e que tem um corpo torneado e com pelo e, logo em seguida, enfatiza que tem “corpo e jeito de macho”. Em segundo momento, o usuário “Maduro ativo” afirma em caixa alta “NÃO CURTO AFEMINADOS NEM DEPILADOS”, ainda diz de sua preferência por usuários mais novos e por “caras machos”, isto é, que não sejam nem afeminados nem depilados.

Percebemos, dessa forma, certa aproximação entres os dois usuários que valorizam em sua busca online o “macho com pelos” em sua composição corporal como objeto de desejo. Assim, os ditos entrelaçam-se ao exporem recusa a usuários afeminados que não tenham pelos corporais e ao valorizarem “caras machos” com pelos pelo corpo. Logo, assim como em (3) e (4) destacamos a respeito da voz, em (5) os “caras machos” também atribuem a si a presença de pelos corporais para que se possa ver “o macho” e o “plugue macho”. Portanto, a partir dos três conjuntos de enunciados, há dois conjuntos de visibilidades a respeito da presença online do “cara macho” em busca de semelhantes, a “voz grave” e o “corpo com pelos”, assim como o “corpo torneado” que pode ser visto e tateado.

É oportuno, após a apresentação de (3), (4) e (5), dizer que constituir visibilidades não é apenas o exercício fisiológico do olho em funcionamento que soa estranho num primeiro momento. Essa estranheza se expande quando Deleuze ressalta que as visibilidades, por não serem reduzidas a um exercício fisiológico do olho, reportam-se secundariamente à vista. Mas desfaçamos a estranheza:

As visibilidades são complexos multissensoriais, óticos, auditivos, táteis [...] Mas então por que chamá-las “visibilidades”? Na verdade, elas são complexos de ações e reações, complexos multisensoriais de ações e reações, ações e paixões. Por que então chamá-las “visibilidades”? São visibilidades porque estes complexos não existem senão na medida em que eles vêm à luz. Eles só existem na medida em que a luz os extrai para si, na medida em que a luz os faz emergir. (DELEUZE, 2017d, p.17-18)

Sobre as considerações de Foucault em *O Nascimento da Clínica*, Deleuze (2017e, p.18-19) esclarece que o olhar médico de Laënnec sobre uma voz trêmula percebida/vista

pela audição indica, ao médico, a existência de um possível derrame. No mesmo sentido, quando um coração é auscultado pelo médico Corvisart e seu mal funcionamento indica uma hipertrofia como uma visibilidade, estamos diante de uma maneira específica de ver que não se limita ao campo visual, mas anima outros sentidos. Nesse processo, o olhar médico é aguçado por mais de um sentido e circunscrito por saberes da anatomia patológica, isto é, o médico produz visibilidades sobre determinadas enfermidades com base no uso de seus sentidos e em determinados conjuntos de enunciados. Diante disso, Deleuze (2017e, p.18-19) enfatiza a existência de uma relação entre o visível e o dizível e que as visibilidades são multissensoriais.

Com isso, pontuamos que a luz que reporta a visibilidade à vista não se trata de uma luz primeira, uma luz newtoniana, conforme Deleuze (2017e, p.18), mas de uma condição para a existência de visibilidades. Quando, no caso dos médicos mencionados, encontram-se o derrame e a hipertrofia como visibilidades, não é porque houve raios de sol iluminando alguma coisa ou mesmo uma lanterna, mas sim porque um determinado som foi reportado a um olhar médico que dispõe, por seu turno, de enunciados regulares no campo da anatomia patológica, indicando tal ou qual visibilidade a respeito das enfermidades. Assim, abordar as visibilidades não é estar limitado pelo exercício do olho, pois elas são, como Deleuze (2017d) enfatiza, multissensoriais e, também, possuem relações com o discursivo, pois haveria um “primado do enunciado”.

[...] encontra-se em *A Arqueologia do saber* uma expressão muito curiosa na qual Foucault nos diz: ‘o discursivo possui relações discursivas com o não-discursivo’. Não se poderia expressar melhor o primado do discursivo. O discursivo possui relações discursivas com o não-discursivo significa que o enunciado tem relações enunciativas com o não-enunciado, com o visível. [...] nunca o primado quer dizer ‘restitutibilidade’, e isso parece-me evidente. (DELEUZE, 2017a, p.28)

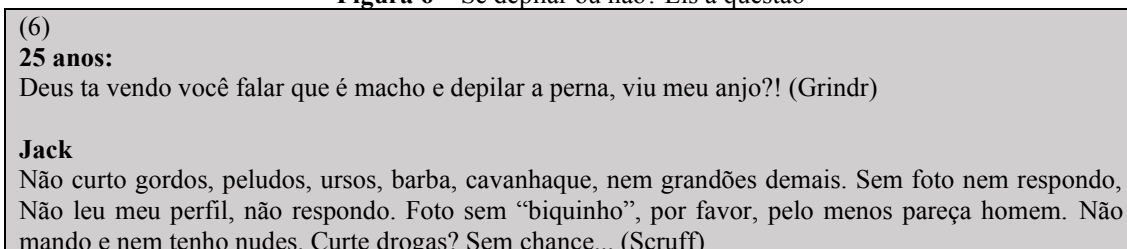
Sob essa perspectiva, destacamos as visibilidades evidenciadas nesta breve análise a partir de enunciados produzidos por usuários tanto do Grindr como do Scruff, assim como suas relações de vizinhança com o discurso médico.

Dito isso, destacamos, até então, duas visibilidades a partir de (3), (4) e de (5), as quais não se reduzem ao campo visual, por estarem, respectivamente, no campo auditivo e nos campos visuais e táteis. A “voz grave” se reporta à audição do “cara macho”, enquanto isso o “corpo com pelos” e o “corpo torneado” se reportam ao campo óptico e

ao tátil, pois o corpo não depilado e o torneado são vistos, mas também percebidos pelo tato, quando em contato com o outro durante relações afetivo-sexuais. Logo, o “cara macho”, “tipo hétero”, nos ciberespaços procura, quando em busca de semelhantes, parceiros que façam ver, em seu corpo e no uso dele, visibilidades específicas, confirmando que as visibilidades são mais que os olhos podem ver e mais que a luz do dia pode mostrar.

Em seguida, ressaltamos, em (6), usuários que retomam a visibilidade a respeito dos pelos corporais reforçando-a e recusando-a:

Figura 6 – Se depilar ou não? Eis a questão



Em (6), o usuário “25 anos” enuncia a existência de certa hipocrisia de “caras machos” no aplicativo ao dizerem-se “machos”, mas serem adeptos da depilação de suas pernas. Notamos, assim, uma crítica a respeito da categoria “macho”, quando esta é requisitada por aqueles que se depilam e, por conseguinte, permanece a asserção de que quem se depila não é “macho”, mas, afeminado, mulher, fêmea. Com isso, a visibilidade a respeito do “corpo com pelos”, enquanto visibilidade da macheza é alimentada, do mesmo modo que a afeminação daqueles que se depilam e que, conforme o perfil “25 anos”, estariam equivocados a respeito de sua posição identitária de “machos. Portanto, conforme o primeiro usuário em (6), homens à procura de outros homens online estão erroneamente requisitando para si o topo da posição hierárquica no jogo “macho vs afeminado”, quando praticam a depilação.

Também, constatamos, em (6), que se parecer com homem heterossexual não exclusivamente passa pela presença de pelos no corpo para alguns usuários dos aplicativos. No perfil de “Jack”, há um usuário que busca por homens que não sejam “gordos”, “ursos”¹, não tenham “barba”, sem “cavanhaque”, nem sejam muito altos, e

¹ Trata-se de uma categoria que diz respeito, grosso modo, a homens homossexuais com barba, pelos e que não se dedicam a atender padrões de corpos musculosos, torneados e depilados.

que sejam homens que não façam “biquinho”, pois fotos com “biquinho” não fariam com que quem nela está se pareça com homem. Mesmo sem barba e sem pelos pelo corpo, é preciso parecer “homem de verdade”. Diante disso, “Jack” se distancia especificamente do usuário que o antecede e dos usuários expressos em (5) em razão de sua desvalorização da barba e do “corpo com pelos” como uma característica da visibilidade atribuída ao “macho”. Entretanto, mesmo renunciando aos pelos corporais, “Jack” enuncia sua valorização a respeito dos “homens machos” e lista outros requisitos para assumir essa posição de valor.

De forma similar ao que é dito nos conjuntos expressos anteriormente, mencionamos outra maneira de ver “o macho”:

Figura 7 – Machos com cheiros de macho

<p>(7)</p> <p>24 anos: Meio marrento dizem, curto pegação, coisa de macho, pegada massa, forte, não curto afeminados, xonado em pelos, cerveja, sertanejo, cheiro de macho, certos tipos de fetiches (pês, suvaco, social...), silêncio é resposta, pegar sem apegar! (Grindr)</p> <p>Raba visitante Sou discreto comum a procura de um cara tranquilo pra curtir enquanto estiver na cidade. Caras em cheiro de macho suado um passo a frente. (Scruff)</p>
--

Em (7), o usuário “24 anos” diz que tem apreço por “pegação”, por “pegada forte”, “coisa de macho”, também destaca, assim como os perfis anteriores, sua valorização por corpos com “pelos”, por “sertanejo”, “cerveja” e por “cheiro de macho”. No mesmo caminho, “Raba visitante” diz de sua discrição e de sua procura por parceiros para “curtir” enquanto estiver na cidade, logo para um relacionamento efêmero, e, depois, enfatiza sua valorização por parceiros com um cheiro específico, “cheiro de macho suado”. O cheiro passa, dessa forma, a ser também uma das maneiras de se ver um macho, logo, podemos considerar o “cheiro de suor” como uma visibilidade produzida a respeito do “cara macho”, o que reafirma a hierarquia produzida discursivamente online em que o “cheiro de macho” é valorizado como uma visibilidade distintiva do cheiro da fêmea que o homem afeminado exalaria.

Conforme o exposto, os dados produzidos indicam que estamos diante de valorizações a respeito de sujeitos que fazem ver, em seu funcionamento corporal, a visibilidade da macheza heterossexual. Estes se produzem discursivamente na busca por relações que se assemelham às “relações monossexuais”, como abordadas por Foucault

(2010, p.124), e, desse modo, indicam uma atual busca online em que homens estejam entre homens nas relações afetivo-sexuais, excluindo, conforme os dados produzidos, os “afeminados/bichas/gays/mulheres” de suas relações, por não fazerem ver, em seu funcionamento corporal, visibilidades adequadas à prática de uma monossexualidade. Nesse sentido, deve-se ressaltar que os enunciados analisados expressam, conforme observou Butturi Junior (2012, p. 235), uma necessidade de silenciamento e de afastamento da passividade e da efeminização, isto é, materializa-se uma produção de si online baseada na exclusão do outro em prol da manutenção de uma monossexualidade contemporânea que possibilite que “homens machos” estabeleçam relações entre semelhantes. Dito isso, é possível depreender que, na expressão de um discurso monossexual online, os “plugues machos”, de forma aparentemente contraditória, podem até ser penetrados/apassivados por “plugues machos”, mas não necessariamente perdem sua “macheza”, tendo em vista que fazem ver, em seu funcionamento corporal, visibilidades específicas que alimentam a identidade de “macho”.

3 Palavras finais

Reiteramos, por fim, que, nos espaços online de socialização homoerótica em que “machos” e “afeminados” apresentam-se, a voz, as gírias usadas, a barba e demais pelos corporais, o suor, o tônus corporal e a ausência de “biquinhos” em fotografias constituem visibilidades a respeito do que é ser “macho” e, inevitavelmente, do que é ser afeminado – objeto/usuário de constante recusa. Mas também, vimos que não há unanimidade quanto aos pelos corporais e sua relação com a macheza, conforme (5).

Assim, ser um “cara macho” não é unicamente dizer ser, mas também fazer ver, no corpo e no seu funcionamento, visibilidades a respeito do que é ser macho e, portanto, fazer ver a macheza heterossexual e o distanciamento do que se consideraria “gay/afeminado/mulher”. As visibilidades abordadas neste artigo emergem como constitutivas do homem “macho tipo hétero” que não reconhece os ciberespaços, em que estão, como “lugares gays” e desvaloriza todos os usuários que, em si, façam ver visibilidades associadas à feminilidade.

Nesse sentido, em se tratando das visibilidades a partir de (3) a (7), lançamos luz sobre um campo multissensorial que também faz parte da luta política travada por usuários de ciberespaços, nos quais os homens afeminados são posicionados no lugar da

descartabilidade, enquanto os machos são valorizados como desejáveis e agem, aparentemente, sob uma preocupação imitativa centrada numa espécie de obediência a uma identidade de homem heterossexual em relação a qual são atribuídas visibilidades específicas. Em suma, homens dispõem-se online como plugues não-anais, mas elétricos, são dispostos em uma vitrine ou em lojas online, conforme (1), separados por funcionalidades específicas e nomeadas em conformidade com a gramática binária “macho/fêmea”.

Portanto, reafirmamos que “os objetos materializam o regime de partições e classificações hegemônico em uma dada cultura. Eles indicam e documentam as distribuições que uma dada organização social faz das categorias do mesmo e do outro, do semelhante e do diferente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2021, p. 141). Logo, com as percepções produzidas a partir dos dispositivos sem honra juntamente aos dados produzidos a partir do *Grindr* e *Scruff*, destacamos que, de maneira similar a plugues elétricos, homens classificam-se sob a gramática “macho/fêmea”, mesmo que busquem por outros homens online, produzindo discursivamente diferenciações entre si e expressando desvalorizações a respeito de homens considerados insuficientemente machos.

Agradecimentos

KMS agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil) pelo apoio concedido com bolsa de produtividade.

Contribuição

Elivelto Cardoso e Silva: Conceptualização, Curadoria de dados, Investigação, Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição; **Kátia Menezes de Sousa:** Conceptualização, Supervisão; Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Os dispositivos sem honra: artefatos e objetos como presenças na história, uma contribuição do pensamento de Michel Foucault. *In*: RESENDE, H. **Michel Foucault: da produção de verdades ao governo da vida**. São Paulo: Intermeios; Brasília; CNPQ, 2021.

BUTTURI JUNIOR, Atílio. **A passividade e o fantasma**: o discurso monossexual no Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Renato Janine Ribeiro – São Paulo: Brasiliense, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas / Gilles Deleuze; traduzido por Cláudio Medeiros, Mario A. Marino. Aula 01 – São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017a.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas / Gilles Deleuze; traduzido por Cláudio Medeiros, Mario A. Marino. Aula 02 – São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017b.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas / Gilles Deleuze; traduzido por Cláudio Medeiros, Mario A. Marino. Aula 03 – São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017c.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas / Gilles Deleuze; traduzido por Cláudio Medeiros, Mario A. Marino. Aula 04 – São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017d.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas / Gilles Deleuze; traduzido por Cláudio Medeiros, Mario A. Marino. Aula 05 – São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017e.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. – 8ed. – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

FOUCAULT, M. O jogo de Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos, volume IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 44-77.

FOUCAULT, M. O triunfo social do prazer sexual: uma conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos, volume V**: ética, sexualidade e política. 3 ed. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 119-125.

Recebido em: 15 de abril de 2022

Aceito em: 17 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Elivelto Cardoso e Silva
E-mail: veltoperi@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5367-8315>

Katia Menezes de Sousa
E-mail: km-sousa@uol.com.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3391-2594>

A palavra de ordem é emagreça! O autocontrole e a autorregulação dos corpos dos sujeitos na revista *AnaMaria*

The watchword is to get slim! Self-control and self-regulation of subjects' bodies in the AnaMaria magazine

Suélem do Sacramento Costa de Moraes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil

Bárbara Hees Garré
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O presente artigo é um desdobramento de uma Dissertação de Mestrado já defendida e de um trabalho de doutoramento em andamento, vinculados ao PPGEdU do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. O estudo visa problematizar discursos acerca de questões relacionadas aos corpos, tensionando alguns ditos hegemônicos que reverberam pelos mais diversos ambientes de circulação social e que corroboram na fabricação de um padrão, que parece ser o modelo vigente na atualidade, onde os corpos “devem” ser magros, saudáveis, felizes, como prerrogativa de longevidade. Destacam-se, nessa investigação, questões relacionadas aos corpos dos sujeitos, compreendendo que são fabricados culturalmente e conduzidos através dos discursos que por eles perpassam. Compreende-se a mídia como uma pedagogia cultural, que fabrica sujeitos e subjetividades. Toma-se como *corpus* empírico algumas reportagens da seção “Dieta” da revista *AnaMaria*, uma mídia impressa de circulação semanal. O trabalho coloca sob suspeita algumas discursividades sobre questões relacionadas aos modos como são fabricados os corpos na contemporaneidade, compreendendo que há um processo de subjetivação operacionalizado pela mídia, através de uma interpelação sutil, porém convidativa, que atinge de modo potente diferentes sujeitos. O referencial teórico e metodológico toma alguns conceitos do filósofo Michel Foucault como ferramentas de análise.

Palavras-chave: Educação; Discurso; Corpo; Mídia

Abstract: This article is an offshoot of a completed master's thesis and a doctoral dissertation in progress at the PPGEdU of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul. The study aims to problematize discourses on issues related to bodies analyzing some hegemonic quotes that reverberate throughout various environments of social circulation and endorse the fabrication of a beauty standard, which seems to be the aesthetic model currently standing, in which bodies “must” be slim, healthy, and happy as a means to longevity. Questions related to subjects' bodies stand out from this investigation, understanding that such a body is culturally fabricated and conducted through the discourses that pervade it. The media is understood as a cultural pedagogy, which fabricates subjects



and subjectivities. The empirical corpus of this research was composed of articles from the Dieting section of *AnaMaria*, a magazine published in print on a weekly basis. This work challenged some discursivities on issues related to the ways in which bodies are manufactured in contemporaneity, as it is understood that there is a process of subjectification operated by the media via a subtle, yet inviting, interpellation, which reaches various subjects in a powerful manner. The theoretical and methodological framework for this research was composed of concepts by the philosopher Michel Foucault, which were taken as analytical tools.

Keywords: Education; Discourse; Body; Media

1 Apresentação

O artigo aqui apresentado é um desdobramento de uma dissertação de mestrado, concluída em 2018 e de uma tese que está em fase de elaboração, ambas pesquisas são vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul rio-grandense - Mestrado e Doutorado em Educação e Tecnologia.

Vivemos em um tempo onde parece existir uma espécie de epidemia da vontade de nos sentirmos participantes de uma ordem discursiva, que versa sobre uma economia do corpo, que nos incita, pelos mais diversos artefatos midiáticos, a obtermos corpos condizentes com os modelos vigentes, sob pena de destoarmos de uma normalização fabricada. Somos subjetivados a perseguirmos uma política do corpo, o que parece ser uma espécie de “dever moral”, que versa sobre a obtenção/manutenção de um corpo magro, longo, saudável e concordante com os padrões constituídos discursivamente, nessa episteme. O objetivo deste estudo é apresentar uma discussão teórico-conceitual, colocando em funcionamento algumas análises destacadas do material empírico, que posteriormente será demarcado, juntamente com conceitos do filósofo francês Michel Foucault, de modo a tensionar, provocar fissuras e problematizar verdades fabricadas, acerca dos discursos sobre o corpo, na contemporaneidade. Esta pesquisa está situada no campo dos estudos culturais em educação e toma como referencial teórico-metodológico alguns conceitos do filósofo francês Michel Foucault.

Para tanto, organizamos o texto em seções. Primeiramente apresentando algumas motivações para a realização desta pesquisa. Em seguida, realizamos a exposição do material empírico, anunciamos também o objetivo e o problema da investigação, bem

como algumas pistas metodológicas. Na sequência destacamos alguns extratos do *corpus* empírico, colocados em funcionamento a partir de uma analítica discursiva, tomando alguns conceitos de Michel Foucault como ferramentas metodológicas. Essa seção tem como finalidade mostrar a potência da investigação, ao problematizarmos discursividades acerca de questões relacionadas ao corpo, que estão postas na mídia contemporânea e que parecem provocar efeitos subjetivantes nas condutas dos sujeitos, no que tange especialmente a uma política do corpo. Por fim, elaboramos algumas considerações finais, demarcando os principais achados da pesquisa, bem como reflexões sobre a temática pesquisada.

2 Anúncios iniciais

Somos constituídos nas tramas discursivas de uma política do corpo, nos nossos corpos ficam explícitas as marcas do espaço-tempo que habitamos. O modo como nos comportamos, nos vestimos, os grupos dos quais fazemos parte, como nos alimentamos, os locais que frequentamos, as atividades que praticamos, entre outras tantas possibilidades de serem destacadas, dizem muito ao nosso respeito. Tratam-se de características que podem ser observadas no nível do visível, acerca dos modos de vida que adotamos. Compreendendo visibilidade numa perspectiva da “análise enunciativa proposta por Foucault, que significa tratar os espaços de circulação de certos discursos” (FISCHER, 2012, p. 136). Nossos corpos são constituídos discursivamente, são constructos sociais e culturais:

Pensamos em todo caso que o corpo tem apenas as leis da sua fisiologia, e que ele escapa à história. Novo erro; ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências. (FOUCAULT, 2006c, p. 27)

Nessa perspectiva, ao longo dos séculos podemos observar que os corpos dos sujeitos assumem diferentes formatos e incontáveis características. Existem padronizações corporais, correspondentes aos contextos históricos, sociais e culturais aos quais os sujeitos pertencem. Assumimos alguns desses padrões e vamos os considerando

“certos”¹ e “normais”, tendemos a reproduzir e reafirmar algumas produções discursivas acerca de tais modelos, com isso damos fôlego e retroalimentamos a construção de uma ordem discursiva que ganha força de verdade e que rege os diferentes espaços por onde circulamos.

3 Pistas Metodológicas

Neste estudo temos como objetivo principal problematizar uma produção discursiva acerca de discursos relacionados ao corpo, que aparecem recorrentemente na mídia contemporânea e que também são reverberados e reafirmados por muitos de nós, nos mais diversos ambientes por onde circulamos. O problema que norteia essa investigação é: *de que modo a mídia contemporânea opera na constituição dos corpos dos sujeitos?* Para tanto, tomamos como material empírico algumas reportagens da seção “Dieta” da revista *AnaMaria*, que é uma mídia impressa, de circulação semanal, com público-alvo feminino e que é organizada como uma espécie de manual de condução das condutas das leitoras, pois ensina modos de ser e de viver, sobre diversas abordagens, dentre elas, a seção “Dieta”. As reportagens dessa seção semanalmente discorrem sobre possibilidades de emagrecimento “saudável” dos corpos femininos e organizam-se em forma de prescrições. Importante destacar que reconhecemos que as discursividades tomadas como *corpus* empírico principal só têm visibilidade e força porque fazem parte de uma ordem discursiva vigente, que é constituída, reafirmada e reverberada dos mais diversos modos, neste contexto ao qual pertencemos.

Compreendemos, nessa pesquisa, a mídia como uma pedagogia cultural, que ensina, educa e fabrica os sujeitos. “[...] o conceito de pedagogias culturais tem sido uma ferramenta importante para que pesquisadores articulem cultura, educação e comunicação em estudos que visam problematizar a fabricação de sujeitos do tempo presente” (COSTA e ANDRADE, 2015, p.7). Assim, na perspectiva também dos estudos realizados por

¹ Alguns termos serão apresentados entre aspas, pois reconhecemos que categorizações que remetem aos binarismos fazem parte da ordem discursiva do senso comum. Entendemos que na perspectiva de estudos em que essa escrita está situada, tais termos não passam de construções discursivas. Não estamos aqui considerando que em outras vertentes teórico-metodológicas seria “certo” ou “errado” compreendê-los daquela forma, mas sim demarcando que somos constituídos por tais invenções e que aqui procuramos rachar com as hegemonias, refutando quaisquer juízos de valor.

Gomes (2003): o que está na mídia se torna realidade, pois não há como negar sua força e produtividade no nosso cotidiano e a forma intensa como faz parte de nossas vidas. Desse modo justificamos a escolha por utilizarmos a mídia como material empírico neste estudo.

A operacionalização das análises, que serão apresentadas na próxima seção, está situada na perspectiva foucaultiana, com o aporte de algumas de suas ferramentas conceituais. Importante ressaltar, porém, que olhar para o mundo dessa forma, consiste em trabalhar com os estudos do filósofo para além de um método fechado, já que ele sugere que utilizemos seus conceitos, conforme as possibilidades para nossas pesquisas, como se eles pertencessem a uma “caixa de ferramentas”:

Todos meus livros, seja História da Loucura seja outro podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultaram... pois bem, tanto melhor! (FOUCAULT, 2006d, p. 52).

Nesse contexto, situamos essas articulações na perspectiva de uma analítica discursiva, utilizando alguns conceitos foucaultianos como ferramentas, de modo a colocá-los em funcionamento numa ordem discursiva que versa sobre questões relacionadas com o corpo. Desse modo, parafraseando o filósofo: a colocação do corpo em discurso, ou o fato discursivo global, Foucault (2017), implica compreendermos “sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos, o poder consegue chegar às mais tênues e individuais das condutas” (FOUCAULT, 2017, p. 17). Quem fala sobre o corpo, de que modo esses corpos são anunciados, o que pode ser dito, o que é interditado, de que lugares se fala sobre o corpo?

Na próxima seção passaremos a tratar da analítica discursiva anunciada, de modo a perseguirmos o problema dessa investigação, reconhecendo que não encontraremos respostas definitivas sobre nossa questão, mas pistas. Interessa-nos aqui movimentar o pensamento e problematizar nossa constituição enquanto sujeitos deste tempo, no que tange especialmente às questões relacionadas aos modos como construímos e deixamos ser construídos os nossos corpos.

4 As palavras de ordem e seus efeitos subjetivantes acionados na construção dos nossos corpos

Nesta seção vamos discorrer acerca da operacionalização das análises do material empírico, articulando algumas discursividades que foram extraídas das reportagens da seção “Dieta” da revista semanal *AnaMaria*, que compõem nosso *corpus*, com alguns conceitos do filósofo francês Michel Foucault. Nosso objetivo de pesquisa é problematizar os discursos sobre questões relacionadas ao corpo, colocando sob suspeita alguns ditos hegemônicos que aparecem nos mais diversificados artefatos midiáticos contemporâneos.

Para tanto, é importante destacar a compreensão acerca das palavras de ordem: as mídias são grandes produtoras de verdades e significações, pois nossas práticas são constantemente incitadas por informações que destacamos desses espaços. Como já anunciado nas seções anteriores, tomamos nessa pesquisa mídia como pedagogias culturais, que ensinam e produzem subjetividades, desse modo, aprendemos “[...] por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar [...] A linguagem não é informativa [...], não é comunicação de informação, mas [...] transmissão de *palavras de ordem* [...] (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 16-17, *apud* GOMES, 2003, p. 65) [grifos nossos].

Ao longo desta investigação temos nos deparado com inúmeras enunciações que versam sobre uma espécie de “dever” que temos conosco mesmos, acerca da necessidade de adquirirmos ou de mantermos corpos magros, saudáveis, belos, inteligentes, longevos... Recorrências discursivas perfazem ditos emblemáticos que circulam na mídia, ratificando informações balizadas por vários campos de saber, que tomam força de verdade neste tempo em que vivemos e que poucos de nós ousaríamos questionar suas “veracidades”. Desse modo, dietas são prescritas nas revistas, práticas ensinadas nas mídias sociais, estudos apresentados em programas de televisão, entre outros tantos exemplos possíveis, e assim somos convidados a participar desta ordem discursiva, que nos dita regras de o que fazer para emagrecer e tornar nossos corpos condizentes com algumas padronizações!

Ainda que atualmente observemos alguns deslocamentos sobre questões de padrões corporais, que existam ditos que versam sobre uma espécie de “aceitação”, que

convidam a vivermos “felizes como somos”. Ainda que presenciemos alguns movimentos de resistência que oportunizam certos lugares de visibilidade para os sujeitos ditos “à margem” da norma vigente. Ou, ainda, que em função de uma organização social balizada por uma sociedade de consumo em que todos “precisamos” consumir, nos deparemos com a visibilidade de alguns manequins “tamanho maior”, ou *plus size*, por exemplo. Ainda assim parece que neste contexto histórico e social em que vivemos, mesmo com a emergência de tais deslocamentos, decorrentes de inúmeras condições de possibilidade, o que vemos disseminado na mídia, é a reafirmação da “necessidade” do emagrecimento.

Assim, as palavras de ordem, são centrais para o entendimento das análises que apresentamos. Medidas prescritivas podem ser encontradas nas reportagens da revista *AnaMaria*, mas também em outros tantos artefatos midiáticos contemporâneos. “Precisamos” estar convencidos da “necessidade” de atendermos aos convites que recebemos acerca de questões relacionadas aos nossos cuidados com os corpos. Somos incitados a sermos disciplinados e a respondermos aos apelos midiáticos que nos chegam, “precisamos” que nossos corpos sejam subjetivados e subjetivantes, corroborando, portanto não só para a manutenção como também da reafirmação dessa ordem discursiva.

Uma palavra de ordem potente neste material é: emagreça! Mas será que precisamos emagrecer? Ao longo da elaboração desta pesquisa estivemos constantemente à espreita, seja observando os sujeitos com os quais convivemos, seja consumindo conteúdos midiáticos, modos de ser e de viver, seja numa simples caminhada no parque, ou seja, nas nossas práticas mais corriqueiras, estivemos ocupando uma posição de sujeito pesquisadoras. Nesse emaranhado de encontros e acontecimentos observamos que parece existir uma recorrência discursiva acerca da vontade de emagrecermos. Temos contato recorrentemente com uma ampla rede de ditos que nos incitam a consumir modos de ser magros, saudáveis, felizes, longevos.

Desse modo, ao tensionarmos uma produção discursiva acerca da urgência do emagrecimento dos corpos, estamos problematizando, em posição questionadora a respeito das enunciações extraídas das reportagens, ou seja, colocando as discursividades sob suspeita. Por isso, é importante demarcarmos a compreensão do termo problematização:

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto

das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento. (FOUCAULT, 2004, p. 242)

Não partimos nessa pesquisa de um objeto inexistente, estamos sim olhando para uma rede que tem funcionado como verdadeira e que se constitui como motivadora para alguns tensionamentos que consideramos importantes para pensarmos de que modo somos subjetivados pelos discursos que por nós perpassam. Discurso, conforme Foucault (2014), é tudo aquilo que é visível e enunciável e que é tomado pelos sujeitos como verdadeiro. Além disso, “[...] o discurso [...] é assumido a partir de uma ordem, a partir de um sistema de produção do discurso, a partir de princípios de controle, de seleção e exclusão que atuam sobre suas (re) produções de significados sobre práticas específicas.” (DÍAZ, 1998, p. 15). Assim, os discursos relacionados ao corpo não funcionam isoladamente, para que sejam assumidos como verídicos pelos sujeitos, eles se apoiam em outros discursos. Um deles potente neste material empírico é o da ciência.

Apresentamos um bloco de enunciações extraído de uma das reportagens, demarcando algumas articulações do discurso científico ao de emagrecimento. A voz da ciência aparece ratificando a urgência do corpo magro, e entrelaçam-se ainda apelos relacionados ao controle da mente dos sujeitos.

Enquanto o peso da balança aumenta, o seu QI (coeficiente de inteligência) diminui. É amiga, a realidade é dura, [...] é isso mesmo o que o excesso de gordura faz no cérebro. (ANAMARIA, setembro de 2017, p. 18, Edição 1091) [grifos nossos]

A dieta que te deixa mais inteligente! Emagrecer é bom para o corpo, nós sabemos. Mas para a mente também! Pesquisas revelam que o excesso de gordura prejudica a memória e o raciocínio. (ANAMARIA, setembro de 2017, p. 18 Edição 1091) [grifos nossos]

Inteligência pura. A capacidade de memorização afetada pela gordura em excesso não é uma seqüela permanente – **perder peso reverte o efeito**, ainda bem! (ANAMARIA, setembro de 2017, p. 19, Edição 1091) [grifos nossos]

Aqui não estamos julgando o mérito das reportagens, nem a veracidade de termos como saúde, doença, magreza, gordura, inteligência e etc., pois reconhecemos que se tratam de nomenclaturas que fazem parte de um rol de significações inventadas e produzidas discursivamente. O que estamos fazendo é analisar de que modo os ditos que aparecem na revista, não importando por quem tenham sido proferidos, nos subjetivam e provocam efeitos. Nas enunciações destacadas podemos observar a existência de um apelo para a consciência dos indivíduos, as discursividades articulam alimentação,

inteligência, bem estar físico, disposição, esperteza, e funcionam como estratégias sutis, porém convidativas, de convencimento para que adotemos em nossas condutas algumas práticas de promoção de saúde.

Outra recorrência discursiva no material é a relação do emagrecimento com a longevidade.

Aos 40 anos controle tudo. [...] Aos 50 anos controle tudo. A menopausa provoca [...] **gordura localizada.** (ANAMARIA, setembro de 2017, p. 23, Edição 1092) [grifos nossos]

Doses reforçadas de frutas, verduras e legumes também **equilibram os ponteiros da balança, rejuvenescem a pele** [...]. (ANAMARIA, setembro de 2017, p. 22, Edição 1093) [grifos nossos]

Coma alimentos ricos em proteínas magras, frutas, verduras, legumes, [...] para combater [...] os **sinais de envelhecimento, [...] para não estocar pneuzinhos [...] para driblar o envelhecimento precoce.** (ANAMARIA, setembro de 2017, p. 22, Edição 1092) [grifos nossos]

Por que o açúcar faz tão mal? [...] ele **faz a gente engordar** e também prejudica muito a nossa saúde. [...] **envelhecimento precoce.** (ANAMARIA, dezembro de 2017, p. 16, Edição 1103) [grifos nossos]

Em “O nascimento da medicina social” Foucault (2006a) apresenta uma discussão instigante em relação à medicina moderna, demarcando alguns fenômenos políticos e sociais que aconteceram em diversos países nos séculos XVIII e XIX, e que foram fundamentais para que hoje possamos compreender a medicina como uma estratégia biopolítica. As estratégias biopolíticas são aquelas, a partir das quais, torna-se possível o exercício do biopoder. “Um poder que funciona atacando problemas inerentes à uma população, medicalizando, precavendo e antevendo fatores que, futuramente, poderão diminuir a força produtiva dos sujeitos. (VEIGA-NETO, 2006, p. 2).

Nos extratos podemos observar que existem convites para que a população promova ações preventivas que visem a obtenção de saúde. No texto de Camargo (2012) intitulado “O governo dos excessos” a autora é provocativa, quando menciona que somos incitados por uma razão governamental, na perspectiva foucaultiana do termo, para que sejamos “empresários de si”, melhorando nossa saúde individual e coletivamente e, assim, corroborando para o funcionamento da sociedade neoliberal em que vivemos. Nessa perspectiva, as reportagens articulam discursos que incitam a vivermos saudavelmente, abordando a temática da importância do emagrecimento e isso ocorre recorrentemente legitimado pelo saber científico. Tais ditos nos convidam para que nos mantenhamos em “plena” atividade na terceira idade, que cuidemos da saúde e nos

alimentemos “bem”. Tais práticas podem ser consideradas estratégias biopolíticas, de ordem biológica, da prevenção de doenças, da diminuição dos riscos aos danos à nossa saúde, do prolongamento das nossas vidas, bem como da manutenção e reafirmação da ordem neoliberal.

Assim, profissionais são convocados a fazerem uma interlocução junto às leitoras da revista, ratificando as informações, já que eles “têm” as vozes autorizadas a ensinar sobre o emagrecimento. Nessa perspectiva, o saber estatístico aparece reafirmando dados científicos, como estratégia de convencimento sobre a veracidade do discurso ali apresentado.

[...] diminuíram em **93%** o risco de desenvolver diabetes, **81%** o perigo de sofrer um ataque cardíaco, **50%** [...] **36%** [...]. **E emagreceram 2,5 kg a mais!** (*ANAMARIA*, novembro de 2017, p. 22, Edição 1100) [grifos nossos]
Mas por que é tão difícil **permanecer magra?** [...] estudo com mil pessoas [...]. Das **mil, 925** que **emagreceram voltaram a engordar**, e as outras **75 não conseguiram perder peso**. (*ANAMARIA*, outubro de 2017, p. 22, Edição 1095) [grifos nossos]
Você definitivamente magra. Um estudo [...] **85%** das mulheres com dificuldade para emagrecer têm [...] alguma sensibilidade genética [...]. E você? (*ANAMARIA*, setembro de 2017, p. 14, Edição 1096) [grifos nossos]
Segundo o Ministério da Saúde, **um em cada cinco brasileiros está acima do peso**. (*ANAMARIA*, agosto de 2017, p. 16, Edição 1087) [grifos nossos]
[...] uma pessoa obesa só precisa perder **10%** do peso para **melhorar a qualidade de vida**. (*ANAMARIA*, outubro de 2017, p. 21, Edição 1097) [grifos nossos]
Ao manter o corpo no peso ideal, é possível aumentar em **20%** o desempenho da memória [...]. (*ANAMARIA*, setembro de 2017, p. 18, Edição 1091) [grifos nossos]

Compreendemos, nessa correnteza, conforme Traversini e Bello (2009) que as estatísticas fabricam a realidade em que vivemos e corroboram para o funcionamento do biopoder, que atua no sentido da promoção de um estado de vida da população. Assim, o discurso científico também está em funcionamento nos extratos, articulando ditos legitimados pela voz autorizada a proferir tais discursividades, ratificados pela estatística e pelos discursos científicos de promoção de saúde.

Desse modo, importante ainda ressaltar que compreendemos a ciência como o grande regime de verdade desta episteme e que não há neutralidade, pois ela também é uma construção desse tempo histórico e social. Além disso, a verdade para Foucault é “sempre, apenas, o produto de um jogo de forças, resultado de um agenciamento – complexo, singular, móvel – de poderes em luta e não alguma realidade incorruptível ou

eterna” (DELEUZE, 2006, p. 38). Quando nos subjetivamos e perseguimos o objetivo da obtenção e/ou manutenção de corpos magros, longevos, saudáveis, felizes, são as relações de poder que estão funcionando fabricando verdades, que entram no regime de verificação verdadeiro deste tempo e espaço em que vivemos. Nessa correnteza importante demarcar que “O poder [...] é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2017, p.101).

Nas enunciações destacadas, vemos ainda um discurso fortemente situado na ciência, proferida pelas vozes autorizadas a falar sobre certas questões, já que nessa ordem do discurso “sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2014, p. 9). Com a força e a produtividade de tais discursos, que são apresentados nas reportagens como “dever”, nos colocamos a pensar o quanto existem imbricadas algumas tecnologias de poder que nos subjetivam para que tenhamos controle sobre nós mesmos. Com autogovernamento e autodisciplinamento das nossas condutas, nas práticas mais ínfimas de nosso cotidiano, vamos vivenciando algumas rotinas visando o alcance de corpos condizentes com os padrões vigentes e com aquilo a que somos incitados a fazer, pelas palavras de ordem que chegam até nós e que acatamos.

Nos extratos abaixo observamos a voz da ciência sendo acionada, mas dessa vez com o objetivo de ratificar questões relacionadas com a consciência das leitoras.

[...] **escapar de vez do efeito sanfona (aquele engorda e emagrece sem fim).**
[...] **algo pode estar desregulado na sua cabeça.** [...] **Esse descontrole** pode [...] (ANAMARIA, setembro de 2017, p. 18, Edição 1090) [grifos nossos]
Veja como a culpa sabota a sua dieta. (ANAMARIA, novembro de 2017, Edição 1107) [grifos nossos]
[...] lá se foi quase a barra inteira [...]. E **logo vem a culpa** [...]. (ANAMARIA, novembro de 2017, p. 20, Edição 1102) [grifos nossos]
Programa a mente para **perder até 15 kg.** [...] acaba com a **compulsão alimentar.** (ANAMARIA, setembro de 2017, Edição 1090) [grifos nossos]

Observamos nos trechos modos de subjetivação sendo acionados no sentido da autorregulação e do autocontrole dos sujeitos, pois autodisciplinados respondemos à “urgência” do emagrecimento. Desse modo, o discurso científico aparece legitimando o discurso de emagrecimento, e ambos se utilizam de estratégias discursivas que os reforçam, os reafirmam e funcionam a partir de tecnologias disciplinares de autogoverno

e autodisciplinamento que exercemos sobre nós mesmos, bem como de tecnologias regulamentadoras que nos incitam a vivermos mais e melhor, enquanto população.

Nessa perspectiva, em poder-corpo, Foucault (2006c) trata de estratégias de poder voltadas ao corpo, um poder “que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle- estimulação: ‘Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!’” (FOUCAULT, 2006c, p. 147) [grifo do autor]. Assim, observamos algumas falas de sujeitos que emagreceram após tratamentos clínicos e que comemoram seus “antes e depois”, tratamos esses extratos como exemplos de controle-estimulação.

[...] emagreceu 15 kg. [...] A ideia de emagrecer veio principalmente por causa da saúde, mas Guta não nega estar feliz com sua nova forma física. “**É maravilhoso entrar em uma calça 36 outra vez**”. (ANAMARIA, agosto de 2017, p. 14, Edição 1086) [grifos nossos]

[...] eliminou [...] 37 quilos e passou do manequim 46 para o 38. “Já atingi a meta colocada pela médica, [...] **comemora ela, satisfeita com a conquista**”. (Fonte: <https://revistaquem.globo.com/QUEMNews/noticia/2016/04/simoneguterrez-sobre-perder-papel-em-filme-apos-eliminar-37kg-chorei-e-dei-risada.html> Acesso em 26 de outubro de 2018) [grifos nossos]

[...] “**Não existem palavras que possam descrever o sentimento de estar salvando a própria vida. Não sou mais uma prisioneira do meu corpo**”. (Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/virou-viral/casal-emagrece-180-quilos-e-antes-e-depois-viraliza-no-Instagram/> Acesso em 26 de outubro de 2018) [grifos nossos]

As enunciações foram proferidas por sujeitos que alcançaram um “almejado” corpo magro, nelas podemos analisar a recorrência discursiva de que corpos magros são relacionados a corpos saudáveis, demarcando que os discursos do emagrecimento e da saúde estão muito próximos e funcionam em uma engrenagem que parece não se dissociar. Nas falas ainda podemos analisar que os sujeitos se consideram vitoriosos porque emagreceram, por estarem vestindo um manequim menor, por terem eliminado quilogramas. O emagrecimento nesse contexto parece ser um fato a ser celebrado, como uma “grande conquista”, mas que para tanto requer autodisciplina, autocontrole, motivação, estabelecimento de metas, ou seja, constante autorregulação de condutas. Em uma das falas, a atriz enuncia que por emagrecer estaria “salvando a própria vida”, são ditos emblemáticos que colocam nosso pensamento em funcionamento e nos fazem tensionar tais questões.

Importante ressaltar na finalização desta seção analítica, que apareceram em todas as reportagens do material empírico pesquisado, ditos emblemáticos que culminam para uma produção de corpos magros, portanto, não foram destacadas dispersões discursivas.

As estratégias adotadas pela revista são convidativas, utilizando imagens que articulam o visível ao enunciável, bem como, enunciações que empregam palavras de ordem, no modo imperativo. Tais estratégias convergem para a produção de uma vontade de magreza. Além disso, as análises aqui apresentadas demarcam que existem discursos que funcionam, não somente na revista *AnaMaria*, mas também na mídia contemporânea em geral e que reafirmam uma produção discursiva acerca do emagrecimento dos corpos. Nessa perspectiva, podem ser ressaltadas as subjetividades dos sujeitos preocupados com padrões estéticos e também daqueles que almejam saúde e longevidade, tais subjetividades provocam efeitos, como por exemplo de autocontrole, autorregulação e disciplinamento. Por fim, o propósito deste trabalho é provocar a inquietação dos leitores, para que pensem sobre possibilidades de escape, de microrresistências tangíveis, ainda que reconheçam a abrangência significativa da rede discursiva em questão.

Assim, nesta seção, mapeamos o discurso de emagrecimento sobre o qual temos tratado desde as primeiras linhas destas pesquisas, seu funcionamento na mídia contemporânea, bem como mostramos algumas articulações com outros discursos. Desse modo, parece que nós, sujeitos deste contexto histórico e social já estamos convencidos que de um modo ou de outro vivemos imersos numa rede discursiva que nos incita para que sejamos magros. Seja por conta da saúde, da ordem da prevenção, seja para nos aproximarmos daquilo que parece ser o padrão estético vigente, enfim, somos incitados pelas mais diversas estratégias discursivas de que “devemos” ser magros e parece que acatamos!

5 Considerações finais

Nesta trajetória de pesquisa compreendemos que existem múltiplas discursividades que versam sobre a “máxima do corpo magro e saudável” que provocam efeitos subjetivantes nos sujeitos envolvidos. Finalizamos a investigação apresentando o que parece ter sido um dos grandes achados desta pesquisa: Existe na contemporaneidade um discurso de emagrecimento que funciona pela e na mídia, de um modo sutil, porém eficaz, nos incitando e nos subjetivando para que sejamos magros, longevos, saudáveis. E esse discurso funciona apoiado em outros discursos, que dão solo para seu funcionamento, os mais potentes e recorrentes são o da ciência e o da saúde.

Temos compreendido que problematizar as hegemonias acerca dos discursos sobre os corpos é um movimento conectado com o rompimento aos convites oferecidos pelas “palavras de ordem” e que tensionar verdades hegemônicas, perfaz um foco de resistência que parece ser tangível, no rol de micropossibilidades existentes. Encerramos essa etapa sem uma resposta definitiva para o problema de pesquisa proposto, porém compreendendo que a mídia contribui para a fabricação de sujeitos e subjetividades, persuadindo, convencendo e colocando em funcionamento relações de poder, que nos incitam a vivermos de um modo e não de outro.

Por fim, demarcamos que foi Michel Foucault nosso grande interlocutor e intercessor, este filósofo edificante, como o adjetivou Veiga-Neto (2014), foi quem deixou esta lição em seus tão potentes livros-bomba: a de que problematizar não é responder, mas sim tensionar e tentar compreender, reproblematicando perpetuamente. Então, encerramos esta investigação com o desejo de que esse estudo possa incitar para que tenhamos “coragem” de permanecermos questionando o mundo em que vivemos, afinal, pensar como Foucault nos convida é um exercício constante de rompermos com o absolutismo das certezas

Contribuição

Suélem do Sacramento Costa de Moraes: Conceptualização; Escrita – rascunho original; Escrita – análise e edição; **Bárbara Hees Garré:** Supervisão; Escrita – análise e edição.

Referências

CAMARGO, Tatiana de Souza. **O governo dos excessos:** Uma análise das práticas de prevenção e controle do excesso de peso realizadas por profissionais da Atenção Básica à Saúde, em Porto Alegre/RS. 2012. 176f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

COSTA, Marisa Vorraber e ANDRADE, Paula Deporte, de. **Na produtiva confluência entre educação e comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas.** 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n2p843>

DELEUZE, Gilles. Um pensador, mil faces. *In:* POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault:** Entrevistas. São Paulo: Graal, 2006.

DÍAZ, Mário. Foucault, docentes e discursos pedagógicos. *In*: SILVA, Tomas Tadeu (org). **Liberdades Reguladas**: A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1998. p. 14-29.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault**: A arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, Michel. **O Cuidado com a Verdade**. *In*: FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos V – Ética, Sexualidade e Política. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 240-251.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22. ed. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2006a. p. 79-98.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22. ed. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2006b. p. 15-37.

FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22. ed. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2006c. p. 145-152.

FOUCAULT, Michel. Dos suplícios às celas. *In*: POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault**: Entrevistas. São Paulo: Graal, 2006d.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. 5. ed. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2017.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo**: Discorrer, Disciplinar, Controlar. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, SP. 2003.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1078, 09 de junho de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1084, 21 de julho de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1086, 04 de agosto de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1087, 11 de agosto de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1090, 01 de setembro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1091, 08 de setembro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1092, 15 de setembro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1093, 22 de setembro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1095, 06 de outubro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1096, 13 de outubro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1097, 20 de outubro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1100, 10 de novembro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1102, 24 de novembro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1103, 01 de dezembro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1106, 22 de dezembro de 2017.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1107, 09 de dezembro de 2017.

TRAVERSINI, Clarice e BELLO, Samuel Edmundo López. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. **Revista Educação e Realidade: Governamentalidade e Educação**, v. 34, n. 2, 2009, p.135-152.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Biopolítica, Estado Moderno e inclusão na escola**. Cadernos IHU em formação. São Leopoldo: UNISINOS, ano 2, n.7, 2006, p. 98-101.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 3. ed.; 1 reimpressão. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2014.

Recebido em: 12 de abril de 2022

Aceito em: 20 de julho de 2022

Publicado em agosto de 2022

Suélem do Sacramento Costa de Moraes
E-mail: suelemcosta@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3606-8643>

Bárbara Hees Garré
E-mail: barbaragarre@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6229-1603>

The watchword is to get slim! Self-control and self-regulation of subjects' bodies in the *AnaMaria* magazine

A palavra de ordem é emagreça! O autocontrole e a autorregulação dos corpos dos sujeitos na revista AnaMaria

Suêlem do Sacramento Costa de Moraes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil

Bárbara Hees Garré
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil

Abstract: This article is an offshoot of a completed master's thesis and a doctoral dissertation in progress at the PPGEdU of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul. The study aims to problematize discourses on issues related to bodies analyzing some hegemonic quotes that reverberate throughout various environments of social circulation and endorse the fabrication of a beauty standard, which seems to be the aesthetic model currently standing, in which bodies “must” be slim, healthy, and happy as a means to longevity. Questions related to subjects’ bodies stand out from this investigation, understanding that such a body is culturally fabricated and conducted through the discourses that pervade it. The media is understood as a cultural pedagogy, which fabricates subjects and subjectivities. The empirical corpus of this research was composed of articles from the Dieting section of *AnaMaria*, a magazine published in print on a weekly basis. This work challenged some discursivities on issues related to the ways in which bodies are manufactured in contemporaneity, as it is understood that there is a process of subjectification operated by the media via a subtle, yet inviting, interpellation, which reaches various subjects in a powerful manner. The theoretical and methodological framework for this research was composed of concepts by the philosopher Michel Foucault, which were taken as analytical tools.

Keywords: Education; Discourse; Body; Media

Resumo: O presente artigo é um desdobramento de uma Dissertação de Mestrado já defendida e de um trabalho de doutoramento em andamento, vinculados ao PPGEdU do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. O estudo visa problematizar discursos acerca de questões relacionadas aos corpos, tensionando alguns ditos hegemônicos que reverberam pelos mais diversos ambientes de circulação social e que corroboram na fabricação de um padrão, que parece ser o modelo vigente na atualidade, onde os corpos “devem” ser magros, saudáveis, felizes, como prerrogativa de longevidade. Destacam-se, nessa investigação, questões relacionadas aos corpos dos sujeitos, compreendendo que são fabricados culturalmente e conduzidos através dos discursos que por eles perpassam. Compreende-se a mídia como uma pedagogia cultural, que fabrica sujeitos e subjetividades. Toma-se como *corpus* empírico algumas reportagens da seção



“Dieta” da revista *AnaMaria*, uma mídia impressa de circulação semanal. O trabalho coloca sob suspeita algumas discursividades sobre questões relacionadas aos modos como são fabricados os corpos na contemporaneidade, compreendendo que há um processo de subjetivação operacionalizado pela mídia, através de uma interpelação sutil, porém convidativa, que atinge de modo potente diferentes sujeitos. O referencial teórico e metodológico toma alguns conceitos do filósofo Michel Foucault como ferramentas de análise.

Palavras-chave: Educação; Discurso; Corpo; Mídia

1 Introduction

The presented article is an offshot of a master’s thesis, completed in 2018, and of a dissertation that is currently being developed, both researches are linked to the Graduate Program in Education, of the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFSul) of Rio Grande do Sul - Master’s and Doctorate in Education and Technology.

We live in a time where there seems to be a kind of epidemic about the desire of feeling like discursive order participants, which deals with a body economy that incites us, through the most diverse media artifacts, to obtain bodies that conform to the current models, under penalty of deviating from a manufactured normalization. We are subjectivized to pursue a body politic, which appears to be a kind of “moral duty” that deals with obtaining/maintaining a thin, long-lived, healthy body that agrees to the discursively constituted standards of this episteme. The objective of this study is to present a theoretical-conceptual discussion, putting into operation some analyses highlighted from the empirical material, which will later be demarcated, together with concepts from the french philosopher Michel Foucault, in order to tense, provoke fissures and problematize produced truths, about the discourses on the body, in contemporaneity. This research is situated in the field of cultural studies in education and takes as its theoretical and methodological reference some concepts of the french philosopher Michel Foucault.

Therefore, the dissertation was organized in sections. First of all, presenting some of the motivations for this research. Subsequently, we exposed the empirical material, we also announced research both purpose and problem, as well as some methodological clues. In the following, we highlight some extracts of the empirical corpus, placed into operation from a discourse analysis, taking some of Michel Foucault’s concepts as

methodological tools. This section aims to show the power of the investigation, as we problematize discursivities related to the body, which are posed in contemporary media and seem to cause subjective effects on the subjects' behaviors, especially regarding a body politic. Finally, we prepared some final considerations, outlining the main findings of the research, as well as reflections on the theme researched.

2 Initial announcements

We are constituted in the discursive wefts of a body politic, in our bodies the marks of the space-time that we inhabit are explicit. The way we behave, dress, the groups we belong to, how we eat, the places we go, the activities we practice, along with other possibilities to be highlighted, say a lot about us. These are characteristics that can be observed at the level of the visible, about the lifestyles we lead. Understanding visibility in a perspective of the “enunciative analysis proposed by Foucault, which means treating the spaces of circulation of certain discourses” (FISCHER, 2012, p. 136). Our bodies are discursively constituted, are social and cultural constructs:

We think in any case that the body has only the laws of its physiology, and that it escapes history. New mistake; it is formed by a series of regimes that construct it; it is torn apart by rhythms of work, rest, and celebration; it is intoxicated by poisons –food or values, eating habits, and moral laws simultaneously; it creates resistances. (FOUCAULT, 2006c, p. 27)

In this perspective, over the centuries we can observe that the bodies of the subjects are assumed in different formats and countless characteristics. There are body standards, corresponding to the historical, social, and cultural contexts to which the subjects belong. We assume some of these standards and we consider them “right” and “normal”, we intend to reproduce and reaffirm some discursive productions about such models, and with this we give strength and substance to the construction of a discursive order that gains power as truth and rules the different spaces where we circulate.

3 Methodological guidelines

In this present study, our main objective is to investigate a discursive production about body-related discourses that recurrently appear in the contemporary media and that are also reverberated and reaffirmed by many of us, in the most diverse environments where we go around. The problem that guides this investigation is: *how does the contemporary media operate in the constitution of the bodies of the individuals?* For this purpose, we took as empirical material some reports from the “Diet” section of *AnaMaria* magazine, which is a weekly press media, with female target audience and that is organized as a kind of conduct manual of the readers, because it shows ways of being and living, about several approaches, among them, the “Diet” section. The articles in this section discuss the possibilities of “healthy” weight reduction of female bodies and are organized in the form of prescriptions. It is important to emphasize that we recognize that discursivities taken as the main empirical *corpus* only have visibility and strength because they are part of an existing discursive order, which is constituted, reaffirmed and echoed in the most diverse ways, in this context to which we belong.

We understand, in this research, the media as a cultural pedagogy, which teaches, educates and manufactures the individuals. “[...] the concept of cultural pedagogies has been an important tool for researchers to articulate culture, education and communication in studies that aim to discuss the manufacturing of individuals in the present time” (COSTA and ANDRADE, 2015, p.7). Thus, in the perspective of the studies conducted by Gomes (2003): what is in the media becomes reality, because there is no denying its strength and productivity in our daily lives and the intense way it is part of our lives. In this way we justify our choice to use the media as empirical material in this study.

The analysis operationalization, which will be presented in the next section, is placed in the foucauldian perspective, with the contribution of some of his conceptual tools. It is important to emphasize, however, that looking at the world from this perspective consists in working with the philosopher’s studies beyond a closed method, since he suggests that we use his concepts, according to the possibilities for our research, as if they belonged to a “toolbox”:

All of my books, whether History of Madness or any other, can be little toolboxes. If people really want to open them, use such a phrase, such an idea, such an analysis as a screwdriver, or a spanner, to short-circuit, disqualify, break the systems of power, including, eventually, the very systems from

which my books resulted... well, so much the better! (FOUCAULT, 2006d, p. 52).

In this context, we situate these articulations in the perspective of a discursive analytics, using some foucauldian concepts as tools, in order to put them into operation in a discursive order that deals with Editions related to the body. In this way, paraphrasing the philosopher: placing the body in discourse, or the global discursive fact, Foucault (2017), implies that we understand “in what forms, through what means, flowing through what discourses, power manages to reach the most tenuous and individual of conducts” (FOUCAULT, 2017, p. 17). Who talks about the body, in what way are these bodies announced, what can be said, what is interdicted, from what places is the body talked about?

In the next section we will begin to approach the analytical discourse announced, in order to pursue the problem of this investigation, recognizing that we will not find definitive answers to our question, but clues. We are interested here in moving our judgment and problematizing our constitution as subjects of this time, especially regarding Editions related to the ways we build and let our bodies be built.

4 The watchwords and their subjective effects triggered in the construction of our bodies

In this section we will discuss the operationalization of the analysis of empirical material, articulating some discursivities that were extracted from reports of the “Diet” section of the weekly magazine *AnaMaria*, which make up our *corpus*, with some concepts of the french philosopher Michel Foucault. Our research goal is to question the discourses related to the body, placing under suspicion some hegemonic sayings that appear in the most diverse contemporary media artifacts.

For this, it is important to highlight the comprehension about the watchwords: the media are great producers of truths and meanings, since our practices are constantly incited by information that we highlight from these spaces. As previously announced, in this research we take media as cultural pedagogies that teach and produce subjectivities, thus, we learn “[...] by redundancy, by the fact that they tell us what is ‘necessary’ to think [...] Language is not informative [...], it is not communication of information, but [...]

transmission of *watchwords* [...] (DELEUZE and GUATTARI, 1995, p. 16-17, *apud* GOMES, 2003, p. 65) [our emphasis].

Throughout this investigation we have come across numerous enunciations that deal with a kind of “duty” that we have with ourselves, about the need to acquire or maintain thin, healthy, beautiful, intelligent, long-lived bodies... Discursive recurrences make up the emblematic sayings that circulate in the media, ratifying information endorsed by various fields of knowledge, which take on the force of truth in the times we live in and that few of us would dare to question their “veracity”. In this way, diets are prescribed in magazines, practices taught in social media, as well as studies presented in television programs, among many other possible examples, and thus we are invited to participate in this discursive order, which dictates rules of what to do to lose weight and make our bodies conform to certain standards!

Although currently we observe some displacements on Editions of body standards, that there are sayings about a kind of “acceptance” inviting us to live “happy as we are”. Even if we witness some resistance movements which provide opportunities for certain places of visibility for the subjects said to be “on the margins” of the norm in force. Or, still, that due to a social organization based on a consumer society in which everybody “needs” to consume, we find ourselves with the visibility of plus sizes mannequins, for example. Still it seems that in this historical and social context under which we live, even with the emergence of such displacements, resulting from numerous conditions of possibility, what comes across in the media is the reaffirmation of the “need” for weight loss.

In this manner, the watchwords are central to the understanding of the analyses we present. Prescriptive measures can be found in the *AnaMaria* magazine reports, but also in many other contemporary media artifacts. We “need” to be convinced of the “need” to attend to the invitations we receive related to our body care. We are urged to be disciplined and to respond to the media appeals that reach us, “we need” for our bodies to be subjectivated and subjectivating, corroborating, therefore, not only for the maintenance but also for the reaffirmation of this discursive order.

A powerful watchword in this material is: lose weight! But do we need to lose weight? During the development of this research we were constantly on the lookout, either observing the subjects with whom we live, either consuming media content, ways

of being and living, or a simple walk in the park, that is, in our most ordinary practices, we were occupying a position of subject researchers. In this entanglement of encounters and events we observed that there seems to exist a discursive recurrence about the desire to lose weight. We have recurrent contact with a wide network of sayings that urge us to consume ways of being thin, healthy, happy, and long-lived.

In such a way, when we stress a discursive production about the urgency of body slimming, we are problematizing, in a questioning position about the enunciations extracted from the reports, in other words, placing the discursivities under suspicion. Therefore, it is important to demarcate the understanding of the term problematization:

Problematization does not mean representing a preexistent object, nor the creation by discourse of an object that does not exist. It is the set of discursive or non-discursive practices that makes something enter the game of true and false and constitutes it as an object for thought. (FOUCAULT, 2004, p. 242)

We do not depart in this research from a non-existent object, but we are looking at a network that has been working as a truth and that constitutes itself as a motivator for some tensions that we consider important to think how we are subjectivized by the discourses that go through us. A discourse, according to Foucault (2014), is everything that is visible and enunciable and that is taken by the subjects as true. Moreover, “[...] discourse [...] is assumed from an order, from a system of discourse production, from principles of control, of selection and exclusion that act on its (re) productions of meanings about specific practices.” (DÍAZ, 1998, p. 15). Thus, the discourses related to the body do not work in isolation, in order to be assumed as being truthful by the subjects, they rely on other discourses. One of them powerful in this empirical material is that of science.

We present a group of enunciations extracted from one of the reports, demarcating some articulations of the scientific speech to the slimming one. The voice of science appears ratifying the urgency of the thin body, and there are also interlaced appeals related to the control of the mind of the subjects.

While the weight on the scale increases, your IQ (intelligence quotient) decreases. Yes, girl, reality is tough, [...] That's what the excess of fat does to the brain. (ANAMARIA, September 2017, p. 18, 1091 Edition) [emphasis added]

The diet that makes you smarter! Losing weight is good for the body, we know. But for the mind too! Studies reveal that excessive fat harms memory and reasoning. (ANAMARIA, September 2017, p. 18, 1091 Edition) [emphasis added]

Pure intelligence. The memorizing ability affected by excess fat is not a permanent aftereffect - losing weight reverses the result, good thing! (ANAMARIA, September 2017, p. 19, 1091 Edition) [emphasis added]

This is not judging the merit of the reports, nor the veracity of terms such as health, disease, thinness, fatness, intelligence, etc., because we recognize that these are nomenclatures that are part of a list of invented and discursively produced meanings. What we are doing is the analysis of how the enunciations that appear in the magazine, no matter who uttered them, subjectivize us and provoke effects. In the highlighted enunciations we can observe the existence of an appeal to the consciousness of individuals, the discursivities articulate food, intelligence, physical well-being, disposition, cleverness, and work as subtle strategies, but inviting, of convincing us to adopt in our behaviors some health promotion practices.

Another discursive recurrence in the material is the relation of weight loss to longevity.

At 40 years old control everything. [...] **At 50 control everything.** Menopause causes [...] **localized fat.** (ANAMARIA, September 2017, p. 23, 1092 Edition) [emphasis added]

Reinforced doses of fruits, vegetables and legumes also **balance the weighing scales, rejuvenate the skin** [...]. (ANAMARIA, September 2017, p. 22, 1093 Edition) [emphasis added]

Eat food loaded in lean protein, fruits, vegetables, legumes, [...] to combat [...] **aging signs,** [...] **not to stock up a fat belly** [...] **to circumvent premature aging.** (ANAMARIA, September 2017, p. 22, 1092 Edition) [emphasis added]

Why is sugar so bad for us? [...] **it makes us gain weight** and also does a lot of harm to our health. [...] **premature aging.** (ANAMARIA, December 2017, p. 16, 1103 Edition) [emphasis added]

In “The birth of social medicine”, Foucault (2006a) presents a thought-provoking discussion about modern medicine, outlining some political and social phenomena that happened in several countries in the 18th and 19th centuries, which were fundamental for us to understand medicine as a biopolitical strategy. Biopolitical strategies are those, from which, the exercise of biopower becomes possible. “A power that works by attacking problems inherent to a population, medicalizing, preventing and foreseeing factors that, in the future, may diminish the productive force of the subjects” (VEIGA-NETO, 2006, p. 2).

In the statements we can observe that there are invitations for the population to promote preventive actions aimed at achieving health. In the text by Camargo (2012) entitled “The government of excesses”, the author is provocative when mentioning that we are urged by a governmental reason, in the foucauldian perspective of the term, to be “entrepreneurs of the self”, improving our individual and collective health and, thus, contributing to the functioning of the neoliberal society in which we live. Under this perspective, the reports articulate discourses that encourage us to live healthily, addressing it to the importance of weight loss and this occurs recurrently legitimized by scientific knowledge. These statements invite us to keep ourselves in “full” activity in old age, to take care of our health and eat “well”. Such practices can be considered biopolitical strategies, of biological order, of disease prevention, of reducing the risks of damage to our health, of prolonging our lives, as well as of maintaining and reaffirming the neoliberal order.

In this sense, professionals are called to make an interlocution with the readers of the magazine, ratifying the information, since they “have” the authorized voices to teach about weight loss. Under this perspective, the statistical knowledge appears reaffirming scientific data, as a strategy to convince about the veracity of the discourse presented there.

[...] decreased by **93%** the risk of developing diabetes, **81%** the danger of suffering a heart attack, **50%** [...] **36%** [...]. **And they lost 2.5 kg extra weight!** (ANAMARIA, November 2017, p. 22, 1100 Edition) [emphasis added]

But why is it so difficult to **stay thin**? [...] a study of a thousand people [...]. **Of the 1,000, 925 who lost weight put it back on**, and the other **75 were unable to lose weight**. (ANAMARIA, October 2017, p. 22, 1095 Edition) [emphasis added]

You definitely thin. A study [...] **85%** of women who have difficulty with weight loss have [...] some genetic sensitivity [...]. And you? (ANAMARIA, September 2017, p. 14, 1096 Edition) [emphasis added]

According to the Ministry of Health, **one in five Brazilians is overweight**. (ANAMARIA, August 2017, p. 16, 1087 Edition) [emphasis added]

[...] an obese person only needs to lose 10% of their weight to **improve their life quality**. (ANAMARIA, October 2017, p. 21, 1097 Edition) [emphasis added]

By keeping the body at the ideal weight, it is possible to increase memory performance by **20%** [...]. (ANAMARIA, September 2017, p. 18, 1091 Edition) [emphasis added]

We understand, according to Traversini and Bello (2009), that statistics fabricate the reality in which we live and corroborate the functioning of biopower, which acts

towards the promotion of a state of life of the population. Thus, the scientific discourse is also at work in the extracts, articulating legitimized sayings by the voice authorized to pronounce such discursivities, ratified by statistics and by scientific discourses of health promotion.

Moreover, it is important to emphasize that we perceive science as the great regime of truth of this episteme and that it does not have neutrality, because it is also a historical and social time construction. Furthermore, for Foucault, truth is “always just the product of a play of forces, the result of a complex, singular, and mobile mechanism of powers in struggle, and not some incorruptible or eternal reality” (DELEUZE, 2006, p. 38). When we subjectivize ourselves and pursue the goal of obtaining and/or maintaining thin, long-lived, healthy, happy bodies, it is the power relations that are at work manufacturing truths, which enter the true regime of veridiction of this time and space in which we live. In this current important to demarcate that “Power [...] is the name given to a complex strategic situation in a given society” (FOUCAULT, 2017, p.101).

In the highlighted enunciations, we also see a discourse strongly situated in science, uttered by voices authorized to speak about certain Editions, since in this order of discourse “one knows that one does not have the right to say everything, that one cannot say everything under any circumstances, that anyone cannot speak about anything” (FOUCAULT, 2014, p. 9). With the strength and productivity of such discourses, which are presented in the reports as “duty”, we set ourselves to think how imbricated there are some technologies of power that subjectivate us so that we have control over ourselves. With self-government and self-discipline of our behaviors, in the smallest practices of our daily lives, we go through some routines aiming at the achievement of bodies that are consistent with the standards in force and with what we are urged to do by the watchwords that reach us and that we accept.

In the following statements we observe the voice of science being activated, but this time with the purpose of ratifying Editions related to the conscience of the readers.

[...] **escape the accordion effect once and for all (that endless gaining and losing weight). [...] something may be out of order in your head. [...]. This lack of control** can [...]. (ANAMARIA, september 2017, p. 18, 1090 Edition) [emphasis added]

Look at how guilt sabotages your diet. (ANAMARIA, November 2017, 1107 Edition) [emphasis added]

[...] there goes almost the whole bar [...]. **And soon comes the guilt [...].** (ANAMARIA, November 2017, p. 20, 1102 Edition) [emphasis added].

Program your mind to **lose up to 15 kg**. [...] ends with **compulsive eating**. (ANAMARIA, September 2017, 1090 Edition) [emphasis added]

We observe in the segments modes of subjectivation being activated in the sense of self-regulation and self-control of the individuals, because self-disciplined we respond to the “urgency” of weight loss. Thereby, the scientific approach appears legitimizing the discourse of weight loss, and both use discursive strategies that reinforce and reaffirm them as they function based on disciplinary technologies of self-government and self-discipline that we exercise over ourselves, as well as regulatory technologies that urge us to live more and better, as a population.

Within this perspective, in power-body, Foucault (2006c) deals with power strategies aimed at the body, a power “that no longer has the form of control-repression, but of control-stimulation: ‘Stay naked ... but be thin, beautiful, tanned!’” (FOUCAULT, 2006c, p. 147) [emphasis added]. Thus, we observe some lines of subjects who have lost weight after clinical treatments and who celebrate their “before and after”, we treat these extracts as examples of control-stimulation.

[...] lost 15 kg. [...] The idea of losing weight came mainly because of health, but Guta does not deny being happy with her new physical shape. “**It’s wonderful to get into a number pair of 36 (XS) pants again**”. (ANAMARIA, August 2017, p. 14, 1086 Edition) [emphasis added]

[...] eliminated [...] 37 kilos and went from mannequin 46 (XXL) to 38 (S). “I’ve already reached the goal set by the doctor, [...] she **celebrates, satisfied with the achievement**.” (Source: <https://revistaquem.globo.com/QUEMNews/noticia/2016/04/simonegutierrez-sobre-perder-papel-em-filme-apos-eliminar-37kg-chorei-e-dei-risada.html> Accessed October 26, 2018) [emphasis added]

[...] “**There are no words that can describe the feeling of saving one’s own life. I am no longer a prisoner of my body.**” (Source: <https://veja.abril.com.br/blog/virou-viral/casal-emagrece-180-quilos-and-before-and-after-viralizes-on-Instagram/> Accessed October 26, 2018) [emphasis added]

The statements were uttered by people that reached a “desired” thin body, and in them we can analyze the discursive recurrence that skinny bodies are related to healthy bodies, demonstrating that the discourses of weight loss and health are very close and work in a gear that seems not to be dissociated. In the speeches we can also analyze that the subjects consider themselves victorious because they lost weight, because they are wearing a smaller mannequin, for having eliminated kilograms. Losing weight in this context seems to be a fact to be celebrated, as a “great achievement”, but that requires

self-discipline, self-control, motivation, goal setting, that is, constant self-regulation of behaviors. In one of the lines, the actress states that by losing weight she would be “saving her own life,” these are emblematic sayings that put our thoughts into operation and make us question such statements.

It is important to emphasize at the end of this analytical section, that appeared in all reports of the empirical material researched, emblematic sayings that culminate for a production of thin bodies, therefore, were not highlighted discursive dispersions. The strategies adopted by the magazine are inviting, using images that articulate the visible to the enunciable, as well as enunciations that employ watchwords, in the imperative mode. Such strategies converge to produce a desire for thinness. Additionally, the analyses presented here show that there are discourses that work, not only in AnaMaria magazine, but also in contemporary media in general and that reaffirm a discursive production about the slimming of bodies. In this context, it can be highlighted the subjectivities of the subjects concerned with aesthetic standards and also those who aim for health and longevity, such subjectivities cause effects, such as self-control, self-regulation, and disciplining. At last, the purpose of this work is to provoke the readers' restlessness, so that they think about possibilities of escape, of tangible micro-resistances, even though they recognize the significant comprehensiveness of the discursive network in question.

Finally, in this section, we mapped the discourse of weight loss that we have dealt with since the first lines of this research, its operation in contemporary media, as well as showing some articulations with other discourses. Thus, it seems that we, subjects of this historical and social context are already convinced that in one way or another we live immersed in a discursive network that urges us to be thin. Whether because of health, prevention, or to approach what seems to be the aesthetic standard in force, in short, we are encouraged by the most diverse discursive strategies that “we should” be thin and it seems that we accept it!

5 Considerações finais

In this trajectory of research, we realized that there are multiple discursivities dealing with the “maxim of the thin and healthy body” which provoke subjective effects on the subjects involved. We end the investigation presenting what seems to have been one of

the major findings of this research: There is a discourse of weight loss in contemporaneity that works through and in the media, in a subtle but effective way, inciting and subjectivating us to be thin, long-lived, and healthy. And this discourse works supported by other discourses, which give ground for its operation, the most powerful and recurrent are those of science and health.

It is also understood that problematizing the hegemonies about the discourses on the bodies is a movement connected to the rupture to the invitations offered by the “slogans” and that tensing hegemonic truths makes up a focus of resistance that seems to be tangible, in the list of existing micro-possibilities. This chapter ends without a definitive answer to the proposed research problem, but understanding that the media contributes to the fabrication of subjects and subjectivities, persuading, convincing and putting into operation power relations that encourage us to live in one way and not another.

To conclude, we emphasize that Michel Foucault was our great interlocutor and intercessor, this edifying philosopher, as Veiga-Neto (2014) put it, was the one who left this lesson in his powerful bombshell books: that problematizing is not to answer, but to tense and try to understand, perpetually re-problematizing. So, to conclude this investigation, we hope that this study may encourage us to have the “courage” to keep questioning the world we live in. After all, thinking as Foucault invites us is a constant exercise of breaking with the absolutism of certainties.

Contribution

Suélem do Sacramento Costa de Moraes: Conceptualization; Writing - original draft; Writing - analysis & editing; **Bárbara Hees Garré:** Supervision; Writing - analysis & editing.

References

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1078, 09 de junho de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1084, 21 de julho de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1086, 04 de agosto de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1087, 11 de agosto de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1090, 01 de setembro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1091, 08 de setembro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1092, 15 de setembro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1093, 22 de setembro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1095, 06 de outubro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1096, 13 de outubro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1097, 20 de outubro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1100, 10 de novembro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1102, 24 de novembro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1103, 01 de dezembro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1106, 22 de dezembro de 2017.

AnaMaria. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1107, 09 de dezembro de 2017.

CAMARGO, Tatiana de Souza. **O governo dos excessos:** Uma análise das práticas de prevenção e controle do excesso de peso realizadas por profissionais da Atenção Básica à Saúde, em Porto Alegre/RS. 2012. 176f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

COSTA, Marisa Vorraber e ANDRADE, Paula Deporte, de. **Na produtiva confluência entre educação e comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas.** 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n2p843>

DELEUZE, Gilles. Um pensador, mil faces. *In:* POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault:** Entrevistas. São Paulo: Graal, 2006.

DÍAZ, Mário. Foucault, docentes e discursos pedagógicos. *In:* SILVA, Tomas Tadeu (org). **Liberdades Reguladas:** A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. 2ª Edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1998. p. 14-29.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault:** A arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, Michel. **O Cuidado com a Verdade.** *In:* FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos V – Ética, Sexualidade e Política. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 240-251.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22. ed. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2006a. p. 79-98.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22. ed. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2006b. p. 15-37.

FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22. ed. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2006c. p. 145-152.

FOUCAULT, Michel. Dos suplícios às celas. *In*: POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault: Entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006d.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 5. ed. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2017.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar, Controlar**. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, SP. 2003.

TRAVERSINI, Clarice e BELLO, Samuel Edmundo López. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. **Revista Educação e Realidade: Governamentalidade e Educação**, v. 34, n. 2, 2009, p.135-152.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Biopolítica, Estado Moderno e inclusão na escola**. Cadernos IHU em formação. São Leopoldo: UNISINOS, ano 2, n.7, 2006, p. 98-101.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 3. ed.; 1 reimpressão. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2014.

Received on 12 April 2022

Accepted on 20 July 2022

Published on August 2022

Suélem do Sacramento Costa de Moraes
E-mail: suelemcosta@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3606-8643>

Bárbara Hees Garré
E-mail: barbaragarre@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6229-1603>

Discurso, corpo utópico e escrita de/em si

Discourse, utopian body and writing of/in itself

Denise Gabriel Witzel

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Paraná, Brasil

Resumo: Focalizando corpos utópicos de mulheres que se escrevem e se expõem em manifestações sociais, em uma forma de luta política, valemos fundamentalmente de dois estudos de Michel Foucault acerca do *corpo utópico* e da *escrita de si* com o objetivo de descrever e analisar discursos materializados na pele, efêmeros nas ruas, mas perenes nas mídias sociais. Lemos e interpretamos precisamente a escrita de dois enunciados – *Não é não* e *Meu corpo, minhas regras* - mobilizados como estratégias de luta política para reivindicar o próprio corpo, esse que, durante muito tempo, permaneceu invisível na história, preso a tecnologias de poder que o regularam mediante normas e valores de ordem moral, ética, estética e científica. O *corpo utópico* das manifestantes que escrevem em si, ao serem disseminados, vistos, curtidos e compartilhados milhares de vezes nas redes sociais, faz proliferarem os discursos que reinventam as mulheres na construção da sua narrativa histórica e nas suas possíveis práticas de liberdade.

Palavras-chave: Histórias das mulheres; Análise do Discurso; Subjetividade

Abstract: Focusing on the utopian bodies of women who write and expose themselves in social manifestations, in a form of political struggle, we fundamentally make use of two studies by Michel Foucault about the utopian body and the writing of the self in order to describe and analyze discourses materialized on the skin, ephemerals on the streets but perennial on social media. We read and precisely interpret the writing of two statements – “No is no” and “My body, my rules” – mobilized as strategies of political struggle to claim one’s own body, which, for a long time, remained invisible in history, attached to technologies of power that regulated it through norms and values of a moral, ethical, aesthetic and scientific nature. The utopian body of the protesters who write themselves, when disseminated, seen, liked and shared thousands of times on social networks, makes the discourses that reinvent women proliferate in the construction of their historical narrative and in their possible practices of freedom.

Keywords: Women’s history; Discourse Analysis; Subjectivity



1 Introdução

Partindo do princípio de que as teorias e as práticas sociais que envolvem os feminismos na atualidade deparam-se com um ativismo não somente de palavras, mas também de corpos seminus que se escrevem (PAVEAU, 2014), desobedecem a preceitos tradicionais e morais ao se exibirem nas ruas e, concomitante e permanentemente, nas mídias digitais, interessa-nos essa mutação de corpos e de práticas de escrita flagradas, como exemplos, nas figuras abaixo:

Figura 1 - movimento feminista nos anos de 1960



Fonte: www.feminismeenfrance/

Figura 2 - marcha das vadias em 2014



Fonte: <http://www.cale.art.br/marcha-das-vadias>

Nesses dois textos verbo-visuais, percebemos rapidamente repetições e deslocamentos; reiterações e transformações. De um lado, há mulheres vestidas, segurando um cartaz enunciando em francês *Mon corps est à moi*, slogan que se tornou uma espécie de grito de guerra do movimento feminista dos anos de 1960; de outro, esse “mesmo” enunciado é (re)atualizado 50 anos depois, no corpo de uma mulher seminua. Na recursividade dos sentidos, sobressaem-se resistências, insubordinações que, há muito, colocam em xeque as verdades historicamente produzidas sobre o ser mulher em um mundo pensado e governado pelo poder excludente e autoritário de homens. Nesse mundo, o corpo da mulher não seria dela.

Face ao deslocamento do enunciado que sai do cartaz e alcança o corpo, organizamos este trabalho tendo em conta os seguintes fundamentos:: (i) o discurso dado a ler e a ver nas peles das manifestantes é produzido sob certas determinações históricas,

resultado da articulação entre saber e poder; (ii) o corpo seminu escrito e/ou tatuado são exemplares de corpos utópicos, na medida em que foram arrancados “de seu espaço próprio” e projetados “em um espaço outro” (FOUCAULT, 2013, p.12); (iii) o investimento nesses corpos, mediante uma *escrita em/de si*, visibiliza uma técnica de transformação da subjetividade (RAGO, 2013) no encaixe de práticas de liberdade.

Dentre os inúmeros enunciados possíveis, selecionamos *Não é não*, articulando-o com as explanações do corpo utópico e *Meu corpo, Minhas regras*, incorporando no gesto de análise as formulações acerca da escrita de/em si. O primeiro enunciado irrompeu por meio de uma campanha que surgiu no Rio de Janeiro, em 2017, contra o assédio sexual durante o Carnaval e ganhou adesão em muitos outros estados brasileiros. O segundo se destacou na *Marcha das Vadias* – movimento que surgiu no Canadá, em 2011, após um policial argumentar que uma onda de estupros ocorridos na Universidade de Toronto poderia ter sido evitada se as mulheres “não se vestissem como vadias”.

Esses dois enunciados são práticas discursivas e práticas de liberdade que surgem contemporaneamente como uma resposta, reação à formação de saberes - formação históricas constituídas por enunciados e visibilidades (FOUCAULT, 2007) - articulados com outras práticas, notadamente as que instalaram o corpo da mulher no epicentro do poder patriarcal, produzindo rotineiras formas de sujeição e de violências ao longo de sua história.

Antes, porém, de tratarmos do corpo utópico tatuado com o *Não é Não* e da escrita de/em si a propósito do *Meu Corpo, Minhas Regras*, iniciaremos esclarecendo o lugar de onde miramos teoricamente o discurso e o corpo, à luz dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

2 Discurso e corpo para Michel Foucault

Conforme Gregolin (2016, p.120), “a teoria do discurso subjacente às propostas foucaultianas deriva do seu objetivo fundamental de compreender como se articulam os processos de subjetivação e as verdades no âmbito da produção discursiva”. Em clara oposição ao pensamento cartesiano fundado na razão, consciência e interioridade, Foucault (2006, p.275) sustenta que o sujeito “não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma”. Ao negar o sujeito como categoria

ontologicamente invariável, Foucault destaca a constituição histórica dos sujeitos nos múltiplos processos de subjetivação.

Analisar discursos com Foucault pressupõe-se considerar esse sujeito histórico para, então, ser possível descrever os objetos discursivos, considerando a sistematicidade da linguagem, da historicidade e da produção de subjetividades. Em resumo, isso implica: a) acolher o discurso enquanto prática – modos de agir e de pensar - que deriva da formação de saberes sobre os sujeitos e enquanto lugar onde saber, poder e jogos de verdade se articulam; b) considerar o discurso como um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual constituem-se os saberes de um momento histórico; c) partir do princípio de que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam a determinar aquilo que pode ser dito em um certo momento histórico.

Precisamente sobre a relação entre o discurso e o poder, notadamente sobre o fato de que o poder impede a manifestação livre do discurso, lembremo-nos que o poder, para Foucault (1979), está em toda parte, atravessa anátomo e politicamente os corpos, definindo seus modos de agir, sentir, pensar, falar. Ninguém detém o poder, segundo essa analítica, tampouco seu funcionamento se resume às práticas de repressão ou a contratos jurídicos e políticos. O poder, ao ser exercido em rede/cadeia, implica necessariamente resistências e produz efeitos de saber e verdade, ambos disseminados discursivamente. As práticas discursivas e não discursivas, uma vez enredadas nos jogos da língua(gem), produzem os sujeitos e, conseqüentemente, seus corpos. Nesse sentido, o corpo emerge nos estudos discursivos como objeto de discurso, matéria significante (re)produtora de sentidos e de subjetividades.

O corpo, segundo Foucault (1979), está no centro de toda relação de poder. Na esteira de Perrot (2005), entendemos que o corpo das mulheres instala-se no centro dessa relação, de maneira mais imediata e específica. Dentre as práticas discursivas derivadas do poder que incide sobre os corpos das mulheres, destacam-se as *escritas em/de si* daquelas que requerem nas manifestações sociais e políticas, o controle do próprio corpo.

Os processos de subjetivação que entrelaçam os discursos, os sujeitos e seus corpos não são, nunca foram, espaços harmoniosos e acolhedores das diferentes formas de sujeito. Por serem lugares conflituosos, de lutas e resistências, eles separam os sujeitos, interditando as vozes e a circulação social daqueles subjetivados, por exemplo, como

anormais, infames, loucos e desobedientes. É em seus corpos que os saberes e os poderes sobre a anormalidade, infâmia, loucura e desobediência recaem, constituindo o que todos são e o que cada um é em meio a uma “estética da existência”.

A propósito dos sujeitos “marginalizados”, quando não “eliminados”, sabemos que historicamente, sob a designação “mulheres”, fabricou-se uma clivagem já bastante conhecida e estudada nos estudos de gênero e do discurso: instalaram-se, de um lado, as virtuosas, porque atendiam aos tradicionais ideais femininos; de outro, as desobedientes, porque se chocaram com o poder patriarcal e provocaram repúdio por serem feiticeiras, lésbicas, rebeldes, abortistas, anarquistas, prostitutas, loucas e, a exemplo das que integram este estudo, vadias. Estas últimas não aceitavam as “vontades de verdade” (FOUCAULT, 2012, p.14) que atravessaram tantos séculos da nossa história enraizando-as no território de seus corpos, presas no interior de poderes muito apertados que lhes impuseram condutas e obrigações desde tempos quase imemoriais.

Ao desobedecerem às normas, para reinventarem outras práticas e outras subjetividades, muitas delas foram queimadas vivas, apedrejadas, espancadas, banidas, encarceradas em manicômios ou conventos. O legado dessas mulheres nos permite melhor compreender o controle dos corpos, tão hermeticamente fechados, tão rigorosamente separados em seus desejos e funções. Extensivamente, permite-nos melhor compreender os enunciados materializados nas peles das mulheres destacadas logo à frente.

No desenvolvimento das reflexões sobre o poder, ganha destaque a prática de liberdade dos sujeitos. A problemática da liberdade não é algo pontualmente localizável na obra foucaultiana; não é possível reconhecer uma teoria sobre a liberdade. Contudo, ao fazer um diagnóstico do presente, ao entrelaçar o sujeito e o poder, ele dá a ver as possibilidades de práticas da liberdade a partir de uma relação entre os sujeitos e de uma relação do sujeito consigo mesmo, denominadas *poder*. Foucault não propôs uma liberdade opondo-a aos regimes de saber e as relações de poder, na medida em que buscou pensar a liberdade como uma prática possível no interior dos sistemas de verdade formados por estes campos.

Dito de outro modo: o poder, para Foucault, não se exerce a não ser sobre sujeitos livres e na medida em que eles são livres. Além de a liberdade ser a condição de existência do poder, ela é a condição ontológica da ética: os comportamentos, as condutas e as

reações implicam fazer com que o sujeito se constitua a si mesmo. Nesse sentido, a ética é a forma reflexa que toma a liberdade, ou seja, ela apresenta-se como liberdade enquanto prática refletida; a ética como exercício de liberdade. Enredados por esses dispositivos, há sempre pontos de fuga em um jogo instável de forças que promovem o cotidiano da história

Para analisarmos discursivamente os corpos que se escrevem, para além das questões fundantes da arqueogenealogia foucaultiana, consideramos que os corpos presentes nas manifestações sociais e, extensiva ou concomitantemente, nas mídias digitais são, a um só tempo, centro e não-lugar de propagação de utopias. São, portanto, corpos utópicos (FOUCAULT, 2013) que se pretendem livres. Liberdade que funciona como não submissão à coerção externa, ou seja, um poder efetivo de mudança.

3 Da utopia profunda e soberana do corpo ao *Não é não*

Em *O Corpo Utópico*, Foucault (2013) postula que o corpo é, antes de tudo, um lugar. Corpo-túmulo, corpo-cárcere, corpo-prisão, corpo-carcaça são as aproximações metafóricas que Foucault faz para mostrar que, diferentemente da utopia, existe um “topia implacável” que nos aprisiona no nosso corpo. Contudo, essa topia se desfaz, dialeticamente, quando se observa que o corpo é a origem de todas as utopias. Ela está nele. Ou seja, o não-lugar está no lugar-nenhum: o corpo “*é o contrário de uma utopia*”, pois ele “jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo” (FOUCAULT, 2013, p.7, grifo nossos). Para comprovar que as utopias nascem do corpo e, na sequência, voltam-se contra ele, Foucault aponta três elementos: a cabeça, o espelho e a morte.

A cabeça é uma “estranha caverna aberta para o mundo exterior possui aberturas”. Ou seja, na cabeça acontecem coisas via visão e audição; essas coisas entram na cabeça mas ao mesmo tempo ficam de fora, permitindo a circulação entre os espaços de fora e dentro. A utopia assim se instala, sendo a cabeça um lugar no não-lugar. Quanto ao espelho¹ e ao cadáver, são eles que asseguram um espaço para experiência profundamente e originariamente utópica do corpo.

¹ Em *Os outros espaços*, Foucault (2016) discute o conceito de heterotopia, argumentando que entre as utopias e as heterotopias existe uma espécie de união análoga a de um espelho, pois: [...] no espelho, eu me

Com esses raciocínios, Foucault mostra que “para que eu seja utopia, basta que seja um *corpo*”. Isso o faz transitar para os poderes utópicos do corpo fazendo irromper o corpo como um “grande ator utópico”. Destaca que a máscara ou a tatuagem, além dos adornos e a vestimenta, jogam o corpo, por ele mesmo, para outros lugares, inclusive para o lugar-nenhum.

Precisamente com relação aos corpos que nos interessam aqui, são corpos tatuados, ainda que temporariamente, e, “mascarar-se, maquiar-se, tatuar-se não é adquirir outro corpo; é fazer com que o corpo entre em comunicação com “poderes secretos e forças invisíveis”. Essas marcas depositam no corpo toda uma linguagem que evoca para este mesmo corpo, dentre outras questões, “a vivacidade do desejo”.

3.1 *Não é não* contra o assédio

A partir de reiterados acontecimentos vividos ou testemunhados de mulheres que são abordadas – muitas vezes agarradas - em festas e/ou espaços públicos, e tentam se desvencilhar repetindo “Não! Eu disse não, você não entende? Não é não”, um grupo de mulheres² desenvolveu uma campanha contra o assédio no carnaval do Rio de Janeiro, em 2017. A ideia era colar uma tatuagem temporária no corpo daquelas que fossem para os blocos com a frase simples, assertiva e direta: “Não é não!”. A campanha se espalhou nos anos seguintes, atingindo blocos oficiais, não-oficiais, sambódromo e a praia com a distribuição gratuita de milhares de tatuagens no carnaval das maiores cidades do país.

Nas figuras abaixo, destacamos uma série que dá a ver esse tipo de corpo tatuado e transformado num “escudo” e “outdoor” na luta para subverter certas relações de poder forjadas na tradição patriarcal das quais derivam o jogo de verdade do assédio sexual. Na linha de raciocínio deste estudo, as tatuagens coladas vitalizam os poderes utópicos do corpo face à insistência impertinente e/ou perseguição que, cotidianamente, culminam em diferentes formas de violência contra as mulheres.

vejo lá onde não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá longe,... uma espécie de sombra que me dá a mim mesmo minha própria visibilidade, que me permite me olhar lá onde estou ausente: utopia do espelho. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente, e que tem, no lugar que ocupo, uma espécie de efeito retroativo; é a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou porque eu me vejo lá longe (FOUCAULT, 2001b, p.415).

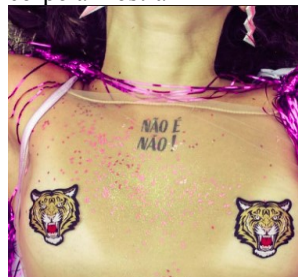
² As idealizadoras e fundadoras do Coletivo Não é Não são Aisha Jacob, Barbara Menchise, Luka Campos e Nandi Barbosa que passaram a contar com a colaboração de inúmeras outras pessoas. Disponível em www.nandibarbosa.com/NAO-E-NAO. Acesso em 20 de set. 2020.

Figura 3 - *Não é Não* no corpo de Marielle Franco



Fonte: reprodução *Instagram*

Figura 4 - *Não é Não* no corpo à mostra



Fonte: reprodução *Instagram*

Figura 5 - *Não é não* sendo tatuado



Fonte: reprodução *Instagram*

Esses corpos tatuados nos atingem como uma construção simbólica. Notemos, inicialmente, que o *Não é não* é um enunciado nada nítido, nada transparente, apesar da obviedade semântica. Temos aí uma frase afirmativa que, paradoxalmente, coloca em destaque uma negação. Em regra, a negação se dá a partir da aplicação do advérbio “não” a uma verbo: *não é isso, não posso, não quero* etc..., sempre excluindo uma possibilidade. Para além de sua estrutura, *Não é não* pressupõe uma interlocução, uma explicação diante de outros enunciados que propõem *Não não é não, é sim; ... é talvez; ...é quero*.

Arqueologicamente, entende-se que “os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. (FOUCAULT, 2007, p.56). O “mais” no acontecimento discursivo do *Não é não* aponta para a relação inescapável entre língua, história e sujeito que (re)produzem as verdades históricas – na medida em que não são absolutas, universais, tampouco definitivas. São verdades que fabricaram as condutas nas relações entre os sexos em que a virilidade física e moral dos homens se sobrepõe aos corpos femininos.

No acontecimento discursivo do *não é não*, inscrito no corpo utópico da mulher “arrancado de seu espaço próprio e projetado em um espaço outro” (FOUCAULT, 2013, p.12), ele, desde sua raiz, se relaciona com o poder e com outros enunciados, formatando um campo associado constituído de outros enunciados cujos sentidos abarcam as práticas de assédio sexual. Aponta para as singularidades do feminino sedimentadas no imaginário social, isto é, fundamentalmente, *não é não*, junto com as memórias que traz, coloca-se em contato e em confronto com outras formulações enunciativas, tais como a letra da

música *Não e não*, de Teixeira³, sucesso nos anos de 1960, e a propaganda de cerveja, de 2015.

Figura 5 - Não e não (Teixerinha)



*Eu gosto tanto da Mariazinha
(...)
Quando eu peço um beijo
Ela só diz assim
não e não e não
E não e não e não e não e não
O não e não vai me deixando louco
E os lábios dela me dá mais desejo
Puxo com força contra o coração
Antes que diga não, eu aplico um beijo
Aí não pode mais dizer que não
Quer me empurrar afastando com as mãos
Eu tô grudado e não desgrudo não
Depois do beijo a reclamação
E o beijo pra ser bom
Tem que dizer não e não
Não!*

Figura 6 - Peça publicitária para o Carnaval de 2015⁴



Ao interrogarmos *Não é Não*, com as lentes do método arqueológico, temos aí um já-dito no nível de sua existência, “da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte”, (FOUCAULT, 2007, p. 149). É preciso, portanto, definir as condições nas quais se realizou esse enunciado, dando-lhe uma existência específica. Essa existência o faz surgir como: (i) relação com um domínio de objetos que formam o discurso; (ii) posição possível para um sujeito; (iii) elemento em um campo associado; (iv) e materialidade repetível. Por fim,

³ Vitor Mateus Teixeira, conhecido como Teixerinha, foi cantor, compositor, cineasta que ficou muito conhecido com a música “Coração de Luto” que vendeu mais de vinte e cinco milhões de cópias, é a única no mundo, mais vendida superando cantores como Michael Jackson. Disponível em <http://www.teixeirinha.com.br/biografia.php>. Acesso em 10 de set. 2021.

⁴ Essa peça provocou grande polêmica nas redes sociais e foi denunciada ao CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária). Embora a análise tenha resultado no arquivamento da denúncia, a empresa acatou as manifestações de mulheres indignadas com os efeitos de sentido possíveis dessa propaganda e substituiu por “quando um não quer o outro vai dançar”, entre outros enunciados nessa mesma linha.

ele se insere interdiscursivamente em uma rede de discursos atualizados em múltiplas materialidades, tais como as destacadas nas figuras 5 e 6.

Na discursividade de ambos os textos, em que pesem o tempo que os separa e as novas formas subjetivas de ser homem e ser mulher que se produziram nos últimos anos, há uma estabilidade, ainda que velada, da lógica que hierarquizou as relações entre os sexos e permanece fundamentando as diferentes formas de assédio. Juridicamente, hoje, abraçar, tocar, beijar ou encostar em uma pessoa sem permissão é crime⁵. Nos tempos de Teixerinha, o “beijo roubado” silencia e ignora a recusa da Mariazinha; nos atuais tempos da propaganda da cerveja, a sugestão de suprimir o *Não* abre brechas para abuso, a intervenção na liberdade e a autonomia, autorizando outros Teixerinhas a continuarem roubando beijos e propagando o assédio que alimenta, cotidianamente, a cultura de violência contra as mulheres, a discriminação sexual, ou de gênero. No corpo está a explicação que se desdobra numa pluralidade de outros enunciados: “Beijo não é pedágio” e “Fantasia não é convite”.

4 Escrita de si e escrita *em si* do enunciado *Meu corpo, Minhas regras*

Michel Foucault, quando se inquietou com os jogos de verdade voltados às técnicas de si, à governamentalidade, isto é, o governo de si e dos outros, orientou suas pesquisas na direção de uma constituição histórica de uma genealogia da ética, como já assinalamos. A partir de uma série de estudos sobre “as artes de si mesmo”, ou seja, sobre a estética da existência e o domínio de si e dos outros na cultura greco-romana, Foucault (2006) dá relevo à Escrita de si, estratégia narrativa/discursiva que, no nosso entendimento, vai ao encontro dos corpos que se escrevem e se eternizam na web.

Em sua análise retrospectiva, Foucault (2006) mostra que para os filósofos gregos, escrever sobre si mesmo era uma técnica de aperfeiçoamento do sujeito e/ou transformação da subjetividade. Era preciso ler, ensinavam os gregos, mas também escrever, pois a escrita era vista como um exercício pessoal associado à meditação, aos

⁵ O assédio sexual passou a ser crime de importunação sexual no artigo 215 da Lei 13.718/18. Caracteriza-se pela prática contra alguém e sem a sua anuência de ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro. A pena para quem praticar este crime varia entre um e cinco anos de prisão. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em 22 de set. 2020.

pensamentos a serem depurados. Destacam-se dois tipos de documentos nos quais o treinamento de si implicava a transformação da verdade registrada na escrita em *êthos*: os *hupomnêmata* (livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais) e as correspondências.

Foucault (2006) examina esses documentos atento ao papel que esse tipo de escrita exercia na construção das subjetividades, partindo do princípio de que o sujeito não é constituído *a priori*, previamente, tampouco a subjetividade seria algo definitivo, estável e acabado. A Escrita de si, analisada nos dois suportes, é uma das técnicas de transformação da subjetividade, haja vista que, ao escrever sobre si, o sujeito se produz no ato de se narrar.

Os *hupomnêmata* eram uma espécie de livros de vida, registros de anotações, “citações, fragmentos de obras, exemplos e ações que foram testemunhadas ou cuja narrativa havia sido lida, reflexões ou pensamentos ouvidos ou que vieram à mente” (FOUCAULT, 2006, p. 147). Eram formas de registro material da memória que, a exemplo dos diários, reuniam lembranças, desenhos, desejos. Esses *hupomnêmatas* ficavam à disposição para serem lidos, relidos, servindo de fonte para meditação. Eram escritos transformados em um equipamento de “discursos auxiliares, capazes [...] de levantar eles mesmos a voz e de fazer calar as paixões como um dono que, com uma palavra, acalma o rosnar dos cães” (p.148). No entendimento dos gregos antigos, esses dizeres e imagens eram implantados na alma, “nela arquivados”. Ao retornarem como aquilo que se pôde ouvir ou ler funcionavam como um cuidado de si, permitindo a constituição do sujeito.

Com relação às cartas, elas também permitem o exercício pessoal. Escrever algo a ser endereçado a alguém, explica Foucault (2006), no jogo da alteridade, é colocar-se a si mesmo sob os olhos do outro; narrar-se, é produzir para si um modo de ser e de existir no mundo, realizando, muitas vezes, uma espécie de exame da consciência, tal qual um “inspetor de si mesmo” com vistas a reavivar as regras de comportamento necessárias para o engrandecimento do espírito.

Em suma, no exercício de si, em meio às práticas com o cuidado de si, a escrita nos *hupomnêmata* e nas correspondências adquire relevo no jogo entre o deciframento de si por si mesmo e a abertura que se dá ao outro sobre si mesmo, permitindo-nos pensar a atualidade dessas técnicas quando a escrita não se realiza mais em cadernos de anotações

ou mesmo nas cartas, mas na pele. Daí propormos pensar em uma Escrita *em* si, em consonância com às reflexões acerca de uma Escrita *de* si, conjugando dois modos de produção de subjetividades⁶ – com vistas à (re)elaboração do sujeito mulher que escreve *Meu corpo, Minhas regras*.

4.1 *Meu corpo, minhas regras* na Marcha das Vadias

Ao dizer que as mulheres deveriam evitar se vestirem como *vadias* para não serem estupradas, o policial Michael Sanguinetti, no Canadá, motivou o *SlutWalk*, traduzido em português do Brasil como *Marcha das Vadias*. Trata-se de um movimento que reúne mulheres indignadas como a propagação de discursos e práticas que culpabilizam ou menosprezam uma mulher quando essa não atende aos tradicionais códigos de vestimentas, usando roupas percebidas como sexualmente provocativas.

Elas marcham, fundamentalmente, contra os discursos que estigmatizam a liberdade da sexualidade das mulheres, rememorando, muitas vezes, os tradicionais preceitos que demonizaram essa sexualidade. Na imagem a seguir, a mordida da maçã é um dos ícones que ganham visibilidade no movimento, retornando ao mito de Eva - a corruptora, emblema do pecado e da perdição - que eternizou a demonização da sexualidade feminina.

Figura 7 – Manifestantes da Marcha das Vadias



⁶ Em Rago (2013), desenvolvem-se reflexões que se enredam às do presente estudo ao apontarem como as práticas de *Escrita de si*, notadamente de narrativas autobiográficas de militantes feministas, fomentam novos espaços sociais, subjetivos e simbólicos na atualidade, ou seja, reinventam novas subjetividades.

Na atualização – via memória discursiva – de Eva nesses corpos, coloca-se em xeque o estupro entendido como um problema muito antigo, persistente e, de certa forma, naturalizado e espraiado em múltiplas relações sociais. Mais do que um problema social, o estupro – coito forçado ou violação – é um crime previsto no código penal brasileiro, no Art. 213. Estuprar significa “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”⁷ que pode ser realizado por força física, coerção, abuso de autoridade, ou contra uma pessoa incapaz de oferecer um consentimento válido (pessoa inconsciente, com deficiência mental, por exemplo), ou se ela for menor de idade.

O que impulsionou a Marcha das Vadias é um acontecimento tomado como uma regularidade histórica, ou seja, culpar a mulher por ela ser estuprada inscreve-se em uma rede de discursos que legitimam e, de certa forma, naturalizam o crime. Não raro, fazem eco ao enunciado do guarda canadense outros como: “Ah, também, quem mandou beber!”; “Procurou, né? Olha que roupa curta”; “Deve ser uma vagabunda”; “Aposto que provocou e depois não aguentou”; “eu jamais deixaria minha filha na rua a estas horas”; “aposto que a pia está cheia de louças”. É em resposta a esses enunciados que muitas escrevem em si *Meu corpo, Minhas regras* funcionando como uma (re)constituição subjetiva, um acontecimento de ruptura histórica.

Arqueologicamente, todo enunciado possui margens povoadas por outros enunciados. Nas margens do *Meu corpo, Minhas regras*, encontramos interdiscursivamente o *Nosso corpo nos pertence*, já destacado no início deste trabalho. Ambos se instalam em corpos utópicos disseminados, vistos, curtidos e compartilhados milhares de vezes nas redes sociais, fazendo proliferarem outros discursos que reinventam as mulheres na construção da sua narrativa histórica.

Os movimentos feministas que nos atingem hoje – em suas diferentes organizações e com suas diferentes bandeiras - provocaram uma convulsão social e, ao mesmo tempo, politizaram o privado, na medida em que argumentavam que o pessoal era político. Isso implica(va) ressignificar as práticas divisoras, notadamente as fronteiras entre o público e o privado, entre o desejo e o poder. As primeiras emergências do *Nosso corpo nos pertence* investia-se de sentidos associados à emancipação, à recusa das

⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm. Acesso em 10 de nov. 2020

condições de fragilidade, submissão, incapacidade de raciocínio e decisão, o gosto da palavra inútil, etc. Seu retorno, em outro tempo, em outro espaço e, especialmente, em outra materialidade se coaduna com o *Meu corpo, Minhas regras* em imagens vistas e lidas, instaladas na web.

Figura 8 - Marcha das Vadias



Figura 9 - Marcha das Vadias



Figura 10 - Marcha das Vadias



Vimos que, para Foucault (2006), a liberdade do sujeito revela-se como uma possibilidade estratégica de enfrentamento às relações de poder, as quais operam com dispositivos inseridos e móveis em todos os espaços da vida social. Nas imagens flagradas nas ruas e instaladas permanentemente na heterotopia da Web, sobressaem-se novamente corpos utópicos – sujeitos instalados no lugar-nenhum efetivamente se pondo como lugar, pois depende do corpo que, enfim, é lugar – e práticas de liberdade – práticas para

dissociar a ideia das relações de poder balizadas como campo de construção de obediência, aceitação.

No funcionamento do acontecimento discursivo do *Meu corpo, Minhas regras*, destaca-se, evidentemente, a atualidade de um outro slogan *Um filho se eu quiser, quando eu quiser, como eu quiser*, acompanhando o *Nosso corpo nos pertence* repetido em meio aos discursos que continuam falando de emancipação, igualdade e autonomia, ao tempo em que reivindicam a descriminalização do aborto e o direito à escolha de ter ou não ter um filho.

Na esteira dessas reflexões, *Meu corpo, minhas regras* se materializa nas escritas em si como uma reação ao governo da vida, uma biopolítica que gerencia o corpo por meio do conhecimento de fenômenos que lhe são próprios, como a natalidade, a mortalidade, a morbidade. A recusa do investimento biopolítico nos corpos que se escrevem vai ao encontro das práticas de liberdade, conforme destaca uma das líderes das marchas das vadias:

O nosso corpo é livre. Ele pode ser gordo, pode ser magro, você só tem que ter um corpo para entender que é livre. A nossa reivindicação é essa e está relacionada à nossa própria liberdade. E é coisa séria, porque não é só colocar os peitinhos para fora. E entender que a gente faz isso com a intenção de lutar por políticas públicas, que não estão sendo formuladas, nem respeitadas. Então, a gente precisa mesmo colocar nosso corpo na rua, porque esse corpo fala.⁸

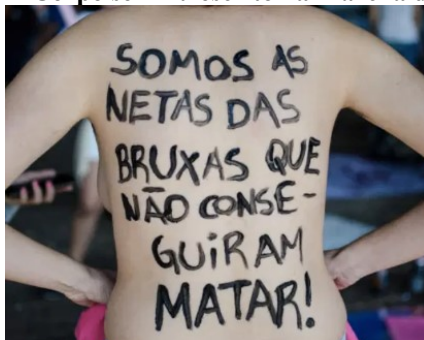
5 Considerações finais

Os corpos que se escrevem e saem às ruas, somados à infinita repetição que se instaura nas redes sociais, respondem às urgências históricas do nosso presente. E quais seriam essas urgências? Falar não é suficiente; folders e cartazes, como fizeram as avós dos atuais movimentos feministas, tampouco. Hoje, o discurso, o corpo escrito possui “suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização” (FOUCAULT, 2007). São regras que apontam para um exercício de si, em meio às vozes historicamente (inter)ditadas, num jogo entre o deciframento de si por si mesmo e a abertura que se dá ao outro sobre si mesmo.

⁸ Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/noticias/reivindicacoes-tao-diversas-quanto-as-vivencias-o-que-querem-as-mulheres-que-vaio-as-ruas>. Acesso em 15 de out. 2020.

São, enfim, mulheres subjetivadas na recusa da submissão, numa prática de liberdade na relação consigo mesmas, tal como fica mais evidente nesta última escrita em/de si materializada na pele de um corpo utópico.

Figura 11 - Corpo seminu escrito na Marcha das Vadias



Referências

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico; As heterotopias**. São Paulo, N-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Inutile de se soulever?** In: DITS ET ECRITS III. Paris: Gallimard, 1994a, p. 790-794.

FOUCAULT, Michel. **Sujeito e Poder**. In: DITS ET ECRITS IV. Paris: Gallimard, 1994b, p. 222-243.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Genealogia da Ética: um resumo do trabalho em curso. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Genealogia da Ética**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 240-251. (Col. Ditos e Escritos, v. V).

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e Imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na web. In: FLORES, G.; NECKET, N.; GALLO, S. (Orgs). **Análise do Discurso em Rede**: Cultura e Mídia. Campinas: Pontes, 2015.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PAVEAU, Marie Anne. Quand les corps s'écrivent. Discours de femmes à l'ère du numérique. *In*: BIDAUD, É. (org.), **Recherches de visages**. Une approche psychanalytique, Paris, Hermann, 2014.

RAGO, L.M. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade [online]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. Disponível em https://visionvox.net/biblioteca/l/Luzia_Margareth_Rago_A_Aventura_De_Contar-Se.pdf.

WITZEL, Denise Gabriel. Discurso, história e corpo feminino em antigos anúncios publicitários. **Alfa**, v. 58, n. 3, p. 525-539, 2014.

Recebido em: 13 de abril de 2022

Aceito em: 23 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Denise Gabriel Witzel
E-mail: witzeldg@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4685-7574>

**Do enunciável ao visível e do visível ao enunciável:
as cintilações e reverberações presentes em manifestações
feministas**

***From the enunciable to the visible and from the visible to the enunciable:
the scintillations and reverberations in feminist
movements/manifestations***

Ana Christina de Pina Brandão
Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, Brasil

Antônio Fernandes Júnior
Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, Brasil

Resumo: Gilles Deleuze, em 1985, na Universidade de Paris, num curso intitulado *Michel Foucault: As formações históricas*, em que ministrou um total de 08 aulas com a proposta de tentar responder o que o que é o saber, procurou mostrá-lo como algo formado a partir de discursos (regimes de enunciados) e a partir do que é visível (as visibilidades), o que, na *Arqueologia do Saber*, Foucault denominou de campo, sistema ou domínio não-discursivo. Neste artigo, analisamos três imagens de manifestações feministas com o objetivo de tentar ver contra quais tipos de enclausuramentos elas se mobilizaram e se mobilizam. Procuramos, ainda, tentar perceber a força motriz que ilumina essas manifestações, efetuando um processo de conversão do olhar para captar o enunciado e, logo, também, a visibilidade, para refletir sobre a inter-relação do visível com o dizível sobre a condução de condutas das mulheres, produzidas historicamente. A análise atende, pois, aos pressupostos teórico/procedimentais de *A Arqueologia do Saber*, mas inspirada na leitura de Deleuze sobre a referida obra. Contribuem, também, para as reflexões realizadas, pesquisadores como Margareth Rago, Tânia Navarro Swain, Krüger Junior, dentre outros.

Palavras-chave: Enunciados; Visibilidades; Enclausuramento; Desejo; Liberdade

Abstract: Gilles Deleuze, in 1985, at the University of Paris, in a course entitled *Michel Foucault: The historical formations*, in which he taught a total of 08 classes with the proposal of trying to answer what knowledge is, tried to show it as something formed from discourses (statement regimes) and from what is visible (visibilities), which, in the *Archeology of Knowledge*, Foucault (2002) called a non-discursive field, system or domain. In this article, we analyze three images of feminist movements/manifestations with the goal of trying to see what types of enclosures they mobilized and are mobilizing against. We also try to understand the driving force that illuminates these movements/manifestations, performing a look conversion process to capture



the statement and, therefore, also the visibility, to reflect on the interrelation of the visible with the sayable on women's conducts conduction, produced historically. The analysis therefore is managed by the theoretical/procedural postulates of *The Archeology of Knowledge*, but inspired by Deleuze's reading of the mentioned work. Researchers such as Margareth Rago, Tânia Navarro Swain, Krüger Junior, among others, also contribute to the reflections that are made.

Keywords: Statements; Visibilities; Enclosures; Desire; Freedom

1 Introdução

Em 1985, na Universidade de Paris, Gilles Deleuze ministrou o primeiro de dois cursos dedicados ao pensamento de Michel Foucault. No primeiro, intitulado *Michel Foucault: As formações históricas*, Deleuze propôs, em 08 aulas, tentar responder à questão: “O que é o saber?”, partindo de uma leitura cuidadosa de *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2002), inter-relacionada a outros livros da fase arqueológica, quando o filósofo procurou mostrar o saber como algo que é formado a partir de discursos (regime de enunciados) e a partir do que é visível (as visibilidades). Deleuze chama, portanto, de visibilidade o que Foucault (2002), na arqueologia, denominou de campo, sistema ou domínio não-discursivo. Para Foucault, há, portanto, relações entre o ver e o falar. Contudo, como Deleuze nos mostra, essa relação não possui nada de perene nem de estável e nem de simples, posto que “[...] O que se vê não se aloja jamais no que se diz [...]” (FOUCAULT apud DELEUZE, 2017, p. 37, aula 05).

Se o que é visto não se aloja no que se diz, o que se tem entre o enunciado e a visibilidade – ou o discursivo e o não discursivo – é uma relação não-relação. Entre o ver e o falar, temos um processo de dupla captura, pois não há relação direta ou de causa e consequência, mas “captura mútua entre o visível e o enunciável, do visível ao enunciável e do enunciável ao visível.” (DELEUZE, 2017, p. 12, aula 06). O pesquisador, em diferentes aulas, toma exemplos do livro *História da loucura* (FOUCAULT, 2013) para reafirmar seus argumentos sobre essa relação, explicando que a prisão geral é a visibilidade da loucura e os enunciados médicos falam da desrazão, porém não se trata da mesma coisa. Na referida obra, Foucault analisa, como no século XVII, a ação policial de trancafiar indivíduos tidos como loucos, juntamente com vagabundos, desempregados, mendigos etc fez ver a loucura não a partir de um saber médico, mas de determinadas

formas de conduta que foram tidas como inadequadas ou indesejáveis, pois para o saber dessa formação histórica, esses indivíduos poluíam as ruas, causavam constrangimento, desafiavam a “normalidade” da época, incomodavam. Era preciso higienizá-las, tirando-os de circulação. No ajuntamento de diferentes tipos de indivíduos, o que o hospital geral fez ver e produziu como visibilidade foi uma espécie de sujeito da loucura, que não era definido pelo saber médico, mas por um modo de conduta considerada, como afirmamos, inadequada, indesejada pelas autoridades.

O que o saber médico e os enunciados dessa formação fizeram surgir foi o sujeito da desrazão. Historicamente não é a mesma coisa. O louco não precisava, e, ainda hoje, não precisa ser esquizofrênico, psicopata, sociopata, maníaco, obsessivo para ser louco, basta que se comporte de um modo que possa classificá-lo como tal. Pelas análises de Foucault sobre a loucura e o dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 2013; 2017) não consideramos inconsequente afirmar o que não custou às mulheres o surgimento desse sujeito possibilitado tanto pelo hospital geral quanto pelos saberes médicos. Todas puderam e podem ser classificadas como loucas. Bastava-se (e basta-se) que desafiassem minimamente as normas de condutas que “deveriam seguir”, o que se esperava delas, que lá estavam elas como sujeitos da loucura, da histeria, posto que, na captura dos enunciados médicos e da visibilidade da loucura, puderam ser classificadas de histéricas e, assim, enclausuradas, banidas, esterilizadas.¹

Neste artigo, inspirados pela leitura de Deleuze sobre a *Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2002) e embalados pelo desejo de refletirmos sobre o tema da liberdade, ou melhor dizendo, das práticas de liberdade por um viés foucaultiano, analisamos três

¹ Em *História da loucura* Foucault aborda sobre a histeria feminina, notando os enunciados sobre ela muito mais como uma imagem do que como uma doença. Em suas palavras: “[...] Muito frequentemente a histeria foi entendida como o efeito de um calor interno que espalha através do corpo uma efervescência, uma ebulição ininterruptamente manifestada por convulsões e espasmos. Esse calor não será parente do ardor amoroso ao qual a histeria é tão frequentemente associada, nas moças à procura de marido e nas jovens viúvas que perderam o seu? [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 280). Em *História da sexualidade: Vontade de saber*, o filósofo analisa como o saber médico constituído em relação à histeria ganharia, a partir do século XVIII, por meio de um dispositivo de sexualidade, o estabelecimento da regra entre o anormal e o normal (FOUCAULT, 2017). O exercício de poder sobre o corpo das mulheres, por meio da norma, irá fazer com que ela seja alvo de intervenções médicas cada vez mais violentas, como o caso da esterilização (FOUCAULT, 2017). Isso, porque, o saber sobre a histeria denominou o corpo feminino como mais passível de sofrer desse mal em função de seus órgãos reprodutores, de seu corpo, cujo interior é facilmente penetrável (FOUCAULT, 2013). Não obstante, a partir do século XIX, com o desenvolvimento do saber psiquiátrico, os enunciados médicos sobre a histeria feminina ganhariam ainda mais força. Os enunciados psiquiátricos sobre a histeria feminina e o exercício de poder sobre o corpo da mulher possibilitado pelo saber médico, levariam inúmeras mulheres, conforme afirma Tânia Navarro Swain (2013), a serem enclausuradas, tratadas, corrigidas.

imagens de manifestações feministas relevantes, posto que iluminam algumas de suas lutas entre os séculos XX e XXI, com o objetivo de tentar ver contra quais tipos de enclausuramentos elas se mobilizaram e se mobilizam. A luta pelo direito ao voto, o questionamento das práticas machistas em concursos de beleza e os debates sobre cultura do estupro compõem regimes de enunciados e visibilidades que as imagens escolhidas agenciam. Cada imagem agrega visibilidades e dizibilidades singulares, nas quais os regimes de luz e de enunciados tencionam práticas de aprisionamento e liberdade. Procuramos, ainda, tentar perceber a força motriz que ilumina essas manifestações, não totalmente oculta, nem totalmente visível (FOUCAULT, 2002). Tentaremos, pois, efetuar um processo de conversão do olhar para captar o enunciado e, logo, também, a visibilidade, para refletir sobre a inter-relação do visível com o dizível sobre a condução de condutas das mulheres, produzidas historicamente.

Assim, estamos considerando, obviamente, a noção de enunciado e, logo, de discurso, que a *Arqueologia* sustenta: disperso no tempo, descontínuo, palco de acontecimentos, cujas condições de existência são sempre históricas. Todavia, para que sejamos coerentes com os objetivos propostos neste artigo, chamaremos as imagens que colocamos em análise de enunciados-visibilidades e que fazem parte de uma grande formação histórica feminista que tantos outros enunciados ajudam a compor. Desse modo, do enunciável ao visível e do visível ao enunciável elas (as imagens) fazem cintilar coisas, há uma luz que se congrega sobre elas (DELEUZE, 2005).

Nosso esforço é o tentar captar essa luz fazendo suscitar enunciados. Deleuze afirma que, ao fender as coisas, ou melhor, quando as visibilidades nos possibilitam fender as coisas, fazemos suscitar inúmeros enunciados, do mesmo modo que, ao rachar as frases, não deixamos de fazê-lo sem suscitar visibilidades (DELEUZE, 2017, pp. 13-15, aula 07). Posto assim, a análise, talvez, ela própria, tente enxergar para além da poeira do combate entre o ver e o falar (DELEUZE, 2017, aula 05). Mas, certamente, nada do que dizemos aqui está fora de nossa experiência com o saber e o poder, pois a vontade e o desejo que conduzem a nossa escrita são históricos (FOUCAULT, 2006). Se podemos e queremos fender as coisas e rachar as palavras é porque fomos, antes, capturadas pelos enunciados e pelas visibilidades, como Deleuze mesmo afirma. E se os enunciados que suscitamos, neste artigo, possam fazer ver alguma coisa, que seja, também, o desejo que vemos iluminando as imagens que analisamos.

2 As cintilações e as reverberações das imagens em análise: a luta contra o enclausuramento e o desejo de liberdade

Na imagem 1, podemos ver a *sufragette* Emmeline Pankhurst (1858-1928) sendo presa quando tentava apresentar uma petição ao rei George V, em 1914, na porta do Palácio de Buckingham. As *sufragettes* foram um grupo mais radical do que os demais grupos de sufragistas, no Reino Unido, já que para chamar a atenção para as causas que defendiam se dispunham a ir presas e até feridas. O sufixo *ette*, a propósito, trata-se de um diminutivo pejorativo, que foi cunhado em um artigo publicado no *The Daily Mail* para se referir a elas numa tentativa de minimizá-las e ridicularizá-las frente aos demais grupos de sufragistas (LIMA, 2020). Segundo Lima (2020), o termo em questão foi triunfantemente adotado por esse grupo de mulheres.

Imagem 1 - *Sufragette* Emmeline Pankhurst (1858-1928) sendo presa



Fonte: Brasil Escola

Sabe-se que, além da realização de atos e marchas públicas, as *sufragettes* quebraram janelas, se amarraram a prédios públicos e provocaram incêndios, tudo para que suas reivindicações fossem ouvidas e vistas. Nada que se comparasse ao tom pacífico dos demais grupos de sufragistas. Loucas, portanto. Nota-se pela imagem a forma violenta com que Emmeline foi detida, tanto pela forma como o policial a imobiliza e prende seus braços quanto pela suspensão de seu corpo, como se fosse uma camisa de força. O homem à esquerda, visivelmente irritado, pode representar, sem exageros ou

especulações, a face de um patriarcado raivoso que as consideravam históricas. Esse mesmo patriarcado que, há séculos, tenta enclausurar as mulheres de diferentes formas. Cunha afirma que “[...] Toda veleidade de independência, toda tentativa de escapar ao destino biológico, às tarefas costumeiras e ao assujeitamento eram punidas com o internamento[...]” (1989 APUD SWAIN 2013, p. 228). A pesquisadora se refere, especificamente, às mulheres que foram internadas no hospital psiquiátrico do Juqueryi, na cidade de São Paulo, no início do século XX. Mas é difícil dizer em que época da história do ocidente, como afirmamos anteriormente, as mulheres não foram internadas de alguma forma, se não entre quatro paredes, dentro de si mesmas, em normas e regras de definições de raça, gênero, dentro de seus afazeres. Se na Grécia antiga as mulheres não possuíam qualquer direito de fala ou de atuação social, se estavam condicionadas a serem a esposa ou a filha de alguém (FOUCAULT, 2014), se nos séculos XIV e XV uma pastoral violenta caçou bruxas e as eliminou nas fogueiras (SWAIN, 2013), é difícil saber quando o poder patriarcal não constituiu um regime de verdade que concentrou, no falo e no masculino, a origem e a manutenção da razão e das racionalidades (SWAIN, 2013).

Não cremos que se possa afirmar que os enunciados médicos sobre a desrazão tenham constituído, no século XVII, a razão como sendo da ordem do masculino, como nota Swain (2013), pois ela já existia, em séculos anteriores, em enunciados dispersos, em práticas diversas para constituir um discurso de privilégio aos homens. Se algo pode ser formulado em discurso é porque há condições históricas para isso (FOUCAULT, 2002). Mas o que o referido século inicia, sem dúvidas, foi dotar a medicina do poder de dizer sobre a razão, de excluir pelo saber médico os normais dos anormais, e nos anormais, incluem-se as mulheres (SWAIN, 2013). E tal movimento epistêmico, tal exercício de poder teve, para as mulheres, efeitos devastadores.

A história, como nos mostra Foucault (2002, 2006, 2013), é cheia de rupturas. A máxima do “sempre foi assim” é uma falácia dos jogos de verdade. É na “mudança da *episteme* que se transformam as significações e o imaginário social, dando lugar a outras problemáticas, outras representações e outras práticas sociais” (SWAIN, 2013, p. 226). Portanto, são nas reformulações do discurso sobre a loucura, foi no poder-saber da medicina, com grande força, que se pôde atribuir cientificidade à inferioridade das mulheres em relação aos homens e dar condições de possibilidade para que se pudesse

realizar, no século XIX, o internamento geral das mulheres, não apenas o físico, mas o moral, o social:

O século XIX realiza o internamento geral das mulheres no ocidente, sem muros, sem asilo, sem prisão: é um internamento na exclusão do espaço público e dos direitos cívicos, num conjunto de leis que marcam do selo da fraqueza, da ignorância, das proibições mais diversas: de trabalhar, de estudar, de sair, de escrever, de se expressar, enfim (SWAIN, 2013, p. 230).

Nota-se na imagem 1 a inter-relação entre o visível (focos de poder) e o enunciável (formas de dizer) a partir de um movimento que exclui a mulher dos espaços da política e/ou de espaços profissionais outros. Os enunciados da medicina constituíram uma visibilidade de um sujeito feminino cujas faculdades mentais não lhe permitia usufruir das mesmas prerrogativas dos homens nos referidos espaços. As tentativas de romper com tal constituição, obviamente, não poderia ser tratada se não por meio da camisa de força, da prisão, do internamento, conforme a imagem em questão. A prisão de Emmeline Pankhurst, retratada pela imagem, data de início do século XX. As primeiras reuniões relatadas de mulheres pela luta ao sufrágio datam do final do XIX. Mas se se acirram as relações de poder, se acirram, do mesmo modo, as relações de resistência. Ora, se as visibilidades “[...] são complexos de ações e reações, complexos multissensoriais de ações e reações, ações e paixões [...]” (DELEUZE, 2017, p. 18, aula 04), para além de um patriarcado sempre pronto a enclausurar e interditar as mulheres, principalmente, as que ousam escapar da ilusória e violenta prerrogativa de inferioridade em relação aos homens, a imagem 1 também nos mostra um desejo de liberdade e é esse desejo que ilumina as imagens que analisamos neste artigo. Se observarmos bem a imagem 1, podemos notar que a *suffragette* não pareceu consentir a prisão com passividade. O fato de o policial tê-la levantado pode indicar certa resistência a se retirar do espaço “com doçura e educação”, como se espera de toda mulher. Ela também parece estar dizendo alguma coisa ou tentando, pelo menos. É o desejo de liberdade dos enclausuramentos, das opressões e violências que sofrem que parece mover os sujeitos feministas em suas lutas, ao menos, nas imagens que observamos.

Consideramos necessário esclarecer que a noção que constituímos de desejo de liberdade está ancorada nos estudos de Foucault acerca do poder e da verdade. Deleuze menciona sobre o desejo como um terceiro eixo do pensamento do autor: sendo o primeiro, o saber, o segundo, o poder e o terceiro, o desejo, acreditando que de um eixo

a outro há um deslocamento (DELEUZE, 2017, p. 7, aula 3). Krüger Junior (2020), não muito diferente de Deleuze, entende que o desejo perpassa a obra de Foucault havendo uma evolução de sua noção a partir da incursão do filósofo francês na genealogia da ética. O pesquisador nota o desejo em Foucault, a partir da referida genealogia, como uma espécie de dispositivo político para a fundamentação de um tonar-se outro (KRÜGER JUNIOR, 2020).

Corroboramos da hipótese deste autor de que a noção de desejo, assim como a de poder, é ampliada a partir da imersão de Michel Foucault na constituição do que se pode entender como uma história da governamentalidade, em especial, a partir de suas reflexões acerca do governo de si. Todavia, acreditamos que não é o desejo somente quem move os indivíduos a se tornarem sujeitos outros, mas, sim, um desejo de liberdade. Vemos o desejo de liberdade como um mobilizador para a dessubjetivação dos dispositivos de poder, de suas técnicas e tecnologias, um mobilizador para as contracondutas (FOUCAULT, 2008). Mais ainda, nossa hipótese é de que o desejo de liberdade, eticamente constituído, pode ser considerado uma técnica para o cuidado de si, uma técnica de si para a construção de uma existência bela (FOUCAULT, 2004). Entendendo-se o desejo de liberdade como técnica de si, eticamente, portanto, constituído, o sentido de liberdade também, obviamente, assume um sentido ético. A noção de liberdade, pensada a partir da arqueogenealogia pode ser escorregadia, já que transita conforme as formações discursivas de cada época. A noção de liberdade não escapa às racionalidades, aos dispositivos de poder que a constituem conforme suas tecnologias de verdade, como as do neoliberalismo, a título de exemplo, em que a renda é quase condição única para a liberdade.

Todavia, não nos interessa ainda discutir a ética do desejo de liberdade dos enunciados-visibilidades feministas que analisamos neste artigo, mas, sim, como ele é uma luz que se congrega em nosso *corpus* (DELEUZE, 2017, p. 13, aula 04). Neste trabalho, vemos esse desejo como o motor propulsor da luta feminista para se constituir como sujeito jurídico e como sujeito feminino que clama por outras verdades como as que não são constituídas pelos mecanismos de saber e as técnicas de poder de um patriarcado, que as aprisionam em regras e normas de conduta, estética e de existência. E é exatamente o que notamos na próxima imagem.

Imagem 2 - Protesto contra o *Miss America*



Fonte: Feminismo com classe

Ela retrata um momento do protesto que envolveu cerca de 200 mulheres estadunidenses, em setembro de 1968, contra o *Miss America*.² O protesto tinha como objetivo contestar o machismo, o racismo e o capitalismo impressos nesse concurso. A boneca sendo carregada por uma das participantes retrata o corpo desejável para vencê-lo: a cintura fina, os seios fartos, a pele branca, o cabelo muito bem penteado e liso, obviamente. Vê-se uma corrente amarrada à cintura da boneca e, do mesmo modo, duas manifestantes com correntes amarradas em seus pescoços. O enclausuramento, a prisão que aí se simula, por meio da boneca e das correntes, é a da estética pautado num discurso de feminilidade como sendo a norma para as formas de ser mulher. O enclausuramento que aí se simula e do qual as manifestantes clamam por liberdade é a de um enunciado risível, porém que assombra os sujeitos femininos e resume bem umas das verdades que as tecnologias de gênero procuram compor: “bela, recatada e do lar”, preferencialmente branca, muda, magra e sempre com um sorriso cordial.

Consideramos necessário mencionar que feministas negras, não brancas, não héteros têm mostrado, em trabalhos importantes, como os de Joyce Berth (2019), no livro *Empoderamento* e Carla Akotirene (2019), no livro *Interseccionalidades*, ambos da coletânea *Feminismos plurais*, como raça, etnia, sexualidade e classe social colocam mulheres sob tais interseccionalidades³ em posições desprivilegiadas nas relações de

² O *Miss America* é um concurso de beleza que acontece nos Estados Unidos, desde a década de 1920, com a participação de uma representante de cada um dos estados estadunidenses. O intuito do concurso é escolher a mulher mais bela dos Estados Unidos, que carregará o título por um ano e concorrerá a um outro concurso de beleza, de caráter internacional, o *Miss Universo*. A versão brasileira do concurso, o *Miss Brasil*, ocorre desde o início da década de 1950. As candidatas, desfilam com diferentes trajes, dentre eles trajes de banho, e respondem a perguntas dos jurados. Em 2018, a versão estadunidense aboliu o desfile, ou melhor, a prova com trajes de banho.

³ Segundo Brandão (2020, p. 62) “o conceito de interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, jurista e professora estadunidense da teoria crítica de raça, e utilizado formalmente por ela pela primeira

poder. As correntes que as aprisionam acabam por excluí-las de forma ainda mais violenta dos espaços sociais e as diferentes violências que sofrem são ainda mais absurdas do que sofrem as demais mulheres. Vale também mencionar que o protesto de que trata a imagem, em análise, que teve grande apoio e protagonismos de feministas negras, ao contrário do que se diz, é considerado um acontecimento importantíssimo, posto que inspirou a consolidação do que ficou conhecido por “Movimento de libertação das mulheres”, nos Estados Unidos, movimento esse que, por sua vez, inspirou movimentos feministas de diferentes países, inclusive o Brasil, a reverem e reelaborarem as pautas de suas lutas (PINTO, 2003; ROSSI, 2020).

O enunciado do cartaz que se nota na imagem: “Can make-up cover the wounds of our oppression?”, que traduzimos literalmente como: “A maquiagem pode cobrir as feridas de nossas opressões?”, ajuda a compor o desejo de liberdade que a imagem nos mostra. O termo “opressões”, como já comentamos, se refere à feminilidade normativa que condiciona as mulheres a uma subjetividade submissa e objetificada, mas, também, se refere às mazelas do racismo e da pobreza, ao mesmo tempo em que ilustra, juntamente com a boneca, como as mulheres foram conduzidas a privilegiarem o estético pelas relações de poder. Não há concursos de beleza sem que haja candidatas e público para isso. Como se vê, as camisas de força ou as prisões que prendem as mulheres não são sempre visíveis a olhos nus, mas também não totalmente ocultas. Podem guardar, na sutileza da feminilidade como norma, o poder dos homens *sobre seus corpos*, suas subjetividades, seus desejos (SWAIN, 2013; OKSALA, 2019).

É importante mencionarmos que não estamos fazendo uma linha temporal das lutas feministas, como se elas fossem estanques, monolíticas e tivessem pautas diferentes em cada época. É óbvio que o movimento sufragista de reivindicação da participação das mulheres no cenário político como eleitoras impulsionou a criação de leis, como dissemos, que asseguraram às mulheres em grande parte do ocidente (já que o sufrágio também aconteceu em outros países além da Inglaterra e os Estados Unidos) a serem inclusas nas constituições de seus países como sujeitos jurídicos, detentores de direitos. Naquela época, tornar-se sujeito de direitos era o movimento mais necessário pelas razões

vez em 1991, em um artigo publicado na revista especializada em assuntos jurídicos *Stanford Law Review*”. Akotirene (2019) argumenta que a interseccionalidade não é apenas um construto teórico, mas, do mesmo modo, uma ferramenta metodológica a fim de analisar o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado como categorias que não se separam dos modos de opressão que a descriminalização produz.

sobre as quais discorreremos anteriormente. Contudo, outros acontecimentos ocorreram ainda na época da luta feminina pelo sufrágio, como nos mostra a filósofa e historiadora feminista Margareth Rago (2019, p. 186) ao relatar a publicação do livro *A mulher é uma degenerada?*, da anarcofeminista mineira Maria Lacerda de Moura (1887-1945), em 1924, em que “refuta as teorias lombrosianas e o argumento da inferioridade biológica das mulheres”. O direito de as mulheres, assalariadas e alfabetizadas, votarem, no Brasil, se deu em 1932. Uma vez mais recorremos a Foucault (2002) para tratar da descontinuidade da história. Antes das sufragistas, outras mulheres, em diferentes momentos e lugares, exerceram resistência criticando o domínio dos homens. É inegável, porém, que a conquista ao voto foi basilar para que as pautas feministas pudessem avançar e as mulheres pudessem começar a adentrar no cenário político, a fim de conquistarem direitos negados a elas. Como se vê, contudo, tornar-se sujeito de direito, sujeito jurídico não assegurou e nem assegura luta contra as práticas misóginas, como se nota pelos números alarmantes de estupro e feminicídio neste país e em tantos lugares do mundo.

Imagem 3 - Marcha das vadias



Fonte: Rede Brasil Atual

A imagem 3, a propósito, capta uma performance de três manifestantes na marcha das vadias, em São Paulo, em 2011. Cada uma das três com uma maçã na boca. A maçã é o símbolo do pecado original, em que se culpou as mulheres pela desgraça dos homens, posto que Eva comeu do fruto proibido (a maçã) e convenceu Adão, pobre macho seduzido, a comê-la também, perdendo, assim, o paraíso prometido por Deus. Eva, desde então, representaria todas as mulheres. Rago (2019), em um artigo intitulado *Foucault em defesa de Eva*, comenta como o filósofo francês se posiciona em defesa de Eva em 04 momentos distintos, sendo um deles, no curso *Do governo dos vivos*, ministrado no

Còllege de France, em 1980, em que ironiza o padre Tertuliano por ser o inventor da maravilhosa ideia do pecado original e da mulher como o caminho para o diabo ou a porta dele (FOUCAULT, 2014, apud RAGO, 2019). A autora cita na íntegra o trecho em que o referido padre dirige-se às mulheres em *La toilette des femmes (De cultu feminarum)*

1. Você dá a luz em meio a dores e ansiedades, mulher; Você sofre a atração de seu marido e ele é seu mestre. E você ignora que Eva é você? 2. Ela ainda vive nesse mundo, a sentença de Deus contra o seu sexo. Então viva, como acusada. Você é a porta do diabo [...] (TERTULLIEN, 1971, p. 43 APUD RAGO, 2019, p. 181)

Foucault (2002), como já mencionamos, nos fala que não há enunciado que não preceda outro(s), pois os ditos e os não ditos se constituem pela memória que outros enunciados impregnam neles. O desserviço da pastoral em culpar as mulheres pela queda da humanidade possui forte ressonância ainda hoje. A três manifestantes, ao caminharem com as maçãs nas bocas, ironizam e protestam contra a camisa de força moral com que o discurso cristão e as práticas da pastoral tentaram prender as mulheres desde os primeiros séculos d.C. O desejo de liberdade, portanto, se converte contra a prisão moral que o referido discurso e referidas práticas contribuíram e contribuem para enclausurar as mulheres num sujeito feminino culpado ou da culpa, portanto, passível de ser punido, violentado, banido. A marcha das vadias, a propósito, foi uma tentativa de resposta a enunciados que culpam as mulheres pelos estupros e as violências físicas e psicológicas que sofrem. O sujeito feminino culpado faz parte do imaginário social e pode ser observado em canções como as do “feminejo”, a título de exemplo, que foram consideradas empoderadas e feministas por matérias da mídia digital entre os anos de 2016 e 2018. Sousa e Brandão (2022, no prelo) notam como esse sujeito é constituído nos enunciados de algumas dessas canções: passíveis de condenação, sofrem as consequências por carregarem consigo a volúpia dada pelo diabo. Os cartazes que vemos erguidos pelas manifestantes: “Me visto para mim e não para você” e “Meu corpo minhas regras”, ajudam, juntamente com a performance das manifestantes, a constituir o contradiscurso feminista a esses enunciados que são retomados para “justificarem” o estupro “porque estava bêbada”, “porque provocou”, “porque a saia era curta demais”, “porque não passa de uma vadia”. Enunciados que formam, com outros, discursos misóginos que o poder patriarcal formula e coloca em constante funcionamento.

3 Considerações finais

As imagens que compõe o breve *corpus* deste estudo corroboram a leitura de Deleuze (2017, p. 13, aula 01) sobre os regimes de ver e falar de determinada formação histórica, quando delimita que “cada época se define pelo que ela vê e faz ver e por aquilo que ela diz”. Ao demarcar as condições de visibilidade e de enunciado de uma dada temporalidade histórica, esse autor é ainda mais categórico, quando reitera que “cada formação histórica *vê e faz ver tudo o que pode*, em função de suas *condições de visibilidade*, assim como diz tudo o que pode, em função de suas *condições de enunciado*” (DELEUZE 2019, p. 63. Aula 01. Grifo nosso), corroborando os apontamentos foucaultianos indicados em *A Arqueologia do Saber*. Deleuze enfatiza que não há um primado do enunciado sobre as visibilidades ou do discursivo sobre o não discurso⁴, e essa inter-relação demarca o que pode ser visto ou dito sobre as lutas feministas indicadas nas imagens escolhidas. Cada imagem integra uma formação histórica, agencia visibilidades e dizibilidades singulares, nas quais os regimes de luz e de enunciados tencionam práticas de aprisionamento e liberdade. A escolha das três imagens, que integram nossa discussão, parte de uma problemática específica, a partir do qual dirigimos nosso olhar sobre as formas de ver e falar de algumas das várias lutas feministas, historicamente produzidas, e sobre a incidência do patriarcado sobre as condutas das mulheres, de ontem e hoje.

Enclausuramento social. Enclausuramento étnico-racial. Enclausuramento econômico. Enclausuramento estético. Enclausuramento heteronormativo. Enclausuramento moral. É, portanto, contra o enclausuramento, contra as camisas de força, contra as prisões que os enunciados e as visibilidades feministas se unem para uma formação histórica que pretende outros saberes, outras verdades que não as que são produzidas pelo patriarcado em relação às mulheres. Nesse sentido, o desejo de liberdade move as práticas feministas na tentativa de se constituir uma outra vontade de verdade que não tenha no masculino a formação de toda razão e de todas as racionalidades (SWAIN, 2013). Mas é necessário pensar sobre a liberdade, como mencionamos, para

⁴ O saber, formado a partir do agenciamento entre o visível e o enunciável, constitutivos de uma formação histórica, corresponderá ao que Foucault, nos estudos da genealogia do poder, irá nomear de dispositivo, conceito voltado para o estudo das condições de ver e falar de uma época (DELEUZE), proveniente da inter-relação entre as práticas de visibilidade e de enunciados ou das praticas discursivas e não discursivas.

além da repressão e da opressão. Foucault (1995) nos mostra em diferentes análises que o poder nunca é jamais, somente, da ordem da repressão ou da opressão, pois ele é produtivo, produz sujeitos, saberes, e verdades. Nesse sentido, as opressões podem ser bem mais sutis e, portanto, ardilosas do que se costuma notar. É por isso que, quando fazemos circular enunciados como os que vemos nos cartazes da figura 3, devemos nos perguntar: que regras são essas? Como foram constituídas? Não estamos, aqui, de forma alguma, desmerecendo tais enunciados, que são necessários para a luta contra o machismo, mas observar as sutilezas dos exercícios de poder e de suas técnicas sobre nós é necessário para que novas estratégias de luta sejam (re)pensadas. A ascensão do sujeito fascista ao poder executivo e legislativo nos mostra claramente que estamos sob a constante ameaça da emergência desse sujeito. Um sujeito que o poder patriarcal constitui, por isso, acreditamos que uma luta antifascista é, sobretudo, uma luta feminista.

Há muito que uma verdade sobre a luta, cremos que, muito fortemente, desde a revolução francesa, a coloca na lógica das grandes demonstrações de bravura, do enfrentamento físico, dos protestos de rua, das revoluções etc. Todavia, as relações de poder, a noção de que o poder é uma força produtiva, que é, também, infinitesimal (FOUCAULT, 1985;1995) nos conduz a também pensar nas lutas de forma infinitesimal. Como fazer do nosso desejo de liberdade uma técnica de si para nos conduzirmos a uma existência ética, bela? (FOUCAULT, 2004) Como constituir subjetividades feministas sem a falácia patriarcal do autoritarismo? Sem o engodo da prescrição, técnica de poder-saber do dispositivo de menoridade? (MARTINS, 2020) Como estabelecer um diálogo sem a arrogância dos regimes de saber e a nossa vontade de estabelecer uma única verdade? Como estabelecer estratégias de lutas contra um poder que borra todas as práticas discursivas, que nos ilude que somos livres e podemos fazer o que quisermos, como é o caso do neoliberalismo? Sabe-se muito bem (e estamos discutindo isso neste artigo) que as mulheres exercem sua liberdade de forma muito mais limitada do que os homens (OKSALA, 2019).

Mas os questionamentos que fazemos não configuram em desmerecimento das lutas feministas, que são grandes e relevantes. Não estamos falando de separações nem de rupturas nem de individualizações. Estamos falando de ressignificações, de avanços na crítica aos exercícios de poder, em desamarrar as camisas de força que se camuflam nos hábitos, por exemplo. Estamos falando de uma luta em prol de um feminismo que

aprenda a conduzir as condutas eticamente tentando se livrar das cegueiras que os poderes produzem. Mas sempre que precisarmos marchar e publicizar nossa luta, sempre que precisarmos transformá-la em visibilidade midiática, sempre que as lutas exigirem enfrentamentos é com as vadias que iremos marchar.

Contribuição

Ana Christina de Pina Brandão: Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição; **Antônio Fernandes Júnior:** Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição.

Referências

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Djamila Ribeiro (coord.). São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos plurais).

BERTH, Joice. Empoderamento. Djamila Ribeiro (coord.). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos plurais).

BRANDÃO, Ana Christina de P. **O acontecimento discursivo do “feminejo”**: uma reflexão sobre o empoderamento e os regimes de verdade nas canções de Marília Mendonça. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10815>. Acesso em 05 out. 2020.

DELEUZE, Gilles. Os estratos e as formações históricas: o visível e o enunciável (saber). *In*: DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Cláudia Sant’ São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 57-77.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas. Tradução: Cláudio Medeiros, Mario A. Marino. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2019/12/11/deleuze-acerca-das-formacoes-historicas-em-foucault-transcricao-de-oito-aulas-em-portugues/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos & Escritos V).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Frago de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na época clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: um resumo do trabalho em curso. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. (Coleção Ditos & Escritos IX).

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**. Curso no Collège de France (1980-1981). Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2017.

KRÜGER JUNIOR, Dirceu A. O conceito de desejo em Michel Foucault como um dispositivo político na perspectiva de fundamentação de um “tornar-se outro”. **Revista Seara Filosófica**, Pelotas, RS, n 21, pp 89-104, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/19764/12907> Acesso em: 29 jan. 2022

LIMA, Juliana D de. Feminismos: origens, conquistas e desafios no século 2. **Nexo Jornal**. 03 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/03/07/Feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-s%C3%A9culo-21>. Acesso em: 12 jan. 2022

MARTINS, Maria Marta. **O dispositivo de menoridade e as formas de governo das condutas na contemporaneidade**. Tese. (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10426>. Acesso em: 02 out. 2020

OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. *In*: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (coord.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019. (Coleção Entregêneros).

PINTO, Célia Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do povo brasileiro).

RAGO, Margareth. Foucault em defesa de Eva. *In*: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (coord.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 175-189. (Coleção Entregêneros).

REDE BRASIL ATUAL. ‘Marcha das Vadias’, em São Paulo, critica o machismo. 04 jun. 2011. Foto de: Danilo Ramos. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/06/marcha-das-vadias-em-sao-paulo-faz-forte-critica-ao-machismo/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

RESENDE, Milka de O. Movimento sufragista. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimento-sufragista.htm>. Acesso em: 13 jan. 2022

Rossi, Aline. 52 anos do protesto que não queimou sutiãs. **Feminismo com Classe**. 09 set. 2020. Disponível em: <https://feminismoclasse.medium.com/52-anos-do-protesto-que-n%C3%A3o-queimou-suti%C3%A3s-f38faf5349e1>. Acesso em: 13 jan. 2022

SOUSA, Kátia M, BRANDÃO; Ana Christina de P. “O ‘feminejo’ agrega, a esquerda perde aliados importantes”: as posições-sujeito mobilizadas em um artigo de opinião da mídia digital em reflexão frente à análise de enunciados de canções do “feminejo”. *In*: CUTRIM, Ilza G; ARANHA, Marize B R e CRUZ, Mônica da S. **Estudos da Linguagem**: Instrumentos teóricos e metodológicos, Vol II. Maranhão: EDUFMA, 2022, no prelo.

SWAIN, Tania N. Mulheres indômitas e malditas: a loucura da razão. *In*: MUCHAIL, Salma; FONSECA, Marcio A.; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *O mesmo e o outro*: 50 anos de História da Loucura. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção Estudos foucaultianos).

Recebido em: 15 de abril de 2022

Aceito em: 03 de junho 2022

Publicado em agosto de 2022

Ana Christina de Pina Brandão
E-mail: ana.chrisbrandao@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6811-2389>

Antônio Fernandes Júnior
E-mail: antonio_junior@ufcat.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4969-0407>

From the enunciable to the visible and from the visible to the enunciable: the scintillations and reverberations in feminist movements/manifestations

Do enunciável ao visível e do visível ao enunciável: as cintilações e reverberações presentes em manifestações feministas

Ana Christina de Pina Brandão
Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, Brasil

Antônio Fernandes Júnior
Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, Brasil

Abstract: Gilles Deleuze, in 1985, at the University of Paris, in a course entitled *Michel Foucault: The historical formations*, in which he taught a total of 08 classes with the proposal of trying to answer what knowledge is, tried to show it as something formed from discourses (statement regimes) and from what is visible (visibilities), which, in the *Archeology of Knowledge*, Foucault (2002) called a non-discursive field, system or domain. In this article, we analyze three images of feminist movements/manifestations with the goal of trying to see what types of enclosures they mobilized and are mobilizing against. We also try to understand the driving force that illuminates these movements/manifestations, performing a look conversion process to capture the statement and, therefore, also the visibility, to reflect on the interrelation of the visible with the sayable on women's conducts conduction, produced historically. The analysis therefore is managed by the theoretical/procedural postulates of *The Archeology of Knowledge*, but inspired by Deleuze's reading of the mentioned work. Researchers such as Margareth Rago, Tânia Navarro Swain, Krüger Junior, among others, also contribute to the reflections that are made.

Keywords: Statements; Visibilities; Enclosures; Desire; Freedom

Resumo: Gilles Deleuze, em 1985, na Universidade de Paris, num curso intitulado *Michel Foucault: As formações históricas*, em que ministrou um total de 08 aulas com a proposta de tentar responder o que o que é o saber, procurou mostrá-lo como algo formado a partir de discursos (regimes de enunciados) e a partir do que é visível (as visibilidades), o que, na *Arqueologia do Saber*, Foucault denominou de campo, sistema ou domínio não-discursivo. Neste artigo, analisamos três imagens de manifestações feministas com o objetivo de tentar ver contra quais tipos de enclausuramentos elas se mobilizaram e se mobilizam. Procuramos, ainda, tentar perceber a força motriz que ilumina essas manifestações, efetuando um processo de conversão do olhar para captar o enunciado e, logo, também, a visibilidade, para refletir sobre a inter-relação do visível com o dizível sobre a condução de condutas das mulheres, produzidas historicamente. A análise



atende, pois, aos pressupostos teórico/procedimentais de *A Arqueologia do Saber*, mas inspirada na leitura de Deleuze sobre a referida obra. Contribuem, também, para as reflexões realizadas, pesquisadores como Margareth Rago, Tânia Navarro Swain, Krüger Junior, dentre outros.

Palavras-chave: Enunciados; Visibilidades; Enclausuramento; Desejo; Liberdade

1 Introduction

In 1985, at the University of Paris, Gilles Deleuze taught the first of two courses dedicated to the thought of Michel Foucault. In the first one, entitled *Michel Foucault: As Formações Históricas (Michel Foucault: the historical formation¹s)*, Deleuze proposed, in 08 classes, to try to answer the question: “What is knowledge?”, starting from a careful reading of *A Arqueologia do Saber (The Archeology of Knowledge²)* (FOUCAULT, 2002), inter-related to other books from the archaeological period, when the philosopher sought to show knowledge as something that is formed from discourses (statements regime) and from what is visible (visibilities). Deleuze calls, therefore, visibility what Foucault (2002), in *Archeology*, named as a non-discursive field, system or domain. For Foucault, thus, there are relations between seeing and speaking. However, as Deleuze shows us, this relationship is neither perennial nor stable nor simple, since “[...] What we see is never found in what we say [...]” (FOUCAULT apud DELEUZE, 2017, p. 37, class 05)

If what we see is never found in what we say, what is found between the statement and the visibility – or the discursive and the non-discursive – is a relation non-relation. Between seeing and speaking we have a process of double capture, because there is no direct or cause and consequence relation, but “mutual capture between the visible and the storable, from the visible to the storable and from the storable to the visible.” (DELEUZE, 2017, p. 12, class 06). The researcher, in different classes, takes examples from the book

¹ The English translation of those classes/lectures is available at: <https://deleuze.cla.purdue.edu/seminars/foucault>

² Since all works used as reference to write this paper were written or translated into Portuguese, their titles will be kept in Portuguese at the Reference Section of this paper. However, it is necessary to mention that we consulted the works by Foucault and Deleuze translated into English to assure all the literal quotations from those works to were the same as original English translation. For the sake of space we could not write them at the References, but they can all be read online.

História da loucura (History of Madness) (FOUCAULT, 2013) to reaffirm his arguments about such relation, explaining that the general prison is the visibility of madness and the medical statements speak of unreason, but it is not about the same thing. In that work, Foucault analyzes how, in the 17th century, the police action of locking up individuals considered mad, along with vagabonds, unemployed, beggars, etc. made madness to be seen not based on medical knowledge, but on certain forms of conduct that were considered inadequate or undesirable, since for the knowledge of this historical formation, these individuals polluted the streets, caused embarrassment, challenged the “normality” of the time, bothered. It was necessary to sanitize them, taking them out of circulation. In the gathering of different types of individuals, what the general hospital made to see and produced as visibility was a kind of subject of madness, which was not defined by medical knowledge, but by a way of conduct considered, as we mentioned, inadequate, unwanted by the authorities.

What medical knowledge and the statements of this formation made to emerge was the subject of unreason. Historically, it is not the same. The mad people did not need, and even today, they do not need to be schizophrenic, psychopath, sociopath, maniac, obsessive to be considered mad, they just need to behave in a way that can classify them as such. Based on Foucault's analysis of madness and of the dispositive of sexuality (FOUCAULT, 2013; 2017), we do not consider it inconsequential to state how heavy women had paid for the emergence of this subject made possible both by the general hospital and by medical knowledge. They all could and can be classified as mad. It was enough (and it is enough) for them to, minimally, challenge the norms of conduct that they “should follow”, what was expected of them, to be taken as subjects of madness, of hysteria, since, in the capture of medical statements and the visibility of madness, they could be classified as hysterical and thus enclosed, banished, sterilized.³

³ In *História da Loucura (History of madness)* Foucault reflect on female hysteria, noting the statements about it much more as an image than as a disease. In his words: “[...] Hysteria was often perceived as being the effect of an internal heat that spread throughout the body, an effervescence or ebullition constantly manifested in convulsions and spasms. The heat was thought to be similar to the amorous ardour with which hysteria was often linked, as in young women seeking a match or young widows who had lost their husbands.? [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 280). In *A história da sexualidade: vontade de saber (The History of Sexuality 1: The Will to Knowledge)*, the philosopher analyzes how the medical knowledge constituted in relation to hysteria would gain, from the 18th century, through a dispositive of sexuality, the establishment of the rule between the abnormal and the normal (FOUCAULT, 2017). The exercise of power over women's bodies, through the norm, will make them the target of increasingly violent medical interventions, such as sterilization. (FOUCAULT, 2017). This because the knowledge about hysteria denominated the female body as more likely to suffer from this disease due to their reproductive organs,

In this paper, inspired by Deleuze's reading of *A arqueologia do saber* (*The Archeology of knowledge*) (FOUCAULT, 2002) and driven by the desire to reflect on the theme of freedom, or rather, the practices of freedom from a Foucauldian perspective, we analyze three images of relevant feminist movements/manifestations, once they illuminate some of their struggles between the 20th and 21st centuries, with the goal of trying to see what types of enclosures they mobilized and are mobilizing against. The struggle for the right to vote, the questioning of sexist practices in beauty pageants and the debates on rape culture compose statements and visibilities regimes that the chosen images assemble. Each image adds unique visibilities and articulabilities, in which the light and statements regimes project practices of imprisonment and freedom. We also try to understand the driving force that illuminates these movements/manifestations, not totally hidden, nor totally visible (FOUCAULT, 2002). We will try, so, to perform a look conversion process to capture the statement and, therefore, also the visibility, to reflect on the interrelation of the visible with the sayable (articulable) on women's conducts conduction, produced historically.

Thus, we are obviously considering the notion of statement and, therefore, of discourse, which *The Archeology* sustains: dispersed in time, discontinuous, stage of events, whose conditions of existence are always historical. However, to be coherent with the objectives proposed in this article, we will call the images that we put under analysis by statements-visibilities. They are part of a great feminist historical formation that so many other statements help to compose. In this way, From the enunciable (articulable) to the visible and from the visible to the enunciable (articulable) they (the images) make things scintillate, there is a light that gathers on them (DELEUZE, 2005).

Our effort is to try to capture this light by revealing statements. Deleuze states that, when splitting things, or rather, when visibilities allow us to split things, we cause countless statements to be revealed, in the same way that, when opening sentences, we reveal visibilities (DELEUZE, 2017, pp. 13-15, class 07). Thereby, the analysis, perhaps, itself, tries to see beyond the dust of the battle between seeing and speaking (DELEUZE, 2017, class 05). But, certainly, we say nothing here outside our experience with

their body, whose interior is easily penetrable. (FOUCAULT, 2013). Furthermore, from the 19th century, with the development of psychiatric knowledge, medical statements about female hysteria would become even more potent. Psychiatric statements about female hysteria and the exercise of power over the women's body made possible by medical knowledge would lead countless women, as stated by Tânia Navarro Swain (2013), to be enclosed, treated, corrected.

knowledge and power, since the will and desire that drive our writing are historical (FOUCAULT, 2006). If we can and want to split things and open words, it is because we have been, before, captured by statements and visibilities, as Deleuze himself says. And if the statements we reveal in this article can make something to be seen, may it can also be the desire we see illuminating the images we analyze.

2 The scintillations and reverberations of the images under analysis: the struggle against enclosure and the desire for freedom

In image 1, we can see suffragette Emmeline Pankhurst (1858-1928) being arrested while trying to deliver a petition to King George V, in 1914, at the door of Buckingham Palace. The suffragettes were a more radical group than the other suffragist ones in the United Kingdom, once to draw attention to the causes they defended, they were willing to go to prison and even injured.

Image 1 - Suffragette Emmeline Pankhurst (1858-1928) being arrested



Source: Brasil Escola

The suffix *ette*, by the way, is a pejorative diminutive, which was coined in an article published in *The Daily Mail* in an attempt to minimize and ridicule them before the other suffragist groups (LIMA, 2020). According to Lima (2020), the term in question was triumphantly adopted by this group of women.

It is known that, in addition to performing public acts and walks, the suffragettes broke windows, tied themselves to public buildings and caused fires, all so that their demands could be heard and seen. Nothing like the peaceful tone of the other suffragette groups. Mad women, therefore. The image shows the violent manner in which Emmeline was detained, both by the way the policeman immobilizes her and holds her arms and by the suspension of her body, as if it were a straitjacket. The man on the left, visibly angry, can represent, without exaggeration or speculation, the face of an angry patriarchy that considered them hysterical. This same patriarchy that, for centuries, has tried to enclose women in different ways. Cunha states that “[...] Any vague desire for independence, any attempt to escape biological destiny, customary tasks and subjectivation were punished by internment [...]” (1989 APUD SWAIN 2013, p. 228). The researcher specifically refers to women who were admitted to the Juqueryi psychiatric hospital, in the city of São Paulo, at the beginning of the 20th century. But it is difficult to say at what time in the history of the west, as we mentioned before, women were not enclosed in some way, if not within four walls, within themselves, in norms and rules of race, gender definitions, within their chores. If in ancient Greece women did not have any right of speech or social action, if they were conditioned to be someone's wife or daughter (FOUCAULT, 2014), if in the 14th and 15th centuries a violent pastoral hunted witches and eliminated them in bonfires (SWAIN, 2013), it is difficult to know when patriarchal power did not constitute a regime of truth that concentrated in the phallus and in the masculine, the origin and maintenance of reason and rationalities (SWAIN, 2013).

We do not believe that it can be said that medical statements about unreason constituted, in the 17th century, the reason as something belonging to masculine domination, as Swain (2013) notes, since it already existed, in previous centuries, in dispersed statements, in diverse practices to constitute a discourse of privilege to men. If something can be formulated in discourse, it is because there are historical conditions for it (FOUCAULT, 2002). But what the mentioned century began, without any doubt, was to endow medicine with the power to say about reason, to exclude the normal ones from the abnormal ones through medical knowledge, and among the abnormal ones, women are included (SWAIN, 2013). And such an epistemic movement, such an exercise of power, had devastating effects for women. History, as Foucault (2002, 2006, 2013) shows us, is full of ruptures. The maxim of “it's always been this way” is a fallacy of the games

of truth. It is in the “change of the episteme that the meanings and the social imaginary are transformed, giving rise to other problems, other representations and other social practices” (SWAIN, 2013, p. 226). Therefore, it is in the reformulations of the discourse on madness, it was in the power-knowledge of medicine, with great force, that it was possible to attribute scientificity to the inferiority of women in relation to men and to give conditions of possibility to be effectuated, in the 19th century, women’s general enclosure, not only the physical one, but the moral one, the social one:

The 19th century effectuated the women’s general enclosure in the West, without walls, without asylum, without prison: it is an enclosure in the exclusion of public space and civic rights, in a set of laws that mark the seal of weakness, ignorance, of the most diverse prohibitions: to work, to study, to go out, to write, to express oneself. (SWAIN, 2013, p. 230).

In image 1, we can see the interrelation between the visible (sites of power) and the articulable (ways of saying) from a movement that excludes women from political spaces and/or other professional ones. The medical statements constituted a visibility of a female subject whose mental faculties did not allow her to enjoy the same prerogatives of men in those spaces. The attempts to break with such a constitution, obviously, could not be dealt with if not through the straitjacket, imprisonment, enclosure, as can be noted from the image in question. Emmeline Pankhurst’s prison, showed in the image, dates from the early 20th century. The first reported women’ meetings to fight for suffrage date back to the end of the 19th century. But if power relations are intensified, resistance is also intensified. If the visibilities are “[...] complexes of actions and reactions, multi-sensorial complexes of actions and reactions, of actions and passions [...]” (DELEUZE, 2017, p. 18, aula 04), beyond a patriarchy always ready to enclose and interdict women, especially those who dare to escape from the illusory and violent prerogative of inferiority in relation to men, image 1 also shows us a desire for freedom and it is this desire that illuminates the images that we analyze in this article. If we look closely at image 1, we can see that the suffragette did not seem to consent to the arrest passively. The fact the policeman had picked her up may indicate certain resistance to leave the space “with sweetness and politeness”, as it is expected of every woman. She also seems to be saying something or trying at least. It is the desire for freedom from the enclosure, oppression and violence they suffer that seems to move feminist subjects in their struggles, at least in the images we observe.

We consider it necessary to clarify that the notion of the desire for freedom and we are reflecting about is based on Foucault's studies of power and truth. Deleuze mentions about desire as a third axis of the author's thought: the first being knowledge, the second being power and the third being desire, believing that there is a displacement from one axis to another (DELEUZE, 2017, p. 7, class 3). Krüger Junior (2020), not very differently from Deleuze, understands that desire permeates Foucault's work, with an notion evolution from the French philosopher's incursion into the genealogy of ethics. The researcher notes the desire in Foucault, from the mentioned genealogy, as a kind of political despositive for a self-recreation foundation. (KRÜGER JUNIOR, 2020).

We corroborate the author's hypothesis that the concept of desire, as well as of power, is expanded in Michel Foucault's immersion in the constitution of what can be understood as a history of governmentality, in particular, from his reflections on the government of self. However, we believe that it is not desire alone that moves individuals to become other subjects, but rather a desire for freedom. We take the desire for freedom as a driving force for the desubjectivation of despositives of power, their techniques and technologies, a driving force for counter-conducts (FOUCAULT, 2008). Furthermore, our hypothesis is that the desire for freedom, ethically constituted, can be considered a technology for the care of the self, a technology of the self for the construction of a beautiful existence (FOUCAULT, 2004). Understanding the desire for freedom as a technology of the self, therefore, ethically constituted, the concept of freedom, obviously, assumes an ethical concept too. The concept of freedom, from the archegenealogy, though, can be slippery, since it transits according to the discursive formations of each time. The concept of freedom does not escape from the rationalities, the despositives of power that constitute it according to their technologies of truth, such as those of neoliberalism, for example, in which income is almost the only condition for freedom. However, we are still not interested in discussing the ethics of the desire for freedom of the feminist statements-visibilitys that we analyze in this paper, but rather how it is a light that is gathered in our *corpus*. (DELEUZE, 2017, p. 13, class 04). In this work, we see this desire as the driving force behind the feminist struggle to establish women as legal subjects and as feminine subjects that claim for other truths such as those that are not constituted by the mechanisms of knowledge and the technologies of power of a

patriarchy, which enclose them in rules and norms of conduct, esthetics and existence. And that's exactly what we notice in the next image.

Image 2 – Protest Against *Miss America*



Source: Feminismo com classe

It portrays a moment of the protest that involved about 200 American women, in September 1968, against Miss America⁴, which goal was to criticize the machismo, racism and capitalism that marked this pageant. The puppet being carried by one of the participants shows the desirable body to win it: the thin waist, the large breasts, the white skin, the very well combed and straight hair, obviously. We can see a chain tied to the puppet's waist and, likewise, two protesters with chains tied around their necks. The enclosure, the prison that is simulated, through the puppet and the chains, is that of esthetics based on a discourse of femininity as the norm for the manners of being a woman. The enclosure that is simulated and from which the protesters claim for freedom is that of a laughable statement, but one that haunts feminine subjects and sums up well one of the truths the technologies of gender develop: “bela, recatada e do lar”⁵, preferably white, quite, slim and always with a friendly smile.

We consider it necessary to mention that black, non-white, non-straight feminists have shown, in important works, such as those by Joyce Berth (2019), in the book *Empoderamento* and Carla Akotirene (2019), in the book *Interseccionalidades*, both from

⁴ *Miss America* is a beauty pageant that has been held in the United States since the 1920s, with the participation of a representative from each of the American states. The purpose of the contest is to choose the most beautiful woman in the United States, who will carry the title for a year and compete for another beauty contest of international character, *Miss Universe*. The Brazilian version of the contest, *Miss Brazil*, has been taking place since the early 1950s. The candidates parade in different outfits, including bathing suits, and answer questions from the judges. In 2018, the American version abolished the parade, or rather, the swimsuit test.

⁵ In English, it could be translated as: “beautiful modest housewife”.

the collection *Feminismos Plurais*, as race, ethnicity, sexuality and social class place women, under such intersectionality categories⁶, in underprivileged positions in power relations. The chains that imprison them end up excluding them in even more violent ways from social spaces and the different types of violence they suffer are even more absurd than what other women suffer. It is also worth mentioning that the protest of the image under analysis, which had great black feminists's supporting and protagonism, on the contrary to what is said, is considered a very important event, since it inspired the consolidation of what became known as "women's liberation movement", in the United States, a movement that, in turn, inspired feminist movements in different countries, including Brazil, to review and re-elaborate their struggles guidelines. (PINTO, 2003; ROSSI, 2020).

The statement on the poster: "Can make-up cover the wounds of our oppression?", helps to compose the desire for freedom that the image shows us. The term "oppressions", as we have already commented, refers to the normative femininity which conditions women to a submissive and objectified subjectivity, but also refers to the ills of racism and poverty, at the same time that it illustrates, with the puppet, as women were led to privilege the esthetic by power relations. There are no beauty pageants without candidates and an audience for it. As we can see, the straitjackets or prisons that enclose women, that lock them in and out, are not always visible to the naked eye, but neither are they completely hidden. They can keep, in the subtlety of femininity as norm, the men's power over their bodies, their subjectivities, their desires (SWAIN, 2013; OKSALA, 2019).

It is important to mention that we are not making a timeline of the feminist struggles, as if they were monolithic and had different agendas at each time. It is obvious that the suffragist movement demanding women's participation in the political scenario as voters promoted the creation of laws, as we said, that ensured women in large part of the West (since suffrage also took place in other countries beyond England and the United States) to be included in the constitutions of their countries as legal subjects, holders of rights. At that time, becoming a subject of rights was the most necessary move for the

⁶ According to Brandão (2020, p. 62) "The concept of intersectionality was coined by Kimberlé Crenshaw, an American jurist and professor of critical race theory, and formally used by her for the first time in 1991, in an article published in the specialized legal magazine *Stanford Law Review*". Akotirene (2019) argues that intersectionality is not just a theoretical concept, but also a methodological tool to analyze racism, capitalism and cisheteropatriarchy as not separated categories from the modes of oppression that decriminalization produces.

reasons we discussed earlier. However, other events took place at the time of the women's struggle for suffrage, as the feminist philosopher and historian Margareth Rago (2019, p. 186) shows us when reporting the publication of the book *A mulher é uma degenerada?*, by anarchofeminist Maria Lacerda de Moura (1887-1945), in 1924, in which “[she] refutes the Lombrosian theories and the argument women’s biological inferiority”. The right to vote for women who were employees and literate took place in Brazil, in 1932. Once again we turn to Foucault (2002) to address the discontinuity of history. Before the suffragists, other women, at different times and places, had resisted by criticizing male dominance. It is undeniable, however, that winning the right to vote was fundamental for feminist agendas to advance and women to begin to enter the political scene, in order to conquer rights denied to them. But, it is clear that becoming subject of law, a legal subject has not guaranteed the fight against misogynistic practices, as the alarming numbers of rape and femicide in this country and in so many others around the world show us.

Image 3 - SlutWalk



Source: Rede Brasil Atual

Image 3, by the way, captures a three protesters’s performance in the SlutWalk, in São Paulo City, in 2011. Each of the three with an apple in their mouth. The apple is the symbol of original sin, in which women were blamed for men’s (and the whole humanity) misfortune, since Eve ate the forbidden fruit (the apple) and convinced Adam, poor seduced male, to eat it too, thus losing the heaven promised by God. Since then, Eve would represent all women. Rago (2019), in an article entitled *Foucault em defesa de Eva*, comments on how the French philosopher stands in defense of Eve in 04 different moments, one of them, in the course *Do governo dos vivos (On the Government of the Living)*, taught at Còllege de France, in 1980, when he mocks Father Tertullian for being

the inventor of the wonderful idea of original sin and women as the devil's gateway (FOUCAULT, 2014, apud RAGO, 2019). The author cites in full the excerpt the father addresses women in *La toilette des femmes*⁷ (*De cultu feminarum*)

1. Você dá a luz em meio a dores e ansiedades, mulher; Você sofre a atração de seu marido e ele é seu mestre. E você ignora que Eva é você? 2. Ela ainda vive nesse mundo, a sentença de Deus contra o seu sexo. Então viva, como acusada. Você é a porta do diabo [...] (TERTULLIEN, 1971, p. 43 APUD RAGO, 2019, p. 181)

Foucault (2002), as we have already said, tells us that all statement is preceded by another, since what is articulatable and what is not are constituted by the memory that other statements impregnate them. The pastoral's disservice in blaming women for the fall of humanity has strong resonance even today. The three protesters, walking with apples in their mouths, mock and protest against the moral straitjacket with which Christian discourse and pastoral practices have tried to imprison women since the first centuries AD. The desire for freedom, so, turns against the moral prison that the mentioned discourse and practices have contributed and contribute to enclosing women in a kind of guilty female subject, therefore, liable to be punished, violated, banned. The SlutWalk, by the way, was an attempt to respond to statements that blame women for rape and for the physical and psychological violence they suffer. The guilty female subject is part of the social imaginary and can be observed in songs such as those by the "feminejo", for example, which were considered empowered and feminist by digital media articles between 2016 and 2018. Sousa e Brandão (2022, in press) note how this subject is constituted in the statements of some of these songs: blameworthy, they suffer the consequences for carrying with themselves the voluptuousness given by the devil. The posters that we see raised by the protesters: "Don't tell me how to dress (Tell them not to rape)" and "My body my choice"⁸, help, along with the protesters' performance, to constitute the feminist counter-discourse to the statements that are taken up to "justify" rape "because she was drunk", "because she turned me on", "because her skirt was too

⁷ *On the Apparel of Women On the Dress of Women. De cultu feminarum*. As there is not a more modern translation in English for the excerpt, we decided to maintain it in Portuguese, but it can be read in English at: <https://www.ewtn.com/catholicism/library/on-the-apparel-of-women-on-the-dress-of-women-de-cultu-feminarum-11398>

⁸ In literal translation: "Me visto para mim e não para você": "I dress up for myself and not for you" and "Meu corpo minhas regras": "My body my rules".

short”, “because she is nothing but a slut”. Statements that form, with others, misogynistic discourses that patriarchal power formulates and makes to be constantly enunciated.

3 Conclusion

The images that make up the brief *corpus* of this study corroborate Deleuze's (2017, p. 13, class 01) reading on the regimes of seeing and speaking of a given historical formation, when he delimits that “each period defines itself above all by what it sees and makes seen and by what it says”. Demarcating the conditions of visibility and statement of a given historical temporality, this author is even more categorical, when he reiterates that “each historical formation *sees and reveals* all it can within the *conditions laid down for visibility*, just as it says all it can within the *conditions relating to statements*” (DELEUZE, 2019, p. 63. Our emphasis), corroborating the Foucauldian notes indicated in *A Arqueologia do Saber (The Archeology of Knowledge)*. Deleuze emphasizes that there is not primacy of the statement over the visibilities or of the discursive over the non-discursive⁹, and this interrelation demarcates what can be seen or said about the feminist struggles indicated in the chosen images. Each image integrates a historical formation, assemble unique visibilities and articulabilities, in which the light and statements regimes project practices of imprisonment and freedom. The choice of the three images, which integrate our discussion, starts from a specific problem, from which we direct our look on the ways of seeing and speaking of some of the various feminist struggles, historically produced, and on the incidence of patriarchy on women’s conducts conduction, yesterday and today.

Social enclosure. Ethnic and racial enclosure. Economic enclosure. Esthetic enclosure. Heteronormative enclosure. Moral enclosure. It is, therefore, against enclosure, against straitjackets, against prisons that feminist statements and visibilities unite for a historical formation that seeks other knowledge, other truths than those produced by patriarchy in relation to women. As such, the desire for freedom moves

⁹ Knowledge, formed from the assemblage between the visible and the articulable, constitutive of a historical formation, corresponds to what Foucault, in the studies of the genealogy of power, named as *dispositive*, a concept focused on the study of the conditions of seeing and speaking of a period (DELEUZE), resulting from the interrelation between the practices of visibility and statements or discursive and non-discursive practices.

feminist practices in an attempt to constitute another will to truth that does not have in the masculine the formation of all reason and all rationalities. (SWAIN, 2013). But it is necessary to think about freedom, as we mentioned, beyond repression and oppression. Foucault (1995) shows us in different analyzes that power is never, only, something repressive or oppressive, because it is productive, it produces subjects, knowledge, and truths. In this sense, the oppressions can be much more subtle and, therefore, elusive than it is usually noticed. That is why, when we make statements circulate, like the ones we see on the posters in Figure 3, we must ask ourselves: what kind of choice is that? How has it been constituted? We are not, here, in any way, demeaning such statements, which are necessary for the struggle against machismo, but to observe the subtleties of the exercises of power and their technologies over us is necessary for new strategies of struggle to be (re)thought. The rise of the fascist subject to executive and legislative power clearly shows us that we are under the constant threat of this subject's emergence. A subject that patriarchal power constitutes, so, we believe that an anti-fascist struggle is, above all, a feminist struggle.

There has been a long time, since the French Revolution, we believe, that the truth about the struggles has been very strongly constituted from the logic of the great demonstrations of bravery, physical confrontation, street protests, revolutions, etc. However, power relations, the notion that power is a productive force, which is also infinitesimal (FOUCAULT, 1985;1995) leads us to think of struggles as being infinitesimal too. How to make our desire for freedom a technology of the self to lead ourselves to an ethical, beautiful existence? (FOUCAULT, 2004) How to constitute feminist subjectivities without the patriarchal fallacy of authoritarianism? Without the lure of prescription, technique of power-knowledge of the dispositive of minority? (MARTINS, 2020) How to establish a dialogue without the arrogance of the knowledge regimes and our desire to establish a single truth? How to establish strategies of struggle against a power that blurs all discursive practices, that deludes us that we are free and can do whatever we want, as neoliberalismo does? It is well known (and we are discussing this in this article) that women exercise their freedom to a much more limited proportion than men (OKSALA, 2019).

But the questionings we are making do not constitute a discrediting of feminist struggles, which are large and relevant. We are not talking about separations or ruptures

or individualizations. We are talking about resignification, advances in the criticism of the exercises of power, in untying the straitjackets camouflaged in habits, for example. We are talking about a struggle for a feminism that learns to conduct conducts ethically, trying to get rid of the blindness that the powers produce. But whenever we need to walk and publicize our struggle, whenever we need to transform it into media visibility, whenever struggles demand confrontations, it is with the sluts we are going to walk along.

Contribution

Ana Christina de Pina Brandão: Writing – original draft, Writing – analysis, editing;
Antônio Fernandes Júnior: Writing – original draft, Writing – analysis and editing.

References

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Djamila Ribeiro (coord.). São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos plurais).

BERTH, Joice. Empoderamento. Djamila Ribeiro (coord.). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos plurais).

BRANDÃO, Ana Christina de P. **O acontecimento discursivo do “feminejo”**: uma reflexão sobre o empoderamento e os regimes de verdade nas canções de Marília Mendonça. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10815>. Acesso em 05 out. 2020.

DELEUZE, Gilles. Os estratos e as formações históricas: o visível e o enunciável (saber). *In*: DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Cláudia Sant’São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 57-77.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas. Tradução: Cláudio Medeiros, Mario A. Marino. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2019/12/11/deleuze-acerca-das-formacoes-historicas-em-foucault-transcricao-de-oito-aulas-em-portugues/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos & Escritos V).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Frago de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na época clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: um resumo do trabalho em curso. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. (Coleção Ditos & Escritos IX).

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**. Curso no Collège de France (1980-1981). Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2017.

KRÜGER JUNIOR, Dirceu A. O conceito de desejo em Michel Foucault como um dispositivo político na perspectiva de fundamentação de um “tornar-se outro”. **Revista Seara Filosófica**, Pelotas, RS, n 21, pp 89-104, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/19764/12907> Acesso em: 29 jan. 2022

LIMA, Juliana D de. Feminismos: origens, conquistas e desafios no século 2. **Nexo Jornal**. 03 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/03/07/Feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-s%C3%A9culo-21>. Acesso em: 12 jan. 2022

MARTINS, Maria Marta. **O dispositivo de menoridade e as formas de governo das condutas na contemporaneidade**. Tese. (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10426>. Acesso em: 02 out. 2020

OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. *In*: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (coord.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019. (Coleção Entregêneros).

PINTO, Célia Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do povo brasileiro).

RAGO, Margareth. Foucault em defesa de Eva. *In*: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (coord.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 175-189. (Coleção Entregêneros).

REDE BRASIL ATUAL. ‘Marcha das Vadias’, em São Paulo, critica o machismo. 04 jun. 2011. Foto de: Danilo Ramos. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/06/marcha-das-vadias-em-sao-paulo-faz-forte-critica-ao-machismo/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

RESENDE, Milka de O. Movimento sufragista. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimento-sufragista.htm>. Acesso em: 13 jan. 2022

Rossi, Aline. 52 anos do protesto que não queimou sutiãs. **Feminismo com Classe**. 09 set. 2020. Disponível em: <https://feminismoclasse.medium.com/52-anos-do-protesto-que-n%C3%A3o-queimou-suti%C3%A3s-f38faf5349e1>. Acesso em: 13 jan. 2022

SOUSA, Kátia M, BRANDÃO; Ana Christina de P. “O ‘feminejo’ agrega, a esquerda perde aliados importantes”: as posições-sujeito mobilizadas em um artigo de opinião da mídia digital em reflexão frente à análise de enunciados de canções do “feminejo”. *In*: CUTRIM, Ilza G; ARANHA, Marize B R e CRUZ, Mônica da S. **Estudos da Linguagem: Instrumentos teóricos e metodológicos**, Vol II. Maranhão: EDUFMA, 2022, no prelo.

SWAIN, Tania N. Mulheres indômitas e malditas: a loucura da razão. *In*: MUCHAIL, Salma; FONSECA, Marcio A.; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *O mesmo e o outro: 50 anos de História da Loucura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção Estudos foucaultianos).

Received on 15 April 2022
Accepted on 03 June 2022
Published on August 2022

Ana Christina de Pina Brandão
E-mail: ana.chrisbrandao@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6811-2389>

Antônio Fernandes Júnior
E-mail: antonio_junior@ufcat.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4969-0407>

**Vidas que incomodam:
Marielle Franco e o dispositivo colonial**

*Inconvenient lives:
Marielle Franco and colonial dispositive*

Ivânia dos Santos Neves
Universidade Federal do Pará, Belém, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O assassinato de Marielle Franco, em março de 2018, representou um duro golpe às bases democráticas do Brasil e a repercussão desse crime dividiu a população brasileira. Sua trajetória de vida e suas lutas como ativista em defesa das mulheres negras, das pessoas trans e das populações faveladas na cidade do Rio de Janeiro desafiaram as estruturas do dispositivo colonial. Ela criticou duramente as estruturas do patriarcado e as políticas de segurança pública. O objetivo deste artigo, fundamentado nos estudos do discurso foucaultianos e nas discussões decoloniais, é analisar como Marielle Franco colocou em circulação uma série de enunciados que desafiavam o dispositivo colonial no Brasil. Tomei como principal *corpus* de análise sua dissertação de mestrado, defendida em 2014 e uma entrevista que concedeu ao site Subjetiva em 2017.

Palavras-chave: Biopolítica; Estado racista; Vidas sem valor; Resistência

Abstract: The murder of Marielle Franco, in March 2018, represented a severe blow to Brazilian democracy and the repercussion of this crime divided the Brazilian population. Marielle Franco's life trajectory and her struggles as a militant in defense of black women, Transgender people and populations living in shanty towns in the city of Rio de Janeiro challenged the structures of the colonial device. She strongly criticized patriarchy structures and public security police. This article proposes to analyze, from the studies of Foucault's discourse and decolonial discussions, how Marielle Franco made visible a series of enunciation that contest the colonial dispositive in Brazil. I took as main corpus of analysis her master's dissertation, defended in 2014 and an interview given by her to the Subjetiva website in 2017.

Keywords: Biopolitics; Racist state; Worthless lives; Resistance



1 Primeiras palavras

No dia 30 de setembro de 2018, numa transmissão ao vivo pelo Facebook, os então candidatos e agora deputado federal e deputado estadual pelo Rio de Janeiro, Daniel Silveira (PSL) e Rodrigo Amorim (PSL), durante um comício em Petrópolis, quebraram uma placa em homenagem à Marielle Franco colocada na Praça da Cinelândia na capital do estado. As imagens desse acontecimento circularam intensamente pelas redes sociais dentro do clima de polarização que marcou as eleições de 2018 no Brasil. Para uma parte da população brasileira, mais um ato de violência e ódio contra a memória da vereadora e tudo que ela significava, para outra parte desta mesma população, eles estavam apenas preservando o patrimônio público da cidade e defendendo a democracia.

A realidade desigual da Cidade Maravilhosa talvez seja a principal vitrine do dispositivo colonial no Brasil, ela se inscreve como um nó numa rede de memórias que constantemente atualiza as relações de saber e poder institucionalizadas pela colonização. Espreado pelo Brasil, pelo continente americano e por todos os territórios onde se estabeleceu a colonização europeia, iniciada com as Grandes Navegações no século XVI, o dispositivo colonial (NEVES, 2009, 2015, 2020) agiu efetivamente como um biopoder baseado na segregação dos corpos, sem qualquer pudor de eliminar, quando possível, quem lhe fizesse oposição. E é justamente no rastro desta reação que os regimes democráticos são destituídos e ativistas são assassinados, perseguidos, exilados voluntariamente ou não.

Na América Latina, desde o início da colonização, as iniciativas de inclusão das populações mais pobres, compostas na maioria das vezes por indígenas, negros e seus descendentes, em política sociais, econômicas e culturais mais igualitárias sempre enfrentaram muita resistência por parte das oligarquias de poder organizadas em toda esta parte do continente, quer fosse no sul-sudeste brasileiro, em Buenos Aires, na Argentina, ou mesmo na Cidade do México. Essa situação não cessou com as independências políticas e chegou aos nossos dias numa constante aliança com o capital internacional. Esses grupos mantêm os três eixos fundamentais da colonialidade do poder propostos por Quijano (2005): a exploração econômica, a hierarquização das racionalidades e a inferioridade da mulher.

O dispositivo colonial se estruturou discursivamente e foi capaz de promover um poderoso processo de incomunicação entre as populações subalternizadas e suas memórias ancestrais. Nesse processo lhes coube uma única descendência, a europeia, ou, de forma ainda mais generalista, assumirem-se “filhos de deus”, duas discursividades que impuseram e continuam reforçando as estruturas do patriarcado. O poder pastoral sempre foi administrado pelos homens e em momento algum deixou de estabelecer a superioridade do homem branco e heterossexual.

Ainda hoje, esta superioridade normalizada entre nós, continua, por exemplo, nos trabalhos acadêmicos, chamando as mulheres de sujeito, apesar de a língua portuguesa aceitar sua flexão, mesmo quando são mulheres falando sobre mulheres. Então, como considero necessária a desconstrução das categorias coloniais, trato as mulheres da minha geração, que foram expostas a práticas discursivas semelhantes, assim como as mulheres da geração de Marielle Franco, cuja trajetória analiso, e todas as mulheres que ajudaram a construir este país, como sujeitas do discurso.

Na atualidade, o dispositivo colonial chegou potente às redes sociais da internet, desde as mais explícitas, até as mais subliminares postagens informais ou institucionalizadas. Os discursos de superioridade racial ainda são muito presentes e sem muita dificuldade, uma grande parte da população considera lícito o racismo, o sexismo, a homofobia, o trabalho escravo, ou mesmo tirar a vida de uma liderança política que se oponha a esta posição discursiva. Para Michel Foucault (1999, p.73):

Esse discurso agora vai desaparecer. Não será: "Temos de nos defender contra a sociedade", mas "Temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contrarça que estamos, sem querer, constituindo." Nesse momento, a temática racista não vai mais parecer ser o instrumento de luta de um grupo social contra um outro, mas vai servir de estratégia global dos conservadorismos sociais.

Por outro lado, as populações colonizadas também escreveram uma história de resistência e estes processos não conseguiram silenciar definitivamente esta “outra” e este “outro” do europeu e a trajetória de Marielle Franco marca uma emergência histórica deste processo de resistência. Ela entrou na política em 2006, para ajudar na primeira campanha de Marcelo Freixo, que foi seu professor no [cursinho pré-vestibular](#). Após a eleição de Freixo como deputado estadual, ela coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Em 2016,

aos 37 anos, foi eleita vereadora pelo PSOL com 46 mil votos, a quinta maior votação do Rio. Em sua primeira disputa eleitoral foi a segunda vereadora [mais votada](#).

Marielle Franco, uma sujeita de seu tempo, como intelectual e ativista esteve atenta às estruturas profundas desse sistema de desigualdade. Sua condição de mulher negra na Favela da Maré lhe permitiu experimentar “os discursos biológico-racistas sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação” (FOUCAULT, 1999, p.73).

Enquanto o mundo todo olhava para as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) como a solução da violência nas favelas cariocas, na condição de pesquisadora, ela mostrou em sua dissertação, como as UPPs faziam parte de uma política pública racializada, que criminalizava e punia apenas o varejo do tráfico, sem de fato propor inclusão social à população das favelas. Segundo sua análise, nos moldes como foram implementadas, as Unidades estavam fadadas ao fracasso (FRANCO, 2014). Suas ações como vereadora se voltaram para visibilizar esta situação e a mostrar com seus projetos de inclusão social um outro caminho possível.

O assassinato de Marielle Franco em março de 2018 representou mais um duro golpe às bases democráticas do país e em grande medida, somado à onda ultraconservadora que chegou ao poder em companhia de Jair Bolsonaro, produziu uma sensação de insegurança e determinou o autoexílio de políticos e pensadores de oposição que viviam ameaçados de morte. A notícia de seu assassinato percorreu o mundo e a pressão popular nas redes sociais forçou as corporações midiáticas brasileiras a flexibilizarem suas posições sexistas para ouvirem sua mulher, Monica Benício. A mulher de uma mulher negra da favela passou a frequentar os telejornais. Nos primeiros dias, apenas a esposa do motorista Anderson Gomes, Ágatha Arnaus Reis, apareceu nos telejornais. Monica Benício gradativamente se tornou uma referência na luta por punição aos culpados do crime.

O objetivo deste artigo, fundamentado nos estudos do discurso foucaultianos e nas discussões decoloniais é analisar como Marielle Franco colocou em circulação uma série de enunciados que desafiavam o dispositivo colonial no Brasil, quer fosse pela luta pela igualdade de gêneros, ou por descortinar o funcionamento de um Estado racista que deixa à margem de qualquer direito as populações das favelas cariocas. Tomei como corpus de

análise sua dissertação de mestrado, defendida em 2014 e uma entrevista que concedeu ao site Subjetiva em 2017.

2 Do dispositivo ao dispositivo colonial

Eu não estou interessado em nenhuma teoria, nem nessas coisas do oriente, nem no algo mais. A minha alucinação é compreender o dia-a-dia e o meu delírio a experiências com coisas reais
Belchior

O distanciamento entre “teoria” e “coisas reais” representa um dos principais desafios para pesquisadores da América Latina e de outras regiões do planeta, onde o sistema colonial europeu instituiu belicamente sua racionalidade. O estranhamento e a resistência por parte das populações locais a estas novas ordens, desde o início, foram duramente reprimidos e silenciados pela historiografia europeia e brasileira. Na cultura científica ocidental, apenas nos anos de 1960, uma geração de intelectuais das nações colonizadas conseguiu começar a construir uma outra história e a olhar as cosmologias locais sem lhes prender à hierarquização das racionalidades estabelecidas pelos europeus, a partir do século XVI.

Podemos entender a experiência cotidiana, a história pluralizada e os saberes locais, por analogia, como as “coisas reais” de que nos fala a canção. Para Marielle Franco, os partidos de esquerda, no Brasil, também precisavam se aproximar dessas “coisas reais”. Militante e ativista em defesa, sobretudo, da população negra da favela, ela procurou mostrar como havia uma espécie de desconhecimento da realidade das populações empobrecidas no meio político e problematizou a generalização do que é ser favelado no Brasil.

Eu fiz campanha paro o público em geral mesmo e defendendo, por exemplo, a mulher negra favelada com tudo que se tem: a mulher negra lésbica e favelada, a mulher negra mãe, a mulher negra solteira. Então, para as minhas amigas da igreja, elas votaram em mim pela confiança, pela relação, mas tem alguns temas, por exemplo, o formato de família mais ampla, das famílias homossexuais e não das famílias heterossexuais, eu tenho certeza de que elas discordam. Então, como elas votaram porque conhecem, tem gente que quando viu, na favela, as minhas pautas, disse “Não vou votar nisso aqui não! Mesmo ela sendo daqui!” (FRANCO, 2017).

A compreensão da multidimensionalidade da história, hoje, nos permite visibilizar novas possibilidades de subjetividades das sujeitas e dos sujeitos subalternizados pela colonização, assim também como as práticas discursivas que os escancham nas teias do arame farpado do dispositivo colonial. Para Michel Foucault (2005), os dispositivos se constituem como uma série de práticas fundamentadas em saberes e poderes que instituem e mantêm, numa luta constante, uma ordem discursiva hegemônica. Os dispositivos se estabelecem a partir da produção de saberes que os normalizam como verdade.

Entendemos o dispositivo como estratégia para sustentar determinadas relações de poder que se estabelecem pela implantação de verdades, mas, por meio de processos de subjetivação, essas relações podem ser fissuradas, fraturadas ou ainda mantidas por novas reelaborações do mesmo jogo. Os dispositivos não são sistemas isolados de poder, muito pelo contrário, muitas vezes eles se complementam (NEVES, 2019 p. 07).

Michel Foucault falou especificamente em dois dispositivos: o da sexualidade em *História da Sexualidade I*, sem fazer grandes elaborações sobre o conceito e o da segurança, a que retornarei mais a seguir, apresentado em suas aulas reunidas no livro *Segurança, Território, População*. Os procedimentos que envolvem estes dois dispositivos estão relacionados à interdição, segregação e mesmo à aniquilação de corpos reais, submetidos a estratégias de governamentalidade, organizados como população. Na diversidade de perspectivas metodológicas propostas por este autor, o conceito de dispositivo faz parte das referências relacionadas à sua fase genealógica, quando ele formaliza seu interesse pela história dos saberes sujeitados e se volta para a biopolítica.

O corpo e o dispositivo são elementos centrais numa análise genealógica: o corpo como objeto, como produto e o dispositivo como modo de operação, de produção de verdades, de realidades, de sentidos, mas também de objetos, de corpos individuais e coletivos, de subjetividades e modos de vida concretos. Os dispositivos são também elementos fundamentais da política contemporânea, justamente pelos efeitos normalizadores, objetivantes e subjetivantes de suas ações, que acabam mobilizando resistências e enfrentamentos (PRADO FILHO, 2017, p.325).

Deleuze (1990) propôs que existem quatro linhas constitutivas do dispositivo formulado por Michel Foucault, mas eu as compreendo como três: força, subjetividade e visibilidade/enunciabilidade que, por serem coincidentes e tratarem da materialidade do dispositivo, podem ser tratadas como uma única força. A linha de subjetivação é o espaço

dentro do dispositivo em que se manifestam as reações impulsionadas pelas outras linhas. Para entender melhor como funciona o dispositivo da segurança, vamos tomar a situação relatada por Marielle Franco (2014, p. 41):

A forma como a polícia militarizada do Brasil trata jovens negros, pobres, como inimigos em potencial do Estado de Direito precisa produzir uma impressão, na população, de que está em jogo a defesa de todos. Ou seja, produz no imaginário social a diferenciação de classe e a diferenciação racial, uma vez que são justificadas as incursões que vitimam o público descrito acima. Nesse âmbito, a compreensão do papel da ideologia, articulada com o conjunto de elementos utópicos apresentados, é instrumento fundamental para melhor se compreender e gerar conhecimentos que possam se contrapor a esse modelo em curso (FRANCO, 2014, p. 41).

Nesse sistema, tanto a população negra da favela, como a outra parte da população com o direito à proteção policial são submetidas a processos de sujeição. Em nome da segurança da sociedade, produz-se uma verdade: apenas uma parte da população tem de fato direito à proteção do Estado, pois a outra é formada por raças inferiores e representam uma ameaça. Para que esta ordem seja mantida, no entanto, todos precisam acreditar nessa verdade. A violência da polícia na favela, os noticiários, as mortes, esta parte material do dispositivo são a linha de visibilidade/enunciabilidade e apresentam a sua linha de força, que quanto mais potente, mais reforça esta verdade construída. Na linha de subjetividade, no entanto, ainda que implique num trabalho de desconstruir as verdades normalizadas nessa sociedade, tanto indivíduos de um grupo como os do outro, dependendo das condições de possibilidades históricas, podem evitar que sua subjetividade se sedimente ou assimile pequenas alterações, ou mesmo se fracture.

A trajetória de vida de Marielle Franco e sua proposta de se contrapor a esse modelo em curso é justamente a possibilidade do novo, na linha de subjetividade do dispositivo colonial. Ela se posiciona como alguém que não aceitou como normal ser sem valor para o Estado. “Há linhas de sedimentação, diz Foucault, mas também há linhas de “fissura”, de “fratura”. Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas” (DELEUZE, 1990).

Desde 2009, tomo o conceito de dispositivo proposto por Michel Foucault para analisar como as formas de governamentalidade impostas pelo sistema colonial europeu iniciado com as grandes navegações do século XVI impuseram uma ordem discursiva na América Latina baseada na religião, no genocídio de povos indígenas e africanos, na

hierarquização das racionalidades, no patriarcado, na exploração econômica e numa guerra de imposição da verdade (NEVES, 2009).

O dispositivo colonial está bastante imbricado com os estudos decoloniais latino-americanos. A definição de colonialidade/modernidade proposta inicialmente pelo antropólogo peruano Aníbal Quijano (2005) nos anos de 1980 e depois ampliada por Walter d. Mignolo (2003) estrutura as discussões que propõe uma outra forma de olhar para a história das populações latino-americanas. Eles se propuseram a entender a colonização como um processo contínuo, a que chamaram de colonialidade e mostraram como ela se constitui com o discurso da modernidade instituído pelos europeus a partir do século XVII. O Outro do europeu, as populações colonizadas, indígenas, africanos e seus descendentes foram marginalizadas como não modernas. Nesta lógica, mesmo depois das independências políticas, os saberes e as formas de vida dessas populações sempre estarão em defasagem e representarão o atraso em relação à modernidade e seu suposto desenvolvimento econômico.

O neoliberalismo, com sua ênfase no mercado e no consumo, não é apenas uma questão econômica, mas uma nova forma de civilização. A atual impossibilidade ou falta de histórias universais não é postulada por uma teoria pós-moderna, mas pelas forças econômicas e sociais a que geralmente nos referimos como globalização e pela emergência de formas de conhecimentos que foram subalternizadas nos últimos quinhentos anos (MIGNOLO, 2003, p. 47).

Atualmente, a imposição de uma única língua, uma única cosmologia, um único império se tonou inviável diante do nível de conexão e globalização em que a maior parte da população mundial está envolvida. Cada vez mais o dispositivo colonial precisa se reposicionar, para continuar a fazer críveis suas verdades.

No Brasil, podemos demarcar quatro momentos decisivos do dispositivo colonial e, a partir deles, numa perspectiva arqueológica, compreender com mais verticalidade o assassinato de Marielle Franco:

a) a chegada de Martin Afonso de Souza em 1532, no Brasil e a fundação de São Luís, em 1614, que marca o início da conquista da Amazônia no século XVII;

b) a primeira metade do século XIX com a proclamação da independência política em 1822 e os novos arranjos comerciais com a Inglaterra;

c) a implantação da República brasileira, os novos fluxos migratórios, a industrialização da região sudeste e os contornos atuais do país.

d) as discussões em torno da Constituição de 1988.

Depois do regime autoritário e truculento da última ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), a Constituição de 1988 marca um momento em que as liberdades individuais passam a ser mais respeitadas no Brasil. Na sequência, as lutas dos movimentos sociais resultaram em avanços significativos como a Lei da diversidade étnico-racial/2003, a Lei Maria da Penha/2006, a legalização do casamento homossexual/2011, a Lei de cotas para o Ensino Superior/2012.

O fortalecimento dos movimentos sociais e as cotas nas universidades são dois fatores que vão remexer as estruturas coloniais da sociedade brasileira. A presença dos negros e depois dos povos indígenas nos partidos políticos, assim como de pessoas trans, ainda que timidamente, começou a desalojar alguns redutos de poder instituídos no Estado brasileiro. Num processo muito inicial, os próprios negros e indígenas que chegaram à conclusão de cursos superiores e mesmo à pós-graduação, começaram a se autorizar como enunciadores de sua própria história. Em reação a estes avanços, o afastamento de Dilma Russef/2016 e a Reforma Trabalhista/2017 aprovada por Michel Temer deram os contornos dos rumos recentes do país.

O desapontamento com a economia e novamente o discurso de caça aos corruptos levaram à Presidência, por eleição direta, um candidato sem nenhum compromisso com pautas sociais. A ascensão dos movimentos sociais, nestas primeiras décadas do século XXI aconteceu em vários países do mundo ocidental, assim também como logo veio a reação a eles e pessoas como Donald Trump nos Estados Unidos e muitos políticos empunhando a bandeira conservadora chegaram ao poder.

Na minha opinião, o neofascismo é uma reação, não uma regressão. Aqueles que se levantam contra o gênero e a liberdade e igualdade sexual estão tentando impedir os avanços feitos pelos movimentos sociais para estabelecer a igualdade de gênero e a despatologização (e descriminalização) da sexualidade gay, bissexual ou lésbica ou das vidas das pessoas trans. Somos acusados de desestabilizar seu mundo, mas a desestabilização que eles sentem é induzida pelo sistema econômico que abraçam e pela ascensão do autoritarismo neofascista. Esta última é uma forma de governança que explora e induz a instabilidade entre a população (BUTLER, 2019).

No Brasil, os resultados econômicos negativos do governo de Jair Bolsonaro evidenciam como o neoliberalismo está cada vez mais em desacordo com qualquer projeto de desenvolvimento. O descaso com políticas públicas efetivas e o incentivo à devastação da Amazônia e do Pantanal reanimam com muita força o sistema predatório imposto pela colonização. As próximas eleições vão dizer sobre as verdades que continuam constituindo o discurso hegemônico no Brasil.

3 Lugares de enunciação de Marielle Franco

Marielle Franco se apresentava como mulher, negra, mãe, feminista, lésbica. Seu lugar de enunciação *a priori* foi a Favela da Maré, onde conviveu com todas as dificuldades que são enfrentadas pelas pessoas cujas vidas não têm valor para o Estado. Aos 18 anos engravidou e precisou parar por dois anos seus estudos. Ela fez graduação em Ciências Sociais pela PUC-Rio e se tornou mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2014.

Volto em 2000 pro Pré-Vestibular, faço mais dois anos e em 2002 entro pra PUC-Rio, é nessa época que começo a me entender como ativista, figura pensando o mundo, pensando nesse lugar que não dava pra ser só trabalho-casa-casa-trabalho e de vez em quando vamos à praia. Eu queria mais, precisava de mais, e aí quando falo que “precisava de mais” é nessa época em que as incursões nas favelas crescem, que o lugar do debate, do armamento e o debate da segurança pública vem mais à tona. Em 2006, tem a campanha “Não quero meu dinheiro no caveirão, quero meu dinheiro na educação” por conta do alto investimento em segurança pública e não no direito, por exemplo, do favelado de ir e vir e ter direito à educação (FRANCO, 2017b).

Apesar da desigualdade de oportunidades, ela e outras mulheres negras da favela fizeram parte de uma geração que começou efetivamente a chegar à universidade e a reivindicar novos espaços de representatividade. Não foi e não é um processo pacífico e sem resistência a presença da mulher negra nas universidades e na política, nem tampouco se trata de uma batalha já vencida. Mesmo com a luta por conquistar novos espaços, em 2016, havia apenas 3% de professoras negras na pós-graduação no Brasil. Em 2020, a Câmara dos Deputados Federais aumentou significativamente o número de mulheres deputadas autodeclaradas negras ou pardas, que agora são 13, mas elas representam apenas 2,5% do total de parlamentares.

A subalternização da mulher e a força do patriarcado, que representam um dos eixos centrais do dispositivo colonial, são estruturantes na América Latina, pois quem sai da Europa ou mais contemporaneamente dos centros econômico de seus países em direção às terras colonizadas, na maioria das vezes é o homem. Na colonização brasileira, a participação da mulher europeia é muito limitada, são os corpos das mulheres indígenas e africanas que vão gerar o povo brasileiro. Este processo de exploração ainda se intensificou mais pela posição assumida pelos homens colonizados, pois, como adverte María Lugones (2008), sem muita resistência os homens colonizados pactuaram com os colonizadores uma situação mais confortável e submeteram suas mulheres à exploração mais intensa.

Marielle Franco olhava para estas relações interseccionais (raça, gênero, classe social e religião) que envolvem as mulheres negras, e percebia também como o dispositivo conseguia se reposicionar, para se fortalecer. “Das seis vereadoras hoje na Câmara, tem eu e outra vereadora, a Tânia Bastos do PRB, da base do governo, mulher negra que presidiu também a comissão da mulher, mas que certamente dependendo das pautas, irá discordar” (FRANCO, 2017b).

Em 2016, Marcelo Crivella, bispo de Igreja Universal do Reino de Deus, se elegeu prefeito da cidade do Rio de Janeiro apoiado, sobretudo, pelas igrejas evangélicas e, naturalmente, uma mulher negra de sua base aliada não poderia fugir dos seus protocolos religiosos. A vereadora Tânia Bastos conseguiu um espaço de representatividade, reposicionou o dispositivo, ao mesmo tempo em que o fortaleceu. Mesmo com pautas conservadoras, havia uma mulher negra na base aliada do bispo e ele não poderia ser acusado de ser racista.

Na contemporaneidade, sobretudo nos países ocidentais, o processo de subalternização da mulher ganhou uma dimensão ampliada e se estendeu ao controle exercido sobre a sexualidade da população. Notadamente, nessas primeiras décadas do século XXI, o discurso ultraconservador de proteção às famílias e ao “cidadão de bem” procura afetar os direitos adquiridos de homossexuais e pessoas trans. Como vereadora eleita, Marielle Franco fez questão de montar seu gabinete seguindo as bases de sua campanha. Sua atuação como ativista mostrava com bastante objetividade como conhecia as estruturas do patriarcado e suas interdições aos corpos, suas normas de condutas e seu potencial de violência.

A dissertação de Marielle Franco “UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro” (2014) foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense e orientada pela professora Joana D’Arc Fernandes Ferraz. O trabalho faz uma análise bastante verticalizada da realidade das favelas e das formas de agir da Polícia Militar.

Dividida em quatro capítulos, na primeira parte, a dissertação apresenta a discussão teórica e mostra como o modelo de neoliberalismo implementado no Brasil está associado ao Estado penal, pouco interessado em processos de inclusão das populações das favelas. No segundo capítulo, aparece a pesquisa de campo nas favelas durante a implementação das UPPs e ela visibiliza como este processo não foi acompanhado de políticas públicas voltadas à infraestrutura sanitária, à saúde, à educação, deixando inclusive as populações vulneráveis à especulação imobiliária que chegou junto com as UPPs. No terceiro, faz um mapeamento das ações da Polícia, identifica as práticas de violência relatadas pelos moradores, o número de desaparecidos e enfatiza a inércia do Estado, com dados objetivos de tudo que estava acontecendo. No último capítulo ela apresenta as formas de resistência à violência das UPPs organizadas pelos próprios moradores das favelas, em livros, panfletos, vídeos. O trabalho não só expõe a violência, como também apresenta propostas de como mudar a situação a partir de políticas sociais efetivas envolvidas com educação, saúde, esporte. Marielle Franco incomoda.

No enunciado a seguir, o Estado Penal associado ao neoliberalismo é de fato um Estado Racista, que deixa do lado de fora a população negra, maioria nas favelas, e não lhe garante qualquer direito social.

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), enquanto política de segurança pública adotada no estado do Rio de Janeiro reforçam o modelo de Estado Penal, absolutamente integrado ao projeto neoliberal. Ainda que tragam diferenças, centradas na substituição das conhecidas incursões policiais por um modelo de controle e ocupação de território por armas oficiais, esse fato não significa necessariamente uma alteração profunda da política em curso (FRANCO, 2014, p. 11).

No decorrer de suas análises, ainda que não use a teoria do discurso, ela vai tecendo a rede de memória que compõe o dispositivo colonial e mostra como ele está atravessado com as linhas do dispositivo de segurança.

A pobreza, portanto, exige um Estado com capacidade de apresentar programas sociais com uma das mãos e a polícia, com o aparato penal, com a outra. Isolar, na periferia, nas formas repressivas e nas prisões o conjunto de pobres, com um modelo que apresente sentido de modernidade, é um papel fundamental para cumprir os desafios do neoliberalismo. É nesse sentido que a chamada reforma gerencial, iniciada na década de 1990 no Brasil, ganha tanta importância para a compreensão desse contexto (FRANCO, 2014, p. 36).

A própria denominação destas unidades, pacificadoras, retomam as práticas coloniais de pacificação dos povos indígenas no Brasil. Paz pacificada não está relacionada à integração dos moradores das favelas, ao contrário, reforça o discurso de que eles, assim como os indígenas, são uma ameaça para a sociedade. Em suas falas, as políticas sociais são a única garantia de diminuição da violência. E neste sentido, as UPPs não dariam certo, como de fato não deram. No vocabulário do Estado Penal e do neoliberalismo, direitos humanos não figuram e pouco importam as vidas sem valor, seus corpos podem ser aniquilados sem nenhuma perda para o mercado.

Ou seja, a continuidade de uma lógica racista de ocupação dos presídios por negros e pobres, adicionada do elemento de descartar uma parte da população ao direito da cidade, continua marcando a segurança pública com o advento das UPPs. Elementos esses que são centrais para a relação entre Estado Penal e a política de segurança em curso no Rio de Janeiro (FRANCO, 2014, p. 126).

A visibilidade nacional e internacional de quem foi Marielle Franco e das causas que defendia são sem precedente na história do Brasil. A repercussão desse crime provocou um desdobramento inesperado: grande parte das mulheres negras em todo o país desconhecia a existência de uma mulher negra, homossexual, que chegou a ser vereadora do Rio de Janeiro e algumas delas começaram a acreditar ser possível uma história diferente. Dentro do próprio dispositivo se cria a contradição que permite uma nova reação, uma nova resistência.

4 Um réquiem para Marielle: considerações finais

O dispositivo colonial sempre esteve imbricado com as mais diferentes mídias (das cartas dos viajantes às redes sociais de nossos dias), com os sistemas judiciários (nunca houve condenação ou mesmo retratação em relação às mortes dos indígenas e dos africanos e de seus descendentes), com o dispositivo escolar (a história ensinada em nossas salas de

aula), em nossas conversas cotidianas, quando ouvimos que não existem mais índios de verdade e tantos outros enunciados pejorativos e hierarquizantes que se naturalizaram sobre os povos africanos, indígenas e seus descendentes. Como um dispositivo, no sentido foucaultiano, ele também age no corpo e se reforça, se refrata ou mesmo se fratura na linha de subjetivação. Quantas vezes já não ouvimos pessoas negras afirmarem que são brancas e que negro é o outro, mas agora, parte dessas pessoas, depois de tantas contestações dos movimentos negros, começa a rever até mesmo a cor de sua pele.

As experiências bastante heterogêneas de sujeitas e sujeitos que vivem na América Latina podem ser bem diferentes do discurso externo que fala sobre a região sem a experiência local. Mas ninguém está fora das teias do discurso e mesmo as populações subalternizadas pelo dispositivo colonial podem tomar a negação da pluralidade cultural como uma verdade inquestionável. Da mesma forma, resistir a esta ordem de saber e poder é agitar o dispositivo e apesar dos silenciamentos impostos pela história contada pelo colonizador, em línguas europeias, assim como Marielle Franco, muitas sujeitas e muitos sujeitos continuam forçando o dispositivo a se dobrar, a se flexibilizar.

Como afirmou Sônia Guajajara, uma das principais lideranças indígenas do país, depois do assassinato de Marielle Franco, apesar das diferenças, nós estamos todas no mesmo lugar de subalternização.

O tiro que acertou a Marielle tinha um alvo, que era ela mesma, por ser essa liderança que ela era e pelo que ela representava. Com isso, eles quiseram dar um recado pra todas nós que lutamos por justiça, pra todas nós que estamos no combate à desigualdade social, pra todas nós que lutamos contra a violência (GUAJAJARA, 2018).

Em uma das dimensões da história do presente, ainda existe um Estado de Exceção, vinculado à hierarquização racial, ao controle da sexualidade e à exploração econômica que continua agindo sobre as populações subalternizadas e as expõem a uma forma de poder que decide sobre a vida e sobre a morte das sujeitas e dos sujeitos, quer seja na favela da Maré, no Rio de Janeiro, na Terra Indígena Arariboia no Maranhão, ou mesmo na periferia das cidades europeias ou estadunidenses, onde refugiados políticos de várias partes do mundo insistem em resistir.

Referências

- BELCHIOR, Antônio. **Alucinação**, Álbum Alucinação, Polygram, 1976.
- BUTLER, Judith. **O neofascismo é uma reação, não uma regressão**. Entrevista concedida a Juan Manuel P. Domínguez. Mídia Ninja, em 13/07/2019, 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/juanmanueldominguez/judith-butler-o-neofascismo-e-uma-reacao-nao-uma-regressao/>. Acessado em 22/08/2020.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? *In*: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega/Passagens, 1996.
- FRANCO, Marielle. **Marielle Franco- 5 Minutinhos de Alegria**. Entrevista concedida a Fernando Barcelos no para o Canal de YouTube 5 minutinhos de Alegria. 2017a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gf07wv6jZdw>. Acessado em 17/08/2021.
- FRANCO, Marielle. **Marielle Franco: mulher, negra, periférica e Vereadora do RJ — Mulheres na Política #1**. Entrevista concedida a Marcella Meirelles, Helena de Saviano, Mayra Chomski e Lucas Machado. Revista Subjetiva, em maio de 2017b. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/entrevistamos-marielle-franco-mulher-negra-perif%C3%A9rica-e-vereadora-do-rj-mulheres-na-pol%C3%ADtica-7839b7fbfe06>. Acessado em 17/08/2021.
- FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Terra e Paz, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Sobre a História da Sexualidade**. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 243-276.
- JORNAL NACIONAL. **Multidão emocionada se despede de Marielle Franco na Câmara**, 4 minutos, exibida em 15 de março de 2018. <https://globoplay.globo.com/v/6582914/>.
- LUGONES, María. **Colonialidad y Genero: hacia un feminismo descolonial**. *In*: MIGNOLO, Walter. **Genero y Descolonidad**. Buenos Aires. Del Signo, 2008.
- MARTÍN-BARBERO, J. **A Comunicação na Educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Ivânia. **A Invenção do Índio e as Narrativas Oraís Tupi**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

NEVES, Ivânia. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. **Revista Moara**, n. 43, p. 26-44, mar. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2634/2776>. Acesso em: 29 mai. 2021.

NEVES, Ivânia. Fraturas contemporâneas de histórias indígenas em Belém: sobre mármores e grafites. **Revista Maracanan**, v. 02, p. 544-566, 2020.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acessado em 15/02/2010.

Recebido em: 14 de abril de 2022
Aceito em: 20 de julho de 2022
Publicado em agosto de 2022

Ivânia dos Santos Neves
E-mail: ivanianeves@ufpa.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6738-5254>

A interação professor-aluno como prática de subjetivação docente

Teacher-student interaction as a practice of teacher subjectivation

Adéli Bortolon Bazza

Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, Paraná, Brasil

Resumo: Este trabalho propõe discutir a discursivização da interação professor-aluno e sua relação com a constituição de subjetividades de docente. Tal recorte faz parte de uma pesquisa maior, que reconhece uma luta de saberes e poderes em torno de questões educacionais no Brasil, a qual se acirrou nos últimos cinco anos e teve como consequência a produção de um vasto arquivo sobre Educação, dentro do qual, também se constituíram diversos processos de subjetivação do professor. Para tanto, parte-se de uma perspectiva discursiva, calcada nos pressupostos teóricos lançados por Michel Foucault, mobilizando noções como discurso, verdade e dispositivo, em uma série enunciativa composta de textos que circularam em sites jornalísticos e em redes sociais. As análises até então depreendidas indicam que a interação com os alunos figura, nos discursos, como um elemento central da prática docente. Trata-se de uma prática produzida em diferentes dispositivos, como o escolar, o acadêmico, o jornalístico, entre outros, e contribui para uma subjetivação do professor ideal como um sujeito acolhedor em relação a seus alunos.

Palavras-chave: Discurso; Professor; Subjetividade

Abstract: This paper aims to discuss the discursivization of the teacher-student interaction and its relation to the formation of subjectivities of teachers. This is part of a larger research that recognizes a battle of knowledge and power around educational issues in Brazil, which has intensified in the last five years and has resulted in the production of a vast archive about education, within which several processes of teacher subjectivation have also been constituted. For this, it is founded on a discursive perspective, grounded on the theoretical assumptions launched by Michel Foucault, mobilizing notions such as discourse, truth and device, in an enunciative series composed of texts that circulated in journalistic websites and social networks. The analyses so far indicate that the interaction with students appears, in the discourses, as a central element of teaching practice. Such practice is produced in different devices, such as school, academic, journalistic, among others, and contributes to a subjectivation of the ideal teacher as a welcoming subject in relation to their students.

Keywords: Discourse; Teacher; Subjectivity



1 Introdução

Nos últimos cinco anos, observou-se uma vasta produção discursiva a respeito da educação e dos sujeitos que a compõem. Isso porque, dentro de um bojo maior de mudanças políticas e sociais, os objetivos e as estratégias de ação das escolas e demais setores da educação passaram a ser problematizados por um grande número de pessoas. Diversos acontecimentos sociais constituíram também acontecimentos discursivos que compõem um arquivo a respeito da educação e, de chofre, dos professores, na atualidade. Entre eles, pode-se citar: a emergência do movimento Escola sem partido e todas as discussões que ele suscitou; os repetidos cortes no orçamento da educação, em nível federal, greves e debates oriundos disso; a alta rotatividade de pessoas em cargos de destaque no setor educacional, como o de ministro da educação, de diretor do INEP, de coordenador da Capes etc.; acusações de ministros a universidades e, com a situação da pandemia de Corona vírus, a emergência de ensino remoto, do ensino híbrido e retorno a ensino presencial.

Com o início do ensino remoto, em função da pandemia, em 2020, novas subjetividades docentes passaram a ser produzidas, passando do professor que *não dá aula ao'*, ao da *dificuldade com tecnologias* e pelo polo oposto, o *conectado*. Essas subjetividades são compreendidas como constituídas no discurso, com base em práticas propostas por determinados dispositivos de saber/poder. A partir disso, objetiva-se discutir a discursivização da interação como elemento da constituição da subjetividade de docente. A série enunciativa composta tem como superfícies de emergência o meio jornalístico e as redes sociais. As sequências analisadas foram coletadas no momento pandêmico, em que as aulas passaram a ser mediadas pela tecnologia, com o intuito de analisar de que maneira isso se relaciona com as subjetividades postas em circulação.

2 Pensar discursivamente o sujeito professor

Tratar de educação e dos sujeitos professores em uma visada discursiva foucaultiana representa uma singularidade em relação à forma de fazer pesquisa acadêmica sobre esse tema. Por haver um campo de estudos específico a respeito da educação, as análises, em geral, partem desse discurso acadêmico e seus sujeitos como um referencial de verdade

com o qual fatos e outras teorias são confrontados. Contudo, empreender uma análise fundamentada em uma perspectiva foucaultiana implica assumir que a verdade é produzida em um jogo de saberes e poderes possível em determinado momento histórico, em que o próprio universo acadêmico atua como um dispositivo. Sendo assim, a verdade sobre educação produzida no ambiente acadêmico passa a poder ser interrogada, pensada dentro da teia e colocada em contraponto a outras verdades sobre o tema, produzidas em outros dispositivos. Deixa, portanto, de ser um ideal de veridicção para compor a trama do verdadeiro.

Essa proposta de leitura pauta-se no método arqueogenealógico, apresentado por Foucault (2008), por meio do qual buscam-se interrogar as verdades, a partir da unidade analítica do enunciado e sua relação com o acontecimento discursivo. Em termos teóricos, o acontecimento está relacionado com a enunciação: ambos tratam um evento como único e que tem ligação com a história. De acordo com o autor, essa forma de história permite

fazer aparecer diferentes estratos de acontecimentos dos quais uns são visíveis, imediatamente conhecidos até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos, que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos, e que são de um tipo completamente diferente. (FOUCAULT, (2005, p. 291)

O estudo das subjetividades docentes guiado por essa visão compreende que, em diferentes momentos da história, os professores foram descritos de variadas formas e a partir de práticas diversas. Em alguns contextos, isso pode ter se configurado de maneira mais visível para boa parcela da população, enquanto em outros pareceu não ser um assunto em pauta. Esse processo se dá de forma não-linear, pois não há uma evolução direta de um estado em direção a uma melhora para outro. Além disso, o processo de subjetivação não é necessariamente visível aos grandes acontecimentos factuais. Ele continua presente mesmo quando a pauta da sociedade parece ser outra.

A relação entre práticas docentes e religiosas é exemplo da não linearidade do discurso. Uma busca pela história da educação no Brasil apresenta o ensino formal iniciando no país com o trabalho dos padres jesuítas e acontecendo como estratégia de catequização dos indígenas (Cf. Nóvoa, 1991). Com o avançar dos anos, o Estado assumiu a responsabilidade pela Educação do país e a desvinculação dela com a Igreja ficou documentada pela Reforma Pombalina (1770). Entre as alterações impostas pela reforma, definiu-se a educação como laica (Cf. Menezes, 2001), o que acarretaria, entre outras

coisas, retirar conteúdos de cunho religioso dos currículos e pautar o ensino em explicações científicas para os fatos. Recentemente, juntamente com manifestações em prol da educação domiciliar, emergiram questionamentos de cunho religioso sobre conteúdos ensinados na escola: como a origem do mundo no Big Bang e a origem dos humanos como evolução dos primatas. Famílias que professam fé cristã rejeitam esses conteúdos, em prol da explicação religiosa da origem do universo e dos humanos. As reivindicações oscilam entre ensinar as duas versões dos fatos ou não ensinar a explicação científica.

Esse retorno à pauta de questões aparentemente suplantadas confirma a concepção de Foucault (2008) de que a história é serial e alinear e leva os pesquisadores a considerarem as diferentes temporalidades. Ainda que em diversos espaços da sociedade o ensino laico tenha sido alardeado e defendido, nesse mesmo período, diversas redes de educação privada do país mantiveram-se ligadas a igrejas cristãs e incorporaram práticas religiosas em suas práticas escolares. Apesar de esse ser um fato conhecido por uma parcela da população, passa despercebido na poeira do discurso. A laicidade é apenas um exemplo de que, em um mesmo momento histórico, o que é estabelecido como verdade sobre a educação e sobre o professor não se dá no singular.

Na perspectiva dos estudos discursivos foucaultianos, o analista descreve enunciados que são realmente ditos, de modo a extrapolar o nível semântico do dito. Foucault (2008, p. 55) defende não mais tratar os enunciados como conjuntos de signos, “mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”, pois, apesar de reconhecer que os discursos sejam feitos de signos, o autor entende que eles fazem mais do que simplesmente utilizar esses signos e “é esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. A descrição discursiva remete os enunciados para a historicidade que lhes constitui, porque os enunciados são de natureza histórica. São acontecimentos de ordem econômica, social e política que possibilitam que os enunciados sejam ditos, circulem, sejam esquecidos ou lembrados. Nesse jogo enunciativo, cada coisa poderá ser dita (ou silenciada), lembrada (ou esquecida), elevada ao *status* de verdade (ou refutada) com base em um determinado jogo, que envolve saberes, poderes e posições de subjetividade.

Para além de uma significação semântica, o discurso é uma prática e pode ser descrito por meio da sistematização de um conjunto de práticas dentro de uma dispersão de enunciados. O trabalho do analista busca determinar as regras que regem sua formação e o jogo de saberes e poderes que podem fazer algo entrar no verdadeiro da época. Por esse princípio analítico, os enunciados se agrupam nas formações discursivas, as quais determinam a regularidade e a dispersão própria de processos temporais.

As práticas discursivas figuram como um conceito muito importante no empreendimento foucaultiano. Elas ocorrem como operações estratégicas dos dispositivos, e são importantes para a constituição de subjetividades. Aganbem (2009, p. 38) pontua que “os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito”. Essa reflexão, demonstra também, que o sujeito é subjetivado pelos dispositivos e pelos discursos aceitos como verdade em cada momento histórico.

Em relação à subjetivação do docente na atualidade, para além dos enunciados em que se afirma *o professor é x* ou se constrói a expressão *professor x*, há acontecimentos menos visíveis e que também estão em rede, como as políticas de carreiras e remuneração atuais, entre outras coisas. A análise discursiva permite extrapolar o nível do linguístico em prol de uma descrição de acontecimentos, tendo como guia o questionamento de como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar. Isso implica um outro olhar para o *corpus*, pois busca-se “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.” (FOUCAULT, 2008, p.31).

A análise do enunciado possibilita identificar as várias posições-sujeito que vão determinar a produção de sentidos do enunciado. Quem fala em um dado discurso, fala de algum lugar. Uma posição-sujeito está perpassada por relações de poder. Não é qualquer um que está autorizado a falar nos discursos sociais e nem a produzir enunciados. O enunciado está, portanto, ligado ao acontecimento e às relações de poder.

O sujeito, pensado como uma categoria do discurso, constitui-se em uma rede de relações que se enraíza no conjunto social, agindo sobre a vida cotidiana imediata. De acordo com Foucault (2014, p. 123), é preciso olhar para essa força que “classifica os

indivíduos em categorias, designa-os pela sua individualidade própria, liga-os à sua identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos”. Nesse sentido, um bom caminho para analisar as relações discursivas e a constituição das subjetividades são as resistências. Segundo o autor (2014, p. 121), ao focar nas práticas de resistências, pois, em vez de descrever uma racionalidade interna, “trata-se de analisar as relações de poder por meio do enfrentamento das estratégias”.

Essas relações concentram-se em ações de alguém sobre outrem de forma a “conduzir condutas’ e em arranjar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do enfrentamento entre dois adversários, ou do engajamento de um em relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’.” (FOUCAULT, 2014, p. 133). Em sua exposição, o autor exemplifica o funcionamento das relações de poder na instituição escolar:

o seu arranjo espacial, o regulamento meticuloso que rege a sua vida interior, as diferentes atividades que aí são organizadas, os diversos personagens que aí vivem ou aí se encontram, cada um com uma função, um lugar, um rosto bem definido - tudo isto constitui um 'bloco' de capacidade-comunicação-poder. A atividade que garante a aprendizagem e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais de valor de cada um e de níveis de saber) e através de uma série de procedimentos de poder (confinamento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal). (FOUCAULT, 2014, p. 130-131)

Com base nessa concepção, é possível assumir o ambiente escolar como um dispositivo, com diversas práticas de saber de poder. Algumas dessas, são adiantadas pelo autor e outras são passíveis de descrição na atualidade, tanto pelo fato de que a descrição apresentada não é exaustiva, quanto pelo fato de que o próprio dispositivo tem uma historicidade. Ele se modifica e se reconfigura, o que permite que novas práticas passem a ocorrer em seu interior. Considerando que os sujeitos são produzidos nessas instâncias discursivas e nelas agem, então as pessoas empíricas que entram no ambiente escolar assumem, entre outros papéis, o de ensinar e o de aprender. Nesse sentido, são pressupostas, entre outras funções, a de professor e a de aluno. Contudo, o sujeito professor e o sujeito aluno serão produzidos discursivamente e poderão ser diversos. Analogamente, é inegável a necessidade de que eles interajam. Contudo, a interação

poderá se configurar de diferentes maneiras, porque o que é discursivizado como uma interação desejável/adequada muda ao longo do tempo.

Delineia-se, então, o objetivo de analisar como a relação professor-aluno é discursivizada em textos de mídia durante a pandemia. Espera-se encontrar memórias da verdade sobre a interação ideal a partir das lembranças do saber produzido no dispositivo acadêmico, no do senso comum etc.

3 O desamparo como prática de subjetivação do docente

A série enunciativa constituída para análise apresenta cinco sequências enunciativas (SE) que circularam em sites jornalísticos e em redes sociais, no ano de 2021. O recorte por esse momento histórico está relacionado à ocorrência do ensino remoto e às inúmeras discussões sobre como ele impactou nas relações educacionais e na aprendizagem dos alunos. Ao tomar a discursivização dessa interação como uma prática presente nos dispositivos destacados, objetiva-se descrever qual verdade se estabelece como o ideal de atuação do sujeito professor e, conseqüentemente, como essa verdade reforça/desloca a subjetividade de docente na atualidade.

Essa série enunciativa é possível a partir da articulação de diversos dispositivos, dentre os quais, os mais emblemáticos são: o midiático, por ser a superfície de emergência de onde foram escavados; o educacional, posto que o professor e sua relação com os alunos são sujeitos constituídos nesse espaço institucional; e o acadêmico, na sua relação com o educacional. O dispositivo educacional vale-se dos saberes do campo acadêmico para se constituir e se legitimar, bem como recebe profissionais que são formados por ele.

SE1- A importância da relação aluno-professor durante a pandemia

A importância da relação aluno-professor durante a pandemia



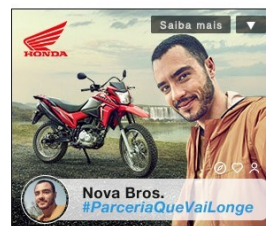
Vinicius De Andrade

24/06/2021 07h42

A importância da relação aluno-professor durante a pandemia - Enquanto alguns estudantes relatam como o apoio de professores os ajudou a não se sentirem ainda mais afastados da escola durante o ensino remoto, outros reclamam da distância e da sobrecarga de tarefas. A relação entre aluno e professor é de suma importância no processo de aprendizagem de qualquer estudante, especialmente para quem frequenta a escola pública no Brasil. Com a pandemia, o distanciamento social e a mudança do ensino presencial para o remoto, essa relação passou por um processo de ressignificação.

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2021/06/24/a-importancia-da-relacao-aluno-professor-durante-a-pandemia.htm>

PUBLICIDADE



A matéria *A importância da relação aluno-professor durante a pandemia* foi publicada em 26/6/2021, momento em que algumas escolas particulares já voltavam às aulas presenciais e as escolas públicas trabalhavam em formato híbrido. Trata-se de um texto assinado, que faz parte da seção *Vozes da Educação*, uma coluna escrita por jovens de um programa social de voluntários, que auxiliam alunos da rede pública do Brasil a entrar na universidade. A autoria talvez ajude a compreender o recorte pela a ótica dos alunos. Há, ao longo da matéria, o depoimento de quatro alunos, mas de nenhum professor ou outro profissional da educação.

Entre as manifestações, aparece um relato em que a aluna se sente acolhida, mas expressa isso como exceção: “... uma professora que estava preocupada comigo. Ela foi à escola e comentou sobre mim, pois notou que eu estava afastada. Foi muito bacana, pois eu nunca vi um professor se preocupar tanto assim com o aluno em todos os meus anos de escola. Foi um cuidado maravilhoso.” Na sequência, há outros depoimentos de alunos que se sentiram afastados e ou julgados: “Ano passado eu estudei meu terceiro ano em colégio militar, me senti muito afastada dos professores pelo fato de eles não darem espaço para conhecerem alunos novos e focaram somente aqueles que consideravam ‘inteligentes’”. De uma maneira geral, o texto demonstra que há uma expectativa dos alunos em serem acolhidos por seus docentes.

Ao focar na relação entre ambos os sujeitos, o trabalho discursivo passa a envolver o aspecto da sensibilidade como elemento constitutivo do vínculo social e como direcionador de práticas. Partindo de um olhar filosófico, Safatle (2019, p. 15) reflete que

“o poder é uma questão de compreender seus modos de construção de corpos políticos, seus circuitos de afetos com regimes extensivos de implicação, assim como compreender o modelo de individualização que tais corpos produzem, a forma como ele nos implica. Se quisermos mudá-lo, será necessário começar por se perguntar como podemos ser afetados de outra forma, será necessário estar disposto a ser individualizado de outra maneira, a forçar a produção de outros circuitos” (2019, p. 15).

No caso do par professor-aluno, é preciso considerar a relação de poder que se estabelece de forma mais visível no contexto institucional em que o primeiro organiza, conduz e avalia. Isso leva o professor a assumir estratégias de poder, às quais os alunos podem resistir. Mas esse confronto se dá na relação e permeado por aspectos afetivos inerentes à troca cotidiana.

Amparado em reflexões de Freud, Safatle (2019) diferencia dois tipos de afetos: medo e desamparo. O medo estaria ligado a uma expectativa produzida diante de um objeto de perigo, como estratégia de defesa. Trata-se de algo que, em tese, pode ser representado. O desamparo seria uma reação a um objeto ou acontecimento que o sujeito não consegue representar, porque ele quebra o sistema de representações e projeções. Assim, o sujeito passa por um processo de desabamento, por não saber como agir ou responder. O filósofo considera a esperança um afeto que pode ser oposto ao medo; mas não encontra um afeto elaborado como oposto ao desamparo, porque haveria necessidade de ação e reconfiguração subjetivas. Nesse sentido, um caminho possível seria “compreender o desamparo como condição para o desenvolvimento de certa forma de coragem afirmativa diante da violência provocada pela natureza despossessiva das relações intersubjetivas e pela irreducibilidade da contingência como forma fundamental do acontecimento” (SAFATLE, 2019, p. 50).

É interessante observar que, em correntes pedagógicas anteriormente assumidas como verdades e materializadas em práticas docentes nas salas de aula, a relação entre professor e aluno baseava-se, em certa medida, na relação de medo (de ser repreendido, castigado, reprovado etc.). Ocupando uma posição de poder e de reconhecimento social, o sujeito docente constituía-se a partir do afeto de amparo. Nesse espaço, cabia ao aluno

o sentimento do medo diante de um profissional respeitado e severo. Entretanto, a forma de relação que se materializa no discurso depreensível na série enunciativa em análise, aponta para um trabalho pautado pelo afeto do desamparo.

Um recuo histórico no cenário educacional demonstra que houve tempo em que era trabalho do professor uma série de cuidados para além do ensino. Le Vausser e Tardif, (2004, p. 1277), explicam que, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, houve uma reorganização do ambiente escolar, na qual novos profissionais foram designados para desempenhar tarefas que antes eram incumbência dos docentes, como era o caso “das tarefas pedagógicas, [...] da limpeza dos alunos à da sala, passando por todas as formas de apoio às crianças e aos adolescentes”. Essa lembrança histórica de um cuidador vai se atualizando no discurso do senso comum pela expectativa de que professores sejam acolhedores e compreensivos com seus alunos. Uma extrapolação disso é a nomeação de profissionais da educação infantil como tio/tia. Designação que a classe dos pedagogos tenta desconstruir há muito tempo. Ocorre, nos termos de Foucault (2008), um acúmulo no enunciado: ao prescrever o acolhimento como prática para a posição-sujeito de professor, coloca-se em rede e rememora-se a subjetividade de professor como responsável pelos alunos e também a de tio/tia das crianças.

Para além do que é pressuposto pelo discurso do senso comum, a subjetivação do professor recebe forte investimento dos estudos do campo da Educação e da Psicologia da Educação. Apesar de não construir uma verdade totalmente unívoca, algumas práticas parecem mais consensuais entre os autores da área. A necessidade de boa relação entre professor e aluno ocupa um *status* de verdade. Paulo Freire (1997), por exemplo, ponderou sobre a importância dos laços de afetividade que ligam docente e discente. Teorias como a de Henri Wallon (1995) inspiraram uma série de pesquisas a respeito a afetividade na aprendizagem, demonstrando que os alunos aprendem mais e/ou melhor quando tem afeição por seus professores e recebem afeto deles. No momento em que esse saber assume o *status* de verdade, a sala de aula, em geral, passa a apresentar alunos amparados pelo afeto. Essa forma de interação opera como uma prática subjetivante também nos dispositivos jornalístico e midiático, que fazem circular as coerções sobre a ação docente, a partir da descrição das expectativas de outrem a respeito dele.

No cruzamento do prescrito tanto pelo discurso do senso comum quanto pelo acadêmico, o professor é subjetivado como alguém que deve estabelecer uma relação

afetuosa com seus alunos. Na SE1, ele não é retratado como alguém que age segundo as práticas esperadas para sua posição sujeito. Conseqüentemente, é subjetivado como ruim/inadequado, tendo em vista que frustra o relacionamento esperado pelos alunos ouvidos para a matéria.

É necessário considerar também que o universo de interação profissional do docente não se restringe ao vínculo com os seus alunos: outros sujeitos estão envolvidos no processo escolar e têm fator relevante no estabelecimento dos vínculos. As próximas sequências enunciativas trazem à cena o jogo discursivo das práticas esperadas e efetivadas para esses outros sujeitos, bem como o impacto disso na construção de discursos.

SE2- Ação cuida da saúde mental de professores apartados da escola pela pandemia



Imagem: Equipe Gaia+

Por Tainara Rebelo
Colaboração para o Ecoa, em São Paulo
26/08/2021 06h00

A pandemia de covid-19 e todo o isolamento social imposto para evitar o contágio pelo novo *coronavírus* jogou luz sobre a importância de se cuidar melhor da saúde mental da população. Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) de 2020 apontam que 85% dos brasileiros sofrem com *ansiedade* no país. A preocupação é real e está em quase todas as esferas da população, mas uma delas ganhou um acalento extra pelas mãos do projeto social "Fique Bem".

"O Fique Bem é um projeto da ONG educacional Gaia+ para o professor, pelo professor e com o professor. Queremos abrir um espaço de escuta e cuidado para esses profissionais que trazem esperança para futuro melhor", explica o

<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/08/26/projeto-cuida-da-saude-mental-de-professores-apartados-da-escola-pela-covid.html>

1/6


A matéria "Ação cuida da saúde mental de professores apartados da escola pela pandemia" faz a divulgação de um projeto desenvolvido para professores do ensino

Infantil, fundamental e médio. Segundo o texto (REBELO, 2021), “A ideia nasceu quando começou a pandemia. Eduardo lembra que os jornais fizeram muitas reportagens sobre as novas rotinas das crianças e pais, mas não falavam dos professores”. Diante de reclamações dos profissionais de que estavam ficando doidos e sobrecarregados, foi organizado o projeto para dar apoio mental e técnico para a categoria. A organização direcionou para os profissionais vídeos falando de questões de saúde em geral e de saúde mental.

Assim como na SE1, a questão da interação e do cuidado está bastante presente. Contudo, as queixas de abandono/invisibilização dos professores acabam direcionadas à sociedade ou às instâncias de direção. Não há menção à carência de contato com alunos ou atenção deles.

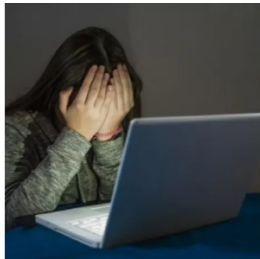
SE3- Relatos da pandemia

MATHEUS PICHONELLI



MATHEUS PICHONELLI

ft+



Professora relata depressão após convívio forçado, durante a pandemia, com pais de alunos
Imagem: Reprodução

OPINIÃO

Relatos da pandemia:
'saber quem eram os pais dos meus alunos me deprimiu'

Fonte: <https://tab.uol.com.br/colunas/matheus-pichonelli/2021/05/01/pandemia-me-fez-saber-quem-eram-os-pais-de-meus-alunos-isso-me-deprimiu.htm>

A sequência enunciativa 3 apresenta uma coluna assinada por Matheus Pichonelli, *Relatos da pandemia: 'saber quem eram os pais dos meus alunos me deprimiu'* e foi publicada na seção TAB em 01/05/2021. Esse texto traz uma perspectiva de docentes e assume o tom de desabafo em relação a algumas questões do trabalho: a frieza de uma direção que pediu para que os professores “deixassem os planejamentos das aulas em dia para facilitar o trabalho dos substitutos em casos de internação”. Na sequência, outras reclamações são apresentadas, tais como: a exaustão pela sobrecarga de trabalho no modo de ensino remoto, uma “patrulha sobre o conteúdo ensinado”, bem como monitoramento de redes pessoais por parte de pais de alunos. O lamento apresentado, apesar de tocar em

questões técnicas (como a sobrecarga de trabalho) e metodológicas (como as alterações didáticas por conta do novo modelo de aulas), dá mais ênfase a queixas ligadas aos aspectos relacionais. A diferença, nesse caso, é que o foco da reclamação sai do eixo professor-aluno e se volta aos pais.

As queixas feitas pelos profissionais remontam a condições específicas da docência, mas que estão atreladas a movimentos mais abrangentes, na atualidade brasileira. O cerceamento de conteúdos e de manifestações em sala de aula indicam o exercício de poder do movimento conservadorista - bastante atuante nas disputas políticas - atravessando o discurso da sala de aula. A sobrecarga de trabalho retoma uma memória de denúncias sucateamento e privatização do ensino público, por parte dos governos. Esses fenômenos encarnam-se nas práticas discursivas e não discursivas das instituições de ensino e, conseqüentemente, dos professores.

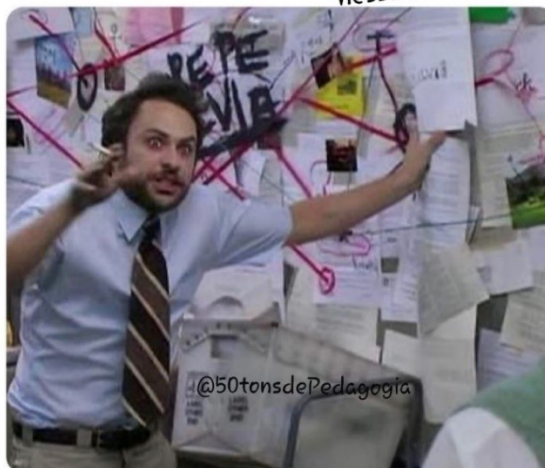
Em estudo a respeito das subjetivações docentes em circulação atualmente, Vicente e Bazza (2021, p. 2407) observam que a Lei de diretrizes e bases da educação prevê o ensino como responsabilidade dividida entre Estado, professor e família. Contudo, há momentos em que o primeiro atua suprimindo omissões dos supostos parceiros:

Ao assumir sozinho o papel do ensino, por um lado, o profissional acaba vivendo uma rotina desgastante, por tentar sanar questões que não estão em sua alçada. Por outro lado, assume também sozinho a responsabilidade pelo resultado. É recorrente observar o quanto o discurso coloca em questão a eficácia da escola e do professor quando são expostos resultados ruins dos alunos em testes.

Além de sobrecarregado, o professor leva a culpa pelos insucessos dos alunos, mas não leva os créditos sozinho pelo sucesso deles. Nesse contexto de desamparo, constitui-se um sujeito que precisa o tempo todo denunciar a omissão do Estado, a ausência de algumas famílias e o desinteresse de alguns alunos como forma de defesa de sua capacidade metodológica, bem como de seu merecimento por um salário justo. Resistir a essa conjuntura por meio da denúncia custa o desgaste de sua imagem. Isso acarreta a circulação da subjetividade de professor como descontente, reclamão.

A sequência enunciativa 4, apresenta uma imagem humorística, postada pela *Página 50 tons de pedagogia* no grupo de mesmo nome, da rede social *Facebook*, no dia 10/6/2021:

SE4- Como é a vida de um professor
Eu tentando explicar
como é a vida de
um Professor
nessa Pandemia.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/152732688737859/posts/780152395995882/>

A imagem retrata alguém visivelmente alterado, diante de um monte de papeis emaranhados e rabiscados. Apesar de parecer que ele fala para alguém, no enquadramento observa-se apenas ele. Colocado em uma rede discursiva, é possível compreender esse texto como uma resposta ao discurso de que os professores não estavam trabalhando na pandemia, posto que não estavam dando aulas presenciais. Diante disso, o discurso da categoria buscava demonstrar que o trabalho é redobrado para eles, quando em ensino remoto ou híbrido.

Para pensar a relação professor-aluno, essa imagem por um lado, pode evocar a memória do professor exaltado positivamente ao tratar de conteúdos que considera interessantes, mas também abre a possibilidade de leitura como a de um profissional estressado, que se relaciona com seus alunos e colegas de forma agressiva. Tanto na SE4 quanto na SE5 (a seguir), o mecanismo do humor diferencia o modo de constituição e de leitura desses enunciados. É possível assumir, juntamente com os estudos de linha sociológica, que a zombaria é uma forma de castigar os costumes e fazer uma correção social (cf. Bergson, 1983). Nesse caso, rir do professor exaltado é uma forma de reforçar a subjetividade que lhe é proposta pelo dispositivo educacional: calmo e acolhedor.

SE5- Professores antigamente

**Professores antigamente:
Se falaram mais um PIU vão
para a direção!**



**Professores agora:
Por favor falem comigo**



Fonte: https://www.reddit.com/r/brasil/comments/gvsit5/professores_em_aula_onlinememe/

A SE5, publicada na página *Reddit*, em abril de 2020, enfoca um importante aspecto relacional, ao contrastar ensino presencial e remoto. Enquanto, no modo presencial, o professor precisa pedir para que os alunos parem de falar, no remoto precisa pedir para que falem. Se isso for tomado como indício da participação dos alunos, pode-se fazer a leitura de que a participação é boa ao vivo e nula no remoto. Por um lado, a leitura de SE5 pode caminhar no sentido de crítica ao comportamento dos alunos. Ao considerar os dois comportamentos inadequados, reforça-se a expectativa de alunos que falem para participar das aulas, a respeito do conteúdo em foco. E então, considera-se um processo de prática de subjetivação do aluno. Por outro lado, é possível rir do professor que reclama nos dois contextos. Esse percurso de leitura contribui para sua subjetivação como reclamão recorrente. Nesse sentido, é possível pensar em ambos os sujeitos desamparados: alunos desinteressados e professores com dificuldades para interagir.

Safatle (2019, p. 31) se interroga “Qual afeto nos abre para sermos sujeitos?” O autor acredita que “para criar sujeitos, é necessário inicialmente, desamparar-se. Pois é necessário mover-se para fora do que nos promete amparo, sair fora da ordem que nos individualiza, que nos predica no interior da situação atual”. Assumindo essa concepção, a série apresentada indica um solo favorável para a criação de um sujeito docente. Porém, a descrição discursiva materializada na série produz subjetivações negativas desse profissional. Em SE1, tem-se o relato de uma aluna que se sente desamparada e encontra amparo na figura do professor, porém a construção argumentativa ressalta situações em que os alunos têm frustrada sua expectativa de acolhimento. Nas SE2 e SE4, o sujeito é constituído com base em um desamparo direcionado ao sistema educacional e

governamental, que não lhe oferece as condições adequadas para o trabalho. Nesse sentido, a relação que estabelece com o aluno se daria de forma negligente, como consequência da sua falta de condições. Em SE3, constitui-se um sujeito que oscila entre o sentimento de desamparo e de medo, diante de cobranças e vigilância de familiares de alunos. Trata-se de um sujeito deprimido/perseguido. Em SE5, encontra-se a figura do professor objeto de riso, posto o abandono dos alunos, quando no modo remoto de ensino.

4 Considerações finais

No cenário brasileiro da atualidade, a educação e seus sujeitos são referencial para uma vasta produção discursiva. No interior de um arquivo que se organiza a esse respeito, é comum que verdades sejam construídas e refutadas. Diante desse processo, as pessoas estão envolvidas, porque são professores, alunos ou familiares de um ou de outro grupo. Assim, as lutas em torno da Educação tornam visível a disputa pelo saber, pelo poder que dele emana (e que lhe sustenta) e se tornam uma questão cara a uma grande parcela da população.

As práticas discursivizadas como ideais de ação docente, não se constroem no vazio. Elas são produzidas no imbricamento de diversos dispositivos. A série enunciativa levantada, demonstrou a atuação de alguns deles: escolar-governamental, acadêmico, midiático, senso comum. O conjunto das sequências enunciativas descritas definiu um modo de agir possível para que alguém assumira a posição de sujeito professor. Também foi possível observar que, para além de um método, uma teoria ou lei, essas práticas são orientadas por um afeto. Nesse sentido, adentra-se o campo da sensibilidade por duas frentes: de um lado pelo sentimento que embasa a relação de interação entre o par professor-aluno; de outro lado, pelo desejo de estar no verdadeiro (cf. Foucault, 1999), que leva, muitas vezes, os indivíduos se sujeitarem a diversas ordens discursivas.

A presente discussão buscou historicizar uma das práticas que objetivam o docente, demonstrando como dispositivos diversos atuam na construção e circulação de uma subjetividade de afetivo/acolhedor como verdadeira. Esse percurso foca menos em descrever uma subjetividade nova ou inusitada e mais em possibilitar a reflexão sobre o que sustenta a subjetividade de *bom professor*. Em um momento histórico em que muitos professores sentem o peso de uma visão negativa por parte da sociedade, pensar sobre o

que (n)os constitui assim é uma forma de luta, porque permite resistir e porque possibilita o exercício refletido da subjetivação.

Referências

ANDRADE, Vinícius. A importância da relação aluno-professor durante a pandemia. **UOL Notícias**. 24/6/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2021/06/24/a-importancia-da-relacao-aluno-professor-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em: 10 mar. 2022.

AGAMBEM, Giorgio. O que é um dispositivo. *In*: AGAMBEM, G. **O que é o contemporâneo: e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009, p. 25-54.

BERGSON, Henry. **O Riso**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

COMO é a vida de um professor na pandemia. **50 tons de Pedagogia**. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/152732688737859/posts/780152395995882/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 118-140.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar**. Perdizes: Olho d'água, 1997.

LE VAUSSER, Louis; TARDIF, Maurice. Divisão do trabalho e trabalho técnico nas escolas de sociedades ocidentais. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1275-1297, Set./Dez. 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete ensino laico. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/ensino-laico/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *In*: Dossiê: interpretando o trabalho docente. **Teoria & Educação**. n. 4, 1991, p. 109-139.

PICHONELLI, Matheus. Relatos da pandemia: saber quem eram os pais dos meus alunos me deprimiu. **TAB UOL**. 01/05/2021. Disponível em:

<https://tab.uol.com.br/colunas/matheus-pichonelli/2021/05/01/pandemia-me-fez-saber-quem-eram-os-pais-de-meus-alunos-isso-me-deprimiu.htm> . Acesso em: 16 mar. 2022.

PROFESSORES antigamente. **Reddit**. Disponível em: https://www.reddit.com/r/brasil/comments/gvsit5/professores_em_aula_onlinememe/. Acesso em: 12 mar. 2022.

REBELO, Tainara. Ação cuida da saúde mental de professores apartados da escola pela pandemia. *Ecoa Uol*. 26/8/2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/08/26/projeto-cuida-da-saude-mental-de-professores-apartados-da-escola-pela-covid.htm>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

VICENTE, Caio Willians de Lirio; BAZZA, Adéli Bortolon. Os discursos sobre a desigualdade salarial na construção da subjetividade docente. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL LETRAS, 4, 2021, Bacabal, **Anais**. p. 2398-2410. Disponível em: <http://conilufma.com.br/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa, Edições 70, 1995.

Recebido em: 29 de março de 2022
Aceito em: 23 de maio de 2022
Publicado em agosto de 2022

Teacher-student interaction as a practice of teacher subjectivation

A interação professor-aluno como prática de subjetivação docente

Adéli Bortolon Bazza

Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, Paraná, Brasil

Abstract: This paper aims to discuss the discursivization of the teacher-student interaction and its relation to the formation of subjectivities of teachers. This is part of a larger research that recognizes a battle of knowledge and power around educational issues in Brazil, which has intensified in the last five years and has resulted in the production of a vast archive about education, within which several processes of teacher subjectivation have also been constituted. For this, it is founded on a discursive perspective, grounded on the theoretical assumptions launched by Michel Foucault, mobilizing notions such as discourse, truth and device, in an enunciative series composed of texts that circulated in journalistic websites and social networks. The analyses so far indicate that the interaction with students appears, in the discourses, as a central element of teaching practice. Such practice is produced in different devices, such as school, academic, journalistic, among others, and contributes to a subjectivation of the ideal teacher as a welcoming subject in relation to their students.

Keywords: Discourse; Teacher; Subjectivity

Resumo: Este trabalho propõe discutir a discursivização da interação professor-aluno e sua relação com a constituição de subjetividades de docente. Tal recorte faz parte de uma pesquisa maior, que reconhece uma luta de saberes e poderes em torno de questões educacionais no Brasil, a qual se acirrou nos últimos cinco anos e teve como consequência a produção de um vasto arquivo sobre Educação, dentro do qual, também se constituíram diversos processos de subjetivação do professor. Para tanto, parte-se de uma perspectiva discursiva, calcada nos pressupostos teóricos lançados por Michel Foucault, mobilizando noções como discurso, verdade e dispositivo, em uma série enunciativa composta de textos que circularam em sites jornalísticos e em redes sociais. As análises até então depreendidas indicam que a interação com os alunos figura, nos discursos, como um elemento central da prática docente. Trata-se de uma prática produzida em diferentes dispositivos, como o escolar, o acadêmico, o jornalístico, entre outros, e contribui para uma subjetivação do professor ideal como um sujeito acolhedor em relação a seus alunos.

Palavras-chave: Discurso; Professor; Subjetividade



1 Introduction

In the last five years, there has been an extensive discursive production about education and the subjects that are part of it. This is because, within a sequence of political and social changes, many people started to question the goals and strategies of schools and other sectors of education. Several social events also became part of the archive of education and, suddenly, of teachers of today. Some of these events are the creation of the movement called ‘Apolitical schools’¹ and all the discussions it raised; budget cuts in education imposed by the federal government, as well as the strikes and debates caused by it; heads of governmental education agencies, such as the Ministry of Education and CAPES², being constantly fired; universities being attacked by ministers; the implementation of online teaching and, then, hybrid teaching during the COVID-19 pandemic; and resuming face-to-face teaching after the disease was controlled.

With the beginning of online teaching in 2020, due to the pandemic, new teaching subjectivities began to be produced, including that of ‘teachers who do not teach’ and ‘the ones who have difficulty dealing with technologies’, as well as the opposite type, that is, ‘connected teachers.’ These subjectivities are constituted within discourse, based on practices proposed by certain knowledge/power apparatuses.

Based on the above, we aim to discuss the discursivization of interaction as a constitutive element of teachers’ subjectivity. The emergency surfaces of the enunciative series under analysis are the journalistic environment and social networks. The sequences analyzed were collected during the pandemic, when classes would be made available only by technology, in order to analyze how this relates to the subjectivities that started to be spread.

2 Conceiving the teacher-subject through a discursive perspective

Addressing education and the teacher-subject from a Foucauldian discursive perspective is a pioneering way of doing academic research on the topic. As there is a specific field

¹ It is a political movement that aimed to implement a conservative agenda in Brazilian education. It was articulated by far-right politicians who defend an ultra-liberal ideology and religious fundamentalism, and extinguished in 2019.

² Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel

of studies regarding education, analyses generally start from the academic discourse and its subjects as a truth reference used to confront facts and other theories. However, carrying out an analysis based on a Foucauldian perspective implies assuming that the truth is produced in a game of knowledge and powers that is possible at a given historical moment, in which the academic universe itself acts as an apparatus. Thus, the truth about education produced in the academic environment can be questioned, thought about within the tangle of utterances, and placed in contrast to other truths on a subject, produced by other apparatuses. Therefore, it ceases to be an ideal of veridiction to compose the plot of what is true.

This interpretation proposal is guided by the archeogenealogical method, presented by Foucault (2008), through which we seek to interrogate the truths, having as the starting point the analytical unit of the utterance and its relationship with a discursive event. In theoretical terms, the event is related to the utterance, as both consider an event something unique and linked to history. According to the author, this form of history allows us

to make different strata of events appear, some of which are visible, immediately known even to contemporaries, and then, underneath these events, which are in any case the foam of history, there are other invisible ones, imperceptible to contemporaries, and which are of a completely different kind (FOUCAULT, 2005, p. 291, free translation)

The study of teachers' subjectivities guided by this view understands that, at different moments in history, teachers were described in different ways and based on different practices. In some contexts, this may have been more visible to the eyes of many people, while in others it did not seem to be an issue. This is a non-linear process, for there is no direct evolution from one state towards an improvement to another. Furthermore, the process of subjectivation is not necessarily visible to major factual events. It remains present even when society's agenda seems to be a different one.

The relationship between teaching and religious practices is an example of how non-linear discourse can be. By investigating the history of education in Brazil, we learn that formal education started in the country with the work of Jesuit priests, which was a strategy for catechizing indigenous people (Cf. Nóvoa, 1991). Over the years, the State assumed responsibility for the country's education, and its separation from the Church was documented by the Pombaline Reform (1770).

As part of the changes imposed by the reform, education was defined as secular (Cf. Menezes, 2001), which would entail, among other measures, removing religious content from the curricula and basing education on scientific explanations for facts. Recently, together with demonstrations in favor of homeschooling, questions of a religious nature have emerged about the content taught at school, such as the origin of the world explained by the Big Bang theory and humans having evolved from primates. Christian families refuse to accept explanations like these, based on their religious beliefs. Some of them claim that both religious and scientific versions of different facts should be addressed at school, whereas others argue that only the religious ones should be taught.

Digging up issues that were believed to be overcome confirms Foucault's (2008) perception of history, that is, it is serial and non-linear, and it demands researchers to consider different temporalities. Although secular education has been trumpeted and defended in several sectors of society, in the same period, several private education institutions in the country remained connected to Christian churches and incorporated religious practices into their educational practices. Although part of the population is aware of that, it may go unnoticed through the mist of discourse. Secularism is just an example that, in the same historical period, what is established as the truth about education and teachers does not happen singularly.

From the perspective of Foucauldian discursive studies, an analyst describes utterances that are said in order to extrapolate the semantic level of what is said. Foucault (2008, p. 55, free translation) defends no longer treating utterances as groups of signs, but rather "as practices that systematically form the objects they speak of", because, despite recognizing that discourses are made of signs, the author understands that they do more than simply using these signs, and "it is this 'more' that makes them irreducible to language and the speech act. It is this 'more' that must be made visible and that must be described". A discursive description links utterances to the historicity that constitutes them because utterances have a historical nature. It is events of an economic, social, and political nature that allow them to be said, spread, forgotten, or remembered. Within this enunciative game, every single thing can be said (or silenced), remembered (or forgotten), elevated to the status of truth (or refuted), based on a certain game, which involves knowledge, powers, and subjectivity positions.

In addition to semantic meaning, discourse is a practice and can be described through the systematization of a set of practices within a dispersion of utterances. The work of analysts seeks to determine the rules that govern their formation and the game of knowledge and powers that can make something be considered the truth of a time. By this analytical principle, utterances are grouped within discursive formations, which determine the regularity and dispersion of temporal processes.

Discursive practices are a very important concept in Foucault's proposal. They occur as strategic operations of the apparatuses and are important for the constitution of subjectivities. Aganbem (2009, p. 38, free translation) points out that "the apparatuses must always imply a process of subjectivation, that is, they must produce their subject". This also demonstrates that a subject is subjectivized by the apparatuses and discourses accepted as the truth in each historical period.

As for the subjectivation of teachers nowadays, in addition to utterances affirming that *'teachers are + adjective'*, or those using expressions such as *'a/an + adjective + teacher'*, there are less visible events that are also part of the network, such as current career and compensation policies, among others. The discursive analysis allows us to extrapolate the linguistic level in favor of a description of events, guided by the following question "how did a certain utterance appear instead of another?" This implies looking at the corpus in a different way, as it seeks to "understand the utterance in the narrowness and singularity of its situation; it aims to determine the conditions of its existence, fix its limits in the justest way, establish its correlations with the other utterances to which it may be linked, and show what other forms of utterance it excludes" (FOUCAULT, 2008, p.31, free translation).

Analyzing an utterance makes it possible to identify the various subject positions that determine the creation of meanings within it. Whoever speaks through a given discourse speaks from somewhere. A subject position is permeated by power relations. Not everyone is authorized to speak through social discourses or produce statements. The utterance is, therefore, linked to the event in question and power relations. The subject, thought of as a discourse category, is constituted in a network of relationships that is rooted in the social environment, acting on the immediate daily life. According to Foucault (2014, p. 123, free translation), it is necessary to pay attention to this force that "divides individuals into categories, designates them by their individuality, links them to

their identity, imposes on them a law of truth that must be recognized and that others must recognize in them. It is a form of power that turns individuals into subjects.” In this sense, resistances are an alternative for the analysis of discursive relations and the constitution of subjectivities. According to the author (2014, p. 121, free translation), when focusing on resistance practices instead of describing internal rationality, “what we are doing is analyzing power relations through the confrontation of strategies”.

These relationships focus on the actions of one person towards another to “conduct conducts” and to organize probabilities. Power, deep down, has less to do with a confrontation between two adversaries, or the engagement of one regarding the other, than with the “government”. (FOUCAULT, 2014, p. 133). The author exemplifies the functioning of power relations in schools:

its spatial arrangement, the meticulous regulation that governs its interior life, the different activities that are organized inside of it, the different characters that live or meet in there, each of them playing a role, having a place, a well-defined face - all this constitutes a 'block' of capacity-communication-power. The activity that guarantees the learning and acquisition of aptitudes or types of behavior is developed through a whole set of regulated communications (lessons, questions, and answers, orders, exhortations, coded signs of obedience, differential marks referring to everyone's value and levels of knowledge) and through a series of power procedures (confinement, surveillance, reward and punishment, a pyramidal hierarchy) (FOUCAULT, 2014, p. 130-131, free translation).

Based on this conception, it is possible to assume the school environment as an apparatus, with different practices of knowledge and power. Some of these are anticipated by the author, while others can be described based on what we see nowadays, both because the description presented is not exhaustible, and because the apparatus itself has its historicity.

It changes and reconfigures itself, which allows new practices to take place within it. Considering that subjects are produced in discursive instances and act within them, then the empirical individuals who enter the school environment play, among other roles, those of teaching or learning. In this sense, apart from other roles, those of teachers and students are assumed. However, the teacher-subject and the student-subject will be produced discursively and may be different. Similarly, they inevitably need to interact. However, this interaction can take place in different ways, because what is discursivized as a desirable/appropriate interaction changes over time.

That is the reason for analyzing the way such relationship between teachers and students was discursivized by the media throughout the pandemic. We expect to find memories of the truth about the ideal interaction from the remembrances of the knowledge produced in the academic apparatus, in the conventional wisdom apparatus, etc.

3 Abandonment as a teacher subjectivation practice

The enunciative series under analysis has five enunciative sequences (ES) that circulated on journalistic websites and social networks, in 2021. The choice for this historical moment is related to the emergence of online teaching and the numerous discussions about its impacts on learning and educational relationships. By taking the discursivization of this interaction as a practice present in the aforementioned apparatuses, we aim to describe which truth is presented as the ideal way the teacher-subject should act and, consequently, how this truth reinforces/displaces the subjectivity of teachers nowadays.

This enunciative series is made available by the articulation of several apparatuses, and the most emblematic are the media, as it is the surface of emergence from which they were extracted; the educational apparatus, since teachers and their relationship with students are subjects constituted in the institutional space named school; and the academic one, considering its relationship with the educational apparatus. The educational apparatus uses academic knowledge to constitute and legitimize itself, as well as receiving professionals who are trained by Academia.

ES1- The importance of the student-teacher relationship during the pandemic

A importância da relação aluno-professor durante a pandemia

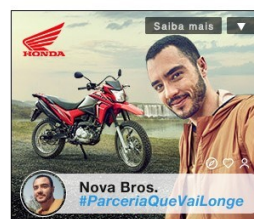


Vinicius De Andrade
24/06/2021 07h42

A importância da relação aluno-professor durante a pandemia - Enquanto alguns estudantes relatam como o apoio de professores os ajudou a não se sentirem ainda mais afastados da escola durante o ensino remoto, outros reclamam da distância e da sobrecarga de tarefas. A relação entre aluno e professor é de suma importância no processo de aprendizagem de qualquer estudante, especialmente para quem frequenta a escola pública no Brasil. Com a pandemia, o distanciamento social e a mudança do ensino presencial para o remoto, essa relação passou por um processo de resignificação.

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2021/06/24/a-importancia-da-relacao-aluno-professor-durante-a-pandemia.htm>

PUBLICIDADE



Note: *The importance of the student-teacher relationship during the pandemic – While some students state that the support they had from their teachers helped them not to feel even more isolated from school during the online-teaching period, others complain about not being able to be at school and the great number of assignments. The student-teacher relationship is of vital importance for the learning process of all students, especially those who attend public schools in Brazil. Due to the pandemic, social distancing, and online teaching, this relationship has been re-signified.*

The news article ‘*The importance of the student-teacher relationship during the pandemic*’ was published on June 26th, 2021, when some private schools were already resuming face-to-face classes, while classes at public schools were being run in a hybrid model, that is, partially online and partially in the classroom. The text is signed by the author, and it is part of a section named ‘Voices of Education’, a column written by young people from a social program of volunteers who help public school students in Brazil to enter a university. Authorship, in this case, may help us understand the context from the students' point of view. The article brings accounts of four students, and none of teachers or other education professionals.

One of them is about a student who feels welcomed, but refers to that as an exception: “... a teacher who was worried about me. She went to school and talked to others about me because she noticed I was not taking part in the lessons. She was very nice because I've never seen a teacher worry so much about a student in all my school years. The way she cared for me was wonderful.” There are other accounts from students who felt alienated and/or judged: “Last year I was in 3rd grade, and it was a military school, I felt so distant from the teachers because they did not give me space to meet new

students and focused only on those who were considered 'smart'. Overall, the text shows that students expect to be welcomed by their teachers.

By focusing on the relationship between both subjects, the discursive work starts to involve sensitivity as a constitutive element of the social bond and as a guide to practices. From a philosophical point of view, Safatle (2019, p. 15) claims that

power is a matter of understanding its ways to construct political bodies, its circuits of affections with extensive regimes of implication, as well as understanding the model of individualization that these bodies produce, and how it affects us. If we want to change it, it will be necessary to start by asking ourselves how we can be affected in another way, we will have to be willing to be individualized in another way, to force other circuits to be produced.” (2019, p. 15, free translation).

Regarding teacher-student, it is necessary to consider the power relationship that is more visibly established in the institutional context in which the teacher organizes, conducts, and evaluates. This leads them to assume power strategies, which students can resist. But this confrontation takes place in the relationship, permeated by affective aspects inherent to everyday exchange.

Supported by the contributions of Freud, Safatle (2019) differentiates between two types of affection: fear and abandonment. Fear refers to an expectation raised in the face of danger, as a defense strategy. It is something that, in theory, can be represented. Abandonment, in turn, refers to a reaction to an object or event that the subject cannot represent because it breaks their system of representations and projections. Thus, the subject goes through a process of collapse for not knowing how to act or respond. The author believes that hope is a type of affection that can be opposed to fear. Yet, he does not define a type of affection as opposed to abandonment, because there would be a need for subjective action and reconfiguration.

In this sense, an alternative would be “to understand abandonment as a condition for the development of a certain form of affirmative courage in the face of violence caused by the dispossessive nature of intersubjective relationships and by the irreducibility of contingency as a fundamental form of the event” (SAFATLE, 2019, p. 50, free translation). It is interesting to point out that, in pedagogical currents previously assumed as truths and materialized by teaching practices in classrooms, the relationship between teachers and students was based, to a certain extent, on fear (of being told off, punished,

or failing, etc.). In a position of power and social recognition, the teacher-subject was constituted based on a type of affection opposite to abandonment, that is, support. In this context, it was up to students to feel fear in front of a respected and severe professional. However, the form of relationship that materializes in the comprehensible discourse in the enunciative series under analysis points to a work guided by abandonment.

There was a time when teachers were expected to assume roles beyond teaching. Le Vausser and Tardif (2004, p. 1277, free translation) explain that, with the outbreak of the Second World War, the school environment was reorganized, so new professionals were assigned to perform tasks that were previously the responsibility of teachers, such as the case of “pedagogical tasks, [...] including cleaning students, tidying the classroom, and giving children and adolescents all forms of support”. This “care-taker profile” is updated by the conventional wisdom discourse since teachers are expected to be welcoming and understanding towards their students. An example of that is the fact that children have, for a long time, referred to their teachers as uncles and aunts, a habit that teachers have tried to break for a long time. According to Foucault (2008), there is an accumulation in the utterance, because, when being welcoming becomes an attribution of the teacher-subject, the subjectivities of teachers being responsible for their students and being considered their uncles/aunts are remembered.

Differently from what the conventional wisdom discourse presupposes, the subjectivation of teachers is considerably reinforced by studies in the field of Education and Educational Psychology. Despite not building a univocal truth, some practices seem to be more consensual among authors in the area. The need for a good relationship between teachers and students is seen as truth. Paulo Freire (1997), for instance, addressed the importance of bonds of affection linking teachers and students. Theories such as Henri Wallon’s (1995) inspired a series of research on affectivity in learning, demonstrating that students learn more and/or better when they have affection for their teachers and receive affection from them. When it is considered a truth, the classroom starts to be seen as a place where students are supported by affection. This type of interaction is a practice of subjectivization also in the journalistic and mediatic apparatuses, which spread a coercive impact on teachers’ actions, based on the description of the expectations of others about them. As a result of what is prescribed by both the conventional wisdom and academic discourses, teachers are subjectivized as those who must establish an

affectionate relationship with their students. In ES1, they are not depicted as someone who acts according to the practices expected for their subject position. Consequently, they are subjectivized as bad/inadequate, considering that they frustrate the students (heard for the article) regarding the relationship expected by them.

It is also necessary to consider that the universe of professional interaction of teachers is not restricted to the bond with their students, for other subjects are involved in the process and play a relevant role in the establishment of bonds. The next enunciative sequences bring to the scene the discursive game of the practices expected by and carried out towards these other subjects, as well as the impact of this on the construction of discourses.

ES2- Program takes care of the mental health of teachers separated from school by the pandemic



Imagem: Equipe Gaia+

Por Tainara Rebelo
Colaboração para o Ecoa, em São Paulo
26/08/2021 06h00

A pandemia de covid-19 e todo o isolamento social imposto para evitar o contágio pelo novo **coronavírus** jogou luz sobre a importância de se cuidar melhor da saúde mental da população. Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) de 2020 apontam que 85% dos brasileiros sofrem com **ansiedade** no país. A preocupação é real e está em quase todas as esferas da população, mas uma delas ganhou um acalento extra pelas mãos do projeto social "Fique Bem".

"O Fique Bem é um projeto da ONG educacional Gaia+ para o professor, pelo professor e com o professor. Queremos abrir um espaço de escuta e cuidado para esses profissionais que trazem esperança para futuro melhor", explica o

<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/08/26/projeto-cuida-da-saude-mental-de-professores-apartados-da-escola-pela-covid.htm> 1/6

Note: *The COVID-19 pandemic and the social isolation imposed to avoid the spread of the novel coronavirus have evidenced the importance of taking care of the population's mental health. Data from the Unified Health System (SUS) from 2020 show that 85% of Brazilians suffer from anxiety. It is a real concern that affects all classes and groups. Yet, one of them has been given extra attention through a social project called 'Take care'. "It is a project by the NGO Gaia+ created for, by, and with teachers. We want to give*


them the chance to be heard, and take care of these professionals who give us the hope of a better future”, says...

The article “*Program takes care of the mental health of teachers separated from school by the pandemic*” discloses a project developed for kindergarten, elementary, and high school teachers. According to the text (REBELO, 2021), “The idea was born when the pandemic started. Eduardo recalls that newspapers were publishing many articles about the new routine of children and parents, but they would not talk about teachers”. Since these professionals were complaining about going crazy and feeling snowed under with a great deal of work, the project was created to give them technical and mental support. The organization started producing videos about mental and general health-related issues to be watched by teachers.

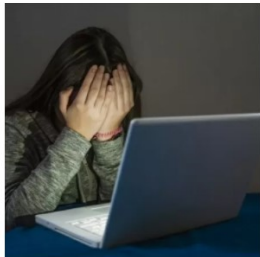

As in ES1, the topics “interaction” and “care” are strongly present. However, the complaints of teachers regarding abandonment/invisibility end up being addressed to society or management bodies. The lack of contact with students or their attention is not even mentioned.

SE3- Voices from the pandemic

MATHEUS PICHONELLI



MATHEUS PICHONELLI



OPINIÃO

Relatos da pandemia: 'saber quem eram os pais dos meus alunos me deprimiu'

Professora relata depressão após convívio forçado, durante a pandemia, com pais de alunos
Imagem: Reprodução

Source: <https://tab.uol.com.br/colunas/matheus-pichonelli/2021/05/01/pandemia-me-fez-saber-quem-eram-os-pais-de-meus-alunos-isso-me-deprimiu.htm>

Note: *Voices from the pandemic – Accountings: “knowing who my students’ parents were made me depressed”*

ES3 presents a column written by Matheus Pichonelli, entitled *Voices from the Pandemic: “knowing who my students’ parents were made me depressed”*, published on May 5th, 2021. The text brings the perspective of teachers who vent their dissatisfaction regarding work issues. One of them tells of a school principal who asked teachers to “not

be behind schedule with their planning to make things easier for substitutes in case they got COVID.” Other complaints are made, such as exhaustion due to the great deal of work imposed by online teaching, being “patrolled” to make sure all the content was being taught, and having their social media monitored by students’ parents. Although the complaints refer to technical and methodological issues (work overload and didactic changes brought by the new teaching model, respectively), they emphasize relational aspects. The only difference is that, now, the focus shifts from teacher-student to parents.

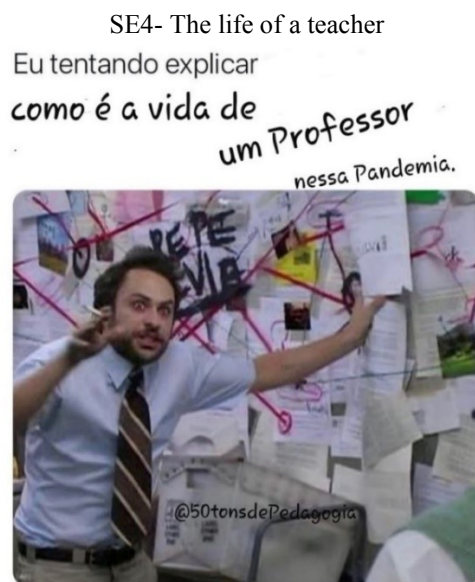
The complaints have to do with specific conditions of teaching, but they are linked to broader movements in Brazil today. The attempt to forbid content and freedom of expression in the classroom is evidence of the exercise of power of the conservative movement, which is quite active in political disputes, crossing the classroom discourse. The work overload points to a history of complaints about the wrecking and privatization of public education by governments. These phenomena are embodied in the discursive and non-discursive practices of educational institutions and, consequently, of teachers.

In a study about the subjectivations of teachers that are currently circulating, Vicente and Bazza (2021, p. 2407, free translation) state that the *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (the law containing the guidelines and bases for education in Brazil) provides for teaching as a responsibility to be shared between the State, teachers, and families. However, there are times when teachers act to make up for the omission of the others:

By taking on the teaching role alone, on the one hand, teachers end up facing an exhausting routine, trying to solve issues they are not supposed to. On the other hand, they also assume responsibility for the results alone. Recurrently, the discourse in force calls into question the effectiveness of the education system and teachers when poor results of students on tests are exposed.

In addition to being overwhelmed, teachers take the blame for students' failures, but do not take credit alone for their successes. In this context of abandonment, we have the constitution of a subject who constantly needs to denounce the omission of the State, the absence of some families, and the lack of interest of some students as a way of defending their methodological capacity, as well as their right to be paid a fair wage. Resisting this situation through denunciation costs the wear and tear of their reputation, and this all leads them to be seen as discontented subjects who are always complaining.

ES4 presents a comic image, posted on the page “50 shades of pedagogy” on the Facebook group of the same name, on October 6th, 2021:



Source: <https://www.facebook.com/groups/152732688737859/posts/780152395995882/>

Note: *Me trying to explain what the life of a teacher during the pandemic is like.*

It depicts someone who is visibly disturbed, dealing with a bunch of overlapping and scribbled sheets of paper. Although it looks like he is talking to someone, he is the only person we can see. By analyzing the text through a discursive perspective, we can understand it as a reaction to the discourse that teachers were not working during the pandemic, after all, they were not teaching face-to-face. Therefore, in this case, the discourse of teachers sought to demonstrate that online and hybrid teaching were twice as harder as face-to-face teaching.

Regarding the teacher-student relationship, the image, on the one hand, can evoke the persona of a teacher carried away when addressing content that they consider interesting. On the other hand, it may portray a very stressed professional, who treats students and colleagues aggressively. Both in ES4 and ES5 (below), the humor mechanism differentiates how these utterances are constituted and read. It is possible to assume, along with sociological studies, that mockery is a way of punishing customs and making a social correction (cf. Bergson, 1983). In this case, laughing at an out-of-control teacher is a way of reinforcing the subjectivity proposed by the educational apparatus, that is, a calm and welcoming subject.

SE5- Teachers in the past

**Professores antigamente:
Se falaram mais um PIU vão
para a direção!**



**Professores agora:
Por favor falem comigo**



Source: https://www.reddit.com/r/brasil/comments/gv5it5/professores_em_aula_onlinememe/

Note: *Teachers in the past: If you say a word, I'll send you to the principal's office.
Teachers nowadays: Please, talk to me.*

ES5, published on a webpage called “Reddit”, in April 2020, focuses on an important relational aspect by contrasting face-to-face and online teaching. While teachers need to ask students to stop talking when they are in the classroom, in online teaching they needed to do the opposite, as students would not interact at all. By taking it as an indication of students’ participation, one can read that it is good in the classroom, but poor online. On the one hand, ES5 can lead readers to criticize students' behavior. Considering both behaviors inappropriate reinforces the expectation of students speaking to participate in classes and talk about the content. This is considered a process of subjectivation of students’ practice. Conversely, it is possible to laugh at the teacher who complains in both contexts. This interpretation contributes to the subjectivation of teachers as someone who is always complaining. In this sense, there would be two abandoned subjects, that is, uninterested students and teachers with difficulties interacting.

Safatle (2019, p. 31, free translation) asks himself “What kind of affection makes us willing to be subjects?” The author believes that “to create subjects, at first, it is necessary to abandon oneself, because it is necessary to move outside of what offers us protection, to step outside the order that individualizes us, that keeps us within a current situation”. Based on this idea, the enunciative series above points to a scenario that is favorable for the creation of a teacher-subject. However, the discursive description materialized in the series produces a negative subjectivation of teachers. In SE1, there is the report of a student who feels helpless and finds support in the persona of a teacher.

However, the argumentative construction highlights situations in which students have their expectations of being welcomed frustrated.

In SE2 and SE4, the subject is constituted based on a feeling of abandonment for which the educational and governmental systems are blamed since they do not ensure adequate working conditions. Through this perspective, the relationship established by teachers with their students is negligent, which is a consequence of the bad working conditions they are exposed to. In SE3, we can see a subject who oscillates between feelings of abandonment and fear, facing surveillance and demands from students' parents. In other words, it is a depressed/persecuted subject. In SE5, teachers are a laughing stock, for they were abandoned by students during online teaching.

4 Final considerations

In the current Brazilian context, education and its subjects are a source of a vast discursive production. Within an archive that is organized in this regard, it is common for truths to be constructed and refuted. In this process, people are connected, because they are teachers, students, or family members of one group or another. Thus, the struggles around Education make visible the dispute for knowledge, for the power that emanates from (and sustains) it, and become a topic dear to a great part of the population.

Practices that are discursivized as the ideal way teachers should act are not built in a vacuum. They are produced in the intersections of several apparatuses. The enunciative series addressed in this study showed the performance of some of them, that is, school-governmental, academic, media, and conventional wisdom. The set of enunciative sequences described defined a possible way someone should act to play the role of subject-teacher.

It was also possible to notice that, in addition to a method, a theory, or law, these practices are guided by affection. In this sense, sensitivity manifests in two different ways. On the one hand, through the feeling that is the foundation of the interactional relationship between teachers and students and, on the other, through the desire of being socially accepted (cf. Foucault, 1999), which often leads individuals to subject themselves to different discursive orders.

This study sought to historicize one of the practices that objectivize teachers, demonstrating how different apparatuses act to construct and present an affective/welcoming subjectivity as the truth. This involves focusing less on describing a new or unusual subjectivity and more on allowing for reflection on what sustains the subjectivity of a good teacher. In a historical period in which many teachers feel the weight of negative judgments from society, thinking about what constitutes them is a way to fight, because it allows resistance and the reflective exercise of subjectivation.

References

- ANDRADE, Vinícius. A importância da relação aluno-professor durante a pandemia. **UOL Notícias**. 24/6/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2021/06/24/a-importancia-da-relacao-aluno-professor-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- AGAMBEM, Giorgio. O que é um dispositivo. *In*: AGAMBEM, G. **O que é o contemporâneo**: e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009, p. 25-54.
- BERGSON, Henry. **O Riso**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- COMO é a vida de um professor na pandemia. **50 tons de Pedagogia**. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/152732688737859/posts/780152395995882/>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 118-140.
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar**. Perdizes: Olho d'água, 1997.
- LE VAUSSER, Louis; TARDIF, Maurice. Divisão do trabalho e trabalho técnico nas escolas de sociedades ocidentais. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1275-1297, Set./Dez. 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete ensino laico. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/ensino-laico/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *In*: Dossiê: interpretando o trabalho docente. **Teoria & Educação**. n. 4, 1991, p. 109-139.

PICHONELLI, Matheus. Relatos da pandemia: saber quem eram os pais dos meus alunos me deprimiu. **TAB UOL**. 01/05/2021. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/colunas/matheus-pichonelli/2021/05/01/pandemia-me-fez-saber-quem-eram-os-pais-de-meus-alunos-isso-me-deprimiu.htm> . Acesso em: 16 mar. 2022.

PROFESSORES antigamente. **Reddit**. Disponível em: https://www.reddit.com/r/brasil/comments/gvsit5/professores_em_aula_onlinememe/. Acesso em: 12 mar. 2022.

REBELO, Tainara. Ação cuida da saúde mental de professores apartados da escola pela pandemia. **Ecoa Uol**. 26/8/2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/08/26/projeto-cuida-da-saude-mental-de-professores-apartados-da-escola-pela-covid.htm>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

VICENTE, Caio Willians de Lirio; BAZZA, Adéli Bortolon. Os discursos sobre a desigualdade salarial na construção da subjetividade docente. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL LETRAS, 4, 2021, Bacabal, **Anais**. p. 2398-2410. Disponível em: <http://conilufma.com.br/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa, Edições 70, 1995.

Received on 29 March 2022

Accepted on 23 May 2022

Published on August 2022

Adéli Bortolon Bazza
E-mail: adellibazza@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4396-067X>

“Eu quero brincar em paz”: os efeitos dos discursos produzidos sobre a favela no cotidiano das crianças que habitam esses territórios

“I want to play in peace”: the effects of the discourses produced about the favela in the daily lives of children who inhabit these territories

Gabriel Lima Simões
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Michelly Ferreira da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Partindo dos estudos de Michel Foucault sobre a análise de discursos, este artigo problematiza o modo como são produzidos e disseminados os discursos acerca das favelas do Rio de Janeiro. Desde sua expansão no final do século XIX as favelas cariocas têm sido associadas a locais de criminalidade, perigo e foco de doenças. Desconstruindo a ideia de que a falta de infraestrutura e a pouca oferta de serviços nesses territórios seriam falhas na atuação do Estado, o texto discute como a propagação destes discursos tem moldado a relação da sociedade com as favelas e com seus moradores. Como estratégia de enfrentamento a estes processos de subjetivação, grupos de moradores de favelas têm encontrado nas ações coletivas a força para sobreviver. Como exemplo desses movimentos de luta, este artigo apresenta um projeto desenvolvido por moradores do Complexo de Favelas de Mangueiras que tem permitido com que as crianças ressignifiquem as dores e os medos provocados pelo constante clima de violência presente no local que vivem, assegurando-lhes um espaço para brincar em paz.

Palavras-chave: Favela; Discurso; Violência; Criança

Abstract: Starting from Michel Foucault's studies on discourse analysis, this article problematizes the way in which discourses about the favelas of Rio de Janeiro are produced and disseminated. Since its expansion in the late 19th century, Rio's favelas have been associated with places of crime, danger and disease hotspots. Deconstructing the idea that the lack of infrastructure and the limited supply of services in these territories would be failures in the State's actions, the text discusses how the propagation of these discourses has shaped society's relationship with the favelas and their residents. As a strategy to face these processes of subjectivation, groups of favela residents have found in collective actions the strength to survive. As an example of these struggle movements, this article presents a project developed by residents of the Complexo of Favela of Mangueiras that has allowed children to give new



meaning to the pain and fears caused by the constant climate of violence present in the place where they live, assuring them a space to play in peace.

Keywords: Favela; Speech; Violence; Children

Em seu livro *A ordem do discurso*, Michel Foucault analisa como os discursos encontrados em uma sociedade exercem funções de controle, de limitação e validação das regras de poder dessa mesma sociedade. O autor entende que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nós queremos nos apoderar. Lutamos por meio dos discursos que produzimos, mas também lutamos para produzir discursos (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Pensar o cotidiano das favelas é trazer para a análise o modo como se construiu um discurso a respeito da moradia da população pobre como sendo local da desordem, marginalidade, doenças e insegurança. Esses discursos, que podem ser proferidos de diversas formas e linguagens, vão sendo socialmente incorporados, repassados e ressignificados.

Podemos entender discursos como verdades produzidas que após serem ditas tomam corpo, interferindo no modo de funcionamento da sociedade. Nesse texto, por exemplo, problematizamos os modos como são produzidos os discursos sobre a favela e os efeitos que esses discursos provocam tanto na população que nela reside quanto naqueles que, a vendo de fora, são ensinados a teme-la.

Segundo Fernandes e Costa (2009), o termo favela costuma referir-se a um espaço constituído por habitações aglomeradas, muitas vezes ilegais, estabelecidas em áreas com vários becos e vielas em que os serviços públicos são precários (luz, água, esgoto, escola, transporte, lazer). Uma das vertentes discursivas analisa a precarização desses territórios como uma ausência de Estado. Contudo, a forma como as favelas são governadas não corresponde a uma gestão incompetente ou a uma falha na oferta de serviços. A carência de estrutura nas favelas é resultado do modelo de política que é planejado para aquele tipo de território. Manter as pessoas na pobreza, sem acesso a serviços básicos e à mercê da violência bélica dos governos e de grupos que comercializam drogas ilícitas, em geral em relação com grupos dos governos, que acabam exercendo domínio nesses lugares, é um objetivo de governo e não uma incompetência. Tal entendimento coaduna com a

percepção de Foucault (1979, p.283-284) ao definir governo como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, como diziam os textos dos juristas, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar, o que implica uma pluralidade de fins específicos que se voltem ao fortalecimento do próprio governo.

São diversas as situações que expõem o quão o Estado é autocentrado em sua própria racionalidade e modo como ele exerce o poder a partir do controle biopolítico sobre a população. Como salienta Simões (2021, p. 157), a produção do discurso sobre a necessidade de segurança, por exemplo, tornou-se um mecanismo muito utilizado pelo Estado para encobrir práticas racistas em nome de uma racionalidade pela paz. Contudo, é notório que esse desejo de paz é seletivo e manter o discurso de paz para uns significa inviabilizar qualquer possibilidade de paz para muitos outros.

Coimbra (2001) nos relembra que a origem das favelas é marcada pelo processo de gentrificação, que historicamente empurra famílias pobres para viver em regiões periféricas. Segundo a autora:

Na história das cidades constata-se como tais territórios, à medida que são valorizados economicamente, têm suas populações empurradas para outras regiões menos importantes. As chamadas "periferias pobres" sobrevivem sem as mínimas condições de saneamento básico, moradias, transportes, etc. - espaços onde, segundo o discurso hegemônico, vicejam a violência, o banditismo, a criminalidade (COIMBRA, 2001, p. 81).

Desde o final do século XIX, quando o centro da cidade concentrava grande quantidade de pessoas pobres morando em cortiços, uma série de informações passou a ser publicizada classificando aquela região como sinônimo de criminalidade e de doenças. Tal iniciativa era parte de um conjunto de mudanças urbanísticas que apostou no embelezamento de uma região para obter lucros com sua exploração imobiliária. Assim, o governo conquistou apoio popular para que aquelas moradias fossem demolidas e seus moradores removidos para outras regiões da cidade, afastando os supostos riscos de contaminação.

As produções subjetivas em torno do que se compreende como favela induziram e até hoje instigam as práticas de intervenções nesses tipos de território. Os moradores das favelas são vistos como responsáveis pela insegurança da cidade, afetando as políticas públicas de urbanização, de saúde, educação e principalmente de segurança. Ou seja, “os discursos fundamentam as intervenções e as intervenções legitimam o discurso”

(GONÇALVES, 2019, p.118). Como estratégia política, foi-se fabricando um saber acerca da favela que viria a incorporar grande parte da literatura sobre a pobreza e sobre o modo de compreender e de olhar para a favela.

A favela é produzida e publicizada de tal modo que as pessoas de fora a vejam como ‘um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação’, tal qual a cidade do colonizado, descrita por Fanon (1968). A partir da análise do Fanon, é possível fazer uma correlação entre o modo como os moradores de favela são tratados e as práticas que eram aplicadas nos campos de concentração e extermínio, nos que eram aprisionados e descartados aqueles indivíduos que não interessavam ao comando nazista fazer viver.

Tanto a presença da polícia quanto dos comerciantes de drogas ilícitas de alguma forma afeta e molda a subjetividade das pessoas que vivem no território. Quando dizemos isso, referimo-nos à maneira como os moradores precisam se comportar dentro da favela devido às repressões e/ou violências cometidas pelos grupos que vendem drogas ilícitas, como também às constantes violações cometidas por parte da polícia (abordagens autoritárias, tapas na cara, arrombamento das casas sem ordem judicial, destruição de carros que ficam nas calçadas, presença do caveirão invadindo as ruas, etc).

Nesse contexto de permanentes climas de tensão e vigilância que acometem esses territórios, associado à presença de grupos que comercializam drogas ilícitas e ao discurso que as mídias difundem sobre a favela, a subjetividade dos moradores acaba por ser moldada. Podemos entender subjetividade como modos de ser, de desejar, de agir, de perceber o mundo. Guattari e Rolnik (2005) afirmam que nossa subjetividade é produzida através de:

[...] tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística - tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam - não é apenas uma questão de ideia ou de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade ou a identificações com polos maternos e paternos. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.35).

O dia a dia da população que vive em favelas, sobretudo pessoas de pele preta, tornou-se cenário de filme de terror. As intensas operações policiais, que se dizem estratégicas para a proteção da população e eliminação de perigos, se dão colocando em risco e ameaçando a vida das pessoas que residem nas regiões mais pobres. Num território

em que se acredita ser zona de concentração de ‘bandidos’ e pessoas perigosas, torna-se irrelevante a imprecisão dos tiros disparados do alto de um helicóptero ou de uma torre de controle. De acordo com Silva (2021, p. 93), o controle exercido de forma tirânica através do uso dos armamentos e as constantes violações sofridas podem produzir um morador de favela amedrontado, silente, dócil, etc, ou até mesmo o contrário disso tudo. Tais práticas denotam que essa proteção e eliminação de perigos é uma política destinada apenas para certa parte da população.

Scheinvar (2008, p. 6) enfatiza, inclusive, que não é a pobreza o problema, mas estar fora da ordem, seja por ser pobre, seja por ser ‘desviado’. O Estado não implementa ações contundentes para erradicar a pobreza, mantém os pobres cada vez mais às margens e reclama que eles vivem como pobres: “com suas aspirações, com suas estratégias de sobrevivência, com seus sonhos, sob condições de extrema dificuldade e adversas à vida, que levam a que eles, os pobres, sejam reconhecidos como violentos” (SCHEINVAR, 2008, p. 6).

A forma com que o morador de favela vive incomoda pois difere de um modelo de comportamento aceito como normal, passando a ser classificado como torto e, sendo torto, pressupõe-se que há uma correção que precisa ser feita. Todavia, como ter uma vida dentro dos padrões normalizados quando já se acorda com um tiroteio na porta de casa, por vezes articulado com as forças do Estado ou sob sua anuência? Não é esse mesmo Estado que se diz uma organização incumbida de cuidar, proteger e levar segurança à população? E quem protege a população que mora nas favelas? Como essas pessoas vão sobreviver tendo que se proteger até de quem, de acordo com o discurso liberal, deveria estar lhes protegendo?

Na cidade do Rio de Janeiro, não por acaso, tal subjetividade tem sido produzida e disseminada de modo a criminalizar os moradores das favelas, pois uma vez subjetivada na condição de ‘bandidos’, a população que vive nas favelas tem sido alvo constante de uma política de morte, sobretudo sob um governo do estado que se identifica com a ideia de que ‘bandido bom é bandido morto’. O enquadramento de quem deve ser considerado como criminoso tem escancarado o racismo de Estado. Os policiais têm tido cada vez mais autonomia para maltratar e atirar para matar quem eles considerem ‘bandidos’, ou mesmo ‘suspeitos’. Como afirma Simões (2021, p. 73), tudo isso sob aplausos de uma

população capturada por esse discurso subjetivamente produzido de que é preciso eliminar os perigos.

Esse discurso sobre segurança, como apresenta Foucault (2008), é um potente dispositivo que produz modos de subjetivação fundamentais para criminalizar certos grupos de pessoas e gerar demandas por maior intervenção e controle. Como consequência, a sociedade começa a se sentir desprotegida e passa a defender que o Estado utilize seu aparato policial para invadir os territórios tidos como perigosos para instaurar a paz. A força desse discurso captura, inclusive, a própria população da favela que será alvo das intervenções violentas daquele mesmo Estado.

Os dispositivos midiáticos, sustentados pelos interesses econômico-empresariais, quase sempre atuam de forma associada à prática violenta do Estado. Ao retratar de forma positiva a atuação de policiais em operações nos territórios de favela, difundem a farsa de que tais ações visam o combate ao tráfico de drogas e armas. O que não se mostra nessas mídias são os efeitos dessas políticas no dia a dia da população que reside nessas zonas periféricas. Como é para essas pessoas ter que naturalizar a convivência com os constantes momentos de tensão e riscos de morte com os tiroteios na porta das suas casas?

A produção de subjetividade fabricada a partir dos discursos hegemônicos e difundida por essas mídias produz o desejo de naturalização da “guerra ao tráfico” como solução para o problema das drogas, da violência, e dos comerciantes de drogas ilegais. Então tem-se a ideia de que depois da guerra haverá paz e segurança na sociedade. Essa produção atinge não só os que moram fora da favela, mas também boa parte dos que nela moram. Quando o morador de favela olha o seu entorno e de certa forma se vê cansado de conviver com armamentos bélicos, intensos tiroteios, seja por parte da polícia ou de grupos armados que moram na favela, ele vê no discurso da mídia uma confirmação daquilo que seus olhos presenciaram e acredita que a solução é as incursões policiais, mesmo que para isso toda a favela sofra as consequências dessa política violenta. Assim, tem sido cada vez mais comum encontrar declarações raivosas nas redes sociais, nas rodas de amigos ou mesmo em grupos da família, repetindo expressões como “bandido bom é bandido morto”, “direitos humanos para humanos direitos” e “quem quiser defender bandido que leve ele para sua casa”.

Como defende Simões (2021, p. 5), nessa mesma perspectiva do Estado que em sua racionalidade oferece um discurso de liberdades e em paralelo exerce um controle

biopolítico dos limites de liberdade da população, ele também produz um discurso sobre perigo e necessidade de segurança ao mesmo tempo em que se coloca como instituição responsável por promover a paz. Mas de quem a população precisa ser protegida? Ou qual parte da população precisa ser protegida?

Ao persistir com o discurso da guerra ao tráfico de drogas e armas, o Estado conquista ainda mais apoio popular para normalizar a prática violenta e discriminatória nas favelas. Enquanto isso, a vida do morador de favela vai sendo flagelada em nome de uma proteção da vida do resto da população, mesmo diante de fatos como esse que mostram que, caso o Estado estivesse mesmo interessado em combater o comércio ilegal de drogas, o alvo das operações precisaria ser modificado.

Foucault (1996) aponta para o princípio de exclusão nos discursos e ilustra que o discurso do louco desde a alta idade média não circulava como os demais, pois muitas vezes as palavras deles eram julgadas como inúteis e não eram consideradas. Nessa mesma perspectiva apontada por Foucault, os relatos dos moradores de favelas denunciando os processos de violência e descaso que enfrentam no cotidiano acabam sendo atribuídos a um lugar de não verdade e não importância, e portanto, não são vistos como contraponto do discurso produzido hegemonicamente. Contudo, apesar de toda violência e do terror espalhados nas favelas através da política de morte instituída, alguns movimentos de luta e resistência emergem nesses territórios dando fôlego para uma (re) afirmação da vida.

Pequenos grupos de moradores de favela têm buscado afirmar suas potências a partir de iniciativas dialógicas, integrando os vizinhos num chamado à luta por sobrevivência. Em meio a tantas situações de sofrimento nos deparamos com relatos de esperanças ao ver brotar articulações entre moradores para construção de alternativas de autocuidado e autoproteção. Experiências de mobilização comunitária que, mesmo não se intitulando movimentos de resistência, representam a luta de um povo para manter-se vivo.

Todo esse cotidiano de vulnerabilidade que assola a vida em favela afeta diretamente a vida das crianças, que têm cerceadas as possibilidades de brincar tranquilamente nas ruas devido ao constante clima de guerra com os recorrentes tiroteios e a presença de policiais no entorno das suas moradias (e muitas vezes dentro delas). Foi pensando nesses efeitos da violência e da precarização na rotina das crianças que, no ano

de 2015, um grupo de moradores do Complexo de Favelas de Manguinhos resolveu se organizar para realizar atividades recreativas, lúdicas e culturais com elas. Nascia ali o projeto ‘Recriando Manguinhos’.

Segundo moradores envolvidos no projeto, tornou-se comum ouvir reclamações de crianças de que, no horário em que não estavam na escola, tinham medo de brincar nas ruas e nas praças próximas às suas casas. Assim, o grupo de vizinhos reuniu adultos interessados em se revezar para, nas tardes de sábado, realizar diferentes tipos de brincadeiras com as crianças daquele território utilizando objetos, jogos, músicas, atividades de desenho, pintura, escrita, dentre outros.

Buscando compreender como funcionavam essas atividades recreativas e se de algum modo as crianças manifestavam suas percepções sobre esse cotidiano violento do bairro, tivemos acesso a um arquivo de materiais produzidos pelas crianças do projeto¹. Eis que ficamos sensibilizados ao manusear algumas pinturas e desenhos nos quais as crianças transcreveram parte das suas memórias e sentimentos a respeito da vida em favela. Não conseguimos muitos exemplares pois nos foi informado que ao final das atividades as crianças podem levar os trabalhos para casa e outros são entregues às famílias numa confraternização que a equipe coordenadora do projeto costuma organizar nos finais de ano.

Junto a um conjunto de papéis com desenhos, pinturas e colagens, nos foi entregue uma espécie de panfleto que explicava que o projeto ‘Recriando Manguinhos’ tem como proposta trabalhar com crianças de 06 a 14 anos através de atividades como música, contação de histórias e artes diversas e que possui cinco objetivos pré-definidos:

- Contribuir com a formação sobre direitos, a partir da realidade local de Manguinhos, por meio da arte, cultura e educação;
- Estimular uma cultura de participação comunitária e solidariedade dos jovens e das crianças;
- Dialogar com outros espaços educativos como continuidade formativa desses jovens e crianças;

¹ O acesso ao material com os desenhos das crianças se deu a partir da parceria de trabalho entre um dos autores desse artigo e a coordenadora do projeto "Recriando Manguinhos, no seio do qual os desenhos foram produzidos.

- Contribuir com o processo criativo, imaginário e atuante dos jovens e das crianças;
- Estimular políticas públicas para crianças e jovens a partir do diálogo com experiências do território.

Além dessas informações o panfleto continha algumas imagens que reúnem fotos de atividades desenvolvidas com as crianças, tanto no próprio território quanto em passeios por outras áreas da cidade:

Figura 1: Fotos de passeios realizados com as crianças do projeto:



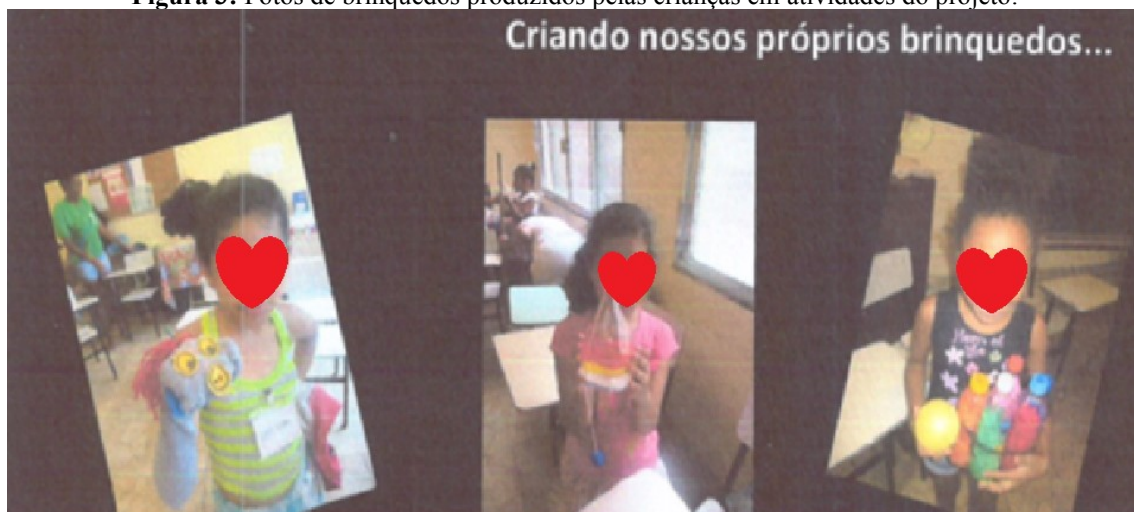
Fonte: Panfleto do arquivo pessoal do ‘Recriando Manguinhos’.

Figura 2: Fotos de brincadeiras realizadas com as crianças do projeto:



Fonte: Panfleto do arquivo pessoal do ‘Recriando Manguinhos’.

Figura 3: Fotos de brinquedos produzidos pelas crianças em atividades do projeto:



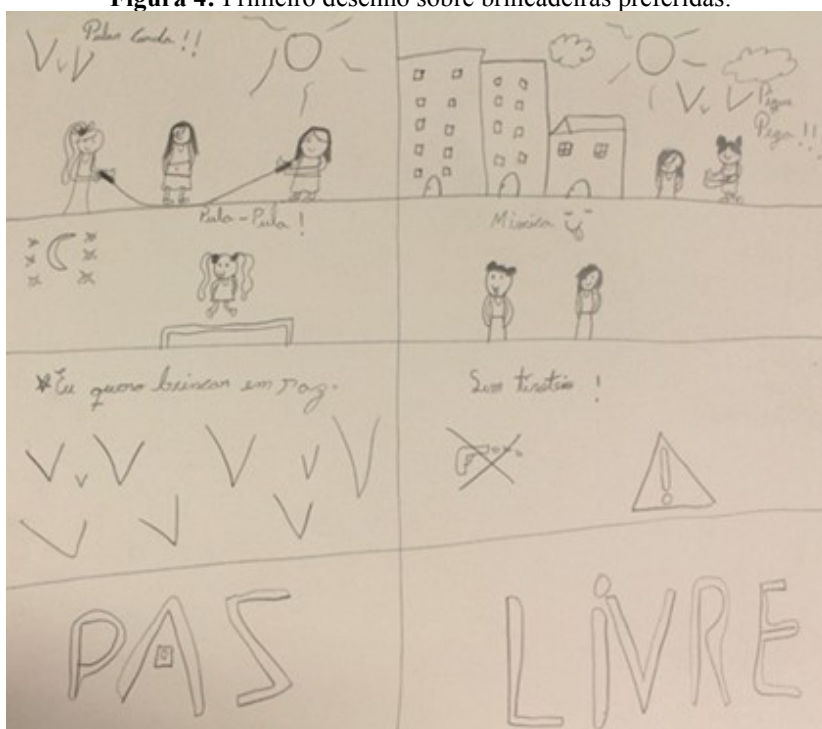
Fonte: Panfleto do arquivo pessoal do 'Recriando Manguinhos'.

Após análise do conteúdo do panfleto, identificamos um material produzido pelas crianças numa atividade em que elas foram demandadas a representar em forma de desenhos quais seriam as suas brincadeiras preferidas.

A seguir apresentamos alguns desses desenhos nos quais é possível observar que, além da representação das suas relações afetivas com familiares e vizinhos e das rotinas no dia a dia em seu território, as crianças acabam por reproduzir alguns discursos que lhes chegam como verdades, como o da cultura da paz, da justiça e do próprio encarceramento como solução para os problemas enfrentados no cotidiano da favela.

Já no primeiro desenho analisado uma das crianças enfatiza seu desejo de querer brincar em paz, sem tiroteio, de forma livre:

Figura 4: Primeiro desenho sobre brincadeiras preferidas:



Fonte: Arquivo pessoal do projeto ‘Recriando Manguinhos’.

No segundo desenho, além de retratar suas brincadeiras preferidas, outra criança constrói a cena de um assassinato e finaliza com a frase: “é preciso não correr de tiro”:

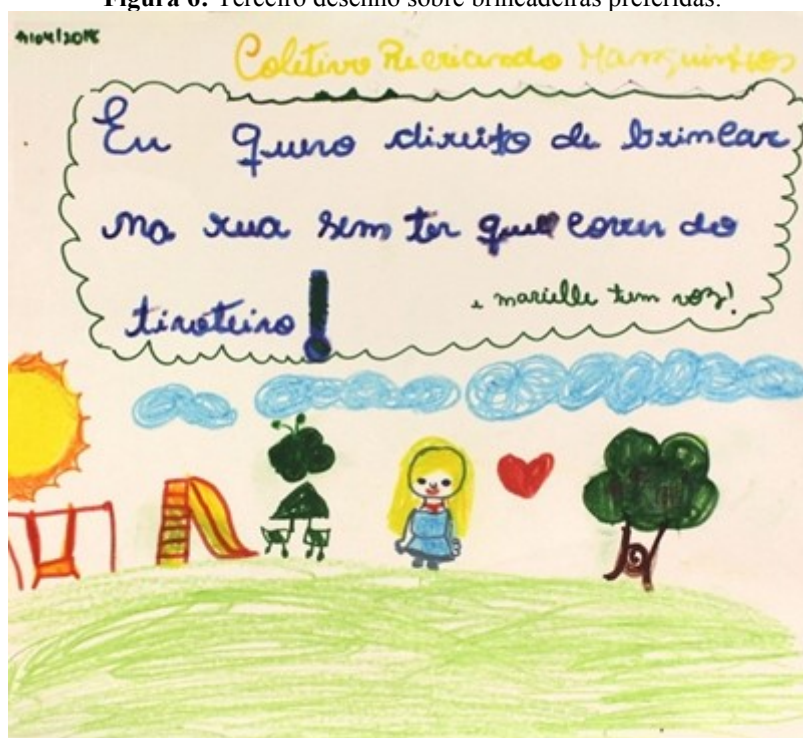
Figura 5: Segundo desenho sobre brincadeiras preferidas:



Fonte: Arquivo pessoal do projeto ‘Recriando Manguinhos’.

O terceiro desenho já é mais colorido e, apesar de não conter cenas de violência, traz em destaque uma frase na qual a criança reivindica seu direito de brincar na rua sem ter que correr de tiroteio. No mesmo desenho ela faz uma referência à vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018².

Figura 6: Terceiro desenho sobre brincadeiras preferidas:



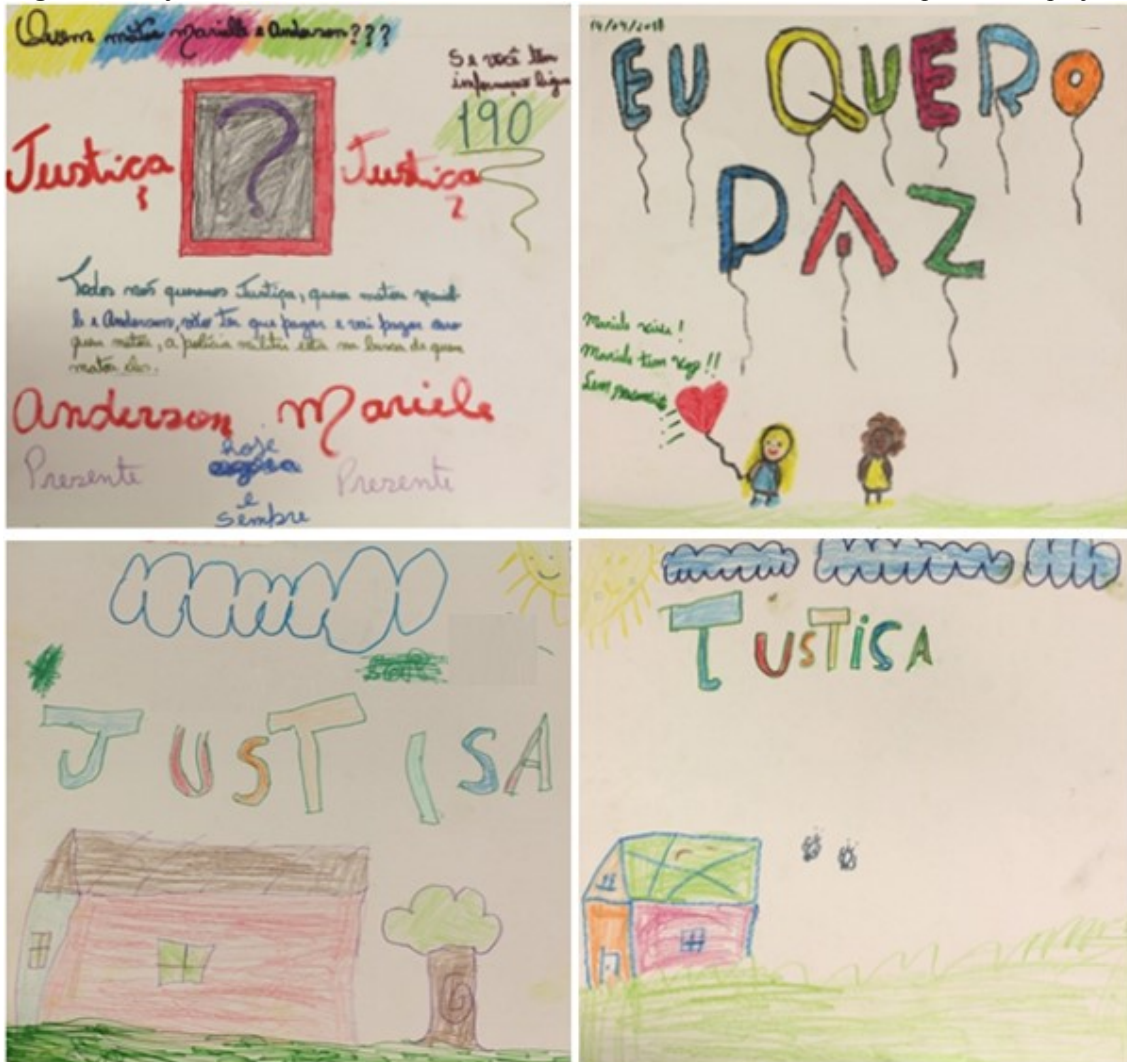
Fonte: Arquivo pessoal do projeto 'Recriando Manguinhos'.

Outros desenhos a que tivemos acesso também faziam referência ao assassinato da Marielle. De acordo com uma das coordenadoras da atividade desenvolvida, a morte da vereadora foi bastante repercutida nas comunidades de Manguinhos, especialmente por ela ter nascido num complexo de favelas vizinho a eles e também por ela ter desenvolvido atividades naquele bairro durante seu mandato, inclusive em parceria com a equipe do projeto. Assim, a equipe de recreadores resolveu fazer uma atividade para abordar esse assunto com as crianças.

² Em 14 de março de 2018, a vereadora Marielle Franco teve sua 'mandata' interrompida por um brutal assassinato que alcançou grande proporção na mídia internacional. O atentado que tirou a vida da vereadora ocorreu dias após ela publicizar nas redes sociais denúncias sobre ações violentas da polícia em comunidades periféricas da cidade. Como membro da Comissão Especial de acompanhamento da intervenção federal, Marielle estava recebendo relatos de moradores sobre abusos de policiais do batalhão do bairro de Acari, conhecido como o batalhão que mais mata no Rio de Janeiro.

Como se pode observar nas figuras, as manifestações das crianças são carregadas de afeto, mas também trazem mensagens com pedidos por paz e justiça:

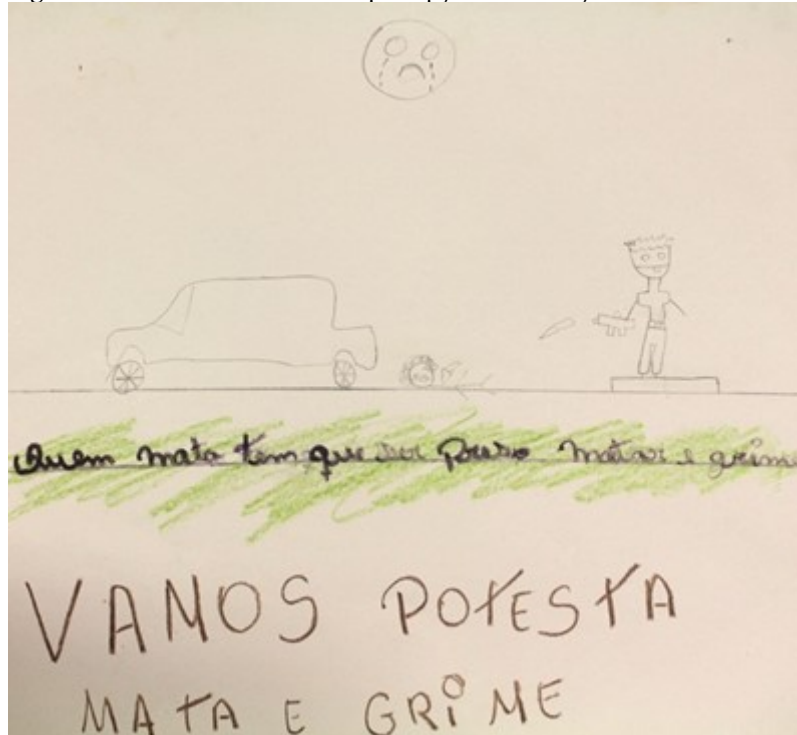
Figura 7: Conjunto de desenhos relacionados à morte da vereadora Marielle Franco, parceira do projeto:



Fonte: Arquivo pessoal do projeto ‘Recriando Manguinhos’.

Nos materiais seguintes é possível identificar outros elementos que aparecem na memória das crianças e que se relacionam ao contexto de violência tão constante no território onde elas vivem. No desenho abaixo, por exemplo, a criança retrata uma cena de um assassinato e logo depois convoca um protesto, enfatizando seu entendimento de que matar é crime e “quem mata tem que ser preso”:

Figura 8: Desenho relacionado à percepção das crianças sobre a violência:



Fonte: Arquivo pessoal do projeto 'Recriando Manguinhos'.

No último desenho que nos foi disponibilizado, a criança retrata um homem encarcerado e três mulheres que estão aparentemente pensando neste homem com afetividade.

Figura 9: Desenho relacionado à da família com o tema da violência:



Fonte: Arquivo pessoal do projeto ‘Recriando Manguinhos’.

Os desenhos aqui apresentados são exemplos de como a vida dessas crianças é afetada pela prática da violência em seu território e das constantes intervenções armadas do Estado na porta de suas casas e escolas. Situações como assassinatos, encarceramentos e o perigo de brincar nas ruas aparecem de forma recorrente no pensamento delas, assim como o desejo de justiça. A realidade dessas crianças se faz presente nos desenhos, mostrando afetos, cenas e impactos que compõem uma ordem discursiva da experiência cotidiana.

Colocando em análise o modo como os conceitos de justiça, crime e prisão aparecem nos discursos dessas crianças, é possível perceber o quão suas vidas são atravessadas por discursos hegemônicos que reproduzem regimes de verdade em que pesam as relações de poder. Contudo, é perceptível o conflito de ideias quando esse discurso esbarra no sofrimento diário vivido por essas crianças. Ao lidar com o tema do encarceramento, por exemplo, é possível identificar que o discurso da prisão como solução para a violência se modifica quando a pessoa que supostamente cometeu um crime é alguém por quem a criança tem uma relação de afeto.

Em repetidos discursos clamando por paz e justiça na expectativa de poder brincar sem ter medo da violência, elas demonstram que compreendem a justiça a partir do poder

de intervenção do judiciário ou do executivo para modificar as relações que têm vivido no território. Essas inferências demonstram que o raciocínio dessas crianças é motivado pelo discurso de que a possibilidade de enfrentar e mudar a realidade em que vivem se daria pela via da institucionalidade dos aparelhos de estado, sem problematizar que é esse mesmo aparelho que produz essa situação de violência no território, criminalizando seus moradores. Como afirmam Aguiar e Berzins (2014, p. 441), a criminalização da pobreza é uma prática discursiva contemporânea que cria as condições para incursões violentas de agentes de segurança pública nas áreas mais pobres. Tal prática tem sido escancarada das formas mais brutais, que vão além do uso da força.

As marcas da política de morte instituída nas favelas como forma de governo tornaram-se parte do cotidiano daquelas crianças que veem no projeto “*Recriando Manguinhos*” uma oportunidade para ressignificar as dores e os medos provocados pelo constante clima de violência presente no local onde vivem. Essa iniciativa é um exemplo de luta dos pais e vizinhos que acreditam na força do coletivo como dispositivo para sobreviver e amenizar os efeitos dessa descontrolada política de terror na vida das crianças da favela, assegurando-lhes um espaço para poder brincar em paz.

A existência desses espaços e movimentos de resistência configura-se como uma oportunidade de desconstrução dos discursos hegemônicos sobre o cotidiano das favelas, possibilitando uma visão crítica da violência e a valorização dos espaços públicos, como questão de cidadania.

Contribuição

Gabriel Lima Simões: Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição; **Michelly Ferreira da Silva:** Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição.

Referências

AGUIAR, Kátia; BERZINS, Felix. Habitar as bordas e pensar o presente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 437-448, jul./set. 2014

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Operação Rio:** o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. **Histórias de pessoas e lugares**: memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. v. 1. 230 p.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. Loyola. São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONÇALVES, Mariana Alves. **Psicologia favelada**: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Sueli. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2005

SCHEINVAR, Estela. O conselho tutelar como dispositivo de governo. *In*: I COLÓQUIO NACIONAL MICHEL FOUCAULT: EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, HISTÓRIA - TRANSVERSAIS, 2008, Uberlândia. **Anais** [...] Uberlândia: UFU, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/estela/conselhotutelarcomodispositivodogoverno.pdf>>.

SILVA, Michelly Ferreira da. **Que tiro foi esse?** O medo na favela como ele é. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SIMÕES, Gabriel Lima. **“Isso não pode ser normal”**: A vida em favela sob o olhar de um corpo em desalinho. 2021. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Recebido em: 04 de abril de 2022

Aceito em: 20 de julho de 2022

Publicado em agosto de 2022

Gabriel Lima Simões
E-mail: biellsimoes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2342-934X>

Michelly Ferreira da Silva
E-mail: michellyfsilva@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1680-4276>

“I want to play in peace”: the effects of the discourses produced about the favela in the daily lives of children who inhabit these territories

“Eu quero brincar em paz”: os efeitos dos discursos produzidos sobre a favela no cotidiano das crianças que habitam esses territórios

Gabriel Lima Simões
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Michelly Ferreira da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Abstract: Starting from Michel Foucault's studies on discourse analysis, this article problematizes the way in which discourses about the favelas of Rio de Janeiro are produced and disseminated. Since its expansion in the late 19th century, Rio's favelas have been associated with places of crime, danger and disease hotspots. Deconstructing the idea that the lack of infrastructure and the limited supply of services in these territories would be failures in the State's actions, the text discusses how the propagation of these discourses has shaped society's relationship with the favelas and their residents. As a strategy to face these processes of subjectivation, groups of favela residents have found in collective actions the strength to survive. As an example of these struggle movements, this article presents a project developed by residents of the Complexo of Favela of Manguinhos that has allowed children to give new meaning to the pain and fears caused by the constant climate of violence present in the place where they live, assuring them a space to play in peace.

Keywords: Favela; Speech; Violence; Children

Resumo: Partindo dos estudos de Michel Foucault sobre a análise de discursos, este artigo problematiza o modo como são produzidos e disseminados os discursos acerca das favelas do Rio de Janeiro. Desde sua expansão no final do século XIX as favelas cariocas têm sido associadas a locais de criminalidade, perigo e foco de doenças. Desconstruindo a ideia de que a falta de infraestrutura e a pouca oferta de serviços nesses territórios seriam falhas na atuação do Estado, o texto discute como a propagação destes discursos tem moldado a relação da sociedade com as favelas e com seus moradores. Como estratégia de enfrentamento a estes processos de subjetivação, grupos de moradores de favelas têm encontrado nas ações coletivas a força para sobreviver. Como exemplo desses movimentos de luta, este artigo apresenta um projeto desenvolvido por moradores do Complexo de Favelas de Manguinhos que tem permitido com que as crianças ressignifiquem as dores e os medos provocados pelo constante clima de violência presente no local que vivem, assegurando-lhes um espaço para brincar em paz.

Palavras-chave: Favela; Discurso; Violência; Criança



In his book *The order of discourse*, Michel Foucault analyzes how the discourses found in a society exert functions of control, limitation and validation of the power rules of that same society. The author understands that discourse is not simply what translates struggles or systems of domination, but what is fought for, the power that we want to seize. We fight through the discourses we produce, but we also fight to produce discourses (FOUCAULT, 1996, p. 10).

To think about the daily life of the favelas is to bring to the analysis the way in which a discourse about the housing of the poor population was constructed as a place of disorder, marginality, diseases and insecurity. These discourses, which can be delivered in different ways and languages, are socially incorporated, passed on and re-signified.

We can understand discourses as produced truths that, after being said, take shape, interfering in the way society works. In this text, for example, we discuss the ways in which discourses about the favela are produced and the effects that these discourses have both on the population that resides there and on those who, seeing it from the outside, are taught to fear it.

According to Fernandes and Costa (2009), the term favela usually refers to a space made up of crowded, often illegal, dwellings established in areas with several alleys and alleys where public services are precarious (electricity, water, sewage, schools, transport, leisure). One of the discursive strands analyzes the precariousness of these territories as an absence of a State. However, the way favelas are governed does not correspond to incompetent management or a failure to provide services. The lack of structure in the favelas is a result of the policy model that is planned for that type of territory. Keeping people in poverty, without access to basic services and at the mercy of the warlike violence of governments and groups that sell illicit drugs, in general in relation to government groups, which end up exercising dominion in these places, is a government objective and not an incompetence. Such an understanding is in line with the perception of Foucault (1979, p.283-284) when defining government as a correct way of arranging things to lead them not to the common good, as the texts of jurists said, but to an objective suited to each of the things to govern, which implies a plurality of specific ends that turn to the strengthening of the government itself.

There are several situations that expose how the State is self-centered in its own rationality and how it exercises power from the biopolitical control over the population.

As Simões (2021, p. 157) points out, the production of discourse on the need for security, for example, has become a mechanism widely used by the State to cover up racist practices in the name of a rationality for peace. However, it is clear that this desire for peace is selective and maintaining the discourse of peace for some means making any possibility of peace unfeasible for many others.

Coimbra (2001) reminds us that the origin of favelas is marked by the gentrification process, which historically pushes poor families to live in peripheral regions. According to the author:

In the history of cities, it can be seen how such territories, as they are economically valued, have their populations pushed to other less important regions. The so-called "poor peripheries" survive without the minimum conditions of basic sanitation, housing, transport, etc. - spaces where, according to the hegemonic discourse, violence, banditry and criminality thrive (COIMBRA, 2001, p. 81).

Since the end of the 19th century, when the city center concentrated a large number of poor people living in tenements, a series of information began to be publicized classifying that region as synonymous with crime and disease. This initiative was part of a set of urban changes that bet on the beautification of a region to obtain profits from its real estate exploration. Thus, the government won popular support for those houses to be demolished and their residents removed to other regions of the city, removing the supposed risks of contamination.

The subjective productions around what is understood as a favela induced and to this day instigate the practices of interventions in these types of territory. Favela residents are seen as responsible for the city's insecurity, affecting public policies on urbanization, health, education and especially security. In other words, “the discourses underlie the interventions and the interventions legitimize the discourse” (GONÇALVES, 2019, p.118). As a political strategy, knowledge about the favela was created that would come to incorporate much of the literature on poverty and on the way of understanding and looking at the favela.

The favela is produced and publicized in such a way that outsiders see it as ‘a place of ill repute, populated by men of ill repute’, just like the city of the colonized, described by Fanon (1968). Based on Fanon's analysis, it is possible to make a correlation between the way favela residents are treated and the practices that were applied in the

concentration and extermination camps, in which those individuals who were not interested in the Nazi command were imprisoned and discarded.

Both the presence of the police and the illicit drug dealers somehow affects and shapes the subjectivity of the people living in the territory. When we say this, we are referring to the way residents need to behave within the favela due to repression and/or violence committed by groups that sell illicit drugs, as well as the constant violations committed by the police (authoritarian approaches, slaps in the face, breaking into houses without a court order, destruction of cars on the sidewalks, presence of the *caveirão* invading the streets, etc).

In this context of permanent climates of tension and surveillance that affect these territories, associated with the presence of groups that sell illicit drugs and the discourse that the media spread about the favela, the subjectivity of the residents ends up being shaped. We can understand subjectivity as ways of being, desiring, acting, perceiving the world. Guattari and Rolnik (2005) state that our subjectivity is produced through:

[...] everything that is produced by capitalistic subjectivation - everything that comes to us through language, the family and the equipment that surround us - is not just a matter of idea or meanings through significant statements. Nor is it reduced to models of identity or identifications with maternal and paternal poles. These are systems of direct connection between the great productive machines, the great machines of social control and the psychic instances that define the way of perceiving the world (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.35).

The daily life of the population living in slums, especially people with black skin, has become the setting for a horror movie. The intense police operations, which are said to be strategic for the protection of the population and the elimination of dangers, are put at risk and threaten the lives of people residing in the poorest regions. In a territory believed to be a concentration zone for 'bandits' and dangerous people, the imprecision of shots fired from the top of a helicopter or a control tower becomes irrelevant. According to Silva (2021, p 93), the control exercised in a tyrannical way through the use of weapons and the constant violations suffered can produce a frightened, silent, docile favela resident, etc., or even the opposite of it all. Such practices denote that this protection and elimination of dangers is a policy intended only for a certain part of the population.

Scheinvar (2008, p. 6) even emphasizes that it is not poverty that is the problem, but being out of order, either because of being poor or because of being 'distracted'. The

State does not implement strong actions to eradicate poverty, it keeps the poor increasingly on the margins and claims that they live as poor people: “with their aspirations, with their survival strategies, with their dreams, under conditions of extreme difficulty and adverse to life, which lead to them, the poor, being recognized as violent” (SCHEINVAR, 2008, p. 6).

The way the favela resident lives is uncomfortable because it differs from a model of behavior accepted as normal, being classified as crooked and, being crooked, it is assumed that there is a correction that needs to be made. However, how to have a life within the normalized standards when one wakes up with a shooting at the door of the house, sometimes articulated with the forces of the State or with its consent? Isn't that the same State that claims to be an organization in charge of caring for, protecting and bringing security to the population? And who protects the population that lives in the favelas? How are these people going to survive having to protect themselves even from who, according to liberal discourse, should be protecting them?

In the city of Rio de Janeiro, not by chance, such subjectivity has been produced and disseminated in order to criminalize favela residents, because once subjectivized in the condition of 'bandits', the population living in the favelas has been a constant target of a politics of death, especially under a state government that identifies with the idea that 'a good criminal is a dead criminal'. The framing of who should be considered a criminal has opened up the racism of the State. Police officers have had more and more autonomy to mistreat and shoot to kill those they consider 'bandits', or even 'suspects'. As stated by Simões (2021, p. 73), all this to the applause of a population captured by this subjectively produced discourse that dangers must be eliminated.

This discourse on security, as presented by Foucault (2008), is a powerful device that produces fundamental modes of subjectivation to criminalize certain groups of people and generate demands for greater intervention and control. As a result, society begins to feel unprotected and starts to defend that the State uses its police apparatus to invade territories considered dangerous to establish peace. The strength of this discourse even captures the favela population itself, which will be the target of violent interventions by that same State.

Media devices, supported by economic-business interests, almost always act in association with the violent practice of the State. By positively portraying the role of

police officers in operations in favela territories, they spread the farce that such actions aim to combat drug and arms trafficking. What is not shown in these media are the effects of these policies on the daily lives of the population residing in these peripheral areas. What is it like for these people to have to naturalize the coexistence with the constant moments of tension and risks of death with the shootings at the door of their homes?

The production of subjectivity manufactured from hegemonic discourses and disseminated by these media produces the desire for the naturalization of the “war on trafficking” as a solution to the problem of drugs, violence, and illegal drug dealers. So you get the idea that after the war there will be peace and security in society. This production reaches not only those who live outside the favela, but also a large part of those who live in it. When favela residents look at their surroundings and, in a way, feel tired of living with war weapons, intense shootings, whether by the police or armed groups that live in the favela, they see in the media discourse a confirmation of what their eyes are present and he believes that the solution is police incursions, even if the entire favela suffers the consequences of this violent policy. Thus, it has been increasingly common to find angry statements on social networks, in circles of friends or even in family groups, repeating expressions such as “a good criminal is a dead criminal”, “human rights for right human beings” and “whoever wants to defend a criminal to take him to your house.”

As Simões (2021, p. 5) argues, in this same perspective of the State, which in its rationality offers a discourse of freedoms and, in parallel, exerts a biopolitical control of the limits of the population's freedom, it also produces a discourse on danger and the need for security, placing itself as an institution responsible for promoting peace. But from whom does the population need to be protected? Or what part of the population needs to be protected?

By persisting with the discourse of the war on drug and arms trafficking, the State gains even more popular support to normalize the violent and discriminatory practice in the favelas. Meanwhile, the life of favela residents is being scourged in the name of protecting the lives of the rest of the population, even in the face of facts like this that show that, if the State were really interested in fighting the illegal drug trade, the target of operations would need to be modified.

Foucault (1996) points to the principle of exclusion in speeches and illustrates that the speech of the madman since the high middle ages did not circulate like the others, because often their words were judged as useless and were not considered. In the same perspective pointed out by Foucault, the reports of favela residents denouncing the processes of violence and neglect they face in everyday life end up being attributed to a place of non-truth and non-importance, and therefore, are not seen as a counterpoint to the hegemonically produced discourse. However, despite all the violence and terror spread in the favelas through the instituted policy of death, some movements of struggle and resistance emerge in these territories, giving breath to a (re)affirmation of life.

Small groups of favela residents have sought to assert their powers through dialogic initiatives, integrating neighbors in a call to fight for survival. In the midst of so many situations of suffering, we are faced with reports of hope as we see articulations between residents to build self-care and self-protection alternatives. Experiences of community mobilization that, despite not calling themselves resistance movements, represent the struggle of a people to stay alive.

All this daily vulnerability that plagues life in the favela directly affects the lives of children, who have the possibility of playing peacefully in the streets restricted due to the constant atmosphere of war with the recurrent shootings and the presence of police in the surroundings of their homes (and often inside them). It was thinking about these effects of violence and precariousness in the routine of children that, in 2015, a group of residents of the Complexo de Favelas de Manguinhos decided to organize themselves to carry out recreational and cultural activities with them. The project ‘Recriando Manguinhos’ was born there.

According to residents involved in the project, it became common to hear complaints from children that, when they were not at school, they were afraid to play in the streets and squares near their homes. Thus, the group of neighbors gathered adults interested in taking turns, on Saturday afternoons, to perform different types of games with the children of that territory using objects, games, music, drawing, painting, writing activities, among others.

Seeking to understand how these recreational activities worked and if in some way the children expressed their perceptions about this violent daily life in the neighborhood,

we had access to an archive of materials produced by the children of the project¹. Behold, we were touched by handling some paintings and drawings in which the children transcribed part of their memories and feelings about life in the favela. We didn't get many copies because we were told that at the end of the activities the children can take their work home and others are given to the families in a get-together that the project's coordinating team usually organizes at the end of the year.

Along with a set of papers with drawings, paintings and collages, we were given a kind of pamphlet that explained that the 'Recriando Manguinhos' project aims to work with children from 6 to 14 years old through activities such as music, storytelling and arts and which has five pre-defined objectives:

- Contribute to training on rights, based on the local reality of Manguinhos, through art, culture and education;
- Stimulate a culture of community participation and solidarity among young people and children;
- Dialogue with other educational spaces as a training continuity for these young people and children;
- Contribute to the creative, imaginary and active process of young people and children;
- Stimulate public policies for children and young people based on dialogue with experiences in the territory.

In addition to this information, the pamphlet contained some images that bring together photos of activities carried out with the children, both in their own territory and on trips to other areas of the city:

¹ Access to the material with the children's drawings was based on a working partnership between one of the authors of this article and the coordinator of the project 'Recriando Manguinhos', within which the drawings were produced.

Picture 1: Photos of trips carried out with the children of the project:



Source: Pamphlet from the personal archive of ‘Recriando Manguinhos’.

Picture 2: Photos of games played with the children of the project:



Source: Pamphlet from the personal archive of ‘Recriando Manguinhos’.

Picture 3: Photos of toys produced by children in project activities:



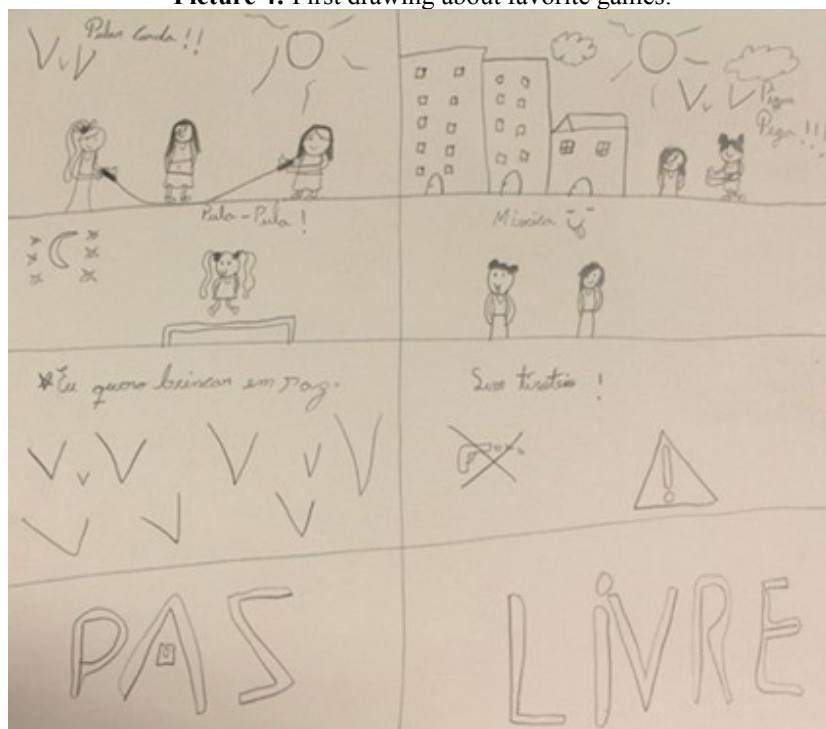
Source: Pamphlet from the personal archive of ‘Recriando Manguinhos’.

After analyzing the content of the pamphlet, we identified a material produced by the children in an activity in which they were asked to represent in the form of drawings what their favorite games would be.

Below we present some of these drawings in which it is possible to observe that, in addition to the representation of their affective relationships with family members and neighbors and the daily routines in their territory, children end up reproducing some discourses that reach them as truths, such as the the culture of peace, justice and incarceration itself as a solution to the problems faced in the daily life of the favela.

In the first drawing analyzed, one of the children emphasizes her desire to play in peace, without shooting, in a free way:

Picture 4: First drawing about favorite games:



Source: Personal archive of the project 'Recriando Manguinhos'.

In the second drawing, in addition to portraying his favorite games, another child builds the scene of a murder and ends with the phrase: “it is necessary not to run from gunfire”:

Picture 5: Second drawing about favorite games:



Source: Personal archive of the project 'Recriando Manguinhos'.

The third drawing is more colorful and, although it does not contain scenes of violence, it highlights a sentence in which the child claims his right to play in the street without having to run from gunfire. In the same drawing, she makes a reference to councilor Marielle Franco, murdered in 2018².

² On March 14, 2018, councilor Marielle Franco had her 'mandate' interrupted by a brutal murder that reached great proportions in the international media. The attack that took the councilor's life took place days after she posted on social media complaints about violent police actions in outlying communities in the city. As a member of the Special Commission for monitoring the federal intervention, Marielle was receiving reports from residents about abuses by police from the battalion in the Acari neighborhood, known as the battalion that kills the most in Rio de Janeiro.

Picture 6: Third drawing about favorite games:

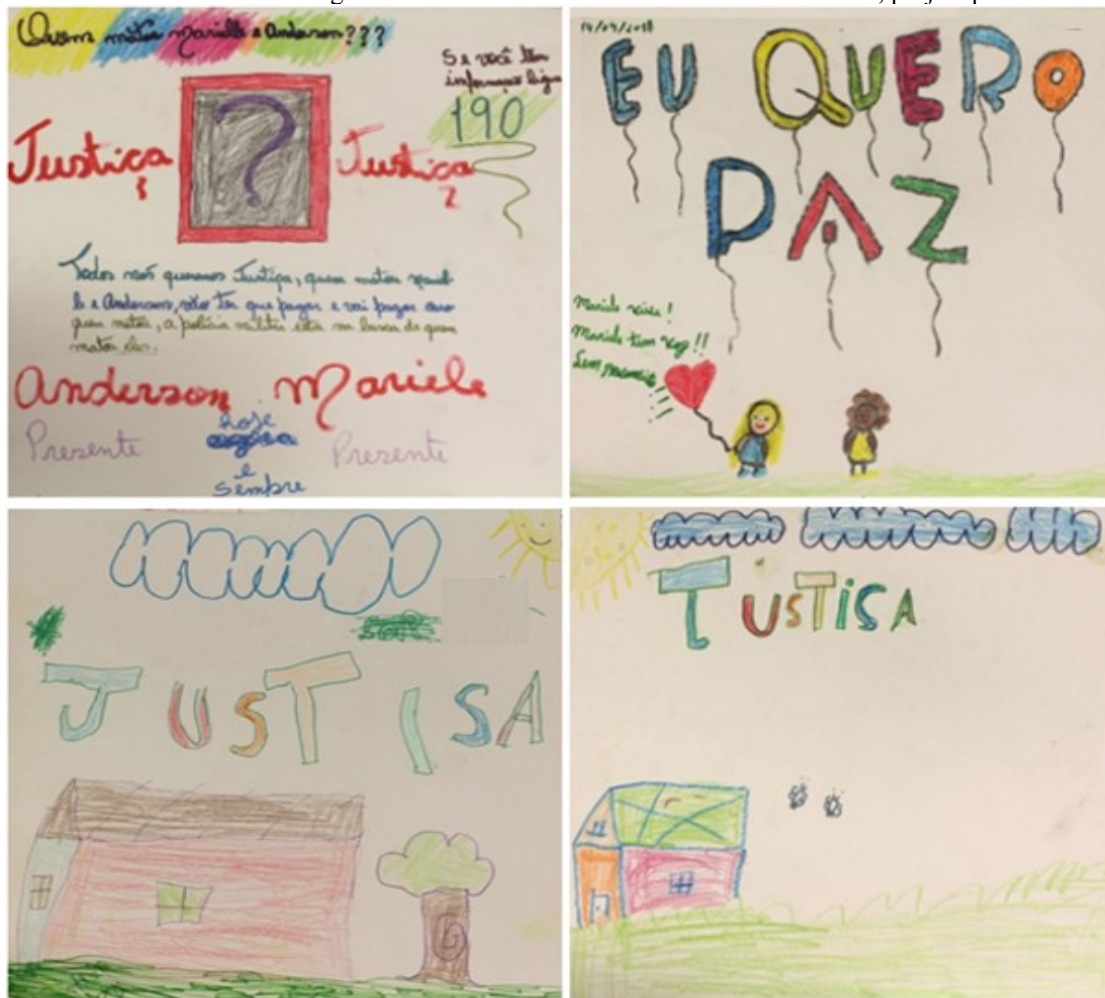


Source: Personal archive of the project 'Recriando Manguinhos'.

Other drawings we had access to also made reference to Marielle's murder. According to one of the coordinators of the activity developed, the councilwoman's death had a lot of repercussion in the communities of Manguinhos, especially because she was born in a favela complex next to them and also because she developed activities in that neighborhood during her term, including in partnership with the project team. Thus, the team of entertainers decided to do an activity to address this issue with the children.

As can be seen in the figures, the children's manifestations are full of affection, but they also bring messages with requests for peace and justice:

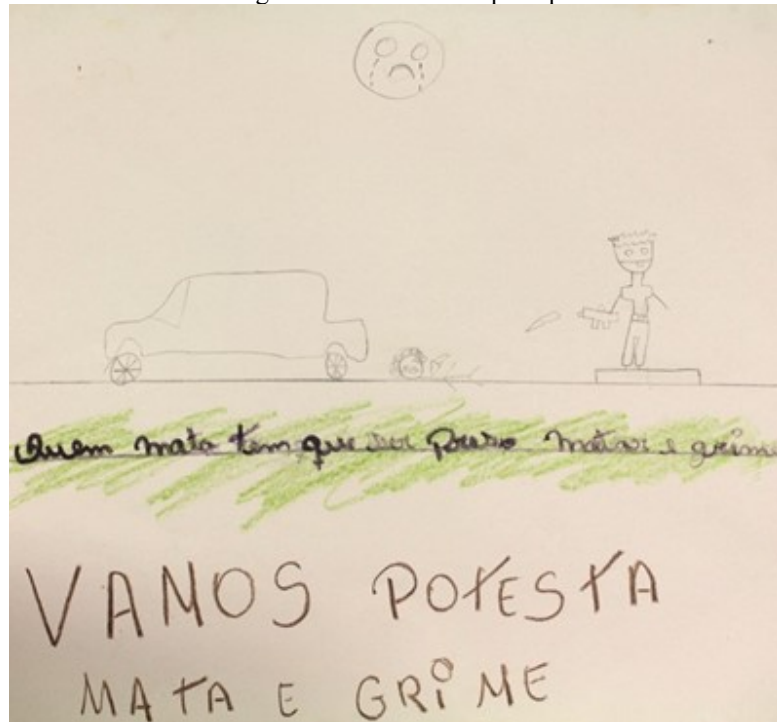
Picture 7: Set of drawings related to the death of councilor Marielle Franco, project partner:



Source: Personal archive of the project 'Recriando Manguinhos'.

In the following materials, it is possible to identify other elements that appear in the children's memory and that are related to the context of such constant violence in the territory where they live. In the drawing below, for example, the child portrays a scene of a murder and soon afterwards calls for a protest, emphasizing his understanding that killing is a crime and “*whoever kills must be arrested*”:

Picture 8: Drawing related to children's perception of violence:



Source: Personal archive of the project 'Recriando Manguinhos'.

In the last drawing made available to us, the child portrays an incarcerated man and three women who are apparently thinking about this man with affection.

Picture 9: Drawing related to the family with the theme of violence:



Source: Personal archive of the project 'Recriando Manguinhos'.

The drawings presented here are examples of how the lives of these children are affected by the practice of violence in their territory and the constant armed interventions of the State at the door of their homes and schools. Situations such as murder, imprisonment and the danger of playing in the streets appear recurrently in their thoughts, as well as the desire for justice. The reality of these children is present in the drawings, showing affections, scenes and impacts that make up a discursive order of everyday experience.

By analyzing the way in which the concepts of justice, crime and prison appear in the speeches of these children, it is possible to perceive how their lives are crossed by hegemonic speeches that reproduce regimes of truth in which power relations weigh. However, the conflict of ideas is noticeable when this discourse collides with the daily suffering experienced by these children. When dealing with the issue of incarceration, for example, it is possible to identify that the discourse of prison as a solution to violence changes when the person who allegedly committed a crime is someone for whom the child has an affectionate relationship.

In repeated speeches calling for peace and justice in the expectation of being able to play without being afraid of violence, they demonstrate that they understand justice from the power of intervention of the judiciary or the executive to modify the relationships they have lived in the territory. These inferences demonstrate that the reasoning of these children is motivated by the discourse that the possibility of facing and changing the reality in which they live would be through the institutionality of state apparatuses, without questioning that it is this same apparatus that produces this situation of violence in the territory, criminalizing its residents. As stated by Aguiar and Berzins (2014, p. 441), the criminalization of poverty is a contemporary discursive practice that creates the conditions for violent incursions by public security agents in the poorest areas. Such a practice has been open in the most brutal ways, which go beyond the use of force.

The marks of the policy of death instituted in the favelas as a form of government have become part of the daily lives of those children who see in the ‘Recriando Manguinhos’ project an opportunity to re-signify the pain and fears caused by the constant climate of violence present in the place where they live. This initiative is an example of the struggle of parents and neighbors who believe in the strength of the collective as a

device to survive and mitigate the effects of this uncontrolled terror policy on the lives of children in the favela, assuring them a space to play in peace.

The existence of these spaces and resistance movements is configured as an opportunity to deconstruct the hegemonic discourses about the daily life of favelas, enabling a critical view of violence and the appreciation of public spaces, as a matter of citizenship.

Contribution

Gabriel Lima Simões: Writing – original draft, Writing – review & editing; **Michelly Ferreira da Silva:** Writing – original draft, Writing – review & editing.

References

AGUIAR, Kátia; BERZINS, Felix. Habitar as bordas e pensar o presente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 437-448, jul./set. 2014

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Operação Rio:** o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. **Histórias de pessoas e lugares:** memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. v. 1. 230 p.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. Loyola. São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONÇALVES, Mariana Alves. **Psicologia favelada:** ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Sueli. **Micropolíticas:** cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2005

SCHEINVAR, Estela. O conselho tutelar como dispositivo de governo. *In: I COLÓQUIO NACIONAL MICHEL FOUCAULT: EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, HISTÓRIA - TRANSVERSAIS*, 2008, Uberlândia. **Anais** [...] Uberlândia: UFU, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/estela/conselhotutelarcomodispositivodogoverno.pdf>>.

SILVA, Michelly Ferreira da. **Que tiro foi esse?** O medo na favela como ele é. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SIMÕES, Gabriel Lima. **“Isso não pode ser normal”**: A vida em favela sob o olhar de um corpo em desalinho. 2021. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Received on 04 April 2022

Accepted on 20 July 2022

Published on August 2022

Gabriel Lima Simões
E-mail: biellsimoes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2342-934X>

Michelly Ferreira da Silva
E-mail: michellyfsilva@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1680-4276>

**O discurso das estatísticas de alfabetização:
biopolítica no gerenciamento do risco do analfabetismo infantil
provocado pela pandemia de Covid-19**

*The discourse of literacy statistics:
biopolitics in managing the risk of child illiteracy caused by
the Covid-19 pandemic*

Dhietelly Morghana Almeida Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Renata Sperrhake
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Camila Alves de Melo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O problema da alfabetização das crianças brasileiras atravessa décadas de discussões e encontra-se acentuado após quase dois anos de ensino remoto, decorrente da pandemia de Covid-19. Diante deste cenário, o presente texto objetiva analisar como as estatísticas de alfabetização produzem discursivamente uma noção de risco relacionada à aprendizagem da população infantil, tendo o período de pandemia como agravante. Metodologicamente, utiliza-se da análise do discurso de inspiração foucaultiana. A empiria é composta pelos seguintes documentos, analisados na qualidade de monumentos: 1) Nota Técnica “Impactos da pandemia na alfabetização de crianças” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021) e 2) Resumo Executivo do relatório “O estado da crise global da educação: um caminho para a recuperação” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021). A partir dos conceitos de biopoder e biopolítica, discute-se a relação poder-saber posta em funcionamento pelas estatísticas para o governo da população. As análises do material empírico visibilizam o risco do analfabetismo infantil atrelado a quatro fatores: 1) fatores socioeconômicos; 2) fatores de gênero; 3) fatores raciais e 4) Projeção do risco.

Palavras-chave: Alfabetização; Analfabetismo; Estatísticas; Biopolítica; Estudos foucaultianos

Abstract: The problem of literacy among Brazilian children spans decades of discussions and is accentuated after almost two years of remote teaching, due to the covid-19 pandemic. In face of this scenario, this article aims to analyze how literacy statistics discursively produce a notion of risk related to the learning of the child population with the pandemic period as an aggravating factor. Methodologically, it uses discourse analysis inspired by Michel Foucault. The empirical consists of the following documents,



analyzed as monuments: 1) Technical Note “Impacts of the pandemic on children's literacy” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021) e 2) Executive Summary of the report “The State of the Global Education Crisis: A Path to Recovery (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021). Based on the concepts of biopower and biopolitics, the power-knowledge relationship put into operation by statistics to govern the population is discussed. The analyses of the empirical material make visible the risk of child illiteracy linked to four factors: 1) socioeconomic factors; 2) gender factors; 3) racial factors; and 4) Risk projection.

Keywords: Literacy; Illiteracy; Statistics; Biopolitics; Michel Foucault studies

1 Introdução

Na contemporaneidade, em sociedades grafocêntricas nas quais inúmeras práticas — das mais cotidianas às mais especializadas — são mediadas pelo escrito, potencializar as forças da população passa por atingir, cada vez mais, habilidades e capacidades sofisticadas de leitura e de escrita. Ou seja, a alfabetização e o letramento são fatores que indicam o potencial de desenvolvimento de uma população.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é um dos integrantes, propõe a universalização da alfabetização e tem como um dos objetivos “até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 20). A alfabetização está atrelada, portanto, a um dos passos para a criação de um mundo e de um futuro melhor. Considerando que “os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas são integrados e indivisíveis” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 13), a não alfabetização da população implicaria em um prejuízo para o desenvolvimento mundial. Por conseguinte, os efeitos da não alfabetização extrapolam a vida escolar, espalhando-se para além dela, podendo atingir a capacidade de atuação cidadã dos indivíduos e suas possibilidades de inserção e progressão no mercado de trabalho. Assim sendo, as consequências causadas pelo analfabetismo infantil prolongam-se para a vida adulta.

A etapa que compreende a aprendizagem inicial da leitura e da escrita abarca, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), os dois primeiros anos

do ensino fundamental. Espera-se que, nesses dois anos, a criança compreenda o funcionamento do sistema de escrita alfabético e desenvolva habilidades iniciais de leitura, compreensão e produção de textos escritos. A leitura e a produção textual seguem sendo aprimoradas ao longo de toda a escolarização, porém, é na etapa inicial do Ensino Fundamental que essas aprendizagens ganham destaque nas práticas pedagógicas.

Diante desse panorama que coloca em evidência a necessidade de alfabetização das crianças, o presente texto persegue o objetivo de analisar algumas estratégias biopolíticas postas em funcionamento para visibilizar e minimizar o “risco do analfabetismo infantil” (SPERRHAKE; BELLO, 2018) agravado pela pandemia de Covid-19. Através de uma análise do discurso de inspiração foucaultiana, tomamos como empiria os seguintes documentos: 1) Nota Técnica “Impactos da pandemia na alfabetização de crianças” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021) e 2) Resumo Executivo do relatório “O estado da crise global da educação: um caminho para a recuperação” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021).

2 Referencial teórico

A discussão sobre o poder ocupa parte considerável da teorização de Michel Foucault, ainda que o autor tenha afirmado que sua preocupação foi “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 2013, p. 273). De fato, sem constituir uma teoria sobre o poder, Foucault o tomou em seu exercício e funcionamento, apresentando-o através de análises diversas, como no livro *Vigiar e Punir* e nos cursos *Em defesa da sociedade* e *Segurança, território, população*. A menção ao livro publicado em 1975 e aos cursos proferidos entre os anos de 1976 e 1978, no Collège de France, não é gratuita pois os conceitos de biopoder e biopolítica serão úteis para a análise discursiva a respeito das estatísticas da alfabetização e do risco do analfabetismo infantil que este texto persegue.

A discussão empreendida por Foucault que o conduz ao conceito de biopoder está atrelada à formação de um dispositivo da sexualidade, por um lado, e à questão do racismo de Estado, por outro. Ao abordar esses temas, o autor desenvolve a ideia da “tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo” (FOUCAULT, 2010, p. 201). O poder exercido sobre o homem, conforme analisado pelo autor, teria dois polos de atuação: um destinado

ao homem enquanto um corpo que precisa ter seus mínimos gestos disciplinados. Poder esse adjetivado de disciplinar e que pode ser descrito como “[...] todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade” (FOUCAULT, 2010, p. 203). O outro polo de atuação é aquele centrado no homem enquanto espécie, tendo como foco uma categoria até então nova na discussão política: a população. A esse poder Foucault chama de biopolítica, e é sobre ele que centraremos nossa construção teórica e, posteriormente, analítica.

A população, para Foucault (2008), é entendida tanto como sujeito quanto como objeto dos mecanismos de saber-poder. Objeto, pois é sobre ela que se age; é ela o alvo. Sujeito, pois é ela que deve assumir tal ou qual comportamento, este ou aquele modo de ser. “O objetivo final vai ser a população. A população é pertinente como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade dos indivíduos, esta não vai ser pertinente como objetivo. Vai ser simplesmente pertinente como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população” (FOUCAULT, 2008, p. 56).

O Estado passa a ter interesse em gerir sua população especialmente a partir do século XVII, momento em que não apenas o território é entendido como importante para o soberano, mas também os elementos que fazem parte desse território. Primeiramente, a população era entendida como “coleção de súditos de um soberano” (FOUCAULT, 2008, p. 91), aos quais se poderia impor leis e regulamentações. Já no século XVIII, temos uma mudança nesse entendimento, passando a população a ser considerada em seus fenômenos próprios, em suas variáveis, em sua “naturalidade” (FOUCAULT, 2008).

A população é um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universo do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo. (FOUCAULT, 2008, p. 97-98).

É para atuar nesse nível, no nível do homem-espécie, que uma nova técnica de poder passa a existir. Com foco na multiplicidade dos homens e nos fenômenos que lhe são próprios, vemos aparecer uma “biopolítica da espécie humana” (FOUCAULT, 2010, p. 204).

Como grande parte da analítica empreendida pelo filósofo francês se centra na relação entre poder e saber, vemos, junto com a emergência dessa nova tecnologia de poder, o desenvolvimento de um saber específico, capaz de visibilizar essa população em suas dinâmicas e movimentos: a demografia e, posteriormente, a estatística. Nesse sentido, cabe menção à assertiva de Foucault de que o poder produz saber, “[...] que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações, as utiliza” (FOUCAULT, 2015, p. 170), e, é claro, “[...] o saber acarreta efeitos de poder”. Nesse sentido, e no âmbito da governamentalização dos Estados, o saber estatístico funcionou de maneira estratégica para que o exercício do poder fosse cada vez mais eficaz. De acordo com Desrosières (2004, p. 32, tradução nossa), a estatística moderna é “[...] um componente importante da linguagem necessária para o dizer e fazer das sociedades [...]”, sendo ela constituída a partir da articulação entre “duas formas de autoridade”: ciência e Estado. A função da estatística no governo das populações se caracteriza por dar visibilidade e permitir análises, tendo os dados quantitativos como ferramenta para conhecimento e para tomada de decisões, pois a partir deles é possível acessar “[...] elementos que permitem a manutenção e o desenvolvimento das forças” (BELLO; TRAVERSINI, 2011, p. 859). Assim, “[...] destacamos a relação existente entre ‘práticas de poder’ e ‘práticas de saber’, entre governo e conhecimento [...]” (BELLO; SPERRHAKE, 2016, p. 418).

Podemos entender a estatística também como uma tecnologia de biopoder, pois ela é capaz de conjugar um poder disciplinar, individualizante, com um poder biopolítico, massificante. Isso se dá porque a estatística

[...] ao mesmo tempo em que organiza um espaço de visibilidade a partir da distribuição (classificação) daquilo que foi quantificado ou medido, também coloca em operação, a partir dessas quantificações, mecanismos de previsões, de estimativas, com foco de intervenção em nível global. Ou seja, parte-se de um mapeamento no nível individual – do homem corpo – para uma intervenção no nível da população – do homem-espécie. (SPERRHAKE, 2016, p. 53-54).

A centralidade do saber estatístico para conhecimento da população e para a tomada de decisão é algo que se perpetua até os dias atuais, como mostraremos nas análises deste texto. Para isso, nos apoiamos também no conceito de Numeramentalidade (BELLO, 2012; SPERRHAKE; BELLO, 2019) para destacar “[...] a combinação entre essas artes de governar e as práticas e as normatividades em torno do numerar, do medir,

do contabilizar, do seriar, as quais orientam a produção enunciativa das práticas [...]” (BELLO, 2012, p. 104).

Atrelada ao funcionamento do saber estatístico está a noção de risco, que, de acordo com Bernstein (1997, p. 2), é “um dos principais catalisadores que impelem a sociedade ocidental moderna”. Foucault (2008, p. 80) aponta que “[...] há riscos diferenciais que revelam, de certo modo, zonas de mais alto risco e zonas, ao contrário, de risco menos elevado, mais baixo, de certa forma” (FOUCAULT, 2008, p. 80). Com isso, é possível identificar o que é perigoso. “Não podemos quantificar o futuro, por ser desconhecido, mas aprendemos a empregar os números para esquadrihar o que aconteceu no passado” (BERNSTEIN, 1997, p. 7). Nesse sentido, as estatísticas que buscam quantificar a alfabetização das populações também funcionam como uma forma de localizar zonas ou situações de risco.

Foucault (2008) salienta que uma das formas de agir sobre a população é através da educação. Em 1970, Foucault aponta que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1992, p. 44). Desse modo, vemos como é possível delinear uma relação entre o governo da população por meio da educação escolarizada, e da população escolar especificamente, no que se refere à alfabetização.

É pensando na população como eixo de atuação do poder e como objeto de saber, na sua articulação entre saber-poder, que analisaremos os discursos que circulam e que colocam em risco a população infantil que não se alfabetiza, ou seja, analisaremos uma série de ditos que, contemporaneamente, criam o risco do analfabetismo infantil através da produção estatística e que indicam que, após o ensino remoto, vivemos um período de crise no que se refere à alfabetização.

3 Metodologia

Na aula inaugural proferida por Foucault, em dezembro de 1970, no Collège de France, o autor afirma que “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 49). Anteriormente a isso, em *A Arqueologia do Saber*, ao debater a arqueologia enquanto ferramenta analítica, o autor refere outras características do discurso, apontando para a

impossibilidade de um discurso oculto, ou seja, na perspectiva de Foucault, os sentidos encontram-se na superfície: “[...] nada há por trás das cortinas [...]” (FISCHER, 2001, p. 198). Nesse sentido, ao pesquisador que trabalha com a análise do discurso foucaultiana, não cabe a tarefa de revelar uma verdade que estaria escondida.

A definição de discurso que orienta a análise das materialidades deste estudo está descrita em *A arqueologia do saber*:

[...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como **práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam**. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p. 56, grifo nosso).

Ou seja, serão analisados alguns discursos sobre a alfabetização, considerando-os como possíveis elementos formadores do risco do analfabetismo infantil que encontram amparo na vertiginosa produção de estatísticas educacionais. Desse modo, uma análise do discurso de inspiração foucaultiana, como a que nos propomos a fazer neste texto, implica em problematizar a relação representacional que vincula palavra e coisa. Além disso, implica considerar que o campo dos discursos é um campo de lutas. Foucault (1996, p. 10) afirma que o discurso é “[...] o poder do qual nos queremos apoderar”.

Fischer (2013) aponta quatro elementos que devem ser considerados ao empreender uma análise do discurso de viés foucaultiano: “a inscrição radicalmente histórica das ‘coisas ditas’; a condição inapelável do discurso como prática; a materialidade dos enunciados; e, *last but not least*, a luta travada na e pela constituição de sujeitos — sujeitos de determinadas verdades ou discursos” (FISCHER, 2013, p. 125, grifo da autora). Com amparo nesses elementos, problematizaremos a produção de efeitos de verdade através dos discursos sobre analfabetismo que circulam em um determinado tempo histórico. Tendo em vista o referencial teórico aqui adotado, buscamos tomar os documentos como monumentos. Isto é, apostando em uma análise monumental, analisamos a empiria em sua superfície, em sua exterioridade, em seu volume, sem procurar por um discurso oculto. É nesse “outro modo” de fazer pesquisa, ensinado por Foucault, que nos inspiramos e do qual nos valem para analisar o material empírico.

4 Análises

A preocupação e a visibilização da não alfabetização das crianças está amarrada ao tempo histórico em que vivemos. O debate acerca do analfabetismo no Brasil não é novidade e percorre diversas áreas de estudo e pesquisa. Ferraro (2009) se refere à “tendência secular do analfabetismo” no Brasil, tendência essa produzida a partir dos dados numéricos do Censo e das PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Mais recentemente, especialmente a partir dos anos 2000, a aferição da alfabetização passa a ser realizada também a partir de instrumentos decorrentes das avaliações externas. Ou seja, passamos de uma preocupação com o analfabetismo da população adulta, muitas vezes privada da possibilidade de acesso à escolarização, à preocupação com a “não alfabetização” da população infantil matriculada nas instituições de educação básica.

Se antes já víamos crescer a preocupação com a não alfabetização das crianças, agora, essa preocupação ganha maior visibilidade com o fechamento das escolas, ocorrido entre os anos de 2020 e 2021, em função da crise sanitária mundial instalada pela pandemia do novo coronavírus. Essa preocupação mostra-se presente no discurso sobre as implicações da pandemia na aprendizagem de crianças que se encontram na fase de alfabetização. Uma nota técnica produzida pelo Todos Pela Educação pretende visibilizar os “impactos da pandemia na alfabetização de crianças”. Nessa nota técnica, o discurso numérico ganhou destaque, uma vez que ele apontou que, entre os anos de 2019 e 2021, o número de crianças que não sabiam ler e escrever foi de 1,4 milhão para 2,4 milhões (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021). O gráfico abaixo apresenta em percentuais a parcela da população de crianças que não sabe ler e escrever de acordo com informações provenientes de seus responsáveis.

Figura 1 - Gráfico presente na *Nota Técnica: Impactos da pandemia na alfabetização de crianças*



Fonte: Todos pela Educação (2021, p. 4).

Consideramos que esse discurso numérico não apenas representa uma determinada realidade mas, na medida em que a visibiliza, também atua na produção discursiva de uma situação de risco que deve ser enfrentada ao se tornar conhecida. Não que essa população infantil que ainda não está alfabetizada não exista no mundo material, ela certamente existe. Nossa argumentação caminha no sentido da análise dos efeitos dessa produção. O discurso numérico, ao visibilizar esses sujeitos de 6 e 7 anos que não aprenderam a ler e a escrever, incita que ações sejam realizadas de modo a possibilitar a alfabetização das crianças e, em consequência, reduzir esses números. É o saber estatístico que alerta sobre o aumento de 66,3% dessa população infantil que não está gozando de seu direito de ser alfabetizada (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021), conferindo magnitude ao problema.

A não alfabetização desses estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental vai na contramão daquilo que é esperado em termos de aprendizagens básicas comuns a esse grupo, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) recomenda: “embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize” (BRASIL, 2017, p. 89). Considerando que a BNCC é um documento normativo, as crianças que escapam dessa norma, ou seja, aquelas que não se alfabetizam até o 2º ano do Ensino Fundamental, são consideradas como estando em

risco, pois isso implica efeitos ao longo de todo o percurso dentro da escola e, também, efeitos no percurso de vida fora dela.

Em decorrência da pandemia da Covid-19, a população mundial foi afetada em diversas esferas, sendo uma delas a esfera da educação, culminando na vulnerabilidade de determinados sujeitos. E essa vulnerabilidade é variável de acordo com as características e contextos. Nas palavras de Foucault (2008, p. 79), “pode-se, então, para cada indivíduo, dada a sua idade, dado o lugar em que mora, pode-se igualmente para cada faixa etária, para cada cidade, para cada profissão, determinar qual é o risco [...]”. Ou seja, alguns segmentos da população, de acordo com critérios ditos objetivos, podem ser caracterizados como “de risco”. Essa produção discursiva do risco ganha força ao se amparar no saber estatístico, que confere objetividade e legitimidade para suas assertivas. Diante disso, a partir da empiria, foram criados quatro eixos analíticos que podem visibilizar o risco do analfabetismo infantil provocado pela pandemia: 1) fatores socioeconômicos; 2) fatores de gênero; 3) fatores raciais; 4) projeção do risco.

A indicação da população mais pobre como sendo uma população de risco é reiterada pelo material empírico, conforme exemplificam os excertos abaixo.¹

"Também é possível visualizar uma diferença relevante entre as crianças residentes dos domicílios mais ricos e mais pobres do país. Dentre as crianças mais pobres, o percentual das que não sabiam ler e escrever aumentou de 33,6% para 51,0% entre 2019 e 2021. Dentre as crianças mais ricas, por outro lado, o aumento foi de 11,4% para 16,6%" (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 3).

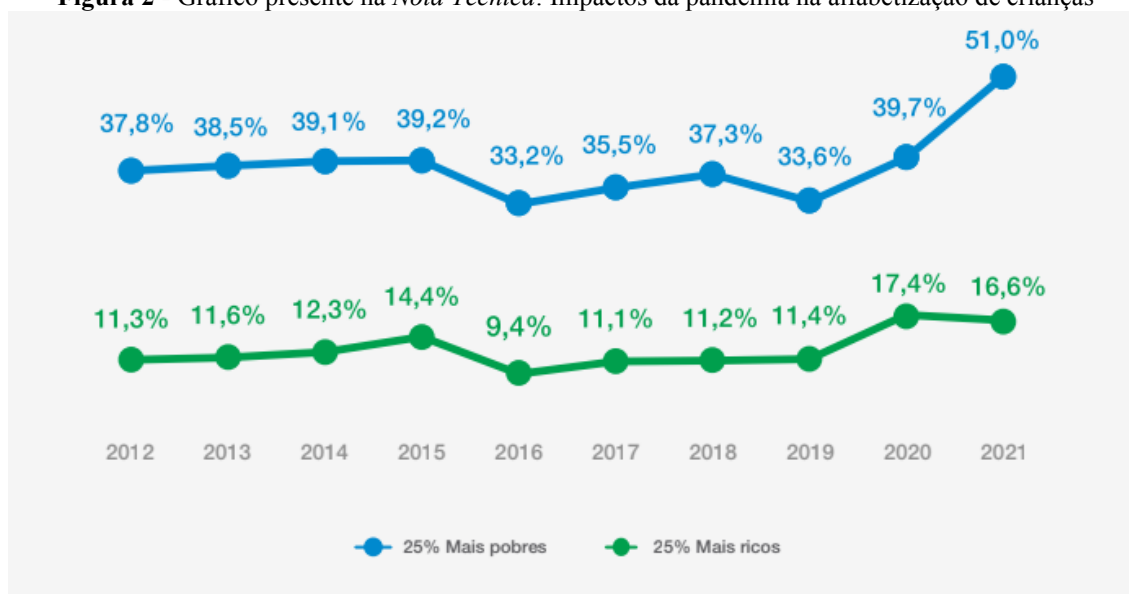
“A crise exacerbou a desigualdade na educação. Em termos globais, o fechamento total e parcial das escolas durou, em média, 224 dias. Contudo, em países de renda baixa e média, as escolas permaneceram fechadas por mais tempo que em países de renda alta, e as respostas de política foram, em geral, menos eficazes. Professores em muitos países de renda baixa e média receberam apoio limitado para seu desenvolvimento profissional, o que dificultou a transição para o aprendizado remoto e os deixou despreparados para interagirem com os alunos e seus responsáveis. Em

¹ Os excertos do material empírico serão apresentados em caixas de texto para diferenciá-los das citações diretas.

casa, a capacidade das famílias de responder ao choque variou de acordo com o nível de renda. As crianças de famílias desfavorecidas tinham menos probabilidade de se beneficiar do aprendizado remoto que seus colegas, geralmente devido à falta de eletricidade, conectividade, dispositivos e apoio dos pais e responsáveis.” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 2).

Essas informações também são alertadas através de gráfico:

Figura 2 - Gráfico presente na *Nota Técnica: Impactos da pandemia na alfabetização de crianças*



Fonte: Todos pela Educação (2021, p. 7).

A menção aos impactos com relação às questões socioeconômicas é recorrente nos materiais analisados. Além do mais, para além da identificação das classes mais baixas como compondo uma população de risco, ainda são projetados outros possíveis riscos, como, por exemplo, quando é anunciado pelo relatório elaborado conjuntamente pela Unesco, pela Unicef e pelo Banco Mundial, que o fechamento das escolas — que foi mapeado estatisticamente pela Unesco — projeta um risco de empobrecimento para a população de estudantes que foi privada do acesso às escolas:

“A crise global de aprendizagem parece ser ainda mais grave do que se temia: esta geração de alunos corre o **risco** de perder US\$ 17 trilhões de rendimento futuros (em

valor presente) como resultado do fechamento das escolas, o que equivale a 14% do atual PIB global e excede consideravelmente os US\$ 10 trilhões estimados em 2020.” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 1, grifo nosso).

Uma outra forma de risco visibilizada pelo material empírico se refere aos fatores de gênero:

“As meninas enfrentaram barreiras adicionais à aprendizagem em meio ao fechamento de escolas, pois as normas sociais, sua baixa exposição a soluções digitais pré-pandemia, e a falta de acesso a dispositivos eletrônicos durante a pandemia restringiram sua capacidade de continuar aprendendo” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 2).

“Os avanços na igualdade de gênero estão ameaçados, ao colocar cerca de 10 milhões a mais de meninas em **risco** de casamento precoce na próxima década, além de ter aumentado seus **riscos** de abandono ou evasão escolar” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 2, grifo nosso).

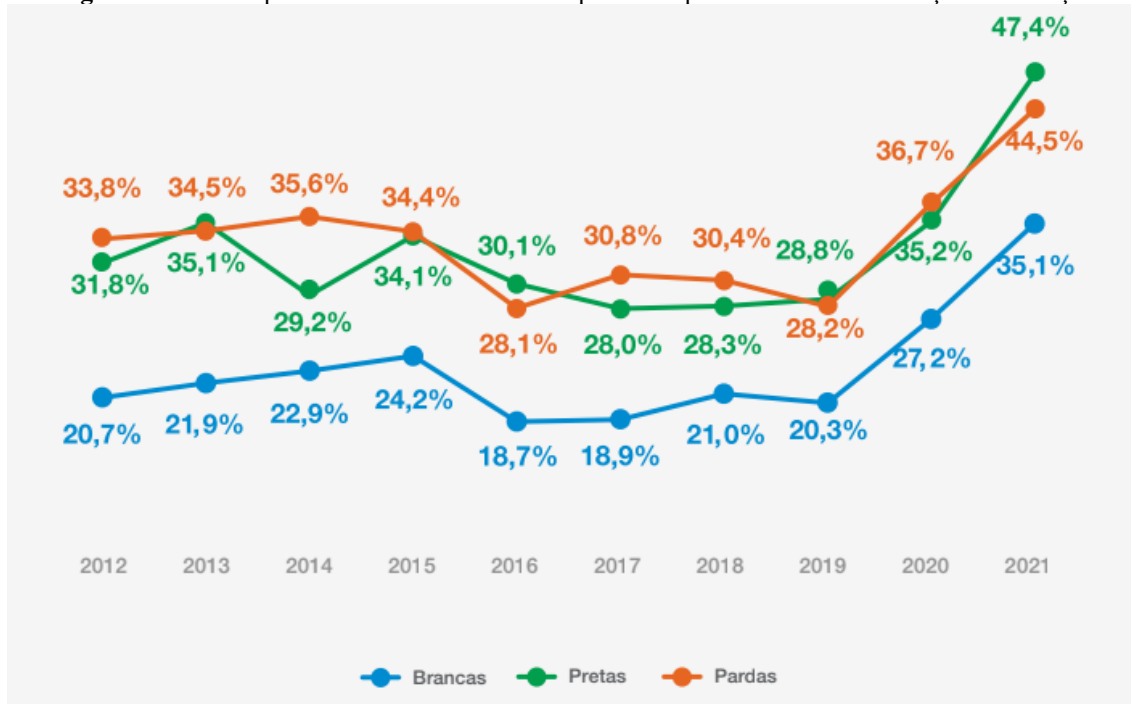
Os excertos apontam para uma maior vulnerabilidade das meninas, ou seja, a população feminina de crianças é atingida de forma mais acentuada pelo risco da não aprendizagem. Somadas a isso, as consequências extrapolam questões apenas escolares, uma vez que os dados projetam que 10 milhões de meninas correm o risco de se casar precocemente na próxima década por conta dos efeitos na educação gerados pela pandemia. Nesse sentido, as análises apontam para um risco a curto e a longo prazo, que atravessa os muros da escola e se alastra sobre a vida social das meninas. Corre-se o risco de retroceder à época em que a média de anos de estudo de mulheres era inferior à dos homens, ocorrência que não é mais observada no Brasil desde a geração de nascidos entre 1950 e 1960, como demonstram os Dados do Censo Demográfico de 2000 analisados por Ferraro (2010).

A noção de risco também se manifesta de forma distinta entre crianças de diferentes raças, conforme mostram os excertos:

“Esse impacto reforçou a diferença entre crianças brancas e crianças pretas e pardas. Os percentuais de crianças pretas e pardas de 6 e 7 anos de idade que não sabiam ler e escrever chegaram a 47,4% e 44,5% em 2021, sendo que, em 2019, eram de 28,8% e 28,2%. Entre as crianças brancas, o percentual passou de 20,3% para 35,1% no mesmo período” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 3).

“[...] as crianças pretas e pardas, que já tinham indicadores piores, foram ainda mais impactadas. A diferença entre o percentual de crianças brancas e pretas que não sabiam ler e escrever subiu de 8,5 pontos percentuais (p.p.) para 12,3 p.p. entre 2019 e 2021” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 6).

A desigualdade de acordo com a raça já era encontrada em dados educacionais brasileiros, como mostra o estudo de Ferraro (2010), e segue sendo visibilizada nas estatísticas mais atuais, como demonstra a última edição do Censo, ocorrida em 2010, que revela maioria de brancos em todos os níveis de instrução (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013). Os dados apresentados nas materialidades também referem essa discrepância, que tende a se acentuar ainda mais com a pandemia, reforçando uma desigualdade histórica ainda não superada. O gráfico a seguir confere tratamento estatístico a esses dados:

Figura 3 - Gráfico presente na *Nota Técnica*: Impactos da pandemia na alfabetização de crianças

Fonte: Todos pela Educação (2021, p. 6).

Os fatores socioeconômicos, de gênero e de raça criam uma caracterização para a população, que podemos chamar de “semelhança imaginada”. Lockmann (2013, p.99) argumenta que a estatística produz grupos através de uma “[...] semelhança imaginada, a qual destaca traços, perfis e características que são relacionadas a grupos específicos com o intuito de encontrar similitudes e poder agrupá-los em conjunto. Agrupando-os torna-se mais fácil agir sobre eles para controlar e governar”. Além de localizar e circunscrever a população que se encontra em risco no que se refere à aprendizagem inicial da leitura e da escrita, ainda são projetados outros riscos, geralmente de longo prazo.

“A não-alfabetização das crianças em idade adequada traz prejuízos imensos para suas aprendizagens futuras, o que também eleva os **riscos** de uma trajetória escolar marcada por reprovações, abandono e/ou evasão escolar” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 3, grifo nosso).

“Em países de renda baixa e média, a proporção de crianças que sofrem de pobreza de aprendizagem — que já superava 50% antes da pandemia — aumentará drasticamente, possivelmente em até 70%, devido aos longos fechamentos das

escolas e à qualidade e eficácia variáveis do ensino remoto” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 1).

De acordo com Mitjavila (2015, p. 121), “os riscos não existem como ameaças concretas, reais; ao contrário, são fabricados por um tipo de conhecimento que é sempre o resultado de cálculos estatísticos e impessoais que visam identificar a probabilidade de ocorrência de eventos indesejáveis”. A ideia de risco tem relação direta, portanto, com a ideia de probabilidade. As estatísticas são capazes de projetar riscos:

Pois elas, ao mesmo tempo em que organizam um espaço de visibilidade a partir da distribuição (classificação) daquilo que foi quantificado ou medido, também colocam em operação, a partir dessas quantificações, mecanismos de previsões, de estimativas, com foco de intervenção em nível global (SPERRHAKE, 2016, p. 53).

Essa noção de risco incentiva a busca de recursos e técnicas para evitá-lo e superá-lo. Quando os riscos são comunicados à população, torna-se possível, também, conduzir essa população a condutas mais desejáveis, desviando-se dos danos que poderiam, possivelmente, ser sofridos. Os riscos que precisam ser prevenidos são mostrados e criados, numérica e discursivamente, pelos dados estatísticos. Nessa lógica, é recomendado através do Resumo Executivo que se produzam mais dados sobre a aprendizagem das crianças como uma estratégia para reverter a “crise na educação” e na alfabetização, consequentemente.

“Para enfrentar a crise de aprendizagem, os países devem primeiro abordar a crise de dados de aprendizagem, avaliando os níveis de aprendizagem dos alunos. Embora perdas substanciais em leitura e matemática tenham sido documentadas em vários países e apresentem variações entre países, séries, disciplinas e características dos alunos, os dados sobre a perda de aprendizagem permanecem escassos de modo geral. É fundamental que formuladores de políticas públicas, gestores escolares e professores tenham acesso a evidência que reflitam seus contextos específicos, e que estes dados sejam desagregados por vários subgrupos de alunos, de forma a nortear

as práticas em sala de aula e acelerar a recuperação da aprendizagem dos alunos.” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 2)

“As informações reportadas pelos respondentes da pesquisa do IBGE (Pnad Contínua), que mostram um aumento expressivo no número de crianças brasileiras não-alfabetizadas, com impacto mais grave entre alunos negros e mais pobres, corroboram o que têm mostrado as avaliações de aprendizagem que Estados e Municípios vêm aplicando em seus estudantes. As ações presentes e futuras do Poder Público — nas esferas municipais, estaduais e federal — são fundamentais para a mitigação de tantos efeitos negativos” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 8).

“Reconstruir melhor também exige que países avaliem a eficácia de seus programas para a mitigação das perdas de aprendizagem e analisem seus impactos na equidade — e então usem o que aprenderam para continuar melhorando. É fundamental melhorar os sistemas de monitoramento de aprendizagem, para que gerem dados relevantes e confiáveis para que possamos avaliar as políticas implementadas e identificar as lições úteis para melhor prepara os sistemas educacionais para crises futuras.” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 4).

Esse discurso proposto pelas organizações corrobora com a ideia de que “[...] a estatística como um conhecimento científico torna-se indispensável a um bom governo” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 142). A recomendação é para que sejam criadas políticas públicas de avaliação, ou seja, que sejam produzidos dados que representem estatisticamente a população escolar como maneira de reverter a crise na aprendizagem. É interessante notar o ciclo aqui presente: visibiliza-se essa população através do discurso estatístico para então governar e agir sobre ela através da criação de estratégias para reverter a defasagem na aprendizagem que é visibilizada estatisticamente. A ideia proposta é que se exponha aos professores, gestores e formuladores de políticas públicas os dados que descrevem e criam uma realidade e que produzem efeitos de verdade que mais tarde incitarão ações. Em outras palavras, “[...] quantifica-se para conhecer, quantifica-se para governar” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 141).

5 Considerações finais

A partir das análises realizadas neste texto, de inspiração foucaultiana, mostramos como a produção numérica das estatísticas atua como uma estratégia biopolítica, pois entendemos que

Como modeladores de conduta, as estatísticas não são apenas meros sistemas lógicos, mas um campo de práticas culturais que normaliza, individualiza, divide. Os números governam não como números em si, mas pela possibilidade que oferecem de entrecruzar discursos outros que circulam traçando perfis e inventariando/inventando individualidades — daí o caráter tecnológico dos índices estatísticos [...]. (BELLO; TRAVERSINI, 2012, p. 23).

Ao atentarmos às recorrências, àquilo que é constantemente dito, consideramos que tanto o Resumo Executivo quanto a Nota Técnica elaborada pelo Todos pela Educação produzem discursivamente uma noção de um risco em relação à não alfabetização das crianças. O próprio termo “risco” aparece, inclusive, em ambos os casos. Esse risco está vinculado à não aprendizagem da leitura e da escrita e ameaça uma parcela da população infantil que tem certas características: crianças negras, crianças mais pobres e meninas.

A população infantil não alfabetizada é tomada discursivamente como objeto de poder — pois é sobre ela que serão dirigidas ações para o combate e para a prevenção ao analfabetismo — e é sujeito do poder, pois, a partir das ações, é a sua relação com a leitura e a escrita que deve ser modificada. De acordo com nossas análises, o saber estatístico funciona como uma estratégia biopolítica ao dar a conhecer os fatores que caracterizam uma população como estando em risco no que se refere à aprendizagem inicial da leitura e da escrita. Fatores socioeconômicos, de gênero e de raça circunscrevem esse perfil e convidam a ações direcionadas, com foco mais definido, e que possibilitam chegar aos indivíduos que, como instrumentos do biopoder, permitirão que se atinja os resultados esperados no nível da população (FOUCAULT, 2008).

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo financiamento através do Edital 10/2021, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Programa de Pós-graduação em

Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS) e ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Contribuição

Dhietelly Morghana Almeida Santos: Conceptualização, Curadoria de dados, Investigação, Escrita — análise e edição; **Renata Sperrhake:** Conceptualização, Curadoria de dados, Investigação, Escrita — análise e edição; **Camila Alves de Melo:** Investigação, Escrita — análise e edição.

Referências

BELLO, Samuel Edmundo Lopez. Numeramentalização: o estudo das práticas e do governo em educação (e) matemática na contemporaneidade. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 2, p. 88-114, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v20i2.3076>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BELLO, Samuel Edmundo Lopez; SPERRHAKE, Renata. Educação e risco social na curricularização do saber estatístico no Brasil. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 38, n. 4, p. 415-424, out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v38i4.27882>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BELLO, Samuel Edmundo Lopez; TRAVERSINI, Clarice Salete. Saber estatístico e sua curricularização para o governo de todos e de cada um. **Bolema**, Rio Claro, v. 24, n. 40, p. 855-871, dez. 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/3774>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos deuses:** a fascinante história do risco. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a Base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 21 mar. 2022.

DESROSIÈRES, Alain. **La política de los grandes números.** 1. ed. Barcelona: Editorial Melusina, 2004.

FERRARO, Alceu Ravanello. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, p. 505-526, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000200006>. Acesso em: 13 mar. 2022.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. (Coleção Ditos e Escritos, v. 4).

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das Políticas de Assistência Social na Educação Escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. Porto Alegre, 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/79669>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MITJAVILA, Myriam. Medicalização, risco e controle social. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 117-137, jun. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/103355>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [S. l.]: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO); FUNDO DE EMERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS (UNICEF); BANCO MUNDIAL. **Resumo Executivo**. O estado da crise global da educação: um caminho para a recuperação. Um relatório conjunto da UNESCO, do UNICEF e do Banco Mundial. Washington: World Bank Publications,

2021. Disponível em:

<https://www.unicef.org/media/112461/file/The%20State%20of%20the%20Global%20Education.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SPERRHAKE, Renata. **O dispositivo da numeramentalidade e as práticas avaliativas**: uma análise da “Avaliação Nacional da Alfabetização”. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/151630>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SPERRHAKE, Renata; BELLO, Samuel Edmundo Lopez. Avaliação Nacional da Alfabetização: Produção e Gerenciamento do Risco do Analfabetismo Infantil. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 54, p. 10-30, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2018.36263>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SPERRHAKE, Renata; BELLO, Samuel Edmundo Lopez. O dispositivo de Numeramentalidade: uma ferramenta conceitual, metodológica e analítica de inspiração foucaultiana. **Horizontes**, Itatiba, v. 37, p. e019025, 20 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v37i0.773>. Acesso em: 30 mar. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nota Técnica**: Impactos da pandemia na alfabetização de crianças. [S. l.]: Todos pela Educação, fev. 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

TRAVERSINI, Clarice; BELLO, Samuel Edmundo Lopez. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8267>. Acesso em: 17 mar. 2022.

Recebido em: 15 de abril de 2022

Aceito em: 20 de julho de 2022

Publicado em agosto de 2022

Dhietelly Morghana Almeida Santos
E-mail: dhietellya@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2149-0665>

Camila Alves de Melo
E-mail: camilaalvesm@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6160-4797>

Renata Sperrhake
E-mail: renata.sperrhake@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1886-3344>

**The discourse of literacy statistics:
biopolitics in managing the risk of child illiteracy caused by
the Covid-19 pandemic**

***O discurso das estatísticas de alfabetização:
biopolítica no gerenciamento do risco do analfabetismo infantil
provocado pela pandemia de Covid-19***

Dhietelly Morghana Almeida Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Renata Sperrhake

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Camila Alves de Melo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Abstract: The problem of literacy among Brazilian children spans decades of discussions and is accentuated after almost two years of remote teaching, due to the covid-19 pandemic. In face of this scenario, this article aims to analyze how literacy statistics discursively produce a notion of risk related to the learning of the child population with the pandemic period as an aggravating factor. Methodologically, it uses discourse analysis inspired by Michel Foucault. The empirical consists of the following documents, analyzed as monuments: 1) Technical Note “Impacts of the pandemic on children's literacy” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021) e 2) Executive Summary of the report “The State of the Global Education Crisis: A Path to Recovery (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021). Based on the concepts of biopower and biopolitics, the power-knowledge relationship put into operation by statistics to govern the population is discussed. The analyses of the empirical material make visible the risk of child illiteracy linked to four factors: 1) socioeconomic factors; 2) gender factors; 3) racial factors; and 4) Risk projection.

Keywords: Literacy; Illiteracy; Statistics; Biopolitics; Michel Foucault studies

Resumo: O problema da alfabetização das crianças brasileiras atravessa décadas de discussões e encontra-se acentuado após quase dois anos de ensino remoto, decorrente da pandemia de Covid-19. Diante deste cenário, o presente texto objetiva analisar como as estatísticas de alfabetização produzem discursivamente uma noção de risco relacionada à aprendizagem da população infantil, tendo o período de pandemia como agravante. Metodologicamente, utiliza-se da análise do discurso de inspiração foucaultiana. A empiria é composta pelos seguintes documentos, analisados



na qualidade de monumentos: 1) Nota Técnica “Impactos da pandemia na alfabetização de crianças” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021) e 2) Resumo Executivo do relatório “O estado da crise global da educação: um caminho para a recuperação” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021). A partir dos conceitos de biopoder e biopolítica, discute-se a relação poder-saber posta em funcionamento pelas estatísticas para o governo da população. As análises do material empírico visibilizam o risco do analfabetismo infantil atrelado a quatro fatores: 1) fatores socioeconômicos; 2) fatores de gênero; 3) fatores raciais e 4) Projeção do risco.

Palavras-chave: Alfabetização; Analfabetismo; Estatísticas; Biopolítica; Estudos foucaultianos

1 Introduction

In contemporary, graphocentric societies where countless practices - from the most every day to the most specialized ones - are mediated by writing, enhancing the population's strengths involves achieving increasingly sophisticated reading and writing skills and capacities. In other words, literacy and reading and writing skills indicate a population's development potential.

The 2030 Agenda for Sustainable Development proposed by the United Nations (UN), of which Brazil is a member, offers the universalization of literacy and has as one of its goals “by 2030, to ensure that all young people and a substantial proportion of adults, both men and women, are literate and have acquired a basic knowledge of mathematics” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 20). Therefore, literacy is tied to one of the steps toward creating a better world and future. Furthermore, considering that “the Sustainable Development Goals and targets are integrated and indivisible” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 13), failing to make the population literate would imply a loss of the world's development. Consequently, the effects of non-literacy go beyond school life, spreading beyond it, and may affect the capacity of individuals to act as citizens and their possibilities of entering and advancing in the labor market. Thus, the consequences caused by childhood illiteracy extend into adult life.

The stage that comprises the initial reading and writing learning encompasses, according to the Common National Curricular Base (BRASIL, 2017), the first two years of elementary school. It is expected that, during these two years, the child will understand

how the alphabetic writing system works and develop initial skills in reading, comprehension, and production of written texts. Reading and text production continues to be improved throughout schooling, but in the early stages of elementary school, this learning is highlighted in the pedagogical practices.

Given this panorama that emphasizes the need for children's literacy, the present text aims to analyze some biopolitical strategies put into operation to make visible and minimize the "risk of child illiteracy" (SPERRHAKE; BELLO, 2018) aggravated by the Covid-19 pandemic. Through a Foucauldian-inspired discourse analysis, we take the following documents as empiria: 1) Technical Note "Impactos da pandemia na alfabetização de crianças" (In English "Impacts of the pandemic on children's literacy") (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021) and 2) Executive Summary of the report "O estado da crise global da educação: um caminho para a recuperação" (In English "The state of the global education crisis: a path to recovery") (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021).

2 Theoretical framework

The discussion about power takes up a considerable part of Michel Foucault's theories, even though the author stated that his concern was "to create a history of the different modes by which, in our culture, human beings are made subjects" (FOUCAULT, 2013, p. 273). In fact, without constituting a theory on power, Foucault took it in its exercise and functioning, presenting it through different analyses, as in the book *Discipline and Punish* and in the courses *Society must be defended* and *Security, Territory, Population*. It is not without interest that the book published in 1975 and the courses lectured between 1976 and 1978 at the Collège de France are mentioned since the concepts of biopower and biopolitics will be helpful in the discursive analysis of literacy statistics and the risk of child illiteracy that this text seeks to explore.

The discussion undertaken by Foucault that leads him to the concept of biopower is related to the formation of a sexuality apparatus, on the one hand, and the issue of State racism, on the other. In addressing these issues, the author develops the idea of "acquisition of power over man insofar as man is a living being" (FOUCAULT, 2010, p. 201). As analyzed by the author, the power exercised over man would have two poles of

action: one intended for man as a body that needs to have its minimal gestures disciplined. This power, adjectivally disciplinary, can be described as “[...] all devices that were used to ensure the spatial distribution of individual bodies (their separation, their alignment, their serialization, and surveillance) and the organization, around those individuals, of a whole field of visibility” (FOUCAULT, 2010, p. 203). The other pole of action is centered on man as a species, focusing on a category hitherto new in political discussion: population. Foucault calls this power biopolitics, and it is on this power that we will focus our theoretical and later analytical construction.

According to Foucault (2008), population is understood both as subject and object of knowledge-power mechanisms. Object, because it is on population that action is taken; population is the target. Subject, because it is the population who must assume this or that behavior, this or that way of being. “The final objective will be the population. The population is pertinent as an objective, and the individuals, the series of individuals, the groups of individuals, the multiplicity of individuals, this is not going to be pertinent as an objective. It will simply be pertinent as an instrument, intermediary, or condition for achieving something at the level of the population” (FOUCAULT, 2008, p. 56).

The State became interested in managing its population, especially after the seventeenth century, when not only the territory was understood as important for the sovereign but also the elements that are part of this territory. First, the population was understood as a “collection of a sovereign’s subjects” (FOUCAULT, 2008, p. 91) on whom laws and regulations could be imposed. In the eighteenth century, this understanding changed, and population started to be considered in its own phenomena, in its variables, in its “naturalness” (FOUCAULT, 2008).

The population is a set of elements in which we can note constants and regularities even in accidents, in which we can identify the universal of desire regularly producing the benefit of all, and with regard to which we can identify a number of modifiable variables on which it depends (FOUCAULT, 2008, p. 97-98).

A new technique of power comes into existence to operate on this level, on the level of the man-species. Focusing on the multiplicity of men and the phenomena that are peculiar to them, a “biopolitics of the human species” (FOUCAULT, 2010, p. 204) appears.

As much of the analysis undertaken by the French philosopher focuses on the relationship between power and knowledge, along with the emergence of this new technology of power, we see the development of specific knowledge capable of visualizing this population in its dynamics and movements: demography and, later, statistics. In this sense, it is worth mentioning Foucault's assertion that power produces knowledge, "[...] that the exercise of power itself creates and causes to emerge new objects of knowledge and accumulates new bodies of information" (FOUCAULT, 2015, p. 170), and, of course, "[...] knowledge induces effects of power. In this sense, and within the governmentalization of the States, statistical knowledge worked strategically so that the exercise of power was increasingly effective. According to Desrosières (2004, p. 32), modern statistics is "[...] an important component of the language necessary for the saying and doing of societies [...]", being constituted from the articulation between "two forms of authority": science and State. The function of statistics in the government of populations is characterized by giving visibility and allowing analysis, having quantitative data as a tool for knowledge and decision-making because from them, it is possible to access "[...] elements that allow the maintenance and development of forces" (BELLO; TRAVERSINI, 2011, p. 859). Thus, "[...] we highlight the existing relationship between 'practices of power' and 'practices of knowledge,' between governing and knowledge [...]" (BELLO; SPERRHAKE, 2016, p. 418).

We can also understand statistics as a technology of biopower because it is able to combine a disciplinary power, which is individualizing, with a biopolitical power, which is massifying. It happens because statistics

[...] at the same time it organizes a space of visibility from the distribution (classification) of what has been quantified or measured, it also puts into operation, from these quantifications, mechanisms of forecasts, of estimates, with an intervention focus at a global level. In other words, it starts from a mapping at the individual level - of the body man - for an intervention at the population level - of the man-species. (SPERRHAKE, 2016, p. 53-54).

The centrality of statistical knowledge for population knowledge and decision-making continues to the present day, as we will show in the analyses of this text. To this end, we also rely on the concept of Numeramentality (BELLO, 2012; SPERRHAKE; BELLO, 2019) to highlight "[...] the combination between these arts of governing and the

practices and normativities around numerating, measuring, accounting, serializing, which guide the enunciative production of practices [...]” (BELLO, 2012, p. 104).

Linked to the operation of statistical knowledge is the notion of risk, which, according to Bernstein (1997, p. 2), is “one of the prime catalysts that drive modern Western society.” Foucault (2008, p. 80) points out that “[...] there are differential risks that reveal, as it were, zones of higher risk and, on the other hand, zones of less or lower risk” (FOUCAULT, 2008, p. 80). With this, it is possible to identify what is dangerous. “We cannot quantify the future because it is an unknown, but we have learned how to use numbers to scrutinize what happened in the past” (BERNSTEIN, 1997, p. 7). In this sense, statistics that seek to quantify populations’ literacy also function as a way to locate risk zones or situations.

Foucault (2008) points out that one of the ways to act on the population is through education. In 1970, Foucault pointed out that “every educational system is a means of maintaining or modifying the appropriateness of discourses with the knowledge and power they bring with them” (FOUCAULT, 1992, p. 44). In this way, we see how it is possible to delineate a relation between the governance of the population through school education and the school population, specifically regarding literacy.

It is by thinking of the population as the axis of power and as an object of knowledge, in its articulation between knowledge-power, that we will analyze the discourses that circulate and that put at risk the child population that does not become literate. In other words, we will examine a series of statements that contemporarily create the risk of child illiteracy through statistical production and indicate that, after remote education, we live in a period of crisis regarding literacy.

3 Methodology

In the inaugural lecture delivered by Foucault in December 1970 at the Collège de France, the author states that “discourse is little more than the gleaming of a truth in the process of being born to its own gaze [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 49). Previously to this, in *The Archaeology of Knowledge*, when discussing archaeology as an analytical tool, the author refers to other characteristics of discourse, pointing to the impossibility of a hidden discourse, that is, in Foucault’s perspective, meanings lie on the surface: “[...] there is

nothing behind the curtains [...]” (FISCHER, 2001, p. 198). In this sense, the researcher who works with Foucauldian discourse analysis does not have the task of revealing a hidden truth.

The definition of discourse guiding the materialities analysis in this study is described in *The Archeology of Knowledge*:

[...] no longer treating discourses as groups of signs (signifying elements referring to contents or representations), but as *practices that systematically form the objects of which they speak*. Of course, discourses are composed of signs; but what they do is more than use these signs to designate things. It is this *more* that renders them irreducible to the language and to speech. It is this ‘more’ that we must reveal and describe. (FOUCAULT, 1986, p. 56, our emphasis).

In other words, some discourses on literacy will be analyzed, considering them as possible elements that pose a risk to child illiteracy, supported by the vertiginous production of educational statistics. Thus, a Foucaultian-inspired discourse analysis, as the one we propose in this text, implies problematizing the representational relationship that links word and thing. Moreover, it means considering that the field of discourses is a field of struggles. Foucault (1996, p. 10) states that discourse is “[...] a power to get hold of.”

Fischer (2013) points out four elements that must be considered when undertaking a Foucauldian bias discourse analysis: “the radically historical inscription of ‘things said’; the unappealable condition of discourse as practice; the materiality of the enunciations; and, *last but not least*, the struggle waged in and by the constitution of subjects - subjects of certain truths or discourses” (FISCHER, 2013, p. 125, author’s emphasis added). Based on these elements, we will problematize the production of effects of truth through the discourses on illiteracy circulating in a given historical time. Considering the theoretical framework adopted here, we seek to take documents as monuments. That is to say, betting on a monumental analysis, we examine the *empiria* in its surface, exteriority, and volume without looking for a hidden discourse. It is in this “other way” of doing research, taught by Foucault that we draw our inspiration and use it to analyze the empirical material.

4 Analysis

Concern and visibility of the non-literacy of children are tied to the historical time in which we live. The debate about illiteracy in Brazil is not new and runs through several areas of study and research. Ferraro (2009) refers to the “secular trend of illiteracy” in Brazil, a trend produced from the numerical data of the Census and the PNADs - National Household Sample Survey. More recently, especially since the 2000s, literacy has also been measured using instruments derived from external evaluations. In other words, we have gone from a concern with illiteracy among the adult population, often deprived of the possibility of access to schooling, to a matter with the “non-literacy” of the child population enrolled in primary education institutions.

If before, we were already worried about growing non-literacy among children, now this concern has gained more visibility with the closing of schools between the years 2020 and 2021 due to the global health crisis caused by the new coronavirus pandemic. This particular worry is present in the discourse about the pandemic’s implications on children’s learning in the literacy phase. A technical note produced by “Todos Pela Educação” (All for Education) intends to make visible the “impacts of the pandemic on children’s literacy.” In this technical note, the numerical discourse came to the fore since it pointed out that between the years 2019 and 2021, the number of children who could not read and write went from 1.4 million to 2.4 million (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021). The graph below presents, in percentages, the portion of the population of children who cannot read and write according to information from their guardians.

Figure 1 - Chart in the Technical Note: Impacts of the pandemic on children's literacy



Source: Todos pela Educação (2021, p. 4).

We consider that this numerical discourse not only represents a certain reality but, insofar as it makes it visible, it also acts in the discursive production of a risk situation that must be faced when it becomes known. Not that this child population that is not yet literate does not exist in the material world; it certainly does. Our argument goes in the direction of analyzing the effects of this production. The numerical discourse, when it reveals these children aged 6 and 7 who have not learned to read and write, encourages actions to be taken in order to enable them to become literate and, as a result, reduce these numbers. The statistical knowledge alerts about the increase of 66.3% of this child population that is not fully exercising their right to be literate (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021), which contributes to the magnitude of the problem.

The non-literacy of these 1st and 2nd-grade elementary school students goes against what is expected in terms of primary learning common to this group, as the Common National Curriculum Base (BNCC) recommends: “although, from birth and in Early Childhood Education, the child is surrounded by and participates in different literate practices, it is in the initial years (1st and 2nd years) of Elementary School that the child is expected to become literate” (BRASIL, 2017, p. 89). Considering that the BNCC is a normative document, children who fall outside this norm, i.e., those who do not become literate by the 2nd year of elementary school, are considered to be at risk, as this implies effects throughout the course within the school and also effects on the life path outside it.

As a result of the Covid-19 pandemic, the world population was affected in several spheres, one of them being the educational one, culminating in the vulnerability of certain subjects. And this vulnerability varies according to characteristics and contexts. In the words of Foucault (2008, p. 79), “for each individual, given his age and where he lives, and for each age group, town, or profession, we will be able to determine the risk [...]”. This means that some segments of the population, according to so-called objective criteria, can be characterized as “at risk.” This discursive production about risk is strengthened when supported by statistical knowledge, which confers objectivity and legitimacy to its assertions. Therefore, based on empirical data, four analytical axes were developed that can make visible the risk of child illiteracy caused by the pandemic: 1) socioeconomic factors; 2) gender factors; 3) racial factors; 4) risk projection.

The empirical material reiterates the indication of the poorest population as being a population at risk, as exemplified by the excerpts below.¹

“It is also possible to visualize a relevant difference between the children residing in the richest and poorest households in the country. Among the poorest children, the percentage of those who could not read and write increased from 33.6% to 51.0% between 2019 and 2021. Among the richest children, on the other hand, the increase was from 11.4% to 16.6%” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 3).

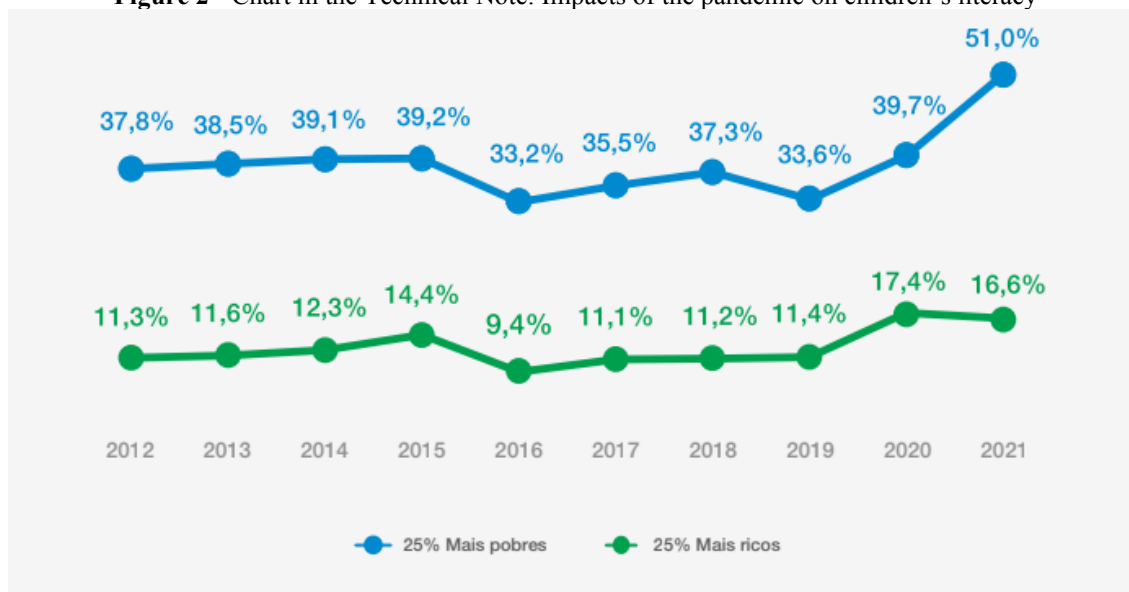
“The crisis has further accelerated inequality in education. Globally, total and partial school shutdowns lasted an average of 224 days. However, in low- and middle-income countries, schools remained closed longer than in high-income countries, and policy responses were generally less effective. Teachers in many low- and middle-income countries received limited support for their professional development, which made the transition to remote teaching difficult and left them unprepared to interact with students and their guardians and caretakers. At home, families’ ability to respond to the shock varied according to income level. Children from deprived families were less likely to benefit from remote learning than their peers, usually due

¹ Excerpts from the empirical material will be presented in text boxes to differentiate them from direct quotations.

to a lack of electricity, connectivity, devices, and support from guardians and caregivers.” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 2).

This information is also highlighted in the chart:

Figure 2 - Chart in the Technical Note: Impacts of the pandemic on children’s literacy



Source: Todos pela Educação (2021, p. 7).

The impacts related to socioeconomic issues are recurrently mentioned in the analyzed materials. Moreover, in addition to the identification of the lower classes as comprising a population at risk, other possible risks are also projected, for example, when it is announced by the report jointly prepared by UNESCO, Unicef, and the World Bank, that school closures - which UNESCO statistically mapped - project risk of impoverishment for the population of students who were deprived of access to schools:

“The global learning crisis has grown by even more than previously feared: this generation of students now risks losing \$17 trillion in lifetime earnings in present value as a result of school closures, or the equivalent of 14 percent of today’s global GDP, far more than the \$10 trillion estimated in 2020” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 1, our emphasis).

Another form of risk made visible by the empirical material refers to gender factors:

“Girls faced compounding barriers to learning amidst school closures, as social norms, limited digital skills, and lack of access to devices constrained their ability to keep learning.” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 2).

“Advances in gender equality are threatened, with school closures placing an estimated 10 million more girls at risk of early marriage in the next decade and at increased risk of dropping out of school” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, p. 2, our emphasis).

The excerpts point to a greater vulnerability of girls, meaning that the female population of children is more acutely affected by the risk of not learning. Furthermore, the consequences go beyond purely school-related issues since data suggest that 10 million girls are at risk of early marriage in the next decade because of the effects on education generated by the pandemic. In this sense, the analyses point to a short- and long-term risk, which goes beyond the school walls and spreads to the social life of girls. There is a risk of going back to a time when the average number of years of schooling for women was lower than for men, an occurrence that is no longer observed in Brazil since the generation born between 1950 and 1960, as shown in the 2000 Demographic Census data analyzed by Ferraro (2010).

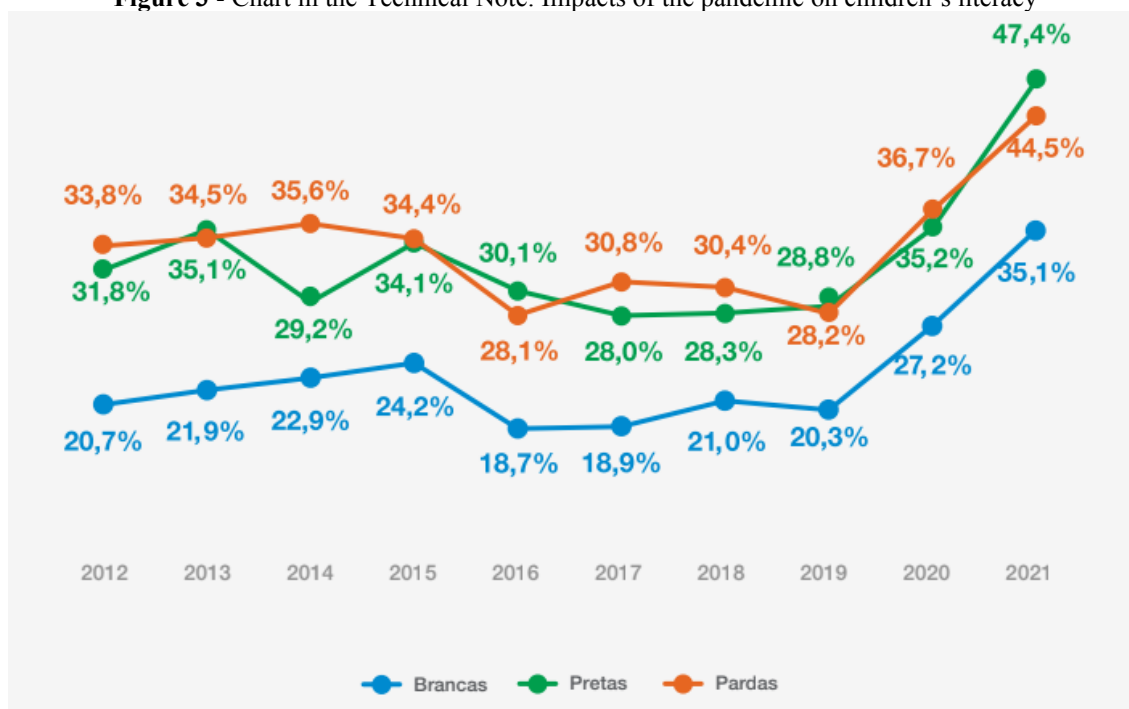
The notion of risk is also manifested differently among children of different races, as the excerpts show:

“This impact reinforced the difference between white children and black and brown children. The percentages of black and brown children aged 6 and 7 who could not read and write reached 47.4% and 44.5% in 2021, compared to 28.8% and 28.2% in 2019. Among white children, the percentage went from 20.3% to 35.1% in the same period” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 3).

“[...] and black and mixed race children already had worse indicators were even more impacted. The difference between the percentage of white and black children who could not read and write rose from 8.5 percentage points (p.p.) to 12.3 p.p. between 2019 and 2021” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 6).

Inequality according to race was already found in Brazilian educational data, as shown in Ferraro’s study (2010), and continues to be visible in more current statistics, as shown in the latest edition of the Census, held in 2010, which reveals a majority of whites in all levels of education (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013). The data presented in the materials also refer to this discrepancy, which tends to become even more accentuated with the pandemic, reinforcing a historical inequality not yet overcome. The following chart gives statistical treatment to these data:

Figure 3 - Chart in the Technical Note: Impacts of the pandemic on children’s literacy



Source: Todos pela Educação (2021, p. 6).

Socioeconomic, gender, and race factors characterize the population, which we call “imagined similarity.” Lockmann (2013, p.99) argues that statistics produces groups through an “[...] imagined similarity, which highlights traits, profiles, and characteristics that are related to specific groups in order to find similarities and to be able to group them.

Grouping them together makes acting on them to control and govern easier.” In addition to locating and circumscribing the population at risk concerning early learning in reading and writing, other, usually long-term, risks are projected.

“The non-literacy of children at an adequate age causes immense harm to their future learning, which also increases the risks of a school career marked by failure, dropping out, and/or school evasion” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 3, our emphasis).

“In low- and middle-income countries, the share of children living in Learning Poverty—already over 50 percent before the pandemic—will rise sharply, potentially up to 70 percent, given the long school closures and the varying quality and effectiveness of remote learning” (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 1).

According to Mitjavila (2015, p. 121), “risks do not exist as concrete, real threats; rather, they are manufactured by a type of knowledge that is always the result of statistical and impersonal calculations aimed at identifying the probability of occurrence of undesirable events.” Therefore, the idea of risk is directly related to probability. Statistics are capable of projecting risks:

For they, while organizing space of visibility from the distribution (classification) of what has been quantified or measured, also put into operation, from these quantifications, mechanisms of forecasts, of estimates, with a focus of intervention at a global level (SPERRHAKE, 2016, p. 53).

This notion of risk encourages the search for resources and techniques to avoid and overcome it. When the risks are communicated to the population, it also becomes possible to lead this population to more desirable behaviors, deviating from the damage that could be suffered. Statistical data shows and creates risks that need to be prevented numerically and discursively. In this logic, it is recommended through the Executive Summary that more data on children’s learning be produced as a strategy to reverse the “crisis in education” and literacy, consequently.

“To tackle the learning crisis, countries must first address the learning data crisis, by assessing students’ learning levels. While substantial losses in reading and math have now been documented in several countries and show variations across countries, grades, subjects and students characteristics, evidence on learning loss generally remains scarce. It is critical for policymakers, school administrators, and teachers to have access to learning data that reflect their context, and for learning data to be disaggregated by various sub-groups of students, so that they can target instruction and accelerate students’ learning recovery. (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 2)

“The information reported by respondents to the IBGE survey (Pnad Contínua), which shows a significant increase in the number of illiterate Brazilian children, with the most serious impact among black and poorer students, corroborates what has been shown by assessments on learning that states and municipalities have been applying to their students. Therefore, the present and future actions of the government - at the municipal, state, and federal levels - are critical to the mitigation of so many negative effects” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 8).

Building back better requires countries to measure how effective their policy responses are at mitigating learning loss and to analyze their impact on equity—and then to use what they learn to keep improving. Improving systems to generate timely and reliable data is critical to evaluate policy responses and generate lessons learned for the next disruption to education. (UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL, 2021, p. 4).

This discourse proposed by the organizations corroborates the idea that “[...] statistics as a scientific knowledge becomes indispensable to good government” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 142). The recommendation is to create public evaluation policies, that is, to produce data that statistically represents the school population as a way to reverse the crisis in learning. It is interesting to note the cycle here: this population is made visible through the statistical discourse to, then, be governed and acted upon through the creation of strategies to reverse the learning gap that is made

visible statistically. The idea is to expose data that describe and create a reality for teachers, managers, and policymakers and produce truth effects that will later encourage action. In other words, “[...] one quantifies to know, one quantifies to govern” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 141).

5 Conclusion

From the Foucaultian analyses performed in this text, we show how the numerical production of statistics acts as a biopolitical strategy because we understand that

As conduct shapers, statistics are not mere logical systems but a field of cultural practices that normalizes, individualizes, and divides. Numbers govern not as numbers per se but by the possibility they offer of intersecting other discourses that circulate by profiling and inventorying/inventing individualities - hence the technological character of statistical indexes [...]. (BELLO; TRAVERSINI, 2012, p. 23).

When we pay attention to the recurrences, to what is constantly said, we consider that both the Executive Summary and the Technical Note prepared by Todos pela Educação discursively produce a notion of risk regarding the non-literacy of children. The very term “risk” appears in both cases. This risk is linked to not learning to read and write and threatens a portion of the child population with specific characteristics: black children, poorer children, and girls.

The non-literate child population is discursively taken as an object of power - because it is on them that actions to combat and prevent illiteracy will be directed - and is subject of power because, from the actions, it is their relationship with reading and writing that should be modified. According to our analyses, statistical knowledge works as a biopolitical strategy when it reveals the factors that characterize a population as being at risk with regard to the initial learning of reading and writing. Socioeconomic, gender, and race factors circumscribe this profile and call for actions that should be targeted, with a more defined focus, and that makes it possible to reach the individuals who, as instruments of biopower, will allow the expected results to be achieved at the population level (FOUCAULT, 2008).

Acknowledgments

We thank the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) for funding our research through Edital 10/2021, the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), the Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), and the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brazil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Contribution

Dhietelly Morghana Almeida Santos: Conceptualization, Data curation, Research, Writing - analysis and editing; **Renata Sperrhake:** Conceptualization, Data curation, Research, Writing - analysis and editing; **Camila Alves de Melo:** Investigation, Writing - analysis and editing.

References

BELLO, Samuel Edmundo Lopez. Numeramentalização: o estudo das práticas e do governo em educação (e) matemática na contemporaneidade. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 2, p. 88-114, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v20i2.3076>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BELLO, Samuel Edmundo Lopez; SPERRHAKE, Renata. Educação e risco social na curricularização do saber estatístico no Brasil. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 38, n. 4, p. 415-424, out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v38i4.27882>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BELLO, Samuel Edmundo Lopez; TRAVERSINI, Clarice Salette. Saber estatístico e sua curricularização para o governo de todos e de cada um. **Bolema**, Rio Claro, v. 24, n. 40, p. 855-871, dez. 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/3774>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos deuses:** a fascinante história do risco. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a Base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 21 mar. 2022.

DESROSIÈRES, Alain. **La política de los grandes números.** 1. ed. Barcelona: Editorial Melusina, 2004.

FERRARO, Alceu Ravello. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, p. 505-526,

maio/ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000200006>. Acesso em: 13 mar. 2022.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. (Coleção Ditos e Escritos, v. 4).

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das Políticas de Assistência Social na Educação Escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. Porto Alegre, 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/79669>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MITJAVILA, Myriam. Medicalização, risco e controle social. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 117-137, jun. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/103355>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [S. l.]: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO); FUNDO DE EMERGÊNCIA INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS (UNICEF); BANCO MUNDIAL. **Resumo Executivo**. O estado da crise global da educação: um caminho para a recuperação. Um relatório conjunto da UNESCO, do UNICEF e do Banco Mundial. Washington: World Bank Publications, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/112461/file/The%20State%20of%20the%20Global%20Education.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SPERRHAKE, Renata. **O dispositivo da numeramentalidade e as práticas avaliativas**: uma análise da “Avaliação Nacional da Alfabetização”. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/151630>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SPERRHAKE, Renata; BELLO, Samuel Edmundo Lopez. Avaliação Nacional da Alfabetização: Produção e Gerenciamento do Risco do Analfabetismo Infantil. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 54, p. 10-30, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2018.36263>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SPERRHAKE, Renata; BELLO, Samuel Edmundo Lopez. O dispositivo de Numeramentalidade: uma ferramenta conceitual, metodológica e analítica de inspiração foucaultiana. **Horizontes**, Itatiba, v. 37, p. e019025, 20 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v37i0.773>. Acesso em: 30 mar. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nota Técnica**: Impactos da pandemia na alfabetização de crianças. [S. l.]: Todos pela Educação, fev. 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

TRAVERSINI, Clarice; BELLO, Samuel Edmundo Lopez. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8267>. Acesso em: 17 mar. 2022.

Received on 15 April 2022

Accepted on 20 July 2022

Published on August 2022

Dhietelly Morghana Almeida Santos
E-mail: dhietellya@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2149-0665>

Camila Alves de Melo
E-mail: camilaalvesm@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6160-4797>

Renata Sperrhake
E-mail: renata.sperrhake@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1886-3344>

Regimes de verdade e sexualidade: um olhar sobre a instituição escolar em enunciados do projeto “Escola sem partido”

Truth regimes and sexuality: a look at the school institution in project statements “Escola sem Partido”

Laurianne Guimarães Mendes
Secretaria de Estado de Educação, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Vinícius Durval Dorne
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Resumo: O presente trabalho traz algumas reflexões acerca da pesquisa “Regimes de verdades sobre a instituição escolar em enunciados do projeto ‘Escola sem partido’”, cujo objetivo é analisar regimes de verdade que recaem sobre o ambiente escolar, por meio de enunciados presentes no Twitter. O projeto Escola sem Partido é um movimento político que emergiu em São Paulo, Brasil, em 2004, tendo como fundador o advogado Miguel Nagib, que centraliza a questão da atuação dos professores em sala de aula, buscando a imparcialidade e a objetividade do docente. Pretendemos, assim, a partir dos Estudos Discursivos Foucaultianos, pensar a constituição discursiva da instituição escolar pelos enunciados decorrentes de integrantes e simpatizantes do respectivo movimento político, sobretudo, em relação à noção de sexualidade. Por intermédio da análise de enunciados, observou-se que a estratégia discursiva que embasa a defesa do projeto “Escola sem Partido” se dá, entre outros, pela sensibilização da família, um dos principais instrumentos da governamentalidade para o controle da população.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos; Regimes de Verdade; Sexualidade; Governamentalidade; Escola Sem Partido

Abstract: The present work brings some studies on the research “Regimes of statements about the school institution in project statements”, whose objective is to study regimes of truth that fall on the school, through statements on Twitter. The Escola sem Partido project is a political movement that emerged in São Paulo, Brazil, in 2004, with the founder of the lawyer Miguel Nagib, which focuses on the issue of teachers' performance in the classroom, seeking impartiality and objectivity on the part of the teacher. We intend, therefore, from the Foucaultian Discursive Studies, to think about the Discursive of the Institution by the Originating Utterances of Trainers and Supporters of the Political Movement, above all, in relation to the notion of sexuality. Through the analysis of statements, it was observed that a discursive strategy that supports the defense of the “Escola sem Partido” project is given, among others, by raising family awareness, one of the main instruments of governmentality for population control.

Keywords: Foucaultian Discursive Studies; Truth Regimes; Sexuality; Governmentality; Escola Sem Partido



1 Introdução

O presente trabalho é fruto das reflexões provenientes da dissertação intitulada “Regimes de verdades sobre a instituição escolar em enunciados do projeto ‘Escola sem Partido’”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL/UFU) no ano de 2020. O estudo teve como intuito analisar, a partir da perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, os regimes de verdade sobre/para ambiente escolar presentes em enunciados colocados em circulação na rede social digital Twitter, especificamente aqueles relativos ao projeto Escola sem Partido.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram analisados 21 tweets de três perfis presentes na rede social Twitter, publicados no período da corrida presidencial no ano de 2018: i) da sociedade civil (@EscolaSemPartido); ii) do vereador Fernando Holiday (@FernandoHoliday); e, por fim, iii) do então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro (@JairBolsonaro). A partir do movimento analítico, observamos a presença de três regularidades discursivas no *corpus* de análise: doutrinação, sexualidade e docência. Para tanto, estruturamos o presente artigo em três momentos: no primeiro, procuramos refletir sobre as noções de poder e governamentalidade, em Michel Foucault; posteriormente, discutimos a instituição escolar como um dos espaços de exercício do poder sobre o corpo social, especificamente dos alunos; por fim, demonstramos nosso gesto de análise, que trata da sexualidade como uma regularidade discursiva presente nos enunciados analisados.

2 Poder e governamentalidade

Em Foucault (2012), nota-se que a ideia de poder disciplinar atua como instrumento/tecnologia capaz de adestrar os corpos, procurando com isso um sujeito ao mesmo tempo eficiente e dócil. Ademais, o principal pressuposto do poder disciplinar é aquele que será aplicado ao corpo por intermédio de técnicas de vigilância e de instituições punitivas. Não obstante, há também uma reformulação a respeito do que se toma enquanto uma instituição que busca punir. Para além da prisão, ambiente ao qual os sujeitos são direcionados para serem “castigados” por um crime, no poder disciplinar,

vigoram também outras instituições punitivas. Na instituição escolar, por exemplo, há mecanismos e estratégias próprios desse funcionamento: se o sujeito-aluno apresentar um comportamento que fuja do esperado e tido como correto, ele poderá ser punido por uma advertência ou suspensão. E desse poder disciplinar derivam duas perspectivas de institucionalização ou duas tecnologias de práticas do poder, descritas por Foucault (1999) como biopolítica e governamentalidade, já que, para além de mecanismos disciplinares concernentes ao corpo, há a presença de mecanismos regulamentares por um governo que incide sobre a vida e a população. Biopolítica e governamentalidade mantêm contato, de algum modo, com características do poder disciplinar, contudo, se exercem a partir de um funcionamento próprio e particular.

Lançaremos nosso olhar agora para os aspectos primordiais do que tomamos enquanto biopoder para assim compreendermos sua ligação com a governamentalidade. O biopoder pode ser entendido como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3). Esses mecanismos têm como centro de funcionalidade a busca pelo controle dos corpos populacionais. Corpo compreendido pela perspectiva foucaultiana como a materialidade que dá borda aos regimes de saber/poder e aos discursos que permeiam o meio social. Ou seja, trata-se do exercício de poder sobre a população e não somente de um indivíduo isolado. Nesse aspecto, o corpo passa a ser entendido como alvo do poder, capaz de ser gerido, moldado, multiplicando suas habilidades e contingências, majorando a vida.

Todavia, as relações de poder recaem sobre o sujeito em sua constituição social, no fio descontínuo da história, sofrendo transformações, rearranjos (FOUCAULT, 2012). Existem certas regras ou normas que sancionam a relação do sujeito com o corpo e que são sedimentadas a partir das noções postuladas pela biopolítica e, conseqüentemente, pelo biopoder. É notório que esses princípios partem do controle político sobre a vida.

Finalmente, devemos nos ater agora à perspectiva de poder que é mais cara ao nosso trabalho, a governamentalidade. Sabe-se que, ao longo da história, existiram diversas formas de se governar. Foucault (2012) mostra um panorama de como os governos foram se constituindo de acordo com as necessidades apresentadas pelas sociedades em que eles iriam imperar. A noção de como se deve governar vai, de certo

modo, se ampliando até chegar ao governo dos homens em suas relações com as coisas (FOUCAULT, 2012).

Entende-se, desta maneira, que a preocupação não se restringe mais a uma variável que não sofre oscilações drásticas ao longo do tempo, como exemplo, o território. A preocupação do governo deve residir nas relações que são estabelecidas entre o sujeito e o mundo a sua volta, inclusive com ele mesmo. Afinal, toda relação é construída, sobremaneira, discursivamente. Todo enunciado ao ser colocado em circulação provém de um discurso político, econômico, sexual etc. Neste sentido, a partir do deslocamento do governo de pessoas para o governo de suas relações, temos o surgimento do que se intitula governamentalidade.

Por ela deslocam-se relações de poder que, ao mesmo tempo em que condicionam, também são condicionadas, ou seja, há a conduta da conduta. Assim, o que se entende como governamentalidade é constituído por uma “prática refletida do governo”. Mas a qual governo essas práticas competem? Foucault (2008b) afirma que governo e Estado são distintos, mas, ao mesmo tempo, esse último não define as ações de que o governo se ocupará, e sim as técnicas governamentais que balizarão sua existência. Retornando a problemática do que é o governo, é preciso compreender, previamente, que o objeto do governo não se encontra em um território, mas nos homens. Entenderemos, neste estudo, que governamentalidade se refere aos fundamentos de operação do governo.

Ainda, devemos destacar a importância da família dentro da governamentalidade. Para exercer o controle da população, a família tem um papel central na aplicabilidade das táticas da governamentalidade para adquirir determinados desempenhos da população. Isso ocorre de tal forma que “quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo etc., – é pela família que se deverá passar” (FOUCAULT, 2012, p. 169). Em outras palavras, a família é um instrumento operacional da governamentalidade.

É o que, no movimento desta análise, elucidamos: o uso da família como instrumento tático de governamentalidade pelos enunciados do projeto Escola sem Partido. Percebe-se que, de certa maneira, existe, nesse contexto, uma prerrogativa de uma governamentalidade neoliberal (RESENDE, 2015), em que há a concepção de estratégias promovidas por meio de enunciados balizados pelo Estado que garantem que os sujeitos se constituam de forma ética e se tornem um capital humano. Neste sentido, a

governamentalidade pode ser encarada aqui como um funcionamento que utiliza o núcleo familiar como principal instrumento para a obtenção de certas práticas, conforme veremos na próxima seção deste trabalho. Afinal, geralmente, a escola é um ambiente em que os sujeitos estão submetidos às regras de condutas, sobretudo regulamentos que definam comportamentos e padronizações corpóreas. Assim, há um dado princípio de governamentalidade que impera na e sobre a instituição escolar.

2.1 Da instituição escolar

Para tratarmos da construção do Escola sem Partido, devemos voltar nossa atenção à noção da instituição escolar. Cabe nesse momento refletir a respeito da ideia de escola enquanto uma instituição de sequestro. Veiga-Neto (2003), a partir das reflexões de Foucault, explicita que a escola moderna produz um determinado tipo de sociedade, isto é, ao incidir sobre o sujeito no que se refere à interação social e ao comportamento social, por exemplo, ela serve de fundamentação primária na manutenção de um determinado poder que atua socialmente, pois “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 1996. p. 41).

Outro ponto pertinente para se examinar é que a escola molda os sujeitos-alunos por meio da vigilância e do adestramento, fato que faz com que a instituição escolar tenha como base o poder disciplinar, mas, ao mesmo tempo, atua também como instrumento da governamentalidade, por trabalhar com questões voltadas para o controle da população. Assim, objetiva-se com a escola a construção de corpos dóceis, uma vez que “um sujeito dócil é um sujeito fácil de manejar/conduzir porque aprendeu, assumiu e ‘automatizou’ certas disposições mentais-corporais mais ou menos permanentes [...]. Eles são capazes de se autogovernarem.” (VEIGA-NETO, 2008, p. 147). Ou seja, a instituição escolar, por entre meio de uma cadeia discursiva, insere os sujeitos no processo de ensino-aprendizagem, em busca da docilização dos corpos.

Desse modo, estabelecemos essa noção de poder e, principalmente, o poder vigente no domínio do corpo para se pensar na escola enquanto uma instituição de sequestro. Compreende-se que uma instituição de sequestro é aquela que “passa dos suplícios, como castigos e violências corporais, para o disciplinamento que cria corpos

dóceis.” (VEIGA-NETO, 2005, p. 64). Ainda, segundo o autor, “se o terror destrói, a disciplina produz” (Idem).

Destacamos, a seguir, quais são os regimes de verdade vigentes no ambiente escolar e como eles contribuem para que a escola vigore enquanto uma instituição de sequestro. Especificamente, nesta pesquisa, pretendemos compreender como os enunciados do projeto Escola sem Partido presentes no Twitter incidem sobre a instituição escolar, a partir de um dado regime de verdades.

3 Gesto de análise: a sexualidade e o Projeto Escola sem Partido

O *corpus* de análise consistiu no recolhimento de enunciados publicados e colocados em circulação, e vinculados, de alguma forma, ao movimento Escola sem Partido.

Utilizamos a rede social digital Twitter, em que os usuários se conectam e podem, em 280 caracteres, construir *posts* pautados em qualquer assunto, sem que haja a necessidade de comprovarem veracidade ou as fontes de tais informações no exato momento de sua publicação¹. Com o aumento de inscritos nessa rede social, viu-se a proliferação de perfis filiados a uma perspectiva, seja ela científica, jornalística, profissional etc. Foi possível detectar uma crescente alta no surgimento de perfis que têm como intento a divulgação de dados delimitados por um regime de saber.

Nesta análise, o nosso intuito é pensar a respeito das discursividades presentes no Twitter, que são diversas e quase sempre estão em confronto suas práticas e exercícios de poder. O Twitter, visto como um suporte para materialidades enunciativas, permite a emergência de enunciados e a circulação de discursos, de regimes de verdades. No funcionamento discursivo dessa materialidade, nota-se, então, a presença de enunciados curtos, semiológicos (uma vez que podem ser constituídos pelo linguístico, por imagens – estáticas ou em movimento -, por sons), capazes de circular em curto espaço de tempo, principalmente pelo alto número de curtidas e replicações por outros usuários.

Ao todo, selecionamos 21 *tweets*, publicados no período da campanha presidencial de 2018, de três perfis presentes na rede social: i) da sociedade civil

¹ Durante a pandemia da Covid-19, em maio de 2020, a plataforma anunciou uma atualização em sua política de abordagem às informações enganosas. Disponível em: <https://blog.twitter.com/pt_br/topics/company/2019/atualizando-nossa-abordagem-a-informacoes-enganosas>. Acesso em: 23. Mar. 2022.

(@EscolaSemPartido); ii) do vereador Fernando Holiday (@FernandoHoliday); e, por fim, iii) do então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro (@JairBolsonaro). Ou seja, intentou-se trabalhar com enunciados provindos de três frentes: do próprio perfil do movimento; do vereador que naquele momento pertencia ao MBL e contribuiu na disseminação do projeto Escola Sem Partido, e, também, do então candidato Jair Bolsonaro, que se mostrou um grande defensor das premissas do Escola Sem Partido.

O referido projeto surgiu em 2004 na cidade de São Paulo (SP), e tem como fundador o advogado Miguel Nagib. Em um primeiro momento, teve como enfoque as escolas vinculadas ao estado de São Paulo, contudo, com a proliferação do viés social-econômico da direita, passou a ser difundido por todo o país. Em suma, o projeto tem como principal objetivo lutar contra o ensino com fins ideológicos, políticos e partidários que, supostamente, estão presentes em sala de aula. Entende-se aqui que doutrinação ideológica é tomada como uma prerrogativa exclusiva e postulada por um discurso da esquerda ou um discurso liberal.

Todavia, para este artigo, apresentamos as reflexões a respeito da sexualidade, especificamente a partir de dois enunciados que constituíram todo o *corpus* de pesquisa. Inicialmente, cabe trazermos à tona algumas considerações em relação à noção de sexo para que, desse modo, soe mais claro o que compreenderemos como sexualidade neste estudo.

Não há por que colocar a questão: porque o sexo é assim tão secreto? Que força é essa que, durante tanto tempo, o reduziu a silêncio e mal acaba de ceder, permitindo-nos talvez questioná-lo, mas sempre a partir e através de sua repressão? (FOUCAULT, 1998, p. 76)

O sexo sempre foi considerado um tabu. Foucault (1998) reflete que em nossa sociedade, os sujeitos enunciam “verdades” sobre sua sexualidade para sustentarem a “verdade” sobre eles mesmos, isto é, “os prazeres mais singulares eram solicitados a sustentar um discurso de verdade sobre si mesmos” (FOUCAULT, 1998, p. 62). De acordo com o filósofo, ao se refletir sobre a sexualidade, é preciso se atentar ao que ele denominou de dispositivo de sexualidade que, de forma geral, refere-se a

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do

dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2012, p. 138).

Tal dispositivo no encadeamento de uma relação entre os elementos heterogêneos pode ser tomado, segundo Foucault (2012), de duas formas. No primeiro modo, ele poderá ser encontrado como instrumento que pondere e disfarce uma prática discursiva que não necessite ser justificada para que os sujeitos se sujeitem a ela, ou seja, ele servirá como prospecto de uma dada instituição discursiva. No segundo modo, ele poderá ser usado para uma ressignificação da prática já institucionalizada, propondo um novo “campo de racionalidade” (FOUCAULT, 2012, p. 138).

O dispositivo de sexualidade visa, enfim, controlar corpos, modo de existência e de população. A seguir, destacamos o primeiro enunciado recortado para análise, em que já podemos projetar algumas considerações a respeito da sexualidade.

Figura 1 – JB3



Fonte: Extraída da conta @jairbolsonaro

O enunciado começa com os seguintes dizeres “ATENÇÃO: CENAS FORTES!”. Neste recorte, nota-se a crítica em relação à mídia audiovisual, uma vez que geralmente o enunciado “Cenas fortes” é veiculado em materialidades discursivas de cunho midiático, em especial, aquela que irá transmitir algo que corrompa a moral de seu interlocutor ou apresentar alguma cena que cause constrangimento ou sequelas por cenas consideradas como “fortes”.

O vídeo² inicialmente mostra quatro crianças simulando uma arma com um pedaço de madeira e marchando como se fossem soldados; em seguida, aparecem crianças em um forte e é possível subentender que uma delas finge atirar. Em todo o vídeo, a trilha sonora é o instrumental da cantiga infantil “Marcha soldado” e as imagens encenam a gravação de um vídeo caseiro. O termo “forte” é usado em uma conotação irônica. Vale refletir como funciona esse processo de ironia.

Para o perfil iii, as pessoas que se colocam contra os regimes de verdade que ele propaga encaram crianças brincando com armas como sendo algo errado ou imoral. Todavia, a presença desse vídeo não é aleatória, uma vez que atende a um dado regime discursivo; no fio descontínuo da história, ela é demarcada por um acontecimento discursivo. Desde 2001, existe uma campanha de desarmamento infantil³ de cunho pacifista; essa campanha tem sido disseminada pelo Ministério Público Federal (MPF), que tem, entre suas diretrizes, o objetivo de defender e garantir os direitos da sociedade. Neste aspecto, pensando que o MPF é uma instituição tal qual o Ministério da Educação (MEC) – que, como discutido anteriormente, é entendido como estando contaminado por preceitos ideológicos –, podemos aludir o uso desse vídeo como uma forma de criticar os sujeitos filiados a essa ideia de combate ao armamento que faziam parte do governo anterior e que, de certa forma, disseminaram essa noção de que armas são ruins. Pontua-se também que outro pilar da campanha política do perfil iii foi a questão do armamento.

Ademais, no enunciado, há o resgate da cantiga “Marcha soldado”. A música atrelada à encenação de soldados marchando abre a possibilidade para se pensar a criança enquanto um soldado. Assim, existe a emergência do seguinte questionamento: soldado do que? Dentro da hierarquia das Forças Armadas, soldado é aquele que ocupa o mais baixo escalão; dessa forma, é visto como aquele que vai cumprir ordens e obedecer a instruções. Pensando nisso, é importante elucidar que o perfil iii é de um capitão reformado do Exército⁴ e, seguindo a ordem hierárquica, o soldado deve obedecer aos comandos emitidos por um capitão. Ou seja, as crianças, tais como soldados, devem obedecer às vontades impostas por seus superiores.

² Disponível em: <<https://bitly.com/e4df5>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

³ Rafinha fez campanha pelo desarmamento infantil. **Turminha do MPF**. Disponível em: <<https://bitly.com/QNR56>>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

⁴ De capitão a presidente: conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. **G1**. 28 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://bitly.com/cflis>>. Acesso em: 19 de jun. de 2020.

Por conseguinte, ao colocar valores e disciplinas associados ao vídeo certos sentidos se constituem. O marchar, dentro de uma perspectiva militar, é visto como uma forma de disciplina. Essa noção eclode por meio de um empréstimo da concepção de Frederico II, que “dava grande importância à Ordem Unida, e determinava que diariamente seus súditos executassem movimentos a pé firme e em marcha com a finalidade de desenvolver, principalmente, a disciplina e o espírito de corpo.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2003, p. 7). O marchar deve seguir uma padronização, ele não pode ser feito de qualquer forma e se constitui de forma coletiva e rítmica: todos fazem o mesmo movimento ao mesmo tempo. Visto desse modo, o marchar se liga à ideia de valor e disciplina no enunciado por se remeter a uma ordem padrão ou a um regulamento imposto. Ao ligar valor e disciplina a uma ordem militar se colocam em jogo as noções do discurso conservador.

Após a advertência inicial, no excerto do enunciado analisado, diz-se: “Não há nada de errado em ensinar valores e disciplina aos nossos filhos, pelo contrário, é fundamental e edificante”. Para se efetivar tal afirmação, há outra que a sustenta - existem pessoas que possam condenar essa atitude –, haja vista que erro é um termo usado para indicar algo que não segue uma direção apropriada. É preciso identificar, dessa forma, a quem é feita essa alusão de criticar o ensino de valores e disciplina. Pondera-se que ao afirmar ter ensinado valor e disciplina aos seus filhos, é demonstrado que sua preocupação com a metodologia empregada na escola advinha do cuidado que ele tinha com a instituição familiar.

Não obstante, no enunciado, coloca-se que o ensino de valor e disciplina é visto como errado pelas pessoas que defendem, por exemplo, a educação sexual para criança na escola. A partir disso, é preciso colocar em suspenso o uso do verbo “incentivar” em detrimento de outro. Incentivar é o mesmo que despertar o interesse ou empenhar-se na realização de algo, assim, quem, em sua visão, estaria promovendo a vontade das crianças por sexo? É perceptível que o *kit gay* apresenta grande recorrência nos *tweets* dos apoiadores do Escola sem Partido.

O *kit gay* se refere ao projeto “Escola sem Homofobia”, que buscava, como o próprio nome já diz, combater a homofobia no ambiente escolar. Assim, o MEC, juntamente de uma banca de professores e pedagogos, produziu um material que tinha como principal objetivo “alterar concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social que funcionam para manter dispositivos

pedagógicos de gênero e sexualidade que alimentam a homofobia”⁵ (MEC, 2009, p. 10). Entretanto, em 2011, após uma onda de críticas advindas das bancas conservadoras do Senado, os exemplares não foram distribuídos na escola.

A distribuição do *kit* é um estímulo à prática sexual, em um processo discursivo que apaga o projeto “Escola sem Homofobia” como uma política pública de saúde. Considerando-se o fato de o perfil iii estar filiado a uma formação discursiva de cunho conservador e patriarcal, é preciso verificar como é percebido por ele a noção de “sexualidade”; no enunciado, a sexualidade é reduzida ao “sexo”, não abarcando a própria educação sexual, de tal forma que falar sobre sexualidade com crianças e adolescentes se torna algo imoral. Impera-se a ideia de crianças serem consideradas seres frágeis, angelicais, inocentes – o que, por sua vez, também advém de um discurso religioso, que sustenta esses dizeres.

Notemos que o enunciado encobre a compreensão de educação sexual como

(...) um programa de ensino sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Seu objetivo é equipar crianças e jovens com o conhecimento, habilidades, atitudes e valores que os capacitem para: vivenciar sua saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais respeitosos; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e dos outros; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo da vida (UNFPA, 2018, p. 16. Tradução nossa).

Vemos que a educação sexual tem como principal objetivo elucidar questões a respeito dos comportamentos relacionados à sexualidade. Além disso, ao proporcionar um determinado conhecimento, conseguem-se evitar a propagação de Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST, gravidez precoce, experiências sexuais traumáticas e abusos sexuais. Neste esteio, para cada faixa etária, existem metodologias pedagógicas para se tratar do assunto, que leva em consideração a capacidade cognitiva dos sujeitos que estarão inseridos dentro daquele ensino.

Logo, a educação sexual não tem nenhuma relação com o incentivo à prática sexual; não obstante, ela pode ser entendida como um instrumento do biopoder que trabalha com questões de controle da vida, como já discutido. Discursivamente, o enunciado do perfil iii substitui a noção de educação sexual por ensino de sexo, da discussão e reflexão crítica da sexualidade – inerente a todo sujeito – para uma sexualização dos corpos, compreensão de que o sexo é algo errado, impuro.

⁵ Disponível em: < <https://bityli.com/8Yc1F>>. Acesso em: 16 de jun. de 2020.

Ainda no excerto em análise, o enunciado afirma: “A bronca de parte da imprensa é que não vesti meus filhos de menina, nem incentivei o ensino de sexo para crianças na escola”, referindo-se ao vídeo vinculado ao *tweet* em que crianças marcham como militares. Identifica-se a construção da noção de que por ter uma conduta mais conservadora e que busca defender a inocência da criança, o perfil iii não teria o apoio das mídias. Assim, operacionaliza a imagem de que seu opositor nas eleições, que contava com o apoio da mídia, tentava corromper os jovens com doutrinas e com alienação.

Quando nos deparamos com o fragmento “não vesti meus filhos de meninas”, percebemos a demarcação da necessidade de se separar os gêneros sexuais. Entende-se que “foi no interior do dispositivo da sexualidade que passou a operar o sistema sexo-corpo-gênero, conferindo um destino biológico específico para dois corpos distintos: homem e mulher, dois gêneros e o desejo a eles correspondentes” (CÉSAR, 2011, p. 162), isto é, no empreendimento de se controlar os corpos, houve uma designação do que é ou não é permitido a eles. Até a vestimenta deve ser vista como uma tática de se gerir as práticas discursivas às quais os sujeitos podem se submeter. Há também nesse fragmento um regime de verdade que se consolida a partir da ideia de que a discussão a respeito do “gênero” em sala de aula serviria como um ordenamento para que os meninos se vestissem de meninas e vice-versa.

Adicional a isso, em seus *tweets* que tratam da questão de sexualidade, há, como já mencionamos anteriormente, por parte do perfil iii, uma tentativa de dizer que nas escolas há o ensino de sexo e não de educação sexual.

Figura 2 – JB6



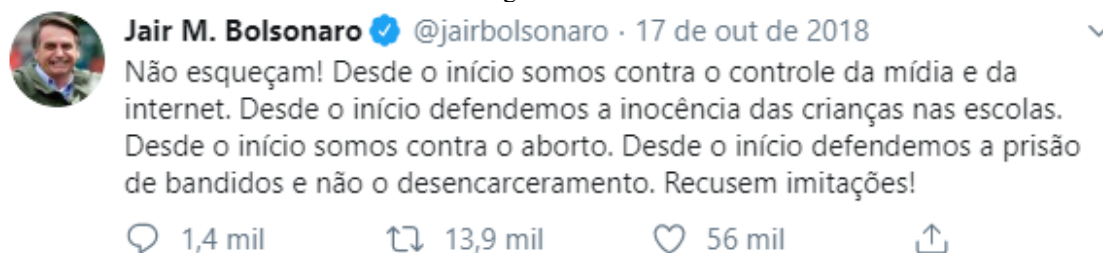
Fonte: Extraída da conta @jairbolsonaro

É importante, inicialmente, examinarmos as condições de possibilidade que balizam o enunciado. Sabe-se que existe uma tentativa de convencimento de que as escolas realizam uma doutrinação ideológica que é fomentada pelo partido ao qual o oponente do perfil iii faz parte⁶. Assim, o tempo todo, em seus enunciados, nota-se a presença de discursos voltados para a família e a tradição.

O *tweet* em análise foi postado após um debate divulgado por uma emissora de televisão em que ele apresenta um livro que, segundo ele, é distribuído nas escolas públicas e que tem como finalidade ensinar práticas sexuais às crianças. Novamente, há a promulgação da ideia de que educação sexual e incentivo à prática sexual são a mesma coisa. A partir disso, objetiva-se descredibilizar as mídias, inferindo que, só por meio do seu perfil, os sujeitos teriam acesso à informação verídica. E, ainda, pretende mostrar que o que vem sendo ensinado nas escolas corrompe os princípios de moralidade que circulam socialmente. Trata-se de um funcionamento próprio do discurso conservador, que sustenta práticas discursivas patriarcais, machistas e que recai, sobremaneira, no exercício da biopolítica, ao determinar o que pode ou não pode ser feito com o corpo social.

Outras prerrogativas a respeito da sexualidade também podem ser depreendidas no *tweet* a seguir:

Figura 3 – JB1



Fonte: Extraída da conta @jairbolsonaro

Como recorrente, o enunciado exalta a defesa da inocência das crianças nas escolas, utilizando-se de verbos na primeira pessoa do plural, como uma forma de asseverar que há um coletivo que pensa assim, que não é um pensamento isolado e de uma única pessoa. Além disso, o sujeito do enunciado faz dois apelos: o primeiro é “Não se esqueçam!” e o segundo “Recusem imitações!”. Em “Recusem Imitações!” há a

⁶ Cabe ressaltar aqui que o partido que figurou na corrida presidencial como oponente ao perfil iii foi o Partido dos Trabalhadores – PT.

prerrogativa de que quem iniciou a construção de uma proposta política que visa ao “bem” dos sujeitos e da sociedade em geral foi o perfil iii, havendo por parte dos outros partidos uma cópia.

Acrescenta-se, aqui, uma análise a respeito da anáfora estruturada com o uso do “Desde o início”. Por intermédio da repetição dessa estrutura, impera um dizer de que desde os primeiros momentos de campanha, o sujeito do perfil iii se pautou em perspectivas morais e conservadoras, ao contrário do seu oponente que só tece essa preocupação no segundo turno, quando é construída uma nova manobra política para se eleger.

Outro ponto de destaque identificado na análise é que, de todos os três perfis, o único que traz em seus enunciados questões de sexualidade é o perfil iii. Assim, pensamos, o que motiva essa regularidade discursiva justamente no candidato a um cargo governamental. Para tanto, nos é cara a noção de governamentalidade como proposta por Foucault (2012), em que a família passa a ser um instrumento de governo da população e, sobretudo, ao se buscar determinados saberes em relação à demografia, ao consumo e ao comportamento sexual é por intermédio da família que se chegará a um dado conhecimento. Ou seja, são movimentadas noções apelativas que choquem a instituição familiar, que é consolidada socialmente como a “família tradicional brasileira”, para que exista uma aprovação do portfólio político do candidato e, assim, ele consiga se eleger.

4 Conclusão

Por meio da análise do *corpus*, observamos que são produzidas verdades acerca da sexualidade, depreendidas dos enunciados. É notório que não há possibilidade de a escola permanecer alheia às questões que florescem socialmente, como exemplo, a sexualidade, o *bullying*, o racismo. Assim, em 1997, é publicada uma edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que tinha como foco os temas transversais, sob a justificativa de que “a educação para a cidadania requer, portanto, que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos.” (BRASIL, 1997, p. 25). A partir dessa data foi requerida a inserção de educação sexual no currículo escolar por meio de temas transversais. Todavia, a partir dos enunciados analisados, é produzida uma verdade em que a escola estaria promovendo o afloramento da sexualidade do aluno, deslocando a ideia de “educação sexual” para a de “ensinar sexo”. Além disso, postula-

se que a escola corrompe a inocência das crianças para obter corpos dóceis que tenham dadas práticas que sejam benéficas para a manutenção de poder do discurso da esquerda.

Frente a isso, foi-se delineando como, nesses discursos, os regimes de verdade buscam introduzir a ideia de que a instituição escolar foi deturpada por preceitos que ferem a moral e os costumes que cotidianamente vinculam-se à ideia de “família”. Aqui, frisamos que a concepção de família brasileira ainda é, em algumas instâncias discursivas, pautada por uma série de questões vinculadas ao discurso conservador, religioso, patriarcal e machista e, dessa forma, certas práticas são imputadas como corretas; como exemplo, a perspectiva de que o homem é o detentor de toda “sabedoria” familiar e mulheres e crianças são seres inocentes e frágeis que dependem de um homem para a sua proteção; e outras são imputadas como erradas, como exemplo, a noção da criança como um sujeito autônomo e crítico que não se constitui enquanto um mero recipiente que não pensa.

Contribuição

Laurianne Guimarães Mendes: Conceptualização, Escrita - análise e edição; **Anderson Carnin:** Supervisão; Escrita - análise e edição.

Referências

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei 867/2015.** Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em <<https://bitly.com/rh455>>. Acesso: 18 set. 2019.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. As novas de governo na escola: o corpo e a sexualidade entre o centro e as margens. *In:* BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Foucault:** Filosofia e Política. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.162-170.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

EL PAÍS. **O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis**. 25 de junho de 2016. Disponível em <<https://bityli.com/AOzax>> Acesso em 13 de dezembro de 2019.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Editora Positivo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2008a.

FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. *In*: MACHADO, R. (org). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 65-73.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *In*: MACHADO, R. (org). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 163-172.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Manoel B. da Motta (org.) e Tradução Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. *In*: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 100-107.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. *In*: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 138-163.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. *In*: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 4-12.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MEC. **Caderno Escola Sem Homofobia**. Brasília: 2009. Disponível em: <<https://bityli.com/8Yc1F>>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

MEC. **Síntese das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. Brasília: 2016. Disponível em: <<https://bityli.com/7VqEU>>. Acesso em 17 de junho de 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual de campanha:** Ordem Unida. Brasília. 2003.

NAGIB, Miguel. **Carta ao professor Iomar.** In: CARVALHO, Olavo. O estupro intelectual da criança. 19 de setembro de 2003. Disponível em: <<https://bityli.com/k8GsK>>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault:** O Governo da Infância. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TANDOC Jr. Edson C.; LIM, Zheng Wei.; LING, Richard. Defining “fake news”. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, 2018, p. 137-153.

UNFPA. **International technical guidance on sexuality education.** UNESCO: France. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA-NETO. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. IN: **Revista de Ciências da Educação**, Lisboa: Sísifo, n.7, p.133-142, 2008.

Recebido em: 20 de março de 2022

Aceito em: 23 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Laurianne Guimarães Mendes
E-mail: laurianneguime@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9249-2900>

Vinicius Durval Dorne
E-mail: dorne.vinicius@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0629-0443>

A Contribuição dos Estudos Discursivos Foucaultianos para uma Análise do Espaço Heterotópico *AzMina*

The Foucauldian Discourse Studies Contribution to Analysis on the Heterotopic Space 'AzMina'

Bruna Cristina Almeida Faria
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Andréa Zíngara Miranda
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão acerca da produtividade dos estudos discursivos foucaultianos na e para análise de enunciados veiculados pela revista eletrônica *AzMina* em março de 2020. Primamos, no entanto, por um recorte, a partir de um gesto de leitura e de interpretação de uma sequência discursiva de autoria do Presidente da República em exercício, Exmo. Sr. Jair Messias Bolsonaro, publicada no referido veículo. Entendemos que esse espaço deu e dá voz ao sujeito feminino vítima de violências de cunho machista materializadas nos corpos das mulheres no período de isolamento social durante a pandemia provocada pelo novo Coronavírus. Para isso, lançamos mão das noções foucaultianas de heterotopia (2001), de contraconduta (2004), de dispositivo (1999) e de biopolítica (2008), pois quando articuladas tais noções promovem a compreensão do modo de construção de um espaço heterotópico configurado nessa revista ao gerar novas significações, valores e inspirar, por meio da desestabilização das convenções, outros projetos de vivência, representando as mulheres em sua heterogeneidade ao mesmo tempo em que demonstram a atualidade do pensamento do filósofo Michel Foucault para análises de discursos.

Palavras-chave: Estudos discursivos foucaultianos; Espaço heterotópico; Discurso

Abstract: This study aim is to reflect toward the productivity of the foucauldian discourse studies in and for the analysis present on statements disseminated by the electronic magazine *AzMina* in March 2020. We have chosen to delimit our study focusing on the interpretation of a discursive sequence that was published in the referred vehicle, whose author is the acting Federal President, Mr. Jair Messias Bolsonaro. We comprehend that this space gave the female person a voice and it still does, especially the ones that are victims of male chauvinism violence. This violence has been materializing on women's bodies in the social distance period during the pandemic caused by Coronavirus. To this end, we have based our study on the foucauldian concepts of heterotopia (2001), counter-conduct (2004), disposition (1999) and biopolitics (2008) because, once these notions are



articulated, they promote a better comprehension of the way that the heterotopic space is constructed and shaped in this magazine, as it generates fresh meanings and values. These notions, through customs destabilization, also inspire other ways of living, representing women and their heterogeneity whilst show the currentness of the philosopher Michel Foucault's thoughts towards discourse analysis.

Keywords: Foucauldian discourse studies; Heterotopic space; Discourse

1 Considerações iniciais

Propomos neste artigo uma breve discussão a partir de uma Sequência Discursiva-SD, cujo recorte faz parte do *corpus* de uma pesquisa de mestrado, em andamento, acerca de espaços heterotópicos, como o *blog ThinkOlga*, no qual observa-se o que se convencionou chamar *ciberfeminismo*. As reflexões aqui empreendidas permitirão demonstrar e compartilhar a contribuição e, por conseguinte, a relevância do método serialista foucaultiano para uma atitude filosófica, a partir da qual podemos problematizar, historicizar, *sacudir* e até nos desprendermos da construção social de mulheres e homens cujas subjetividades vêm sendo delineadas como produtos de classificações naturalizadas que, por sua vez, se eternizam não considerando, para tanto, o ser como parte de um processo histórico e, como tal, passível de descontinuidades. A partir dessa constatação, parece-nos oportuno lançar mão do conceito de heterotopia, tal como empreendido por Michel Foucault (2001), na e para análise da SD veiculada pela revista eletrônica *AzMina* em março de 2020.

Os movimentos feministas foram e são uma das frentes mais importantes de enfrentamento à injustiça social no mundo. No entanto, apesar dessa incontestável contribuição em território brasileiro, consideramos que a crise sanitária, resultante da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, ampliou a violência doméstica, principalmente contra o sujeito feminino, o que requer a estruturação de um pensamento emancipatório, como ponto inicial, que abranja a diversidade e a potencialidade de vida. Nesse sentido, Regina Baracuhy (2018) aponta essa potencialidade de vida como um *biopoder*, que tem como desígnio não mais matar, mas fazer viver. É sob essa percepção que nossa escrita se desenvolveu, isto é, a presente discussão propôs-se a refletir sobre a

violência contra o gênero¹ feminino no Brasil durante o isolamento social a partir da noção de *biopolítica* (FOUCAULT, 2008). Para isso, dialogamos, para além da SD da revista *AzMina*, com uma SD veiculada pelo jornal eletrônico *Le Monde Diplomatique Brasil*, também de março de 2020. Motivadas por essas SDs, problematizamos, em um primeiro momento, de que modo se dão as violências de cunho machista, não desconsiderando, obviamente, que elas podem ocorrer de homens para mulheres e de mulheres para mulheres, que se materializam nos corpos femininos, “onde há um sistema de vigilância e controle em que há uma visibilidade incessante, o estabelecimento de limites e de diagnósticos” (BARACUHY, 2018). A partir disso, primamos, como objetivo geral, a leitura e a interpretação da revista *AzMina*, entendida, aqui, como um espaço heterotópico, tal qual compreendido por Foucault (2001), onde se localiza a SD1 para, então, compreendermos: i) o neoliberalismo, que produz novas subjetividades e precariedades ao explorar os corpos femininos tornando-os ainda mais úteis no período de isolamento social e, ii) entender como a realidade biopolítica atua no contexto de violência doméstica articulada às violências políticas, econômicas e sanitárias. Vale lembrar que ambos conceitos estão articulados ao dispositivo de poder patriarcal.

Para tanto, nos debruçamos sobre alguns escritos de Foucault (1996, 1999, 2007, 2008) cujas reflexões aí explanadas foram cruciais, principalmente para entendermos de que modo espaços heterotópicos agenciam e acolhem, como verdadeiros, discursos que fabricam o sujeito feminino na contemporaneidade; e de algumas autoras que dialogam com tais reflexões foucaultianas: Tania Swain (2003), Margareth Rago (2014) e Regina Baracuhy (2018).

O gesto de leitura e de interpretação das SDs permitiu observar que diante da crise sanitária, derivada da pandemia da Covid-19, tivemos consequências como o isolamento social como uma medida de segurança e prevenção mais efetiva, fazendo com que voltássemos aos domicílios, lugares esses que se configuraram como verdadeiras prisões, como demonstrado na SD constante no jornal *Le Monde*. Em relação à *AzMina*, a revista desponta como uma heterotopia feminista por gerar novas significações, valores e

¹ Partindo do pressuposto de que o conceito de gênero é discutido exaustivamente desde a década de 1970 por especialistas, como atesta um grande número de trabalhos sobre a temática, não trataremos, aqui, dessa categoria em suas especificidades. No entanto, coadunamos com seu objetivo principal, isto é, primar por uma sociedade sem hierarquia de gênero, uma vez que não se nasce mulher e não se nasce homem, pois não se é um dado biológico, natural. Assim, constroem-se social, cultural, econômico e politicamente, o homem e a mulher.

inspirar, por meio da desestabilização das convenções, outros projetos de vivência, representando, via discurso, as mulheres em sua heterogeneidade.

2 Espaços heterotópicos

O avanço da tecnologia permite observar que em momento algum da história a internet promoveu tanta produção de conteúdo alternativos àqueles ditos tradicionais, como grandes grupos de meios de comunicação. Isso, conseqüentemente, mobiliza a luta política de certos grupos, isto é, permite que grupos minoritários como a população feminina, por exemplo, produzam *vozes* que não são, ou que pelo menos não eram reconhecidas no espaço midiático. Nesse sentido, os jornais eletrônicos, incentivados pelas manifestações nas redes sociais pro de equidade, endossam tal iniciativa, como reforçam Dulcília Buitoni e Martha Lopes (2018) ao dizerem que essas iniciativas fazem parte de um ciberativismo que, no Brasil, surge a partir de junho de 2013 com uma série de mobilizações, articuladas pela internet, motivada pela insatisfação popular com a representação política nacional.²

Nesse cenário, damos destaque à *AzMina*, criada em agosto de 2015 pela jornalista Nana Queiroz, entendida, aqui, como um espaço heterotópico, em uma perspectiva foucaultiana quando define as heterotopias como lugares reais e efetivos, desenhados na constituição da sociedade, mas que são contra-lugares. Como afirma Foucault (2001), as heterotopias são espaços que têm uma função em relação aos outros espaços, pois são de ilusão ou de compensação:

[...] as heterotopias têm, em relação ao espaço restante, uma função. Ou elas têm o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real, todos os posicionamentos no interior dos quais a vida humana é compartimentalizada. Ou pelo contrário, criando um outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem-arrumado quanto o nosso é desorganizado, mal-disposto e confuso. Isso seria a heterotopia não de ilusão, mas de compensação (FOUCAULT, 2001, p. 420-421).

² Em referência a diversos autores, as pesquisadoras explicam o que se convencionou chamar *Primavera de Mulheres*, uma série de movimentos que desencadeou protestos cujo ápice ocorreu em 2015, com convocações, via redes sociais, para ações e mobilizações feministas no Brasil (BUITONI & LOPES, 2018).

Vale lembrar que esse conceito apareceu pela primeira vez no prefácio de *As palavras e as coisas*, obra na qual Foucault (1966) explica que a ideia dessa noção veio de um texto de Jorge Luis Borges, que cita uma enciclopédia chinesa. Ainda em 1966, no artigo *La pensée du dehors* (O pensamento do fora), onde o termo também aparece, o autor expressa uma preocupação com a questão do espaço, mais precisamente do espaço literário. Assim, ele pensa um *fora* em relação à linguagem e ao sujeito. Finalmente, um terceiro texto, *Des espaces autres* (Espaços outros), resultado de uma conferência sobre estudos de Arquitetura, em 1967 na Tunísia, porém publicado somente em 1984, após autorização do autor, no qual ele retoma as ideias dos outros dois. Com isso, queremos dizer que, assim como o filósofo francês postula, os espaços nos são oferecidos sob forma de relações de posicionamentos, isto é, no espaço contemporâneo nossa vida ainda é regida por uma série de oposições, tais como o espaço público e o privado, o espaço cultural e o espaço útil, o familiar e o social, o de lazer e o de trabalho, assim como a vida das mulheres representadas na revista.

Isso posto, entendemos que *AzMina* constitui-se como um espaço de compensação, visto que acolhe e propaga posições-sujeito heterogêneas, se comparado a outros espaços midiáticos. Tendo em seu cerne o jornalismo investigativo, a ativista pretendeu dar voz a uma parcela da população negligenciada pela imprensa tradicional, isto é, a população feminina. Com isso em vista, ela formou uma equipe de mulheres, o que resultou na consolidação dessa revista cuja *redação* é feminista. É preciso compreender, então, quem são os sujeitos femininos discursivizados nesse espaço e que mecanismos a revista mobiliza na e para contracondutas.

As contracondutas são uma reação às práticas modernas de governar a vida, práticas essas que assumem como escopo “conduzir a conduta dos indivíduos” (FOUCAULT, 2004, p. 125). Quanto a isso, as mulheres discursivizadas nesses espaços, considerados aqui como heterotópicos, saem do silêncio e (re)atualizam “um prodigioso fortalecimento que saiu dessa série de agitações e de revoltas” (FOUCAULT, 2004, p. 153). Assim, o poder do governo moderno sobre a vida motiva contracondutas, a partir das quais constroem-se campos de lutas e de enfrentamentos como reação a um conjunto de acontecimentos, estabelecendo aí uma “correlação imediata e fundadora entre a conduta e a contraconduta” (FOUCAULT, 2004, p. 199).

O reconhecimento, a partir do recorte discursivo trazido para esta discussão, de que *AzMina* viabiliza outras possibilidades de representação do sujeito feminino, não representado com destaque, até então, nas mídias tradicionais, nos leva a concebê-la como uma plataforma heterotópica feminista ou, dito de outro modo, como um contra-lugar. A SD1: *tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão* proferida pelo Presidente da República em exercício e publicada nesse veículo, atesta um modo de discursivizar a mulher diferente daquele preconizado nas mídias tradicionais. Ainda a título de exemplo, vejamos a SD2, veiculada pelo *Le Monde*: [...] *como será gerida a crise financeira quando casa e trabalho recaem sobre o mesmo espaço físico e às costas das mulheres é que se joga socialmente o oneroso trabalho reprodutivo? [...]*. Ao explanar sobre as consequências do isolamento social, porta-vozes do jornal francês dão destaque às desigualdades sociais de modo bem genérico, sem trazer à tona as violências domésticas, principalmente as voltadas contra o gênero feminino.

Ao dar voz a essa parcela cada vez mais crescente em nosso país, materializam-se estratégias de enfrentamento à violência de gênero; essas estratégias, no entanto, só são possibilitadas graças aos democráticos veículos na e da internet, que contribuem na e para propagação de informações, também para obtenção de recursos – a partir de patrocínios coletivos –, para a comunicação mais acessível ao público e, principalmente, contribuem para o fortalecimento de construções de espaços nos quais sujeitos homens e mulheres possam debater democraticamente. Vale lembrar que a revista *AzMina* é mantida por meio de doações de fundações privadas nacionais e internacionais, *crowdfundings* e financiamento dos leitores, patrocínio a projetos ou eventos e editais.

2.1 Possibilidades heterotópicas feministas

Rago (2014) em seu texto *O feminismo acolhe Foucault* pontua que as articulações entre as reflexões foucaultianas e os debates feministas da atualidade podem auxiliar para que novas formas de pensar sejam criadas, de forma que denunciem as relações de poder constitutivas dos saberes dominantes e, assim, abram espaços para uma imaginação criativa. A historiadora feminista explica que o combate contra a violência sofrida pelas mulheres não resulta apenas de uma exclusão física, mas também de pontos do campo

simbólico e do imaginário social, que hierarquizam o mundo, produzindo regimes de verdade excludentes e autoritários.

Ainda nessa linha de pensamento, Swain (2003) define heterotopia feminista como uma experiência específica, com local e período determinados, nos quais mulheres/feministas criam um espaço outro de fluidez, de crítica e de modificação de autorrepresentações e das representações sociais sexuadas, espaço no qual a identidade é movimento, o ser e a ação política são a transformação. Considerando a movência das identidades (FERNANDES, 2009) e as performances de gênero (BUTLER, 2012), é preciso refletir sobre as possibilidades de libertação dos regimes de verdade que constroem identidades unificadas a partir desses mecanismos de inconstância.

Ainda com Swain (2003), precisamos pensar os discursos como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem, como características constitutivas de cada um. Sendo assim, seria possível chegar a possibilidades de rompimento e de promoção de heterotopias feministas como espaços nos quais as definições binárias e de gênero são obsoletas, propiciando condições para sujeitos agentes e objetos de ação. As heterotopias feministas, portanto, devem ser encaradas como espaços simbólicos e políticos, não imaginados até então.

3 Neoliberalismo *versus* práticas discursivas femininas na revista *AzMina*

No livro *Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas*, Rago (2019) resgata as teses defendidas por Foucault (2008) quando ele apresentou como a racionalidade neoliberal, compreendida como uma forma de conduzir as condutas, se desenvolveu para todas as dimensões da vida ao construir uma subjetividade individualizante ao compor o mundo como se tudo fosse mercadoria e, por conseguinte, elaborou uma experiência de vida utilitária na qual presume sermos empresários de nós mesmos. Esse resgate, articulado aos estudos feministas empreendidos por essa historiadora, é importante para (re) atualizarmos a construção discursiva da mulher, se lembrarmos que sempre existiram diversas formas de contracondutas, isto é, diversas formas de se elaborar inventivamente, de se posicionar no mundo, de se relacionar com os outros e consigo mesmo.

O sujeito feminino, por imposição das convenções sociais, foi e é constantemente considerado como território e, portanto, como uma superfície de conquista pelo dispositivo de poder patriarcal. Esses corpos são considerados como aqueles cuja existência submete-se quase sempre à vigilância e à punição também dos homens, sejam eles pais, maridos, irmãos ou filhos. A condução das condutas, intensificada pelo neoliberalismo, ganhou contornos ainda maiores no período de isolamento social. Com isso, ensejamos enfatizar o quanto a lógica neoliberal atinge diferentemente homens e mulheres, de forma que há uma delicada questão que requer destaque nesse modo de governar, a saber, a normalização biopolítica do trabalho feminino não remunerado, como por exemplo a limpeza da casa, preparação de alimentos e os cuidados com crianças, idosos e doentes da família, no ambiente doméstico, onde há uma atuação dessa biopolítica por meio de práticas neoliberais.³

Essa nova situação política e econômica endossa violências contra o gênero feminino e permite a compreensão de que o crescimento das opressões no ambiente doméstico está relacionado às coerções oriundas do ambiente externo; longe de justificar tais violências ou pior, de absolver os/as transgressores, não podemos descartar a hipótese segundo a qual as imposições aos corpos utilitários do mercado de trabalho colaboram, e muito, para a efetivação da violência doméstica. Como se não fosse o suficiente realizar um papel significativo na concentração de capital, a mulher é ainda a maior vítima da racionalidade neoliberal.

A configuração do homem-provedor, construído via discurso, daquele que ainda representa, pelo menos no imaginário social, a figura do arrimo de família, se dá principalmente naquilo que se convencionou chamar de doméstico. Aliado a isso, as discussões sobre a concepção ou contracepção de filhos, e a consequente maternidade compulsória, são também pautas elucidativas para entender o atual contexto no qual o biopoder abrange os lares, ambiente doméstico supostamente considerado um lugar pacífico e de acolhimento. Ainda sobre a maternidade compulsória, uma das maiores violências contra o sujeito feminino, o Projeto de Lei – PL 7364/14, que retira a exigência de consentimento dos cônjuges para a esterilização voluntária tanto do homem quanto da mulher, aprovado no dia oito de março do corrente ano, isenta parcialmente a mulher de violência, pois é senso comum, principalmente nos discursos de profissionais da

³ Sobre isso falaremos adiante, mais especificamente na próxima seção.

medicina, exaltar a sensatez do homem que se submete à vasectomia ao passo que depreciam a decisão feminina de fazer a laqueadura tubária sob alegação de que ela tem apenas um ou dois filhos; como é a mulher que leva em seu ventre um feto, ao não desejar fazê-lo carrega sobre si o peso do julgamento social.

4 Violência doméstica durante a pandemia contra o sujeito feminino

No dia onze de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde – OMS anunciou aos brasileiros, em rede midiática nacional, uma pandemia denominada Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, oriunda da China. Sem saber muito a respeito da doença naquele momento, a única certeza que tínhamos era de que o vírus não fazia distinções étnicas, sociais, econômicas ou de gênero para que o contágio ocorresse. No entanto, ficou muito nítido no período pandêmico o exercício do poder sobre os corpos femininos, que se viram obrigados a permanecer em casa com seus agressores.

Com isso, as desigualdades, que já assolavam o país, se revelaram de forma estarrecedora e políticas de biopoder sobre os corpos evidenciaram, como nunca visto antes, a tecnologia de poder que abrange a vida dos homens infames (FOUCAULT, 2003). O poder do pai sobre os filhos, do médico sobre seus pacientes, do homem sobre a mulher, por exemplo, configura tecnologias de poder.

É no quadro de vida precarizada, parcela da população em vulnerabilidade, que o vírus se instalou com mais potência em vista dos desmontes da saúde pública e da superexploração dos trabalhadores. Sem surpresa alguma, o sujeito feminino pode ser um representativo das pessoas que mais sofreram durante esse momento, como bem veremos a partir dos dados estatísticos levantados à época. Nessa perspectiva, retomamos a SD2, efetivamente produzida por sujeitos sociais, para compreendermos como as verdades, os sujeitos, os objetos são construídos por meio da produção e da circulação desse discurso.

SD2: Como será gerida a crise financeira quando casa e trabalho recaem sobre o mesmo espaço físico e às costas das mulheres é que se joga socialmente o oneroso trabalho reprodutivo? A dimensão do endividamento também aterrissa drasticamente sobre os corpos feminizados: são as mulheres que primeiro sentem na própria pele os impactos da ausência de recursos e as consequências do endividamento, deixando de se alimentar para dar de comer às suas crias. (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2020)

São as mulheres que dão condição política ao cuidado de si e dos outros, que realizam os trabalhos não remunerados, que passam por duplas ou triplas jornadas de trabalho mal assalariado e estão à linha de frente das ocupações que asseguram a reprodução e a manutenção da vida de modo a funcionar como uma estratégia que demonstra a eficácia produtiva do poder. Nesse contexto, fica explícito o quanto a casa e trabalho recaem em um mesmo espaço físico.

No Brasil, os números de casos de violência doméstica sofridos por mulheres aumentaram substancialmente, como constatado na capital paulista, de acordo com a Agência Brasil (2020), ao informar que os atendimentos da Polícia Militar a mulheres vítimas de violência aumentaram 44,9%. O total de socorros prestados às mulheres em São Paulo passou de 6.775 para 9.817, em comparação entre março de 2019 e março de 2020. A quantidade de feminicídios também subiu no estado, de 13 para 19 casos (46,2%). De acordo com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – MDH (2020), o estado do Rio de Janeiro reforça essa estatística, pois houve um aumento de quase 9% no número de ligações para o canal que recebe denúncias de violência contra a mulher.

Outra particularidade que deve ser considerada em relação aos números divulgados, é aquela que faz alusão à realização de denúncias, se levarmos em conta que em tempos de confinamento muitas mulheres não puderam sair de casa para efetuar suas queixas ou tiveram medo de registrá-las formalmente, visto que os agressores estavam junto delas a todo momento. Em resposta a esses números é sabido, de acordo com inúmeras fontes midiáticas, que o presidente Jair Bolsonaro menosprezou o aumento das taxas de violência doméstica. Em suas palavras, conforme SD1 *tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão* (AZMINA, 2020).

A leitura da SD1 nos leva a compreender que para esse dirigente o corpo da mulher é determinado como aquele que deve ser submetido à agressão ou à morte e isentaria, pelo modo como foi escrito, o agressor da responsabilidade pelo crime, culpabilizando a vítima. Além disso, submete a violência doméstica à esfera privada e, com isso, potencializa, ainda que implicitamente, o discurso que dá primazia à economia em detrimento da vida. A partir dos números demonstrados, observamos um crescimento progressivo das denúncias de violência que revela um estado de sofrimento contínuo no

ambiente onde supõe-se ser pacífico. Percebe-se aí, com mais efetividade, o dispositivo patriarcal como um conjunto multilinear, composto por linhas emaranhadas e curvas que se relacionam a regimes de saberes dispersos, mas interligados a regimes de poder.

O isolamento, por mais que fosse a medida de prevenção mais efetiva contra o perigo viral, é obviamente uma ordem política patriarcal e que trouxe, mais uma vez, violências que reincidiram e reincidem sobre o corpo das mulheres. É nesses corpos e no ambiente doméstico que o capitalismo procura atuar nesse cenário de crise, sobrecarregando aquelas pessoas que realizam as mais diferentes atividades como contribuição a reconstruções de vidas e de espaços próprios a períodos pós-pandêmicos. As violências, como já mencionado, estão interligadas e, assim sendo, não é surpresa que uma vontade coletiva de retorno à normalidade fosse, e ainda o é tão percebida.

Estando o dispositivo sempre inscrito em um jogo de poder, ligado a uma ou às configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam (FOUCAULT, 1999), fica inequívoco, dessa forma, o quanto a violência machista e o dispositivo de poder patriarcal, que funcionam em conjunto – saber, poder e subjetividade – são suporte da nossa sociedade. É no olhar feminista que se revelam as violências que nos consternam – a nós mulheres. Com tal entendimento das relações de poder é que o dispositivo é, aqui, abordado como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo, que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2019, p. 364).

O poder patriarcal coabita o âmbito público e o âmbito privado e é amparado igualmente por um sistema político-econômico. É a partir dessa constatação que se buscou observar o quanto a biopolítica, com suas estratégias, acompanha as violências sociais, políticas e econômicas que recaem sobre os arquétipos de opressões, de submissões e de agressões, nas suas mais variadas formas, nos corpos das mulheres. O ambiente doméstico se apresenta como um lugar no qual o machismo se mostra como um modo de disciplinamento, isto é, um tipo de organização do espaço e daquilo que se vivencia da mesma forma no ambiente público. Assim, de forma breve, é conceituado o

que se entende por neoliberalismo e como esse sistema político-econômico produz novas subjetividades.⁴

É em meio a um acontecimento devastador e a desmontes públicos que fomos surpreendidos por uma pandemia. A quarentena foi a medida sanitária e preventiva mais efetiva naquele momento. Em vista disso, as discussões aqui realizadas buscaram apontar para os impactos desse vírus na vida das mulheres brasileiras e para o como esse vírus desnudou, de maneira assustadora, o poder patriarcal alicerçado nas práticas discursivas cotidianas na nossa sociedade. A título de exemplo, os sujeitos femininos, ora materializados nas chefes de família, nas mães solo, ora nas trabalhadoras informais, que não são remuneradas ou, pior, recebem menos que um homem, mesmo realizando a mesma função, ou, ainda, sujeitos femininos materializados naquelas que atuam à linha de frente no combate à Covid-19, foram os mais expostos à violência. Não podemos nos esquecer, também, daquelas mulheres impossibilitadas de ficarem em casa porque, arrimos de famílias, precisaram sair para o trabalho e, assim, ficaram sobrecarregadas. Em contrapartida, houve aquelas que perderam seus empregos ou, por imposição da pandemia, passaram a conviver todas as horas do dia com seus agressores. Frente a esse cenário fica evidente, mais uma vez, que é no corpo das mulheres que o isolamento denuncia, com mais notoriedade, o exercício do poder daqueles que se acham no direito de decidir quem deve viver e quem deve morrer, como bem observado por Baracuhy:

Ao abordar as relações de poder como constitutivas dos sujeitos, ao nos alertar sobre a produção biopolítica que incide sobre o nosso corpo, ao chamar a atenção sobre a maneira como exercemos nossa subjetividade, Foucault nos interpela no sentido de que somos responsáveis pela produção ou reprodução de verdades, pelo questionamento de práticas e estratégias que compõem espaços de exclusão, de segregação, de censura, de silenciamento que fazem parte da maquinaria social em que vivemos. (BARACUHY, 2018, p.5)

Ao problematizarmos a SD1 pudemos observar que em seu espaço de informação a revista traz recursos já conhecidos, como as reportagens investigativas, do campo do jornalismo informativo, e das listas com dicas de entretenimento, tão conhecidas nas revistas femininas, para apresentar algo novo, ou seja, questões sociais que nos afetam

⁴ Neste artigo entendemos neoliberalismo tal qual entende Foucault (2008) que o conceitua como práticas e valores econômicos que envolvem todas as relações da esfera da intimidade e que produz, conseqüentemente, uma nova subjetividade. Isso está ligado diretamente a uma forma de exercício de poder que caminha lado a lado com a globalização capitalista.

como mulheres, fugindo dos estereótipos dos meios de comunicação tradicionais que abordam, em sua grande maioria, questões relacionadas à beleza. A revista também questiona essa limitação às mulheres a conteúdos voltados à estética, o que acaba inclusive por limitar a atuação feminina em certos espaços tradicionalmente ocupados por homens.

É importante destacar que *AzMina* também prima por representatividade, conforme se observa nas capas do portal, de sujeitos não representados, pelo menos não com a mesma frequência, em outros espaços, como é o caso de mulheres trans, gordas, negras, brancas, magras e indígenas. Isso faz com que, mais uma vez, demos destaque aos discursos materializados nesse espaço, o que o difere de veículos tradicionais que quase sempre preferem apresentar corpos femininos construídos socialmente e naturalizados como aqueles cujos atributos recaem sobre um mesmo padrão de beleza, o branco e magro. Existe, portanto, uma promoção de transgressão sugerida pela revista, em relação aos veículos de comunicação convencionais, passando pela maneira como as temáticas são apresentadas e pelas personagens colocadas em foco.

5 Algumas considerações

A presença do filósofo francês Michel Foucault, quanto à abordagem de seus conceitos nos estudos discursivos, já é consolidada em um sem número de pesquisas em território brasileiro, nas mais variadas linhas: na Psicologia, na Sociologia, na Educação, na História e nos estudos voltados às mídias. Recorremos ao seu pensamento simplesmente pela sua incondicional dedicação à compreensão dos sujeitos, legando-nos, incontestavelmente, recursos para entendermos os diferentes modos subjetivação do ser humano na nossa cultura.

Quando lemos uma SD como *tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão*, não vemos outro caminho de acesso a esse dizer senão a partir de sua historicização. O incômodo acerca da evidência do aumento da violência doméstica contra o sujeito feminino durante a pandemia, nos motivou a encetar a presente discussão. Para isso estivemos calcadas em duas inquietações.

Em um primeiro momento, buscamos dar destaque à relevância do conceito de heterotopia para leituras SDs advindas de espaços heterotópicos como *AzMina*. Em segundo lugar, primamos pelo entendimento do modo como a biopolítica e neoliberalismo, quando articulados, endossam a violência contra a mulher.

Sobre o primeiro ponto, esperamos ter conseguido, ainda que de modo breve, demonstrar a produtividade do referencial teórico foucaultiano, pois, como vimos, somente uma historicização de SDs captadas em cronologias diversas, mas isoladas aqui nessa discussão, pode nos fazer compreender as rupturas, as fragmentações ou as regularidades quanto ao estatuto de determinados objetos. Assim, a revista *AzMina* configurou-se para nós como uma heterotopia feminista ao gerar novas significações, valores e inspirar, por meio da desestabilização das convenções, outros projetos de vivência, representando as mulheres em sua heterogeneidade. É preciso destacar ainda a importância desse canal para fortalecer a capacidade de agenciamento de certas coletividades, pois foi por meio dele que foi possível criar espaços discursivos para que elas tivessem e tenham possibilidade de fala.

Sobre o segundo ponto, destacamos como o neoliberalismo e a biopolítica afetam as mulheres. Foram elas que sentiram as primeiras consequências da crise sinalizada pela precariedade provocada pela pandemia. Apresentamos, também, alguns dados sobre como a violência de gênero no Brasil estabeleceu a urgência de compreender essas relações a partir desses conceitos. Esperamos ter demonstrado, ainda, o quanto é importante darmos destaque a espaços nos quais são possíveis materializações discursivas de contracondutas.

Agradecimentos

Nesta ocasião aproveitamos para agradecer aos organizadores desta edição pela oportunidade de apresentarmos nossa discussão teórica a partir dos estudos discursivos foucaultianos. Agradecemos previamente aos avaliadores pela leitura deste texto, cujas contribuições foram de extrema relevância para posteriores pesquisas acerca do tema tratado aqui. Agradecemos, também, às discussões e ao apoio do Grupo de Estudos Foucaultianos da Universidade Estadual de Maringá – GEF/UEM, liderado pelo Prof. Dr. Pedro Navarro.

Contribuição

Bruna Cristina Almeida Faria: Conceptualização, Escrita - análise e edição; **Andréa Zíngara Miranda:** Supervisão; Escrita - análise e edição.

Referências

BARACUHY, Regina. Cartografias discursivas: notas sobre as práticas discursivas do sujeito contemporâneo no espaço urbano. *In: Conferência Abralin em Cena Bahia*, 2018.

BUITONI, Dulcília Schroeder; LOPES, Martha. "Revista AzMina" e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 21-40, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FERNANDES, Cleudemar Alves; ALVES JÚNIOR, José Antônio. Mutações da noção-conceito de sujeito na análise do discurso. *In: CABRAL DOS SANTOS, João Bosco (Org.). Sujeito e Subjetividade: discursividades contemporâneas*. Uberlândia: Edufu, 2009. (Linguística In Focus 6).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas (1966)**. São Paulo: Martins, 1987.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In: Ditos e Escritos. Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. **Ditos e escritos**, v. 3, p. 411-422, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population**. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. *In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 243-276.

GOULART, Dominique. Notas sobre uma leitura feminista da pandemia. **Le Monde Diplomatique**, 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/notas-sobre-uma-leitura-feminista-da-pandemia/>. Acesso: 07 dez. 2020.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 24.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007, p. VII-XXIII.

RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio. **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas**: perspectivas foucaultianas. Intermeios, Casa de Artes e Livros, 2019.

RAGO, Margareth. O feminismo acolhe Foucault. **Labrys. Estudos Feministas**, v. 26, 2014.

SWAIN, Tania Navarro. As heterotopias feministas: espaços outros de criação. **Estudos Feministas**, v. 3, 2003.

VIOÊNCIA CONTRA MULHER: MAIS UMA EPIDEMIA QUE BOLSONARO MINIMIZA. **Revista Azmina**, 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/violencia-contramulher-mais-uma-epidemia-que-bolsonaro-minimiza/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

VIOÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19. **Fórum de Segurança (FBSP)**, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso: 07 dez. 2020.

Recebido em: 10 de abril de 2022

Aceito em: 23 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Bruna Cristina Almeida Faria
E-mail: bruna_caf@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7287-9910>

Andréa Zíngara Miranda
E-mail: andreazingaramiranda@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5382-1804>

**Experiências heterotópicas no cinema e na arte:
Camila O’Gorman e lugares outros**

***Heterotopic experiences in cinema and art:
Camila O’Gorman and other places***

Poliana Coeli Costa Arantes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Evânia Maria Ferreira do Nascimento
Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Luísa Perissé Nunes da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar experiências heterotópicas do cinema e da arte argentinos em torno da figura de Camila O’Gorman a partir das postulações teóricas de Michel Foucault (2013a; 2013b) sobre o conceito de heterotopia. Para realizar tal análise, utilizamos como base dois textos, a saber: (i) *O corpo utópico - As Heterotopias* (2013a) e (ii) *De espaços Outros* (2013b), nos quais Foucault se propõe a apresentar e a discutir o conceito de heterotopia. No que diz respeito ao *corpus* de estudo, selecionamos a obra cinematográfica *Camila* (1984) da cineasta argentina Maria Luisa Bemberg e a *collage* do escritor e artista argentino Enrique Molina que ilustra a capa de seu romance *Una sombra donde sueña Camila O’Gorman* (1994). As obras selecionadas são materialidades discursivas sobre Camila O’Gorman, uma jovem que se converte em um mito histórico argentino após ter sido tragicamente assassinada no século XIX.

Palavras-chave: Heterotopia; Heterocronia; Análise do discurso; Foucault; Camila O’Gorman

Abstract: This text sets out to analyse heterotopic experiences in Argentine cinema and art evoking the figure of Camila O’Gorman, based on Michel Foucault’s theorizations on the concept of heterotopia. To undertake this analysis, we turn to two of his texts: (i) “The utopian body” ([1966]2006) and (ii) “Of other spaces” ([1984]1986) in which Foucault presents and discusses the concept of heterotopia. As the corpus to be studied here, we have selected the movie *Camila* (1984) by the Argentine director Maria Luisa Bemberg and the collage by the Argentinean writer and artist Enrique Molina, used to illustrate the cover of his novel *Una sombra donde sueña Camila O’Gorman* (1994). The works chosen are discursive materialities revolving around Camila O’Gorman, a young woman transformed into an Argentine historical myth after being tragically killed in the nineteenth century.

Keywords: Heterotopia; Heterochrony; Discourse analysis; Foucault; Camila O’Gorman



1 Introdução

O conceito de heterotopia aparece na obra de Michel Foucault em textos dos anos 1960: em duas conferências radiofônicas, *O corpo utópico e Heterotopias* (FOUCAULT, 2013a), no prefácio de *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 2000), e em uma conferência ministrada na Tunísia e publicada com o título *De espaços Outros* (2013b). Nesses textos, Foucault nos convida a refletir sobre a heterogeneidade dos espaços em que vivemos como locais que nos lançam “para fora de nós mesmos” onde se entrecruzam marcas “de nossa vida, de nosso tempo e de nossa história” (FOUCAULT, 2013b, p. 115).

Essa heterogeneidade, sobre a qual se refere Foucault, mostra-se relevante para pensar a importância dos espaços para os seres humanos e para as sociedades e, em especial, no que tange às discussões sobre o conceito de heterotopia como “espaços absolutamente outros” (FOUCAULT, 2013a, p. 21). Com base na reflexão sobre o potencial heterotópico dos espaços proposta por Foucault, desenvolveremos uma análise a partir do *corpus* de estudo: o filme *Camila* (1984), da cineasta argentina Maria Luisa Bemberg, e a *collage* que ilustra a capa do romance *Una sombra donde sueña Camila O’Gorman* (1994), do escritor argentino Enrique Molina.

Além de se constituir como uma fértil narrativa histórica latino-americana a partir da qual podem emergir análises de diversas naturezas, consideramos a escolha do *corpus* produtiva tendo em vista a conexão que se pode estabelecer entre o conceito de heterotopia e a história de vida de Camila O’Gorman, uma jovem da aristocracia argentina que provoca, na primeira metade do século XIX, um escândalo na sociedade bonaerense ao se apaixonar pelo padre da paróquia, Ladislao Gutiérrez.

O amor de Camila é recíproco, mas, naturalmente, rechaçado pela família da moça e pelas autoridades eclesiásticas e políticas. Motivado, dentre outros aspectos, por uma impiedosa necessidade de manutenção de sua imagem, Adolfo O’Gorman, pai de Camila, concorda com a perseguição que o exército do então governador Juan Manuel de Rosas inicia aos dois. Camila e Ladislao fogem de Buenos Aires e se estabelecem na cidade de Goya, localizada na província de Corrientes, Argentina.

Em Goya, Camila e Ladislao vivem juntos durante quatro meses em uma casa que é transformada, por eles, na primeira escola da região. Mesmo assumindo novas

identidades, Camila e Ladislao são encontrados, presos, sentenciados à morte e executados pelo pelotão de fuzilamento do governo de Rosas.

Camila se assume protagonista de diferentes processos de resistência frente ao autoritarismo da Igreja e do Estado e, também, frente ao julgamento da família e da sociedade aristocrática do século XIX. Durante esses processos, Camila vivencia diferentes espaços, tais como: (a) casa da família em Buenos Aires; (b) igreja; (c) casa em Goya; (d) prisão.¹ Esses espaços mantêm relações entre si e, como espaços heterotópicos, podem ser capazes de “suspender, neutralizar ou inverter” o conjunto das relações que são designadas por eles próprios, conforme nos indica Foucault (2013b, p.115).

Cabe destacar ainda que Camila O’Gorman se converte, na Argentina, em um mito histórico nacional, representando a resistência e o enfrentamento às coerções éticas e morais empreitadas pelo governo e pela Igreja cujos discursos se perpetuam e se reiteram na sociedade argentina até os dias de hoje. Alguns desdobramentos de sua história de vida são analisados por Perissé (2016, p. 3):

A morte cruel e desmedida de dois jovens que se amavam enfatiza, na Argentina, os atos doentios de uma sociedade do século XIX moralmente repressora, de uma Igreja eticamente hipócrita e de um governo altamente autoritário. Por outro lado, Camila O’Gorman, ao defender e lutar pelo amor até o fim de seus dias, converte-se em um símbolo feminino de resistência e coragem que se perpetua na sociedade argentina por meio de sua representação, até os dias de hoje, em diversas obras artísticas e literárias como litografias, biografias, peças de teatro, romances, filmes, poemas e etc.

Entendemos que é possível correlacionar a cidade de Goya, isto é, o lugar para onde foge o casal, ao conceito de heterotopia, pois ele se configura, ao mesmo tempo, como real e imaginário; ou seja, ele existe de fato, é o lugar de deslocamento físico, do exílio, mas é o local onde Camila e Ladislao viverão sua realidade utópica, seu amor inaceitável para seus pares. Para Neves-Correa (2018), as heterotopias são o contrário do que não tem lugar, são espaços presentes nas margens da nossa sociedade. Camila e Ladislao são, de certa forma, postos à margem pela sociedade que os reprova e não veem alternativa a não ser se deslocar de um lugar que podiam chamar de seu para outro, que é um (não)lugar, uma vez que eles só se encaixam ali se passarem a ser outras pessoas.

¹ Neste texto, assumimos a dupla grafia do vocábulo ‘igreja’, a saber: com inicial minúscula, quando se referir ao espaço físico; e, com inicial maiúscula, como representação de uma instituição.

Assim, além desta introdução, este artigo está organizado da seguinte maneira: no item 2, discorremos sobre o conceito que ancora nossas análises, a heterotopia, postulado por M. Foucault (2013a; 2013b); no tópico 3, apresentamos algumas considerações sobre o cinema como experiência heterotópica e heterocrônica, além de analisarmos de que forma se dão as relações entre Camila e os espaços que a atravessam ao longo de sua vida; no item 4, propomos uma análise da *collage* de Enrique Molina, relacionando-a ao conceito de heterotopia e à imagem de Camila; por fim, no item 5, trazemos à cena nossas considerações finais.

2 Percurso teórico: a experiência mista do espelho (utopia e heterotopia)

Falar sobre heterotopia pressupõe discutir sobre a noção de espaço que, segundo Foucault (2013b), seria a grande obsessão do século XX. Gregolin (2015) nos lembra que esta é uma das questões centrais do pensamento foucaultiano: a modernidade pensa o espaço como mais importante do que o tempo. O conceito de heterotopia propõe deslocamentos da compreensão da noção de lugar que, a partir de uma perspectiva convencional, corresponde a uma categoria dêitica.

Ao tratar sobre o conceito de cenografia, Maingueneau (2008, p. 88) define a dêixis como “o conjunto de localizações no espaço e no tempo que um ato de enunciação apresenta”. O convencionalismo desta definição, que restringe a análise da noção de espaço (e tempo) ao dito, nos permite perceber a ampliação da proposta de Foucault, que objetiva estudar o caráter heterotópico das nossas relações com os espaços, em uma ciência que ele chama de heterotopologia.

Para Foucault (2013a), não existe espaço neutro, essencializado em uma definição encerrada. Existimos em espaços híbridos, matizados, recortados, sobrepostos; nas palavras do autor:

Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis e degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. (FOUCAULT, 2013a, p. 19)

Gregolin (2015, p. 196) afirma que “espaço e sentido se encontram nos discursos e produzem efeitos”, ou seja, os corpos estabelecem relações com essas regiões, e essas conexões originam múltiplos sentidos e concepções sobre espaços que não se situam em algum lugar, são espaços outros, “são como que contraespaços” (FOUCAULT, 2013a, p. 20).

Esses contraespaços seriam comparáveis às invenções das crianças em suas brincadeiras de faz de conta: situadas em um determinado lugar, fazem de conta que estão em outro, que os elementos a sua volta representam outras coisas que lhes satisfaçam a fantasia, a imaginação, a magia da brincadeira. Ao fazerem de conta que a grande cama dos pais é o oceano (FOUCAULT, 2013a), por exemplo, criam um espaço fantasioso, portanto, fictício, mas localizado em um espaço real. Entretanto, a sociedade adulta já vem, antes das crianças, organizando seus contraespaços aos quais Foucault chama de utopias situadas, ou seja, “lugares reais fora de todos os lugares” (FOUCAULT, 2013a, p. 20).

Assim, pode-se compreender a utopia como ponto de origem a partir do qual se desenvolve o conceito de heterotopia. Utopia, como fonte de um pensamento heterotópico, possui diversos sentidos, como a construção de um imaginário de sociedades perfeitas do ponto de vista político e social, por exemplo. As utopias, segundo Foucault (2013a), verdadeiramente não têm lugar algum. A heterotopia, no entanto, seria uma espécie de utopia que tem um lugar preciso, real, localizável. No pensamento heterotópico, o espaço habitado transcende o espaço geométrico e geográfico, conforme Foucault esclarece:

[...] provavelmente existe em toda cultura, em toda civilização - lugares reais, lugares efetivos, lugares que são desenhados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contra-aloções, espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais as alocações reais, todas as outras alocações reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas; espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis. Por serem absolutamente outros quanto a todas as alocações que eles refletem e sobre as quais falam, denominarei tais lugares, por oposição às utopias, de heterotopias. (FOUCAULT, 2013b, p. 115-116)

A partir do entendimento de utopia como a gênese do potencial heterotópico dos espaços, podemos refletir sobre a relação intrínseca entre utopia e heterotopia provocada pela existência de uma “experiência mista” (FOUCAULT, 2013b, p. 116), que

funcionaria como uma espécie de espelho. Quando nos olhamos no espelho, vemos que estamos ali dentro, em outro espaço, refletidos numa projeção real de nós mesmos. Ao mesmo tempo, sabemos que não estamos ali concretamente, mas sim nosso reflexo, o que evidencia o potencial do “espaço virtual” (FOUCAULT, 2013b, p. 116) em que nos observamos através do vidro. Utopia e heterotopia seriam como dois lados da mesma moeda, em que é possível conjugar o irreal e o real; o abstrato e o concreto; o ideal e o material.

O debate sobre heterotopia é bastante produtivo, pois o conceito se constitui como alternativa para refletir sobre o espaço para além da perspectiva dual real *versus* imaginário, já que, conforme mencionamos, as heterotopias são, ao mesmo tempo, reais e imaginárias. Esses espaços diferentes, outros lugares, são “contestações míticas e reais do espaço em que vivemos” (FOUCAULT, 2013a, p. 20-21), ou seja, a possibilidade de atualização de noções engessadas e convencionais de lugar. Nesse sentido, pode-se afirmar que as heterotopias propiciam uma crítica à capacidade exclusivamente representacional da linguagem; ajudam a desfazer a correlação imediata entre o mundo e as palavras, já que a linguagem não apenas representa o mundo, mas, por meio da linguagem, pode-se atuar sobre esse mundo (ROCHA, 2014).

Para desenvolver a noção de heterotopia, Foucault nos apresenta os princípios da ciência que chamou de heterotopologia. Um desses princípios, que nos interessa em particular, afirma que as heterotopias têm “como regra justapor em um mesmo lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (FOUCAULT, 2013a, p. 24). O teatro e o cinema exemplificam este princípio, pois ao estarmos diante de uma tela nos transportamos a outro espaço (e tempo). Importa-nos especialmente a experiência do cinema, que destaca “uma grande cena retangular, no fundo da qual, sobre um espaço de duas dimensões, projeta-se um novo espaço de três dimensões” (FOUCAULT, 2013a, p. 24); há simultaneamente uma sobreposição de espaços e de tempos, que Foucault (2013a) chama de heterocronia.

Foucault afirma que as “heterotopias são frequentemente ligadas a recortes singulares do tempo” (FOUCAULT, 2013a, p. 25), assumindo uma espécie de parentesco com as heterocronias, que se constitui como outro princípio proveitoso para este trabalho. O cinema, como espaço heterotópico e de realização heterocrônica, é uma região de parada transitória (FOUCAULT, 2013a), com potencial de nos transportar a outros

espaços – mesmo estando o telespectador situado em um lugar preciso e localizável – e a outro(s) tempo(s) passado(s) ou futuro(s) em relação ao momento da experiência cinematográfica, que são característicos da linguagem ficcional. O cinema é um lugar real que pode reunir em sua tela espaços e tempos, usualmente incompatíveis: lugares diversos do mundo e tempos diferentes através da história da humanidade.

Nesse sentido, este artigo se propõe a refletir sobre o conceito de heterotopia a partir do *corpus* selecionado, buscando analisar as seguintes questões: (a) como se constituem os espaços heterotópicos vivenciados por Camila O’Gorman; (b) como Camila se relaciona com essas alocações; e (c) o quão tênue pode ser a experiência heterotópica vivida por Camila.

3 Camila O’Gorman: entrecruzamentos entre espaços (e tempos) outros

Nesta seção, desenvolveremos uma análise do filme *Camila* (1984) a partir de dois âmbitos: (i) o cinema como experiência heterotópica e heterocrônica do ponto de vista do telespectador e (ii) espaços e tempos outros como experiências heterotópicas e heterocrônicas do ponto de vista de Camila O’Gorman.

3.1 O cinema como experiência heterotópica e heterocrônica

No ano de 1985, o filme *Camila* (1984), da cineasta argentina Maria Luisa Bemberg, assume projeção internacional devido à indicação ao Oscar na categoria de Melhor Filme Estrangeiro. Mesmo não levando a estatueta, a indicação hollywoodiana abre caminhos não só para a globalização do cinema argentino como também para a internacionalização da história de Camila O’Gorman como mito nacional.

O filme compõe o Novo Cinema Argentino que surge na década de 80, no contexto pós-ditadura; *Camila* questiona os abusos ditatoriais de um passado que ainda ressoa na memória argentina. De acordo com Foucault, os cinemas são, assim como os cafés e as praias, espaços onde podemos vivenciar uma determinada experiência heterotópica por um determinado momento. O autor associa a concepção de heterotopia à de heterocronia, afirmando que “as heterotopias são frequentemente ligadas a recortes singulares no

tempo” (FOUCAULT, 2013a, p.25), não ao tempo eterno, mas sim ao tempo crônico, isto é, que possui uma certa duração.

Do ponto de vista do telespectador, pode-se dizer que o cinema, por meio do entrecruzamento de diferentes espaços e tempos projetados na tela, é capaz de transportá-lo a espaços e tempos outros. Apesar de possuir um espaço localizável, situável, a sala de cinema é o lugar da concretização das utopias, dos devaneios, dos sonhos possíveis pela cinematografia. É a alocação potencial para a fruição que promove deslocamentos, entrecruzamentos e justaposições heterotópicas e heterocrônicas.

Consideramos interessante a articulação que desenvolve Foucault entre espaço e tempo, em especial, para pensarmos a relação do cinema como local que possibilita “encerrar todos os tempos em um lugar” (FOUCAULT, 2013a, p.25). Em *Camila*, somos redimensionados ao século XIX e aos diferentes espaços ocupados pela protagonista. Simultaneamente, somos convidados a compreender a produção de sentidos que se constroem na relação tempo-espaço, imaginando a vida de Camila como uma mulher resignada (que deve aceitar o esposo escolhido pela família e casar-se com ele tal como fazem suas irmãs) e silenciada (que não pode opinar sobre política tal como fazem os homens da família: pai, irmãos e cunhados) como ilustra a figura 1.

Figura 1 – Camila O’Gorman e o pai, Adolfo O’Gorman, quando a jovem é repreendida por dar a sua opinião política na mesa de jantar.



Fonte: Filme *Camila* (1984)

A experiência de assistir a uma obra cinematográfica como *Camila* potencializa visualizar as relações que eram estabelecidas entre os indivíduos da sociedade argentina e os espaços que ocupavam/ disputavam/ vivenciavam na primeira metade do século XIX.

Com a passagem do tempo, podemos observar aspectos que desapareceram e outros que ainda se atualizam anos ou séculos depois.

Em comparação ao que vivemos atualmente, podemos ressaltar que os espaços ocupados por mulheres no século XIX eram muito mais limitados e restritos. No entanto, na atualidade, muitos espaços ainda são ocupados majoritariamente por homens e as vozes das mulheres ainda são, muitas vezes, silenciadas ou desacreditadas. Em muitas entrevistas de emprego, por exemplo, as candidatas são avaliadas levando-se em consideração a possibilidade de se tornarem mães (ou o fato de já o serem), como se a mãe fosse a única responsável pelos cuidados com os filhos, o que atesta a concepção de que a imagem feminina ainda está atrelada mais à casa e às tarefas do lar do que ao mercado de trabalho.²

Nesse sentido, podemos afirmar que as mulheres vêm buscando e criando suas próprias heterotopias, ao longo dos séculos, como espaços possíveis onde possam se inserir, pois, como destaca Foucault (2013a, p. 21), “não há, provavelmente, nenhuma sociedade que não constitua sua heterotopia ou suas heterotopias”.

De acordo com os estudos sobre as relações entre cinema e espaço realizados por Azevedo (2009), o espectador de cinema é um “viajante itinerante”: apesar de estar aparentemente imóvel, é transportado por meio da fantasia e do desejo aos territórios mobilizados pela experiência fílmica. Para a autora, esse lugar, para onde o telespectador é levado, é “atravessado por múltiplos tempos e espaços” (AZEVEDO, 2009, p. 124). As observações trazidas por Azevedo (2009) dialogam com as postulações de Foucault (2000; 2013a; 2013b), pois tal atravessamento temporal e espacial é igualmente evidenciado por meio dos conceitos de heterotopia e heterocronia que discutimos neste trabalho. Esses atravessamentos, vivenciados por Camila O’Gorman, serão alvo das análises que propomos no próximo tópico.

3.2 Camila O’Gorman e o desejo por lugares outros

Na obra cinematográfica *Camila* (1984), de Maria Luisa Bemberg, a personagem principal vivencia quatro espaços, são eles: (a) casa da família O’Gorman em Buenos

² Um estudo realizado pelo Movimento Parent in Science revela a disparidade em relação à produtividade de homens e mulheres (com e sem filhos) durante a pandemia. Os resultados estão disponíveis em: <https://bit.ly/3NpSGuj> Acesso em: 27/03/2022.

Aires; (b) igreja católica; (c) casa de Camila e Ladislao na cidade de Goya, província de Corrientes; (d) prisão em Santos Lugares, província de Buenos Aires. A partir das considerações sobre o conceito de Heterotopia em Foucault, perguntamo-nos: como esses espaços se constituem experiências heterotópicas vivenciadas por Camila O’Gorman?; como se dão as relações entre Camila e essas alocações?; e, por fim, o quão tênue e volátil pode ser a experiência heterotópica vivida pelo casal antes de sua execução?

A casa dos O’Gorman é o primeiro espaço vivenciado por Camila. A jovem, desde sempre, experencia a casa de outras maneiras, explorando locais inóspitos ou pouco frequentados como, por exemplo, o sótão, lugar onde costuma passar o tempo escondida. Por conta disso, é constantemente repreendida por seu pai e irmão. Camila, em seu universo-casa, busca espaços outros, diferentes, diversos, não tradicionais ou convencionais. O sótão, para ela, era o espaço em que se podia sonhar, idealizar, imaginar. O sótão, como mostra a figura 2, abrigava seus sonhos e permitia que Camila o habitasse à sua maneira.

Figura 2 – Camila O’Gorman escondida no sótão



Fonte: Filme *Camila* (1984)

Como era comum na aristocracia argentina do século XIX, a casa das famílias era uma extensão dos espaços da igreja, isto é, ambas as localidades estavam interligadas, conectadas: as famílias frequentavam a missa com assiduidade, e os padres frequentavam constantemente a casa dos fiéis. Em uma dessas visitas à casa da família O’Gorman, o padre jesuíta Ladislao Gutiérrez conhece Camila e eles se apaixonam. O desejo entre os

jovens aumenta durante os encontros furtivos na igreja, que é, inclusive, o local onde eles dão o seu primeiro beijo.

Segundo Bachelard (2008), a casa natal evoca proteção, intimidade, segurança e, da mesma maneira, poderíamos inferir que, simbolicamente, a igreja também evocaria proteção, amparo, assistência. A proteção da casa familiar seria representada pelo pai, como figura paterna terrena; já a da Igreja, estaria representada pelo pai celestial, Deus. Entretanto, esses espaços são subvertidos na medida em que Camila não se encaixa em nenhum dos padrões convencionalizados. Em casa, o comportamento da jovem é rejeitado pelo pai. Na igreja, sua atitude pecaminosa é igualmente intolerável. Camila está fora de lugar.

Na subversão heterotópica desses espaços, Camila renuncia à proteção de ambas as figuras paternas, já que, transgredindo a lei terrena, social, e cometendo o que para a Igreja significa pecado, não tem mais o direito a essa proteção; está fadada ao castigo que lhe for imputado.

A casa familiar de Camila e a igreja católica frequentada por ela mostram-se como espécies de contra-espços nos quais pode-se viver uma experiência simultaneamente mítica e real (FOUCAULT, 2013a, p. 20-21), isto é, a ela é permitido sonhar em uma casa repressora e autoritária; e, também, apaixonar-se por um padre jesuíta. Nesse sentido, a casa da família O’Gorman deixa de ser o espaço de proteção e passa a ser o espaço de tensão, conflito e desprendimento. Da mesma maneira, a igreja católica passa a ser um local inospitaleiro, hostil e criminalizante.

A casa da família O’Gorman e a igreja, portanto, são espaços que impulsionam Camila a deslocar-se e a encontrar na cidade de Goya uma contra-alocação possível para a concretização da sua utopia: viver como esposa do padre Ladislao Gutiérrez. A cidade de Goya é a cidade real, verdadeira, efetivamente localizável (FOUCAULT, 2013b, p. 115-116), mas que está, ao mesmo tempo, fora de todos os lugares, deslocada, apartada da realidade. É o local preciso e real da utopia do amor de Camila; um lugar que se pode situar tangivelmente no mapa e que, simultaneamente, abriga o sonho do refúgio, como se o amor entre Camila e Ladislao pudesse ser possível neste lugar e neste tempo, e ali ambos estivessem em segurança.

Mesmo sem ser possível, neste espaço e neste tempo, o amor de Camila e Ladislao é possível e realizável num espaço outro (heterotópico) e num tempo outro

(heterocrônico). Goya se configura como um lugar que se opõe a todos os outros (FOUCAULT, 2013a, p. 20), como uma contestação, uma afronta, uma negação dos espaços em que Camila viveu anteriormente. Constitui-se uma alocação de ruptura no que tange às lembranças e às memórias de sua casa natal e instaura-se como o lugar que permite à Camila-sonhadora “sonhar em paz” (BACHELARD, 2008, P. 26).

A partir das concepções de Foucault, podemos afirmar que “a experiência mista”, isto é, ao mesmo tempo real e mítica de Camila e Ladislao na cidade de Goya, constitui-se por um espaço outro, que seria então a “não-Buenos Aires”; e um por tempo outro, que seria o “não-século XIX”. Para a concretização de sua utopia, precisam assumir, nessa experiência heterotópica, novas identidades: Valentina Desau (que seria a “não-Camila O’Gorman”) e Máximo Brandier (que seria o “não-Ladislao Gutiérrez”). Camila e Ladislao encontraram, nesses espaços, brechas, fendas, gretas ao mesmo tempo possíveis e impossíveis. A casa em Goya ostenta o atributo da perfeição, como mencionado por Foucault em um de seus princípios, em que as heterotopias assumem uma função, em relação ao restante do espaço, podendo tornar-se espaços perfeitos: “um espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem arranjado quanto o nosso é desordenado [...]” (FOUCAULT, 2013b, p. 120).

No entanto, a heterotopia de Camila desvanece-se com a mesma rapidez com que os pais descobrem a brincadeira dos filhos que imaginam o oceano em sua cama: “é, enfim, o prazer, pois no retorno dos pais, se será punido” (FOUCAULT, 2013a, p. 20). A heterotopia de Camila O’Gorman e Ladislao Gutiérrez se desfaz no momento que são identificados, denunciados, presos e, por fim, fuzilados pelas tropas rosistas sem nenhum julgamento prévio.

A prisão, para onde Camila é levada coercivamente, é, segundo Foucault, o espaço onde são alocados indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média ou à norma exigida (FOUCAULT, 2013a, p. 22). Essas seriam as heterotopias de desvio: espaços destinados àqueles que se desvirtuam do que a sociedade considera correto, adequado, apropriado. Afinal, como ousaria uma jovem menina a enfrentar as relações de poder estabelecidas pelo Estado e pela Igreja? Como ousaria questionar o modelo de mulher concebido para sua época e grupo social? Como ousaria se impor e dar a sua opinião no seio de uma família/ sociedade patriarcal, autoritária e conservadora?

As prisões, para Foucault, são exemplos de espaços que possuem “um sistema de abertura e fechamento” cuja entrada e saída são realizadas não por vontade própria, mas sim, por obrigação. Esse sistema de abrir e fechar é responsável pelo isolamento desses locais em relação ao espaço circundante (FOUCAULT, 2013a, p. 26).

No caso de Camila, não bastava simplesmente mantê-la isolada, presa, posta à margem, deslocá-la de seu convívio social. Era preciso dar à Camila o “castigo exemplar” (DE ARRIBA, 2013d, p. 33) que servisse para mostrar à sociedade que aquele comportamento era inaceitável e não poderia ser perdoado. Era necessário ensinar ao povo que a figura questionadora de Camila não poderia jamais ser uma inspiração para outras jovens da época. Mesmo estando grávida na ocasião do fuzilamento, Camila foi executada pelo pelotão rosista em 18 de agosto de 1848 com as bênçãos do Estado, da Igreja, da família e da sociedade argentina (ADAMI, 1990, p. 11).

Figura 3 – Camila O’Gorman e Ladislao Gutiérrez, enterrados em um mesmo caixão após o fuzilamento.



Fonte: Filme *Camila* (1984)

Podemos afirmar que a cidade de Goya e a prisão são espaços heterotópicos com os quais Camila se relaciona de maneiras distintas: Goya é a cidade para onde o casal se desloca voluntariamente e que permite a concretização de seus devaneios mais íntimos. Seria, portanto, uma “casa onírica” (BACHELARD, 2008, p. 34) que não só abriga sonhos como também permite que eles sejam heterotopicamente realizados. Em Goya, Camila e Ladislao estão juntos, unidos, inseparáveis. Já a prisão é a localidade para onde o casal é forçosamente deslocado e que faz insurgir a solidão, a ausência, a finitude. É o

retorno à realidade, a destruição da utopia, a erosão da experiência heterotópica. Camila e Ladislao estão separados, apartados, incomunicáveis.

A experiência heterotópica em Goya desvanece-se, transforma-se, e dá lugar a outra experiência heterotópica, desta vez, na prisão. Ambos se constituem como locais de ruptura: o primeiro promove o rompimento de tudo o que Camila vivenciou anteriormente; e o segundo promulga a interrupção da vida de Camila, levando-a à morte.

4 Camila O’Gorman: justaposição e encontros na collage de Enrique Molina

Figura 4 – Collage, 1994



Fonte: MOLINA, Enrique. Capa de *Una sombra donde sueña Camila O’Gorman*, 1994, Seix Barral.

Por ocasião do lançamento do filme *Camila*, em 1984, o romance poético de Enrique Molina, *Una Sombra donde sueña Camila O’Gorman* (1973), foi reeditado e publicado por diferentes editoras argentinas. Dez anos depois, em 1994, a editora Seix Barral volta a lançar mais uma edição do livro de Molina. Na capa, ilustra uma *collage* do próprio autor. A obra artística de Molina evidencia aspectos que dialogam com o movimento de vanguarda Surrealista, como, por exemplo, o entrecruzamento entre o real e o sonho, encontrados na imagem justaposta das duas Camilas.

A obra apresenta, em primeiro plano, a protagonista caracterizada fisicamente como o modelo de mulher concebido para sua época e grupo social. Trata-se de uma mulher finamente vestida, com seu corpo adequadamente coberto, penteada, com uma expressão facial que deixa entrever humildade, com um olhar melancólico que nos parece alcançar o nível da sujeição. Esta representação seria equivalente à Camila que existia no âmbito do real.

Em segundo plano, Camila surge nua, com expressão facial que parece revelar certo contentamento, com uma postura que se atreve a levantar levemente a cabeça. Esta é uma Camila que, até romper com os aprisionamentos sociais, não é real, é a Camila sonhada por ela mesma, que se tornará real a partir de uma experiência heterotópica.

A Camila real, nos espaços reais, devia manter comportamentos impostos à mulher; ela devia ser “Bela, recatada e do lar”, famigerada expressão utilizada para disputar um sentido ainda possível de mulher do século XXI.³ Sentido esse que ganha resistência ao ser fortemente atacado e não reconhecido como a descrição de mulher do século XXI por movimentos mais próximos do feminismo, por exemplo.

Ao ter que manter esse tipo de comportamento com o qual Camila não se identificava, é como se não estivesse sendo ela mesma, mas encenando o papel atribuído à mulher da época, com resignação e, ao mesmo tempo, rebeldia, quando, em sua casa natal, ousava fazer comentários sobre política. Por outro lado, quando foge com o homem que ama, ressignifica a relação com o espaço que passa a ocupar; é a experiência heterotópica. A partir de então, essa mulher consegue exercer a liberdade sobre sua própria vida: sua escolha amorosa, seu próprio corpo e forma de atuar no mundo. A Camila sonhada por ela mesma se corporifica e transcende o universo onírico; é quando a utopia encontra lugar e, assim, passa a ser chamada de heterotopia (FOUCAULT, 2013a).

Se compreendemos que a imagem da protagonista em segundo plano representa uma Camila mais livre, podemos afirmar que a liberdade feminina era algo secundário, que deveria permanecer à margem, nas sombras, no plano utópico, já que os dispositivos sociais família, Estado e Igreja, que ditavam valores hipocritamente praticados, eram os mesmos que depreciavam a mulher, silenciavam sua voz e seu potencial intelectual.

A nudez de Camila transcende o âmbito corporal e nos remete à rejeição aos padrões institucionalmente impostos. A imagem de Camila em segundo plano reflete uma

³ Esses três adjetivos correspondem ao título da reportagem publicada pela revista [Veja](#), apresentando **Marcela Temer**, mulher do então vice-presidente Michel Temer – e “quase primeira-dama” nas palavras da publicação. Disponível em: <https://bit.ly/2Xbk5ei> Acesso em: 14/10/2021.

mulher que se despe desses padrões, e das vantagens provenientes de sua linhagem, e torna real, durante os meses em que vive com Ladislao, a mulher que sonhava ser.

A objetificação em torno da figura feminina, em uma sociedade ditatorial, no entanto, a colocava em uma conjuntura que poderia ser muito perigosa, afinal as instituições poderiam decidir se a mulher viveria ou morreria a despeito das leis existentes. No momento da execução, em 18 de agosto de 1848, Camila estava grávida e mesmo assim não foi poupada do “castigo exemplar”.

Naquele contexto, comportamentos como o de Camila só poderiam ser aceitáveis se permanecessem no nível da idealização, em segundo plano, à sombra dos procedimentos moralmente admissíveis; se se concretizassem, provocariam as consequências que ela enfrentou: sumária condenação à morte sem direito a um julgamento, algo elementar em qualquer sociedade.

5 Considerações finais

Ao longo deste trabalho, trouxemos à cena a figura de Camila O’Gorman, procurando analisar a obra cinematográfica *Camila* (1984) e a *collage* do escritor e artista argentino Enrique Molina, que ilustra a capa de seu romance *Una sombra donde sueña Camila O’Gorman* (1994), sob a ótica heterotópica. Avaliamos que o conceito de heterotopia, formulado por Foucault (2000; 2013a; 2013b), se mostrou muito ajustado à análise que empreendemos sobre as materialidades discursivas selecionadas em torno de Camila, considerada um mito histórico argentino, por sua trágica e apaixonante história de vida.

Ao propor a possibilidade de entendermos que existe um lugar no centro da dualidade lugar real *versus* lugar imaginário, Foucault expande a noção de espaço para uma terceira perspectiva. Dessa forma, os espaços habitados por Camila – a casa dos pais, a igreja, a casa em Goya e a prisão – passam a ser compreendidos não apenas desde o ponto de vista geográfico, mas heterotópico, ou seja, lugares de realização de acontecimentos não aceitos, inimagináveis, surreais, que se tornam reais, em virtude da relação heterotópica que a protagonista estabelece.

Quando idealizamos relacionar aspectos heterotópicos às vivências de Camila O’Gorman, buscávamos não apenas aplicar uma teoria que pudesse nos ajudar a compreender de que forma as relações com os diferentes espaços que Camila ocupou/habitou contribuíam para conformar seu caráter, a pessoa que se tornou. Para além dessa aplicação, especialmente considerando a linguagem como forma de ação no

mundo, acreditamos na importância da atualização da imagem de Camila como resistência contra as formas de opressão à mulher no século XIX e que persistem na época atual em muitos lugares do mundo.

Ao longo das análises e discussões empreendidas, compreendemos que Camila não só simboliza um ideal de feminilidade engajada do/no seu tempo, mas uma representação das consequências de atos arbitrários, característicos de governos autoritários, apoiados por uma sociedade protegida pelo disfarce da defesa dos supostos bons costumes e sustentados por visões distorcidas de fundamentos religiosos de qualquer natureza.

Narrativas como a de Camila precisam ser atualizadas, assim como a do holocausto e do processo de escravização de pessoas pretas, por exemplo, para que as reflexões sobre esses acontecimentos não nos permitam cometer os mesmos erros e/ou sermos vítimas de ciladas engendradas por discursos, ainda que dissimulados, de ódio. Que tenhamos o ímpeto e a coragem de Camila para disputar espaços outros e ocupá-los, tornando-os heterotópicos, tornando reais as utopias que nos fazem felizes e aguçam nossa humanidade; e que os fuzilamentos se deem exclusiva e metaforicamente em direção ao apagamento das liberdades individuais como as que reivindicou Camila.

Contribuição

Poliana Coeli Costa Arantes: Supervisão; Escrita - análise e edição; **Evânia Maria Ferreira do Nascimento:** Escrita – rascunho original; análise e edição; conceptualização; **Luísa Perissé Nunes da Silva:** Escrita – rascunho original; análise e edição; conceptualização.

Referências

ADAMI, Nazareno Miguel. Poder y sexualidad. El caso de Camila O’Gorman. **Revista Todo es Historia: registra la memoria nacional**, nº 281, A 22.000, año XXIV. Argentina. Nov 1990.

AZEVEDO, Ana Francisca. Geografia e cinema. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1957]

CAMILA (filme). María Luisa Bemberg, Coproducción Argentina – Española. GEA

Cinematográfica S.R.L. – Impala S.A. 1984. 105 min, son., color. Idioma: castelano. Subtítulos: inglês.

DE ARRIBA, Héctor Daniel. **Presbítero Miguel Gannon ¿culpable o inocente?** 1ª ed. Buenos Aires, Argentina: Dunken, 2013d.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico** – As Heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013a. Disponível em: <https://bit.ly/3lycIW5> Acesso em: 16 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. Prefácio. In: **As palavras e as coisas** – uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1966 [2000].

FOUCAULT, Michel. **De espaços Outros**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2013b. Disponível em: <https://bit.ly/39eivuO> Acesso em: 16 set. 2021.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na WEB. In: FLORES, G.G.; NECKEL, N.R.F.; GALLO, S.M.L. (org). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2015, p. 191-213.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008 [1984].

MOLINA, Enrique. **Una sombra donde sueña Camila O’Gorman**. Buenos Aires, Argentina: Seix Barral, 1994. [1973]

NEVES-CORREA, Mauricio. **Heterotopias no país do milagre: os corpos indígenas e as histórias filmadas**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.

PERISSÉ, Luísa. **Brasil e Argentina: tradução e adaptação e suas representações na cultura brasileira**. Biblioteca Nacional, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3kKdP6q> Acesso em: 28 set. 2021.

ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, 2014.

Recebido em: 13 de abril de 2022

Aceito em: 23 de maio de 2022

Publicado em agosto de 2022

Poliana Coeli Costa Arantes
E-mail: polianacoeli@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4880-5767>

Luísa Perissé Nunes da Silva
E-mail: luisaperisse@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4496-822X>

Evânia Maria Ferreira do Nascimento
E-mail: evaniamariaferreira33@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9205-6866>

**Heterotopic experiences in cinema and art:
Camila O’Gorman and other places**

***Experiências heterotópicas no cinema e na arte:
Camila O’Gorman e lugares outros***

Poliana Coeli Costa Arantes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Evânia Maria Ferreira do Nascimento

Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Luísa Perissé Nunes da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Abstract: This text sets out to analyse heterotopic experiences in Argentine cinema and art evoking the figure of Camila O’Gorman, based on Michel Foucault’s theorizations on the concept of heterotopia. To undertake this analysis, we turn to two of his texts: (i) “The utopian body” ([1966]2006) and (ii) “Of other spaces” ([1984]1986) in which Foucault presents and discusses the concept of heterotopia. As the corpus to be studied here, we have selected the movie *Camila* (1984) by the Argentine director Maria Luisa Bemberg and the collage by the Argentinean writer and artist Enrique Molina, used to illustrate the cover of his novel *Una sombra donde sueña Camila O’Gorman* (1994). The works chosen are discursive materialities revolving around Camila O’Gorman, a young woman transformed into an Argentine historical myth after being tragically killed in the nineteenth century.

Keywords: Heterotopia; Heterochrony; Discourse analysis; Foucault; Camila O’Gorman

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar experiências heterotópicas do cinema e da arte argentinos em torno da figura de Camila O’Gorman a partir das postulações teóricas de Michel Foucault (2013a; 2013b) sobre o conceito de heterotopia. Para realizar tal análise, utilizamos como base dois textos, a saber: (i) *O corpo utópico - As Heterotopias* (2013a) e (ii) *De espaços Outros* (2013b), nos quais Foucault se propõe a apresentar e a discutir o conceito de heterotopia. No que diz respeito ao *corpus* de estudo, selecionamos a obra cinematográfica *Camila* (1984) da cineasta argentina Maria Luisa Bemberg e a *collage* do escritor e artista argentino Enrique Molina que ilustra a capa de seu romance *Una sombra donde sueña Camila O’Gorman* (1994). As obras selecionadas são materialidades discursivas sobre Camila O’Gorman, uma jovem que se converte em um mito histórico argentino após ter sido tragicamente assassinada no século XIX.

Palavras-chave: Heterotopia; Heterocronia; Análise do discurso; Foucault; Camila O’Gorman



1 Introduction

The concept of heterotopia first appears in Michel Foucault's work in texts from the 1960s: in two radio broadcasts made in 1966, *Les hétérotopies* and *Le corps utopique* (Foucault, 1966), in the preface to his book *Les mots et les choses* (Foucault, 1966), and in a lecture given in Tunisia in 1967, based on the first of the radio broadcasts (*Les hétérotopies*) and published later under a new title, "Des espaces autres" (1984). In these texts, Foucault invites us to reflect on the heterogeneity of the spaces in which we live as sites that "draw us out of ourselves" and where we encounter intersecting marks of "our lives, our time and our history" (Foucault, [1984]1986, p. 23).

The heterogeneity to which Foucault refers is useful when it comes to thinking about the importance of spaces for human beings and societies, especially his conceptualization of heterotopias as "absolutely other spaces" (Foucault, 2009, p. 25).¹ Setting out from a reflection on the heterotopic potential of spaces proposed by Foucault, we develop an analysis of our own chosen corpus: the film *Camila* (1984) by the Argentinean director Maria Luisa Bemberg, and the collage illustrating the cover of the novel *Una sombra donde sueña Camila O'Gorman* (1994) by the Argentine writer Enrique Molina.

As well as constituting a fertile historical Latin American narrative through which analyses of diverse kinds may emerge, we considered this corpus fertile terrain given the connections that can be made between the concept of heterotopia and the life history of Camila O'Gorman, a young Argentine aristocrat who caused a scandal in the Buenos Aires society of the first half of the nineteenth century when she fell in love with her parish priest, Ladislao Gutiérrez.

Camila's love is reciprocated but, naturally, rebuffed by the young woman's family and by the ecclesiastical and political authorities. Motivated among other factors by a ruthless need to maintain his image, Adolfo O'Gorman, Camila's father, agreed to the search for the couple launched by the army of the governor Juan Manuel de Rosas. Camila and Ladislao fled Buenos Aires and settled in the town of Goya in the Corrientes province of Argentina.

¹ Michel Foucault, *Le Corps Utopique, Les Hétérotopies*. Paris: Lignes, 2009. All citations from this version have been freely translated into English.

In Goya, Camila and Ladislao lived together for four months in a house that the couple turned into the region's first school. Despite assuming new identities, Camila and Ladislao were found, imprisoned, sentenced to death and executed by the Rosas government's firing squad.

Camila became the protagonist of different forms of resistance to the authoritarianism of the Church and State, as well as to the judgment of her family and the nineteenth-century aristocratic society. During these processes, Camila lived in different spaces, including: (a) the family home in Buenos Aires; (b) churches; (c) the house in Goya; (d) prison.² These spaces maintain relations between themselves and, as heterotopic spaces, can "suspend, neutralize or invert" the set of relations designated by themselves, as Foucault indicates (1986, p. 24).

It is also worth emphasizing that, in Argentina, Camila O'Gorman was converted into a national historical myth, representing the resistance to and confrontation of the ethical and moral coercions imposed by the government and the Church whose discourses are perpetuated and reiterated in Argentinean society even today. Some of the repercussions of her life history are analysed by Perissé (2016, p. 3):

The cruel and excessive killing of two young people who loved each other emphasizes, in Argentina, the sick years of a morally repressive nineteenth-century society, of an ethically hypocritical Church and a highly authoritarian government. On the opposite side, Camila O'Gorman, by defending and fighting for love until her final days, is converted into a feminine symbol of resistance and courage that is perpetuated in Argentine society through her representation, to the present day, in diverse artistic and literary works like lithographs, biographies, theatre plays, novels, films, poems and so on.

Here we argue that Goya – the place to which the couple flee – can be correlated with the concept of heterotopia insofar as the town appears simultaneously real and imaginary; in other words, it actually exists, it is the place of physical dislocation, of exile, but it is the location where Camila and Ladislao will live their utopian reality, their love, a love unacceptable to their peers. For Neves-Correa (2018), heterotopias are the opposite of nowhere, they are spaces present on the margins of our society. Camila and Ladislao are, in a certain form, pushed to the margins by a society that rejects them and they see

² In this text, we use 'Church' (upper case) to refer to the institution and 'church' (lower case) to refer to the physical space.

no alternative other than to move from a place they could call their own to another, a (non)place, given that they can only fit in if they turn into other people.

After this introduction, the remainder of this article is organised in four parts: in the second section, we discuss the concept that anchors our analyses, heterotopia, as formulated by Foucault ([1966]2006, [1984]1986); in the third, we present some reflections on cinema as a heterotopic and heterochronic experience, as well as analysing the form taken by the relationships between Camilla and the spaces that intersected with her over the course of her life; in section four, we propose an analysis of Enrique Molina's collage, connecting it to the concept of heterotopia and Camila's image; finally, in the fifth section we present our final considerations.

2 Theoretical path: the mixed experience of the mirror (utopia and heterotopia)

Speaking about heterotopia presumes a discussion of the notion of space that, according to Foucault (2013b), comprises the great obsession of the twentieth century. Gregolin (2015) reminds us that this is one of the central questions of Foucault's thought: modernity conceives space to be more important than time. The concept of heterotopia proposes a shift in the notion of place that, from a conventional perspective, corresponds to a deictic category.

Exploring the concept of scenography, Maingueneau (2008, p. 88) defines deixis as "the set of localizations in space and time presented by an act of enunciation." The conventionalism of this definition, which limits the analysis of the notion of space (and time) to the spoken, allows us to appreciate the amplification contained in Foucault's proposal, which aims to study the heterotopic nature of our relations with spaces in a science that he calls heterotopology.

For Foucault (2013a), there is no such thing as neutral space, essentialized in a self-enclosed definition. Rather, there exist hybrid, nuanced, divided and superimposed spaces. In the author's words:

We do not live in a neutral and white space; we do not live or die or love within the rectangle of a sheet of paper. We live, die and love in a space that is gridded, cut up, variegated, with zones of light and shadow, differences in

level, with steps, hollows, bumps, durable regions and crumbling, penetrable, porous regions. (Foucault, 2009, pp. 23-24)

Gregolin (2015, p. 196) argues that “space and meaning meet in discourses and produce effects,” in other words, bodies establish relations with these regions and these connections generate multiple meanings and conceptions about spaces that are not situated anywhere; instead, they are other spaces, “they are like *counter-spaces*” (Foucault, 2009, p. 24).

These counterspaces are like the inventions conjured by children in their games of make-believe: situated in a particular place, they pretend they are in another, the elements around them representing other things that satisfy their fantasy, imagination, the magic of play. By pretending that the big bed of their parents is an ocean (Foucault, 2013a), for example, they create a fantastic and thus fictitious space, but one located in a real space. However, adult society, even before children, also organises its counterspaces to what Foucault calls situated utopias or “real places outside all places” (Foucault, 2009, p. 25).

The utopia can be comprehended, then, as a point of origin from which the concept of heterotopia develops. As a source of heterotopic thought, utopia possesses diverse meanings, such as the construction of an imaginary of societies deemed perfect from political and social viewpoints, for instance. Utopias, according to Foucault (2013a), truly have no place. A heterotopia, however, would be a kind of utopia that has a precise, real, localisable place. In heterotopic thought, inhabited space transcends geometric and geographic space, as Foucault explains:

There are also, probably in every culture, in every civilization, real places – places that do exist and that are formed in the very founding of society – which are something like counter-sites, a kind of effectively enacted utopia in which the real sites, all the other real sites that can be found within the culture, are simultaneously represented, contested, and inverted. Places of this kind are outside of all places, even though it may be possible to indicate their location in reality. Because these places are absolutely different from all the sites that they reflect and speak about, I shall call them, by way of contrast to utopias, heterotopias. (Foucault, [1984]1986, p. 24)

Conceiving utopias as the genesis of the heterotopic potential of spaces, we can reflect on the intrinsic relationship between utopia and heterotopia provoked by the existence of a ‘mixed experience’ (Foucault, [1984]1986, p. 24), which functions as a

kind of mirror. When we look in the mirror, we see that we are inside, in another space, reflected in a real projection of ourselves. At the same time, we know that we ourselves are not there in concrete form but rather our reflection, which makes evident the potential of the ‘virtual space’ (Foucault, [1984]1986, p. 24) in which we observe ourselves through the glass. Utopia and heterotopia are like two sides of the same coin in which it is possible to combine the irreal and the real, the abstract and the concrete, the ideal and the material.

The debate on heterotopias is highly productive since the concept comprises an alternative that allows us to reflect on space beyond the dual perspective of real versus imaginary, given that, as emphasized above, heterotopias are simultaneously real and imaginary. These different spaces, other places, are “mythical and real contestations of the space in which we live” (Foucault, 2009, p. 25), providing the possibility of renewing frozen and conventional notions of place. In this sense, it can be argued that heterotopias enable a critique of the idea that language possesses an exclusively representational capacity; they help undo the immediate correlation between world and words, exposing the fact that language not only represents the world but, through language, the speaker can act on this world (Rocha, 2014).

To develop his notion of heterotopia, Foucault presents us with the principles of a science he called heterotopology. One of these principles, which interests us especially here, states that heterotopias have “as a rule juxtaposition in a real place of various spaces that would or should normally be incompatible” (Foucault, 2009, pp. 28-29). Theatre and cinema exemplify this principle since we are faced with a screen that transports us to another space (and time). The cinema experience matters to us especially here since it features “a large rectangular stage at the back of which, on a two-dimensional space, a new three-dimensional space is projected” (Foucault, 2009, p. 29); there is a simultaneous overlapping of spaces and times, which Foucault (2013a) calls heterochrony.

Foucault states that “heterotopias are frequently linked to singular slices of time” (Foucault, 2009, p. 30), assuming a kind of kinship with heterochronies, which constitute another principle useful for this work. As a heterotopic space and a heterochronic realization, cinema is a region of transitory occupation (Foucault, 2013a) with the potential to transport us to other spaces – even if the audience is situated in a precise and localisable space – and to other past or future times relative to the moment of the

cinematographic experience, characteristics typical of fictional language. Cinema is a real place that can combine spaces and times on screen that are usually incompatible: distinct places around the world and different times across the history of humankind.

Along these lines, the present article proposes to reflect on the concept of heterotopia through the selected corpus, seeking to analyse the following questions: (a) how are the heterotopic spaces lived by Camila O’Gorman constituted; (b) how does Camila relate to these sites; and (c) how tenuous was the heterotopic experience lived by Camila?

3 Camila O’Gorman: intersections between other spaces (and times)

In this section, we develop an analysis of the film *Camila* (1984) from two vantage points: (i) the cinema as a heterotopic and heterochronic experience from the audience’s perspective, and (ii) other spaces and times as heterotopic and heterochronic experiences from Camila O’Gorman’s perspective.

3.1 Cinema as a heterotopic and heterochronic experience

In 1985, the film *Camila* (1984) by the Argentine filmmaker Maria Luisa Bemberg acquired international fame following its nomination for an Oscar in the Best Foreign Film category. Although it did not win the award, the Hollywood nomination cleared the path not only for the globalisation of Argentine cinema but also for the internationalisation of Camila O’Gorman’s story as a national myth.

The film was part of the New Argentine Cinema that emerged in the 1980s in the post-dictatorship context; *Camila* questions the dictatorship’s abuses of a past that still resonates in Argentine memory. For Foucault, cinemas are, like cafés and beaches, spaces where we can live a determined heterotopic experience for a determined moment. The author associates the conception of heterotopia with heterochrony, arguing that, as cited above, heterotopies are frequently linked to singular temporal slices (Foucault, 2009, p. 30) – not an eternal time but a chronological time, a time with a certain duration.

From the audience’s perspective, one can say that cinema, through the intersection of different spaces and times projected on the screen, is capable of transporting the viewer

to other spaces and times. Despite possessing a localisable and situatable space, cinema is the place of concretization of utopias, daydreams, dreams made possible through cinematography. It is the potential site for an enjoyment that causes heterotopic and heterochronic displacements, intersections and juxtapositions.

Intriguing here is the articulation that Foucault develops between space and time, especially in thinking about cinema as a locality that enables “enclose all times in a single place” (Foucault, 2009, p. 30). In *Camila*, we are transported back to the nineteenth century and the different spaces occupied by the protagonist. Simultaneously, we are invited to comprehend the production of meanings constructed in the time-space relationship, imagining Camila’s life as a woman both resigned (forced to accept the husband chosen by her family and marry him just as her sisters have done) and silenced (unable to express an opinion on politics like the men of her family – her father, brothers and brothers-in-law) as illustrated in Figure 1.

Figure 1 – Camila O’Gorman and her father, Adolfo O’Gorman, when the young woman is reproached for expressing her political opinion at the dinner table.



Source: *Camila* (1984)

The experience of watching a cinematographic work like *Camila* makes it possible to visualize the relations established between individuals from Argentine society and the spaces that they occupied / disputed / lived in the first half of the nineteenth century. With the passing of time, we can observe aspects that disappeared and others that still perpetuate themselves years or even centuries later.

Compared to what we live today, the spaces occupied by women in the nineteenth century were emphatically far more limited and restricted. Today, however, many spaces are still occupied mostly by men and the voices of women are very often silenced or

discredited. In many job interviews, for example, female candidates are judged on the possibility that they may become mothers (or the fact they already are), as if the mother were the only parent responsible for caring for children, an idea testimony to how the female image is still linked more to the home and to domestic tasks than to the work market.³

Nonetheless, as Camila's story shows, it is clear that women have been seeking and creating their own heterotopias over the centuries as potential spaces where they can insert themselves, since, as Foucault highlights (2009, p. 25), "there is probably no society that has not constituted its heterotopia or heterotopias."

According to Azevedo's study of the relations between cinema and space (Azevedo, 2009), the cinema viewer is an 'itinerant traveller': though apparently being immobile, the audience is transported through fantasy and desire to territories mobilized by the film experience. For the author, this place where the filmgoer is taken is "traversed by multiple times and spaces" (Azevedo, 2009, p. 124). The observations made by Azevedo (2009) dialogue with the ideas of Foucault (1966,[1966]2006, [1984]1986), since this temporal and spatial traversing is also evinced through the concepts of heterotopia and heterochrony discussed in this work. These traversings, lived by Camila O'Gorman, are the topic of the analyses proposed in the next topic.

3.2 Camila O'Gorman and the desire for other places

In the movie *Camila* (1984) by Maria Luisa Bemberg, the main character lives in four spaces: (a) the house of the O'Gorman family in Buenos Aires; (b) the Catholic church; (c) the house of Camila and Ladislao in the town of Goya, Corrientes province; (d) the prison in Santos Lugares, Buenos Aires province. Setting out from the concept of heterotopia formulated by Foucault, we can ask: how do these spaces constitute heterotopic experiences lived by Camila O'Gorman? How do the relations between Camila and these sites unfold? And finally, just how tenuous and volatile was the heterotopic experience lived by the couple before their execution?

³ A study undertaken by the Parent in Science movement reveals the disparity in the productivity of men and women (with and without children) during the pandemic. The results are available at <https://bit.ly/3NpSGuj> Consulted: 27/03/2022.

The house of the O’Gorman family is the first space lived by Camila. From an early age, the young woman experiences the house in other ways, exploring inhospitable or seldom frequented areas such as, for instance, the attic where she spends her time hiding. As a result of this, she is constantly reproached by her father and brother. Camila, in her house-universe, seeks other, different, diverse spaces, non-traditional or unconventional. For her, the attic was the space where she could dream, idealise, imagine. The attic, as Figure 2 shows, harbours her dreams and allowed Camila to inhabit the space in her own way.

Figure 2 – Camila O’Gorman hiding in the attic



Source: *Camila* (1984)

As was common in the nineteenth-century Argentine aristocracy, the family house was an extension of the spaces of the church – in other words, both the localities were linked and interconnected: families went to mass regularly and the priests constantly visited the homes of the faithful. On one of these visits to the house of the O’Gorman family, the Jesuit priest Ladislao Gutiérrez meets Camila and they fall in love. The desire between the young couple grows during their furtive encounters in the church, which is also where they exchange their first kiss.

According to Bachelard (2008), the natal home evokes protection, intimacy, security and, in the same way, we can infer that the church also symbolically evokes protection, support and assistance. The protection of the family home is represented by the father as an earthly paternal figure, while that of the Church is represented by the heavenly father, God. However, these spaces are subverted insofar as Camila does not fit

into either of the conventionalised standards. At home, the young woman's behaviour is the subject of her father's rebukes. At church, her sinful attitude is equally deemed intolerable. Camila is out of place.

In the heterotopic subversion of these spaces, Camila renounces the protection of both paternal figures, since, transgressing the earthly social law and committing what for the Church amounts to sin, she no longer has the right to this protection; she is fated to the punishment allotted to her.

Camila's family house and the Catholic church that they frequent emerge as kinds of counterspaces in which one can live a simultaneously mythic and real experience (Foucault, 2009, p. 25): that is, she is permitted to dream in a repressive and authoritarian home and also fall in love with a Jesuit priest. In this sense, the O'Gorman family home ceases to be a space of protection and becomes a space of tension, conflict and detachment. In the same way, the Catholic church becomes an unwelcoming, hostile and criminalizing place.

The house of the O'Gorman family and the church are, therefore, spaces that push Camila to move away and find in the town of Goya a possible countersite for the concretization of her utopia: living as the wife of the priest Ladislao Gutiérrez. Goya is a real, true, effectively localisable town (Foucault, [1984]1986, p. 24), but at the same time it is outside anywhere, dislocated, separate from reality. It is the precise and real location of the utopia of Camila's love: a place that can be situated tangibly on the map and that simultaneously harbours the dream of refuge, as if the love between Camila and Ladislao was possible in this place and this time, and that there both of them were safe.

Even though impossible in this space and this time, the love between Camila and Ladislao is possible and realisable in another (heterotopic) space and in another (heterochronic) time. Goya is configured as a place that opposes all other spaces (Foucault, 2009, p. 25), like a contestation, an affront, a negation of the spaces in which Camila lived previously. It comprises a site of rupture in terms of the recollections and memories of her natal home and is established as the place that allows the dreamer-Camila to 'dream in peace' (Bachelard, 2008, p. 26).

Based on the ideas of Foucault, we can suggest that 'the mixed experience' – that is, the simultaneously real and mythic experience of Camila and Ladislao in the town of Goya – is constituted as another space, which would be therefore the 'non-Buenos Aires',

and by another time, the ‘non-nineteenth century.’ To concretise their utopia in this heterotopic experience, they need to assume new identities: Valentina Desau (the ‘non-Camila O’Gorman’) and Máximo Brandier (the ‘non-Ladislao Gutiérrez’). In these spaces, Camila and Ladislao encounter gaps, cracks and crevices that are at once possible and impossible. The house in Goya displays the attribute of perfection, as cited by Foucault as one of his principles in which heterotopias assume a specific function in relation to the rest of space, able to become perfect spaces: “another real space, as perfect, as meticulous, as well arranged as ours is messy, ill constructed, and jumbled” (Foucault, [1984]1986, p. 27).

Camila’s heterotopia withers, however, with the same speed as when parents uncover the game of the children who imagine their bed as the ocean: “this is the pleasure, in sum, because when the parents return, they will be punished” (Foucault, 2009, p. 24). The heterotopia of Camila O’Gorman and Ladislao Gutiérrez is unravelled the moment they are identified, denounced, imprisoned and finally shot by Rosas’ troops without trial.

The prison to which Camila is taken is, in Foucault’s terms, the space where individuals are allocated whose behaviour deviates from the average or the required norm (Foucault, 2009, p. 27). These are the heterotopias of deviancy: the spaces destined for those who stray from what society considers correct, adequate and appropriate. After all, how would a young woman dare to confront the power relations established by the State and the Church? How could she dare to question the model of womanhood conceived for her era and her social group? How would she dare impose herself and express her opinion amid an authoritarian and conservative patriarchal family/society?

Prisons, for Foucault, are examples of spaces that possess “a system of opening and closure” that people enter and leave not at their own will but under obligation. This system of opening and closing is responsible for the isolation of these locations in relation to the surrounding space (Foucault, 2009, p. 32).

In Camila’s case, it was not enough simply to keep her isolated, imprisoned, sidelined, displaced from her social environment. Camila had to be given the kind of ‘exemplary punishment’ (de Arriba, 2013d, p. 33) that served to show society how such behaviour was unacceptable and unforgiveable. It was necessary to teach the people that the questioning figure of Camila could never be an inspiration for other young women of the period. Despite being pregnant at the time, Camila was executed by the Rosas firing

squad on August 18, 1848, with the blessings of the State, the Church, her family and Argentine society (Adami, 1990, p. 11).

Figure 3 – Camila O’Gorman and Ladislao Gutiérrez, buried in the same coffin after their execution.



Source: *Camila* (1984)

We can propose that the town of Goya and the prison are heterotopic spaces with which Camila relates in distinct ways: Goya is the town to which the couple travel voluntarily and that allows them to make their most intimate daydreams a reality. It is, therefore, a ‘dream house’ (Bachelard, 2008, p. 34) that not only harbours dreams but also allows them to be heterotopically realized. In Goya, Camila and Ladislao are together, united, inseparable. Prison, on the other hand, is the locality to which the couple are forcibly transferred and where solitude, absence, finitude are imposed. It is return to reality, the destruction of the utopia, the erosion of the heterotopic experience. Camila and Ladislao are separated, split up, incommunicable.

The heterotopic experience in Goya fades and transforms, giving way to another heterotopic experience, this time in prison. Both are constituted as places of rupture: the former provokes the rupture with everything that Camila lived previously, while the latter causes the interruption of Camila’s life, leading to her death.

4 Camila O’Gorman: juxtapositions and encounters in the collage of Enrique Molina

Figure 4 – Collage, 1994



Source: MOLINA, Enrique. Cover of *Una sombra donde sueña Camila O’Gorman*, 1994, Seix Barral.

For the launch of the film *Camila* in 1984, the poetic novel of Enrique Molina, *Una Sombra donde sueña Camila O’Gorman* (1973), was re-edited and published by various Argentine publishers. Ten years later, in 1994, the Seix Barral publishing house released another edition of Molina’s book. The cover is illustrated with a collage by the author himself. Molina’s artwork reveals aspects that dialogue with the surrealist avantgarde movement, such as, for example, the intersection between the real and the dream, encountered, in the juxtaposed image of the two Camilas.

In the foreground, the collage shows the protagonist characterised physically as the model woman conceived for her period and social group. An elegantly dressed woman with her body adequately covered, her hair combed, with a facial expression suggestive of humility and a melancholic gaze that verges on submission. This representation would be equivalent to the Camila that existed in the real.

In the background, Camila appears partially naked with a facial expression that seems to reveal a degree of contentment with a posture that dares to raise the head slightly.

This is a Camila who, until breaking with her social imprisonments, is not real: it is the Camila dreamt by herself who will become real through a heterotopic experience.

The real Camila, in real spaces, must maintain behaviours imposed on women; she should be ‘beautiful, modest and home-loving,’ a notorious expression used to dispute a meaning of womanhood still possible even in the twenty-first century.⁴ A meaning resisted by being strongly attacked and rejected as a description of twenty-first-century woman by movements closer to feminism, for example.

Forced to maintain a type of behaviour with which she does not identify, it is as if Camila was not being herself but playing the role attributed to women during the period, resigned and at the same time rebellious when, in her natal home, she dared express her views about politics. On the other hand, when she runs away with the man she loves, she gives a new meaning to the relationship with the space that she comes to occupy; it is a heterotopic experience. Thereafter, this woman manages to exercise freedom over her own life: her love choice, her own body and form of acting in the world. The Camila dreamt by herself becomes embodied and transcends the dream universe; it is when a utopia finds a place and thus comes to be called a heterotopia (Foucault, 2013a).

If we take the image of the protagonist in the background to represent a freer Camila, we can affirm that female liberty was something secondary, something that had to remain on the margins, in the shadows, on the utopic plane, given that the social dispositifs of the family, State and Church, which dictated values hypocritically ignored in practice, were the same ones that disparaged women, silencing their voices and their intellectual potential.

Camila’s nudity transcends the bodily dimension and implies the rejection of institutionally imposed standards. The image of Camila in the background reflects a woman who casts off such standards and the advantages derived from her lineage and makes real – at least for the few months during which she lives with Ladislao – the woman she dreamt of being.

The objectification surrounding the female figure in a dictatorial society, however, placed her in a situation that could be highly dangerous – after all, the institutions could decide whether a woman lived or died irrespective of any existing laws. When she was

⁴ These three adjectives correspond to the title of the report published by the Brazilian magazine *Veja*, presenting **Marcela Temer**, wife of the then vice-president Michel Temer – and ‘almosty first lady’ in the publications words. Source: <https://bit.ly/2Xbk5ei> Consulted: 14/10/2021.

executed, on August 18, 1848, Camila was pregnant and yet was still not spared the ‘exemplary punishment.’

In that context, behaviours like those of Camila were only acceptable if they remained at the level of idealisation, in the background, in the shadow of the morally admissible actions; made concrete, they would provoke the consequences that she faced: summary sentencing to death without the right to a trial, a basic element of justice in any society.

5 Final considerations

Over the course of this work, we have foregrounded the figure of Camila O’Gorman, seeking to analyse the cinematographic work *Camila* (1984) and the collage by the Argentine writer and artist Enrique Molina, which illustrates the cover of his novel *Una sombra donde sueña Camila O’Gorman* (1994), from a heterotopic viewpoint. The concept of heterotopia formulated by Foucault (2000; 2013a; 2013b) proved extremely useful to the analysis that we undertook with the selected discursive materialities about Camila, considered an Argentine historical myth due to her passionate and tragic life history.

By proposing the possibility of conceptualising the existence of a place at the centre of the duality of real place versus imaginary place, Foucault expands the notion of space to include a third perspective. In this way, the spaces inhabited by Camila – the house of her parents, the church, the house in Goya and the prison – can be comprehended not only from the geographic viewpoint but also the heterotopic viewpoint – that is, places where unacceptable, unimaginable, surreal events are realized, where they become real due to the heterotopic relation established by the protagonist.

When we set out to relate heterotopic aspects with the experiences of Camila O’Gorman, we sought not only to apply a theory that could help us comprehend how the relations with the different spaces that Camila occupied/inhabited contributed to shaping her character, the person she became. Beyond this application, especially considering language as a form of action in the world, we believe in the importance of actualizing Camila’s resistance to the forms of oppression experienced by women in the nineteenth century and that persist today in many parts of the world.

Over the course of these analyses and discussions, we argue that Camila not only symbolises an ideal of engaged femininity from/in her time but also a representation of

the consequences of arbitrary acts, characteristic of authoritarian governments, supported by a society protected by the pretence of defending supposed good customs and sustained by distorted views of religious foundations of any kind.

Narratives like Camila's need to be actualised, just like those of the holocaust and the enslavement of black people, for example, so that by reflecting on these events we can avoid committing the same mistakes and/or becoming the victims of snares laid by discourses of hate, however concealed they may be. We need Camila's impetus and courage to vie for other spaces and occupy them, making them heterotopic, making real the utopias that make us happy and stimulate our humanity, and that any firing squads are aimed exclusively and metaphorically at the attempts to wipe out the kinds of individual freedoms claimed by Camila.

Contribution

Poliana Coeli Costa Arantes: Supervision; Writing – analysis and editing; **Evânia Maria Ferreira do Nascimento:** Writing – original draft; analysis and editing; conceptualization; **Luísa Perissé Nunes da Silva:** Writing – original draft; analysis and editing; conceptualization.

References

ADAMI, Nazareno Miguel. Poder y sexualidad. El caso de Camila O'Gorman. **Revista Todo es Historia: registra la memoria nacional**, nº 281, A 22.000, año XXIV. Argentina. Nov 1990.

AZEVEDO, Ana Francisca. Geografía e cinema. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1957]

CAMILA (filme). María Luisa Bemberg, Coproducción Argentina – Española. GEA Cinematográfica S.R.L. – Impala S.A. 1984. 105 min, son., color. Idioma: castellano. Subtítulos: inglés.

DE ARRIBA, Héctor Daniel. **Presbítero Miguel Gannon ¿culpable o inocente?** 1ª ed. Buenos Aires, Argentina: Dunken, 2013d.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico – As Heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013a. Disponível em: <https://bit.ly/3lycIW5> Acesso em: 16 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. Prefácio. In: **As palavras e as coisas** – uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1966 [2000].

FOUCAULT, Michel. **De espaços Outros**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2013b. Disponível em: <https://bit.ly/39eivuO> Acesso em: 16 set. 2021.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na WEB. In: FLORES, G.G.; NECKEL, N.R.F.; GALLO, S.M.L. (org). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2015, p. 191-213.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008 [1984].

MOLINA, Enrique. **Una sombra donde sueña Camila O’Gorman**. Buenos Aires, Argentina: Seix Barral, 1994. [1973]

NEVES-CORREA, Mauricio. **Heterotopias no país do milagre: os corpos indígenas e as histórias filmadas**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.

PERISSÉ, Luísa. **Brasil e Argentina: tradução e adaptação e suas representações na cultura brasileira**. Biblioteca Nacional, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3kKdP6q> Acesso em: 28 set. 2021.

ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, 2014.

Received on 13 April 2022

Accepted on 23 May 2022

Published on August 2022

Poliana Coeli Costa Arantes
E-mail: polianacoeli@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4880-5767>

Luísa Perissé Nunes da Silva
E-mail: luisaperisse@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4496-822X>

Evânia Maria Ferreira do Nascimento
E-mail: evaniamariaferreira33@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9205-6866>

Juventudes distópicas: a rebeldia como dispositivo de segurança em *Fahrenheit 451*

Dystopian youth: rebelliousness as security device in Fahrenheit 451

Willy Nascimento Silva

Universidade Federal da Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil

Luciane Alves Santos

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil

Resumo: Esse trabalho busca verificar como a rebeldia da juventude é assimilada enquanto dispositivo de segurança pelas tecnologias de poder que dão forma às sociedades representadas na ficção científica distópica. Para tanto, são discutidos os conceitos de juventude e rebeldia, destacando-se suas implicações simbólicas (ABRAMO, 1994; GROppo, 2000; PASSERINI, 1996); em seguida, são exploradas as noções de governamentalidade e dispositivo de segurança, a fim de compreender o exercício do poder na utopia (FOUCAULT, 2008; 2014; 2019); e, por fim, os argumentos desenvolvidos nas seções teóricas são recuperados por meio de uma leitura crítica de *Fahrenheit 451*, obra selecionada em função da maneira como expressa a relação entre a cultura de consumo que define as sociedades industriais avançadas e os discursos que modelam sua juventude. Os resultados dessa leitura indicam que a escola e as mídias de massa colaboram para a produção de uma juventude politicamente neutra, cuja rebeldia é administrada de modo a se tornar útil ao próprio exercício do poder.

Palavras-chave: Juventude; Rebeldia; Ficção científica distópica; Dispositivo de segurança; *Fahrenheit 451*

Abstract: This work aims to verify how youth rebelliousness is assimilated as a security device by the technologies of power that shape the societies represented in dystopian science fiction. Therefore, the concepts of youth and rebelliousness are discussed, highlighting their symbolic implications (ABRAMO, 1994; GROppo, 2000; PASSERINI, 1996); then, the notions of governmentality and security device are explored, in order to understand the exercise of power in utopia (FOUCAULT, 2008; 2014; 2019); and, finally, the arguments developed in the theoretical sections are recovered through a critical reading of *Fahrenheit 451*, selected for the way in which it expresses the relationship between the consumer culture that defines advanced industrial societies and the discourses that shape their youth. The results of this reading indicate that school and mass media contribute to the production of a politically neutral youth, whose rebelliousness is administered to become useful to the very exercise of power.

Keywords: Youth; Rebelliousness; Dystopian science fiction; Security device; *Fahrenheit 451*



1 Introdução

Embora seja comum tratar a ideia de juventude como uma questão meramente etária, limitando-a a um recorte temporal invariável no desenvolvimento biológico dos indivíduos, diferentes pesquisadores demonstram que fatores sociais, históricos e culturais são decisivos para a formulação dessa categoria (ABRAMO, 1994; BOURDIEU, 2003; GROppo, 2000). Em outros termos, a juventude pode ser compreendida como um conceito criado a partir dos discursos que circulam em determinada sociedade.

Nas sociedades industriais avançadas, esses discursos reproduzem um padrão de comportamento associado, de modo geral, à liberdade sexual, ao uso de drogas, à delinquência, ao questionamento de valores e à rebeldia. A juventude, em resumo, seria considerada um agente de transformação social devido ao potencial transgressivo que lhe é imputado.

Por outro lado, esse mesmo potencial transgressivo tem sido historicamente usado como instrumento de poder, seja para a consolidação de um projeto (como no caso da Hitler-Jugend e da Gioventù Italiana del Littorio) ou para a conservação da ordem social vigente.

Em se tratando de literatura, é comum observar esse investimento político da juventude como um motivo recorrente da ficção científica distópica. Seja submetida ao rígido processo de condicionamento do *Admirável mundo novo* (1932), de Aldous Huxley; agrupada sob a insígnia da Liga Juvenil Antissexo, em *1984* (1949), de George Orwell; ou docilizada pelo método Ludovico da *Laranja Mecânica* (1962), de Anthony Burgess, as juventudes reproduzidas nesse tipo de narrativa são alvo de manobras cujo fim último seria exatamente a manutenção e o funcionamento da utopia.

Isso também pode ser evidenciado em *Fahrenheit 451* (1953). No romance de Ray Bradbury, as mídias de massa avançaram ao ponto de se tornarem onipresentes e o ócio controlado ocupou a totalidade da vida. O pensamento foi suplantado de tal maneira que o simples ato de ler é considerado crime e bombeiros são responsáveis pela conservação da ordem, queimando livros em vez de combater incêndios. Nesse cenário, a rebeldia da juventude, em vez de ser uma expressão de resistência no campo das correlações de forças, constituiria antes um dispositivo de segurança dentro da própria economia do

poder. Os discursos que circulam na sociedade representada na obra produzem uma juventude que manifesta sua rebeldia tão somente no nível da aparência, como espetáculo, de forma fetichizada e sem perturbar a estabilidade utópica.

Diante disso, esse trabalho busca verificar como a rebeldia da juventude é assimilada enquanto dispositivo de segurança pelas tecnologias de poder que dão forma às sociedades representadas na ficção científica distópica. Para tanto, são discutidos os conceitos de juventude e rebeldia, destacando-se suas implicações simbólicas (ABRAMO, 1994; GROPPPO, 2000; PASSERINI, 1996); em seguida, são exploradas as noções de governamentalidade e dispositivo de segurança, a fim de compreender o exercício do poder na utopia (FOUCAULT, 2008; 2014; 2019); e, por fim, os argumentos desenvolvidos nas seções teóricas são recuperados por meio de uma leitura crítica de *Fahrenheit 451*, obra selecionada em função da maneira como expressa a relação entre a cultura de consumo que define as sociedades industriais avançadas e os discursos que modelam sua juventude.

2 Juventude como construção sociocultural e simbólica

Para entender o que significa juventude é necessário antes pensar outros dois conceitos: puberdade e adolescência. Enquanto a primeira é marcada por transformações físicas e biológicas, a segunda diz respeito às mudanças psicológicas por que passa o indivíduo. A juventude, por sua vez, seria caracterizada por transformações sociais, ou seja, descreveria o intervalo entre as funções sociais da infância e da maturidade (GROPPPO, 2000). Normalmente esses três conceitos se confundem, criando uma amálgama homogeneizante dos fenômenos envolvidos: o adolescente. A juventude, a adolescência e a puberdade seriam, pois, resumidas a uma questão etária, a uma etapa da vida com características específicas e invariáveis.

Essa abordagem, contudo, vem sendo criticada em favor de uma visão da juventude não como fase do desenvolvimento humano, mas como uma “[...] concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais e pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” (GROPPPO, 2000, p. 8). Assim sendo, a juventude constituiria uma variante em função de outras categorias, como etnia, gênero, classe social, contexto

histórico, nacionalidade etc. Cada recorte sociocultural, portanto, apresentando “[...] subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios” (GROPPO, 2000, p. 15). Nesse sentido, apesar de haver um esforço em uniformizar as juventudes sob um padrão ideal (urbano, ocidental, branco, masculino), a própria noção de juventude é socialmente variável, ou seja, os processos que a definem “[...] modificam-se de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através das suas divisões internas” (ABRAMO, 1994, p. 1).

Diante disso, é possível afirmar que o jovem seria uma construção histórico-social da modernidade, produzida pelo avanço do capitalismo em conjunto com a modernização da educação (CAVALCANTE, 1987). Ariès afirma, por exemplo, que nas sociedades medievais a relação entre infância e mundo adulto não era mediada por uma categoria intermediária como a adolescência. Segundo o autor, a infância estava ligada à ideia de dependência. “Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos, dos graus mais baixos da dependência” (ARIÈS, 1986, p. 42). O indivíduo se tornava adulto ao entrar no mundo do trabalho. Isso, entretanto, muda com a modernização da educação – transferida do âmbito familiar para a escola – e a organização econômica capitalista.

A acentuada divisão do trabalho e a especialização econômica, a segregação da família das outras esferas institucionais e o aprofundamento das orientações universalistas agudizam a descontinuidade entre o mundo das crianças e o mundo adulto, implicando um tempo longo de preparação que, comparado ao das sociedades primitivas, é menos institucionalizado e com papéis menos definidos (ABRAMO, 1994, p. 3).

A juventude, dessa maneira, representaria um estágio de suspensão que antecede a entrada na vida social plena, uma “condição de relatividade” (ABRAMO, 1994, p. 11). Ela estaria à margem dos processos decisórios e submetida à ordem social vigente; que por sua vez define a função dos jovens na sociedade (CAVALCANTE, 1987). Trata-se, enfim, de determinar as regras para o jogo de forças em que a juventude está implicada.

Segundo Bourdieu, “[a] representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que em contrapartida estes deixem uma grande quantidade de coisas aos mais velhos”, produzindo, assim, um campo limitado de atuação para o jovem (BOURDIEU, 2003, p. 151-52). Isso explicaria o argumento de que a juventude em si “[...] não consegue fabricar algo de novo, a não ser que receba um apelo

por parte dos adultos” (CAVALCANTE, 1987, p. 13). Ou seja, a despeito da ideia de juventude como agente de transformação, ela seria “[...] incapaz de inovar independentemente das solicitações e/ou impedimentos externos e provenientes do mundo adulto” (CAVALCANTE, 1987, p. 13).

A noção de juventude então se consolida tanto a partir do que lhe é projetado de fora para dentro (ou seja, do mundo adulto para os grupos jovens), quanto internamente, por meio de linguagens, símbolos, rituais que visam marcar uma identidade distintiva (ABRAMO, 1994). Trata-se de um paradigma sociocultural e simbólico, significante enquanto (re)produtor de subjetividades ao passo que é significado pelos discursos que circulam na sociedade.

De modo geral, a juventude estaria relacionada à reivindicação do prazer e da independência, “[...] da qual redundam graves conflitos com pais, professores e policiais, e que, muitas vezes, geram posturas de violência ‘descontrolada’ e ‘sem direção’” (ABRAMO, 1994, p. 34). Essa atitude, contudo, não seria exclusiva dos grupos jovens, considerando que estaria na base do pensamento individualista subjacente às sociedades modernas e, portanto, disponível para todos os seus membros. “Assim, a liberdade e a autonomia presentes na contestação e na rebeldia atribuídas ao adolescente podem ser idealizadas e preservadas nesse momento mítico que deverá ser abandonado em prol da vida adulta” (BERTOL; SOUZA, 2010, p. 826). Em outros termos, a juventude representaria um estágio de mitigação das forças de transgressão reprimidas na maturidade; isso explicaria, por exemplo, o incômodo que ela causa: ao buscar sempre transgredir, ela “[...] expõe nossa violência recalcada” (MARIN, 2003, p. 98).

Assim sendo, o jovem enquanto objeto simbólico traduz “[...] o concentrado das angústias da sociedade – do desemprego ao sentido de inutilidade da vida – mas torna-se também o modelo do futuro, portanto, ameaça e esperança” (PASSERINI, 1996, p. 351). Se por um lado os discursos produzidos a partir da luta entre jovens e velhos promovem uma noção de juventude como agente de transformação social (e, sob essa perspectiva, ser jovem significaria estar disposto a confrontar a ordem estabelecida), por outro, isso não significa que os jovens estejam sempre comprometidos com o progresso. “A juventude não é conservadora nem progressista por natureza, mas uma potencialidade pronta para qualquer novo começo” [Youth is neither progressive nor conservative by nature, but is a potentiality which is ready for any new start] (MANNHEIM, 2010, p. 35,

tradução nossa). Ela seria ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade ao exercício do poder.

Como argumenta Cavalcante, “[...] à juventude é atribuída uma força de renovação de valores, cabendo aos adultos a criação de estratégias que amenizem esse conflito, podendo ser violentadas ou dissimuladas” (CAVALCANTE, 1987, p. 14). Dentre essas estratégias, estaria por exemplo a maneira como o potencial transgressivo da juventude é incorporado à produção de signos que define a lógica econômica das sociedades industriais avançadas. A rebeldia, nesse caso, assume uma forma fetichizada, ela “[...] se enquadra no processo de diferenciação/personalização da própria essência do consumo” (VINICIUS, 2014, p. 133).

O próprio termo *teenager*, usado para se referir aos jovens entre 13 e 19 anos aproximadamente, sempre foi “[...] um termo de marketing usado por publicitários e fabricantes que refletia o poder de consumo recentemente visível dos adolescentes” (SAVAGE, 2009, p. 11). Dessa maneira, o esforço empreendido para agrupar os indivíduos sob a categoria juventude pode ser entendido como uma estratégia para a delimitação de um segmento de mercado, dado que “[...] cada grupo impõe facilmente a seus membros uma conformidade de consumo bastante definida” (CALLIGARIS, 2000, p. 58).

Sob essa perspectiva, o aspecto vivido da rebeldia da juventude “[...] é percebido como liberdade, e o aspecto estrutural escapa aos indivíduos, sem que estes tomem consciência de que são constrangidos por códigos e regras de significação” (VINICIUS, 2014, p. 133). Ela seria politicamente neutralizada desde a formulação da juventude como categoria social.

Diante disso, as tecnologias de poder reproduzem “[...] um modelo de jovem internacionalmente conhecido como apático, alienado, drogado, apolítico, desinformado, maluco, descontraído e moderno” (CAVALCANTE, 1987, p. 23). Esse seria o modelo de jovem que é frequentemente retratado na ficção científica distópica do século XX. No caso específico de *Fahrenheit 451*, a juventude representada na obra seria uma extrapolação da juventude americana dos anos 1950, a juventude *rebel without a cause*, com suas gangues e carros velozes. Essa juventude expressa uma rebeldia que, em última análise, funciona dentro da economia do poder como um dispositivo de segurança.

3 Dispositivos de segurança e a normalização do desvio

Conforme explica Foucault, ao passo que os dispositivos disciplinares teriam um caráter essencialmente impeditivo, julgando negativo os aspectos que censuram, os dispositivos de segurança operam no sentido de organizar tais aspectos sem lhes atribuir valor, assimilando-os em processos necessários, inevitáveis (ou, em última instância, “naturais”) e, ao mesmo tempo, pertinentes ao funcionamento da sociedade. Dessa maneira, enquanto a disciplina estabelece “procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente” em função de um modelo por ela definido e, a partir daí, executa seu procedimento de uniformização (FOUCAULT, 2008, p. 75), a segurança identifica o normal e o anormal, estabelece diferentes “curvas de normalidade” e procura fazer com que essas curvas funcionem sistematicamente umas em função das outras, de modo que “[...] as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis” (FOUCAULT, 2008, p. 83).

A instituição de dispositivos de segurança seria uma estratégia básica dentro daquilo que Foucault chama de governamentalidade. Para o autor, “[...] o problema dos que governam não deve ser absolutamente o de saber como eles podem dizer não, até onde podem dizer não, com que legitimidade eles podem dizer não; o problema é o de saber como dizer sim” (FOUCAULT, 2008, p. 96). Governamentalidade, então, seria a capacidade de administrar, por meio desses dispositivos, os fenômenos (econômicos, políticos) que atravessam a sociedade e que lhe são intrínsecos, enquadrando-os de modo “[...] que eles não se desviem ou que uma intervenção desastrada, arbitrária, cega, não os faça desviar” (FOUCAULT, 2008, p. 474).

Assim sendo, os dispositivos de segurança, diferentemente dos dispositivos disciplinares, não tendem a “[...] repercutir da maneira mais homogênea e mais contínua, mais exaustiva possível, a vontade de um sobre os outros. Trata-se de fazer surgir certo nível em que a ação dos que governam é necessária e suficiente” (FOUCAULT, 2008, p. 86). Em outras palavras, esses dispositivos garantem certo desvio da norma que, em vez de se impor como resistência, teria uma utilidade própria ao exercício do poder.

Tome-se como exemplo o caso da delinquência nas grandes cidades. Como Foucault argumenta, os delinquentes “[...] se atiram fatalmente a uma criminalidade localizada, sem poder de atração, politicamente sem perigo e economicamente sem

consequência. Mas essa ilegalidade concentrada, controlada e desarmada é diretamente útil” (FOUCAULT, 2014, p. 273). A delinquência teria, pois, uma utilidade econômica e política. Por um lado, ela revela certa “margem de ilegalismo” não custosa e aceitável.

Na América, sabe-se que o assalto é um risco permanente corrido pelas grandes lojas. Calcula-se aproximadamente quanto ele custa e percebe-se que o custo de uma vigilância e de uma proteção eficazes será muito alto, e portanto não rentável. Deixa-se, então, roubar. O seguro cobre (FOUCAULT, 2019, p. 220-21).

Por outro lado, sua existência justificaria a presença “espectral” – para usar a expressão de Benjamin (2013) – da polícia na civilização. Isto é, ela só seria tolerável em função desse perigo que a delinquência representa. “Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada, enquanto nós não temos esse direito, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinquentes?” (FOUCAULT, 2019, p. 225).

Nesse sentido, a rebeldia da juventude das sociedades industriais também teria uma utilidade própria. Para Debord, por exemplo, o espetáculo teria criado falsos modelos de revolução. O autor defende que à “[...] aceitação dócil do que existe pode juntar-se a revolta puramente espetacular”. Isso implica considerar que a própria “insatisfação” constitui uma mercadoria (DEBORD, 1997, p. 39-40).

A rebeldia da juventude estaria, em suma, integrada à própria “ideologia” das sociedades industriais. Em outros termos, na medida em que deixa de ser uma “codificação estratégica” dos pontos de resistência em que se assentam as lutas entre jovens e velhos, a rebeldia passa a ser compreendida como um fenômeno “natural” que, em vez de censurado, deve ser administrado a fim de facilitar o exercício do poder.

4 A rebeldia como dispositivo de segurança em *Fahrenheit 451*

De modo geral, os discursos que circulam na sociedade representada em *Fahrenheit 451* produzem uma juventude que manifesta seus impulsos em um nível meramente espetacular e que, em último caso, pode ser considerada uma extrapolação da juventude “[...] típica do século XX, a juventude ‘rebelde-sem-causa’, radical ou delinquente” (GROPPO, 2000, p. 16).

Segundo Passerini, a subcultura formada pelos jovens americanos dos anos 1950 incluía, dentre outras coisas, o “[...] rock and roll, o uso de carros cujo motor fora envenenado e a carroceria modificada de modo a personalizá-la, o corte de cabelo à Presley ou os cabelos longos, a roupa retomando estilos afro-americanos, as gangues” (PASSERINI, 1996, p. 361). Na caracterização feita pela autora, chama atenção a relação dessa subcultura com um dos símbolos das sociedades industriais: o automóvel. Em *Fahrenheit 451*, esse seria inclusive um dos elementos de ligação entre a juventude distópica de Bradbury e aquela que a inspirou.

Deixam a gente tão atormentada ao final do dia que não podemos fazer nada além de ir para a cama ou a um parque de diversões para importunar os outros, quebrar vidros no estande do Quebra-Vidraças ou destruir carros com a grande bola de aço no estande do Demolidor. Ou então sair de carro e apostar corrida, brincando de tirar um fino dos postes, competindo para ver quem “pede arrego” e brincando de “bate-calota” (BRADBURY, 2020, p. 41).

Os carros velozes funcionariam como um instrumento de exteriorização da agressividade e violência juvenil. É um desses carros, por exemplo, que quase atropela Montag durante sua fuga da civilização (e com ele a consecução do desmantelamento da ordem planejado pelo bombeiro).

Um carro cheio de crianças, de várias idades. Crianças, entre os doze e os dezesseis anos, talvez, assobiando, gritando, aplaudindo, avistaram um homem, uma visão extraordinária, um homem passeando, uma raridade, e disseram: “Vamos pegá-lo!”. Sem saber que ele era o fugitivo sr. Montag. Apenas um punhado de crianças saindo para uma longa noite de oitocentos ou mil quilômetros de algazarra em algumas poucas horas enluaradas, a face gelada com o vento e voltando ou não para casa na alvorada, vivas ou não, nisso estava a aventura (BRADBURY, 2020, p. 144).

Montag esperava ser pego por homens da lei, em suas viaturas, o Sabujo Mecânico agarrando-o. Entretanto, a violência da gangue de jovens é tão representativa dos discursos que operam no nível profundo da ordem social quanto o corpo de bombeiros do qual o protagonista fazia parte; esses com seus lança-chamas, aqueles com seus carros velozes e sua violência despropositada (e estimulada pelas mídias de massa)¹ – “Elas

¹ Nesse ponto, a obra sugere que até mesmo a violência do aparelho policial seria um reflexo da violência espetacularizada pela juventude. Algo semelhante ao que acontece em *Laranja Mecânica*, de Burgess, quando Alex reencontra Tosko, um antigo membro de sua gangue: “[...] era agora um miliquinha [policia] com uniforme e shlemi [capacete] e chicote para manter a ordem” (BURGESS, 2014, p. 148).

teriam me matado, pensou Montag, titubeando no ar ainda convulsionado que o envolvia em poeira, roçando-lhe o rosto esfolado. Sem motivo algum, elas teriam me matado” (BRADBURY, 2020, p. 144).

Isso retoma, de certa maneira, o argumento de que a juventude constituiria o prisma refrator das pulsões de toda a sociedade, reprimidas e dissimuladas na vida adulta e idealizadas nesse “momento mítico” (BERTOL; SOUZA, 2010). No romance, essa lógica é claramente manifestada em termos de equivalência dos papéis sociais desempenhados por jovens e adultos. “Os que não constroem precisam queimar. Isso é tão antigo quanto a história e os delinquentes juvenis. [...] Há um pouco disso em todos nós” (BRADBURY, 2020, p. 104). “Isso” que há em todos pode ser interpretado como a agressividade do impulso transgressor característico da sociedade individualista e que, no entanto, ameaça sua existência. Dessa maneira, a rebeldia, atribuída exclusivamente aos jovens pelos discursos que o poder faz circular, constituiria um elemento estabilizador, manifestando-se através de signos e, portanto, confundindo-se com o consumo da rebeldia. Em suma, ela assumiria uma forma fetichizada (VINICIUS, 2014).

Em *Fahrenheit 451*, a juventude seria estimulada pelo espetáculo dos telões, da incineração pública de livros, dos esportes e dos parques de diversão. Esse espetáculo promoveria a progressiva reificação dos indivíduos da qual o Sabujo Mecânico é uma metáfora perfeita: “Ele não gosta nem desgosta. Apenas ‘funciona’. É como um exercício de balística. Ele tem uma trajetória definida por nós. Ele executa. Segue a pista, faz a mira e dispara. É só fio de cobre, baterias recarregáveis e corrente elétrica” (BRADBURY, 2020, p. 38).

A juventude representada na obra de Bradbury constituiria, portanto, objeto de estratégias cuja finalidade seria a manutenção e a perpetuação dessa sociedade. Para tanto, a escola, transformada num “cosmo em si mesmo” (PASSERINI, 1996, p. 354), desempenha um papel fundamental.

Uma hora de aula pela tevê, uma hora jogando basquete ou beisebol ou correndo, outra hora transcrevendo história ou pintando quadros e mais esportes, mas, sabe, nunca fazemos perguntas; pelo menos a maioria não faz; eles apenas passam as respostas para você, pim, pim, pim, e nós, sentados ali, assistindo a mais quatro horas de filmes educativos (BRADBURY, 2020, p. 41).

A juventude de *Fahrenheit 451*, nesse sentido, retoma em larga medida a figura do *teenager* americano que emergia nos anos 1950, associada à vida urbana – “[...] com os clubes, as atividades esportivas, as sororities e fraternities, os bailes, as festas e outras atividades extracurriculares e lugares acessórios, como a drugstore, o automóvel, o bar para jovens” – e cujo habitat natural era a escola (PASSERINI, 1996, p. 354).

Considerando que os jovens ainda não têm seu quadro de referências formado (GROPPO, 2000), torna-se evidente a atenção dedicada pela sociedade ao processo formativo da juventude. Na utopia bradburiana, até mesmo a família é considerada um fator de risco para a formação promovida pela escola.

Hereditariedade e ambiente são coisas engraçadas. Você não pode se livrar de todos os patinhos feios em poucos anos. O ambiente familiar pode desfazer muito do que a gente tenta fazer na escola. É por isso que temos reduzido a idade mínima para admissão no jardim de infância, ano após ano, até que agora praticamente estamos apanhando as crianças no berço (BRADBURY, 2020, p. 72).

O Estado substitui a autoridade familiar cuidando cada vez mais cedo da formação dos indivíduos: “Sabemos como podar a maioria deles quando ainda são brotos, no começo” (BRADBURY, 2020, p. 73). Na obra, a cisão entre o ambiente familiar e a escola, decorrente da modernização da educação, é progressivamente ampliada: “Meus filhos ficam na escola nove dias seguidos e depois eles têm um dia de folga. Eu os aguento em casa três dias por mês” (BRADBURY, 2020, p. 111), relata a sra. Bowles.

Entretanto, não é somente por meio do planejamento da educação que essa sociedade regula a formação da sua juventude. O reduzido campo de influência da família é ainda suplantado por uma cultura de massas onipresente, representada, sobretudo, pelos *telões* ostentados nas salas de todas as casas. “A gente põe as crianças no ‘salão’ e liga o interruptor. É como lavar roupa: é só enfiar as roupas sujas na máquina e fechar a tampa” (BRADBURY, 2020, p. 111).

A escola e indústria cultural, portanto, colaboram para a sustentação dos valores defendidos pela sociedade de consumo. Tais valores são reiteradamente reproduzidos pelos discursos que circulam nessa sociedade, repercutindo inclusive na formulação dos currículos escolares, voltados para uma formação mais técnica do que humana, como explica Beatty:

A escolaridade é abreviada, a disciplina relaxada, as filosofias, as histórias e as línguas são abolidas, gramática e ortografia pouco a pouco negligenciadas, e, por fim, quase totalmente ignoradas. A vida é imediata, o emprego é que conta, o prazer está por toda parte depois do trabalho. Por que aprender alguma coisa além de apertar botões, acionar interruptores, ajustar parafusos e porcas? (BRADBURY, 2020, p. 67-68).

No romance de Bradbury, a formação escolar buscaria preparar os jovens para a vida imediata da sociedade de consumo, avessa ao conhecimento e ao pensamento crítico. Isso, evidentemente, não deixa de ter relação com a ideia de que a escola seria um “rito de iniciação” à sociedade de consumo (ILLICH, 2018).

Com a escola formando mais corredores, saltadores, fundistas, remendadores, agarradores, detetives, aviadores e nadadores em lugar de examinadores, críticos, conhecedores e criadores imaginativos, a palavra ‘intelectual’, é claro, tornou-se o palavrão que merecia ser (BRADBURY, 2020, p. 70).

O comentário de Beatty não apenas demonstra como os jovens seriam induzidos a evitar a imagem de “primeiro da classe” (PASSERINI, 1996), como também revela um aspecto importante sobre o exercício do poder em *Fahrenheit 451*: trata-se de nivelar os indivíduos por baixo. Isso evidencia o caráter homogeneizante em que se fundamenta o discurso utópico. “Todos devemos ser iguais. Nem todos nasceram livres e iguais, como diz a Constituição, mas todos se *fizeram* iguais. Cada homem é a imagem de seu semelhante e, com isso, todos ficam contentes, pois não há nenhuma montanha que os diminua, contra a qual se avaliar” (BRADBURY, 2020, p. 70, ênfase do autor), conclui o chefe dos bombeiros.

Nesse sentido, a rebeldia da juventude de *Fahrenheit 451*, uma vez que se manifesta tão somente no nível da aparência, como uma forma de os jovens se reconhecerem exatamente em oposição àquilo que o poder utópico quer que se oponham, estaria esvaziada de seu potencial transgressor. Em termos gerais, ela seria um exemplo daquilo que Foucault chama de dispositivo de segurança, ou seja, seria uma maneira de administrar os impulsos individuais de modo a torná-los úteis ao próprio exercício do poder (FOUCAULT, 2008).

Clarisse McClellan, por outro lado, parece expressar um tipo diferente de rebeldia. A jovem de dezesseis anos apresenta uma postura herética em relação à ordem social estabelecida; e isso se dá justamente na medida em que a garota escapa da ação da escola e das mídias de massa: “Eu raramente assisto aos ‘telões’, nem vou a corridas ou parques

de diversão. Acho que é por isso que tenho tempo de sobra para ideias malucas” (BRADBURY, 2020, p. 21). Questionada por Montag sobre o fato de não estar na escola ela responde: “– Ah, eles não sentem a minha falta – disse ela. – Dizem que sou antissocial. Não me misturo. É tão estranho. Na verdade, eu sou muito social. Tudo depende do que você entende por social, não é? Social para mim significa conversar com você sobre coisas como esta” (BRADBURY, 2020, p. 41).

Em função disso, Clarisse passa a ocupar um espaço marginal, visto que não corresponde ao padrão da juventude de *Fahrenheit 451*. Seu comportamento seria motivo de perturbação da ordem, sendo considerado um tipo de desajuste mental²: “Preciso ver meu psiquiatra agora. Sou *obrigada* a ir. Eu invento coisas para dizer. Não sei o que ele pensa de mim. Ele diz que sou uma cebola normal! Dou muito trabalho para ele ficar descascando as camadas” (BRADBURY, 2020, p. 34, ênfase do autor).

A principal preocupação, nesse caso, consistiria em racionalizar o tempo dos indivíduos. Entre o mundo do trabalho (dos adultos) e a escola (dos jovens) só deve haver tempo para os *telões*, os esportes e as diversões superficiais. “Eles querem saber o que eu faço com meu tempo. Eu digo a eles que às vezes apenas me sento e *penso*. Mas não lhes digo em quê. Eles que descubram” (BRADBURY, 2020, p. 35, ênfase do autor).

A rebeldia de Clarisse seria uma rebeldia silenciosa, porém efetiva – tal como a da sociedade dos homens-livros que descobrimos no final da narrativa. Ela apenas se senta e pensa, e isso representa uma ameaça à sociedade utópica, como Montag chama atenção: “[...] homens como Beatty sentem medo dela” (BRADBURY, 2020, p. 79). Ela seria temida por não se submeter ao princípio massificador que orienta a formulação de uma categoria social como a juventude, comprometendo, assim, o ideal homogeneizante do discurso utópico subjacente à narrativa hegemônica de *Fahrenheit 451*.

5 Considerações finais

Em resumo, a disposição dos indivíduos em categorias sociais como a juventude ou a velhice estaria mais relacionada à atribuição de papéis sociais definidos do que

² Essa seria uma característica comum na obra de Bradbury como um todo. No conto “Pilar de fogo”, por exemplo, William Lantry deve fugir dos psiquiatras por mentir num mundo em que ninguém mais mente. Em “Os homens da terra” (originalmente publicado na *Thrilling Wonder Stories*, em 1948), tripulantes de uma expedição a Marte são presos em um tipo de hospício marciano por se declararem terráqueos.

exatamente a uma questão etária. No romance de Bradbury, isso pode ser evidenciado pela relativização da fronteira jovem-adulto, simbolizada, sobretudo, pela contraposição expressada entre Clarisse – “Às vezes eu sou muito velha. Tenho medo de crianças da minha idade. Elas se matam entre si” (BRADBURY, 2020, p. 42) – e Mildred – “Ela falava disso e daquilo e eram apenas palavras, como as palavras que ele ouvira certa vez num quarto de criança na casa de um amigo, uma criança de dois anos formando palavras, balbuciando, inventando belas sonoridades” (BRADBURY, 2020, p. 53).

A infantilização de Mildred, sugerida no fragmento acima, seria resultante de uma prática social fundamentada na idealização da juventude como modelo para todos os membros da utopia. A juventude, nesse sentido, “[...] diz respeito a um modo de existência, e a um modo de ser, ela existe como fenômeno cultural” (VINICIUS, 2014, p. 124).

Enquanto formação cultural, a juventude estaria submetida a inúmeras estratégias de poder; uma vez que a categoria comumente é associada a uma noção de mudança, de transformação. Nesse sentido, “[...] não é o simples fato de ser jovem que interessa, mas o de verificar no mesmo um comportamento político contestatório” (CAVALCANTE, 1987, p. 19). Em *Fahrenheit 451*, por exemplo, o impulso transgressor de Montag, acompanhado a distância por Faber, é percebido como uma força rejuvenescedora pelo professor: “Tenho de admitir que sua raiva cega me revigorou. Meu Deus, como me senti jovem!” (BRADBURY, 2020, p. 118).

Em contrapartida, na sociedade de consumo, tal como retratada na obra de Bradbury, marcada pela uniformização dos indivíduos, pela racionalização do tempo e pela onipresença das mídias de massa, a rebeldia da juventude se manifesta apenas no nível da aparência. Ou seja, a revolta existe meramente “[...] como consumo, como espetáculo, integrada como produção de signos. Ela existe na forma-signo, que seria uma forma fetichizada” (VINICIUS, 2014, p. 134-35). A rebeldia atribuída à juventude, portanto, é concebida unicamente como expressão dos impulsos característicos do individualismo das sociedades modernas e, contudo, reprimidos e abandonados na vida adulta (BERTOL; SOUZA, 2010).

É possível concluir, então, que a juventude deve ser pensada como uma categoria social formulada a partir dos signos a ela atribuídos, como um conceito formado pelos discursos que o poder faz circular. No caso das sociedades representadas na ficção

científica distópica, empregam-se estratégias que de modo geral objetivam massificar os indivíduos agrupados sob essa categoria. Em *Fahrenheit 451*, especificamente, a escola e as mídias de massa colaboram para a produção de uma juventude politicamente neutra e cuja rebeldia pode ser compreendida como um dispositivo de segurança, isto é, em vez de constituir uma forma de resistência, ela seria administrada de modo a se tornar útil ao próprio exercício do poder.

Contribuição

Willy Nascimento Silva: Conceptualização, Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição; **Luciane Alves Santos:** Conceptualização; Escrita – análise e edição.

Referências

ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis:** punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta; Anpocs, 1994.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. *In:* BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem.** Tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013, p. 121-56.

BERTOL, Carolina Esmanhoto; SOUZA, Mériti de. Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações identitárias. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 4, p. 824-839, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000400012>.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é só uma palavra. *In:* BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003, p. 151-62.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451:** a temperatura em que o papel do livro pega fogo e queima. Tradução de Cid Knipel. 4.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2020.

BURGESS, Anthony. **Laranja mecânica.** Tradução de Fábio Fernandes. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2014.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência.** São Paulo, Publifolha, 2000.
CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O mito da rebeldia da juventude: uma abordagem sociológica. **Revista Educação em Debate**, v. 10, n. 13, p. 11-23, 1987. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14043>.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. Tradução de Marcelo Marques Damião. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019, p. 213-33.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GROPPO, Luís Antonio. A juventude como categoria social. *In*: GROppo, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p. 7-27.

ILLICH, Ivan. A ritualização do progresso. *In*: ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 50-70.

MANNHEIM, Karl. The problem of Youth in modern society. *In*: MANNHEIM, Karl. **Diagnosis of our time: wartime essays of a sociologist**. Abingdon: Routledge, 2010, p. 31-53.

MARIN, Isabel da Silva Kahn. Violência e transgressão: interrogando a adolescência. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 6, n. 3, p. 94-109, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-47142003003007>.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. *In*: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). **História dos jovens 2: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 319-82.

SAVAGE, Jon. Introdução. *In*: SAVAGE, Jon. **A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX**. Tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 11-16.

VINICIUS, Leo. Rebeldia juvenil e consumo rebelde. *In*: VINICIUS, Leo. **Antes de junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2014, p. 119-62.

Recebido em: 13 de abril de 2022

Aceito em: 20 de julho de 2022

Publicado em agosto de 2022

Willy Nascimento Silva
E-mail: willy.cbh@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5744-5527>

Luciane Alves Santos
E-mail: luciane.ufpb@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2353-4510>